UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS SAN TIAGO DANTAS – UNESP, UNICAMP E PUC-SP

TAMIRES APARECIDA FERREIRA SOUZA

O quebra-cabeças da defesa cooperativa na América do Sul: uma análise em três níveis

São Paulo

2019

TAMIRES APARECIDA FERREIRA SOUZA

O quebra-cabeças da defesa cooperativa na América do Sul: uma análise em três níveis

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais, na área de concentração "Paz, Defesa e Segurança Internacional", na linha de pesquisa "Estudos de Segurança Internacional, Segurança Regional, novos temas e abordagens".

Orientador: Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre.

Co-orientador: Prof. Dr. José Antonio Sanahuja Perales.

SÃO PAULO

2019

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Souza, Tamires Aparecida Ferreira.
S729 O quebra-cabeças da defesa cooperativa na América do Sul : uma análise em três níveis / Tamires Aparecida Ferreira Souza. – São Paulo, 2019.
341 f. : il.; 30 cm.

Orientador: Héctor Luis Saint-Pierre.
Co-orientador: José Antonio Sanahuja Perales.

Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2019.

1. América do Sul – Defesa. 2. Conselho de Defesa Sul-Americano. 3. União de Nações Sul-Americanas. 4. Segurança internacional – Cooperação internacional. 5. Colômbia – Relações exteriores – Estados Unidos. 6. Colômbia – Relações exteriores – Séc. XXI. 7. Brasil – Relações exteriores – Séc. XXI. 8. Argentina – Relações exteriores – Séc. XXI. I. Título.

CDD 355.03308

TAMIRES APARECIDA FERREIRA SOUZA

O quebra-cabeças da defesa cooperativa na América do Sul: uma análise em três níveis

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais, na área de concentração "Paz, Defesa e Segurança Internacional", na linha de pesquisa "Estudos de Segurança Internacional, Segurança Regional, novos temas e abordagens".

Orientador: Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre.
Co-orientador: Prof. Dr. José Antonio Sanahuja Perales.

BANCA EXAMINADORA

_____

Dr. Diego Lopes Da Silva (Stockholm International Peace Research Institute)

_____

Profª. Drª. Juliana de Paula Bigatão (Universidade Federal de São Paulo)

_____

Profª. Drª. Marina Gisela Vitelli (Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas – UNESP, UNICAMP e PUC/SP)

_____

Prof. Dr. Samuel Alves Soares (Universidade Estadual Paulista "Júlio De Mesquita Filho")

São Paulo, 28 de agosto de 2019.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, processo nº 88882.157325/2017-01; e Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, processo nº 88881.134444/2016-01.

Meus sinceros agradecimentos:

Ao Professor Héctor Saint-Pierre, que me introduziu aos estudos de Defesa e Segurança Internacional quando eu ainda era uma jovem graduanda, me conduzindo pela cooperação em defesa sul-americana.

Al Profesor José Sanahuja, que me presentó una nueva mirada para la región suramericana, ensañándome a reflexionar sobre las bases de la cooperación.

Ao Professor Samuel Soares, que me acolheu no San Tiago Dantas e me mostrou as dificuldades da cooperação e a necessidade de uma liderança capacitada.

Não menos importantes, quero agradecer imensamente:

À Isabela e Giovana, que foram essenciais para que eu enfrentasse toda a burocracia da Universidade e conquistasse minha bolsa de doutorado sanduíche;

À Graziela, que sempre esteve disposta a me orientar sobre a melhor forma de proceder com as normas para a construção desta tese;

À Professora Suzeley Mathias, que sempre me auxiliou, mesmo quando não havia mais esperanças;

Ao Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), especialmente aos membros: Barbara, Bruna, Clarissa, Diego, Helena, Giovanna, Jonathan, Karina, Kimberly, Laura, Lívia, Luiza, Mayra, Marina, Raquel, Zague, que me ajudaram a manter um olhar atento e a seguir em frente mesmo nos piores cenários;

Aos amigos de doutorado: Alfredo, Carol, Laís e Matheus, que me ofereceram suporte e compreensão, fazendo com que esses anos fossem mais leves e divertidos;

Al Instituto Complutense de Estudios Internacionales (ICEI) de la Universidad Complutense de Madrid, en nombre de la directora Isabel González y la administradora María José Charro, que me recibieron como investigadora visitante en el Instituto;

A mis compis de España: Damian, Fernando, Fran, Josie, Julian, Lisset, Miren, Pablo, Sabina, Sarai y Sergey, que me recibieron con mucho cariño, me aceptaron mismo con nuestras diferencias lingüísticas y me enseñaron la Madrid de mis sueños;

Aos amigos de PDSE: Ana Clarissa, Fabrício, Jaque, Mariana, Mônica, Natália, Nil, Rafael, Thays e Thaísa, que tornaram a experiência do doutorado sanduíche única e inesquecível;

Às mulheres da vida: minha mãe, Sonia, e as queridas Carol, Cínthia, Lívia, Nathalia e Rafaella, que sempre acreditaram em mim, mesmo quando eu já não acreditava mais;

À minha família, especialmente ao meu pai, Paulo, e ao meu irmão, Leonardo, que me deram forças para continuar e me ensinaram a importância da educação para mudar o nosso país.

À ESAMC, à UNAERP e aos meus alunos, que me deram a chance de crescer e me tornar a professora que sou hoje.

Aos doutores Diego Silva, Juliana Bigatão, Marina Vitelli e Samuel Soares, que aceitaram prontamente participar de minha banca doutoral.

Por fim, às meninas/mulheres que decidiram desbravar os estudos de Defesa e Segurança, permitindo a abertura de portas para as suas pares, a inclusão de agendas e o reconhecimento de nosso papel na área.

‘En suma’, concluyó el general, ‘todo lo que hemos hecho con las manos lo están desbaratando los otros con los pies.’. ‘Es una burla del destino’, dijo el mariscal Sucre. ‘Tal parece como si hubiéramos sembrado tan hondo el ideal de la independencia, que estos pueblos están tratando ahora de independizarse los unos de los otros.’. El general reaccionó con una gran vivacidade. ‘No repita las canalladas del enemigo’, dijo, ‘aun si son tan certeras como ésa.’.
(GARCÍA MÁRQUEZ, 1998, p. 26)

RESUMO

Buscando enfrentar os desafios impostos às políticas de defesa e segurança nos âmbitos regional e internacional, os Estados se voltam à cooperação em defesa. Com a complexidade das alianças estratégicas de defesa, nota-se um movimento de medidas interestatais, que procuram consolidar novas vias para o progresso cooperativo, tanto bilaterais, como multilaterais, sendo o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), um exemplo expressivo. Com a presente tese propomos responder duas perguntas centrais: 1) Quais são as variáveis causais que levaram à cooperação em defesa com o CDS-UNASUL? e 2) Quais são as variáveis que afetaram a cooperação em defesa na América do Sul? Para tanto, realizamos a opção teórica pelos estudos críticos de segurança, especialmente com a teoria de Buzan e Waever sobre os Complexos Regionais de Segurança. Utilizando a América do Sul como base empírica, construímos a tese em três níveis de análise: internacional, regional e nacional, que interagem entre si. Não assumimos aqui uma determinação causal prévia entre esses níveis. Consequentemente, realizamos uma construção analítica sem relações e determinações pré-concebidas, permitindo a construção de uma conclusão baseada em fatos empíricos. A tese está pautada em uma análise histórica, por meio de fontes primárias, secundárias e execução de entrevistas. Estudamos o Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL, seu Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED-CDS) e sua Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE), como também as relações bilaterais entre Colômbia e Estados Unidos, e, individualmente, os países Argentina, Brasil e Colômbia, com um marco temporal de 2008-2016. Assim, observamos que as variáveis causais e influentes sobre a cooperação em defesa na região sul-americana são, no nível internacional, a influência dos Estados Unidos; e no nacional: 1) governos e diplomacia presidencial; 2) soberania e autonomia nacional; 3) políticas de defesa nacionais, impactando diretamente nas: a) relações civil-militares; e b) percepções de ameaças e processos de securitização. O nível regional compõe o centro de interação dos outros dois níveis e suas variáveis, marcado por iniciativas de cooperação intra e extrarregional, com destaque ao CDS-UNASUL e as relações Colômbia-Estados Unidos, e processos de securitização, os quais, em momentos pontuais, interagem e influem sob o nível nacional.

Palavras-chave: Cooperação em Defesa. América do Sul. Conselho de Defesa Sul-Americano. Estados Unidos-Colômbia.

ABSTRACT

Seeking to face the challenges imposed to defense and security policies at the regional and international levels, states turn to defense cooperation. With the complexity of strategic defense alliances, there is a movement of inter-state actions which seek to consolidate new avenues for cooperative progress, both bilateral and multilateral, being the South American Defense Council (CDS), of the Union of South American Nations (UNASUR), an expressive example. In this thesis we propose to answer two central questions: 1) What are the causal variables that led to defense cooperation with the CDS-UNASUR? and 2) What are the variables that affected defense cooperation in South America? To do so, we have chosen critical security studies as our theoretical perspective, especially Buzan and Waever's theory of Regional Security Complexes. Using South America as an empirical basis, we build the thesis in three levels of analysis: international, regional and national, which interact with one another. We do not assume here a prior causal determination between these levels. Consequently, we perform an analytic construct without preconceived relationships and determinations, allowing the construction of a conclusion based on empirical facts. The thesis is based on historical analysis through primary and secondary sources and interviews. We studied the South American Defense Council of UNASUR, its Center for Strategic Defense Studies (CEED-CDS) and its South American Defense School (ESUDE), as well as the bilateral relations between Colombia and the United States, and, individually, the countries of Argentina, Brazil and Colombia, with a time frame from 2008 to 2016. Thus, we observe that the causal and influential variables on defense cooperation in the South American region are, at the international level, the influence of the United States; and at the national level: 1) governments and presidential diplomacy; 2) national sovereignty and autonomy, and; 3) national defense policies, directly impacting on: a) civil-military relations; and b) perceptions of threats and securitization processes. The regional level is the interaction center of the other two levels and their variables, marked by intra and extra-regional cooperation initiatives, with emphasis on the CDS-UNASUR and the Colombia-United States relations, and securitization processes, which, in punctual moments, interact and influence the national level.

Key-words: Defense cooperation. South America. South American Defense Council. United States-Colombia.

RESUMEN

Buscando enfrentar los desafíos impuestos a las políticas de defensa y seguridad en los ámbitos regional e internacional, los Estados se vuelven a la cooperación en defensa. Con la complejidad de las alianzas estratégicas de defensa, se nota un movimiento de medidas interestatales, que procuran consolidar nuevas vías para el progreso cooperativo, tanto bilaterales, como multilaterales, siendo el Consejo de Defensa Suramericano (CDS), de la Unión de Naciones Suramericanas (UNASUR), un ejemplo expresivo. La tesis doctoral se propone a contestas dos preguntas centrales: 1) ¿Cuales son las variables causales que llevaran a la cooperación en defensa con el CDS-UNASUR? y 2) ¿Cuales son las variables que afectaron la cooperación en defensa en la América del Sur? Por lo tanto, realizamos la opción teórica por los estudios críticos de seguridad, especialmente con la teoría de Buzan y Waever sobre los Complejos Regionales de Seguridad. Utilizando la América del Sur como base empírica, construimos la tesis en tres niveles de análisis: internacional, regional y nacional, que interactúan entre sí. No asumimos aquí una determinación causal previa entre eses niveles. Consequentemente, realizamos una construcción analítica sin relación y determinaciones pre-concebidas, permitiendo la construcción de una conclusión basada en factos empíricos. La tesis está pautada en un análisis histórico, por medio de fuentes primarias, secundarias y ejecución de entrevistas. Estudiamos el Consejo de Defensa Suramericano de la UNASUR, su Centro de Estudios Estratégicos de Defensa y su Escuela Suramericana de Defensa, como también las relaciones bilaterales entre Colombia y Estados Unidos, y, individualmente, los países Argentina, Brasil y Colombia, con un marco temporal de 2008-2016. Con eso, observamos que las variables causales e influentes sobre la cooperación en defensa en la región suramericana son, en el nivel internacional, la influencia de los Estados Unidos; y en el nacional: 1) gobiernos y diplomacia presidencial; 2) soberanía y autonomía nacional, y; 3) políticas de defensa nacionales, impactando directamente en las: a) relaciones civil-militares; y b) percepción de amenazas y procesos de securitización. El nivel regional es el centro de interacción de los otros dos niveles y sus variables, marcado por la cooperación intra y extra regional, con destaque al CDS-UNASUR y las relaciones Colombia-Estados Unidos, y procesos de securitización, los cuales, en momentos puntuales, interactúan y influyen en el nivel nacional.

Palabras clave: Cooperación en Defensa. América del Sur. Consejo de Defensa SurAmericano. Estados Unidos-Colombia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Explicações Concorrentes sobre a Criação do CDS.....67
Quadro 2 - Sequência Causal da Hipótese sobre a Proposta Brasileira para o CDS.....68
Figura 1 - Cultivo Andino de Coca, 1999 96
Quadro 3 - Defesa *vesus* Segurança 166
Figura 2 - Percepção de ameaça de agressão militar estrangeira em função de interesses na Amazônia brasileira (nos próximos 20 anos, por região).....192
Figura 3 - Percepção de ameaça de agressão militar estrangeira em função de interesses na bacia do pré-sal (nos próximos 20 anos, por região).....193
Figura 4 - Percepção de ameaça militar estrangeira (nos próximos 20 anos, por região).....193
Gráfico 1 - *World Values Survey* quinta onda (2005-2009): Confiança nas Forças Armadas e na Polícia 199
Gráfico 2 - *World Values Survey* sexta onda (2010-2014): Confiança nas Forças Armadas e na Polícia.....200
Figura 5 - Percepção de ameaças (por região).....200
Gráfico 3 - Participação de Argentina, Brasil e Colômbia nos Planos de Ação do CDS (2009-2016), em porcentagem 232
Figura 6 - Ameaças e Riscos Regionais definidos pelo CDS.....239
Figura 7 - Reformulação da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança 259
Figura 8 - Complexo Regional de Segurança sul-americano 261
Figura 9 - Composição de variáveis e suas interações 269

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Maiores Assistências dos EUA à América Latina e Caribe, FY2000 a FY2008 (em US$ milhões) 97

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	13
1.1	**Marco Teórico-Metodológico**	16
2	**MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL: ESTUDOS DE SEGURANÇA**	20
2.1	**Estudos de Segurança Internacional: Conceitos Essenciais**	20
2.2	**Cooperação e Conceitualizações: Segurança no Pós-Guerra Fria**	26
2.2.1	Segurança Cooperativa	32
2.2.2	Segurança Democrática e Multidimensional	34
2.2.3	Comunidade de Segurança	37
2.2.4	Estudos Críticos de Segurança: Escola de Copenhague e a Securitização	41
2.2.4.1	Teoria dos Complexos Regionais de Segurança	48
2.3	**Instituições como ferramentas para a cooperação: revisando as origens do CDS-UNASUL**	62
3	**NIVEL INTERNACIONAL**	73
3.1	**Estados Unidos: poder, influência e cooperação**	79
3.1.1	O Hemisfério	82
3.1.2	A América do Sul	89
4	**NÍVEL NACIONAL: ESTADOS SUL-AMERICANOS E ONDAS DE GOVERNOS**	107
4.1	**O novo milênio: governos progressistas e a cooperação sul-americana**	108
4.1.1	Diplomacia presidencial	111
4.1.1.1	Argentina: os Kirchners	113
4.1.1.2	Brasil: de Lula da Silva a Rousseff	118
4.1.1.3	Colômbia: de Uribe a Santos	125
4.2	**Soberania e autonomia nacional**	135
4.2.1	Argentina: de soberania nacional à autonomia relacional	142
4.2.2	Brasil: de soberania nacional à autonomia desenvolvimentista	143
4.2.3	Colômbia: de soberania contestada à autonomia em construção	146
5	**NÍVEL NACIONAL: POLÍTICAS DE DEFESA NACIONAIS**	150
5.1	**Relações civil-militares**	169
5.2	**Percepções de ameaças e securitização**	186
6	**NÍVEL REGIONAL**	215
6.1	**Cooperação intra e extrarregional: de bilateral a multilateral**	219

6.1.1 Colômbia – EUA: entre relações especiais e aliança estratégica 221
6.1.2 O Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL 228
6.2 Macrossecuritização *versus* Movimento de securitização regional 248
6.3 O Complexo Regional de Segurança sul-americano: um novo olhar 259
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 266
REFERÊNCIAS 272
APÊNDICE A – GUIÓN DE ENTREVISTA SEMIESTRUCTURADA MÁSTER 325
APÊNDICE B – GUIÓN DE ENTREVISTA SEMIESTRUCTURADA DOCTORADO 326
APÊNDICE C – ENTREVISTAS 329
APÊNDICE D – RELATÓRIO DE ESTRATÉGIA DE CONTROLE INTERNACIONAL DE NARCÓTICOS DOS EUA 330
APÊNDICE E – MEMBROS DO MINISTÉRIO DA DEFESA: ARGENTINA, BRASIL E COLÔMBIA 335
APÊNDICE F – REPRESENTANTES DE ARGENTINA, BRASIL E COLÔMBIA NO CEED-CDS 337
APÊNDICE G – REPRESENTANTES DE ARGENTINA, BRASIL E COLÔMBIA NA ESUDE 339
APÊNDICE H – INDICADOS DE ARGENTINA, BRASIL E COLÔMBIA NO CAD-SUL 340

1 INTRODUÇÃO

Percepções comuns e a formação de identidades coletivas são os principais agentes de uma transformação pacífica. Isso supõe a responsabilidade mútua entre os Estados, atrelada à decisão de não utilizar a violência física como mecanismo legítimo de resolução de conflitos (FLEMES, 2005, p.221-2). "[...] Interesses e identidades são lentamente construídos, com base em estruturas institucionais, novas ou reinventadas, exigindo aprendizado e inéditas perspectivas entre os agentes estatais e mesmo não-estatais" (SOARES, 2008, p.166-7).

A região sul-americana insere-se nesse cenário marcado por processos cooperativos, porém, é uma arena composta de complexidades e especificidades únicas, em que definições e modelos extrarregionais podem não ser satisfatórios para explicar as dinâmicas existentes. Em 2004, por iniciativa brasileira, criou-se a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), marcada pela associação, única, de doze países sul-americanos[1]. Sua proposta baseia-se em uma cooperação política, com a coordenação de políticas exteriores e a convergência entre outras organizações, como a Comunidade Andina (CAN) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), e países como Chile, Guiana e Suriname, para uma área de livre comércio e uma integração física, enérgica e de comunicações, inserindo em seu escopo a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana. (GARDINI, 2010, p.22; SANAHUJA, 2009, p.31). Em 2008, essa Comunidade passou por uma transformação, com a assinatura do Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), objetivando promover na região uma personalidade jurídica internacional para dialogar com outros blocos, com o *status* de organização internacional. Para o ex-presidente do Brasil, Luíz Inácio Lula da Silva, com a criação da UNASUL, "nossa América do Sul não será mais um mero conceito geográfico. A partir de hoje é uma realidade política, econômica e social, com funcionalidade própria" (UNIÃO..., 2008). A UNASUL foi projetada como via alternativa às propostas da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), para a resolução de conflitos regionais (DREGER, 2009, p. 64). A UNASUL é uma instituição de caráter cooperativo regional, pautada nos vieses político, econômico, de infraestrutura, social e de defesa. Destacamos sua inclusão nos parâmetros do novo regionalismo (SANAHUJA, 2013, p.56-7), como uma ferramenta estratégica de inserção internacional de seus países membros, com o efetivo fortalecimento da região como "sujeito político" (GARCÍA, 2010, p.30). Suas decisões são tomadas por consenso, podendo estas ser implementadas de forma gradual. O financiamento da instituição

[1] Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

se dá por meio de “cotas diferenciadas dos Estados Membros, levando em conta a capacidade econômica dos Estados, a responsabilidade comum e o princípio da equidade”. (RIBEIRO, 2014, p.10-09).

Nesse contexto, o ex-Ministro da Defesa brasileiro, Nelson Jobim, iniciou, a partir de março de 2008, visitas aos países sul-americanos para desenvolver, de maneira conjunta, o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), primeiro órgão de defesa da região. Os Estados-membros da UNASUL se reuniram em Cúpula Extraordinária no Brasil, em dezembro de 2008, determinando a criação do Conselho. O CDS é um “órgão de consulta, cooperação e coordenação” em temas de defesa, sendo regido por meio de “princípios da Carta das Nações Unidas, da Carta da Organização dos Estados Americanos e das decisões e mandados do Conselho de Chefes de Estado e do Conselho de Governo da UNASUL”, pautado no respeito à soberania nacional, à integridade territorial estatal, às instituições democráticas, ao Estado de Direito, à autodeterminação dos povos e a não intervenção em assuntos internos (UNIÓN DE NACIONES SURAMERICANAS, 2008a). Apesar de carecer de expressivos avanços, desenvolvendo medidas de confiança entre seus membros e criando o Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED-CDS) e a Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE), o CDS tornou-se um instrumento de grande importância para a consolidação de uma cooperação em defesa entre os países da região.

A atual situação regional configura um conjunto de mudanças governamentais expressivas quando comparada ao cenário de criação do CDS em 2008, com notável influência no processo de cooperação em defesa no Conselho. Destaca-se a crise na Venezuela, agravada desde o falecimento de Hugo Chávez, em 2013; a eleição de Mauricio Macri na Argentina, em 2015, rompendo com as políticas kirchneristas de cooperação regional; bem como a crise política no Brasil, marcada pelo processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016, e a adoção de um posicionamento mais próximo às grandes potências, que colocaram em risco a continuidade do projeto cooperativo.

Consideramos que a teoria dos Complexos Regionais de Segurança (RSCT – em inglês) é uma base teórica relevante para nossa pesquisa, pois, ao mesmo tempo em que enfoca o nível regional, onde ocorrem as interações dos atores, e os níveis nacional e global, não desconsidera as interações e influências dos outros níveis e deles entre si, possibilitando uma vinculação entre condições internas à região, relações entre as unidades desse local e outras regiões, como também dinâmicas e atores globais (FRASSON-QUENOZ; PIÑEROS, 2014, p.22-3). Sua utilidade se pauta em três elementos, segundo Buzan e Waever (2003, p.45), “*first it tells us something about the appropriate level of analysis in security studies,*

second it can organise empirical studies, and, third, theory-based scenarios can be established on the basis of the known possible forms of, and alternatives to, RSCs". Tal teoria permite uma compreensão pautada em uma abordagem tanto materialista, próxima ao neorrealismo das Relações Internacionais, ressaltando-se a territorialidade e a distribuição de poder, como construtivista, voltando-se ao campo da securitização e de padrões de relacionamento baseados na construção social. Assim, "*RSCT offers a conceptual framework that classifies security regions into a set of types, and so provides a basis for comparative studies in regional security*" (BUZAN; WAEVER, 2003, p.04).

A temática sobre defesa e segurança torna-se relevante devido ao fato, primeiramente, do incipiente estudo sobre o campo de defesa e segurança no Brasil, concomitante a uma despreocupação com questões conceituais e definições neste campo. Assim,

> […] *debemos admitir que la academia no tiene un espacio epistémico de Defensa consistentemente constituido. En realidad, todavía no se produce mucha investigación sobre Defensa y aún somos pocos los que nos dedicamos exclusivamente a este tema, lo que también se explica históricamente. Algunos autores colocan como causa principal de esa explicación a las prolongadas y reincidentes dictaduras militares, que en alguna medida alejaron el tema de la universidad y que permitió la apropiación del tema de la Defensa con exclusividad por los militares. Sin embargo, debemos reconocer que, incluso antes de las dictaduras, la Defensa tampoco constituyó un problema epistémico que concitase la atención de la investigación académica.* (SAINT-PIERRE, 2014, p.153).

Ademais, se destaca a importância do estudo para uma compreensão mais extensa sobre o processo de cooperação em defesa, tanto no âmbito bilateral, como no marco multilateral, com o Conselho de Defesa Sul-Americano, pautando-se em uma análise que envolve três níveis: internacional, regional e nacional, reconhecendo-se suas interações e implicações de um sob o outro.

A presente tese foi elaborada pela autora com base em seus estudos datados de sua iniciação científica, durante sua graduação, e de seu mestrado, evidenciando os aspectos empíricos da cooperação em defesa sul-americana e fornecendo os alicerces para a consolidação das perguntas e hipótese aqui trabalhadas. Ademais, ressaltamos a diferença conjuntural da região sul-americana de quando a pesquisa foi iniciada e do momento de seu término. Apresentaremos algumas reflexões sobre esse ponto nas considerações finais, as quais nos auxiliaram a evidenciar, ainda mais, as variáveis propostas e suas interações. Por fim, destacamos que esta tese é uma síntese de argumentos que dialogam com as subáreas dos Estudos de Defesa, constituindo peças essenciais para a compreensão da defesa cooperativa sul-americana e para o avanço de debates mais autônomos e próprios de nossa região.

1.1 Marco Teórico-Metodológico

Os estudos das Relações Internacionais estão marcados por uma gama de correntes teóricas que abarca a temática de defesa, segurança e cooperação. Apesar do reconhecido valor de cada uma delas, nos aproximamos dos Estudos Críticos de Segurança, especialmente da teoria de Buzan e Waever (2003) sobre os complexos regionais de segurança. Utilizando a América do Sul como base empírica, construímos a tese em três níveis de análise: internacional, regional e nacional, que interagem entre si. Não assumimos aqui uma determinação causal prévia entre esses níveis. Consequentemente realizamos uma construção analítica sem relações e determinações pré-concebidas, permitindo a construção de uma conclusão baseada em fatos empíricos. A tese está pautada em uma análise histórica, por meio de fontes primárias, secundárias e execução de entrevistas[2].

Estudamos o Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL, seu Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED-CDS) e sua Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE), como também as relações bilaterais entre Colômbia e Estados Unidos, e, individualmente, os países Argentina, Brasil e Colômbia, com um marco temporal de 2008-2016. A escolha da UNASUL e do CDS está baseada no fato de a instituição ser a primeira iniciativa que abarca doze países sul-americanos, pautando-se em um campo cooperativo político, sendo o Conselho uma proposta única no que se refere à defesa e à segurança regional, que gerou, na época de sua criação, grandes expectativas e planejamentos. Paralelamente, a eleição das relações bilaterais entre Colômbia e Estados Unidos foi realizada como forma de demonstrar um contraponto, ou até mesmo um confronto, com a proposta de cooperação regional sul-americana. O enfoque em Argentina e Brasil ocorre devido aos seus papeis centrais na criação e no desenvolvimento das propostas e dos planos de ação do CDS. Em contraposição, inserimos a Colômbia, caracterizada como ponto de inflexão do Conselho e, novamente, como caso conflitante com a busca de uma efetiva autonomia regional e de uma cooperação em defesa unicamente sul-americana, especialmente devido à sua orientação política, econômica e militar voltada aos Estados Unidos e seu confronto ideológico com outros países da região, como Equador e Venezuela. Por fim, a delimitação do período temporal ocorreu com base no ano de criação do CDS, em 2008, e o momento de mudanças governamentais e crises na região, a partir de 2016, com destaque aos dois países que analisamos: Argentina,

[2] As entrevistas foram ferramentas essenciais para a construção de nossa hipótese e compreensão dos níveis de análise e dos processos cooperativos sul-americanos. Ver apêndices A, B e C.

com a eleição de Mauricio Macri como presidente; e no Brasil, com o impeachment de Dilma Rousseff e a nomeação de Michel Temer como presidente interino.

A autora se propõe a responder duas perguntas centrais: 1) Quais são as variáveis causais que levaram à cooperação em defesa com o CDS-UNASUL? e 2) Quais são as variáveis que afetaram a cooperação em defesa na América do Sul? Reconhecemos a existência de diversos trabalhos voltados para a resolução de parte da primeira pergunta[3], no que tange às origens do CDS-UNASUL e o papel do Brasil, porém apenas um artigo relacionado à segunda questão[4]. Essa bibliografia nos possibilitou construir as duas perguntas de pesquisa e as hipóteses bases desta investigação, de forma a desenvolvermos uma tese que se apresenta com a busca por compreender as variáveis causais e influentes no processo de cooperação em defesa sul-americano, atrelando às hipóteses tanto ao âmbito multilateral, do CDS-UNASUL, quanto ao bilateral, no campo das relações entre Colômbia e Estados Unidos.

Como objetivos específicos desta tese, apresentamos:

- Desconstruir a teoria dos Complexos Regionais de Segurança tanto conceitualmente como empiricamente, aplicando-a ao caso da América do Sul.
- Analisar a influência extrarregional de Estados Unidos e suas relações com Colômbia;
- Compreender as políticas de defesa nacional de Argentina, Brasil e Colômbia, com enfoque na cooperação sul-americana, destacando-se o CDS-UNASUL;
- Ponderar as origens e o desenvolvimento do Conselho de Defesa Sul-Americano e seus órgãos: o CEED-CDS e a ESUDE.

Para tanto, nossa hipótese está centrada em três níveis de análise, internacional, regional e nacional. As variáveis causais e influentes na cooperação em defesa na região sul-americana são, no nível internacional, a influência dos Estados Unidos; e no nacional: 1) governos e diplomacia presidencial; 2) soberania e autonomia nacional; e 3) políticas de

[3] Com destaque a: ABDUL-HAK, Ana Patrícia Neves. **O Conselho de Defesa Sul-Americano: Objetivos e Interesses do Brasil**. Brasilia: Funag, 2013. BATTAGLINO, Jorge. O Brasil e a Criação do Conselho de Defesa Sul-Americano. **Nueva Sociedad**, p.79-89, 2009. OLIVEIRA, Carolina de. **Defesa e segurança em projetos de integração regional na América do Sul: uma análise a partir do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS)**. 2017. 227f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, 2017. SANAHUJA, José Antonio. Post-liberal Regionalism in South America: The Case of UNASUR. **EUI Working Paper RSCAS**, 2012/05. TEIXEIRA JR., Augusto W. M. **O Brasil e a Criação do Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL: Cooperação e Balanceamento como Estratégias de Autoajuda**. 304f. 2013. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. TEIXEIRA JR., Augusto W. M.; SILVA, Antonio H. Explaining Defense Cooperation With Process-tracing: the Brazilian Proposal for the Creation of UNASUR South American Defense Council. **Rev. Bras. Polít. Int.**, v.60, n.2, 2017. VAZ, Alcides Costa; FUCCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas Pereira. UNASUR, Brazil, and the South American defence cooperation: A decade later. **Rev. Bras. Polít. Int.**, v.60, n.2, 2017.

[4] COMINI, Nicolás; FRENKEL, Alejandro. Unasur. De proyecto refundacional al fantasma del Sudamexit. **Anuario de Integración**, v.13, 2016.

defesa nacionais, impactando diretamente nas: a) relações civil-militares; e b) percepções de ameaças e processos de securitização.[5] O nível regional compõe o centro de interação dos outros dois níveis e suas variáveis, marcado por iniciativas de cooperação intra e extrarregional, com destaque ao CDS-UNASUL e as relações Colômbia-Estados Unidos, e processos de securitização, os quais, em momentos pontuais, interagem e influem sob o nível nacional.

A presente tese encontra-se dividida em cinco capítulos. Dedicamos o primeiro capítulo ao estudo teórico-conceitual que abarca o campo da segurança, defesa e cooperação, o qual fornecerá a base necessária para a compreensão dos principais conceitos utilizados ao longo dos demais capítulos, bem como da teoria que será reelaborada, os Complexos Regionais de Segurança. Ademais, a última seção de tal capítulo se centra na compreensão sobre as origens do Conselho de Defesa Sul-Americano, possibilitando uma análise prévia da América do Sul e de suas dinâmicas, as quais passam a ser aprofundadas nos próximos capítulos por meio das variáveis eleitas e dos três níveis de análise propostos.

O segundo capítulo abrange o nível internacional, em que discutimos a variável "influência dos Estados Unidos" por meio da compreensão de suas ações no âmbito hemisférico e na América do Sul, e do desenvolvimento de seu poder sob os países da região. Observamos uma situação pendular da presença e do poder daquela potência, porém que, ainda assim, se encontra sempre engajada na região sul-americana e influente na construção dos processos cooperativos no âmbito da defesa.

O terceiro e o quarto capítulo estão centrados no nível nacional, com uma análise pautada nos três países eleitos para compor as discussões desta tese, Argentina, Brasil e Colômbia. O capítulo três tange as variáveis "governos e diplomacia presidencial" e "soberania e autonomia nacional". Para tanto, realizamos a compreensão do advento dos anos 2000, pautados na eleição de governos progressistas e no *boom* das commodities, possibilitando um estudo mais aprofundado sobre o kirchnerismo argentino, os governos de Lula da Silva e Rousseff no Brasil, e a consolidação das lideranças de Uribe e Santos na Colômbia. A segunda variável nos permite compreender a dinâmica nacional dos países destacados, associando uma compreensão inicial sobre seus documentos nacionais e seus comportamentos quanto à cooperação em defesa regional. O capítulo quatro dá continuidade

[5] A escolha das variáveis causais e influentes está pautada em dois eixos centrais. O primeiro marca-se pela teoria dos complexos regionais de segurança, a qual nos possibilitou construir os níveis de análise e incluir as variáveis "influência dos Estados Unidos" e "percepções de ameaças e processos de securitização". Já o segundo centrou-se no campo empírico, especialmente com a ferramenta de execução de entrevistas, possibilitando a inclusão das variáveis "governos e diplomacia presidencial", "soberania e autonomia nacional", "políticas de defesa nacionais" e "relações civil-militares".

ao diagnóstico por meio do estudo da variável “políticas de defesa nacionais”, que se desdobra nas variáveis “relações civil-militares” e “percepções de ameaças e processos de securitização”. Nesse capítulo examinamos as políticas de defesa criadas durante o período estipulado por esta tese, sempre conectando com o campo da defesa cooperativa sul-americana. Ademais, realizamos uma breve análise das relações civis-militares na Argentina, Brasil e Colômbia, destacando sua conexão com a cooperação em defesa, especificamente com o CDS. Nossa terceira seção volta-se aos processos de securitização executados pelos três países e que possuem repercussão no nível regional, nos centrando, assim, no campo dos recursos naturais, crime organizado e narcoterrorismo.

Devemos ressaltar a complexidade das variáveis aqui apresentadas e a existência de pesquisas destinadas à compreensão de cada uma delas de forma específica. Com isso, reconhecemos a síntese de nossas discussões e nossa incapacidade de aprofundar algumas questões. Com nosso recorte cirúrgico, destacamos sempre a eleição de pontos que terão um impacto efetivo na cooperação em defesa sul-americana e que interagem no âmbito regional.

Nosso último capítulo destina-se ao nível regional, subdividindo-se no campo interativo das variáveis discutidas ao longo da tese, convergindo na vertente de cooperação intra e extrarregional, primeiramente com a verificação das variáveis nas relações Colômbia-Estados Unidos e, posteriormente, no âmbito do Conselho de Defesa Sul-Americano. Como também a compreensão dos processos de securitização neste nível, derivados das iniciativas cooperativas discutidas previamente. Sendo nossa última seção centrada na reconstrução da teoria dos Complexos Regionais de Segurança e na análise do complexo sul-americano.

Por fim, devemos considerar o intuito desta tese em se pautar nos estudos de defesa na América do Sul e desenvolver uma análise singular que, ao mesmo tempo em que coleta e reorganiza as variáveis influentes na cooperação em defesa regional, também se baseia nos estudos teóricos regionais e críticos. Propomos uma nova forma de olhar as interações entre os países sul-americanos, ausentando-se de determinações pré-concebidas e de fórmulas desenvolvidas para outras regiões do sistema internacional.

2 MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL: ESTUDOS DE SEGURANÇA

No presente capítulo realizamos uma revisão bibliográfica[6] sobre os principais conceitos utilizados nesta tese. Para tanto, iniciamos a análise por meio das vertentes teóricas conceituais de segurança, defesa, cooperação e instituições, tendo sempre como enfoque a região sul-americana. Ademais, abordamos a corrente dos Estudos Críticos de Segurança, especialmente a Escola de Copenhague com a Teoria de Securitização e a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança, como bases para a nossa investigação, dedicando, assim, subseções especificas para tais. Ademais, ao longo do capítulo, inserimos as discussões sobre o estado da arte da cooperação em defesa sul-americana e, mais especificamente, do caso do Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL, servindo de embasamento para os próximos capítulos que são desenvolvidos nesta tese doutoral.

2.1 Estudos de Segurança Internacional: Conceitos Essenciais

A partir da década de 1980, observa-se um posicionamento mais estrito com respeito aos Estudos de Segurança e à epistemologia da área, referindo-se aos princípios e diretrizes de como se deve estudar segurança, intensificando-se os debates sobre o conceito de segurança a partir de novas abordagens. Ressalta-se a mudança de aceitação da concepção material de segurança com o pós-Guerra Fria, constatando a existência de um posicionamento que reflete uma visão específica de mundo de um determinado ator. Pode-se diferenciar as conceitualizações de segurança por meio de algumas concepções, uma refere-se ao campo objetivo, tradicionalmente pautada em elementos materiais; outra subjetiva, incluindo na primeira visão fatores ideacionais (não materiais), como história, cultura, normas e percepções. Nesse cenário, destaca-se o papel da definição de Wolfers (1952, p.484-492), que introduz segurança como um valor negativo, em que, objetivamente, é "a ausência de ameaças a valores adquiridos" e, subjetivamente, a "ausência do medo de que tais valores serão atacados". Como crítica à concepção de Wolfers de segurança como ausência de ameaças, Baldwin (1997, p.13-7) substitui o termo por "a baixa probabilidade de dano aos valores adquiridos"[7], ao mesmo tempo em que realiza um aprofundamento do debate por meio de

[6] Ressalta-se que parte da presente revisão bibliográfica foi realizada na dissertação de mestrado da autora, como também em artigos publicados pela mesma.

[7] "Apesar de o autor acreditar que tal mudança não afeta significativamente a definição original, cremos que a implicação de seu termo é extensa e apresenta efetiva alteração. Isto pois, a concepção de ausência de ameaças, quando empregada na realidade, constitui-se como utópica, já que na visão estratégica de um Estado sempre

duas grandes questões: "segurança para quem?" e "segurança com quais valores?"[8].Outro exemplo de debate entre a vertente objetiva e subjetiva é a abordagem de Waltz, em que a segurança é o "mais alto fim", sendo a segurança nacional de um Estado a busca constante pela sua sobrevivência (BALDWIN, 1997, p.21). Paralelamente, Booth (2007, p.98-103) apresenta a sobrevivência como condição existencial, em que a segurança deve ser definida por meio de experiências, análises e medos dos que vivem em insegurança. A segurança é considerada pelo autor como um "*survival-plus*", sendo o *plus* "liberdade das ameaças determinantes da vida", portanto, com "espaço para fazer escolhas". Por fim, contrapondo-se às duas perspectivas anteriores, a visão discursiva, focada no processo intersubjetivo (*speech act*), ressalta que segurança não pode ser definida objetivamente e/ou subjetivamente. Nesse caso, a segurança passa a ser uma prática intersubjetiva, como será discutido na seção 2.2.5. (ARMIÑO, 2015, p.302-304; BUZAN; HANSEN, 2009; SOUZA, 2017).

Seguindo uma análise epistemológica, busca-se a compreensão do termo poder, que, segundo W. B. Gallie (1956, apud BARNETT; DUVALL, 2005, p.02), é um "conceito essencialmente contestado", que não pode ser compreendido por uma única forma ou expressão.[9] A corrente neorrealista ressalta a importância do poder e sua influência sob os Estados, cerceando-se ao campo material. Contudo, segundo Hurrell (2005, p.48-53), o poder deve ser reconhecido como um atributo social que está associado a outros conceitos sociais, como prestígio, autoridade e legitimidade. Nesse sentido, em contrapartida à proposta neorrealista, reconhece-se o poder estatal por meio de sua dependência quanto às opções de governança, de adaptação dos processos sociais, políticos e econômicos às normas internacionais e da habilidade de conviver com a sociedade civil global.

Partindo de uma análise ontológica, centrada no estudo dos atores da dinâmica internacional, constata-se que a visão tradicional de segurança está marcada pela característica estatocêntrica e militar, pautada pelos estudos estratégicos do início da Guerra Fria, atrelada, mais especificamente, à corrente realista das Relações Internacionais, e preocupada com o

---

haverá a previsão de alguma ameaça, mesmo que seja futura. A estratégia volta-se para a articulação planejada da política associada à manutenção da segurança nacional de um Estado, e assim, o preparo e a antevisão frente possíveis ameaças que possam afetar sua segurança. Ademais, mesmo com a presença de determinadas ameaças, não existe o impedimento de um Estado não se sentir seguro, ao menos parcialmente, já que pode estar preparado o suficiente para assegurar a sua segurança (em aspectos tanto militares, como políticos ou cooperativos) ou ter a percepção de segurança em campos específicos" (SOUZA, 2017, p.46-7).

[8] Valores estes que podem ser: segurança física, autonomia, bem-estar econômico, etc.

[9] Ressalta-se, brevemente, que Dahl analisa o poder em relação ao controle e a influência sobre outros Estados; Mearsheimer classifica o poder de um Estado em latente (tamanho da população e nível de riqueza) e militar (Forças Armadas, com destaque ao exército); e, para Waltz, o poder é medido pela capacidade material do Estado: "tamanho da população e do território, dotação de recursos, capacidade econômica, força militar, estabilidade política e competência" (NYE JR., 1988, p. 249-51; RODRIGUEZ, 2013,p.17-8).

"≪estudio de la amenaza, uso y control de la fuerza militar≫ por los Estados". Uma perspectiva diferente é o olhar liberal das Relações Internacionais sobre o conceito, expandindo-o para o campo da cooperação interestatal, inserindo o papel das instituições internacionais e regionais, e do indivíduo. Paralelamente, com os Estudos Críticos de Segurança, verifica-se, apesar de divergências existentes entre seus teóricos, a rejeição da posição tradicional e da visão de uma "*realidad estatica, objetiva, incuestionable y apolítica*" da segurança. Desta forma, por meio dos estudos críticos, tem-se a busca por uma ampliação e um aprofundamento da agenda de segurança, para além do campo militar e do Estado. Assim, pensar sobre segurança e ameaças exige a compreensão de fatores ideacionais (cognitivos) e discursivos, do reconhecimento de que a definição de conceitos é condicionada por uma visão específica de mundo, da política e das relações de poder. (ARMIÑO, 2015, p.305-25) Segundo Hoogensen (2005, p.269) importantes articulações são originadas de perspectivas teóricas baseadas em análises para além do Estado e do nível do sistema internacional, considerando questões relacionadas à segurança humana[10] e a aspectos de segurança social e regional.

Quando analisamos a definição de Defesa nos deparamos, segundo Mathias e Matijascic (2011, p.225-6), com quatro possíveis formas de compreensão desenvolvidas ao longo dos séculos XX e XXI. A primeira refere-se ao viés geográfico, sendo uma ação externa ao Estado. A segunda insere a defesa como uma ação, sendo próxima à terceira definição, em que, de acordo com Saint-Pierre (2008, p.59), é a expressão da atividade que permite garantir a segurança, já que

> *si por un lado nos sentimos seguros cuando nada nos amenaza, nos sentimos 'defendidos' cuando sabemos que hemos hecho todo lo que estaba anuestro alcance para mantener alerta nuestra atención a la emergencia de amenazas, cuando sabemos que aprovechamos de la mejor manera posible los medios a nuestro alcance, y las circunstancias. Ello, para disminuir nuestras vulnerabilidades, para dificultar la aparición de peligros oportunistas, y para aumentar nuestra capacidad y potencia para descubrir las amenazas, repeler-las, o disminuir sus efectos si no es posible nada de lo anterior.*

Já a última análise associa-se a uma perspectiva funcionalista, ampliada pelas autoras, em que defesa possui uma natureza voltada ao conflito e à guerra, executada por agentes das Forças Armadas e com campo de atuação principal o âmbito externo (MATHIAS; MATIJASCIC, 2011, p.226). Historicamente, dentro do campo estatal são associados diversos atores que permeiam a construção dessa dimensão, sendo civis, militares (Forças

[10] Tal conceito será abordado com detalhes na seção 2.2.3.

Armadas) e o governo, com destaque ao executivo e ao legislativo. Historicamente, houve a dominação por parte das Forças Armadas com a elaboração de Doutrinas de Segurança Nacional (DSN) por toda a América Latina, ocorrendo a internalização de conflitos e a designação de inimigo interno, definido desde uma perspectiva ideológica. Tal lógica inseriu-se no contexto da Guerra Fria e na visão assumida pelos Estados Unidos, proclamando a luta contra o inimigo comunista. Contudo, questiona-se essa visão militar, já que a defesa deve estar voltada a "ameaças exclusivamente externas", pois, complementariamente à definição apresentada acima, esta é um "conjunto de medidas destinadas a enfrentar distintos riscos, potenciais ou efetivos, ou reduzir a vulnerabilidade frente a esses riscos, e embutindo a possibilidade de emprego da força" (SOARES, 2015, p.15-17). Com o fim da Guerra Fria, nota-se um cenário com reforço da adoção da Defesa, da soberania e do território, porém ainda considerando a possibilidade de emprego interno das Forças Armadas, voltando-se para a segurança pública, como também para o emprego das mesmas em missões de desenvolvimento socioeconômico (HENS; SANAHUJA, 1995; MARCELLA, 2016).

O conceito "ameaças" pode ser definido a partir de uma variedade de abordagens, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) (2005 apud SEQUEIRA, 2015, p.48-9), o termo refere-se a "qualquer acontecimento ou processo que leva à perda de vida ou à redução de expectativas de vidas humanas em larga escala e que ponha em causa a unidade do sistema internacional, ameaçando a segurança internacional". Considerando outra perspectiva, centrando-se no campo das Forças Armadas, ameaça é um acontecimento ou ação "que contraria a consecução de um objectivo e que, normalmente, é causador de danos, materiais ou morais" (CABRAL COUTO, 1988 apud SEQUEIRA, 2015, p.48). Paralelamente, de acordo com Saint-Pierre (2007, p.03), ameaça é o "anunciante de temor" e está associada à percepção do ameaçado, ou seja, "ameaça é uma representação, um sinal, uma certa disposição, gesto ou manifestação percebida como o anúncio de uma situação não desejada ou de risco para a existência de quem percebe". Mathias (2003, p.01-02) complementa essa definição abordando que as ameaças são construídas pelos Estados, a partir de seus interesses e percepções.[11]

[11] Segundo Veyret e Richmond (2007, p.23-6), risco é uma construção social inserida em um contexto histórico, ou seja, "uma percepção de um perigo possível, mais ou menos previsível por um grupo social ou por um indivíduo que tenha sido exposto a ele", originando-se de forma natural ou por consequência da ação humana, sem a completa certeza de ocorrência (probabilidade). De maneira complementar, para Beck (2009, p.04-19), o risco refere-se a ameaças futuras, representando um esquema perceptivo e cognitivo que leva a sociedade a se mobilizar perante incertezas, desenvolvendo decisões no presente referentes ao futuro. "*Risks concern possible events that could but need not necessarily occur, they are marked by a high degree of unreality*" (BECK, 2009, p.30). Nesse sentido, risco centra-se no campo das decisões e responsabilidades, em que o "futuro imaginado" torna-se, agora, o presente, base para ações (SELCHOW, 2014, p.69-70).

Ainda no campo ontológico, busca-se clarificar a definição de poder seguindo as propostas de Barnett e Duvall (2005, p.02-11), em que "*power is the production, in and through social relations, of effects that shape the capacities of actors to determine their own circumstances and fate*". Nesse sentido, para os autores, a compreensão de poder deve cercear duas dimensões analíticas: a) o tipo de relações sociais, olhando o campo da interação e constituição, sendo assim, o poder refere-se ou ao atributo particular dos atores e suas interações ("*power over*"), ou a um processo social construtor de identidades, interesses e capacidades ("*power to*")[12]; e b) a especificidade das relações sociais, em que o poder pode atuar de forma direta e socialmente especifica ou indireta e socialmente difusa. No primeiro caso, a conexão entre os atores é reconhecida como mecanicista, pautada no contato direto, como ressaltado por Robert Dahl, em que "não existe ação à distância", necessitando de uma ligação observável entre os envolvidos, que, em geral, estão fisicamente, historicamente e/ou posicionados socialmente de forma próxima. Paralelamente, a outra perspectiva compreende poder em relações indiretas, ou seja, distanciados de forma física, temporal e/ou social. A exemplo, observa-se o caso das instituições e seus mecanismos empregados, especialmente quanto à evolução das regras e procedimentos.

Uma consequência dessas dimensões analíticas é o desenvolvimento de quatro taxonomias de poder[13]: 1) poder compulsório, que está pautado nas relações que permitem que um ator tenha controle direto sob outro, cerceando não apenas as capacidades materiais, mas também normativas e simbólicas; 2) poder institucional refere-se ao controle indireto de um ator sob outro, focando-se nas instituições formais e informais que mediam as relações entre os atores; 3) poder estrutural pauta-se na constituição social e de capacidades e interesse dos atores, a partir de relações diretas entre eles, moldando "*fates and conditions of existence of actors*" a partir de: a) posições estruturais que "*allocate differential capacities, and typically differential advantages, to different positions*": b) estrutura social, constituída de atores e suas capacidades, como também de "auto compreensão e interesses subjetivos". Assim, pode-se dizer que esse poder tem a capacidade de impedir que os atores reconheçam sua própria dominação, fazendo com que os mesmos reproduzam (e não resistam) às capacidades diferenciais e os privilégios estruturais; 4) poder produtivo, que é "*the socially diffuse production of subjectivity in systems of meaning and signification*", pautando-se nos

[12] Segundo os autores, uma análise não necessariamente deve excluir um tipo de poder do outro.

[13] "*Because concepts of power are partly distinguished by the conceptualized relationship between agency and structure, our taxonomy relates to the agent–structure duality to the extent that the generic concern is with the relationship between social context and human action. We want to stress, though, that because each type of power has at least an implicit view of both agency and structure, none simply reflects an entirely agenticor structural perspective (to the neglect of the other).*" (BARNETT; DUVALL, 2005, p.02).

sistemas de conhecimento, nas práticas discursivas[14] e nos processos sociais. "*In general, the bases and workings of productive power are the socially existing and, hence, historically contingent and changing understandings, meanings, norms, customs, and social identities that make possible, limit, and are drawn upon for action.*" (BARNETT; DUVALL, 2005, p.02-22)[15].

Desde uma perspectiva praxeológica, utilizamos a afirmativa de Robert Cox (1981, p.128-130) em que "*theory is always for someone and for some purpose*". Para tanto, o autor consolida essa abordagem ressaltando que a teoria política e social está pautada em um condicionante histórico, com problemas e situações particulares, possuindo um intento de inserir-se em um marco de proposições gerais. Para tanto, considera a existência de dois tipos de teorias: 1) teoria de solução de problemas, voltada para uma resposta simples e direta em uma perspectiva particular, em que destaca as teorias tradicionalistas; e 2) teoria crítica (teorias reflexivistas), que executa a reflexão do processo de teorização, a partir de diversas perspectivas, adotando uma abordagem holística pautada no complexo político-social.

A perspectiva realista (e posteriormente neorrealista) das Relações Internacionais, especialmente com o fim da Segunda Guerra Mundial, adotou uma abordagem positivista, buscando uma separação entre a teoria e a práxis, pautando-se na justificativa de distinção entre fato e valor, com a inserção do primeiro como único elemento válido para a pesquisa científica. Nesse sentido, proclamou-se a ideia de uma perspectiva neutra, sem uma visão de mundo específica ou política. Contudo, tal teoria passou a ganhar reconhecimento pelos formadores de opinião e realizadores de políticas, auxiliando, assim, na "produção, reprodução e legitimação global do *realpolitik*" (JONES, 1995, p.303-305). As vertentes reflexivistas das Relações Internacionais contrapõem-se a essa visão e passam a associar as teorias a práxis política e a sua dedicação pela transformação da política internacional e pela emancipação.

Os estudos críticos de segurança negam, assim, a existência de um posicionamento neutro e universal dos conceitos e teorias. Nesse cenário, a Escola de Gales, fundada por Ken

---

[14] "*Discourses are understood here to systems of signification – how "microfields" or the quotidian "define the (im)possible, the (im)probable, the natural, the normal, what counts as a problem". [...] In this way, discourses are sites of social relations of power, because they situate ordinary practices of life and define the social fields of action that are imaginable and possible. [...] Discourse, therefore, is socially productive for all subjects, constituting the subjectivity of all social beings of diverse kinds with their contingent, though not entirely fluid, identities, practices, rights, responsibilities, and social capacities*". (BARNETT; DUVALL, 2005, p.21).

[15] Destaca-se que tal abordagem sobre o poder está intimamente relacionada com a questão de resistência, já que, "*there is a humanin clination to resist in the face of power and to seek greater capacity to influence the social forces that define them and their parameters of action, at least in the modern condition.*" (BARNETT; DUVALL, 2005, p.22-23).

Booth e Richard Jones, se destaca por identificar a segurança com a emancipação[16] humana frente a fontes de opressão e ameaças. Paralelamente, as visões críticas pós-estruturalistas priorizam a crítica discursiva sobre a práxis, voltando-se à construção de discursos sobre o "outro" e "si mesmo", vinculada ao desenvolvimento de políticas de segurança[17] (ARMIÑO, 2015, p. 305-323).

2.2 Cooperação e Conceitualizações: Segurança no Pós-Guerra Fria

Partindo de uma análise mais clássica, Jervis (1985, p.61) afirma o papel do dilema de segurança para a efetuação de processos cooperativos entre Estados. Para tanto, em uma sociedade anárquica, o dilema de segurança implica em que,

> *groups or individuals living in such a constellation must be, and usually are, concerned about their security from being attacked, subjected, dominated, or annihilated by other groups and individuals. Striving to attain security from such attack, they are driven to acquire more and more power in order to escape the impact of the power of others. This, in turn, renders the others more insecure and compels them to prepare for the worst. Since none can ever feel entirely secure in such a World of competing units, power competition ensues, and the vicious circle of security and power accumulation is on*. (HERTZ, 1950, p.157).

Desta forma, Jervis (1985, p.61-79) apresenta alguns elementos que aperfeiçoariam o dilema de segurança e o desencadeamento da cooperação estatal, apesar de sua dificuldade de ser alcançada, sendo tais: 1) segurança mútua com a utilização de estratégias defensivas; 2) alteração na perspectiva de exploração dos Estados, desempenhando papel cooperativo (maior recompensa); 3) maior transparência entre os Estados; e 4) previsão de ações futuras por parte dos Estados.

Mearsheimer (2001, p.43-44), teórico do realismo ofensivo, alega a possibilidade de cooperação, especialmente para a manutenção da balança de poder[18], com a formação de alianças. Contudo, existem dificuldades de concretização, como a preocupação com os ganhos relativos, em que os Estados passam a enfocar nas divisões de ganhos e não apenas em seus ganhos absolutos, e a "trapaça", visto as rápidas mudanças que podem ocorrer na balança de poder. Mesmo com a existência da cooperação, a competição por segurança ainda existirá, já

[16] "*El concepto de emancipación es un instrumento analítico y político orientado al cuestionamiento de la realidad social y política, así como a apoyar las luchas por un cambio radical en la distribución de poder para que las personas sean más seguras y libres, lo que se considera que redundara además en una mayor seguridad global.*" (ARMIÑO, 2015, p. 322).

[17] Maiores detalhes serão abordados na seção 2.2.5.

[18] Balança de poder, segundo Hans Morgenthau, é "- uma política direcionada para um determinado Estado de coisas; - um determinado Estado concreto de coisas; - uma distribuição de poder aproximadamente igual; - qualquer distribuição de poder" (DINIZ, 2007 apud REZENDE, 2013, p. 26).

que a segurança mútua pode não ser buscada ou efetivada, visto um Estado poder utilizar da guerra, ou ter seus requisitos de segurança incompatíveis com outros Estados (REZENDE, 2013, p.40). Paralelamente, segundo a corrente neorrealista, ou realista estrutural, liderada por Waltz, o sistema internacional está pautado pelo dilema de segurança, em que são criadas oportunidades e dificuldades para ações conflitivas e cooperativas. A possibilidade de cooperação no campo militar é rara, já que, normalmente, "qualquer vantagem é extremamente valiosa", sendo que, as alternativas de processos de cooperação são a construção de alianças[19] ou o controle de armamentos. (ABDUL-HAK, 2013, p.29-30).

Nesse cenário, pensar o dilema do prisioneiro implica compreender o processo de cooperação mútua. Tal dilema está composto por dois jogadores, incomunicáveis entre si, que possuem duas opções: cooperar ou desertar (AXELROD; HAMILTON, 1981, p.1391; BETTS; EAGLETON-PIERCE, 2005, p.06), pautando suas decisões por meio da reciprocidade (AXELROD, p.04). Ao longo do jogo, as ações unilaterais, na tentativa de elevar sua segurança, obtêm repercussões contrárias, visto que recebem reações correspondentes, degradando a segurança de ambos os jogadores. Nesse contexto, destaca-se a construção da segurança cooperativa, que será abordada na próxima seção, já que pode exercer o papel de promotora da segurança nacional frente ao dilema de segurança e ações baseadas no *selfhelp*[20]. (MIHALKA, 2001, p.29-66).

Partindo de outra abordagem, Keohane (1984, p.51-54) discute que o processo de cooperação ocorre quando os atores acordam entre si seus comportamentos e ações que anteriormente não estavam em harmonia, através de negociações e da coordenação política, obtendo-se ganhos. "Ressalta-se que a cooperação não implica na ausência de conflitos, sendo assim considerada como uma reação a um conflito ou a uma ameaça de tal" (SOUZA; SCHWETHER, 2014, p.439). A cooperação intergovernamental é executada a partir do momento em que as políticas de um "governo são consideradas pelos seus parceiros como facilitadoras para a realização dos seus próprios objetivos, como o resultado de um processo de coordenação das políticas" (LAMASHEVA, 2004, p.80). Assim, a cooperação torna-se uma ferramenta institucional para a convergência de interesses, se utilizando de regimes, normas e princípios para a garantia de uma cooperação estável entre os membros (BETTS; EAGLETON-PIERCE, 2005, p.06).

---

[19] As alianças são criadas com a finalidade de união de forças para enfrentar ou se defender de um inimigo comum, presentes tanto em momentos de guerra como de paz (inibindo possíveis agressões de outros Estados) (MORAES 2010, p.30-32).

[20] *Selfhelp* refere-se, no sistema internacional anárquico, à ação para a manutenção da sobrevivência do Estado, em que cada Estado, individualmente, buscar a obtenção de seus interesses e ganhos (WALTZ, 1979, p.111-113).

Segundo Milner (1992, p.468-70), a cooperação está marcada por dois elementos, um refere-se ao comportamento dos atores, destinado a algum objetivo, o outro associa o processo de cooperação à conquista de ganhos por parte dos atores, em que "*each actor helps the others to realize their goals by adjusting its policies in the anticipation of its own reward*". A consolidação da cooperação pode ser alcançada por meio de algumas maneiras: a) tácita e sem acordo específico, como na metáfora do dilema do prisioneiro; b) negociada em um processo de barganha, como argumentado por Keohane; e c) imposta, em que a parte mais forte força o outro a alterar sua política, ao mesmo tempo a ajusta à sua própria, sendo expressa nos Estudos de Estabilidade Hegemônica.

Paralelamente, o funcionalismo clássico, nascido com David Mitrany, formula a combinação entre organizações internacionais e sua centralidade no sistema para a construção de uma paz duradoura em uma "comunidade mundial", caracterizando tais instituições a partir de suas funções e não de sua territoriedade, já que o sistema estatal, centrado em questões territoriais, está marcado por tensões e conflitos, superando assim a divisão política. Segundo Hass, e considerando as críticas existentes a tal teoria, o funcionalismo possibilitou a criação de uma "*alma teorica y practica de los procesos de integración*". O neofuncionalismo nasce com tal autor, que propõe a construção de um processo entre atores políticos com a presença de instituições supragovernamentais (PALOMARES, 2015, p.340-344).

O fim da Guerra Fria pode ser considerado como um marco nas relações entre os Estados no âmbito da segurança e defesa, notando-se uma situação de ampliação de ameaças para além do campo fronteiriço, como crime organizado e tráfico, e passando a exercer uma característica transnacional. Destaca-se o papel da potência estadunidense no campo do combate ao narcotráfico e sua influência na região sul-americana, especialmente em países como Colômbia, inserindo uma agenda de segurança multidimensional (DREGER, 2009). Segundo Pagliari (2009), tal diversidade de ameaças possibilita uma maior influência dos Estados Unidos sob a região latino-americana, em que respostas e estratégias securativas são lideradas pela potência. Um exemplo claro é o Plano Colômbia e a associação do combate ao narcotráfico com o terrorismo, como agendas sul-americanas de segurança. Ao mesmo tempo, a OEA ainda se faz presente como uma instituição representativa da posição estadunidense, notável na construção de conceitos, como de segurança multidimensional, que será discutido nas próximas seções, fortalecendo o papel dos EUA sob a região. Nesse cenário, processos de securitização ganham um espaço cada vez maior, abrangendo questões de direitos humanos, recursos naturais e democracia (DREGER, 2009).

Nota-se, nesse contexto, a substituição de alianças militares por processos cooperativos nesse campo, em que a

> cooperação em segurança está relacionada com 'relações bi a multilaterais" tanto entre civis como militares, "cooperação político-militar, cooperação civil de segurança, e cooperação de defesa, que inclui os ministérios de defesa e as FFAA [Forças Armadas] dos países envolvidos, cobrindo, diretamente, a questão da cooperação militar'. (SOUZA; SCHWETHER, 2014, p.440).

Paralelamente, segundo Soares (2008, p.166-167), a cooperação em defesa marca-se pela "vigilância e controle de fronteiras", o "intercâmbio na área de inteligência" e pela "estratégia de ocupação de espaços no cenário internacional, enquanto ator integrado em bloco". A cooperação proporciona uma aproximação entre os Estados, possibilitando a construção e a interligação de interesses comuns, mesmo que historicamente existam percepções de desconfiança. Para Rezende (2013), tal cooperação volta-se à prevenção de conflitos internacionais e regionais, além da preservação da soberania dos Estados nacionais. Segundo Abdul-Hak (2013, p.25-26), a cooperação em defesa está associada à coordenação de políticas dos Estados em relação a ameaças e ao uso e controle da força, ocorrendo a alterações de seus comportamentos. Tal cooperação pode incluir exercícios entre as Forças Armadas, "formação de recursos humanos, desenvolvimento de tecnologia militar e intercâmbio de inteligência". Concomitante, promove, no campo político, o estreitamente das relações entre os membros e a promoção de confiança, constituindo, com isso um papel dissuasório e instrumento para a diplomacia.

De maneira particular, quanto aos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, Acharya (1992, p.09-10) observa que, para que a cooperação militar e em segurança seja efetiva, existe a necessidade de criação de um subgrupo que promova a resolução de conflitos internos do grupo, para que ocorra assim a manutenção de sua estabilidade. Nota-se que os Estados membros são susceptíveis a enfrentar problemas durante a constituição de instituições formais destinadas à operacionalização da cooperação. Ademais, uma agenda de cooperação militar-securativa dentro dos grupos regionais deve abordar ameaças internas, regionais e externas. A ausência de poder por partes dos Estados pode refletir nas configurações de uma cooperação militar/de segurança, tornando-a menos eficaz. Contudo, inserir uma potência estatal na instituição, para solucionar tal problema, não é o ideal, visto a geração de dependência e manipulação dos Estados mais vulneráveis.[21]

[21] Alguns grupos, como Associação de Nações do Sudeste Asiático, Conselho de Cooperação do Golfo e a Organização dos Estados do Caribe Oriental, puderam desenvolver um papel de segurança relativamente forte,

> As relações de segurança interestatais têm necessidade de instituições regionais fortes, que disponham de legitimidade suficiente para canalizar interesses particulares. A fundação de instituições comuns constitui uma base necessária, mas ainda insuficiente, para forjar uma comunidade de segurança. A vontade política dos membros líderes de uma potencial comunidade de segurança é imprescindível, particularmente para alcançar objetivos coletivos. A chave para a solução da problemática colocada pelas divergências de objetivos e pelos déficits de institucionalização encontra-se no diálogo aprofundado sobre segurança entre os países do Sul da América Latina. (FLEMES, 2004, p.185).

De acordo com Costa (2003, p. 181), "a cooperação sul-americana deve ser vista como um instrumento de alavancagem coletiva de todos os países da região", permitindo, por meio de medidas de confiança mútua, a construção da cooperação no âmbito da segurança e defesa regional. Para Dreger (2009), o processo de cooperação e integração sul-americana está marcado por fatores estruturais influentes, como a globalização, associada à abertura econômica, ao regionalismo e à busca regional por autonomia e poder. Ao mesmo tempo, Soares (2008) apresenta que a cooperação militar do cone sul foi impulsionada por dois elementos centrais, os processos de redemocratização e a procura por maior autonomia.

O conceito de Medidas de Confiança Mútua (MCM) foi desenvolvido em 1975, durante a Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa, que se pautava na diminuição do risco de conflito militar por meio da promoção da confiança. De forma mais ampla, pode-se dizer que tais medidas são ferramentas utilizadas para "proporcionar maior transparência e reciprocidade nas relações entre os Estados, por meio da comunicação entre as ações dos atores envolvidos, proporcionando a prevenção de conflitos ou crises, o fortalecimento da paz e um maior sentimento de segurança dos Estados" (SOUZA, 2019, p.617). De acordo com Aravena (2002, p.35-36), as MCM são ações bi e multilaterais com vínculo de reciprocidade, pautadas em declarações de paz entre os países envolvidos e suscetíveis de avaliação e verificação. As medidas podem ser compreendidas, para o autor, a partir de níveis de desenvolvimento, sendo o primeiro marcado pela busca da erradicação da desconfiança, utilizando ações preventivas de conflitos e edificação de comunicação e conhecimento mútuo. Como segundo nível, observa-se a construção da confiança, desenvolvendo atividades para a criação de um novo padrão de relação entre os Estados, marcado por desenhos institucionais formais. O terceiro nível caracteriza-se pelo aprofundamento da confiança, com o emprego de ações conjuntas. Por fim, há a planificação da cooperação, por meio de uma aliança político-estratégica, pautada em políticas exteriores e de segurança comuns. Desta forma, pode-se considerar que as MCM estão constituídas por

---

incluindo uma cooperação militar-segurança com base em ações bi e multilaterais entre seus membros (ACHARYA, 1992, p.10).

algumas características centrais, sendo tais: transparência e abertura; previsibilidade; reciprocidade e equivalência; comunicação; estabelecimento de um padrão de relacionamento; viabilidade; coerência (política); capacidade de verificação; suporte social (legitimidade nacional); e variação de acordo com o número de membros envolvidos (SOUZA, 2019).

Pragmaticamente, de acordo com a Organização dos Estados Americanos (2012), a adoção de medidas de fortalecimento da confiança e da segurança (MFCS) está destinada a "prevenir crises e situações de conflito, ao fortalecimento da paz e segurança internacionais; e à promoção do desenvolvimento, criando e propiciando condições necessárias para uma cooperação eficaz".[22]

Na América Latina, medidas de confiança mútua são verificadas por meio da regulação da atividade militar, abrangendo intercâmbio de informações e dados; exercícios conjuntos entre Forças Armadas; comunicação e notificação de atividades militares; além de verificações de programas de armamentos e restrições de ações concretas. Paralelamente, os Estados da América do Sul buscam a redução de conflitos militares fronteiriços; o controle de armas convencionais e de destruição em massa e gastos em defesa; e a elevação de níveis de cooperação, que proporcione o desenvolvimento de uma possível integração regional. A exemplo, algumas medidas constatadas são: Encontros das Forças Armadas do Chile e Peru, voltados à limitação de gastos militares e desenvolvimento de segurança comum, sendo que, posteriormente, os Estados da Bolívia, Chile e Peru assinaram o Acordo de Cooperação para a Consolidação da Paz e Amizade; a Cooperação nuclear entre Argentina e Brasil, com o desenvolvimento de energia nuclear para fins pacíficos, inspeções às instalações e confiança mútua nuclear; as Reuniões de Estados Maiores das Forças Armadas, entre Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, para uma cooperação pacifica e intercâmbio de informação e pessoal (CARO, 1994, p.01-06). Ademais, foram publicados os Livros Brancos de Defesa Nacional,

[22]Dentre as medidas propostas, estão: "a) Adoção gradual de acordos sobre notificação prévia de exercícios militares; b) Intercâmbio de informações e participação de todos os Estados membros no Registro de Armas Convencionais das Nações Unidas e no Relatório Padronizado Internacional sobre Gastos Militares; c) Fomento da elaboração e do intercâmbio de informações sobre política e doutrinas de defesa; d) Consideração de um processo de consultas com vistas ao avanço na limitação e controle de armas convencionais; e) Acordos sobre convite de observadores para exercícios militares, visitas a instalações militares, facilidades para a observação de operações rotineiras e intercâmbio de pessoal civil e militar para formação, treinamento e aperfeiçoamento; f) Reuniões e ações para evitar incidentes e incrementar a segurança no trânsito terrestre, marítimo e aéreo; g) Programas de cooperação em casos de catástrofes naturais ou para prevenir essas catástrofes, com base na solicitação e autorização dos Estados afetados; h) Desenvolvimento e implementação das comunicações entre as autoridades civis ou militares de países vizinhos, de conformidade com a sua situação fronteiriça; i) Realização de seminários, cursos de divulgação e estudos sobre medidas de confiança mútua e políticas de fortalecimento da confiança com participação de civis e militares e sobre as preocupações especiais de segurança dos pequenos Estados insulares; j) Realização de uma reunião de alto nível sobre as preocupações especiais de segurança dos pequenos Estados insulares; e k) Programas de educação para a paz" (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1995).

constituídos de políticas de defesa dos Estados e prospecções futuras; a medição de gastos de defesa entre os países sul-americanos; e as operações de paz conjuntas, como o caso do Haiti (VAZ; JÁCOME, 2009; TUBINO, 2008, p.179-180).

Considerando o apresentado, buscamos um aprofundamento das concepções de cooperação partindo de um viés securativo. Para tanto, são analisados os conceitos de segurança cooperativa, segurança democrática e multidimensional, bem como comunidade de segurança. Ademais, são consideradas as abordagens críticas de segurança, tratadas e aprofundadas nas próximas seções deste capítulo.

2.2.1 Segurança Cooperativa

O conceito de segurança cooperativa começou a ser desenvolvido próximo ao final da Guerra Fria como forma de aumentar a cooperação internacional, ideia pautada já no século XVIII por Kant (1795, p.18) quanto à busca pela formação de uma federação de Estados para a manutenção e garantia da paz entre seus membros; bem como no conceito de "diplomacia preventiva" desenvolvido pelas Nações Unidas, voltado a uma cooperação frente à realidade de disputas interestatais, conflitos e percepções de ameaças (PONSARD, 2007, p.125-127; SERBIN; SERBIN PONT, 2016, p.128-129). No século atual, os teóricos buscaram, por meio do conceito, uma redefinição das estratégias relacionadas à segurança como forma alternativa para a prática da dissuasão e confrontação entre Estados, em que novos fatores de instabilidade foram reconhecidos como riscos e ameaças para a obtenção do desenvolvimento e bem-estar dos povos (TAKAHASHI, 2000, p.106-108; VIDELA, 2003, p. 102; VITELLI, 2016c, p.728-729). A segurança cooperativa estava pautada na busca por "consenso institucionalizado", através de interações cooperativas e seguranças compatíveis entre os Estados, desconsiderando a utilização da coerção física/material e da confrontação militar (VIDELA, 2003, p.03-09). Carter, Perry e Steinbrunner definiram o objetivo central de tal abordagem como a busca por evitar a guerra e impedir a obtenção, por parte dos Estados, de meios para que ocorra uma agressão, cerceando, assim, o campo da preparação e prevenção contra ameaças, como também a construção de mecanismos multilaterais para o fortalecimento da paz (HAACKE; MORADA, 2010, p.03; VITELLI, 2016c, p.729-730).

De forma complementar, em 1995, os teóricos, segundo Videla (2003, p.03-04), incluíram ao termo o anseio de "criação de um ambiente de segurança estável e previsível por meio da 'regulação mútua' das capacidades militares e dos exercícios operativos que geram ou podem gerar desconfiança e incerteza". A segurança cooperativa exerce um papel central

na prevenção de conflitos e ameaças, antecipando ações referentes à dissuasão. Concomitantemente, os Estados buscam, no intuito de consolidar a cooperação, o "reconhecimento, a aceitação e o apoio, em referência ao uso legítimo da força", tanto para a defesa do próprio território, como para a projeção de poder nacional (subordinada às restrições do consenso internacional). Nesse sentido, os Estados marcados por tais princípios cooperativos alcançam um determinado "grau de estabilidade e confiança que excluem a possibilidade de um conflito militar entre eles". Com isso, a segurança cooperativa supõe a criação de um contínuo canal de comunicação, pautado na construção voluntária de confiança e de medidas de transparência, reduzindo tensões e conflitos entre Estados (HAACKE; MORADA, 2010, p.03), logrando-se a partir de um processo gradual de negociações, interações e acordos (RIAL, 2015, p.11-12).

Nota-se, assim, que a segurança cooperativa permite a superação da dissuasão e da utilização da força militar, como também o desenvolvimento de instituições, que possibilitariam a redução do dilema de segurança (por constituírem elementos para o equilíbrio de poder entre os membros), e a manutenção da segurança dos Estados, prevenindo conflitos (DEWITT, 2007, p.422-424; VETSCHERA, 2007, p.33-34; VIDELA, 2003, p.05-06). Desta forma, as instituições do campo da segurança cooperativa fomentam a criação de medidas de transparência entre os Estados para o abandono de estratégias coercitivas, estabelecendo diálogo para a resolução de conflitos. (VITELLI, 2016b, p.31-32).

Buscando um modelo pragmático para a segurança cooperativa, Cohen (2001, p.01-02) desenvolveu uma proposta firmada em "anéis de segurança", que mutuamente se reforçam no campo da segurança individual (ou segurança humana e direitos humanos), segurança coletiva, defesa coletiva[23] e promoção de estabilidade. Desta forma, a segurança cooperativa constitui-se como um "sistema estratégico" formando a partir de um "núcleo de Estados democráticos liberais ligados entre si em uma rede formal ou informal de alianças e instituições caracterizada por compartilhar valores e prática de transparência econômica, política e cooperação em defesa" (COHEN, 2001, p.02).

Complementariamente, no âmbito militar, Videla (2003, p.123) ressalta que para consolidar uma "estrutura de segurança cooperativa", deve-se realizar: 1) "conversão de estruturas militares", por meio da elaboração de novos papeis e funções, bem como de ações conjuntas; 2) "conversão de estruturas militar-industrial", para regular capacidades e

[23] "*A system based on collective defence looks outward to defend its members from external aggression: it commits all nations, bound by treaty, to come to each other's defence whenever any member is subjected to, or threatened by, a military attack by a state or states outside the treaty area. Collective defence is also another word for alliance*" (PONSARD, 2007, p.123-125).

desenvolver empreendimentos e comércio internacional; 3) “discussão, análise e acordos de atividades militares não usuais”; 4) “intercâmbio de informações em sistemas militares”; 5) adequação de um sistema de comando e controle permanente; 6) coordenação e centralização de atividades associadas ao “controle de armamento, desarmamento e medidas geradoras de confiança”; 7) empenho na não proliferação de armamento; 8) desenvolvimento de cooperação militar, especialmente para a “estruturação de um possível órgão permanente para o sistema de Defesa/Segurança Coletiva[24] entre os associados”; e 9) “compromisso com a segurança coletiva global”.

2.2.2 Segurança Democrática e Multidimensional

Em um contexto internacional marcado pelo fim da Guerra Fria e por uma região latino-americana com conflitos mais apaziguados, iniciativas de reformas econômicas liberais e processos de democratização, desenvolveu-se, na década de 1980, o termo “segurança democrática”, proposta alternativa às doutrinas de segurança nacional e ao controle militar, marcada por uma abordagem latino-americanista mais autônoma e uma concepção de segurança ampliada (TICKNER, 2016, p.70-71). Nesse sentido, os Estados da América Central criaram o Modelo Centro-Americano de Segurança Democrática, que está marcado pela:

> *supremacía y el fortalecimiento del poder civil, el balance razonable de fuerzas, la seguridad de las personas y de sus bienes, la superación de la pobreza y de la pobreza extrema, la promoción del desarrollo sostenible, la protección del medio ambiente, la erradicación de la violencia, la corrupción, la impunidad, el terrorismo, la narcoactividad, el tráfico de armas.* (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1995, p.02).

De forma complementar, o tratado esclarece a relação entre a segurança democrática e a perspectiva humana (ou segurança humana), em que seus princípios estão baseados em:

> *a) la seguridad democrática es integral e indivisible. La solución de los problemas de seguridad humana en la región responderá, por tanto, a una visión comprensiva e interrelacionada de todos los aspectos del desarrollo sostenible de Centroamérica, en sus manifestaciones políticas, económicas, sociales, culturales y ecológicas; b) la seguridad democrática es inseparable de la dimensión humana. El respeto a la dignidad esencial del ser humano, el mejoramiento de su calidad de*

[24] O conceito de segurança coletiva foi desenvolvido após a Primeira Guerra Mundial para a manutenção da paz por meio de uma organização legal capaz de garantir possíveis agressões, sendo a Liga das Nações a primeira instituição representativa desse tipo de segurança. Tal conceito procura neutralizar os conflitos e manter a segurança e a soberania dos Estados. Para tanto, é inserida a compreensão de indivisibilidade da segurança, ou seja, seus membros renunciam à utilização da força de maneira individual, mas têm o respaldo de todos os membros em caso de ameaça ou conflito (RIAL, 2015, p.01).

> *vida y el desarrollo pleno de sus potencialidades, constituyen requisitos para la seguridad en todos sus órdenes: c) la ayuda solidaria y humanitaria frente a las emergencias, amenazas y desastres naturales; y, d) la consideración de la pobreza y de la extrema pobreza, como amenazas a la seguridad de los habitantes y la estabilidad democrática de las sociedades centroamericanas*. (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1995, p.06-7).

Nota-se, assim, a influência do conceito de segurança humana sobre as perspectivas regionais, como também a construção da ideia de segurança multidimensional. A primeira concepção foi formulada a partir do Informe de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1994, atrelando a segurança estatal à segurança humana como estritamente vinculadas, de modo que o ser humano deve ter a liberdade do querer e livre de medo, associando a questão a uma preocupação universal, para além do enfoque em armamentos (BOOTH, 2014, p.20). Inseriram-se, ainda, agendas de "conceitos universais" às políticas de segurança, como questões de desenvolvimento econômico e social, de meio-ambiente, de saúde e de direitos humanos (ARMIÑO, 2015, p.316-319; SANAHUJA, 2017, p.08-11; SERBIN; SERBIN PONT, 2016, p.129-130) Essa compreensão, amparada pela OEA, pode projetar algumas consequências, como a "sobreposição de funções dos diferentes agentes", a manutenção da priorização das definições de ameaças por parte dos Estados Unidos (MATHIAS; MATIJASCIC, 2011, p.227), como também o desencadeamento de processos de securitização.

Paralelamente, na década de 1990, consolidou-se a terminologia de "segurança multidimensional". Esse conceito foi introduzido na XXXII Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos, com um enfoque na segurança hemisférica, incluindo elementos políticos, econômicos, sociais, ambientais e de saúde (SERBIN; SERBIN PONT, 2016, p.129). Durante a VI Conferência de Ministros de Defesa das Américas (declaração de Quito de 2004), os ministros decidiram aceitar e aplicar a vertente de segurança multidimensional, voltada para a promoção do desenvolvimento dos Estados e do nível humano, partindo dos âmbitos de direitos humanos, liberdades e incremento social e econômico. (SAINT-PIERRE, 2008, p.60; SAINT-PIERRE, 2013, p.135; OLIVEIRA, 2009, p.15-27) Como consequência, houve a criação de novos mecanismos no interior da OEA, como o Comitê Interamericano contra o Terrorismo e a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas.

Paralelamente, torna-se claro o interesse unilateral dos Estados Unidos de instaurar tal agenda, reflexo de sua segurança nacional, privilegiando temas como terrorismo e tráfico de drogas (VAZ; JÁCOME, 2009, p.02-04). Deve-se ressaltar o emprego de tal conceito e sua vertente ampla, que não apenas cerceia o campo da política de defesa nacional de um Estado,

mas também questões de saúde, migrações e reconstrução após desastres naturais, resultando em uma militarização do Estado como também em uma securitização de agendas econômicas e sociais (SERBIN; PONT, 2016, p.129-131). Ademais, a definição de uma ameaça hemisférica é algo complexo, visto o conceito de ameaça ser "perceptivo", condicionado ao cenário geopolítico específico e ao contexto político de cada país, implicando ainda em uma expressiva dificuldade de criação de uma única doutrina de segurança ao continente americano (SAINT-PIERRE, 2008; SAINT-PIERRE, 2013). Essa concepção, de acordo com Vaz e Jácome (2009, p.04), não é capaz de superar a necessidade de uma diferenciação estrita entre defesa e segurança, bem como de uma estratégia e de uma agenda compartilhadas entre os países, que associem temas nacionais e as diferentes percepções estatais de ameaças. Segundo Baldwin (1997, p.23), "esses novos tipos de segurança (como econômica, ambiental e social) não constituem diferentes conceitos, e sim termos com dimensões específicas".

Outra abordagem pode ser vinculada à segurança democrática no que se refere à construção de cooperação e institucionalização regional. Cláusulas de segurança democrática foram inseridas em diversas iniciativas regionais, como, originalmente, pelo Grupo de Contadora[25], depois pelo Grupo do Rio[26] e pela OEA; complementariamente, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)[27], a Comunidade Andina (CAN)[28] e a UNASUL adotaram o governo democrático como forma legítima. Ademais, buscou-se intensificar tanto o controle civil sob o aparato militar, como a consolidação de processos regionais e o desenvolvimento de medidas de confiança mútua e transparência, que passaram a conectar alguns pontos constituintes da conceituação de comunidade de segurança (TICKNER, 2016, p.70-72).

Atualmente, reconhece-se a existência do conceito de cooperação dissuasória, criado na América do Sul, em um cenário pautado no Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), que se volta ao desenvolvimento de uma cooperação regional marcada pela estratégia de dissuasão frente o extrarregional, ou seja, "*cooperar hacia adentro para disuadir hacia afuera*". Como ressaltado pelo ex-ministro da Defesa brasileiro, Celso Amorim (2013a),

[25] Criado por Colômbia, México, Panamá e Venezuela para a negociação de conflitos armados centro-americanos (TICKNER, 2016, p.71).

[26] O Grupo do Rio ou "Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política da América Latina e do Caribe" foi criado em 1986 como um foro concertação política, reunindo anualmente chefes de Estado dos países da região.

[27] Criado a partir da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), por meio do Tratado de Assunção. Seu objetivo central é a institucionalização econômica através de um mercado comum, com progressiva diminuição de tarifas alfandegárias, além de decisões que devem ser consensuais.

[28] Criada em 1969 através do Acordo de Cartagena, propõe uma integração regional para a formação de um mercado comum.

> *la coordinación entre nuestros países es importante para aumentar la eficacia de las medidas de disuasión y también para profundizar la confianza que ya existe entre países de la América del Sur. Entre nosotros, la cooperación es la mejor disuasión.*

Assim, esse modelo, diferentemente da segurança cooperativa, não está somente centrado no desenvolvimento de confiança e transparência para prevenir conflitos, mas também possibilita a compreensão de vulnerabilidades estratégicas comuns e a busca política para solucioná-las em conjunto. Ademais, tal abordagem não está associada à segurança coletiva, já que existe uma consciência das assimetrias militares dos Estados, de suas diferenças doutrinárias e suas desconfianças, sendo assim voltada ao consenso entre os participantes para uma construção conjunta em longo prazo (VITELLI, 2016c, p.743-751).

2.2.3 Comunidade de Segurança

Karl Deutsch (1978), teórico com uma perspectiva liberal das Relações Internacionais, expõe que países vizinhos com experiências históricas comuns e compreensão mútua e favorável a uma combinação de interesses nacionais de forma pacífica possuem uma maior capacidade de cooperação e integração.

> A cooperação proporciona processos integrativos que alteram unidades, anteriormente separadas, em elementos de um sistema coerente e coeso, que passam a suportar pressões, tensões e desequilíbrios, especialmente devido à existência de um significativo grau de interdependência, para, assim, alcançarem suas pretensões. (SOUZA, 2013, p.17).

O autor desenvolve o conceito de comunidade de segurança identificando-a como um grupo que se tornou integrado, marcado por instituições ou práticas formais ou informais capazes de promover mudanças pacíficas entre os membros, como interdependência, identidade comum e comunicações institucionalizadas (DEUTSCH, 1978; FLEMES, 2005a, p.08). Com uma perspectiva voltada à segurança, Deutsch (1978, p.248-252) desenvolve uma teoria sobre comunidades de segurança distinguindo-a em duas vertentes, em que, uma comunidade pluralística de segurança tem como objetivo principal a construção e preservação da paz desenvolvida por um menor grau de interligação e dependência, exigindo-se algumas condições para sua existência: a) compatibilidade de valores políticos e fundamentais; b) capacidade dos governos e elites de responderem às mensagens, necessidades e ações uns dos outros, de forma rápida, adequada, e sem recurso à violência; e c) previsibilidade mútua acerca dos aspectos importantes do comportamento político, econômico e social.

Paralelamente, se os anseios se pautam também na busca por maior poder, para finalidades específicas e gerais ou para aquisição de uma identidade funcional comum, é construída uma comunidade política amalgamada, que pode se configurar em uma comunidade amalgamada de segurança em um cenário de ausência de conflitos ou preparo para tais entre os Estados membros, proporcionando uma visão de mudança pacífica. O êxito de uma comunidade amalgamada está marcado por instituições governamentais comuns entre os países membros, em que se desenvolvem processos de lealdade política, atenção mútua e "receptividade às mensagens e necessidades de todos os constituintes" (SOUZA, 2013, p.17).

> Uma comunidade amalgamada de segurança, em caso de êxito, não apenas preservará a paz, mas propiciará maior força no sentido de realizar serviços e propósitos governamentais, genéricos ou específicos, e possivelmente acarretar um maior sentimento de identidade e segurança psíquica para as elites e massas de sua população. Mas apesar de mais desejável, como todas as coisas melhores, será mais difícil de conseguir e de manter. [...] Freqüentemente, as fronteiras políticas mais salientes dentro da comunidade amalgamada de segurança emergente enfraquecem, e acabam misturando-se as unidades participantes. (DEUTSCH, 1978, p.249-253).

Assim, Deutsch apresenta sua teoria de comunidades de segurança em que os conflitos devem ser resolvidos de forma pacífica, ressaltando que a integração precede a amalgamação, ou seja, mudanças perceptivas e sociais antecedem mudanças institucionais e políticas. Em contraposição, o neofuncionalista Ernest Haas afirma que a amalgamação institucional precede a formação da comunidade de segurança, visto o reforço da atenção política da população e as mudanças em sua lealdade (modificações políticas e culturais). Hass aprofunda a análise voltando-se ao âmbito internacional, que com o processo de amalgamação iniciado, nesse contexto e em condições adequadas, pode ocorrer um s*pillover*[29], ampliando e aprofundando o campo da política internacional até que, em última análise, a maioria das funções normalmente desempenhadas pelos governos nacionais é transferida para as autoridades internacionais. Isso acontece porque cada avanço funcional para uma maior autoridade internacional desenvolve processos políticos que geram demandas por novas medidas, e com isso, os governos nacionais são forçados a escolher entre: ceder ainda mais sua autonomia, ou se recusar e arriscar o colapso de seu esforço inicial de amalgamação. Assim, a integração internacional é considerada como um fenômeno político, pautada no jogo político e nas lutas de interesses opostos (PUCHALA, 1988, p.315-322).

Haas descreve a integração regional como um processo naturalmente esporádico e conflituoso, porém, em condições de democracia pluralista e representação de interesses, os

[29] Politização dos problemas na sociedade pluralística, entre elites, burocracias e empresários (cenário de expansão).

governos nacionais encontram-se envolvidos por pressões regionais e resolvem seus conflitos de interesse através da concessão de um escopo mais amplo, fornecendo maior autoridade às organizações regionais já criadas. Eventualmente, seus cidadãos passarão a transferir progressivamente suas expectativas para a região e, se satisfeitas, será provável que a integração econômico-social se torne integração política. Todavia, o autor destaca a dificuldade de formulação de afirmações universais, pois, através do tempo e de diversificadas culturas têm-se o "livre arbítrio" e a "natureza mutável das instituições" (RUGGIE et al., 2005, p.276-280).

O campo do neofuncionalismo volta seu enfoque para a sociedade transnacional e as instituições supranacionais, apresentando três relevantes componentes: 1) condições de fundo, em que a integração surge entre países com ambiente doméstico de democracia liberal, capitalismo econômico avançado, estruturas sociais diferenciadas e estruturas de grupos de interesse pluralísticas; 2) condições de processo (rede econômica, turismo, imigração, comércio e fluxos comerciais livres); e 3) condições de expansão (*spillover*). Em contraposição, o intergovernamentalismo liberal tem como foco os Estados, abrangendo um processo em que os interesses econômicos e sociais tornam-se "matéria prima da política", devendo ser reconhecidos e mobilizados antes de ativos na política, sendo as instituições estabelecidas para realizar, monitorar e fazer cumprir os acordos. (CHOI; CAPORASO, 2011, p.485-488).

Desde uma perspectiva construtivista, Adler e Barnett definiram comunidade de segurança como uma região transnacional, marcada pela presença de soberanias estatais e mudanças pacíficas (não utilização da violência entre Estados membros e resolução de disputas de forma pacífica). Nesse sentido, são desenvolvidos elementos capazes de construir e manter práticas de uma comunidade de segurança, como: 1) não utilização da força; 2) práticas pacíficas entre os membros; 3) prática da segurança cooperativa; 4) utilização da diplomacia e da consulta entre os participantes; 5) prática de socialização, diálogo e ensino; 6) alteração do planejamento militar, pautando-se na construção da confiança e de políticas coordenadas (ADLER; GREVE, 2009, p.69-72).

Adler e Barnett, como também Hurrell, criaram um modelo complementar ao de Deutsch, buscando compreender as fases que perpassam a construção de uma comunidade de segurança, bem como as relações entre os Estados membros e suas políticas nacionais de segurança, classificando assim a evolução típico-ideal dessa comunidade (SOUZA, 2013, p.17). Deutsch ressaltava a possibilidade de cooperação estatal, mesmo sem a constituição de instituições supranacionais, para a construção de uma paz baseada em um sentimento de

identificação mútua, que permitiria a resolução de conflitos por meio do entendimento e de forma pacífica. Diferentemente, para Adler e Barnett, uma comunidade seria formada por "identidades, valores e significados compartilhados" por meio de uma linguagem comum, interações regulares e reciprocidade em suas ações, sem a necessidade de instituições com autoridade ou identificação total entre os membros, sendo que significados comuns e intercâmbios contínuos de ações podem proporcionar a formação de regiões cognitivas em que as fronteiras passam a ser marcadas pelos significados compartilhados e as identidades coletivas[30] (VITELLI, 2016b, p.34-36). Assim, comunidades de segurança estão pautadas em comportamentos voltados para evitar a utilização da força, como também em "hábitos e práticas" para a resolução de conflitos de forma pacífica, baseados em "estruturas normativas compartilhadas" (ADLER; BARNETT, 1998, p.35).

Desta maneira, a primeira fase de uma comunidade de segurança é a nascente, em que se busca a coordenação das relações entre os Estados para o aprimoramento de suas conjunturas de seguranças, "amortizar seus custos de transação e promover comércios lucrativos" (SOUZA, 2013, p.17), sendo a presença de um Estado central ou uma coligação de Estados um instrumento para o desenvolvimento do processo de integração, com sua estabilização e possível evolução da comunidade de segurança (FLEMES, 2005b, p.224). A fase seguinte é a ascendente, marcada pelo estreitamento de vínculos, criação de novas instituições e cooperação entre as Forças Armadas estatais, possibilitando a construção de uma percepção comum, de identidades coletivas e da elevação da confiança (ADLER; BARNETT, 1998, p.53-55). "Tais aspectos permitem a consolidação da expectativa de mudança pacífica e do sentimento de responsabilidade mútua" (SOUZA, 2013, p.17). A última fase é a madura, quando as comunidades apresentam um vínculo fraco ou estrito: a) o vínculo fraco corresponde à busca por critérios mínimos pautados em valores e identidades coletivos e elementos de autolimitação (como ações de guerra entre os membros), sendo suas características chaves: 1) multilateralismo, marcado por consensos e confiança mútua; 2) diminuição da vigilância das fronteiras; 3) mudança de estratégia militar; 4) definição de ameaças externas comuns; e 5) código de linguagem particular da comunidade (ADLER; BARNETT, 1998, p.53-55); b) no caso do vínculo estrito são criados acordos (formais e/ou informais) de auxílio mútuo em caso de conflito, bem como regras entre os Estados nacionais e um governo central supranacional da região (FLEMES, 2005b, p.225), pautadas na segurança cooperativa e coletiva, "no grau de integração militar, na livre circulação da

[30] "*Identidades colectivas son determinadas prácticas en las que se involucran las redes de funcionarios y expertos de distintos países: las comunidades de prácticas*" (VITELLI, 2016b, p. 36).

população, na internacionalização da autoridade (código de regras transfronteiriças informal), e nas instituições multidimensionais (leis e regras com vigência nos níveis nacional, transnacional e supranacional)", sendo que, nesse nível avançado, "o conceito de 'comunidade' não representa mais um ponto final na evolução, mas o término de um processo de constituição comunitária" (SOUZA, 2013, p.18).

A constituição de uma comunidade de segurança madura não ocorre apenas quando os Estados membros criam uma política de defesa comum ou uma identificação comum. A construção de uma identidade coletiva marca a conquista de consensos em suas políticas internas, reforçando ainda mais a confiança e a identificação comum. Ressalta-se que, apesar das instituições cooperativas em defesa voltarem-se ao campo das relações pacíficas para o fomento do diálogo e interação entre os Estados, proporcionando a elevação da confiança e do conhecimento mútuo, estas não devem ser o fim da cooperação, mas sim o meio para a estruturação da confiança e identificação comum. Isso pode ser observado com o emprego do conceito no caso da evolução da União Europeia (UE), com o pós-Guerra Fria, e da criação da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), pautada em uma abordagem para negociações no campo da segurança quanto aos direitos humanos, meio ambiente, democracia, controle de armamento e políticas estratégicas, constituindo um modelo de segurança cooperativa. No caso da América do Sul, no âmbito do Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL, são observadas duas agendas prioritárias, uma pautada na segurança cooperativa e outra na cooperação dissuasória, que abarcam a ideia de identidade regional. (VITELLI, 2016a, p.236-238).

2.2.4 Estudos Críticos de Segurança: Escola de Copenhague e a Securitização

Os estudos de segurança no pós-Guerra Fria são marcados pelo debate entre tradicionalistas e os estudos críticos voltados ao alargamento do conceito de segurança. Essa segunda vertente argumenta, em diferentes graus, quatro pontos centrais: 1) aprofundamento do objeto referente para além do Estado; 2) ampliação do conceito para além do setor militar; 3) ênfase tanto em ameaças domésticas como fronteiriças; e 4) transformação da lógica conflituosa da escola realista. Nesse cenário, podem-se incluir diversas perspectivas que questionam o conceito de segurança e que, de alguma forma, se relacionam com a vertente de ampliação dos estudos de segurança. Para tanto, analisamos espistemo, onto e praxeologicamente o pós-estruturalismo e a Escola de Copenhague (EC), visto sua relação quanto às suas formulações (BUZAN; HANSEN, 2009, p.187-189).

Epistemologicamente, o pós-estruturalismo propõe um aprofundamento da reflexão da segurança pela abordagem linguística e do discurso, relacionando-se, diretamente, com a Escola de Copenhague, a qual se volta a uma análise de discurso, tanto qualitativa e quantitativa, pautando-se na teoria da securitização e buscando o alargamento do conceito de segurança (VERDES-MONTENEGRO, 2015, p.136-137), utilizando-se de uma abordagem eclética e flexível tanto teoricamente como metodologicamente (SANAHUJA, 2018). No campo ontológico, o pós-estruturalismo segue proclamando a perspectiva estatal, contudo, destacando o papel do "outro", em que "'s*ecurity' thus became an ontological double requirement: the state needed to be secure, but it also needed the threatening Other to define its identity, there by giving it ontological security*" (BUZAN; HANSEN, 2009, p.192-224). Nesse cenário, a Escola de Copenhague insere o estudo estatal por meio de seus processos de interação e de grupos sociais, ressaltando-se a teoria dos Complexos Regionais de Segurança (que será analisada nas próximas seções desta tese) e o trato mutativo da segurança pelos Estados, os quais têm a capacidade de produzi-la (FRASSON-QUENOZ; PIÑEROS, 2014, p.17-19) e inseri-la em diversos setores, como econômico, social e ambiental, construindo uma perspectiva subjetiva, discursiva e política (ARMIÑO, 2015, p.319-326). Do ponto de vista da praxeologia, o pós-estruturalismo associa o campo identitário e securativo à construção de políticas de poder e agendas posteriores à década de 1990, propagando a ideia de emancipação do conhecimento e mudanças das concepções realistas da política global securativa. Diferentemente, a Escola de Copenhague inicia seus estudos voltando-se para o continente europeu e para a ordem do pós-Guerra Fria, conectando a empiria e a teoria (TANNO, 2003, p.48-51), contudo, prezando pela manutenção de um posicionamento neutral quanto à política de segurança (BUZAN; HANSEN, 2009, p.192-219).

Assim, a Escola de Copenhague, marcada por Buzan, Waever e Wilde (1998), com seu livro "*Security: A New Framework for Analysis*", desenvolve uma análise que interliga os tradicionalistas e os reflexivistas por meio da ampliação do conceito de segurança e ameaças para além do campo militar e do nível estatal. Desta forma, formulam uma abordagem que associa concomitantemente o Estado e a vertente militar (coercitiva), como também a concepção de segurança como "universal", pautando-se nos setores político (de autoridade, governo e reconhecimento), social (identidade coletiva), econômico (comércio, produção e finanças) e ambiental (atividade humana e o planeta). A EC, ademais, propõe reconhecer a segurança como algo baseado na sobrevivência dos atores envolvidos.

A construção da abordagem discursiva da Escola se dá a partir da criação da teoria da securitização, pautada em uma abordagem social-construtivista marcada pela ideia de que

ameaças e inseguranças são "*construcciones sociales derivadas de nuestro conocimiento y de los discursos que las representan como tales*" (VERDES-MONTENEGRO, 2015, p.134). Segundo os autores, a ação de securitizar ("*speech act*") é a expressão extrema da politização, já que a existência de problemas de segurança afeta a ordem política dos Estados, influindo em sua independência e soberania, sendo assim, a segurança passa a ser inserida em um quadro especial (PAGLIARI, 2009, p.35-37), como uma prática autorreferencial. Contudo, ressalta-se que não são todos os problemas políticos que podem ser introduzidos com o mesmo grau de importância para a segurança; concomitantemente, a ameaça, por ser produto de um discurso construído, estará pautada na história, geografia e posição estrutural do Estado, ademais da necessidade de convencimento da audiência[31] (consentimento) (BUZAN; HANSEN, 2009, p.34).[32] Nesse sentido, existe uma relevante diferença entre o movimento de securitização ("*securitizing move*"), ato de apresentar a ameaça como algo a ser securitizado, e a real securitização, visto que o segundo necessita de uma aceitação por parte da audiência, legitimizando a ameaça emergencial e as ações relativas a ela (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998).

O *speech act* é um elemento chave para a consolidação da securitização, já que está intimamente relacionado com a necessidade de uma ação urgente frente à ameaça emergencial. Tal ato está centrado em três unidades: 1) objeto referente, que será considerado como ameaça existencial e que necessita ser legitimado para a sobrevivência dos atores, sendo que, tradicionalmente, o Estado está inserido nesse campo; 2) atores securitizantes, os quais realizarão a securitização do objeto referencial, dentre tais podem ser políticos, burocratas, grupos de pressão, etc.; e 3) atores funcionais, que afetam as dinâmicas, influenciando as decisões. Desta forma, a securitização é entendida como um processo intersubjetivo e socialmente construído, o qual, ao ser realizado, o ator passará a operar em um modo extraordinário, repercutindo, ainda, no modo como os outros atores o verão (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p.24-36). Essa ideia baseia-se nos trabalhos filosóficos de Austin e Searle, sendo um discurso performativo que se pauta em três atos que combinados constituem o *speech act* total:

---

[31] Audiência é um dos elementos centrais do processo de securitização, pois é capaz de legitimar ações excepcionais e possibilitar a conclusão do movimento de securitização.

[32] "*'The politics of securitization' points to at least three different research questions. First, it might be used to refer to empirical studies of political processes of securitization and desecuritization (knowledge about politics). Second, it can headline research that explores the concept of politics implied in securitization theory (how to define politics). Finally, it might refer to the political moves invested in the theory, i.e. the political act involved in designing and/or employing securitization theory (how to theorize politically). Briefly: 'political securitization practices', 'the political in securitization analysis' and 'the politics of securitization theory'*". (WAEVER, 2011, p.466)

> *(i) locutionary – which refers to our conventional understanding of speaking as an act of saying something (to be viewed as true, false or nonsensical): a speaker utters a noise that articulates sense and gives reference within a certain vocabulary and grammar – for example, 'the cat is on the mat'; (ii) illocutionary – which refers to the act performed in articulating a locution, that is, the act in saying something (the act is performed as soon as the sentence is uttered): in uttering 'security', a state representative declares a state of emergency; and (iii) perlocutionary – which refers to the consequence or effect of uttering, that is, the act by saying something that makes someone else, an audience, do something because of the utterance; that is, an audience is, in this sense, 'persuaded' by a speaker to do something.* (STRITZEL, 2011, p.348).

Nesse sentido, "*hablar de seguridad e identificar una amenaza no solo enunciamos un mensaje (acto locutivo), sino que también existe una intencionalidad concreta (acto ilocutivo), y se produce una serie de consecuencias en el receptor del mensaje (acto perlocutivo)*" (VERDES-MONTENEGRO, 2015, p.138-139). Na construção desse processo de securitização, os atores envolvidos necessitam de um relevante poder e capacidade política para efetuar a apresentação da ameaça como emergencial, por meio do discurso, e conseguir o real convencimento da audiência quanto à urgência. Nesse sentido, "as ameaças são, portanto, construídas no discurso e pelo discurso" (MOTTA, 2014, p.17-20). Nota-se, com isso, as implicações normativas da teoria de securitização, em que uma questão da esfera pública, pautada no controle democrático ordinário, passa a ser compreendida como ameaça. Com isso, o problema torna-se prioritário na agenda política e marcado pela utilização de recursos excepcionais, os quais ferem as deliberações necessárias em cenários políticos democráticos (VERDES-MONTENEGRO, 2015, p.138-139). Exemplos são os golpes de Estado, a decretação do "estado de sítio" e as mobilizações militares, ações extraordinárias que passam a ser justificadas pela manutenção da segurança interna e/ou externa (SANAHUJA, 2017, p.12).A importância de analisar essa perspectiva da Escola de Copenhague é que a vertente exepcionalista pode ser observada na concepção política de Carl Schmitt, marcada pela dicotomia amizade/inimizade e pela definição clara entre o "eu" e o "outro", em que medidas de exceção são sempre realizadas com base em pressupostos normativos e políticos particulares. (BUZAN; HANSEN, 2009; MCDONALD, 2008, p.578-580).

Alguns pontos devem ser ressaltados para uma melhor compreensão da teoria da securitização. As ameaças podem ser identificadas dentro de três espectros: não politizadas, quando o problema não está inserido no campo das discussões e decisões políticas; politizada, abordando as questões por meio do tratamento de políticas públicas; e securitizadas, quando são adotadas medidas excepcionais (MOTTA, 2014, p.17-20). Ademais, ameaça existencial é

um elemento que variará de acordo com os setores[33] que se origina, diferenciando os tipos de interação (militar, política, econômica, social ou ambiental). São notados valores e unidades característicos e particulares de cada setor, como também a natureza da sobrevivência e da ameaça em questão, resultando em uma diferenciação entre ameaças que são legitimadas em determinadas sociedades e outras que não o são, visto a divergência de percepções (PAGLIARIA, 2009, p.38). Ademais, como segundo ponto, nota-se que a securitização pode ser institucionalizada, ou seja, a persistência ou recorrência de uma determinada ameaça em que se infere que a mesma será "naturalmente securitizada", tendo sempre um grau de urgência (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p.27-28).

O contexto da Guerra Fria no qual foi desenvolvida a teoria de securitização deve ser considerado. A ideia do *speech act* foi inspirada na segurança europeia das décadas de 1960 a 1990, como uma proposta de desecuritização, desenvolvida como forma de alterar o cenário internacional marcado pela *détente* e pela Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (HANSEN, 2012, p.530-538). Assim, segundo a Escola de Copenhague, a segurança corresponde a uma condição indesejável, já que está estritamente relacionada com ações emergenciais e ameaças. Nesse sentido, propõe-se o processo antagônico à securitização, a dessecuritização, como opção de longo prazo. "Consiste na retirada de uma questão do modo emergencial e sua consequente transferência para o âmbito normal de barganha da esfera política" (MOTTA, 2014, p.17-28), ou seja, um movimento de securitizado para politizado, inserindo o tema como parte da política pública e submetido às regras e ao controle democrático (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998; VERDES-MONTENEGRO, 2015, p.138-9) Contudo, segundo Waever (2011, p.469-71), a dessecuritização nem sempre é preferível, mesmo que o seja em teoria[34], pois a securitização permite que a sociedade mobilize recursos e atenção que são necessários para que um "desafio" seja reconhecido e trabalhado.

Não obstante, o processo de dessecuritização não pode ser analisado pela mesma base discursiva que a de securitização, já que não se refere apenas ao ato de construir o discurso e associá-lo à segurança por meio do consentimento, e sim necessita transformar a percepção de ameaça e identidade já construída com o processo de securitização (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998; MOTTA, 2014, p.17-28).

> *Desecuritisation is, in short, performative: it must instantiate the non-threatening identity of the Other for desecuritisation to be possible. Desecuritisation is not, in*

[33] Setores podem ser considerados como uma lente, voltados a um ponto específico da interação entre as unidades no sistema internacional.

[34] A securitização pode proporcionar efeitos negativos, como a "lógica da necessidade", a restrição de escolha e o empoderamento de uma elite (WAEVER, 2011, p.470).

> *other words, a linguistic orpolitical two-step procedure where first 'we' have to agree that X is no longer threatening and then, 'we' agree to stop speaking security.* (HANSEN, 2012, p.533).[35]

Com o desenvolvimento da teoria de securitização, houve o aumento da produção de questionamentos e debates voltados a sua revisão. Pode-se observar tais críticas a partir de três grandes aspectos, primeiramente, o *speech act*, quanto à sua forma, natureza, contexto e linguagem, também chamado de crítica conceitual; a vertente das vozes discursivas e seus atores; e o campo normativo, pautado nas práticas de securitização e seu viés político (CIUTĂ, 2009; MCDONALD, 2008; VERDES-MONTENEGRO, 2015)[36]. A perspectiva utilizada nesta tese centra-se no primeiro enfoque e está baseada na Escola de Paris, especificamente na análise sociológica de Balzacq, que nos apresentar a securitização como

> *an articulated assemblage of practices whereby heuristic artefacts (metaphors, polity tools, image repertoires, analogies, stereotypes, emotions, etc.) are contextually mobilized by a securitizing actor, who works to prompt an audience to build a coherent network of implications (feelings, sensations, thoughts, and intuitions), about the critical vulnerability of a referent object, that concurs with the securitizing actor's reasons for choices and actions, by investing the referent subject with such an aura of unprecedented threatening complexion that a customized policy must be undertaken immediately to block its development*. (BALZACQ, 2011, p.03).

---

[35] Para Hansen (2012, p.539-545) existem quatro formas de desecuritização: 1) mudança através da estabilização; 2) substituição; 3) rearticulação; e 4) silenciamento.

[36] No campo das vozes, nota-se que a segurança, na teoria de securitização, é articulada em um local específico e com uma voz institucional elitista, marginalizando as vozes mais fracas da política, que passam a ser parte da audiência. A problemática relaciona-se com o silenciamento das vozes marginais e os atores que possivelmente confrontariam determinadas construções securativas. Da mesma maneira, observam-se dificuldades analíticas, pois, ao marginalizar tais vozes, desconsideram os meios de articulação do processo de securitização, em que, se ocorresse o reconhecimento dessas vozes marginalizadas, poderia se expandir o contexto e a consolidação do movimento de securitização. Complementariamente, esta exclusão "cega" a possibilidade de reconhecimento da segurança como local de discursos políticos concorrentes ou de emancipação (MCDONALD, 2008, p.574-575). Segundo Hansen, a securitização é incapaz de identificar o "dilema de segurança silencioso", visto que "*potential subject of (in)security has no, or limited, possibility of speaking its security problems*". Questiona-se o processo de securitização marcado pelo ato de fala verbal explícito, visto que problemas potenciais de segurança podem não ser identificados, já que alguns sujeitos não possuem voz ativa, desconsiderando, assim, casos de Estados ditatoriais e/ou regiões que nem todos têm o poder de discursar livremente (BUZAN; HANSEN, 2009, p.216-217). Já desde o campo normativo, Guzzini (2011, p.130-138) insere a segurança como um processo, em que a securitização pode ser usada como um mecanismo causal, compreendido como contingente e aplicável a diferentes contextos, porém sem apresentar a característica universal, assim, um "*interpretivist process-tracing*" que daria maior coerência na aplicação da securitização no campo empírico. Originalmente, segundo Mcdonald (2008, p.578-580), a estrutura de securitização (o *speech act*) é empregada de forma universal e atemporal, pautada na perspectiva tradicionalista das teorias de Relações Internacionais, contudo, segundo o autor, o que possibilita o emprego da securitização em diferentes contextos empíricos comparáveis é o mecanismo causal, que fornece uma compreensão específica a partir do seu contexto. Paralelamente, no campo da política externa, propõe-se compreender como algo é securitizado, especialmente no que tange à construção de uma política de defesa e a identificação de como, quem, e o que nos ameaça. Um processo de securitização exitoso sistematiza a política mundial, relacionando e interferindo na formulação de política externa, já que "ameaça, ordena e condiciona" o campo internacional. A securitização influencia por meio de um debate, que envolve diferentes interpretações e projetos de ordens simbólicas para o sistema internacional, e, ao ser efetivada, faz com que os formuladores de políticas desenvolvam "respostas de política externa" (HAGMANN, 2018, p.200-208).

O autor apresenta a discussão sobre o *speech act*, em que, tradicionalmente, considera-se a segurança como um "procedimento convencional", que modifica o contexto se suas regras constitutivas forem aplicadas com êxito, estabelecendo-se, desta forma, princípios universais de comunicação. Entretanto, o autor contrapõe essa ideia entendendo a securitização como uma "*strategic (pragmatic) practice that occurs within, and as part of, a configuration of circumstances, including the context, the psycho-cultural disposition of the audience, and the power that both speaker and listener bring to the interaction*" (BALZACQ, 2005, p.172-179). A proposta eleva a securitização para além do nível normativo, inserindo-a no contexto social.[37] Partilhando desse princípio, McDonald (2008, p.571-573) analisa a relação entre o *speech act* e a audiência, em que a construção da segurança deve considerar o contexto histórico, político e social que o discurso é desenvolvido, retratando a interação entre os atores securitizadores e a audiência.

O conceito de segurança como um ato pragmático, segundo Balzacq (2005, p.179-184), parte de três premissas que têm como finalidade aperfeiçoar a estrutura do *speech act*, em que "*first, an effective securitization is highly context-dependent. Second, an effective securitization is audience-centered. Third, securitization dynamics are power-laden*".Além disso, tal conceito pode ser dividido em dois níveis: agente, que inclui a) poder posicional e a identidade pessoal do ator securitizador; b) identidade social, restringindo e/ou permitindo o comportamento do agente securitizador; e c) natureza e capacidade da audiência, bem como as possíveis vozes oponentes. E o ato, marcado por 1) "*action-type side*", no que tange à linguagem apropriada para ser usada no ato; 2) contextual, caracterizado por elementos heurísticos que serão utilizados pelo ator securitizador para mobilizar a audiência.[38] Com isso, fica claro que, ademais das declarações de segurança, estas necessitam estar relacionadas com a realidade externa para que se conquiste a audiência, ou seja, o ator securitizante determina o momento apropriado (momento crítico) para realizar o movimento de securitização e convencer o público a aceitar a ameaça proposta pela elite. Nesse cenário, vale-se ressaltar

[37] "*The benefit of this formulation is threefold. One, the strategic act of security raises the question of inequality of access to discursive resources in security interactions (the question of power); two, the pragmatic view of security accounts for how actors can bring about something by saying 'security' (the question of the audience); three, as a consequence, the pragmatic act of security deals adequately with the complexity of actual security circumstances without fitting within the normatively ordered interactions of the speech act framework (the question of the context). I conclude by arguing that the outcome of securitization is contingent upon how congruent these factors are*". (BALZACQ, 2005, p.174)

[38] Sugere-se que representações visuais e imagens podem exercer um importante papel na construção de segurança, verificado, por exemplo, no caso dos atentados terroristas aos EUA em 11 de setembro de 2001. "*Recognizing the role of apparently mundane and everyday physical actions in the construction of security serves to question the speech-physical action sequence of the securitization framework and points to the multiple forms in which meaning can be communicated*" (MCDONALD, 2008, p. 568-569).

que a construção do processo de securitização não necessita estar diretamente relacionada com a criação de um problema de segurança, podendo se voltar a tentativa de dar notoriedade a uma agenda política, como também possibilitar que o agente securitizar obtenha um maior controle/poder (ALVES, 2019).

A securitização pode ser considerada um importante instrumento para compreender as mudanças regionais, visto que seu caráter intersubjetivo e seus efeitos sob os atores envolvidos podem influir nos relacionamentos regionais (PAGLIARI, 2009, p.40), ponto diretamente associado à teoria dos Complexos Regionais de Segurança. Nesse sentido, desenvolve-se esta nova teoria, capaz de associar os processos de securitização e o campo regional, pautando-se em distintos níveis de segurança e conceitos (VERDES-MONTENEGRO, 2015, p.145).

2.2.4.1 Teoria dos Complexos Regionais de Segurança

A perspectiva regionalista se fortalece com o fim da Guerra Fria e a inserção de questões de defesa e segurança no âmbito das regiões, ampliando a agenda securativa e desenvolvendo novas abordagens regionalistas (MEDEIROS FILHO, 2010, p.50-51; PAGLIARI, 2009, p.66). Paralelamente, nota-se o papel do Estado fortalecido no campo da segurança, concomitante à emergência de distintos subsistemas de segurança regionais (BUZAN; WAEVER, 2003, p.14). Nesse contexto, Buzan e Waever (2003) desenvolvem a teoria de Complexos Regionais de Segurança. Primeiramente, deve-se reconhecer a existência de uma constelação de segurança, onde estão os níveis de análises, interdependentes, e onde ocorrem as suas interações. O conceito de constelação de segurança possibilita a compreensão da securitização e de sua relação com as identidades sociais e os processos políticos entre os diferentes níveis existentes (BUZAN; WAEVER, 2009, p.256-257).[39] Tais níveis podem ser divididos em: doméstico, marcado por Estados e suas particularidades, vulnerabilidades e ameaças; regional, caracterizado pelas relações entre Estados; interações entre regiões; e global, constituído por potências globais (super e grandes potências) e suas atuações regionais e globais no campo das estruturas de segurança.

[39] "Os complexos de segurança são então utilizados para entender essa lógica relacional à medida que se considera que, diante do padrão regional, o qual se configura tanto pela distribuição de poder quanto pelas relações históricas de amizade (expectativa de proteção e apoio) e inimizade (relacionamento estabelecido por suspeita e medo), um Estado não pode analisar e resolver seus problemas de segurança nacional de maneira separada dos outros Estados da região. O nível de interdependência daí decorrente é variável em conseqüência da projeção de poder dos Estados" (PAGLIARI, 2009, p.40-41).

Nesse contexto, Buzan e Waever (2003, p.21-3) diferenciam os Estados, já que seu propósito é analisar historicamente em que, inevitavelmente, as dinâmicas de segurança serão afetadas pelos tipos de Estados que compõem a região, não obstante seja difícil realizar tal tarefa. Para tanto, diferenciam, inicialmente, entre Estados fortes e fracos, levando em consideração o "*degree of sociopolitical cohesion between civil society and the institutions of government (degree of stateness)*". Os primeiros possuem uma maior coesão interna com, majoritariamente, ameaças fora de suas fronteiras, já os segundos estão mais centrados em suas soberanias, apresentando "*less claim to stateness*", com fragilidades internas capazes de torná-los mais vulneráreis, tanto as divisões internas quanto as ameaças externas.[40] De forma complementar à definição de Estados fracos, apresentada pelos autores de maneira simplificada, Ayoob e Job inserem a ideia de dilema de segurança interno. A fragilidade de alguns Estados está diretamente relacionada à questão de soberania interna e falta de legitimidade popular, fazendo com que altere o enfoque de segurança, que passa de interestatal para intraestatal (KELLY, 2007, p.211-218), atrelando seus problemas de segurança ao âmbito externo e interno do país (AYOOB, 2002, p.35)[41].

Para uma melhor compreensão dos atores e níveis apresentados, Buzan e Waever (2003, p.32-37) consideram que superpotências são as capazes de exercer suas capacidades militares, econômicas e políticas em todo o sistema internacional, onde são aceitas como tais, ademais de influírem sob os processos de securitização e dessecuritização nas regiões e na construção de valores universais legitimados. Paralelamente, grandes potências são atores incluídos no cálculo de distribuição de poder no nível sistêmico. Por fim, potências regionais são as com capacidades e influências regionais, excluídas do cálculo de polaridade do sistema internacional.[42] Para os autores, a definição de potências medianas não é aplicável no sistema internacional, "*where only a few operate over the whole system, and many are significant, but only in their immediate neighbourhood*". Por outro lado, esta concepção ignora a teoria dos complexos regionais de segurança, já que em um extremo insere o espectro de superpotências, e no outro as potências regionais, sendo que, no intermédio, encontram-se as chamadas

[40]A definição de Estados fracos e fortes está intimamente relacionada com a ideia de Estados pós-modernos, modernos e pré-modernos. Vide: Buzan e Waever (2003, p.20-26).

[41]As organizações regionais servem, nesse cenário, como elementos para a construção do Estado e um reforço às suas soberanias. Assim, se os problemas de segurança são internos, os esforços para a segurança regional estarão voltados à gestão das instabilidades internas, e não dos conflitos interestaduais. Nesse contexto, a internalização do dilema de segurança faz com que as elites cooperem para promover a "segurança interna coletiva". Com isso, as externalidades, presentes usualmente nas fronteiras, tornam-se internalidades, compartilhadas com os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento (KELLY, 2007, p.218-219).

[42]Maiores detalhes e aprofundamentos sobre o cenário internacional e regional e suas respectivas polaridades e super, global e regional *powers* serão realizados nos próximos capítulos desta tese.

grandes potências, ou seja, a "linha" que separa os poderes regionais dos poderes delimitadores da polaridade internacional é a que define a diferença entre as dinâmicas de segurança global e regional.

Paralelamente, conceituam os Estados insulares e Estados-tampão. O primeiro "*defines a location occupied by one or more units where larger regional security dynamics stand back to back*", ou seja, localizam-se em uma zona de indiferença entre complexos regionais de segurança; os segundos se definem pela função de "*standing at the centre of a strong pattern of securitisation*", separando poderes regionais de um complexo. (BUZAN; WAEVER, 2003, p.41) A ideia de Estados insulares torna-se central para a teoria dos complexos regionais, visto que o mundo poderia ser dividido em "*RSCs, insulator states, and global level powers. All states can be located in one and only one RSC except for global level powers that engage in several regions and insulator states that seem to belong either to no region or to several*" (BUZAN; WAEVER, 2003, p.483-487). Nesse sentido, tais Estados estão sujeitos a possíveis transformações externas, por terem conexões com diferentes regiões e seus *status* estarem relacionados com a manutenção de uma balança, expostos a perder importância e serem absorvidos por complexos regionais vizinhos (apesar de não ser algo frequente).

Os autores ressaltam o papel da região como central na teoria dos RSC, já que é onde se efetua a junção entre o nacional e o global. Nesse sentido, a região é o local em que Estados ou outras unidades encontram-se próximos a ponto de seus elementos de segurança não poderem ser considerados separados um dos outros. Paralelamente, as sub-regiões se referem a "uma parte daquela região onde não estão considerados todos os Estados ou parte deles que a compõe". As regiões podem apresentar o padrão "dos complexos regionais, nos casos em que existe continuidade geográfica", com a possibilidade de incluírem subcomplexos, com padrões distintos e interdependentes; ou de "subsistemas não regionais, nos casos em que não se configura a coerência territorial", pautados por questões não militares ou políticas, visto a distância geográfica. (PAGLIARI, 2009, p.47-48).

> Embora as regiões assim concebidas possam ter relevância analítica e densidade ontológica, não são atores *per se*, o que remete ao problema da polaridade no sistema e também à questão da diferenciação política entre as regiões. Daí a necessidade de combinarmos o estudo da distribuição do poder entre os Estados no nível global de análise com uma compreensão focada e devidamente contextualizada das dinâmicas regionais de segurança enquanto um nível de análise intermediário entre o plano global e o nível das unidades do sistema. (CEPIK, 2005, p.02).

O Complexo Regional de Segurança está pautado no Estado e no campo político-militar, sendo definido como "*a set of units whose major processes of securitisation, desecuritisation, or both are so interlinked that their security problems cannot reasonably be analysed or resolved apart from one another*", manifestando-se dentro de conglomerados regionais.[43] Os RSCs são socialmente construídos, dependendo, assim, das práticas de segurança dos atores, sendo relevante destacar que, para os teóricos, "*security is what actors make it*" (BUZAN; WAEVER, 2003, p.43-48).

> *'Regional security complex' is our analytical term and therefore something is an RSC when it qualifies according to our criteria, not according to the criteria of practitioners. […] RSCs are thus a very specific, functionally defined type of region, which may or may not coincide with more general understandings of region*. (BUZAN & WAEVER, 2003, p.48).

Nesse sentido, os RSC são regiões observadas pelo viés de segurança, marcadas pela perspectiva geográfica e relações de interdependência em segurança, afetados por fatores históricos, como longas inimizades ou cultura comum. A constituição de um complexo está associada a uma estrutura anárquica, com balança de poder e pressões da proximidade geográfica. Tais pressões podem gerar maiores interações de segurança entre os vizinhos, como em casos de ameaças, com impacto político, social, militar e ambiental. Assim, a estrutura característica dos RSC, além de anárquica, está baseada na relação de poder (balança de poder), com a definição de sua polaridade, em que a anarquia faz com que os Estados se voltem para a sua segurança e sobrevivência, como defendido por Waltz em sua teoria neorrealista (FRASSON-QUENOZ; PIÑEROS, 2014, p.19). Por fim, as relações entre os atores estão pautados por padrões de amizade e inimizade, marcados pela construção social wendtiana. Tal concepção se desenvolve por meio de uma tipologia de sociedade baseada em: a) modos de socialização (articulação entre concepções sobre o outro, marcado por valores e percepções), podendo diferenciar-se por meio da visão hobbesiana, com a assunção de que o outro é um inimigo, lockeana, em que o outro é percebido como um rival, e kantiana, com a percepção do outro como amigo; e b) instrumentos para a interiorização das normas, marcados por sociedades pautadas na coerção, através de sansões institucionais, no interesse (ou cálculo), seguindo a teoria utilitarista, e na confiança da legitimidade, por meio de "vínculos emocionais" (BUZAN; WAEVER, 2003, p.48-50; SEGURA, 2015, p.288).

[43] "Pode-se afirmar, no entanto, que nesta versão de 2003 da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança há um diálogo (e concessões teóricas importantes) muito mais significativo com o realismo estrutural e o chamado neo-realismo ofensivo, o que dota o modelo de maior alcance e interesse." (CEPIK, 2005, p.02-04).

> *We hope to use our regional cases to assess the viability of Wendt's assumption that one particular role (enemy, rival, friend) dominates sufficiently to assign an overall social structure to a system or subsystem. It is thus not enough to look at the distribution of power in order to predict the patterns of conflict – even if distribution of power might tell us quite a bit about what constellations are impossible and which might be likely. Historical hatreds and friendships, as well as specific issues that trigger conflict or cooperation, take part in the formation of an overall constellation of fears, threats, and friendships that define an RSC. These patterns of amity and enmity are influenced by various background factors such as history, culture, religion, and geography, but to a large extent they are path-dependent and thus become their own best explanation*. (BUZAN; WAEVER, 2003, p.50).

Assim, a estrutura base dos RSC envolve os seguintes elementos: 1) geografia e fronteiras, diferenciando um RSC de outro; 2) estrutura anárquica, estando um RSC formado por duas ou mais unidades; 3) polaridade e, consequentemente, distribuição de poder entre as unidades da região; e 4) construção social, associada aos padrões de amizade e inimizade entre atores de diferentes setores (militar, político, social, econômico e ambiental), e entre atores extrarregionais, como superpotências e potências globais (CEPIK, 2005, p.02-04). Ademais, Buzan e Waever (2003, p.50-53) destacam que os complexos não são estáticos, podendo ser modificados por transformação externa, em que o âmbito externo se expande ou contrai, com a união de RSCs ou divisão de um complexo, alterando a estrutura essencial do complexo e seus membros constituintes; ou por transformação interna,

> *which means that changes in essential structure occur within the context of its existing outer boundary. This could mean changes to the anarchic structure (because of regional integration); to polarity (because of disintegration, merger, conquest, differential growth rates, or suchlike); or to the dominant patterns of amity/enmity (because of ideological shifts, war-weariness, changes of leadership, etc.*). (BUZAN & WAEVER, 2003, p.53).

Os autores intentam conectar as relações de segurança por meio da compreensão dos complexos regionais e da consideração de fatores externos, inserindo-os na estrutura completa do sistema (PAGLIARI, 2009, p.44-5). Com isso, considera-se a distinção entre o global e o regional através do papel das potências e de sua "penetração" no complexo, sendo que o termo corresponde ao momento em que poderes externos ao Complexo Regional de Segurança realizam um alinhamento securativo com Estados membros de tal complexo. Para distinguir essas formas de relacionamento, efetua-se a classificação dos RSCs entre padrão e centrado. Um RSC padrão está constituído por uma estrutura anárquica, dois ou mais poderes e uma agenda político-militar, com uma polaridade definida a partir da existência de potências regionais, variando de unipolar a multipolar. Apesar da possibilidade de consolidação de um complexo com característica unipolar, a potência que o compõe não exerce papel global. Paralelamente, suas relações de amizade e inimizade podem variar desde conflituosas à

consolidação de regimes e comunidades de segurança. Já o RSC centrado divide-se em três possíveis formas: 1) unipolar, com a presença de uma grande potência (ou superpotência), em que o nível global de poder irá dominar a região e suas potências regionais não terão peso suficiente para definir outro polo regional; 2) transformação do RSC padrão unipolar em central, quando um Estado ganha *status* de potência global, a exemplo dos Estados Unidos; e 3) região integrada por uma instituição, como no caso da União Europeia, com papel de instituição securativa e ator global (BUZAN; WAEVER, 2003, p.46-62).

Um Complexo Regional de Segurança não é formado em dois casos específicos: sobreposição ou desestruturação. A sobreposição ocorre quando a potência mundial exerce influência sobre a região para além de uma simples penetração, realizando sua dominação de forma que o padrão das relações locais de segurança deixa de existir, consequência de um possível alinhamento dos Estados ou presença de Forças Armadas de grande poder. Contudo, tal situação não é aplicável às dinâmicas internas de uma região, mesmo com a presença dominante de um grande poder, isso pois, um local não se submete às dinâmicas extrarregionais. Já a desestruturação efetiva-se quando os Estados locais possuem baixa capacidade e poder de projeção, e/ou em um local onde o isolamento geográfico interfere nas relações, como no caso de ilhas (BUZAN; WAEVER, 2003, p.55-62).

Buscamos, nesse momento, consolidar dois pontos de contestação em relação à teoria dos Complexos Regionais de Segurança. Primeiramente, observamos a questão do poder:

> A classificação de países que possuem capacidades destacadas em suas respectivas regiões, mas que não podem ser enquadrados como grandes potências, segue sendo uma dificuldade teórica constante quando incluímos o nível regional em nossa análise do sistema internacional. Buzan e Waever diferenciam superpotências e grandes potências, as quais impactam o nível global, de potências regionais, cuja esfera de atuação seria restrita regionalmente. O problema surge quando tentamos comparar duas ou mais potências regionais entre si. Os atributos de poder necessários para a condição de potência regional deveriam ser absolutos ou relativos à região em que os Estados estão inseridos? Seria necessário, como argumenta Nolte (2007) analisarmos diferentes hierarquias de poder – global, regional e em alguns casos, sub-regional – superpostas e em constante processo de interação? (CEPIK, 2013, p.318).

Consideramos as definições de Buzan e Waever sobre superpotências e grandes potências complexas no sentido de realizar a conceituação associando tanto a perspectiva neorrealista de Waltz, em relação as capacidade de um Estado, como a lógica social construtivista, em que uma superpotência deve “se perceber e ser percebida” como tal, além de ser associada ao cálculo estratégico das outras potências do sistema e suas reações, interferindo sob a distribuição de poder internacional (BARBÉ, 2010, p.26-30). Nota-se uma

valorização da "força" dos Estados, atrelada a visão neorrealista, relacionada com a capacidade de projeção de "amizades e inimizades", desconsiderando Estados mais fracos (KELLY, 2007, p.206). Contudo, observa-se que a delimitação de potências regionais é relativamente superficial, em que encontramos uma expressiva dificuldade em discernir tais poderes, especialmente no caso da América do Sul. Para superar esse obstáculo, utilizaremos nesta tese as definições de poder de Barnett e Duvall (2005), já apresentadas na seção 2.1, que guiarão nossa compreensão sobre o complexo regional sul-americano e os atores envolvidos nos níveis de análise que compõe esta tese, permitindo uma análise detalhada de suas formas de poder e, consequentemente, as formas de interação entre os Estados no nível regional.

Outro ponto de debate da teoria dos Complexos Regionais de Segurança é a dicotomia amizade/inimizade e, inevitavelmente, a anarquia. Utilizando a abordagem de Buzan e Waever, aprofundamos a análise com a perspectiva wendtiana, usada na teoria, porém esvaziada por ser apresentada com uma vaga simplicidade e por ser "mesclada" com a abordagem waltziana de anarquia. Primeiramente, para os neorrealistas, a anarquia é considerada como um sistema de *selfhelp* que gera balança de poder, competição militar e guerra. Ideia intimamente relacionada com o dilema de segurança realista, que proporciona uma conjuntura de competição entre os Estados. Situação intensificada, ainda mais, quando se observa que os complexos regionais são caracterizados pela proximidade geográfica, resultando em padrões intensos e variantes de amizade e inimizade (KELLY, 2007, p.207-208). Em contraposição, para Wendt (2003, p.247), a anarquia pode ter até três tipos de estrutura no nível macro, baseando-se no "tipo de papel" da relação entre os atores, inimigo (Hobbesiano), rival (Lockeano) e amigo (Kantiano), dominante no sistema em questão (cultura política).[44] Ademais, ainda para Wendt (2003, p.248-259), a estrutura internacional tem efeito sob Estados, influindo em seus comportamentos, identidades e interesses (socialmente construídos). Assim, "*anarchy as such is anempty vessel and has no intrinsic logic; anarchies only acquire logics as a function of the structure of what we put inside them*". Nesse sentido, a estrutura passa a ser considerada a partir de uma visão social, em que os atores consideram um ao outro no momento de realizar uma ação (ideia de "*self and other*"). Para se compreender as estruturas anárquicas como culturas, constata-se como os atores observam e internalizam as normas culturais, variando em três formas, através da força (coerção), do preço (interesse) e da legitimidade (grau em que os atores são realmente construídos pela cultura e não somente afetados em seus comportamentos e crenças), estando

[44] "*Roles are attributes of structures, not agents. In principle these could be micro-structures, but I shall focus on roles as properties of macro-structures, as collective representations.*" (WENDT, 2003, p.258).

marcadas por três culturas possíveis (tipos-ideais): hobbesiano, lockeano e kantiano, que podem ser encontradas tanto em um sistema como em subsistemas, a exemplo dos complexos regionais de segurança.[45]

A cultura hobbesiana caracteriza-se pela presença do inimigo e pelas relações pautadas no uso da violência entre o *self* e o *other*. A compreensão de inimigo está marcada pela ideia do outro como um ator que "*(1) does not recognize the right of the Self to exist as anautonomous being, and therefore (2) will not willingly limit its violence toward the Self*" (WENDT, 2003, p.260). Tal representação implica na forma como a política externa de um Estado irá se comportar, em que: a) o Estado irá responder ao inimigo por meio da busca de sua destruição ou sua conquista; b) as decisões estarão pautadas nos piores cenários possíveis, reduzindo a chance de cooperação; c) capacidade militar relativa será considerada como central; e d) no caso de uma guerra, o Estado não terá barreiras em seu poder político contra o inimigo, estando preparado para o uso de violência sem limitação. Ademais, a lógica da anarquia hobbesiana é a da "guerra de todos contra todos", pautada em um sistema de *selfhelp* competitivo, de soma-zero e de dilemas de segurança. Nesse sentido, essa estrutura possui algumas tendências: 1) "guerra endêmica e ilimitada", com possibilidade de conflito a qualquer momento; 2) exclusão de atores fracos e que não se adaptam a guerra (associando-se à ideia de Waltz de que os Estados são unidades similares); 3) balança de poder entre Estados, porém com dificuldade de ser mantida (diferentemente do que Waltz teoriza); e 4) inserção de todos os Estados no conflito, dificultando a possibilidade da neutralidade. Assim, nessa cultura os Estados compartilham conhecimento no campo das normas de *realpolitik* (poder político e *selfhelp*) e balança de poder quando se busca o equilibro, sendo que sua internalização se dará a partir de três caminhos: força, preço e legitimidade. (WENDT, 2003, p.260-268).

Paralelamente, a cultura lockeana está baseada na estrutura da rivalidade, representada também pela ideia de *self* e *other*, porém, diferentemente da concepção de inimigos, os rivais atuarão a partir do reconhecimento de suas soberanias ("*rivalry is a right to sovereignty*")[46] e, consequentemente, dos territórios (propriedade), porém conflitos e conquistas territoriais não serão descartadas. Essa concepção de rivalidade pode exercer algumas implicações sobre a

[45] "*A key aspect of any cultural form is its role structure, the configuration of subject positions that shared ideas make available to its holders. Subject positions are constituted by representations of Self and Other as particular kinds of agents related in particular ways, which in turn constitute the logics and reproduction requirements of distinct cultural systems (schools, churches, polities, and so on).*" (WENDT, 2003, p.259).

[46] "*Sovereignty is an intrinsic property of the states. […] This property becomes a 'right' only when other states recognize it. Rights are social capacities that are conferred on actors by others 'permission' to do certain things*" (WENDT, 2003, p. 280).

política externa dos Estados: a) "*whatever conflicts they may have, states must behave in a status quo fashion toward each other's sovereignty*"; b) a instituição da soberania permite a existência de uma insegurança menor, em que ganhos absolutos importarão mais que as perdas relativas; c) poder militar relativo ainda é importante, devido à possibilidade de conflito; d) em caso de guerra, o uso da violência será limitado. A ideia de rivais está pautada na relação psicológica ("*subjective beliefs about the Self and the Other*"), porém, no nível macro, o rival pode ser uma posição já pré-existente, de conhecimento compartilhado, superando as ideias individuais dos Estados, ou seja, rivalidade passa a ser representada como coletiva. A internalização das normas de soberania resulta da coerção, pelo próprio interesse ou pela legitimidade. (WENDT, 2003, p.279-286).

Por fim, a cultura kantiana está marcada pela amizade, em que tal estrutura pauta-se em duas regras: a) não utilização da violência; e b) ajuda mútua em caso de ameaça. Ambas as afirmações são independentes e igualmente necessárias, inseridas apenas no caso da segurança nacional dos Estados, e no fato da amizade ser temporalmente indeterminada (diferentemente de aliados, em que não se espera que a relação seja por um tempo indefinido). Essas duas ideias proporcionam, no nível macro, a tendência a construir segurança coletiva e comunidades pluralísticas de segurança, sendo que a internalização da cultura kantiana poderá seguir o mesmo caminho das outras apresentadas (WENDT, 2003, p.298-302).

Desta forma, verifica-se, segundo Wendt (2003, p.308-10), que "*there is no such thing as a 'logic of anarchy' per se*", sendo seu significado dado por meio dos atores e da estrutura de suas relações. Para o autor, a estrutura mais importante está pautada nas ideias, que determinarão o significado e conteúdo de poder, as estratégias estatais e seus interesses. Sendo assim, o que dá lógica à anarquia são as estruturas sociais, ou seja, o compartilhamento de ideias (ou cultura de um sistema anárquico) é a estrutura. Nesse sentido, compreender os Complexos Regionais de Segurança a partir de uma visão de anarquia por relações de poder (visão waltziana), de relacionamento e discurso entre os atores (por meio da teoria de Wendt), e de polaridade (por meio da definição de poderes de Buzan e Waever), constitui-se um paradoxo. Por isso, utilizaremos as definições de poder de Barnett e Duvall (2005) e de anarquia e relações entre os atores de Wendt, proporcionando, assim, uma visão mais ampliada, especialmente dado que nosso enfoque está centrado no nível regional.

O complexo regional de segurança sul-americano constituiu-se a partir dos processos de independência, que originaram instabilidades fronteiriças e guerras.[47] O cenário de conflito

[47] A exemplo: a Guerra da Cisplatina (1825-1828); a Guerra do Paraguai (1865–1870); a Guerra do Pacífico (1879–1883); a Guerra do Chaco (1932–1935); a Guerra Colômbia-Peru (1932–1933); a Guerra de Zarumilla

interestatal da região pode ser organizado em três categorias, de acordo com a posição regional dos Estados. Segundo Buzan e Waever (2003, p.315-316) tem-se: a) caso Brasil–Argentina, marcado pela busca de equilibro de influências e de uma liderança regional, situação evidenciada durante o século XX; b) Estados significativos (Chile, Colômbia, Peru e Venezuela), os quais se envolveram em conflitos, especialmente, durante os séculos XX e XXI; e c) conjunto dos Estados-tampão (Equador, Bolívia, Uruguai e Paraguai, Guiana e Suriname), caracterizado por perdas territoriais consideráveis e capacidade de impedir escalada de conflitos entre os países da região, visto sua localização entre pólos de poder.[48]

Paralelamente, deve-se considerar o papel dos Estados Unidos nesse complexo, por ser a potência com poder de penetração na América do Sul. O século XX marcou-se pela intervenção militar estadunidense na América Central e o Caribe, e, de forma indireta, na América do Sul, a exemplo do Chile em 1972 (BUZAN; WAEVER, 2003, p.309-310). Atualmente, a presença dos EUA concretiza-se por meio da reativação do Comando do Sul, criada em 1963 a partir do já existente Comando Unificado, tendo como objetivos realizar operações militares e buscar a estabilidade regional, por meio do combate ao tráfico de drogas, cooperação regional, ações humanitárias e exercícios militares conjuntos entre as Forças Armadas; e da Quarta Frota, voltada ao estreitamento de relações entre Marinhas regionais, composta por "cruzadores e contratorpedeiros, auxiliados por algumas unidades menores e navios de apoio" (POGGIO; SILVA, 2014); como também da permanência de bases militares avançadas em alguns países da região e por acordos bilaterais de cooperação (SILVA, 2012, p.12).[49]

O RSC sul-americano caracteriza-se pela existência de tensões sociais e instabilidade política interna, rivalidades regionais e penetrações extrarregionais. Contudo, apesar de questões ainda em fase de resolução, suas instabilidades não resultam em grandes conflitos ou guerras, em que os Estados preferem resoluções diplomáticas, principalmente com o incentivo brasileiro e seu papel mediador. (BUZAN; WAEVER, 2003, p.310-313) Outro fator relevante é a inconstância da política externa, presente em democracias jovens. "Essa inconstância implica em predomínio de políticas de governo em detrimento de objetivos de Estado,

(1981 e 1995); e a Guerra das Malvinas (1982). Destaca-se também o papel de guerras civis, nesse cenário, como *La Violencia* da Colômbia (1949–1962); a repressão dos dissidentes no Chile (1973–1977); a *Guerra Sucia* na Argentina (1976–1980); a luta contra Sendero Luminoso no Peru (1982–2000); e o conflito armado colombiano entre o Estado e guerrilhas (BUZAN; WAEVER, 2003, p.305).

[48] Ressalta-se a verificação dos denominados Estados-tampão como uma situação não definitiva. Os autores desconsideram em sua definição os fatores históricos e sociais de tais Estados, além de suas mudanças internas, com destaque ao caso da Bolívia e do Uruguai no atual século XXI.

[49] Maiores detalhes são abordados no terceiro capítulo desta tese.

voltadas para o longo prazo", retratadas em questionamentos de acordos estabelecidos[50] e alterações de posicionamento e visão regional e internacional (SILVA, 2012, p.17-21). Segundo Cepik (2009, p.69-70), o princípio que rege esse complexo regional é a anarquia, marcado por uma distribuição de poder multipolar e relações, majoritariamente, de amizade entre os atores, sendo assim, um RSC padrão.

Em contraposição à concepção da América do Sul como um complexo regional padrão, Rezende e Fuccille (2013) argumentam que o Brasil exerce um papel hegemônico estabilizador na região, caracterizando uma situação de unipolaridade, mesmo sem uma posição definida do país como *global player* e fiador regional.Consequentemente, os autores classificam o RSC sul-americano como centrado, isto pois, no caso de um complexo regional padrão unipolar, o Estado unipolar não se constitui como potência global e não controla as dinâmicas regionais de segurança. Para tanto, os autores justificam a caracterização do Brasil como potência regional unipolar pelos seguintes motivos:

> (1) tendo sua posição relativamente diminuída na agenda de prioridades dos EUA, a América do Sul fica mais livre para explorar a dinâmica regional de segurança. Sendo a penetração dos EUA menor, portanto, abre-se a possibilidade de novos atores exercerem um maior protagonismo. Esse protagonismo é, contudo, aquiescido, uma vez que o nível global continua a influenciar o CSR; (2) a partir dessa autonomia consentida, o Brasil passa a exercer um maior protagonismo no CRS, aproximando as agendas de segurança ainda mais dos dois subcomplexos. (REZENDE; FUCCILLE, 2013, p.85).

Um primeiro ponto que devemos considerar é o termo "hegemonia". Para Rezende, hegemonia está relacionada diretamente com o poder, sendo tal considerado a partir do cálculo das capacidades materiais de um Estado[51]. Nossa compreensão diverge dessa

[50] Como no caso da Bolívia, sobre o Pacto de Trégua (1884); do Equador, a respeito do Protocolo do Rio (1942); da Venezuela, referente ao Acordo de Genebra (1966); e da Argentina, em relação à soberania das Ilhas Malvinas (SILVA, 2012, p.17-21).

[51] "Segundo Mearsheimer (2001, p. 134), qualquer bom indicador de mensuração de poder deve levar em consideração: '1) o número de soldados, 2) a qualidade dos soldados, 3) o número de armamentos, 4) a qualidade dos armamentos e 5) como esses soldados e armamentos estão organizados para a guerra'. Contudo, Biddle (2004) nos mostra que é também complicado medir-se o poder militar de forças armadas que não projetam poder. Diversos elementos são difíceis de mensuração, nesses casos, como os fatores qualitativos apresentados por Mearsheimer (2001). Ao buscar levantar os indicadores para a descrição da balança de poder na América do Sul, levamos em consideração que a mensuração de poder não é um elemento estático e que tal medida é difícil em FFAA que não projetam poder (BIDDLE, 2004). Ainda assim, essa é uma característica geral da região, o que iguala, em alguma forma, o parâmetro de análise para todos os países sul-americanos. Levamos ainda em consideração que todo armamento possui algum grau de capacidade de causar danos no outro, mesmo que de maneira dissuasória, em uma análise virtual de sua capacidade bélica. Consideramos também que, de modo geral, as formas de ameaça sofridas pelos Estados na América do Sul são semelhantes, estando todos, ainda que com graus de diferença, doutrinados para agir, primordialmente, na defesa de seu território nacional. Ou seja, não há, em nenhum Estado da região, doutrinas ou incentivos para projetar poder além do subcontinente - em especial devido às suas limitações relativas de recursos. Nesse sentido, uma análise dos recursos militares mais convencional é mais do que suficiente para entendermos a distribuição do poder entre os países da região" (REZENDE, 2013, p.128-129).

abordagem e se dá a partir das definições de Gramsci e Cox. De acordo com Gramsci, o conceito de hegemonia configura a dominação estatal (econômica e política) de uma classe ou bloco sob outros, com sua aquiescência, refletindo a relação entre coerção e consentimento (BUEY, 2001, p.140). A ideia de consentimento abarca a perspectiva de que o *hegemon*, por meio de concessões, terá seu poder legitimado, empregando a coerção apenas quando necessário (GARCIA, 2010). Paralelamente, Cox ampliou o conceito, aplicando-o no nível internacional da política e da ordem mundial (GILL, 1993, p.03-04). Segundo Cox (1987, p.07), a distinção entre estruturas de ordem mundial está relacionada com sua capacidade de ser hegemônica, a exemplo da Pax Britânica e da Pax Americana, ou seja, o conceito de hegemonia está relacionado não apenas com a dominância, mas também com a particularidade de um Estado dominante em criar uma ordem ideologicamente universal baseada no consenso, configurando sua supremacia sob Estados e classes sociais líderes. Para tanto, exige-se a universalização das normas do *hegemon*, sendo as instituições internacionais ferramentas facilitadoras, que proporcionarão uma legitimação ideológica dessas normas (GARCIA, 2010); ou seja, as instituições são uma "expressão da hegemonia" (CLEMENTE, 2017, p.116-117).

Ademais, devemos considerar que Fuccille e Rezende (2013) assumem a unipolaridade brasileira por meio do protagonismo no país na região. Contudo, como vemos ao longo desta tese, o Brasil ao mesmo tempo em que se constituiu como precursor de iniciativas no campo da defesa e segurança, como o CDS, também exerce um papel diminuído ao longo do desenvolvimento dos processos cooperativos, apresentando uma característica oscilante. Paralelamente, verificamos que Rezende (2013) realiza uma análise de indicadores de poder em sua tese doutoral[52], que, inicialmente, apontam para um despontamento brasileiro sobre os outros Estados da região. Para o autor, quando os dados são analisados de forma aprofundada, verifica-se uma aproximação do Brasil com as capacidades da Colômbia,

[52] "Como indicadores para definirmos a balança de poder na América do Sul, iniciaremos com (1) tamanho da população, (2) tamanho do Produto Interno Bruto (PIB) e (3) o índice *Correlates of War* (COW). Esses são indicadores gerais, e servirão para ajudar a definir o panorama amplo para a região e, em especial, o poder latente dos Estados analisados. Para entendermos a disponibilidade de recursos específicos para a defesa e a sua parcela de participação na economia, levantaremos (4) os gastos totais em defesa e (5) o percentual do PIB gasto em defesa em cada um dos países sulamericanos. Para a medição do poder militar, ou poder real, levantaremos os seguintes indicadores: (6) número total dos efetivos das FFAA; (7) número total dos efetivos dos Exércitos; (8) número total dos efetivos das Marinhas; (9) número total dos efetivos das Forças Aéreas; (10) número total de tanques; (11) número total de peças de artilharia; (12) número total de submarinos; (13) número total de embarcações de guerra, separando em (i) embarcações de águas azuis (oceânicas) e (ii) embarcações de águas marrons (costeiras); e (14) número total de aviões de combate. Por fim, como último indicador, utilizaremos (15) o índice de poder militar elaborado pela *Global Fire Power* (GFP) (2013)." (REZENDE, 2013, p.129)

especialmente em quantidade de exército[53]. Não obstante, o Brasil "possui vantagens comparativas" capazes de configurá-lo como "principal polo de poder sul americano (PIB, potencial energético, alto índice populacional, entre outros)", apesar de, no referente aos recursos militares, "não possui controle simétrico dos indicadores de poder" (MENDES et al., 2017, p.06-07). Desta forma, para Rezende (2013, p.163), o cenário sul-americano estava marcado por uma "transição entre uma multipolaridade desequilibrada e uma unipolaridade". Consideramos frágil essa posição adotada pelos autores, pois ao mesmo tempo em que os dados não demonstram o Brasil como potência unipolar, cria-se um pressuposto, pouco justificado, sobre unipolaridade e hegemonia do país na região. Desta forma, como analisamos ao longo a tese, manteremos a concepção de Buzan e Waever e de Cepik, que caracterizam o RSC sul-americano como padrão e multipolar.

Buzan e Waever (2003, p.322-334) diferenciam o RSC sul-americano em dois subcomplexos: Cone Sul e Andino. O primeiro é marcado por transformações em seus padrões de amizade e inimizade, em que passa de uma área de conflito para um local cooperativo, especialmente com a larga cooperação entre Argentina e Brasil, instituída concretamente por meio de acordos bilaterais, pelo programa de não proliferação nuclear e pelo MERCOSUL. Já no segundo subcomplexo prevalece uma zona conflitiva, marcada pelo narcotráfico, instabilidades nacionais e maior envolvimento estadunidense. Neste contexto, o Brasil insere-se como mediador e ponte de interligação entre esses dois subcomplexos, proporcionando uma possível diminuição da presença estadunidense, além de políticas cooperativas e programas contra o narcotráfico e para a proteção ambiental da Amazônia. Contudo, Cepik (2005, p.07) defende que esta diferenciação apresentada pelos autores não pode ser aceita atualmente, visto que, ao final de 1995, a grande distinção entre esses subcomplexos é apenas do conflito interno colombiano, o que não constitui elemento decisivo, já que houve sua amenização, no que tange ao seu transbordamento regional, principalmente com o governo de Santos e a assinatura do acordo de paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC)[54]. Ademais, verificam-se mudanças regionais, como o "colapso argentino em 2001" e a crise política brasileira, concomitante à existência e desenvolvimento de instituições cooperativas capazes de unir estes dois subcomplexos.

[53] Justificado pelas instabilidades domésticas, até 2013, referentes às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia e aos grupos de narcotraficantes.

[54] Podem também ser denominadas *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia- Ejército del Pueblo* (FARC-EP).

Entretanto, e para os fins desta tese, consideramos importante ressaltar que, no âmbito da cooperação em defesa sul-americana, a diferenciação entre os dois subcomplexos ainda é marcante. Pode-se observar tanto no próprio subcomplexo andino, caracterizado por desconfianças, conflitos e expressivas diferenças ideológicas, como entre o cone sul e a região andina, com a presença de confrontos de perspectivas e objetivos nacionais e regionais, especialmente quanto ao posicionamento colombiano na região e os processos de securitização. A presença dos Estados Unidos também é um fator determinante, com uma participação institucionalizada na região sul-americana e parcerias diretas com alguns países andinos, com destaque ao caso da Colômbia (CORRÊA et al., 2017, p.05-07).

Segundo Mares (2001), a região é caracterizada por uma "paz violenta", onde os Estados, com diferentes níveis de desenvolvimento, interagem entre si com interesses divergentes, ocorrendo a ameaça e/ou o uso da força militar, apesar do baixo índice de guerra fronteiriças.[55] Nesse cenário, medidas de confiança podem ser desenvolvidas para diminuir a probabilidade de conflitos, apesar da limitação destas em um contexto de baixa institucionalidade (TEIXEIRA JR.; SOUSA, 2013, p.44). Nota-se que, majoritariamente, a cooperação em defesa na América do Sul está refletida por iniciativas bilaterais, marcadas por autonomia militar e baixo controle civil. A região andina é representativa deste cenário, em que os militares ainda possuem alto grau de autonomia, além de competências constitucionais, peças para a manutenção da estabilidade desses Estados, visto problemas de governabilidade (VAZ; JÁCOME, 2009, p.02-04). Ao mesmo tempo, outra justificativa para a dificuldade de avanços em processos cooperativos em defesa, segundo Battaglino (2009, p.02-05), é a ampliação das missões das Forças Armadas e a priorização dada por cada Estado: "O predomínio dos conflitos internos e a relativização do princípio de soberania, aliados à primazia militar e à doutrina de ataque preventivo dos EUA, contribuíram para a multiplicação das missões ou funções dos militares dos países sul-americanos". Assim, novas funções foram incluídas nas atividades das Forças, desde as mais tradicionais, como conflitos fronteiriços, até missões internacionais e participações para a manutenção da lei e da ordem nacional.

[55] "No contexto atual, o autor [Mares] aponta quatro fatores que tornam mais provável a militarização das disputas na América do Sul: i) o equilíbrio estratégico, no qual houve uma perda da capacidade/interesse dos EUA de assegurar os processos de resolução pacífica dos conflitos na região; ii) o equilíbrio diplomático, onde considera-se que as organizações interamericanas não desempenham eficientemente suas funções de prevenção e resolução de conflitos; iii) o equilíbrio militar, onde se observa o aumento das capacidades ofensivas das Forças Armadas de alguns países; e iv) o aumento da aceitação pública dos custos relacionados ao uso da força, a fim de combater tanto ameaças à segurança pública quanto aos interesses nacionais" (TEIXEIRA JR.; SOUSA, 2013, p.44).

2.3 Instituições como ferramentas para a cooperação: revisando as origens do CDS-UNASUL

Com o pós-Guerras Mundiais, as instituições internacionais ganharam maior foco de análise, especialmente com a Organização das Nações Unidas (ONU), sendo consideradas como um processo formal de institucionalização detentor de influências. Mearsheimer determina as instituições como um conjunto de regras que definem a maneira como os Estados cooperaram e competem; em contraste, Keohane define as mesmas como um conjunto de regras que comanda "papéis comportamentais, restringe atividades, e molda expectativas" (SIMMONS; MARTIN, 2011, p.192-194). Já para Adler (2002, p.104 apud JANUÁRIO, 2017, p.79), as instituições são regras intersubjetivas regulativas e constitutivas, que auxiliam na coordenação e construção de comportamentos, de novos interesses e identidades coletivas. Nesse âmbito, o processo de cooperação e/ou integração regional é capaz de induzir mudanças nos complexos regionais de segurança, chamadas transformações internas, que podem afetar a estrutura anárquica da região, como no caso da Europa com a União Europeia, como também a polaridade e os padrões de amizade e inimizade, com a inserção de instituições regionais com papeis fundamentais nesse contexto de transformações (TEIXEIRA JR., 2013).

Focalizando as instituições de segurança internacional (ISI), nota-se que, de acordo com Duffield (2006, p.634-638), estas buscam, em sua maioria, resolver ou regular a produção, posse e utilização de armas, e a preparação de atividades entre forças militares com armamentos. Pode-se diferenciar estas instituições por meio de suas vertentes: 1) fundamentos analíticos inclusivos, com a busca de um aperfeiçoamento da segurança de seus participantes, reduzindo-se a probabilidade de conflito; ou fatores analíticos exclusivos, objetivando-se garantir a segurança de seus participantes em relação ao sistema internacional, ao mesmo tempo que influencia o comportamento, intenções e capacidades dos seus membros; e 2) regras operativas, limitadas às atividades em curso dos Estados, na maioria dos casos abrangem os acordos de controle de armas e proibição do uso da força (inclusivos), e acordos de controle de exportações (exclusivo); ou regras contingentes, marcadas por atividades estatais em circunstâncias hipotéticas, geralmente prescritivas, destinadas à prevenção e apoio em caso de conflitos.

Para compreender a relevância das instituições, seus papeis e suas funções no relativo à cooperação, utilizamos da confrontação de teorias, o que nos possibilitou estabelecer a análise do nível regional com maior precisão. A corrente do neorrealismo marca-se por

Estados relutantes em criar instituições e obedecer às regras estabelecidas, visto as incertezas de comportamento, e, como ressaltado por Grieco e Mearsheimer, o temor em relação aos ganhos relativos, já que os benefícios podem ser transferidos, e assim, alguns Estados obterem maiores ganhos que os outros, aumentando sua capacidade (SIMMONS; MARTIN, 2011, p.195). Critica-se, contudo, a preocupação com tais ganhos, já que, em alguns casos, estes não estão presentes nos negócios de segurança e podem ser insuficientes para inibir a cooperação. Além disso, essas apreensões tendem a diminuir entre Estados aliados. Ao mesmo tempo, ainda que estas se façam presentes, esse receio pode ser superado quando os Estados combatem um inimigo comum (DUFFIELD, 2006, p.639-641). Outro viés neorrealista destaca que mesmo se os Estados optarem por criar instituições, estas serão apenas reflexos dos interesses de seus Estados-membros mais poderosos. Waltz (2000, p.20-25) analisa que, apesar da burocracia internacional dar apoio à manutenção das organizações, os Estados são quem as determinam.

Desde a corrente de funcionalismo racional, acredita-se que a ação racional dos Estados pode impedir a cooperação benéfica e assim as instituições seriam capazes de proporcionar benefícios mútuos, evitando "tentações de curto prazo" aos Estados (SIMMONS; MARTIN, 2011, p.195-197). Keohane (2002, p.03) considera que as instituições são fontes importantes para a redução de custos de transações, monitoramento e aplicação de regras entre os Estados, sendo as garantidoras do cumprimento dos compromissos, especialmente com a relação de reciprocidade entre os Estados (retaliação e promessas de cooperação) e manutenção de reputação. Para o autor, as instituições são elementos capazes de alterar os "custos de estratégias estatais", interferindo, ao menos parcialmente, no cálculo estratégico. Apesar de não se desprezar o poder de ação dos Estados, ainda é sensível reconhecer o papel das instituições multilaterais para a redução dos custos, a sinalização de compromissos e a legitimação. (KEOHANE, 2002, p.278-281).

Em uma perspectiva construtivista, os atores (agentes) e as estruturas são "mutuamente constituídas". Para tanto, a natureza dos atores se modifica a partir das interações e das instituições, as quais são "efetivas escolas" e locais de discussão (DUFFIELD, 2006, p.646-648). A importância das instituições não reside apenas em seu papel de projetar poder ou resolver problemas com ações coletivas, mas também por sua relevância em explicar a origem de novas normas e sua difusão pelo sistema internacional, ademais de como ocorrem às mudanças de interesses dos Estados, ou seja, as instituições exercem um papel na difusão de normas e nos "padrões de socialização e internalização" (HURRELL, 2005, p.42).

As instituições se inserem em um “contexto social intersubjetivo”, no qual “arranjos institucionais são partes de uma dinâmica social que promove o contato estável entre os atores”, influenciando na convergência de objetivos, bem como na “forma como um agente percebe seus pares e o seu papel nas relações” (JANUÁRIO, 2017, p.79-80). Nesse sentido, as instituições são constituídas por meio de um processo, produtos de construções identitárias. Ademais, as normas, segundo Adler (2002, p.103), “*constitute social identities and give national interests their content and meaning*”, sendo assim constitutivas dos agentes (relação social e interesses). Com isso, as instituições passam a ser ferramentas capazes de transformar contextos sociais e promover interações entre distintos níveis (global, regional e nacional), possibilitando uma construção regional conjunta (FRASSON-QUENOZ; PIÑEROS, 2014, p.32-37).

Como iniciativa no campo da defesa multilateral e abrangendo doze países sul-americanos, em dezembro de 2008 foi criado, no interior da União de Nações Sul-Americanas, o Conselho de Defesa Sul-Americano. A iniciativa brasileira de criação de tal Conselho pode ser inicialmente caracterizada pelo cenário sul-americano marcado por algumas tensões entre os Estados. Os Estados Unidos, apesar de relativa diminuição de sua influência na região, especialmente após os atentados de 11 de setembro de 2001, realizaram o fortalecimento do Comando Sul e do Plano Colômbia, as negociações de bases militares no território colombiano, e a reativação da IV Frota (BATTAGLINO, 2009, p.01-02).Paralelamente, houve o aumento das tensões entre os países vizinhos, resultando na crise político-diplomática entre Colômbia, Equador e Venezuela, em 2008, com o ataque colombiano ao acampamento das FARC em território equatoriano, durante a Operação Fenix, efetuando a morte de Raúl Reys, segundo comandante das Forças. Tal conflito pode ser considerado um “gatilho” para a construção da cooperação em defesa no âmbito do CDS. Duas formas de atuação durante esse momento crítico podem ser observadas, uma por parte do Brasil, exercendo um papel de mediador junto ao Grupo do Rio para uma resolução pacífica; e a iniciativa da Venezuela, com uma polarização militarizada partidária do posicionamento equatoriano. (TEIXEIRA JR., 2013).

Ao mesmo tempo, observa-se o enfraquecimento da OEA e de seus mecanismos (como será discutido no próximo capítulo) no campo da resolução de conflitos. Contudo, a presença estadunidense ainda é considerada influente no organismo, utilizando-se de ações unilaterais para a solução de crises regionais, as quais resultaram em momentos políticos e militares instáveis para o hemisfério. Pode-se considerar a origem do CDS facilitada por esse momento de fragilidade das instituições hemisféricas, ainda que, segundo Saint-Pierre e

Castro (2008), esse pode ser considerado um fator contextual, mas não causal, para a criação do Conselho por parte do Brasil. A proposta brasileira é considera de cunho estratégico para o país e para sua Política Externa e de Defesa, proporcionando uma maior independência frente ao modelo securativo dos EUA e o desenvolvimento de uma instituição regional de resolução de conflitos capaz de regular a cooperação e construir consensos (TEIXEIRA JR., 2013, p.38-42).

Outros elementos que podem ser inseridos nessa perspectiva são o processo de democratização e a integração econômica em uma abordagem de livre-mercado. Em uma perspectiva liberal das Relações Internacionais, a consolidação da democracia e o aumento do intercâmbio econômico e cultural entre os países possibilitariam a formação de zonas de paz. No caso regional isso se torna evidente com, em certa medida e variável de país para país, o controle civil sob as Forças Armadas, a resolução de crises políticas pautadas nas leis e a eleições de representantes para os poderes nacionais (VITELLI, 2016b, p.24-31).

O contexto sul-americano ainda estava caracterizado pelos altos preços das *commodities* e pela ascensão de governos progressistas, voltados para a construção de políticas sociais, integrativas e regionais. Destacados pelos governos de Lula da Silva no Brasil, Néstor Kirchner na Argentina, Tabaré Vázquez no Uruguai, Rafael Correa no Equador, Evo Morales na Bolívia e Hugo Chávez na Venezuela. Durante o planejamento e a articulação do CDS, três visões particulares de segurança e defesa regional podem ser destacadas. Uma primeira pauta-se no governo brasileiro, que buscava um Conselho capaz de criar e articular medidas de confiança mútuas, intercâmbio de militares e uma integração industrial em defesa. Já para a Venezuela, a região sul-americana deveria se unir frente a ameaças, de forma a constituir uma aliança militar do Atlântico Sul[56]. Ademais da visão do governo colombiano, voltada à defesa de uma cooperação militar com os EUA, a manutenção da OEA e o combate ao narcoterror[57] (ABDUL-HAK, 2013, p. 20; OLIVEIRA, 2017, p.48-49).

Segundo Dreger (2009), o complexo regional de segurança sul-americano pauta-se em fatores endógenos e exógenos aos Estados para a construção do processo cooperativo no âmbito da UNASUL e do CDS. No campo exógeno, destacam-se as reestruturações do

[56] Alguns autores destacam a disputa pela liderança da região sul-americana por parte do Brasil e da Venezuela, apesar de ambos priorizarem uma visão autonomista. A liderança brasileira pode ser observada a partir do "pragmatismo responsável" e de uma perspectiva cooperativa, baseada no desenvolvimento e integração. A América do Sul é considerada parte de seu entorno estratégico e plataforma para sua inserção internacional. Já no caso da liderança venezuelana, nota-se uma abordagem pautada nos campos político e militar, como um "apelo ideológico" (DREGER, 2009).

[57] Visões estas que serão aprofundadas nos capítulos 4 e 5.

sistema internacional com o pós-Guerra Fria; as influências conjunturais de amizade e inimizade, marcadas por relações com os Estados Unidos, projeção de poder e securitização de novos tópicos de segurança; e as influências externas aos Estados. Paralelamente, os fatores endógenos são desestabilizadores dos países, como casos de crises e conflitos internos.

> Logo, se a influência externa condiciona as variáveis correspondentes à estabilidade, a autonomia da região é pré-condição para a regularidade nas relações entre as nações sulamericanas. A busca por autonomia sem confrontação demonstra pragmatismo na política externa brasileira, até mesmo porque a lógica de poder leva a crer que mudanças bruscas na ordem vigente acarretam conseqüências imediatas. Um desequilíbrio de forças repentino poderia desencadear reações contrárias às iniciativas, seja de forma politizada, através de parcerias bilaterais ou, então, da securitização de questões – inclusive através da utilização da 'caixa preta' da inteligência - ou o aumento no nível das respostas a questões já existentes, como uma maior militarização da região colombiana. (DREGER, 2009, p.57-58).

Desta forma, a estratégia brasileira indica a busca por uma "inserção internacional desmilitarizada", com posições de liderança regional (BATTAGLINO, 2009, p.01-02) e de autonomia frente a ingerências externas, observadas tanto nos objetivos da UNASUL como nos objetivos do CDS, de construção de uma zona de paz na região sul-americana e consensos regionais (TEIXEIRA, 2013, p.133-138; VITELLI, 2016b). Contudo, devemos questionar dois pontos apresentados nas análises acima. Um refere-se à liderança brasileira, segundo Garcia (2013), "o Brasil não aspira à 'liderança' do continente [...] e quer construir um movimento de solidariedade continental que instaure um novo tipo de relacionamento no qual não exista espaço para qualquer tentação de um 'imperialismo brasileiro'". Essa perspectiva reflete diretamente a realidade sul-americana posterior a criação do Conselho, em que o Brasil não constituiu seu papel de liderança tanto na região como no próprio CDS, como discutiremos nos capítulos 4 e 5. Ao mesmo tempo em que se observou, entre os Estados membros, falta de consensos, baixas iniciativas e desconfianças, além de forte influência estadunidense sob a região, como veremos ao longo desta tese.

O ex-ministro de Defesa brasileiro, Nelson Jobim, foi o grande representativo da proposta do CDS. Em 2008, iniciou rodadas de visitas aos países sul-americanos para a formulação conjunta de tal Conselho. Contudo, ironicamente, sua primeira aparição com esse projeto foi perante a Junta Interamericana de Defesa, nos Estados Unidos, em março de 2008, frisando que a proposta não constituía uma aliança militar, como a OTAN (GALERANI, 2011, p. 57) ou a Organização do Tratado do Atlântico Sul, desejada pela Venezuela. Segundo Jobim (2008, p.15-16), o CDS marcaria o reposicionamento do Brasil perante o sistema internacional, constituindo uma instância capaz de associar iniciativas já existentes, considerando a geopolítica sul-americana de suas sub-regiões. O Conselho promoveria a

formação de uma identidade sul-americana em defesa, resolução de conflitos de forma autônoma e desenvolvimento de uma indústria de defesa regional. Da mesma maneira, Garcia (2013) reiterou o fato de que o "Brasil queria associar seu destino ao da América do Sul", envolvido por questões para além do campo ideológico integracionista, como econômicas e políticas, inserindo a América do Sul no sistema internacional. A proposta de formação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), posteriormente consolidada como UNASUL, associa elementos materiais, como recursos naturais e indústria de defesa, e imateriais, como democracia e zona da paz. O CDS insere-se nesse campo, decorrendo de um consenso regional marcado pelo "impacto do conflito entre Colômbia e Equador em 2008 e da ameaça de um enfrentamento de maiores proporções entre Colômbia e Venezuela", e "mudanças nas doutrinas nacionais de defesa, inclusive a brasileira" (GARCIA, 2013). Como consequência, houve o "abandono da hipótese de guerra", construindo-se "estratégias dissuasivas centradas na cooperação" e "mecanismos capazes de inibir a cobiça extracontinental em relação às reservas naturais da região, especialmente suas abundantes fontes de energia" (GARCIA, 2013).

Com isso, para Teixeira Jr. (2017), a literatura proporciona algumas explicações para a criação do CDS-UNASUL, que podem ser vistas no quadro abaixo:

Quadro 1 - Explicações Concorrentes sobre a Criação do CDS

Level of Analysis	Key players	"Trigger" for the Proposal	The CDS as
Domestic	Government; decision-makers.	Changes in foreign policy.	Instrument for defense and foreign policy.
Regional	Brazil; Colombia; Venezuela.	"Competitive pressure"; Colombia-Ecuador crisis.	Regional security management and balancing.
Hemispheric	United States; Brazil.	Institutional failure; leadership and competing agendas.	Balancing; consolidation as regional power (status quo).

Source: Based on Calle (2010), Cervo (2008), Fiori (2010), Flemes and Radseck (2009), Herz (2010), Saint-Pierre (2006), Klepak (2007), Saint-Pierre and Castro (2008).

Fonte: Teixeira Jr. (2017, p.06).

O autor desenvolveu um conjunto de variáveis causais que levaram o Brasil a criar o Conselho de Defesa, que estão atreladas à ênfase temporária dada à agenda de defesa para a consagração de objetivos de política externa, como estabilidade regional e manutenção do *status quo*, constituindo uma estratégia internacional brasileira.

Quadro 2 - Sequência Causal da Hipótese sobre a Proposta Brasileira para o CDS

1) Domestic Level	Changes to conceptualization of National Defense initiate a link between cooperation and defense strategy. ↓
2) Regional Level	New strategic reasoning emerges, which drives broader defense cooperation in South America. ↓
3) Regional Level/ Hemispheric	The process of deterioration in regional security is accelerated by strategic competition with hemispheric and regional competitors, requiring soft balancing options. ↓
4) Regional Level	An understanding of the necessary consolidation of Brazil as a regional power for security reasons emerges, requiring the assumption of more responsibilities in regional security and defense management. This results in the Brazilian proposal for the creation of the CDS.

Fonte: Teixeira Jr. (2017, p.07).

Nesse sentido, para o autor, a proposta brasileira do CDS resultou da coordenação de uma cooperação como *selfhelp* e balanceamento brando. No caso da primeira, ocorreu a alteração da estratégia brasileira com o intuito de abranger preferências securativas regionais e globais. A Política de Defesa Nacional, de 2005, promulgou os objetivos geopolíticos do país, e em 2008, com sua reformulação, coincidentemente na mesma época de divulgação da proposta do CDS, houve o reforço da ênfase na América do Sul como área de influência brasileira, bem como território para consolidar seu papel de líder, explicitado pelo Itamaraty. Esse tipo de cooperação, baseada na lógica de *selfhelp*, possibilita que o governo brasileiro atue na "reforma da cooperação regional" como um instrumento de sua política exterior, aumente sua segurança e aprimore o dilema de segurança regional, permitindo ainda com que o país aumente sua capacidade militar, sem produzir um balanceamento contra seu movimento.

Sob o governo do ex-presidente Lula da Silva, houve o aumento do engajamento regional por parte do Brasil, associado à responsabilidade pelo gerenciamento da segurança sul-americana. Nesse sentido, a competição de agendas com a Venezuela e a crise entre Colômbia e Equador, que foi intensificada pelo apoio estadunidense ao posicionamento colombiano, fez com que o Brasil, frente aos riscos para a "segurança e estabilidade regional", optasse por balancear a presença venezuelana e estadunidense, instaurando o Conselho como forma de consulta, cooperação e coordenação em uma área que antes era evitada (TEIXEIRA JR., 2017, p.11-14) Contudo, devemos considerar a capacidade brasileira de efetuar um balanceamento frente aos Estados Unidos. Dois indícios contradizem essa possibilidade. A atuação estadunidense sempre esteve presente na região, especialmente em questões de defesa e segurança, mesmo quando a potência foi considerada um ator relativamente afastado da

América do Sul, caso notável entre as relações do país com a região andina, com destaque a Colômbia. Ademais, o Brasil apresentou à Junta Interamericana de Defesa (JID) a proposta do CDS, buscando efetuar esclarecimentos aos EUA antes mesmo de criar consensos com os países sul-americanos sobre a iniciativa.

Paralelamente, encontramos autores que se dedicaram a analisar os fatores que impactaram a cooperação sul-americana, distinguidos entre exógenos e endógenos a região. No primeiro conjunto de elementos, Comini e Frenkel (2016, p.182-198) identificaram o processo de "re-soberanização" internacional, a exemplo da aprovação da saída do Reino Unido da União Europeia e da eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos. Na América Latina, tal situação foi refletida por meio do aprofundamento de perspectivas de curto prazo na cooperação institucionalizada, de forma a flexibilizar as normatividades existentes. Como segundo fator, houve a "implosão de mega acordos trans-regionais" de ordem econômica, como o Acordo Transpacífico de Cooperação Econômica (TPP) e o Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP), com posicionamentos contrários dos Estados Unidos, além de França e Alemanha no segundo caso. Já como variáveis endógenas, próprias da região, são apresentadas: a) baixa visibilidade dos resultados dos processos integracionista, marcada pela dificuldade de concretização de políticas públicas no nível local e regional; b) retomada do regionalismo aberto, como proposto pela Aliança do Pacífico[58];e c) disputas regionais e setoriais, marcadas pelas mudanças de governos que facilitaram a fragmentação política, os ajustes de alianças governamentais e a flexibilização dos acordos regionais, como com o impeachment da ex-presidente brasileira Dilma Rousseff e a presidência interina de Michel Temer; a eleição de Mauricio Macri, na Argentina; e a crise da Venezuela com o governo de Nicolás Maduro. Consideramos que dois elementos centrais foram desconsiderados na análise dos autores, o primeiro, no âmbito exógeno, é a influência dos Estados Unidos, ator reconhecido pela literatura como central no campo de defesa e segurança hemisférica e regional; o segundo, no nível endógeno à região, deve-se reconhecer

[58] A Aliança do Pacífico, criada em 2011 e formalmente constituída em 2012, através da assinatura do Acordo Marco, está constituída por Chile, Colômbia, México e Peru, contando ainda com Costa Rica e o Panamá como Estados observadores candidatos a membros, além de vinte oito países observadores. Seus objetivos centram-se em uma perspectiva do regionalismo aberto (COMINI; FRENKEL, 2016, p.196), voltados a "*construir, de manera participativa y consensuada, un área de integración profunda para avanzar progresivamente hacia la libre circulación de bienes, servicios, capitales y personas; Impulsar un mayor crecimiento, desarrollo y competitividad de las economías de las Partes, con miras a lograr mayor bienestar, superar la desigualdad socioeconómica e impulsar la inclusión social de sus habitantes; e Convertirse en una plataforma de articulación política, integración económica y comercial, y proyección al mundo, con énfasis en la región Asia-Pacífico*" (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2014).

o papel dos processos de securitização, marcados por desconfianças entre os Estados e associações conflitivas a proposta regional, como a relação Colômbia – Estados Unidos.

Complementando essa visão e enfocando o caso específico do Conselho de Defesa Sul-Americano, Vaz, Fuccille e Rezende (2017, p.02-03) argumentam que não houve suficientes incentivos e disposição da política doméstica para a consolidação de um diálogo político regional e da cooperação em defesa no âmbito do CDS. Tal situação pode ser explicada a partir das visões divergentes e competitivas sobre a cooperação regional entre os Estados membros, bem como o peso dessa cooperação em suas políticas e estratégias de defesa e segurança. Segundo os autores, esse cenário está caracterizado como resultado de uma mudança na balança de poder regional, após o início da crise política e econômica do Brasil, em 2014. Ademais, a região passou por mudanças de clivagens políticas e ideológicas com os novos governos de Argentina, Brasil e Peru, enquanto as perspectivas de Colômbia, Bolívia e Equador contribuíram para aumentar ainda mais as diferenças conceituais e políticas para a agenda de defesa e segurança regional. A chave para a compreensão desse processo está no papel brasileiro na UNASUL e no CDS, visto ter sido fundamental para a criação e a consolidação de resultados positivos nas institucionalizações regionais. Assim, a crise brasileira proporcionou o enfraquecimento institucional da UNASUL e do CDS, visto o agravamento das condições econômicas e políticas. Indagamos aqui a concepção dos autores do papel brasileiro no centro do CDS após sua criação, pois, como apresentaremos ao longo desta tese, o país teve um baixo desempenho nas atividades e planos de ação, além de apresentar posições de abstenção e discordantes de algumas iniciativas de cunho conceitual, no CEED-CDS, educacional, na ESUDE, e institucional, em relação à participação em reuniões, liderança e pagamentos dos custos.[59]

Seguindo a perspectiva realista das Relações Internacionais, Rezende (2013) argumenta que um sistema regional unipolar propicia a cooperação em defesa e segurança, visto o intuito dos Estados em maximizar seus ganhos, aumentando suas capacidades militares (sem o desenvolvimento de uma corrida armamentista); melhorarem sua posição em relação ao Estado unipolar; empregarem instituições para a elevação de suas capacidades, e; para o Estado unipolar, conter possíveis Estados candidatos a hegemônicos.

[59] Apesar de não englobar nosso escopo temporal, devemos indicar que "no dia 20 de abril de 2018, uma semana após a oitava edição da Cúpula das Américas, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru solicitaram suspensão temporária de participação nas atividades da organização [UNASUL]. Sua justificativa foi a falta de consenso para a eleição de um secretário geral, cargo vago já há um ano e meio, solicitando resultados concretos para a manutenção do funcionamento das atividades da União, como também revisão do princípio de unanimidade para as decisões" (VITELLI; SOUZA, 2018).

> *If states want to use regional defence and security cooperation to maximize their power, increasing their chances of survival, they should take five variables into account: (a) the distributionof capabilities among the units of the system; (b) the kind of cooperation it boosts; (c) the effect of cooperation on state capacity; (d) the design of the generated institutions; and (e) the emulation of successful cases*. (VAZ; FUCCILLE; REZENDE, 2017, p.03).

O modelo proposto torna-se fonte de explicação do motivo de criação da UNASUL e do CDS e de seu sucesso durante seus cinco primeiros anos, quando o Brasil era a potência unipolar da região[60]. Com o intuito de aprofundar a explicação do que interrompeu o desenvolvimento de tal cooperação, os autores inserem, considerando o realismo neoclássico, a dinâmica política doméstica, capaz de refletir sobre a balança de poder regional e global[61]. De 2008 a 2013, houve expressivos progressos políticos no CDS, como com a criação do CEED-CDS e da ESUDE. Já a partir de 2014, os autores notaram uma discrepância entre as demandas da UNASUL e a disposição política dos membros. A crise brasileira e as mudanças ideacionais em alguns parceiros levaram a UNASUL e o CDS a uma incerteza institucional. O CDS, nos últimos anos, passa a ser caracterizado por uma situação de inércia, porém não de paralisação, resultante de uma lacuna entre crescentes demandas em cooperação em defesa e segurança e "limitados incentivos domésticos e sistêmicos" para a promoção de tal iniciativa (VAZ; FUCCILLE; REZENDE, 2017, p.02-8).

Desta forma, o fim da Guerra Fria proporcionou alterações nos campos da segurança, como discutido ao longo deste capítulo. Nota-se a construção de processos de securitização associados à teoria dos Complexos Regionais de Segurança. Paralelamente, observa-se a presença de iniciativas cooperativas e suas institucionalizações, sendo a União Europeia uma ferramenta chave para a Europa, e, cruzando o atlântico, a UNASUL e seu Conselho de Defesa, como intentos sul-americanos. A Escola de Copenhague, nesse sentido, associa a teoria de securitização a instituições, tanto estatais como regionais e internacionais, considerando-as objetos de referência, que podem ser ameaçados e securitizados (BUZAN, 2015, p.09). Utilizando como embasamento os conceitos e teorias apresentados no decorrer deste capítulo e dando maior destaque à teoria dos Complexos Regionais de Segurança,

[60] Ressaltamos que aqui também se aplica a mesma discussão sobre o Brasil como potência unipolar realizada anteriormente, na seção 2.2.5.2.

[61] "*According to Kitchen (2010, 130), ideas might intervene domestically in three different ways: "through the specific individuals that hold them; through institutions in which they may become embedded; and through the broader culture of the state". Two of the three conditions suggested by Kitchen (2010) met the political scenario in Brasília: (a) specific individuals held ideas to consolidate Brazilian leadership within its region: President Lula da Silva, his chancellor Celso Amorim, and then Minister of Defence Nelson Jobim, all shared the same ideals; (b) the broader culture of the state during Lula da Silva's years somehow reinforced the optimistic view that it was time for Brazil to finally become a world power (Amorim 2015)*" (VAZ; FUCCILLE; REZENDE, 2017, p. 02-08).

realizaremos a interação entre tais abordagens e a nossa proposta de analise empírica, o processo de construção da cooperação em defesa com a criação e o desenvolvimento do Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL e as relações Colômbia – Estados Unidos. Para tanto, iniciaremos o estudo a partir do nível internacional, posteriormente, discutiremos o nível nacional e, ao final, o nível regional, proporcionando, com isso, as discussões essenciais para a construção de nossas conclusões.

3 NIVEL INTERNACIONAL

O nível internacional pode ser compreendido a partir do final da Guerra Fria, marcado pelo colapso econômico da União Soviética. Observa-se um sistema internacional caracterizado por “vácuos de poder”, maiores conflitos entre os Estados e a proliferação de armamentos, consequência do sentimento de insegurança gerado pela menor probabilidade de intervenções de superpotências. A ameaça socialista e o conflito ideológico proporcionavam conexões entre elementos securativos e de defesa, com o fim dessa situação agravaram-se instabilidades internas e conflitos (OMAN, 1996, p.15). Nota-se um cenário influenciado por pressões geográficas, principalmente pelo fortalecimento do regionalismo e das forças estruturais do equilíbrio de poder internacional (STEIN; LOBELL, 1997, p.103-118). Segundo Lake e Morgan (1997), o plano regional tornou-se mais claro, centrando conflitos e cooperação entre Estados. Buzan e Waever (2003, p.10-11) argumentam que essa nova abordagem pode ser estruturada a partir da concepção de que o declínio da rivalidade das superpotências reduz a sua interferência no restante do mundo; paralelamente, ocorreu a mudança de *status* de grandes potências para as atuais potências menores, ou seja, suas dinâmicas domésticas as empurram para longe do envolvimento militar e da competição estratégica mundial, deixando aos Estados locais e às sociedades a resolução de suas relações político-militares.

A Guerra Fria mostrou-se uma arena para o crescimento regional e seu fim, associado ao regionalismo, proporcionou a descentralização do sistema internacional e oportunidades regionais, com a criação de novas organizações internacionais e adesões por parte de outros Estados (FAWCETT, 2004, p.438-439). Segundo Kelly (2007, p.197-200), o sistema internacional passa a se diferenciar do nível regional a partir de novos elementos: 1) as regiões são estruturalmente abertas à intervenção de cima, diferentemente do sistema global fechado; 2) a densidade geográfica qualifica o dilema de segurança, sendo as ameaças distribuídas de forma desigual, visto a baixa capacidade de projeção de poder da maioria dos Estados, em relação ao poder das grandes potências; e 3) os Estados fracos transformam o dilema de segurança regional para dentro, visto seu mau funcionamento e as guerras interestatais. Com isso, as regiões tornam-se menos influenciadas pelos padrões de segurança internacional, destacando-se arranjos regionais e ações estatais locais, com a diminuição da presença de poderes extrarregionais (HURRELL, 2007, p.131). Os governos regionais da América Latina tiveram que confrontar diversos desafios que perpassam desde a redemocratização até a reformulação de suas doutrinas de defesa e segurança, abarcando

relações civis-militares, política exterior e relações com os Estados Unidos. No campo da defesa e soberania nacional, as relações com os Estados Unidos, durante a Guerra Fria, foram muito influentes na construção das doutrinas de segurança nacional, instaurando a concepção de inimigo interno (SANAHUJA; VERDES-MONTENEGRO, 2014, p.02-03). Ademais, suas relações com os Estados Unidos e países europeus ainda se destacaram no campo de conceituações em defesa e segurança, modelos de cooperação, indústria de defesa e aquisição de armamentos (TEIXEIRA, 2013, p.15-16).

Nesse contexto, inserimos a discussão teórico-conceitual sobre a atual configuração do sistema internacional, notando-se diferentes visões e perspectivas que variam não somente pela escolha teórica dos autores, mas também por posições político-ideológicas para uma determinada ordem internacional, como observado nos documentos dos Estados Unidos e da União Europeia. A concepção de polaridade está implicada em uma construção teórica pautada no campo da distribuição de capacidades (IKENBERRY; MASTANDUNO; WOHLFORTH, 2009, p.05), sendo os pólos (ou poderes) definidos, usualmente, de acordo com "*states endowed with the resources, political will and institutional ability to project and protect their interests at the global, multi-regional or regional level*" (GREVI, 2009, p.09). Sendo assim, a polaridade do sistema internacional é capaz de definir relações tanto entre regiões como entre potências (HETTNE, 2005, p.559).

A compreensão de um sistema unipolar para os teóricos adeptos do neorrealismo configura-se a partir da existência de um único pólo, onde um Estado comanda uma grande porção de recursos (capacidades populacional, territorial, econômica, militar e institucional) para a conquista de seus interesses. As dinâmicas desse sistema estarão relacionadas com a forma de comportamento da superpotência. Contudo, ao mesmo tempo, a estrutura exerce influência nesse pólo, moldando suas estratégias, formas de alianças e o emprego de instituições internacionais (IKENBERRY; MASTANDUNO; WOHLFORTH, 2009, p.04-18). Com o fim do conflito bipolar, os Estados Unidos se constituíram como a única superpotência mundial, consolidando um momento de unipolaridade (LAYNE, 2012) e emprego de seu poderio militar no exterior como uma espécie de "*sheriff* internacional" (HETTNE, 2005, p.563-564; SANAHUJA, 2008, p.302).A Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos (2002, p.IV) fortalece esse posicionamento, alegando que "*today, the United States enjoys a position of unparalleled military strength and great economic and political influence*", completando que o país "*possesses unprecedented— and unequaled— strength and influence in the world*" (UNITED STATES OF AMERICA, 2002, p.01). Em 2015, mesmo após a crise financeira estadunidense de 2008, o ex-presidente Barack Obama

afirmou que "*today, the United States is stronger and better positioned to seize the opportunities of a still new century and safeguard our interests against the risks of an insecure world*" (UNITED STATES OF AMERICA, 2015, p.i). De acordo com o documento, o Estado "*will lead with strength. After a difficult decade, America is growing stronger every day. The U.S. economy remains the most dynamic and resilient on Earth. [...] Our military might is unrivaled*" (UNITED STATES OF AMERICA, 2015, p.03).

Para Cepik (2013, p.309-313), essa concepção de sistema unipolar desconsidera "três prerrogativas determinantes para a possibilidade do uso da força na era digital": 1) "capacidades estratégicas de segundo ataque", caracterizadas pela posse de armamentos nucleares e meios de entrega, como mísseis balísticos intercontinentais; 2) "comando do espaço"[62], sendo possível atuar no espaço sem negação de acesso, capacidade favorável aos Estados Unidos, apesar de competência de atuação por parte da China e da Rússia; e 3) "inexpugnabilidade frente a ataques convencionais", marcada pela vantagem estadunidense de projeção de poder, visto seu orçamento de defesa ter sido de 645,7 bilhões de dólares, em 2013, correspondendo a mais de 40% dos gastos somados de todos os países do mundo. Para o autor, outras potências, como China e Rússia, exercem "capacidades defensivas inseridas em uma doutrina assimétrica, de modo a preservar capacidades convencionais dissuasórias e a inexpugnabilidade de seus respectivos territórios". Assim, o sistema internacional seria classificado como tripolar, porém, com superioridade dos Estados Unidos em relação à China e Rússia.

Barbé (2010, p.26-28) contesta a ideia de polaridade, propondo reconhecer suas limitações teóricas em três níveis: das unidades, no âmbito global e regional, e de poder relativo. Atualmente, podemos reconhecer a presença de atores internacionais para além dos Estados, como entes privados e sociais (empresas, bancos, organizações e movimentos sociais). Com isso, a concepção de polaridade baseada em pólos estatais de poder constitui uma debilidade na atual conjuntura do sistema internacional, que está marcada por dinâmicas de globalização e transnacionalização, em que o poder passa a estar desterritorializado. Nesse sentido, outros conceitos frente à ideia de polaridade foram criados, como a não-polaridade[63],

[62] "A importância militar do comando do espaço decorre de dois fatores principais. Primeiro, na manutenção de uma capacidade dissuasória nuclear de segundo ataque, devido à utilização do espaço na trajetória dos mísseis balísticos intercontinentais (ICBMs) e do aumento na precisão e guiagem de tais artefatos. Segundo, em função de sua influência direta nas capacidades dos sistemas de comando, controle, comunicações, computadores, inteligência, vigilância e reconhecimento (C4SIR), as operações no espaço são interdependentes e provêem suporte essencial para as realizadas nos ambientes aéreos, aquáticos e terrestre" (CEPIK, 2003, p.310).

[63] De acordo com Haas (2008), o sistema internacional atual caracteriza-se pela "não-polaridade", onde existe a dominação de variados atores excercendo diferentes tipos de poder. "*In contrast to multipolarity - which involves several distinct poles or concentrations of power - a nonpolar international system is characterized by*

o sistema internacional "interpolar"[64], "heteropolar"[65] ou "apolar"[66], um mundo "G-zero"[67] e o "fim do poder"[68] (SANAHUJA, 2018, p.02).

A Estratégia Europeia de Segurança (2003, p.01) afirma esse novo papel das instituições, destoando da posição neorrealista de polaridade exclusiva de Estado: "*El fin de la guerra fría ha colocado a Estados Unidos en una posición dominante como potencia militar. Sin embargo, no hay país que pueda hacer frente en solitario a los complejos problemas del mundo de hoy*". Desta forma, "*una Unión Europea activa y capaz tendría la influencia que le corresponde en la escena internacional y contribuiría así a un sistema multilateral efectivo que condujera a un mundo más justo, más seguro y más unido*" (UNIÓN EUROPEA, 2003, p.14). Seguindo essa concepção, a Estratégia de 2016 propõe um fortalecimento da União Europeia e de seus membros:

> *Nuestra política exterior y de seguridad ha de gestionar las presiones globales y las dinámicas locales, debe enfrentarse a superpotencias y a identidades cada vez más fracturadas. Nuestra Unión va a trabajar para reforzar a nuestros socios: seguiremos profundizando el vínculo transatlántico y nuestra asociación con la OTAN, y además conectaremos con nuevos interlocutores y estudiaremos nuevos formatos. Invertiremos en órdenes regionales, y en la cooperación entre las regiones y dentro de ellas. Y vamos a promover una gobernanza mundial reformada, que pueda hacer frente a los retos de este siglo XXI. Vamos a implicarnos de forma práctica y ejemplar, a compartir responsabilidades a escala mundial con nuestros socios y a contribuir a su fortaleza. Hemos aprendido la lección: las carencias de mi vecino y de mi socio son mis propias carencias. Por eso vamos a invertir en soluciones beneficiosas para todos, y a superar la ilusión de que la política internacional puede ser un juego en el que cuando se gana es a costa del otro.* (UNIÓN EUROPEA, 2016, p.03).

A segunda crítica centra-se na distinção existente entre a polaridade do sistema internacional e a polaridade no nível regional. A concepção de Huntington apresenta um

---

numerous centers with meaningful power". A relação entre poder e influencia se torna cada vez mais fraca, visto que, por mais que um estado tenha poder, seu grau de influência pode ser menor em determinadas questões.

[64] No caso do sistema interpolar, nota-se que o sistema internacional está sendo guiado por duas tendências: a redistribuição de poder mundial e o aumento da interdependência, e, assim, essa nova concepção se insere como uma "*multipolarity in the age of interdependence*" (GREVI, 2009, p.09). Tal perspectiva possibilita compreender as mudanças das dinâmicas internacionais, associando poder e governança.

[65] O cenário internacional heteropolar concretiza-se a partir a perspectiva de que os pólos de poder, de diferentes formas (países, instituições, corporações, etc.) e tamanhos, se tornarão cada vez mais distintos, compartilhando poucos elementos em comum, em que a diplomacia concretiza-se como peça fundamental (COPELAND, 2013, p.04).

[66] A ideia de apolaridade está centrada na concepção de que o sistema internacioal não pertencerá a nenhum ator. Isso, pois, o mundo tornou-se multipolar, diverso politicamente, em que cada vez mais será difícil conciliar posições, prestígio e regras sobre comércio, guerra e paz (KUPCHAN, 2012, p.x).

[67] O mundo G-zero é "*a world order in which no single country or durable alliance of countries can meet the challenges of global leadership"*(BREMMER, 2012, p. 07).

[68] Atualmente, segundo Naím (2013, p.25), o poder, definido como a "capacidade de dirigir ou evitarações atuais ou futuras de outros grupos e indivíduos", está em processo de "degradação", se tornando cada vez mais disperso e com a atuação de diferentes atores internacionais.

sistema caracterizado pela "uni-multipolaridade", em que os Estados Unidos, com sua legitimidade pautada na homogeneidade cultural, cederiam às potências regionais funções de ordenamento das regiões. Paralelamente, Buzan e Waever (2003), com sua teoria dos Complexos Regionais de Segurança, estabelecem a diferenciação entre potências (conceitos apresentados no primeiro capítulo), os níveis de polaridade (global e regional) e suas interações (BARBÉ, 2010, p.26-28)[69]. Para os autores, a polaridade atual do sistema pode ser calculada a partir da ideia de 1+4, em que 1 corresponde à superpotência do sistema, no caso os EUA, e 4, às grandes potências, sendo China, Japão, Rússia e União Europeia (BUZAN; WAEVER, 2003, p.445-446).

Essa perspectiva também está presente na política de exterior de países emergentes, como Brasil, China, Rússia e Índia, representando um posicionamento ideológico contra a suposta unipolaridade estadunidense, a exemplo de declarações do ex-presidente venezuelano Hugo Chávez e do presidente da Bolívia, Evo Morales (SANAHUJA, 2008, p.301). Os países da América Latina conseguiram, de forma conjuntam, redesenhar as instituições hemisféricas, desenvolvendo iniciativas sem a presença estadunidense, como a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)[70], a UNASUL e a ALBA[71]. (DOMÍNGUEZ, 2016).

Por fim, destacam-se as diferenciações setoriais de poder, que implicam diretamente na caracterização da polaridade do sistema internacional (BARBÉL, 2010, p.48). De acordo com Joseph Nye Jr. (2002, p. 38), é errôneo considerar o mundo como unipolar ou multipolar, já que cada abordagem

> *is referring to a different dimension of power that can no longer be assumed to be homogenized by military dominance. Unipolarity is misleading because it exaggerates the degree to which the United States is able to get the results it wants*

[69] A autoridade internacional, tanto por parte de Estados, como instituições, está associada à compreensão de legitimidade. Assim, "*el proceso de reconocimiento de las nuevas potencias esté directamente relacionado com las prácticas que se den en las instituciones internacionales. Si tenemos em cuenta que la condición de potencia es el resultado de la interacción social (reconocimiento) y no de capacidades preexistentes*" (BARBÉ, 2010, p. 46).

[70] A CELAC nasceu, a partir de 2010, da união progressiva da Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC) e do Grupo do Rio, promovendo cooperação para o desenvolvimento e concertação política. (ITAMARATY, 2018). Essa Comunidade se insere no que denominamos regionalismo pós-liberal, apesar de também se caracterizar como um resultado de iniciativas anteriores (KLAVEREN, 2017, p.14-18).

[71] A ALBA foi instaurada em 2004, sobre a liderança de Hugo Chávez, ex-presidente da Venezuela, Fidel Castro, líder cubano, e Evo Morales, presidente boliviano, estando composta por países como Antígua e Barbuda, Bolívia, Cuba, Equador, Honduras, Nicarágua, República Dominicana, São Vicente e Granadinas, e Venezuela. A iniciativa caracteriza-se como uma alternativa às propostas estadunidenses, voltando-se ao desenvolvimento social e à luta contra pobreza (BRICEÑO-RUIZ, 2013, p.201-202; GARDINI, 2010, p.17-18).

> *in some dimensions of world politics, but multipolarity is misleading because it implies several roughly equal countries*.

Nye Jr. (2002, p.38-40) teoriza a distribuição de poder a partir de uma análise tridimensional como de um jogo de xadrez. No primeiro nível encontra-se o poder militar, considerado unipolar com base nas capacidades dos Estados Unidos, tanto nuclear, como aérea, naval e terrestre. No nível intermediário insere-se o poder econômico, caracterizado como multipolar, com a predominância de Estados Unidos, União Europeia, Japão e China. O último nível refere-se às relações transnacionais, incluindo atores não estatais, e nesse caso, o poder está disperso, não podendo ser classificado por polaridade ou hegemonia. Contudo, ainda assim, os Estados Unidos continuam sendo o país mais poderoso, especialmente por seu histórico de investimentos em fontes de poder tradicional e sua liderança na "revolução da informação".[72]

Destarte, Sanahuja (2018) afirma que essas terminologias de polaridade "obscurecem" a compreensão sobre a realidade internacional, destacando a importância do "processo de difusão e redistribuição de poder". Nessa abordagem crítica, as estruturas do sistema internacional estão marcadas por relações sociais, capazes de dar significado às capacidades dos atores, para além do campo material, correspondendo a percepções, ideias e valores. Buscando problematizar o Estado, sua hierarquia e relações, Cox[73] alega que se deve falar sobre "ordem hegemônica", ao invés de polaridade ou hegemonia (quando entendida como uma simples relação de dominação). Como já discutido anteriormente, a perspectiva gramsciana de hegemonia pauta-se na atuação e pensamento dos "extratos sociais dominantes" que obtiveram consentimento dos outros extratos sociais (SANAHUJA, 2008, p.313-317). A capacidade material de um Estado não concretiza uma hegemonia, exigindo "constructos sócio-culturais e ideológicos" capazes de adquirir caráter universal:

> *El orden mundial hegemónico es la expresión de una particular estructura histórica, o «marco para la acción» que resulta de la interacción de tres conjuntos de fuerzas: capacidades materiales, instituciones e ideas, sin que unas primen de antemano sobre otras, siendo necesario um análisis caso por caso en cada momento histórico*. (SANAHUJA, 2008, p.317).

[72] Contudo, Nye Jr. (2012) reconhece ser ahistórico acreditar que os Estados Unidos serão o poder dominante para sempre. Mesmo assim, ressalta que a concepção de declínio deve ser considerada de duas formas: a) declínio absoluto, como real decadência; e declínio relativo, em que recursos de outros Estados são crescentes ou utilizados mais efetivamente.

[73] Uma maior profundidade na discussão pode ser encontrada em: COX, Robert W.; SINCLAIR, Timothy J. **Approaches to World Order**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

Assim, considerando que o mundo pós-Guerra Fria passou por uma redistribuição de poder entre atores como Estados, empresas, organizações e sociedade civil (MATHEWS, 1997), e com base na concepção crítica e na teoria do poder estrutural[74], pode-se afirmar que o sistema internacional pós-Guerra Fria está em um processo de transição, com mudanças estruturais na "natureza e nas fontes de poder", combinando características do sistema de Estados e de "um sistema multicêntrico emergente". No campo das capacidades militares dos Estados, os Estados Unidos ainda detêm o maior poder do sistema (SANAHUJA, 2008, p.379). Contudo,

> *si se atiende a las otras estructuras, el sistema se caracteriza por una creciente multipolaridad en lo referido a los actores estatales, pero, de nuevo, lo verdaderamente importante es el proceso de difusión y redistribución del poder. En síntesis, se trataría de un sistema multicéntrico, en transición, caracterizado por serias carencias de gobernanza para las que no existen aún instituciones y reglas representativas, legítimas y eficaces*. (SANAHUJA, 2008, p.380).

Com essa discussão em vista, destacamos o papel exercido pelos Estados Unidos, considerado como um grande ator presente nos principais arranjos internacionais e hemisféricos e com expressivo papel de decisão e influência regional e internacional. Como será discutido ao longo desse capítulo, podemos considerar os EUA, seguindo as definições de Buzan e Waever (2003), uma superpotência, com poder de penetração na América do Sul, exercido tanto no nível de poder compulsório, como institucional, estrutural e produtivo.

3.1 Estados Unidos: poder, influência e cooperação

Historicamente, observam-se as relações entre Estados Unidos e América Latina como assimétricas e com protagonismo estadunidense (LORENZO, 2011). A influência da potência na região marca-se especialmente pelo campo da segurança, diretamente relacionado com questões políticas e econômicas. Como afirmado por Schoultz (2000, p. 407), a política externa dos Estados Unidos para os latino-americanos pauta-se, majoritariamente, pela proteção da segurança dos EUA, busca de acomodação das suas demandas internas e a promoção do desenvolvimento econômico do país. Ao longo do tempo, as relações foram caracterizadas por "*ciclos recurrentes de intervención y olvido*", que variam de acordo com

[74]A teoria de poder estrutural, baseada no entendimento de Economia Política Internacional de Susan Strange, está determinada pela "*capacidad de definir de antemano los costes de oportunidad de cada opción y la consiguiente estructura de incentivos y sanciones, así como de asignar funciones y determinar qué conductas son aceptables, y cuáles no, en función de unos valores determinados*" (SANAHUJA, 2008, p.319-320).

circunstâncias da geopolítica hemisférica e internacional, como também da situação da política interna da potência (LIZANO, 2008, p.19).

Durante os séculos XIX e XX, o olhar estadunidense estava centrado na construção de algumas concepções que afetariam diretamente a América Latina. Em 1823, o ex-presidente James Monroe desenvolveu a Doutrina Monroe, conhecida por seu slogan "América para os americanos", que foi estabelecida como contraponto à presença europeia no hemisfério americano, construindo a apologia de separação entre o velho e o novo mundo. A doutrina pode ser compreendida tanto pelo caráter moralista estadunidense, de país defensor do continente americano, como pela consolidação de sua influência e liderança no hemisfério, derivada de seus interesses nacionais (SMITH, 2005, p.16-17; ULZURRUN, 2011, p.27).Pouco depois, adotou-se a perspectiva do Destino Manifesto, em que, como "povo eleito por Deus", os EUA se responsabilizariam em propagar seu modo de vida e estrutura social, política e econômica, a fim de expandir seu domínio mundial. Apesar de mudanças ao longo do tempo na política, marcada, algumas vezes, pelo isolacionismo e unilateralismo, a presença estadunidense no hemisfério caracterizava-se por ser hegemônica e impedir a presença de outras potências no local (PECEQUILO, 2011). Situação exemplificada ainda mais durante o governo de Franklin Roosevelt (1933-1945), que elaborou, junto a Doutrina Monroe, o Corolário Roosevelt, racionalizando a possibilidade de intervenção nos países latino-americanos, sobretudo na América Central e no Caribe, frente a problemas governamentais, alicerçando a política do *big stick* e o acesso a matérias-primas e mercados consumidores na região (BANDEIRA, 2008). Tal política alicerçou as intervenções dos EUA em Cuba, Haiti, Nicarágua e República Dominicana, justificadas pela manutenção e proteção da ordem e da paz nas Américas (ABDUL-HAK, 2013, p.38-43), caracterizando, de forma expressiva, a consolidação do poder compulsório estadunidense, especialmente nos países centro-americanos, controlando-os tanto militar como politicamente. Ainda durante o governo de Roosevelt, foi adotada a política de "boa vizinhança", vinculada a propagação internacional do *New Deal*[75], através de acordos comerciais, além de uma hegemonia estadunidense branda, conectada ao pan-americanismo[76] e à crença de uma relação especial entre os países das Américas, com uma cultura política similar (ULZURRUN, 2011, p.27-33).

O pós-Segunda Guerra Mundial e a entrada na fase da Guerra Fria consagraram o alinhamento das Américas com a potência mundial, os Estados Unidos, tanto no campo

[75] Programa assistencialista dos Estados Unidos criado para recuperar a economia nacional devido à Grande Depressão de 1929.

[76] Proposta estadunidense, lançada ao final do século XIX, para a "união do hemisfério".

econômico. As décadas de 1970 e 1980 destacam-se pela fase de recessão, principalmente devido aos dois choques do Petróleo (1973 e 1979) e a crise da dívida externa da América Latina (ALMEIDA, 2001), desenvolvendo-se no nível econômico o Consenso de Washington[77], que objetivava auxiliar a América Latina na redução de sua dívida externa[78]; já no âmbito político e ideológico, houve a execução de golpes militares e a securitização da ameaça comunista. O fim do confronto bipolar possibilitou que os Estados Unidos se tornassem uma superpotência mundial em um sistema internacional unipolar, desdobrando efetivamente seu poder e influência em todas as regiões do mundo. Apesar da expansão da política estadunidense, devemos considerar que a influência e o poder do país nunca se esvaíram do hemisfério, mesmo variando de intensidades e enfoques ao longo do tempo. Nota-se que a partir da década de 1980, os Estados Unidos alteram sua política de combate ao comunismo na América Latina, priorizando a abertura de mercados, o fortalecimento da democracia e a luta contra o tráfico de drogas (BARSHEFSKY; HILL; O'NEIL, 2008). Nota-se um processo de substituição de um determinado inimigo para outro e uma "reconceptualização" da identidade do país, por meio de suas mudanças no discurso e na política externa (CAMPBELL, 1992, p.08).

Os governos estadunidenses, nesse novo cenário mundial, marcaram-se, majoritariamente, pela buscar da preservação do "momento unipolar" resultante do fim da Guerra Fria, apesar de seguirem diferentes abordagens políticas. Durante o governo de Bill Clinton (1993-2001), houve o predomínio de uma elite "liberal internacionalista", voltada à globalização e ao multilateralismo, apesar de incluir a possibilidade de ações unilaterais. Priorizou-se "o consentimento voluntário requerido para que o exercício da supremacia se fizesse de forma mais suave e eficaz" (CRUZ, 2012, p.34), utilizando a ideia de expansão da democracia e do livre mercado para a construção de uma "comunidade global" e processos de integração e reforma política (IKENBERRY, 2002, p.46-47). Diferentemente, o governo de George W. Bush (2001-2009) esteve constituído por um grupo de intelectuais ultraconservadores (neo-imperiais), que proclamaram a superioridade de seus valores e

[77] O Consenso de Washington se caracteriza por dez pontos centrais: (1) Disciplina fiscal: déficits orçamentários pequenos e sem auxílio do imposto inflacionário. (2) Prioridades na despesa pública: a despesa pública deve ser redirecionada a áreas politicamente sensíveis que recebem mais recursos, como educação primária, saúde e infraestrutura. (3) Reforma tributária: aumentar a base tributária e reduzir as taxas marginais de imposto. (4) Liberalização financeira. (5) Política de taxa de câmbio: taxa de câmbio a um nível suficientemente competitivo para induzir rápido crescimento das exportações não tradicionais. (6) Liberalização do comércio. (7) Investimento Estrangeiro Direto. (8) Privatização. (9) Desregulamentação: abolição de regulamentações que impedem a entrada de novas empresas ou que restrinjam a concorrência. (10) Direitos de propriedade (MARANGOS, 2009, p.198-199).

[78] Consequências da adoção do Consenso, vide capítulo 5.

confiaram a realidade do poder incontestável dos EUA para conseguir a anuência de seus objetivos (CRUZ, 2012)[79]. Suas políticas unilaterais são características de seu governo desde o início, com reposicionamento frente tratados, como protocolo de Kyoto e Tratado Anti-mísseis Balísticos, porém intensificadas com os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, consolidando "posições favoráveis à entronização dos Estados Unidos como principais responsáveis pela vigilância e punição dos inimigos da ordem" (AYERBE, 2005, p.343). Já o governo de Barack Obama (2009-2017) representava uma renovação frente à crise interna do país, com os eventos de 2008, e uma retomada de sua liderança liberal e prestígio no âmbito internacional (PECEQUILO, 2017), reconstruindo a capacidade ético-política dos EUA. Apesar de crítico ao governo republicano, Obama se utilizou dos mesmos "fundamentos estratégicos", defendendo a superioridade militar do país e empregando uma política externa conservadora (CRUZ, 2012, p.126-127).

Como será discutido ao longo deste capítulo, as questões militares e de segurança da América Latina sempre tiveram uma mirada especial dos EUA, baseadas em uma lógica estratégica. Historicamente, o país indentificou a América Latina como sua "*unique sphere of influence*" (MARES, 2001, p.30). Assim, para uma maior compreensão do cenário internacional atrelado à América do Sul, abordaremos alguns pontos centrais referentes à variável causal e influente na cooperação em defesa na região sul-americana, a presença e influência estadunidense. Para tanto, utilizaremos como meio de compreensão as iniciativas hemisféricas no campo da segurança e da defesa; o Comando Sul e a Quarta Frota; a presença de bases militares na região sul-americana; e a securitização de ameaças vinculadas ao narcotráfico e terrorismo, utilizando-se da *Drug Enforcement Administration* (DEA), do Plano Colômbia, da Iniciativa Regional Andina (ARI) e da Iniciativa Andina Antidrogas (ACI), sendo esses últimos aprofundados no capítulo 4, de nível regional, por meio da compreensão das relações bilaterais entre Estados Unidos e Argentina, Brasil e Colômbia.

3.1.1 O Hemisfério

No campo hemisférico, a presença dos Estados Unidos tornou-se expressiva, notável já em 1889 com a criação da Conferência Pan-Americana, voltada a uma cooperação

[79] Usualmente, no que tange à compreensão dos EUA no cenário internacional, utilizam-se os termos unilateralismo e multilateralismo. O unilateralismo caracteriza-se por uma política externa dominada por ações estatais baseadas em seus próprios termos e motivada por seu viés nacional. Já o multilateralismo focaliza ações consolidadas por processos consultivos/coordenados entre as nações, aliados, e instituições internacionais(JENTLESON, 2010, p.281).

econômica e securativo, que, contudo, não obteve grande sucesso dado às divergências entre a América Latina e os EUA quanto ao alinhamento diplomático e o papel da primeira como "reserva de espaço" para a importação dos produtos estadunidenses (PAGLIARI, 2009, p.89). A partir de 1935, com a crescente instabilidade mundial e a ameaça de uma nova ideologia, o socialismo da União Soviética, os EUA se voltaram a uma cooperação militar com as Américas, desenvolvendo o Sistema Militar Interamericano (SMI), constituído por: a) Junta Interamericana de Defesa (JID), instaurada em 1942 como órgão consultivo e político para a união das estruturas militares regionais e arena de "participação formal na defesa continental" pelos seus Estados-membros[80]; b) Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), assinado em 1947, momento de expansão da União Soviética, concretizando um acordo de segurança e defesa coletiva, com assistência militar mútua contra ameaças externas e busca pela resolução de conflitos de forma pacífica, concretizando uma iniciativa institucionaliza contra a ameaça socialista (PAGLIARI, 2004, p.38-48); c) Organização dos Estados Americanos (OEA), instaurada em 1948 para a consolidação de "uma ordem de paz e de justiça, para promover sua solidariedade, intensificar sua colaboração e defender sua soberania, sua integridade territorial e sua independência" (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2014); d) Tratado Americano de Soluções Pacíficas "Pacto de Bogotá", firmado em 1948 para o fortalecimento da resolução de conflitos de forma pacifica e no âmbito regional. Assim, o Sistema Interamericano constituiu-se por uma cooperação militar que, ao final de 1950, realizava missões militares, treinamento de oficiais e vendas de material militar, e consolidava um comando unificado, o Comando Sul (ABDUL-HAK, 2013, p.38-43).

Na década de 1960 criou-se a Conferência dos Exércitos Americanos (CEA), constituída por comandantes das Forças Armadas das América, com a finalidade de "discutir a situação da segurança regional e coordenar as atividades dos serviços de inteligência militares", bem como realizar exercícios militares conjuntos. Em 1962 foi instalado o Colégio Interamericano de Defesa, dentro do escopo da JID, direcionado para educar tanto civis como militares, especialmente para a ocupação de cargos hemisféricos (PAGLIARI, 2004, p.51). Paralelamente, desde 1990, a OEA voltou-se para a defesa e fortalecimento da democracia no hemisfério e, para tanto, criou o Unidade para a Promoção da Democracia (UPD), parte constituinte do *Department of Democratic and Political Affairs*, bem como adotou a resolução 1080, permitindo que o Secretário Geral da OEA acione uma reunião do Conselho

[80] Critica-se a Junta por sua permissividade quantoao controle estadunidense sobre a autonomia militar dos países latino-americanos (ABDUL-HAK, 2013, p.38-41).

Permanente da organização em casos de interrupção e irregularidade em processos político-institucionais domésticos. Em 1992, adicionou-se, junto a essa resolução, o Protocolo de Washington, tornando a OEA a primeira iniciativa regional capaz de suspender Estados-membros em casos de um governo eleito democraticamente ser derrubado pela força (DOMINGUEZ, 2017). Contudo, críticos debatem que a invocação de tal resolução nem sempre é efetiva, como em casos onde ela não foi acionada, a exemplo do golpe de Estado contra Jamil Mahuad, em 2000, no Equador; além de situações em que a mesma foi empregada tardiamente, como o caso do Paraguai, em 1996. Em 2001, a Organização adotou a Carta Democrática Interamericana, englobando a resolução 1080 e reafirmando o papel da OEA em crises democráticas. A partir dessa nova mirada, a instituição passou a desempenhar missões e resoluções de conflitos, diplomacia multilateral e sanções, respondendo a crises em países como Bolívia, Equador, Haiti, Nicarágua e Venezuela (WIKILEAKS, 2005a).

Em 1994, em um novo cenário internacional e regional, foram instauradas novas iniciativas no âmbito hemisfério. A administração Clinton inaugurou a primeira Cúpula das Américas, em Miami, recebendo os líderes regionais para a construção de planos de ação conjuntos, tornando-se uma tradição perpetuada até os dias de hoje. Contudo, por seu limitado financiamento, as Cúpulas se tornaram "mandatos não financiados concedidos à OEA e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento" (WIKILEAKS, 2005a).[81] Outra atividade desenvolvida foi a Conferência Ministerial de Defesa das Américas (CMDAs), parte da OEA, como "mais uma forma de garantir, defender e solidificar os princípios democráticos na região" (OLIVEIRA, 2009, p.21). Nesse âmbito, a conferência de Williamsburg, de 1995, representa um marco na redefinação das abordagens hemisféricas em segurança. Os países discutiram três pontos centrais: emprego das Forças Armadas, como em casos de segurança pública e/ou defesa externa[82]; cooperação em defesa, destacando-se experiências em ações humanitárias e operações de paz, e; medidas de confiança e transparência, com o fomento de mecanismos bi e multilaterais entre os membros e intercâmbio de informações, a exemplo de um registro de gastos militares. Ao final, foram consolidados seis princípios fundamentais: 1) preservação da democracia como essencial para a segurança mútua da região; 2) Forças Armadas e de segurança são peças chaves para a defesa e manutenção dos Estados democráticos soberanos; 3) subordinação das Forças Armadas ao confronte democrático,

[81]Desde 1997, a OEA tem arrecada fundos para projetos específicos. Os EUA, por meio de doações para Operações no Exterior, destinaram recursos para o Fundo de Fortalecimento da Democracia, programas para o desenvolvimento, centrados nas Cúpula das Américas, e Programa de Desminagem da OEA (AICMA). Essas contribuições possibilitam que os Estados Unidos excercessem siginificativa influência sobre os projetos (SULLIVAN; BEITTEL, 2008).

[82] Vide seção 4.3.1.

pautando-se na constituição nacional e no respeito aos direitos humanos; 4) elevação da transparência em defesa, com intercâmbio de informações e diálogo civil-militar; 5) resolução de disputas ainda vigentes, utilizando-se de medidas de confiança e baseando-se na concepção de que o desenvolvimento econômico e a segurança estão interligados; e 6) promover a cooperação em defesa por meio de apoio ao combate ao terrorismo e às Nações Unidas em operações de paz (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1996).

Ademais, foram formuladas duas propostas definidoras do termo "segurança", uma denominada "segurança democrática", que passou a abranger aspectos de segurança humana, e outra deliberando um conjunto único de ameaças para todo o hemisfério, chamadas "ameaças multidimensionais", atreladas à segurança multidimensional.[83] Complementar a essa visão, incorporou-se a ameaça terrorista, objeto central estadunidense devido aos atentados terroristas ocorridos em 11 de setembro de 2001. O caso dos ataques aos Estados Unidos repercutiram incisivamente no campo hemisférico, isso pois foi invocado, com apoio dos países latino-americanos, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, e estabelecidos comitês e convenções contra o terrorismo, como com a revitalização do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE), de 1999, e a Convenção Interamericana contra o Terrorismo, de 2002, pautadas em ações cooperativas em fronteiras, no campo da inteligência e cibernética, e no controle de financiamento de organizações terroristas (SULLIVAN; BEITTEL, 2008; WIKILEAKS, 2004a). Em 2003, a OEA promoveu uma Conferência especial para a identificação de novas ameaças e desafios ao hemisfério. Alguns meses depois, em 2004, o Departamento estadunidense passou a identificar ameaças narcoterroristas na Colômbia e no Peru, e ameaças terroristas na tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai, local de arrecadação de fundos por parte do Hezbollah e Hamas (WIKILEAKS, 2004a, 2006b). Paralelamente, Washington provia à América Latina uma assistência antiterrorismo (ATA), através de equipamentos e treinamentos para o aperfeiçoamento de capacidades em segurança de aeroportos, negociações de reféns, combate ao financiamento de terrorismo e desativação de bombas. O caso da Venezuela é uma exceção, visto que, por não se envolver no combate ao terrorismo internacional, sofreu, em 2006, uma sanção em que os EUA proibiram a venda e/ou licença de artigos e serviços de defesa ao país (WIKILEAKS, 2006b, 2008a).

Pode-se notar o papel central dos Estados Unidos na OEA com seu poder institucional, promulgando sua perspectiva sob as iniciativas desenvolvidas no âmbito da organização,

[83] Conceitos esses já discutidos no segundo capítulo desta tese, seção 2.2.3.

evidenciado em três situações chaves: 1) na criação do TIAR para o combate da ameaça comunista; 2) na formulação de agendas específicas para o hemisfério, pautadas em sua política externa, evidentes durante a Guerra Fria e após os atentados de 11 de setembro; e 3) na definição de conceitos no campo da segurança. Assim, o país concretiza seu poder institucional pautado nas relações com os atores hemisféricos, porém com uma influência mais difusa. Contudo, na década de 1990 observou-se a tentativa de reforma da OEA por parte de seus Estados-membros latino-americanos, como Argentina, Brasil, Chile e México, com a criação de comissões no interior da organização destinadas a tratar questões de controle de armas e do tráfico de drogas. Notável, ainda, com a iniciativa mexicana, em 2000, para a criação da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas, buscando extrair uma parte do poder unilateral estadunidense nesse campo (TULCHIN, 2017, p.35-36).

De forma crescente, o SMI foi se enfraquecendo frente às dinâmicas regionais, especialmente com a fraqueza da OEA para impedir o uso da força pelos Estados Unidos, com a invasão estadunidense a República Dominicana, em 1965, a "desestabilização da América Central na década de 80 e as intervenções armadas na Granada (1983) e no Panamá (1989)" (ABDUL-HAK, 2013, p.157). Pode-se observar, contudo, que OEA teve sua importância relativizada no referente aos países latino-americanos. No caso do México, a organização constitui-se como central, visto ser uma forma do país se proteger multilateralmente frente à sua proximidade com os Estados Unidos e suas políticas unilaterais. De forma contrária, para o Brasil, a OEA é mais um instrumento, entre muitas outras instâncias regionais (ABDUL-HAK, 2013, p.157-159). Outro momento de expressiva crise hemisférica foi o posicionamento estadunidense favorável ao Reino Unido durante a Guerra das Malvinas, de 1982, optando por sua aliança atlântica, a OTAN, em detrimento ao TIAR, desprovendo o Tratado de qualquer validade e demonstrando ainda mais sua inviabilidade, especialmente quando, em 2002, o México realizou uma denuncia do mesmo no referente à Guerra das Malvinas e a uma possível Guerra no Iraque. (GALERANI, 2011, p.47-48). Assim, o Sistema privou-se em constituir uma organização estável para estabelecer uma política de influência estadunidense (PAGLIARI, 2004) que, com o seu esgotamento, passou a "desmantelar" a influência estadunidense direta na região, especialmente na América do Sul (ABDUL-HAK, 2013, p.157-159).

Durante os anos 2000 consolidou-se um cenário de diminuição da influência direta estadunidense e de seu poder compulsório, valorizando apenas dois projetos significativos

para a América Latina, o Plano Colômbia e a Iniciativa Mérida[84], implicados em relações securitizadas (DOMÍNGUEZ, 2016, p.24). Esse novo momento se justifica, segundo Guarnizo (2011, p.XIX), pelas dificuldades nas guerras do Afeganistão e Iraque e o unilateralismo pregado pela doutrina Bush; a desarticulação de políticas neoliberais aplicadas na década de 1990 na América Latina e a crise financeira estadunidense de 2008; e os problemas domésticos enfrentados pelo governo de Barack Obama. Situações estas que podem ser exemplificadas a partir das Estratégias de Segurança Nacional dos EUA. Em 2002, durante o governo de George W. Bush, nota-se o enfoque estratégico estadunidense na guerra contra o terrorismo em escala global, ressaltando a presença de células em todo o mundo.

> *The enemy is terrorism— premeditated, politically motivated violence perpetrated against innocents. [...] The struggle against global terrorism is different from any other war in our history. It will be fought on many fronts against a particularly elusive enemy over an extended period of time. [...] Our priority will be first to disrupt and destroy terrorist organizations of global reach and attack their leadership; command, control, and communications; material support; and finances. This Will have a disabling effect upon the terrorists' ability to plan and operate.* (UNITED STATES OF AMERICA, 2002, p.05).

No caso das Américas, coalizões foram feitas com Brasil, Canadá, Chile, Colômbia e México com o intuito de promover a democracia e a integração hemisférica, tendo como instrumento a OEA, a Cúpula das Américas e as CMDAs (UNITED STATES OF AMERICA, 2002, p.06). Já em 2006, toda a Estratégia Nacional se voltou para a Guerra do Iraque e as articulações em segurança e defesa no Oriente Médio, remetendo à Guerra Fria e às suas consequências atuais, sendo o hemisfério citado de forma superficial por meio da OEA e de relações estratégicas com Canadá, México e países da América central e do sul para questões de migrações, segurança, democracia e desenvolvimento (UNITED STATES OF AMERICA, 2006, p.37). Nota-se que no período do governo Bush, alguns desafios securativos ainda permanecem na região e foram tratados de forma preventiva pelo país, como tráfico de drogas e armas, contando com a Iniciativa Andina, e lavagem de dinheiro e terrorismo (CONTRETA; LIMA, 2009, p.60), que, apesar da priorização dos Estados Unidos ainda persistir em locais de ação direta da Al Qaeda e de países que compunham o "eixo do mal", o seu olhar foi mantido para a região da Tríplice Fronteira, entre Argentina, Brasil e Paraguai (SHIMABUKURO, 2009, p.47-48).

O governo de Barack Obama voltou-se para uma renovação de liderança do país no sistema internacional, ressaltando o caso da proliferação de armas nucleares, mas, ao mesmo

[84] A Iniciativa foi criada em 2007 como uma política para a cooperação frente ao crime organizado e a violência gerada pela mesma, contemplando México, América Central e Caribe.

tempo, enfocando as dificuldades nacionais associadas ao desemprego e a pobreza pós-crise financeira, em que "*the foundation of American leadership must be a prosperous American economy. And a growing and open global economy serves as a source of opportunity for the American people and a source of strength for the United States*" (UNITED STATES OF AMERICA, 2010a, p.28). De forma breve e desconsiderando o hemisfério e iniciativas cooperativas multilaterais, como a OEA, o país apoiou a liderança do Brasil no campo sul-sul, encorajando iniciativas brasileiras em questões de crime transnacional, desenvolvimento econômico e contra as mudanças climáticas globais (UNITED STATES OF AMERICA, 2010a, p.44-45). De forma complementar, a Estratégia Nacional de 2015 reforçou os interesses dos EUA já introduzidos na Estratégia anterior.

> *The American economy is an engine for global economic growth and a source of stability for the international system. In addition to being a key measure of power and influence in its own right, it underwrites our military strength and diplomatic influence. A strong economy, combined with a prominent U.S. presence in the global financial system, creates opportunities to advance our security*. (UNITED STATES OF AMERICA, 2015a, p.15).

Destaca-se o fortalecimento de parcerias econômicas com Brasil, Canadá, Chile, México e Peru. Ao mesmo tempo, a região da América Central constitui um local para o fomento de iniciativas relacionadas à consolidação da democracia e de Direitos Humanos, especialmente no caso de "países vulneráveis" como Guatemala, El Salvador e Honduras, além do início da abertura nas relações com Cuba. O caso da Colômbia é inserido de forma especial, por ser um parceiro estratégico para a paz e segurança, exaltando apoio aos acordos de paz com as FARC (UNITED STATES OF AMERICA, 2015a, p.27-28). Assim, o ex-presidente estadunidense Barack Obama certificou, durante a Cúpula das Américas de 2015, o novo posicionamento do país em relação ao hemisfério, declarando: "*the days in which our agenda in this hemisphere presumed that the United States could meddle with impunity, those days are past*" (WORTHINGTON, 2015). A questão então não se referia se os EUA iriam liderar a região, mas sim como iria ocorrer essa liderança. A implantação da doutrina Obama constituiu a preservação dos interesses nacionais e a colaboração com parceiros com valores compartilhados com os EUA, instituindo programas de cooperação bilateral com países latino-americanos, em nível ministerial (TULCHIN, 2017, p.29-34).

Com isso, observa-se um cenário de abertura para a busca de interpretações diferenciadas por parte dos países latino-americanos, com uma maior autonomia da região frente aos Estados Unidos, dando-se margem para a constituição de frentes independentes (FUCCILLE; REZENDE, 2013, p.86; SAINT-PIERRE, 2012, p.243-244, SERBIN; SERBIN

PONT, 2016, p.132-134; TULCHIN, 2017, p.30-34). Apesar dessa diminuição de influência, notável tanto pelos acadêmicos como através de documentos oficiais, a presença e o poder dos EUA no hemisfério nunca se esvaíram, especialmente na região andina, como vemos mais adiante. Observa-se uma nítida separação entre as políticas estadunidenses voltadas ao hemisfério norte do continente americano, com propostas integracionistas e de estabilidade do sistema internacional; ao mesmo tempo em que, para o hemisfério sul, foram adotadas políticas enfocadas no campo do combate ao narcotráfico, terrorismos e crime transnacional em geral, com a presença de parceiros regionais relevantes, como a Colômbia, o México e países centro-americanos.

> *Parts of Latin America confront regional conflict, especially arising from the violence of drug cartels and their accomplices. This conflict and unrestrained narcotics trafficking could imperil the health and security of the United States. Therefore we have developed an active strategy to help the Andean nations adjust their economies, enforce their laws, defeat terrorist organizations, and cut off the supply of drugs, while—as important—we work to reduce the demand for drugs in our own country. In Colombia, we recognize the link between terrorist and extremist groups that challenge the security of the state and drug trafficking activities that help finance the operations of such groups. We are working to help Colombia defend its democratic institutions and defeat illegal armed groups of both the left and right by extending effective sovereignty over the entire national territory and provide basic security to the Colombian people*. (UNITED STATES OF AMERICA, 2002, p.10).

De acordo com um relatório divulgado pela *Inter Press Service* em 2010, após quinze anos de documentação, as tendências nas relações entre EUA e América Latina são afetadas de forma limitada por administrações democratas ou republicanas (WIKILEAKS, 2010a). Ademais, observa-se uma tendência crescente de militarização da política externa estadunidense e de seu papel nas relações com a região. De acordo com o *Washington Office on Latin America*, em 2010, 47% do auxílio destinado à América Latina estava centrado em forças policiais e militares (WIKILEAKS, 2010a).

3.1.2 A América do Sul

Na América do Sul a região andina é considerada, por parte dos EUA, local de instabilidade e interesse, especialmente no que tange a um possível alinhamento diplomático, por meio de acordos e organizações multilaterais; diversificação através de recursos energéticos, que os façam menos dependente da eurásia; controle das rotas de acesso ao canal do Panamá; e combate ao tráfico e crime transnacional (DÍAZ, 2011, p.107-139), oficializados em acordos como o Plano Colômbia e as Iniciativas Andinas. Observa-se,

ademais, a presença de bases militares utilizadas pelos EUA nesta região, como na Colômbia, onde sua atuação se dá por meio de apoio em "bases com campos de pouso (Tolemaida, Larandia, Três Esquinas e outros)" e no centro de operações táticas do terceiro batalhão (também denominado como base avançada de operações), vinculado ao Comando Sul; e no Peru, com "presença semi permanente em bases e estações de radar" (Pucalipa, Iquitos, Palmapampa, etc.) (JORGE, 2009, p.81). Somam-se, assim, por volta de dezessete "centros e núcleos de apoio para operações militares" (COSTA, 2009, p.19-20). Nota-se uma inflexão no discurso do ex-presidente Obama em constituir uma parceria equilibrada com a América Latina e uma diminuição da militarização da região. Em 2009, houve uma tentativa, sem êxito, de negociação com o governo colombiano para a ocupação estadunidense de sete bases militares, enquanto buscava também a renovação de sua presença na base militar de Manta, no Equador (CASTIBLANCO; BULLÓN, 2017, p.64-65).

Nesse cenário devemos destacar o papel do Comando Sul (*Southcom*), criado em 1963 e com sede atual em Miami, originário do Comando do Caribe, de 1941, que tinha como sede o Panamá. O Comando contempla a América Central e do Sul como regiões de interesse e atividades. Na década de 1960, sua missão estava centrada em programas de assistência militar e na defesa do canal do Panamá. Com sua revitalização, a partir dos anos 1980, seu objetivo passou a se voltar a operações contra o tráfico de drogas e missões humanitárias (SOUTHCOM, 2018). Ademais, o Comando preza pela estabilidade hemisférica, promovendo treinamentos, compartilhamento de informações e assistências tecnológicas e de inteligência (ROMANO, 2015).

De acordo com o General John F. Kelly (2014), ex-comandante do *Southcom* entre 2012 e 2016, as prioridades do Comando, nessa época, centravam-se em: 1) operações de detenção em Guantánamo; 2) combate ao crime organizado transnacional, com parcerias com a DEA, no campo investigativo e de inteligência, auxiliando na profissionalização das forças regionais; 3) construção das capacidades dos parceiros, como com a Colômbia, fornecendo assistência ao processo de transformação militar do país, devido aos acordos com as FARC, além de treinamentos de forças policiais e militares como parte do Plano de Ação EUA-Colômbia de Cooperação Regional de Segurança; no Peru, em parceria também com a DEA, frente o Sandeiro Luminoso[85]; no Chile com a capacitação de pessoal; e no Brasil no campo da cooperação militar e com forças de segurança, atuando de forma conjunta na Copa do

[85] O Sendero Luminoso é datado de 1971, quando houve a divisão do *Partido Comunista Bandera Roja*. Guerrilha de cunho maoísta e fundado por professores e universitários, promoveu a revolução liderada por camponeses, atacando propriedades rurais, e, posteriormente, centros urbanos (BONILLA, 2003).

Mundo de 2014 e nas Olimpíadas de 2016, além de exercícios multinacionais, com o Panamax; e 4) planejamento de contingências especialmente no referente à distribuição de drogas aos EUA e "crime-terror", associando lavagem de dinheiro, atividades ilícitas e grupos terroristas. Ademais, Kelly (2014) contrapôs a ideia de militarização da região, alegando que o foco do Comando é a profissionalização militar e de forças de segurança, prezando pela autoridade civil e os direitos humanos dos países parceiros.

O novo comandante do Comando Sul, Almirante Kurt W. Tidd (2016b), discursou durante o evento organizado pelo *Atlantic Council's Brent Scowcroft Center on International Security*, em julho de 2016, sobre as estratégias do *Southcom* para a América Latina e o Caribe. Sua colocação destaca que "*there's no longer any such thing as a 'regional' challenge (if there ever was one)*", e sim desafios transnacionais, tais como corrupção e redes de ameaças transnacionais atreladas ao tráfico. Paralelamente, durante o *CSIS Maritime Security Dialogue*, em outubro de 2016, Tidd (2016a) ressaltou a mudança de perspectiva em relação ao tráfico de drogas,

> *If I were talking to you in 1986…or 1996…or even 2006, I'd be telling you that drug trafficking is the most significant security challenge in this part of the world. Back then, everything from the FARC in Colombia to violence in Central America seemed to be connected in some way to the drug trade. It was pretty clear cut: narco-traffickers moved narcotics from South America to the US in the maritime domain. We knew what the threat was, and where it was, and how to best combat it.*

Atualmente, a ameaça passou a ser amorfa, adaptável e em rede, facilitando o fluxo de ilícitos, ou seja, a verdadeira ameaça a segurança nacional e a estabilidade regional é a rede de ameaças transregional e transnacional, capaz de conectar pessoas e grupos. Essa nova situação exige uma adaptação por parte do Comando, pautada em operação de segurança nacional, inteligência e cibernética (TIDD, 2016a). O exercício multinacional, Panamax, é considerado uma peça importante nesse cenário, promovendo a simulação do comando e controle de forças terrestres, marítimas, aéreas e cibernéticas no canal do Panamá, constituindo uma resposta conjunta frente a ameaças. Em 2016, o comando terrestre foi liderado pelo Chile, o aéreo pela Colômbia, e o marítimo, pelo Peru, sendo o Brasil o Comandante Adjunto Geral (SOUTHCOM, 2016).

Um componente de destaque no interior do Comando Sul é a Quarta Frota. Com localização na Flórida e operações nas águas da América Central e América do Sul, foi estabelecida, em 1945, como forma de proteção dos Estados Unidos frente à Segunda Guerra Mundial. Em 1950 foi desativada, e sua área de operações foi designada para a Segunda Frota. Em 2008, a Quarta Frota foi reativada pelo ex-presidente estadunidense George Bush,

sendo uma peça capaz de realizar o monitoramento de ameaças aos EUA, como a presença da Rússia na região atrelada à Venezuela, além do tráfico e do terrorismo. Sua função centra-se na cooperação em operações de segurança marítima para a manutenção do acesso do mar, aprimorar a interoperabilidade e construir relações duradouras na região abrangida pelo *Southcom* (CARMEM, 2018). A Frota está composta por navios de ataque anfíbios com porta-helicópteros, mísseis de defesa antiaérea, aviões de ataque, navio-hospital e cerca de 1200 oficiais e 2000 fuzileiros navais (JORGE, 2009, p.88). Para Bandeira (2008), a reativação da Quarta Frota está ligada à descoberta da camada pré-sal na costa brasileira, associada à segurança do Atlântico Sul e sua possibilidade de ações e missões diretas na região.

> Com as operações navais da IV Frota, os Estados Unidos complementam o anel de bases militares, que envolve Comapala, em El Salvador; Guantánamo, em Cuba; Comayuga, em Honduras; Aruba, em Curaçao; e Manta, no Equador, de onde deverá ser transferida para a Colômbia. Este anel seria ainda arrematado com a base aérea, construída em 1983 e posteriormente ampliada, em Mariscal Estigarribia, no Paraguai, distante apenas 200 quilômetros da fronteira com a Bolívia e a Argentina, e 320 quilômetros do Brasil, muito perto da Tríplice Fronteira. (BANDEIRA, 2008, p.07).

Nesse cenário, observa-se a consolidação da definição de conceitos centrais para a compreensão de ameaças por parte dos Estados Unidos, e, assim, sua ligação com a América do Sul, especialmente a região andina. O crime organizado internacional em geral está associado a indivíduos que têm como objetivo a conquista de “poder, influência e ganhos monetários” por meio de atividades ilegais, se utilizando da corrupção e/ou violência (UNITED STATES OF AMERICA, 2008a, p.02). Complementarmente, o crime organizado transnacional pode ser diferenciado do crime tradicional, que se caracteriza por uma estrutura hierárquica operante de forma contínua (por um período prolongado) e, na maioria das vezes, com interesses ligados ao Estado de origem; enquanto as redes modernas apresentam-se de forma descentralizada e, muitas vezes, com benefícios maiores quando existe uma ausência de governança estatal (WIKILEAKS, 2006c).

Paralelamente, houve um intento de diferenciar crime organizado de terrorismo, em que, apesar de ambos atuarem de forma descentralizada e atingirem civis, o primeiro centra-se na busca pelo ganho financeiro, enquanto o segundo tem como objeto o campo político e, às vezes, religioso, sendo, contudo, frequentemente financiado por atividades criminais. Por fim,

destaca-se o conceito de narcoterrorismo[86], usualmente empregado para compreender as atividades de cultivo, manufatura, transporte e distribuição por parte de grupos que se utilizam do tráfico de drogas para financiar o terrorismo. Para o combate de tal ameaça, os Estados Unidos se utilizam de agências voltadas a essa questão, sendo o Escritório de Assuntos Internacionais de Narcóticos e Aplicação da Lei (INL) do Departamento de Estado responsável pela Iniciativa Andina Antidrogas; os departamentos de Justiça, Segurança interna e Defesa, voltados para a coordenação de programas antidrogas; Centros no exterior para iniciativas contra narcóticos, destinadas à erradicação de culturas estrangeiras e interdição de narcóticos global, fornecendo equipamentos e treinamentos; e a DEA, centrada na investigação e extradição de contrabandistas, além de outras tarefas, como explicado ao longo do texto (WIKILEAKS, 2006c). Tais definições implicam em uma tipologia de segurança em que os âmbitos interno e externo estão diretamente relacionados, dificultando a delimitação de onde a ameaça começa e termina (WEIFFEN; VILLA, 2017, p.10-15). Essa dificuldade passa a afetar os países latino-americanos, porém, paradoxalmente, os EUA resolvem esse problema inserindo a ameaça transnacional das drogas e do narcotráfico como externa.

Para compreendermos a conjuntura pós-anos 2000 com os governos de George Bush e Barack Obama, devemos realizar um breve apanhado sobre as iniciativas contras as drogas dos EUA anteriores ao período delimitado desta tese. O presidente Richard Nixon, durante seu governo de 1969-1974, realizou a construção do discurso securitizador de guerra às drogas, fortalecido pelas leis de controle de substâncias (*Comprehensive Drug Abuse Prevention and Control Act* de 1970), inserindo a produção e o consumo de drogas como efetivas ameaças à segurança estadunidense, permitindo o emprego de meios militares para o seu combate. De um lado, os EUA se auto compreendiam como país consumidor, de outro, países latino-americanos como Colômbia e México foram classificados como produtores. Em 1973, a DEA foi criada como uma "super agência" que promoveria a cooperação com o *Federal Bureau of Investigation* (FBI) e outras agências do Departamento de Justiça,voltando suas atividades ao Caribe, México e países andinos, como Bolívia, Colômbia e Peru, onde a produção de cocaína estava em ascensão, efetuando o treinamento de grupos militares e provendo equipamentos, como armas, navios, helicópteros e radares (SACCO, 2014, p.10-15; SANTOS *et al.*, 2015, p.03-04; SMITH, 2005, p.165-166).

[86] "*Many experts believe the term 'narcoterrorism' was first used by former Peruvian President Belaúnde Terry in the early 1980s to describe terrorist-like tactics used against Peruvian law enforcement by Shining Path Marxist rebels*" (WIKILEAKS, 2006c).

Ronald Reagan, durante seu mandato de 1981-1989, seguiu a proposta dos governos anteriores, promulgando a Lei Anti-Abuso de Drogas de 1986 e estabelecendo estratégias para a redução do tráfico de drogas destinado aos EUA, por meio de forças militares e órgãos de inteligência para o combate internacional, sendo que, na América Latina, foram empregadas medidas coercitivas para a intensificação da cooperação (GEHRING, 2012, p.153-157; SACCO, 2014). Como forma de justificar as ações estadunidenses, passou-se a associar os grupos narcotraficantes como terroristas (denominados agora como narcoterroristas) e comunistas, sobretudo devido à visão alicerçada pelos EUA na Colômbia (SANTOS, 2015), promovendo-os como inimigos da nação e que deveriam ser combatidos. Com a Diretriz 221 de Segurança Nacional houve a implantação oficial da ameaça do narcotráfico a segurança nacional, bem como a denúncia de insurgentes como inimigos à segurança de governos locais no hemisfério americano, a exemplo das FARC, na Colômbia, e do Sendero Luminoso, no Peru (SANTOS et al., 2015, p.03-04).

George H. W. Bush, que governou de 1989-1993, foi mais além com a guerra às drogas, promulgando, em 1989, um discurso de que as drogas são a mais grave ameaça nacional, conquistando a opinião pública e a mídia, que aceitaram esse movimento securitizador[87], destacando que tal ameaça encontra-se no exterior de suas fronteiras. No mesmo ano, o ex-presidente assinou a Diretriz 18 de Segurança Nacional, consolidando o tráfico de drogas como ameaça nacional e regional, e identificando Colômbia, Bolívia e Peru com os principais fornecedores de cocaína na região andina. O Departamento de Defesa passou a coordenar políticas antidrogas, promovendo o desmantelamento de cartéis, isolando áreas de cultivo de coca, repreendendo países produtores de substâncias químicas destinadas à produção de cocaína e provendo auxílio econômico, policial e militar (GEHRING, 2012, p.153-157). Para tanto, foi criada a Estratégia Andina, como a assistência econômico-militar aos países da região andina, tanto produtores como países de trânsito de mercadorias, promovendo, por meio do Comando Sul, treinamento e emprego das Forças Armadas (SANTOS, 2015, p.07-11).

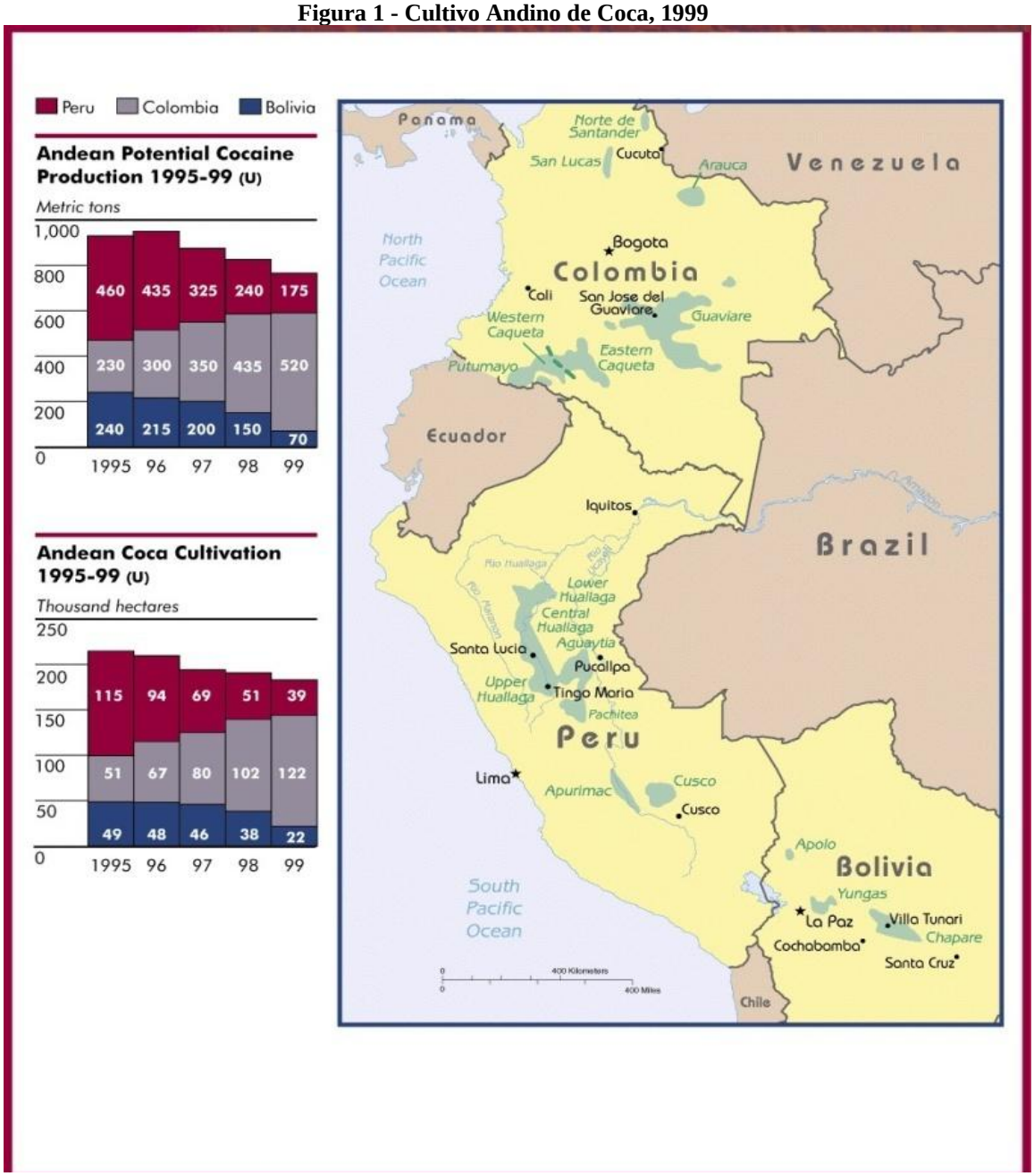
Observa-se um cenário das décadas de 1980 e 1990 no hemisfério americano marcado pela militarização da luta contra as drogas e a identificação do narcotraficante como inimigo, instaurando-se a “guerra às drogas” (GEHRING, 2012, p.153-7). Com a securitização dessa ameaça, ações-emergências por parte dos Estados Unidos foram legitimadas, tanto no âmbito

[87] Pesquisas de opinião pública realizadas após o discurso de Bush em 1989 mostraram que 54% da população acreditavam que as drogas eram realmente o maior problema do país. Essa situação esteve associada também à participação da mídia, que desde 1986 publicizava histórias sobre o tráfico de drogas (CAMPBELL, 1992, p.198-200).

interno como externamente, visto o “risco iminente que precisava ser combatido” (MARTINS, 2013). Com incentivos econômicos e militares, pressão pública para o cumprimento dos objetivos e o aumento do emprego interno das Forças Armadas (SANTOS, 2015), os EUA legitimaram sua intervenção nos países latino-americanos. A exemplo, observa-se a invasão ao Panamá, em 1989, capturando o presidente General Manuel Noriega, bem como a continuação do Plano Colômbia, em paralelo a utilização estadunidense de bases militares em território andino (MARTINS, 2013, p.271-276).

O Presidente William J. Clinton, em seu mandato de 1993-2001, fortaleceu a política antidrogas do governo anterior, enfatizando a luta contra narcotraficantes, ações frente países de trânsito de drogas e auxílios aos países produtores, apoiando instituições democráticas e programas contra o tráfico de drogas, bem como promovendo sanções econômicas aos Estados que não cooperassem. A Estratégia de Segurança Nacional de 1996 delimitou que tanto o tráfico de narcótico como o terrorismo estão enquadrados no mesmo nível de ameaça nacional e hemisférica, caracterizando-se como “forças destrutivas” originárias no exterior (GEHRING, 2012, p.153-7; SANTOS, 2015, p.15-8). No âmbito hemisférico, houve a aprovação, em 1998, da Lei de Eliminação de Drogas, vinculada ao financiamento estadunidense de ações contra narcóticos, com programas de “substituição de cultivos, fumigações, reformas judiciais, transferência de armas e treinamentos de militares e forças policiais” (PEREIRA, 2009, p.140). A figura abaixo mostra a situação dos cultivos de coca na região andina em 1999.

Figura 1 - Cultivo Andino de Coca, 1999



Fonte: United States of America (2000b, p.107).

Desde os anos 2000, houve um incremento dos investimentos na América Latina e Caribe no campo da assistência a programas de combate ao narcotráfico. De 2000 a 2007, um total de US$ 6.7 bilhões foi financiado por parte dos EUA, ou seja, aproximadamente US$ 841 milhões por ano, diferentemente dos anos 1990, que correspondia a uma soma de US$134 milhões por ano. Ao mesmo tempo, nota-se que grande parte do auxílio à América Latina centra-se na região andina, destinando recursos para a Iniciativa Andina e programas de saúde e desenvolvimento; diferentemente, o cone sul recebe baixos níveis de ajuda, voltado a programas de saúde, suporte financeiro, antiterrorismo, como também antidrogas,

especialmente para o Brasil, considerado país de trânsito de mercadorias (WIKILEAKS, 2007b).

Tabela 1- Maiores Assistências dos EUA à América Latina e Caribe, FY2000 a FY2008 (em US$ milhões)

Account	FY00 Actual	FY01 Actual	FY02 Actual	FY03 Actual	FY04 Actual	FY05 Actual	FY06 Actual	FY07 Estimate	FY08 Request
CSH	98.6	117.8	170.1	187.8	168.2	157.1	147.5	142.3	107.8
DA	251.3	269.1	258.6	299.7	292.5	268.6	274.7	246.1	197.1
ESF	152.0	143.4	195.6	96.7	167.0	177.1	126.2	127.4	363.7
INL	20.4	27.4	74.3	30.3	48.3	52.4	66.5	58.8	50.5
ACI	1,434.1	184.6	757.6	968.9	827.2	787.9	727.2	721.5	442.8
MRA	20.1	16.2	16.1	23.5	24.1	25.9	26.5	22.6	21.0
GHAI	—	—	—	—	20.3	63.9	68.4	95.0	104.3
IMET	12.1	12.9	15.0	16.3	15.0	14.3	13.5	12.4	12.0
FMF	4.3	6.0	13.7	38.2	134.1	117.6	115.2	105.5	82.8
NADR	8.4	9.4	35.0	6.0	9.3	11.8	14.3	15.7	11.3

Source: Congressional Budget Justification, Foreign Operations, Summary Tables, Fiscal Years 2002-FY2008. Figures for FY2008 do not include a $550 million supplemental request for counternarcotics activities in Mexico ($500 million) and Central America ($50 million).

Fonte: Wikileaks (2007b, p.09).[88]

O governo de Andrés Pastrana (1998-2002), ex-presidente colombiano, apresentou-se como um marco nas relações Colômbia-Estados Unidos. Objetivando uma "diplomacia pela paz", os países avançaram nas negociações de auxílio econômico para o combate às drogas e aos grupos armados na Colômbia, especialmente as FARC, buscando a "*mutually reinforcing goals of peace, combating drug trafficking, economic development, and respect for human rights*" (UNITED STATES OF AMERICA, 1999, p.39-40). Tal iniciativa foi consolidada em 1999, como o conhecido Plano Colômbia, traduzido muitas vezes pelo governo colombiano como um "Plano Marshall de ajuda econômica e social destinado às zonas rurais afetadas pelo conflito", voltado a "paz, prosperidade e fortalecimento do Estado" (VILLA; OSTOS, 2005,

[88] As siglas correspondem a: *Andean Counterdrug Initiative (ACI);Child Survival and Health (CSH); Development Assistance (DA); Democracy Fund (DF); Emergency Refugee and Migration Assistance (ERMA); Economic Support Fund (ESF); Foreign Military Financing (FMF); Global HIV/AIDS (GHAI); Initiative International Disaster and Famine Assistance (IDFA); International Military Education and Training (IMET); International Narcotics Control and Law Enforcement (INCLE); Millennium Challenge Corporation (MCC); Migration and Refugee Assistance (MRA); Non-proliferation, Anti-Terrorism, Demining, and Related Programs (NADR); President's Emergency Plan For AIDS Relief (PEPFAR); Food for Peace aid (PL 480); President's Malaria Initiative (PMI); Transition Initiatives (TI)*(WIKILEAKS, 2007b).

p.08)[89]. A proposta dos EUA estava baseada no escopo militar com a disponibilização de auxílio para: a) investimentos sociais e substituição de plantações de coca na Colômbia, e; b) assistência técnica, financeira e militar para a luta contra as drogas na região andina, sobretudo na Colômbia[90]. A associação com os países andinos permitiu uma guinada na perspectiva estadunidense, isso porque o país passou a construir a ideia de que políticas nacionais eram limitadas para o combate ao narcotráfico. Em 1998, a base aérea de Manta, no Equador, foi transformada, a partir de um acordo com os EUA, em uma base de operações avançadas, com "aproximadamente quinhentos soldados e agentes de inteligência" estadunidenses, destinados a "monitorar aviões e plantações ilícitas na região sudoeste da Colômbia" (VILLA; OSTOS, 2005, p.08-12).

Desta forma, a estratégia internacional dos EUA no combate às drogas pautou-se em operações realizadas na fonte do cultivo e produção. Sua inserção ocorreu na erradicação das culturas e na destruição dos laboratórios. Ademais, a zona de trânsito exerce um papel importante para impedir que a mercadoria chegue ao território estadunidense, contando com iniciativas contra a lavagem de dinheiro e redes criminosas, bem como cooperação com agências estrangeiras para emprego da lei, fortalecimento de instituições democráticas, auxílios contra a corrupção e violações de direitos humanos (UNITED STATES OF AMERICA, 1999, p.15). Ademais, o país se utilizou de parcerias no âmbito hemisférico, como com a OEA e a Cúpula das Américas, inserindo questões de ameaças transnacionais (tráfico de narcóticos e armas, lavagem de dinheiro e terrorismo), confiança mútua, exercício militares e soluções de disputas. No nível bilateral, destaca-se a cooperação com o México e a Colômbia para a aplicação da lei e combate às drogas (UNITED STATES OF AMERICA, 1999, p.39-40; UNITED STATES OF AMERICA, 2000a, p.69-70). No caso nacional dos Estados Unidos, medidas foram tomadas no referente a políticas públicas aos consumidores de drogas e no controle da exportação de armamento ilegal estadunidense a grupos criminosos (UNITED STATES OF AMERICA, 2000a, p.69-70).

---

[89] Destaca-se que durante o governo Reagan a cooperação entre EUA, Colômbia e países andinos foi muito intensa, envolvendo "acordos para o fornecimento de equipamentos, treinamento de militares e de policiais, além da presença de assessores norte-americanos". O Plano Colômbia possibilitou a atuação direta dos Estados Unidos para o combate de narcóticos (VILLA; OSTOS, 2005, p.08-09).

[90] Parte desse recurso foi utilizado para a "compra de material bélico em empresas norte-americanas e para a contratação de mercenários" para combaterem na Colômbia. "Por razões inerentes à estratégia de seguridade e à geoestratégia dos EUA, o pacote de ajuda aprovado pelo Congresso norte-americano para a luta antidrogas na Colômbia e para a exploração dos recursos naturais adquiriu uma dimensão transnacional (que incluiu, além do setor empresarial, os meios de comunicação, *thinks tanks* e organizações não-governamentais) e regional, com as respectivas repercussões para os países vizinhos à Colômbia, como é o caso da Venezuela e Equador" (VILLA; OSTOS, 2005, p.10-11).

Os atentados de 11 de setembro de 2001 consolidaram uma nova fase entre os Estados Unidos e os países da região andina, especialmente com a Colômbia. A partir deste momento, houve um posicionamento explicito de ambos os países em lutar contra as narcoguerrilhas colombianas, pressionando os Estados da região a classificarem os grupos insurgentes como terroristas, a exemplo das FARC (UNITED STATES OF AMERICA, 2006, p.15). Em 2001, o governo Bush implementou a Iniciativa Regional Andina, sendo que, em 2004, seu nome foi substituído por Iniciativa Andina Antidrogas (VILLA; OSTOS, 2005, p.11-16). A ARI foi criada junto à legislação do Plano Colômbia para prover assistência e impedir um possível *spill-over* em outros países da região, inserindo Bolívia e Peru, visto a redução de sua produção, o que poderia ser alterado com a erradicação de culturas na Colômbia; e Brasil, Equador, Panamá e Venezuela, devido às suas fronteiras comuns com o país, além de serem locais de trânsito de drogas (WIKILEAKS, 2003a). A assistência abrangeu tanto iniciativas contra as drogas, como acordos comerciais, por meio da Lei de Preferências Comerciais Andinas (ATPA), voltada à isenção de impostos ou redução de taxas de produtos da Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. Em 2001, foram criadas três metas para região (três Ds): democracia, com a promoção de instituições para reformas judiciais, medidas anticorrupção e aperfeiçoamento de políticas de direitos humanos e de processos para negociação da paz, especialmente no caso colombiano; desenvolvimento, no âmbito da sustentabilidade e liberalização do comercio; e drogas, buscando reduzir a oferta de narcóticos aos EUA (WIKILEAKS, 2003b).

Tal Iniciativa teve como orçamento inicial US$882.29 milhões, sendo US$731 milhões destinados à assistência internacional de controle de narcóticos, que faz referência direta à Iniciativa Andina Antidrogas, sendo gerenciada pelo *State Department's Bureau of International Narcotics Control and Law Enforcement Affairs* (INCLE) (WIKILEAKS, 2002a). A ACI tem como objetivo eliminar os cultivos de cocaína e ópio, desenvolver culturas alternativas, realizar prisões de traficantes e apreensões de seus bens e criar instituições democráticas. Para tanto, são realizados treinamentos de forças policiais e armadas, fornecimento de sistemas de inteligência, suporte em operações de aeronaves para a erradicação de plantações e de negação do acesso aéreo, bem como apoio na expansão de recursos judiciais e de infraestrutura técnica (WIKILEAKS, 2005b, 2006a) A partir de 2002, o Congresso estadunidense aprovou uma campanha unificada contra o narcotráfico e organizações terroristas, e políticas de saúde pública para os consumidores de drogas ilícitas (WIKILEAKS, 2004b).

Congressistas estadunidenses criticaram a ARI alegando que tal Iniciativa é apenas uma continuação do Plano Colômbia, promovendo uma assistência militar e antidrogas que é inadequada para apoiar direitos humanos e processos de paz, além de prejudicar o meio ambiente com as erradicações de cultivos forçadas (WIKILEAKS, 2002a). A Iniciativa efetuou concretamente a erradicação de cultivos, a extradição de narcotraficantes e uma maior vigilância nas fronteiras, com bases militares com presença estadunidense tanto na Colômbia como no Equador. "A novidade da Iniciativa Andina Antidrogas está exatamente no fato de que se apaga qualquer indício de estratégia diferenciada de combate a grupos guerrilheiros, paramilitares e narcotraficantes" (VILLA; OSTOS, 2005, p.11-16). Nota-se que a Iniciativa está voltada para o controle da segurança e ordem pública (GARRIDO, 2003), se utilizando das drogas e do terrorismo como fontes desse processo de securitização. Efetuou-se a consolidação de processos de policialização das Forças Armadas empregadas para "controle de drogas, combate ao crime organizado transnacional e garantia da lei e da ordem", e da militarização da polícia, realizando "treinamentos, armamentos, formação de equipes especiais e operações guiadas por modelos militares para combater os ilícitos transnacionais" (SANTOS, 2015, p.04-05).

O governo de Barack Obama, de 2009-2017, assegurou a política do presidente anterior, na garantia da segurança em relação à "violência, drogas, atividade de gangues e crime organizado na América Latina", essencial para a manutenção da paz e estabilidade do hemisfério americano. Para tanto, o governo buscou uma cooperação entre os países da região, especialmente com a Colômbia, declarando assistência técnica e judicial ao hemisfério, fornecida pelo o Departamento de Justiça e de Segurança Interna. Com o fim do governo Bush, a ACI foi encerrada e substituída pelo Programa Andino Antidrogas, gerenciado pelo INCLE, além da promoção de acordos bilaterais com os países andinos, como Colômbia e Peru (OBAMAFORAMERICA, 2008, p.05-07). A proposta de Obama centrou-se em uma diplomacia agressiva frente à criminalidade transnacional, ademais, promoveu parcerias para questões de democracia, segurança e cooperação em desenvolvimento econômico, temas ambientais e energéticos, e combate ao tráfico de drogas e terrorismo. (GEHRING, 2012, p.153-157). Na América do Sul, a presença estadunidense sofreu uma breve redefinição em suas políticas unilaterais e coercitivas, visto a resistência criada pelo conjunto de governos progressistas eleitos na região, como veremos nos próximos capítulos desta tese (ERIKSON, 2010, p.09-16).

Em 2010, o governo dos EUA desenvolveu uma revisão da situação do crime organizado internacional, primeira desde 1995, alegando que:

> *Combating transnational criminal and trafficking networks requires a multidimensional strategy that safeguards citizens, breaks the financial strength of criminal and terrorist networks, disrupts illicit trafficking networks, defeats transnational criminal organizations, fights government corruption, strengthens the rule of law, bolsters judicial systems, and improves transparency*. (UNITED STATES OF AMERICA, 2011a, p.03).

De acordo com o documento, o crime organizado internacional teve sua expansão tanto em tamanho com em influência, representando efetivamente uma ameaça nacional e global. Para tanto, o governo propôs construir, equilibrar e integrar ferramentas estadunidenses para o combate a tal ameaça, incitando os países parceiros a seguirem o mesmo caminho (UNITED STATES OF AMERICA, 2011a, p.03-04). Complementarmente, em 2010 e 2012 foram publicadas duas versões da Estratégia Nacional de Controle de Drogas da Administração, instaurando uma meta de redução do consumo em 15%, durante o período de 2010-2015, com a promoção de tratamentos e prevenção do uso de drogas no país. Paralelamente, manteve as políticas de governos anteriores de ações para a segurança de fronteiras, reforma judicial e melhoria da saúde pública (GEHRING, 2012; UNITED STATES OF AMERICA, 2012a).

> *International drug control cooperation is focused on reducing the supply of illicit drugs in the United States while assisting nations that are adversely affected by the illicit drug trade. By embracing the concept of "shared responsibility" and engaging in effective cooperation, the United States—working with international partners—can reduce illicit drug use, production, trafficking, and associated violence. Reductions in supply are often closely tied to reductions in drug use and its consequences.* (UNITED STATES OF AMERICA, 2012a, p.31).

Apesar da manutenção do Plano Colômbia e da Iniciativa Mérida, o governo Obama ampliou seu enfoque em auxílios à segurança cidadã e ao desenvolvimento de instituições, a exemplo da Iniciativa de Segurança da Bacia do Caribe (CBSI) e a Iniciativa de Segurança Regional Centro-Americana (CARSI). No caso da Colômbia, processos de paz foram iniciados para a desmobilização de grupos paramilitares, como as Forças de Defesa da Colômbia (AUC), desde 2003, e as FARC, desde 2012. Ainda assim, persistem grupos criminosos, como os Bandos Criminosos (BACRIM)[91] e o Exercito de Libertação Nacional (ELN)[92]. No Peru, o Sendero Luminoso teve sua reativação com iniciativas terroristas e ligadas às drogas. Na tríplice fronteira foram identificados grupos terroristas, como Hamas e Hezbollah. No caso da Bolívia e Venezuela a cooperação com a DEA foi suspendida. No

[91] "Derivados dos antigos paramilitares, carentes de qualquer plataforma política, com fins de controle sobre negócios ilícitos e responsáveis pelo aumento dos casos de homicídios e crimes nos últimos anos" (CEPIK; BRANCHER; GRANDA, 2012, p.21-22).

[92] O ELN, formado em 1960, objetivava uma luta revolucionária, por influência da Revolução Cubana, com a instauração de um governo "comandado pelo povo", estando composto por "estudantes e clérigos que provinham de uma classe média educada" (TAKUSHI, 2012, p.24-25).

Equador, em 2009, o presidente Rafael Correa interrompeu o contrato de uma base militar com os EUA, empregada para monitoramento e interdição de drogas (SEELKE et al., 2011, p.26-8; SEELKE et al., 2012, p.01-20).

Desde 2003, o presidente dos EUA deve apresentar anualmente o Relatório de Estratégia de Controle Internacional de Narcóticos do Departamento de Estado (INCSR), que fornece base para a classificação dos países como maiores produtores de drogas ilícitas, de trânsito de drogas, de fonte de precursores químicos para a fabricação de narcóticos, e de lavagem de dinheiro (UNITED STATES OF AMERICA, 2008b, p.04). Segundo o documento, os maiores produtores de drogas ilícitas possuem: a) mil hectares ou mais de cultivo de papoula de ópio por ano; 2) mil hectares ou mais de cultivo de coca ilícita por ano; ou 3) cinco mil hectares ou mais de *cannabis* ilícita por ano. Paralelamente, os países de trânsito de drogas são: a) fontes de narcóticos, drogas psicotrópicas, ou substâncias controladas que afetam significativamente os EUA; ou b) locais onde as drogas e substâncias transitam (UNITED STATES OF AMERICA, 2008b, p.04).

Analisando o período de 2008-2017 (vide Apêndice D), observa-se, primeiramente, que o Brasil esteve inserido nessa classificação, até 2010, como país de trânsito de drogas aos EUA. A partir de 2011 houve um direcionamento das dinâmicas do tráfico que transitam no Brasil para a África e Europa (UNITED STATES OF AMERICA, 2011b). Desde 2009, Bolívia e Venezuela são considerados países que falharam em aderir às suas obrigações frente a acordos internacionais contra narcóticos. Ainda assim, Bush e Obama declararam, durante seus governos, que auxílios a programas de vital interesse aos EUA devem ser destinados à Bolívia e Venezuela. Na Bolívia, houve um aumento, em 2009, de 14% na área de cultivo ilícito de coca, sendo o terceiro produtor mundial de coca para a fabricação de cocaína e outros produtos ilegais. De acordo com o relatório, tal situação representa uma falha do governo boliviano em suas políticas frente aos mercados ilegais, apesar de promover políticas de controle social do cultivo, repercutindo na diminuição da violência no país (UNITED STATES OF AMERICA, 2010b, 2011b). A partir de 2011, o país se comprometeu a dialogar de forma bilateral com os Estados Unidos, estabelecendo relações cooperativas frente a questões de interesse mútuo, como combate ao tráfico e a produção de drogas (UNITED STATES OF AMERICA, 2012b). Nesse mesmo ano, o país se retirou da Convenção Única das Nações Unidas sobre Entorpecentes, retornando em 2013 com a ressalva que uma reserva da produção de coca do país seria destinada a fins tradicionais, culturais e medicinais (UNITED STATES OF AMERICA, 2016a). Apesar disso, há um progresso no desmantelamento de organizações estrangeiras de narcotraficantes, fruto dos esforços

nacionais e de cooperação com países vizinhos, como o Brasil, desde 1978, Argentina, desde 2000, e Peru e Paraguai, desde 2015 (UNITED STATES OF AMERICA, 2012b, 2017a). Já a Venezuela insere-se como ponto de trânsito de drogas aos EUA e Europa, visto sua "porosa fronteira" com a Colômbia, seu debilitado sistema judiciário e com instituições envolvidas com corrupção, e sua inconstante cooperação contra as drogas. Apesar da finalização da cooperação oficial com a DEA, mantiveram-se relações com os EUA no campo do intercâmbio de informações, deportações e interdição marítima (UNITED STATES OF AMERICA, 2009a, 2012b). Em 2010, o governo efetivou ações frente o combate ao narcotráfico, como a deportação de fugitivos, compra de radares, aeronaves e navios e desmantelamento de pistas de pouso ilegais (UNITED STATES OF AMERICA, 2011b).

Nesse cenário, deve-se ressaltar que, apesar das políticas estadunidenses se centrarem na "erradicação e interdição nos países produtores de drogas ilícitas", sua eficiência tem sido baixa, especialmente pela readaptação dos narcotraficantes frente às pressões estadunidenses. Paradoxalmente, o investimento em políticas de saúde pública para o tratamento e reabilitação tem uma maior efetividade, tanto no país consumidor, no caso os Estados Unidos, como nos países produtores. Desta forma, constata-se que a combinação entre "condições socioeconômicas negativas nos países produtores e de tráfico, juntamente com a alta demanda por narcóticos nos Estados Unidos e na Europa" influíram no desenvolvimento do comércio de narcóticos (BARSHEFSKY; HILL; O'NEIL, 2008).

No que se refere a países fonte de precursores químicos, sua classificação insere-se no campo de produtos químicos destinados para a produção de drogas ilegais, como metanfetamina e MDMA (3,4-metilenodioximetanfetamina ou êxtase), além de agentes de refino e solventes para a produção de cocaína e heroína. Nota-se que, a partir de 2013, houve uma expansão no número de países incluídos na lista, abrangendo Estados sul-americanos, como Bolívia, Colômbia, Peru e Venezuela; ao mesmo tempo que Argentina, Brasil e Chile sempre foram associados a essa categoria. No caso da Argentina, observa-se que este é um dos maiores produtores na América do Sul. O país está inserido na Convenção das Nações Unidas sobre Drogas, de 1988, e conta com decretos presidenciais para o controle de precursores e produtos químicos. O Brasil possui a maior indústria química da região, contando com um rigoroso decreto, desde 2004, para o controle de produtos químicos destinados ao tráfico. Ademais, fornece informações à DEA; assegura suas responsabilidades frente à Convenção sobre drogas da ONU; e participa de acordos internacionais de controle de precursores e produtos químicos. Já o Chile conta com uma extensa indústria petroquímica exportadora de produtos químicos, os quais são utilizados para o processamento da coca tanto

na Bolívia como no Peru. Em 2003, a polícia do país centrou-se em questões relacionadas ao desvio de produtos químicos e em cooperação para aplicação da lei com a DEA (UNITED STATES OF AMERICA, 2009a, 2011b).

Os principais países de lavagem de dinheiro são considerados a partir do fato de suas instituições financeiras estarem associadas a "transações monetárias envolvendo quantias significativas de renda do narcotráfico internacional". Contudo, o documento ressalta a dificuldade de distinção entre os crimes graves, por isso, a lista de países vinculados a essa classificação insere-se no campo de instituições financeiras que se envolvem em transações com "quantias significativas de renda provenientes de todos os crimes graves" (UNITED STATES OF AMERICA, 2008b). Brasil, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Venezuela fazem parte dessa lista, sendo que, a partir de 2012, a Colômbia foi incluída; em 2016 houve uma expansão do número de países envolvidos, passando a agregar ainda a Argentina; e, em 2017, foi a vez de abarcar o Equador. A DEA, associada ao Departamento de Justiça, é uma das iniciativas anti-lavagem de dinheiro (UNITED STATES OF AMERICA, 2008c). Paralelamente, a OEA, por meio da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), sob a Secretaria de Segurança Multidimensional, é responsável tanto pelo combate a drogas ilícitas, como lavagem de dinheiro. Para tanto, e por meio de financiamento estadunidense, efetua-se o "combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo", treinamento de "juízes, promotores, defensores públicos, agentes policiais e analistas da unidade de inteligência financeira", e assistências técnicas e de inteligência, como diagnósticos, diálogo entre setores públicos e privados, e workshops (UNITED STATES OF AMERICA, 2010c, 2012c, 2014c, 2016b).

À guisa de conclusão, nota-se que as políticas estadunidenses para a América Latina sofreram oscilações ao longo do tempo, mas sempre priorizaram a manutenção da estabilidade hemisférica e sua hegemonia na região, ressaltando a importância estratégica do hemisfério por meio de vises políticos, em questões democráticas e intervenções; econômicos, na promoção do liberalismo comercial e financeiros nos países latino-americanos; e militares, na securitização de ameaças e medidas de combate. Ademais, observa-se o grau de importância de países historicamente parceiros, como Colômbia e México, além de Estados com expressivo peso regional, como Brasil (LIZANO, 2008, p.129). Peter Smith (1996, p.223-4) argumenta que "*this notion of declining hegemony rest on dubious assumption*", especialmente quanto à ideia de que hegemonia está diretamente relacionada com o controle total sobre a América Latina. Isso pois, durante os anos de 1980, observa-se uma resistência por parte dos Estados latino-americanos, a exemplo da revolução cubana. Mesmo assim, os

EUA "*has exercised a strong and continuos degree of hegemony over the Western Hemisphere from the 1950s to the 1990s*" (GILDERHUS, 2000, p.237). Desta forma, "*the general trend has always been for the United States to exert a great degre of influence over Latin American countries, even though the level of this influence revealed some oscillation (up, down, up) from the mid-1950s to the present time*" (GILDERHUS, 2000, p.237).

As mudanças conjunturais do pós-Guerra Fria e dos anos 2000, especialmente com os atentados de 11/07 de 2001, acarretaram em uma presença estadunidense no hemisfério pautada em ações unilaterais e intensificadas no campo da segurança.

> *In the midst of Latin American growth, international assertiveness, and diversification of markets and of diplomatic relations, the United States has continued to expand its presence in the region on many fronts (Tokatlian 2013). This is particularly so for the region's 'northern half' (Mexico, Central America, and the Caribbean), but also holds for parts of South America. Initiatives like Plan Colombia, Plan Mérida, and the Caribbean Basin Security Initiative, the 2008 re-launching of the US Fourth Fleet, and the massive US training programs of Latin American military personnel provide evidence that the United States renewed itsmilitary presence in Latin America.Much of this is justified in terms of the so-called 'new threats' – that is drug trade, international organized crime, gang warfare, and illegalmigration – which are more manifest in the region's northern tier than in SouthAmerica and which affect US domestic security*. (WEIFFEN; VILLA, 2017, p.07).

Destarte, o problema não é a ausência de relações entre EUA e América Latina, mas sim suas oscilações entre "liderança" e "parceria", resultando em divergências entre os países do hemisfério e abertura para a presença de potências extrarregionais, como Rússia e China (RIGGIROZZI; TUSSIE, 2012). Ademais, essas alternâncias possibilitaram uma maior autonomia por parte dos países latino-americanos, em especial da América do Sul durante a presença de governos progressistas (WEIFFEN; VILLA, 2017). Assim, a presença institucionalizada dos Estados Unidos é notável e fomentada por projetos hemisféricos datados do século XIX que mesclam cooperação econômica e em defesa e segurança. Nesse sentido, sua presença pode variar desde um membro daquela região ou como uma superpotência com poder de penetração, se removendo ou sendo removido daquele complexo regional e se utilizando de ameaças e incentivos para aumentar ou diminuir seu engajamento: "*US superpowerdom is expressed in its ability to act as a swing power, engaged in several regions other than its own but not permanently wedded to any of them, and in principle able to vary the degree and character of its engagement according to its own choice*". (BUZAN; WAEVER, 2003, p.455-456).

Podemos verificar, com isso, que, apesar de divergências quanto à polaridade do sistema internacional atual, bem como com o próprio emprego dessa terminologia, nota-se

que o caso do hemisfério americano é mais cristalino de ser compreendido. Não há dúvidas de que os EUA são uma superpotência com capacidades militares, econômicas, políticas e ideológicas reconhecidas e que influem nos processos de securitização e dessecuritização na América Latina. O poder estadunidense abarca os quatro âmbitos de classificação utilizados na presente tese, mesmo considerando a existência de momentos de oscilação da política dos EUA para as Américas. No campo do poder compulsório, a presença dos EUA se faz de forma de direta e pode ser reconhecida especialmente em casos relacionados aos países centro-americanos, historicamente controlados pela superpotência. No âmbito do poderio institucional, seu poder centra-se tanto em iniciativas hemisféricas, SMI e Comando Sul, como em relações bi e multilaterais, quanto ao Plano Colômbia e as Iniciativas Andinas. O poder estrutural também se faz presente, influindo diretamente nos Estados da região latino-americana, alocando diferentes níveis e tipos de relações com os países, além de exercer um papel sob seus interesses e políticas nacionais, mesmo em situações de relativo afastamento. Pode-se notar uma dependência estrutural promovida pelo "imperialismo dos Estados Unidos", que provoca uma reformulação das relações, instituições e ideologias. Nesse sentido, as estruturas políticas e econômicas, bem como as instituições econômicas, religiosas, políticas, militares e educacionais dos países passam a ser influenciadas e/ou determinadas por esse Estado (AYERBE, 2002, p.263; IANNI, 1988)[93]. Por fim, o poder produtivo torna-se cada vez mais nítido entre os EUA e região andina, especialmente com a Colômbia, como discutido ao longo desta tese. A hegemonia estadunidense exerce influência na formação da identidade regional, sendo aceita majoritariamente por seus países aliados, servindo como locais de transmissão do poder e ideologia da superpotência (CASTIBLANCO; BULLÓN, 2017, p.70-71; KATZENSTEIN, 2005).

[93] O termo "império" muitas vezes é contestado por alguns autores e diferenciado da definição de "hegemonia" e "influência". Vide: Garcia (2010).

4 NÍVEL NACIONAL: ESTADOS SUL-AMERICANOS E ONDAS DE GOVERNOS

O âmbito nacional abarca um conjunto de países da região sul-americana que passaram por processos de transformação nacional, caracterizando-se, ainda, por uma tradição jurídica no direito internacional que, desde o final da Segunda Guerra Mundial, reforçou a soberania nacional, o direito a autodeterminação dos povos e a não intervenção em assuntos internos (SERBIN, 2010, p. 02-09). Durante a década final da Guerra Fria, nota-se a consolidação de processos de democratização aplicados aos governos latino-americanos, bem como a aceitação da onda neoliberal, com o Consenso de Washington e o livre mercado. A influência estadunidense, como apresentado no capítulo 3, certificou o posicionamento político e econômico dos países latino-americanos, alinhando-os a potência mundial.

Verifica-se um momento de expansão da economia internacional "com o aumento do comércio e dos investimentos diretos ultrapassando o ritmo de crescimento do produto global", constituindo o cenário da globalização (ALMEIDA, 2001). Nota-se, uma situação de paradoxo que começa a ser construída entre a globalização e a regionalização. O primeiro é centrífugo e impulsionado por fatores microeconômicos, diferentemente do segundo, que é centrípeto e um fenômeno político, contudo, ainda assim, ambos se reforçam mutuamente (HURRELL, 1995, p.39; KATZENSTEIN, 1996, p.03; OMAN, 1996, p.31).Os Estados adotaram o regionalismo para a região, impactando diretamente no âmbito nacional dos países, especialmente em seu posicionamento político-ideológico (HATALA, 2018, p.03-04). Ademais, as políticas neoliberais propagadas pelo Consenso de Washington resultaram em um prejuízo ao crescimento econômico de longo prazo, com um fraco sistema financeiro, redução do papel do governo na economia, elevação da dependência à economia global, principalmente no que tange ao capital externo, e aumento das exportações de commodities e dos débitos internacionais (MARANGOS, 2009; KOHLI, 2012, p.538-548).

A partir da década de 1990, nota-se um vínculo mais nítido entre as políticas econômicas e o posicionamento ideológico[94] dos Estados. "*The new international scenario and the rule imposed by the globalisation process led to a re-interpretation of how Latin American countries can improve their presence and power in the global arena*" (SIRIGU; OLIVARES, 2012, p.03). Os países passaram a adotar uma política voltada à autonomia

[94] O termo "ideologia", no campo da ciência política, pode ser identificado como uma referência a orientações políticas (HATALA, 2018, p. 50). Ademais, pode integrar uma compreensão pautada em um "*system of ideas, beliefs, values and symbols of moral, political, economic and social nature that provide communities with an identity, sense and direction to their political action, and it allows the development of proposals for the construction, conservation or transformation of the social order*" (ORJUELA, 2007, p.219).

regional e ao não alinhamento com os Estados Unidos, consagrando o regionalismo pós-liberal. Ademais, o *boom* das commodities a partir de 2002 proporcionou o subsídio econômico necessário para a conquista de uma mudança na região, visto que, com as economias nacionais mais vigorosas, abre-se espaço para políticas e discursos independentes (HATALA, 2018, p.63-67).

Nesse cenário, o presente capítulo abordará duas variáveis causais e influentes na cooperação em defesa na região sul-americana: governos e diplomacia presidencial[95]; e soberania e autonomia nacional. Para tanto, o capítulo estará subdividido em uma seção contextual da nova onda de governos progressistas na região, inserindo uma subseção sobre o estudo da diplomacia presencial vinculada ao campo da defesa e da construção da cooperação no nível do CDS-UNASUL. E outra, referente à soberania e autonomia regional, perpassando uma revisão bibliográfica e documental, incluindo constituições nacionais e documentos de defesa.

4.1 O novo milênio: governos progressistas e a cooperação sul-americana

Com o fim dos regimes militares e o advento da democracia, fortaleceu-se a legitimidade de partidos e governos, com o aprimoramento de políticas e visões regionais. Devemos considerar que as novas repúblicas democráticas tiveram sua origem a partir de ditaduras, o que demanda um tempo para que seu processo de institucionalização ocorra. Contudo, ainda assim, continuará sendo um regime pós-autoritário com marcas de sua história precedente. A exemplo, destacamos o caso da Argentina, em que sua crise estatal resultante do golpe de 1976, com repercussões econômicas (como dívida externa e inflação), impediu a execução de ações almejadas por parte dos governos democráticos. Paralelamente, observa-se a "erosão do sistema de partidos políticos", com o enfraquecimento de partidos tradicionais. Como no caso da Venezuela, com o colapso de partidos que auxiliaram na construção da democracia do país; e na Colômbia, com a ascensão de novos líderes, a exemplo de Álvaro Uribe. Ademais, outro movimento é a eleição de "*outsiders* da vida política nacional", vide o caso do Peru, com Ollanta Humala; do Equador, com Rafael Correa, que criou um novo partido; da Bolívia, com Evo Morales e sua aliança de sindicatos; e da Venezuela, com a

[95] O entrevistado 5; o ex-Ministro de Defesa Nelson Jobim; e os doutores Cástor Díaz Barrado, Erika Rodriguez Pinzón,Rafael Martinez, Sergio Caballero eSusanne Gratius concordam com a importância dessa variável, alegando ser essencial para a compreensão das dinâmicas de cooperação em defesa na América do Sul.

consolidação do movimento chavista frente às forças políticas tradicionais (ROUQUIÉ, 2007, p.07-09).

O início da década de 2000 marcou a eleição, por vias democráticas, de governos progressistas[96] na América do Sul, liderados na Argentina, por Néstor Kirchner, na Bolívia, por Evo Morales, no Brasil, por Lula da Silva, no Equador, por Rafael Correa, no Paraguai, por Fernando Lugo, no Uruguai, por Tabaré Vázquez, e na Venezuela, por Hugo Chávez (MOREIRA, 2017, p.01-02; NERY, 2016, p.59). Excepcionalmente, observa-se o caso da Colômbia, apesar de, em 2011, ocorrer a eleição, em seu âmbito regional, de coalizões de centro-esquerda; e no Peru, embora que, a partir de 2007, houve o crescimento da centro-esquerda que culminou na eleição de Ollanta Humala em 2011 **(**ARNSON, 2007; CARR, 2014, p.08-09)[97].

Essa "onda rosa" (também chamada de "maré rosa") caracterizou a região por um movimento de busca pelo desenvolvimento e por alterações nas estruturas dominantes do sistema internacional, com destaque a política neoliberal do Consenso de Washington e ao posicionamento dos Estados que, algumas vezes, marcou-se pelo rompimento com preferências políticas e econômicas estadunidenses (CASTANEDA, 2006; CARR, 2014) e pela busca por uma cooperação e autonomia regional. Notam-se, contudo, divergências entre tais governos progressistas eleitos, podendo ser subdivididos em dois grandes blocos. No âmbito de uma estrutura institucional partidária consolidada e com políticas de desenvolvimento econômico e social, com abordagens macroeconômicas ortodoxas, têm-se o caso de Brasil, Chile e Uruguai, considerados com uma orientação mais moderada. Paralelamente, no nível dos *outsiders*, como Equador e Venezuela, e posteriormente Peru, buscou-se um posicionamento nacionalista, estatizante e de reconstrução e mudança política institucional (LEVITSKY; ROBERTS, 2011, p.03; ROUQUIÉ, 2007, p.15), classificados como "radicais e contestatórios" (WEYLAND, 2010, p.04).

A "era da mudança" e de desenvolvimento nacional e regional (RIGGIROZZI; TUSSIE, 2012, p.01-02) pode ser considerada também pelo viés das bases materiais propícias para tal. O crescimento econômico deu-se a partir do aproveitamento do aumento dos preços das commodities, possibilitando elevar os níveis de inversão interna e externa, "*mejorar la*

[96] Os acadêmicos desenvolveram diferentes denominações aplicadas a essa nova onda de governos na América Latina, como, por exemplo: esquerda e direita; populistas e esquerda radical; social-democratas e populistas, e; esquerda renovadora e esquerda refundadora. Tais análises podem ser encontradas em: SILVA, Fabricio P. Esquerdas latino-americanas: uma tipologia é possível? **Oikos**, v.9, n.2, p.121-140, 2010, e; WIESEHOMEIER, Nina. The Meaning Of Left-Right In Latin America: A Comparative View. **Working Paper 370**, jul. 2010.

[97] Deve-se ressaltar, contudo, que não é novidade a existência de alternância de "ciclos ideológicos" na América Latina.

fiscalidad del Estado, y reducir vulnerabilidad externa" (MOREIRA, 2017, p.13-16). Majoritariamente, os governos desta época buscaram fortalecer o parque industrial nacional, seguindo um modelo de diminuição de assimetrias nacionais e regionais (SARAIVA, 2012a). Possibilitando a redução da dependência com os Estados Unidos e instituições financeiras, bem como a diversificação de parcerias internacionais, como com a China e Rússia. Segundo Weyland (2009), os ganhos com os recursos naturais, como petróleo e gás, permitem que os governos aumentem seus gastos, fornecendo bens públicos essenciais e realizando pagamentos. Contudo, tais despesas vinculadas com a expansão da exportação de recursos também se fazem notáveis em períodos anteriores, como na Venezuela, em 1970, com a demanda de petróleo, e na Bolívia, no que tange ao gás natural. O *boom* das commodities e da exportação de recursos naturais, associados à manutenção de seus ganhos, permitiu a reeleição de governos progressistas, como na Argentina (2007 e 2011), Brasil (2007 e 2011), Bolívia (2010), Chile (2006), Equador (2009), Uruguai (2010) e Venezuela (2006) (LEVITSKY; ROBERTS, 2011, p.10-11).

As políticas externas desses países sofreram mudanças com o advento dos novos governos, especialmente na relação com os Estados Unidos, renovando a ideia de cooperação e autonomia regional. Da mesma maneira que a superpotência configurou seu posicionamento em relação à América Latina como um pêndulo oscilante, a orientação política dos países latinos segue a mesma linha (MONTEIRO, 2014, p.177). As mudanças nesse novo milênio marcam uma política externa que busca um "reequilíbrio" em relação ao poder estadunidense na região. Para tanto, houve o despontamento de um enfoque de autonomia regional, priorizando a diversificação de relações, especialmente com o âmbito sul-sul (SIRIGU; OLIVARES, 2012, p.01-02). De forma mais contundente, Hugo Chávez iniciou um movimento anti-hegemônico, instaurando, segundo Monteiro (2014, p.178-179), uma "política externa revisionista". Distintamente, a Colômbia pode ser inserida em uma política externa de alinhamento, quando analisados os governos de Álvaro Uribe (2002–2010) e Juan Manuel Santos (2010–2018). O país mantém um posicionamento histórico atrelado aos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que a potência mundial promove estreitas relações com país colombiano, considerado um território estratégico (MONTEIRO, 2014, p.187-188).

Iniciativas de cunho regional e com característica mais autônoma foram desenvolvidas pelos Estados sul-americanos, lideradas pelos presidentes dos governos progressistas eleitos, perpassando questões econômicas, como o Banco do Sul e a CELAC, além de perspectivas mais políticas, como a ALBA e a UNASUL. Segundo Orjuela e Chenou (2018,p.02-04), quanto maior for a "afinidade ideológica"entre os membros da instituição, maior será a

"chance de sucesso" quanto ao "*concertation, cooperation, institutional projection, stability and organizational growth*". Nesse sentido, a ideologia presidencial e sua diplomacia são a chave para a compreensão das articulações políticas e econômicas cooperativas, tanto em busca de autonomia como de desenvolvimento. Desta forma,

> *When member states agree on the priority of either autonomy (left-wing ideology), or development and international economic insertion (right-wing ideology), integration thrives. On the other hand, when ideologies differ among member states, RIOs* [*regional integration organizations*] *stagnate or even decline.* (ORJUELA; CHENOU, 2018, p.04).

Ainda assim, as iniciativas marcam-se por uma fragilidade institucional e por dificuldades de apoio financeiro de seus Estados-membros (CARR, 2014, p.14). Apesar desse posicionamento regional mais alinhado entre os países, disputas ainda se fizeram presentes nesse período, como também situações de divergências e instabilidade (RUSSELL, 2007, p.48-49), a exemplo das dificuldades enfrentadas pelo CDS-UNASUL. Os países da América do Sul ainda mantêm uma "margem de manobra" na política e nos seus interesses nacionais em relação aos países vizinhos, especialmente frente às assimetrias (SANAHUJA, 2009, p.12-20). Realidade conflitante com os discursos presidenciais dos governos progressistas, caracterizados por uma retórica cooperativa e regional para a criação de uma agenda e de políticas sul-americanas compartilhadas.

4.1.1 Diplomacia presidencial

A "onda rosa" apresenta-se como um movimento de governos progressistas, caracterizada pelo papel de liderança dos presidentes (HATALA, 2018, p. 50). As constituições de cunho presidencialista exercem uma função contraditória em sua essência, pois, ao mesmo tempo em que fortalecem o executivo frente o legislativo, também criam a "personalização do poder". Essa situação acaba sendo limitada por meio de instituições nacionais e leis pautadas na regulação de reeleições e de impeachment (LINZ, 1990, p.54-55). Contudo, o caso sul-americano compõe uma situação peculiar de, em geral, baixa institucionalização normativa e de partidos políticos, permitindo uma maior autonomia dos representantes políticos. Assim, devido às fragilidades institucionais, há um reforço do papel e da autonomia do líder no poder executivo, o que, consequentemente, acaba contribuindo para a debilidade institucional (TEDESCO; DIAMINT, 2014, p.32-33). Situação esta notável nos

casos do peronismo, na Argentina, do *Movimiento Alianza Pais*, no Equador, e do Partido Socialista Unido da Venezuela.

O fenômeno político de personalização do poder (ou personalização da política) caracteriza-se pela centralização do executivo, com a exacerbação das virtudes e capacidades do presidente, consolidando uma "conexão emocional" com seus cidadãos. Por um lado, observam-se os presidentes com proximidade emocional com a população e independentes das estruturas institucionais partidárias, como Álvaro Uribe, Hugo Chávez e Rafael Correa; enquanto existem lideranças em que seus governos se baseiam essencialmente no fortalecimento do "vinculo afetivo" com o povo, estabelecidos em uma maior institucionalidade política, a exemplo de José Mujica, Lula da Silva e Tabaré Vázquez (ORTIZ; GARCÍA, 2014, p.386-391). A predominância do executivo possibilita a adoção de uma política externa rápida e com "maior margem de manobra" em comparação com as deliberações da política nacional, capaz de facilitar processos cooperativos, como nos casos do MERCOSUL[98] e da UNASUL (MALAMUD, 2005, p.142; SIRIGU; OLIVARES, 2012, p.05-06).

Nesse sentido, a diplomacia presidencial (ou de cúpula) é um "imperativo da diplomacia contemporânea", abarcando "a condução pessoal de assuntos de política externa", buscando uma maior visibilidade, ao mesmo tempo em que se valoriza a opinião pública e os resultados alcançados (DANESE, 2017, p.67-69). Tal diplomacia está envolvida

> com um elemento de promoção e prestígio político (interno) e diplomático (regional ou internacional) do mandatário, o que dá ao tema da diplomacia de cúpula uma complexidade político-diplomática ainda maior – indo muito além dos interesses específicos da política externa. (DANESE, 2017, p.85-86).

O poder vinculado a esse tipo de diplomacia está centrado em dois âmbitos, no campo nacional, priorizando as agendas de política externa, e no nível internacional, voltando-se a políticas capazes de justificar a presença e dedicação do líder, respondendo às expectativas criadas. Nesse sentido, tanto a política interna como a opinião pública são essenciais para orientar a diplomacia, promulgando legitimidade ao governante (DANESE, 2017, p.113). Os discursos tornam-se ferramentas essenciais para a diplomacia presidencial, abarcando a "interlocução presidencial" com a população e a opinião pública; "base documental

[98] No caso do MERCOSUL, Malamud (2005, p.159) argumenta que as lideranças presidenciais de Argentina e Brasil possibilitaram a promoção da integração devido: a) "*the constitutional capabilities of the presidents vis-à-vis other actors have made it credible that their policies would not be blocked*"; b) "*the preeminence of the presidents has provided social actors with a single, non-bureaucratic target through which to channel their interests, allowing for a faster decision-making process*".

unilateral" de suas visitas e visões de política externa; além de ser um reconhecido "instrumento nas relações internacionais" (DANESE, 2017, p.535-538).

Os processos cooperativos latino-americanos são marcados, majoritariamente, pelo papel fundamental dos presidentes. De forma positiva, nota-se uma consistência das lideranças na defesa do regionalismo, apesar de oscilações quanto ao tipo defendido, estabelecendo objetivos coletivos e reativando iniciativas que estavam debilitadas. Entretanto, de maneira negativa, tais líderes, dependendo da forma como executam os projetos cooperativos, podem fomentar instabilidades e crises. Há uma tendência dos presidentes em efetuar a ampliação do escopo das instituições, desconsiderando o nível de integração, isto devido ao: a) prestígio e ganho político interno; b) emprego de uma questão nacional, demonstrando a incapacidade do âmbito doméstico de resolver o problema; e c) mudança de responsabilidade no campo de resolução de problemas cooperativos, especialmente em casos de oposição e/ou dificuldades de avanços da integração (DABÈNE, 2012, p.55-60).

4.1.1.1 Argentina: os Kirchners

A política argentina está constituída por uma "burocracia estatal profissionalizada" e uma política centrada em um líder, onde os presidentes "tradicionalmente desfrutam de uma ampla margem de manobra" (MALAMUD, 2011, p.88). Usualmente, os governos iniciam sua gestão propagando a ideia de "refundação da pátria", devido à existência de crises e tensões decorrentes de administrações anteriores, possibilitando a "construção simbólica de poder" e a legitimação social do governo eleito (PEREIRA, 2016, p.65-66). O líder Néstor Kirchner, que governou de 2003 a 2007, iniciou seu mandato após uma extensa crise nacional (2001), utilizando-se do discurso de renovação pautado nos direitos humanos, memória e justiça frente aos crimes praticados durante a ditadura militar, e reformulação das relações civis-militares (MILANI, 2016, p.60-62; PEREIRA, 2016, p.65-67; SVAMPA, 2007). Seguindo a política externa de seu antecessor, Eduardo Duhalde, Kirchner refutou o alinhamento automático com os Estados Unidos, promovendo relações com as potências internacionais com uma margem de autonomia. Ademais, associou-se aos países da América Latina, reforçando processos cooperativos, como com o aprofundamento do MERCOSUL (MALAMUD, 2011, p.88-97; PEREIRA, 2016, p.108-109).

> *Nuestra política exterior, se inspira en los valores de la democracia representativa con soberanía popular, respeto a los derechos humanos fundamentales y la defensa activa de la paz y la seguridad internacional. Estos principios compartidos por la*

> *inmensa mayoría del pueblo argentino, orientan la acción del Gobierno y son la base de las decisiones que la República Argentina toma del ámbito internacional. Apoyamos con fuerte convicción la construcción de sociedades más justas, más equitativas y con una mejor distribución de los beneficios del crecimiento económico. Sabemos que cada país debe tener el derecho de buscar su propio modelo de desarrollo sin condicionamientos externos.* [...] *En nuestra acción, la integración regional ocupa un lugar prioritario.* (KIRCHNER, 2007, p.01-03).

Nota-se um processo de centralização do poder originado desde o governo de Carlos Menem. Os discursos de Néstor Kirchner priorizavam a soberania nacional frente às organizações multilaterais, questionando as políticas neoliberais (SVAMPA, 2007). As tomadas de decisões no campo da política externa também foram centralizadas, apesar da consulta a chanceleres e intelectuais. As ações eram lideradas pelo núcleo do presidente, Cristina Fernández de Kirchner, Alberto Fernandez (chefe de gabinete) e Carlos Zanini (Secretário da Presidência); situação essa que foi ainda mais intensificada no governo de Cristina Kirchner, concentrando as decisões entre a presidente e Néstor Kirchner (MILANI, 2016, p.60-62; SIMONOFF, 2012, p.04).

Cristina Fernández de Kirchner iniciou seu governo em 2007, em uma conjuntura favorável, qualificada pelo crescimento econômico e pela diminuição das taxas de pobreza (PEREIRA, 2016, p.111-112). Seus dois mandatos, de 2007 a 2015, marcaram-se pelo viés da continuidade, porém com característica mais confrontativa, promulgando a refundação no campo dos direitos humanos e da memória frente à ditadura militar; o "reencontro da pátria com seu povo"; e a "construção de um país voltado às necessidades de sua população" frente a corporações e fundos abutres (PEREIRA, 2016, p.67). A política externa da governante voltou-se à América Latina, com a defesa do MERCOSUL e do multilateralismo, e disposição em ajudar os países sul-americanos, como no caso do processo de paz da Colômbia. Paralelamente, ao longo de seus governos, houve um "ajuste tático gradativo" em suas agendas de política externa, tangendo suas relações com Brasil, China, Estados Unidos e Rússia no campo diplomático e comercial (BUSSO, 2016; PEREIRA, 2016, p.138-140).

A partir de 2001, nota-se um posicionamento argentino de questionamento da segurança hemisférica, como o TIAR e a OEA, e de centralização de seus anseios para a América Latina, especialmente para a América do Sul. Cristina Kirchner, em seu primeiro mandato, solicitou a retirada dos representantes do Comando Sul de seus escritórios do Estado Maior Conjunto, diminuindo o contato destes com as Forças Armadas argentinas. Ademais, retirou seus enviados do Comando Sul e da Quarta Frota. Já no caso da JID, seu delegado do Ministério de Defesa foi substituído pelo Adido Militar da embaixada do país em Washington (MERKE, 2014, p.154-164).

No que tange à construção da Comunidade Sul-Americana de Nações, o apoio argentino foi hesitante. Néstor Kirchner defendia um primeiro aprofundamento do MERCOSUL para depois realizarem o alargamento do regionalismo. Contudo, em 2008, a Argentina decidiu engajar-se ao projeto de criação da UNASUL. Observam-se, no Tratado Constitutivo da organização, "similitudes com a argumentação argentina, tendo em vista a conexão entre regionalismo, autonomia e desenvolvimento" (MILANI, 2016, p.93-97). Apesar de resistência, nota-se a aceitação por parte da Argentina do projeto cooperativo brasileiro visto a incorporação de novos temas e a dissipação da liderança brasileira. Nesse sentido, o país passou a exercer um papel de destaque na organização, como com a nomeação de Néstor Kirchner como primeiro Secretário-Geral. Nota-se um movimento de convergência das posições argentina e brasileira frente aos constrangimentos do sistema internacional.

> *Revalorizar esta América del Sur, no solamente por lo que hemos logrado en la última década con el crecimiento y la incorporación de millones de compatriotas al consumo a través de mejores condiciones de vida, sino que tenemos que tener también el compromiso de reconocer esa identidad y no creer que hemos hecho algo mágico, simplemente hemos comenzado a utilizar cualidades y calidades que nos habían convencido que no teníamos, que carecíamos de ellas. Cuando em realidad lo que había sucedido era que nos habían impedido ejercerlas, por efecto del colonialismo o lo que es aún peor, por efecto de la subestimación que nos hicieron tener a partir de nuestras propias capacidades y de los que somos capaces de hacer como colombianos, como argentinos, como brasileños, venezolanos, uruguayos, chilenos, peruanos. Por eso yo reivindico siempre esta construcción de la patria de la América del Sur, de la UNASUR, esta tierra que ha podido resolver sus conflictos sin intermediación de organismos multilaterales internacionalmente consagrados que, sin embargo, no alcanzan a resolver ninguno de los conflictos que se han planteado en distintas partes del mundo*. (FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, 2013a, p.02).

As questões democráticas passaram, a partir de 2008, a serem discutidas em três âmbitos distintos, OEA, MERCOSUL e UNASUL. Com a crise interna na Bolívia de Evo Morales, em 2008, houve a mobilização diplomática tanto na OEA como na UNASUL. O diálogo nesse segundo bloco foi promovido por Argentina e Brasil e fortalecido com a denúncia de Morales contra os Estados Unidos, acusando-os de estarem envolvidos na crise (MERKE, 2014, p.368-370).

> *En los primeros momentos, cuando empezamos a construir en la región, tratamos de compatibilizar situaciones e historias diferentes. No fue fácil. Pero el primer éxito, bajo la presidencia de la Unasur de Michelle Bachelet, se logro cuando se solucionó el problema de Bolivia (crisis secesionista de los departamentos orientales, en 2008) y la Unasur cumplió su primer rol central y fundamental. La Unasur que ha logrado compatibilizar, sin renunciar a ningún objetivo, situaciones políticas e institucionales de ideologías distintas. ¿Y la convivencia? Nos ha tocado vivir situaciones diferentes donde siempre Unasur reaccionó férreamente en defensa de la democracia, como el caso de Honduras. La filosofía principal de Unasur es el*

> *respeto pleno a la pluralidad democrática, a la voluntad soberana de los pueblos, a los derechos humanos y a la libertad de expresión, el apoyo en forma conjunta a políticas solidarias que tiendan a la inclusión social, la solidaridad permanente entre los pueblos y la actitud de integración hacia el mundo. Esto es una tarea central y esencial que la Unasur tiene que llevar adelante y que estamos absolutamente dispuestos a llevar adelante.* (KIRCHNER, 2010, p.02).

Em 2010, com a crise no Equador contra o Presidente Rafael Correa, a Argentina optou por um posicionamento forte favorável ao governo equatoriano, ressaltando a defesa à democracia. A partir daí houve um movimento, liderado pela Argentina, de construção da carta democrática da UNASUL, desenvolvendo e aprovando, ainda nesse ano, o Protocolo Adicional ao Tratado Constitutivo da União. Já em 2011, com o golpe ao presidente paraguaio, Fernando Lugo, os países sul-americanos inseriram a situação no Protocolo de Ushuaia do MERCOSUL e no Protocolo Adicional da UNASUL. Cristina Kirchner se posicionou favorável à Lugo e enquadrou a situação como inaceitável e antidemocrática (MERKE, 2014, p.368-370). Observa-se, nesse momento, a construção do poder institucional da Argentina, promovendo mediações e mudanças na UNASUL e trabalhando lado a lado com o Brasil em situações críticas da região.

> *La UNASUR también pudo sortear con mucho éxito diversas situaciones que inclusive eran internas de lo distintos países y que afectaban la estabilidad democrática de los gobiernos, por ejemplo del presidente Evo Morales en Bolivia en lo que se denominó la Crisis de Pando, que dio origen a la Declaración de la Moneda, en la República de Chile cuando Michelle Bachelet era presidenta pro témpore de la UNASUR. Y también la Declaración de Buenos Aires, cuando abordamos un tema también destituyente del presidente Rafael Correa en la República de Ecuador, pudimos conjurar la crisis y permitir la continuidad del sistema democrático, que en nuestra región la continuidad de los sistemas democráticos no es una cuestión menor, es una cuestión que ha marcado la posibilidad de crecer económicamente y fundamentalmente hacerlo en un marco de paz y de seguridad.* (FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, 2013b, p.02).

Desde a década de 1990, a Argentina iniciou a proposta de criação de iniciativas no campo da cooperação em defesa na sub-região do cone sul, sob o escopo do MERCOSUL. A ideia se pautava na promoção da segurança cooperativa, como medidas de confiança mútua e transparência. Em 2004 seu posicionamento se tornou evidente durante a IV Conferência de Ministros da Defesa das Américas, promovendo uma maior institucionalização no âmbito da defesa, porém ainda sem o apoio dos vizinhos. Paradoxalmente, em 2008, o Brasil propôs a negociação do Conselho de Defesa Sul-Americano, refletindo uma mudança em seu posicionamento quanto à institucionalização da cooperação, sugerindo ainda uma ampliação da proposta argentina, englobando os doze países sul-americanos (MILANI, 2016). A Argentina foi o oitavo país visitado por Nelson Jobim e, apesar de um posicionamento

favorável por parte de Cristina Kirchner e da Ministra da Defesa, Nilda Garré, ainda havia uma resistência quanto o protagonismo brasileiro (PEREIRA, 2016). Isto pois, com a aprovação do projeto, ocorreria uma maior vinculação entre Argentina e Brasil, marcada por um relacionamento assimétrico, em que o Brasil se utilizaria das iniciativas cooperativas para aumentar sua influência e poder regional, e diminuir seus custos de estar em uma vizinhança instável. Mesmo assim, o posicionamento argentino, com a consolidação do CDS, foi de expressiva atividade e com liderança em alguns temas, inserindo-se como um dos atores protagonistas no Conselho (VITELLI, 2015, p.09). Seu poder institucional também se torna claro neste momento, onde, por meio do Conselho, conseguiu alcançar metas cooperativas desejadas, intensificando os laços com a região sul-americana, a destacar com a instauração do CEED-CDS em Buenos Aires.

Em 2015, Mauricio Macri assumiu a presidência da Argentina com a bandeira "*cambiemos*", se opondo ao kirchnerismo e propondo a defesa do neoliberalismo, da globalização e da modernização social e econômica (VOMMARO; GENÉ, 2017).

> *Queremos acabar con la lógica de amigos y enemigos. Es cierto que hay conflictos, pero ellos son parte de la democracia, y vivir en democracia significa administrarlos usando el diálogo. La Argentina que viene es el país del acuerdo, del encuentro, del cuidado y de las buenas intenciones, que sé que compartimos con todos los argentinos. Los tres grandes desafíos son: la Argentina con pobreza cero, derrotar el narcotráfico y unir a los argentinos.* (MACRI, 2016a, p.09).

No campo da política externa, buscou a desideologização e o retorno ao mundo centrando-se em atores particulares, como em países da América Latina, na China, nos Estados Unidos, na União Europeia e na Rússia. As relações com os Estados Unidos se destacam por constituírem o eixo central de suas políticas (FRENKEL, 2016, p.08-07). Na América do Sul, seu posicionamento foi contrário ao governo de Nicolás Maduro da Venezuela, vetando a participação venezuelana no MERCOSUL e na UNASUL. Ademais, houve o privilégio de iniciativas de cunho comercial, como a Aliança do Pacífico e negociações com Brasil, China e UE, além de se candidatar a membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (FRENKEL; AZZI, 2018, p.194; VOMMARO; GENÉ, 2017, p.237-238).

> *Sabemos que para crecer con inclusión América latina cuenta con gran talento humano, además de riquezas naturales inigualables, y mientras en el mundo hay tendencias que generan preocupación e incertidumbre llegan de nuestra región noticias alentadoras, como la normalización de las relaciones entre Cuba y los Estados Unidos y como el proceso de construcción de paz, en Colombia. Además, se están dando las condiciones para crear un corredor de paz, del Atlántico al Pacífico*

> *en toda la región, el cual contribuye a la estabilidad y prosperidad regional. Pero los desafíos de las gobernanza global, en el siglo XXI, no son de la exclusividad de algunos países o regiones; nos conciernen a todos. Debemos cooperar pensando globalmente y actuando localmente, sin perder de vista el primer principio de esta organización, que se basa en la igualdad soberana de todos sus miembros. Un mundo con más voces es un mundo más justo. Por eso es importante que continuemos edificando un sistema, basado en reglas claras, que refleje la diversidad y pluralidad, y facilite los consensos.* (MACRI, 2016b).

Desta forma, o governo de Macri passou a fomentar uma agenda globalista, utilizando a região sul-americana como plataforma para sua inserção no mercado global. As críticas ao unilateralismo das potências e aos constrangimentos das organizações multilaterais foram dissipadas, bem como a busca pela autonomia nacional. Assim, seus vínculos com potências mundiais foram retomados, como Estados Unidos e UE, bem como a revisão de acordos anteriores com China e Rússia (FRENKEL, 2016, p.04-05).

Observa-se uma expressiva diferenciação entre as políticas kirchneristas e o novo governo eleito de Macri. Ao mesmo tempo, houve o enfraquecimento do poder institucional argentino nas organizações regionais, a destaque da UNASUL e seu CDS. Essa situação exemplifica nosso argumento da variável "diplomacia presidencial" como sendo essencial para compreender os avanços e retrocessos da cooperação em defesa regional. A liderança presidencial é a cara das iniciativas sul-americanas e a mudança de visão do governo de Macri nos mostra a ausência de liderança argentina no CDS nesse período, bem como o enfraquecimento da iniciativa.

4.1.1.2 Brasil: de Lula da Silva a Rousseff

O Itamaraty é tradicionalmente reconhecido como a burocracia responsável pela elaboração da política externa do país. Historicamente, o órgão possui autonomia com uma identidade bem constituída, permitindo com que sua formulação de política externa seja independente de outros atores e grupos nacionais. Contudo, a partir de 1990, sua "estrutura insular" passou a ser contestada, abrindo-se para a inserção do presidente, com sua diplomacia presidencial. Esse novo ator repercutiu em uma maior "inconsistência na 'visão' da política externa, diminuindo a autonomia dos diplomatas e a separação dos interesses das esferas burocráticas entre o Ministério e a Presidência (FARIAS, 2018, p.03). Nota-se a crescente interação técnica e burocrática do Itamaraty com outros Ministérios, a exemplo do Ministério da Defesa.

Com a década de 1990, houve a adoção de uma política externa brasileira com "ênfase atribuída aos processos de integração regional, à abertura comercial e às negociações multilaterais" (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p.287). O governo de Fernando Henrique Cardoso desenvolveu uma política externa adaptada ao novo cenário internacional, em consonância com as políticas iniciadas durante os governos de Fernando Collor de Mello e de Itamar Franco. Em 2001, com a eleição de George W. Bush à presidência dos Estados Unidos e a priorização de políticas unilaterais, houve o reconhecimento, por parte do governo de Cardoso, da necessidade de uma ampliação de suas parcerias internacionais, especialmente com África do Sul, China e Índia, buscando um "maior equilíbrio" nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas e uma intensificação das relações entre MERCOSUL e União Europeia (PASQUARELLI, 2010, p.2289-2290; VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p.289). O governo de Cardoso configurou o início da diplomacia presidencial brasileira, realizando visitas internacionais, "diplomacia pública, através de artigos de jornal, diálogo do governo com o Congresso e discurso interno da chancelaria" (DANESE, 2017, p.45).

Com a eleição de Lula da Silva, em 2003, priorizou-se o multilateralismo e a busca pela projeção internacional do país. No nível doméstico, o governou se centrou em um viés nacional-desenvolvimentista, com fortalecimento do papel do Estado na economia, incentivando a diminuição das desigualdades econômicas e sociais. Ademais, o país empregou a estratégia de desenvolvimento nacional em sua política externa, por meio "de uma inserção autônoma no sistema internacional e de diversificação de parcerias" (PEDROSO, 2013, p.324). A política externa brasileira deste período consolidou ações do governo anterior, concomitante a uma diplomacia presidencial ativa, uma projeção econômica internacional, devido à retomada do crescimento da economia nacional, e uma inserção do país em iniciativas internacionais com a "pluralização de atores", abrangendo organizações não governamentais, o meio privado (empresas e mídia), grupos sociais e organismos públicos (municipais e estaduais) (ULLRICH; MARTINS; CARRION, 2013, p.08-12). O discurso de Lula da Silva, em abril de 2008, ressalta essa nova situação, nacional e internacional, que o Brasil empregou ao longo de seu governo:

> Já não dependemos mais de uma potência ou de duas potências, temos produtos para vender em vários lugares do mundo e temos dinheiro para comprar em vários lugares do mundo. Isso nos dá um pouco a sensação de liberdade, isso nos dá um pouco a sensação de poder escolher os parceiros sem relegar a um segundo plano os parceiros antigos. Não. Nós sabemos a importância que têm os Estados Unidos na vida deste País. Nós sabemos a importância que tem a União Européia na vida deste País. Mas precisamos procurar novos parceiros para que a nossa relação seja mais forte ainda com os Estados Unidos e com a União Européia. (SILVA, 2008a, p.07).

Nota-se um protagonismo do Brasil com uma diplomacia calcada em uma postura assertiva quanto à soberania nacional, devido à intensificação de uma abordagem mais nacionalista com o Ministro Celso Amorim e o Secretário-Geral Samuel Guimarães, no Ministério das Relações Exteriores, associada a uma política de cooperação sul-sul, já marcante nas propostas partidárias anteriores à eleição de Lula da Silva, com a assessoria de Marco Aurélio Garcia nos assuntos internacionais (ALMEIDA, 2004, p.165; VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p.283). Paralelamente, buscou-se uma postura crítica à globalização e à abertura comercial, com a diminuição da dependência financeira do país e a ampliação das relações comerciais (ALMEIDA, 2004, p.166).

Tais abordagens da política externa brasileira podem ser exemplificadas por meio da intensificação das relações com países emergentes, com o continente africano e com a América do Sul, especialmente por meio da Comunidade Sul-Americana de Nações; do papel de destaque do Brasil nas negociações da Rodada Doha e da Organização Mundial do Comércio; da reafirmação dos acordos e iniciativas com países desenvolvidos; e da busca pela participação internacional, com a retomada das discussões sobre a reforma no Conselho de Segurança das Nações Unidas (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p.290-291). Desta forma, Pecequilo (2008, p.136) argumenta que a administração de Lula da Silva combinou "dois eixos, horizontal e vertical", equilibrando as relações norte-sul e sul-sul em sua política externa.

A política para a América do Sul tem como característica a ação da presidência e do Ministério das Relações Internacionais, apesar de manter as preferências nacionais do país (VIGEVANI; ARAGUSUKU, 2014, p.179-180). O governo de Lula da Silva iniciou um processo de liderança para o desenvolvimento da região, bem como sua estabilização democrática e social (HIRST; LIMA; PINHEIRO, 2010, p.31). Nota-se uma tentativa de construção do poder produtivo por parte do país, em que a liderança brasileira passa a ser caracterizada como um *soft power,* marcado por ações moderadas, pragmatismo e a busca de reconhecimento internacional como uma potência emergente, projetando-se no nível global, porém sem uma "iniciativa clara de projetar a América do Sul no sistema internacional a partir de [sua] liderança" (MILANI, 2016, p.78). O papel brasileiro de líder nos processos cooperativos regionais é questionável, marcando-se por um caráter "retórico e político" e se abstendo da função de *paymaster* regional. A UNASUL se insere nesse contexto onde a liderança brasileira oscilou entre retórica, ainda que com maior "aceitação internacional", e efetiva, "porém às custas da introdução de uma pauta ideológica na agenda" (SOUSA, 2018, p.90-98).

> Nós não confiávamos em nós mesmos, nós vivíamos de costas uns para os outros. E o papel que o Brasil joga na América do Sul como o país de maior população, como o país de maior industrialização, como o país de maior PIB é a obrigatoriedade de solidariedade com os nossos irmãos que fazem fronteira. O Brasil não tem que pedir, o Brasil tem que doar porque é assim que a gente constrói. Não adianta o Brasil ser rico, cercado de países pobres. O Brasil tem que ser rico, mas os outros países vizinhos do Brasil têm que estar ricos também, para que a gente possa, entre nós, partilhar e repartir o resultado da riqueza. (SILVA, 2010a, p.11).

O país desenvolveu seu papel de mediador em crises como na Venezuela (2003), na Bolívia (2003 e 2006), no Equador (2004), no Haiti (2003) e em Honduras (2009)[99]; e intensificou laços com líderes de diversos países da região, como de Argentina, Chile, Cuba, Paraguai, Uruguai e Venezuela (HIRST; LIMA; PINHEIRO, 2010, p.31). "Na recente crise entre o Equador e a Colômbia, o Brasil agiu com serenidade e firmeza para que prevalecesse a justiça e a moderação. [...] A paz e o entendimento devem guiar o projeto comum que nós, sul-americanos, queremos para a região" (SILVA, 2008a, p.02-03). A UNASUL tornou-se um meio institucional capaz de propagar os objetivos nacionais brasileiros para toda a região, construindo um entorno estável e desenvolvido, capaz de potencializar as capacidades nacionais do país e de prover autonomia em negociação com os EUA e em fóruns multilaterais (MILANI, 2016, p.80-82).

> A América do Sul renova a confiança na capacidade de seus povos de construírem um destino comum de desenvolvimento, justiça social, democracia e paz. O Tratado Constitutivo dá personalidade jurídica à Unasul, que ganha expressão política e meios institucionais para realizar seus objetivos. Tiraremos proveito da vastidão de nosso território, banhado pelos oceanos Atlântico e Pacífico e pelo mar do Caribe. Valorizaremos a diversidade de nossos povos e de nossa cultura. Construiremos nossa unidade sobre a base dos processos de integração bem-sucedidos do Mercosul e da Comunidade Andina. Nosso foro será enriquecido pela contribuição caribenha, por meio da Guiana e do Suriname. [...] Com este Tratado Constitutivo, a América do Sul ganha estatuto de ator global. Estamos superando a inércia e as resistências que, ao longo de 200 anos de vida política independente, impediram que trilhássemos juntos o caminho da unidade. Ao darmos institucionalidade à nossa União, estamos transformando em realidade o sonho integrador de nossos próceres e libertadores. [...] Uma América do Sul unida mexerá com o tabuleiro do poder no mundo, não em benefício de um ou de outro dos nossos países, mas em benefício de todos. A Unasul deve ser construída como parte de nossos projetos nacionais de desenvolvimento, e essa tem sido a orientação do meu governo desde o primeiro dia. O Brasil quer associar seu presente e seu futuro ao destino da América do Sul. (SILVA, 2008b, p.01-05).

Em 2011, houve o início do governo de Dilma Rousseff, marcado pela continuidade em relação à política anterior, com uma política externa revisionista voltada ao desenvolvimento e aos países do sul, porém ajustada às novas estratégias para o cenário

[99] O Brasil foi mediador em situações de golpe político na Venezuela, Equador, Haiti e Honduras, e durante a crise do gás na Bolívia.

internacional recente (SARAIVA, 2012b, p.296). Entretanto, a diplomacia presidencial de Rousseff perdeu espaço em relação à articulação e formulação de política externa, resultante de uma abstenção presidencial nesse campo (BURGES; BASTOS, 2017, p.286-7; SARAIVA, 2012b). Ainda assim, a presidente manteve, ao longo de seus governos, um discurso favorável às relações e iniciativas sul-americanas. Em 2012, o Brasil participou na mediação da crise resultante do golpe contra o presidente paraguaio, Fernando Lugo. Em parceria com os países sul-americanos, o governo de Rousseff ressaltou o comprometimento da região com a democracia, empregando as disposições tanto do MERCOSUL como da UNASUL, sem sanções econômicas (ROUSSEFF, 2012b).

> Nós queremos ter uma relação de parceiros e iguais, dentro da América Latina. Eu acho que isso é importante e está se manifestando em várias instituições: na Unasul, que congrega todos os países da América do Sul; na Celac, que congrega todos países da América do Sul e do Caribe e no próprio Mercosul. Nós temos de ter, inclusive, uma capacidade de melhorarmos nossas consultas, porque, geralmente, quando tem efeitos de instabilidade internacional sobre nossas economias, quando nós reagimos juntos sempre é melhor. Tomamos decisões em conjunto sobre políticas comuns, por exemplo, do que fazer em relação a oscilações financeiras, a problemas cambiais. (ROUSSEFF, 2012a, p.13).

Devemos ressaltar a conjuntura inóspita do governo de Rousseff, marcada pelo fim do *boom* das commodities, escândalos de corrupção, ausência de apoio das coalizões governamentais, além de manifestações populares contrárias ao governo. A atenção da presidente voltou-se aos problemas nacionais, mantendo uma "política externa inercial" (BURGES; BASTOS, 2017, p.286-7). A partir de seu segundo mandato, em 2015, a imprevisibilidade da política brasileira acabou impactando nas iniciativas regionais, como a UNASUL, especialmente com o avanço da crise política e econômica nacional, culminando no impeachment de Rousseff. Observa-se um cenário desfavorável que registra a "relativa dependência dos organismos regionais enquanto às instituições nacionais brasileiras, o que indica as contradições do direcionamento almejado pelo Brasil para o estreitamento dos vínculos regionais" (FUCCILLE et al., 2017, p.47-8).

O Conselho de Defesa Sul-Americano é uma iniciativa brasileira, pautado em uma resposta à conjuntura regional e internacional. O CDS apresenta-se como uma estratégia global brasileira, capaz de inserir o país emergente como um mediador de conflitos e instabilidades regionais, empregando uma política mais pacífica e estável em comparação com as ações estadunidenses. Ao mesmo tempo, a proposta não pode ser separada da tentativa de conter a ideia venezuelana de criar uma OTAN do Sul. Assim, para o Brasil, o Conselho articularia os países sul-americanos de forma conjunta, sem a presença estadunidense, mas

também mantendo boas relações com a potência, permitindo a construção de sua aspiração como um possível ator de referência internacional e líder regional (NERY, 2016, p.70-73).

Sob a liderança diplomática do Ministro da Defesa à época, Nelson Jobim, articulações foram desenvolvidas entre os países sul-americanos por meio de reuniões e visitas aos países (CASTRO, 2015, p.09-10). Houve uma baixa participação do Ministério das Relações Exteriores na condução de criação do CDS, sendo que, mesmo com sua posição favorável ao órgão, seus discursos não apresentavam um posicionamento efetivo sobre o mesmo, exibindo um cenário de dificuldades para a interação entre as burocracias (Ministério da Defesa e Ministério das Relações Exteriores) (OKADO, 2013, p. 105-106).

> Estou convencido de que é chegada a hora de aprofundarmos nossa identidade sul-americana, também no campo da defesa. Nossas Forças Armadas estão comprometidas com a construção da paz. A presença de muitos de nossos países na Minustah, força da ONU que garante a segurança no Haiti, é exemplo dessa determinação. Devemos articular uma visão de defesa na região fundada em valores e princípios comuns, como o respeito à soberania e à autodeterminação, a integridade territorial dos Estados e a não-intervenção em assuntos internos. Por isso, determinei ao meu ministro da Defesa que realizasse consultas com todos os países da América do Sul sobre a constituição de um Conselho Sul-Americano de Defesa. Creio que deveríamos discutir essa decisão aqui. Com esse mesmo espírito proponho a realização no Brasil, no segundo semestre deste ano, de uma reunião que permita detalhar o funcionamento e os objetivos do Conselho. (SILVA, 2008b, p.03-4).

Utilizando as plataformas da UNASUL e do CDS, a diplomacia brasileira construiu uma liderança regional e seu papel como *global player*, acolhendo a ideia de "destino para a grandeza" propagada pela diplomacia brasileira, além da tradição geopolítica das Forças Armadas quanto à Amazônia, o Atlântico Sul e à proteção dos recursos naturais da região. Ademais, o CDS proporcionaria uma oportunidade para a exportação de produtos manufaturados brasileiros, acesso a fontes energéticas e ao mercado localizado ao lado do oceano pacífico (SANAHUJA, 2012, p.09-10).

> *In this manner, UNASUR would allow Brazil to reconcile a number of conflicting interests in Brazil's foreign policy and international strategies. For example, Brazil's agro-industry and agro-exporters are interested in enhanced access to Pacific ports and Asian markets, while Sao Paulo's industrial corporations rely on regional markets and ask for a certain level of protection. Additionally, high-tech companies like Embraer are implementing global strategies and are more interested in the markets of richer countries and a growing global role for Brazil. Lastly, this project could reconcile the economic interests of the private sector, the geopolitical concerns of the armed forces and diplomacy, and the counter-hegemonic goals of the progressive actors supporting the Worker's Party governments*. (SANAHUJA, 2012, p.10).

Nota-se uma perspectiva brasileira pautada em uma governança securativa[100] híbrida para a região sul-americana, marcada pela sobreposição dos mecanismos de balança de poder e de comunidade de segurança durante os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff. O momento de convergência desse posicionamento paradoxal brasileiro ocorreu com a consolidação de instituições multilaterais e cooperação regional. O CDS se insere na proposta de construção de uma segurança cooperativa, que poderia culminar em uma comunidade de segurança regional, ao mesmo tempo em que manteria a balança de poder regional (VILLA, 2017, p.02-12). Mesmo com a construção do Conselho, ainda permaneceu a resistência de alguns países quanto às intenções brasileiras, vendo o CDS como ferramenta estratégica de projeção de poder, de melhoria das capacidades militares e de exportação de armamentos brasileiros. Argumento embasado na publicação da Estratégia Nacional de Defesa no mesmo ano de criação do órgão e na assinatura de acordos bilaterais de cooperação militar com Bolívia, Chile, Colômbia, Guiana, Peru, Uruguai, Suriname e Venezuela. Desta forma, o Brasil promoveu a cooperação regional nos campos da política e da defesa com a UNASUL e o CDS, institucionalizando o processo e fortalecendo seu poder institucional. Porém, paralelamente, incrementou seus gastos militares com compras de armas de países europeus, reafirmando a ideia de balança de poder e de suposta "potência regional" na região sul-americana. Observa-se que "*Brazil's security practices indicate that multilateral integration, conflict resolution, and institutional cooperation coexist with governance based on interests*" (VILLA, 2017, p.13). Nesse sentido, constata-se que as instituições militares brasileiras ainda estão pautadas pela balança de poder, enquanto a burocracia, elaboradora de políticas, volta-se a discursos e práticas para a construção de cooperação e de uma comunidade de segurança (VILLA, 2017, p.13).[101] Nota-se, assim, um comportamento variante do Brasil, onde há momentos em que proclama a utilização de seu poder institucional e a busca por consolidar um poder produtivo na região, ao mesmo tempo em que declara um comportamento pautado

[100] "*We define security governance as a system of rule conceived by individual andcorporate actors aiming at coordinating, managing, and regulating their collectiveexistencein responseto threats to their physicaland ontological security. This system of rule relies primarily on the political authority of agreed-upon norms, practices, and institutions, as well as on the identities, rationalities, technologies, and spatial forms, around and across which international and transnational security activity takes place*" (ADLER, GREVE, 2009, p.64).

[101] "*The coexistence of the logics of the balance of power and security community is not a new phenomenon in Brazil, at least with regard to the South American context. On the one hand, violence is prevalent in the region due to long periods of authoritarian rule and military coups, intra-state conflict, and a high incidence of criminality. On the other hand, over the past century, there were only a handful of wars in the region, and South Americans no longer fear aggressions from their neighbors. Brazil itself participated in wars against its neighbors more than 150 years ago. Inter-state wars have seldom occurred, and there is a long-standing normative consensus on peaceful conflict management. Thus, phases of heightened tensions and increased military armament have alternated or even overlapped with phases of peace, cooperation, and trust building*" (VILLA, 2017, p. 02-03).

em um poder compulsório fictício,anunciado por suas capacidades materiais, normativas e simbólicas como a possível potência regional da América do Sul.

4.1.1.3 Colômbia: de Uribe a Santos

O contexto colombiano da década de 1990 nos permite compreender as dinâmicas políticas do país e a ascensão de Álvaro Uribe, em agosto de 2002. Observa-se um período de crise institucional das organizações políticas; desaceleração econômica; ampliação do contingente e do território sob domínio das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia; além de uma descontinuidade no fluxo de auxílio estadunidense (VILLA; OSTOS, 2005, p. 05-06), visto que a maior parte da ajuda estava destinada à polícia na luta conta as drogas, decorrente das crescentes críticas às Forças Armadas colombianas por organizações estadunidenses e européias de direitos humanos (HYLTON, 2010, p. 132). O movimento de enfraquecimento dos partidos políticos tradicionais tornou-se algo característico na América Latina, e no caso da Colômbia o desgaste dos dois partidos centrais, Conservador e Liberal, deu-se especialmente em vista dos eventos da Guerra dos Mil Dias (1899-1902)[102] e de *La Violencia* (1946-1957)[103], possibilitando a ascensão de novas lideranças. Uribe foi beneficiado por esta situação, apesar de dissidente do Partido Liberal, investindo sua candidatura por meio do movimento *Primero Colombia*[104] (VILLA, VIANA, 2010, p.57-9).[105]

Paralelamente, verifica-se um Estado incapacitado de resolver seus problemas internos vinculados às guerrilhas e aos grupos paramilitares. As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia se formaram na década de 1960, contando com cerca de 18 mil a 22 mil combatentes no período de 1960-2002 (HYLTON, 2010, p. 31), sendo que, durante o governo

[102] "Lideres liberais e conservadores mobilizaram suas milícias camponesas para que se matassem em uma batalha" (HYLTON, 2010, p. 68).

[103] Pode ser considerada como uma época de "terror oficial, sectarismo partidário e políticas de terra arrasada que resultaram da confluência da crise da república cafeeira, debilidade do Estado central e da concorrência pelos direitos de propriedade, principalmente no eixo do café. Esse período se distinguiu pelo 'terror concentrado', utilizado para suprimir as políticas populares radicais e canalizar os crescentes conflitos raciais-étnicos e de classe entre as vias do bipartidarismo" (HYLTON, 2010, p. 71).

[104] A Associação *Primero Colombia* é uma entidade fundada por Álvaro Uribe, em 1996, servindo como "*plataforma para la concepción, organización y manejo*" de suas campanhas presidenciais. (PRIMEIRO COLOMBIA, 2019)

[105] Segundo Hylton (2010, p. 141): "da mesma maneira que os pactos de paz com a guerrilha determinaram os resultados das eleições de 1998, os acordos políticos com os paramilitares definiram a disputa eleitoral de 2002. As diversas estratégias de campanha e os programas políticos dos candidatos da época compartilhavam uma meta comum: fortalecer a autoridade do governo central enfatizando a proeminência de novas formas de clientelismo armado. A mudança nas políticas de paz, que, de pactuar com as guerrilhas passaram a pactuar com os paramilitares, conduziu finalmente ao declínio total do monopólio bipartidário sobre a representação política e a intensificação da participação do governo norte-americano na guerra civil colombiana".

de Ernesto Samper (1994-1997), as FARC chegaram ao mais elevado número de efetivos, momento em que poderiam constituir um poder político alternativo na Colômbia (VILLA, VIANA, 2010, p.62). Ademais, durante a década de 1990, a Forças se encontravam em "mais da metade de todos os municípios colombianos", apresentando elevado poder "na selva, nas planícies e nas zonas de fronteira pouco povoadas do sul e do sudeste" (HYLTON, 2010, p. 31). O Exército de Libertação Nacional (ELN) foi fundado também na década de 1960, contando com "3,5 mil a 4 mil combatentes até 2002" e instaurando-se em regiões petroleiras e enclaves de exportações de carvão, ouro e esmeralda (HYLTON, 2010, p. 31)[106]. Foi o primeiro grupo a alterar seu "esquema financeiro para a capacitação de rendas" de setores monoprodutores e dominados por capital estrangeiro, por meio de sequestros e extorsões (HYLTON, 2010, p. 101). Houve também a ascensão de grupos paramilitares, como as Bandas Criminais, originárias das Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC). As AUC se expandiram com o crescimento do cultivo de coca, controlando a produção, transporte e distribuição de cocaína no período em que seu líder era Carlos Castaño. Na década de 1990, os massacres quadruplicaram, sendo a maioria efetuada com auxilio do Exército nacional do país (HYLTON, 2010, p. 134)[107]. Contudo, posteriormente, as Autodefesas foram desmobilizadas, entre os anos de 2003 e 2016, e parte de suas lideranças migraram para uma nova organização criminal, as BACRIM.

O governo de Andrés Pastrana pautou-se na busca por uma perspectiva internacional para o combate ao narcotráfico, bem como na promoção da negociação com os movimentos revolucionários, notando-se a constituição de uma "paz fragmentada" ao destinar as comunicações apenas com as FARC (HYLTON, 2010, p. 143). Os acordos com as Forças chegaram a seu enfraquecimento devido, especialmente, à incapacidade ou ausência de vontade do governo de realizar as reformas prometidas, ademais de pressões por parte do exército, de blocos reacionários e meios de comunicação, repercutindo em uma retomada ofensiva do governo para a reocupação da região desmilitarizada (HYLTON, 2010, p. 144). Como conseqüência, as FARC reagiram, culminando no sequestro de Ingrid Betancourt (CEPIK; BORBA, 2010, p.79).

Nesse cenário nacional, observam-se as interferências estadunidenses tanto em âmbito diplomático como de suas agências (a exemplo do DEA), solicitando um posicionamento do

[106] Tanto as FARC como o ELN estavam inseridos em uma perspectiva histórica de radicalismo popular, comunismo e luta proletária camponesa durante o período da "Pausa Liberal" e da *La Violencia* (HYLTON, 2010, p. 93).

[107] "Embora sejam fatos representativos da degradação do conflito armado na Colômbia, os ataques insurgentes e a intimidação a comunidades afro-colombianas e reservadas indígenas não se comparam à quantidade de violações aos direitos humanos cometidas pela AUC" (HYLTON, 2010, p. 32).

país frente ao narcotráfico. Instaurou-se, por tanto, o Plano Colômbia e a Iniciativa Regional Andina e, posteriormente, com os atentados de 11 de setembro, propagou-se a concepção de narcoterrorismo. Concomitantemente, os países sul-americanos reagiam à ofensiva colombiana com o temor de intensificação de movimentos migratórios e de cultivo de ilícitos, a exemplo de Brasil, Equador, Peru e Venezuela. Reconhecendo essa situação, os Estados Unidos justificaram ainda mais sua Iniciativa Andina, visto a suposta regionalização do conflito, desprendendo uma maior parte dos recursos aos países vizinhos afetados (BUONO, 2001, p.224-228).

Tal conjuntura possibilitou a eleição de Álvaro Uribe que, no plano nacional, buscou a retomada do território por parte do Estado, instaurando políticas no campo da segurança democrática, como o Plano Patriota e a Lei de Justiça e Paz, além da execução de manobras políticas voltadas a uma emenda constitucional que permitisse sua reeleição (VILLA, VIANA, 2010, p.68-70). Sua política externa foi dedicada à segurança, se apropriando do termo "narcoterrorismo" e alegando a ausência de uma guerra no país, já que "aqui temos terrorismo de grupos armados contra o Estado e a sociedade" (URIBE apud SANTOS, 2006, p. 71)[108]. O posicionamento do governo foi de caráter conflitivo frente aos grupos armados, propondo uma solução por meio de vitória militar contra a guerrilha e a desmobilização dos paramilitares. Essa escolha governamental estava embasada na posição estadunidense com a Iniciativa Regional Andina e o Plano Colômbia, o qual passou a incluir o componente militar, transformando-se de "estratégica de 'contenção' (das exportações de drogas ilegais e do vigor da luta armada) para uma estratégia de 'eliminação' da guerrilha" (CEPIK; BORBA, 2010, p.80). A campanha de contra-insurgência durante o governo de Uribe marcou-se por elevados investimentos externos e presença de pessoal estadunidense na Colômbia, sendo o tema abordado como prioridade durante seus mandatos (CEPIK; BORBA, 2010, p.79-85).

> *Seguridad Democrática es seguridad con credibilidad de opinión. En un Estado de opinión, un proyecto de seguridad solamente es sostenido en el tiempo si es eficaz y si es transparente, y la transparencia en esta materia tiene un solo significado: adhesión a los Derechos Humanos. Seguridad Democrática es seguridad con un país abierto a la vigilancia internacional. Muchos países que buscaban seguridad desde las dictaduras, en aras de la seguridad trataron de justificar su cierre para impedir la vigilancia internacional. Colombia ha enfrentado el desafío terrorista más grande, con el terrorismo más rico por el narcotráfico, y Colombia ha estado permanentemente abierta a la vigilancia y a la crítica internacional*. (URIBE, 2008a, p.03).

[108]Segundo Hylton (2010, p. 32), denominar as guerrilhas de "terroristas" compõe um erro histórico, visto que, apesar de promoverem sequestros, assassinatos e extorsões, nega-se o fato de que o terror estatal "forneceu o oxigênio sem o qual o terror insurgente" não se prolongaria por muito tempo.

Distintamente do propagado pelo discurso de Uribe, a compreensão sobre as violações de direitos humanos se centraram na luta contra as guerrilhas terroristas, já que, enquanto isso, o governo negociava um processo de paz com as AUC. Foi instaurada a Lei de Justiça e Paz que assegurava, aos envolvidos com as Autodefesas, sentenças brandas e um status político, sendo classificados apenas como "subversivos e rebeldes" (HYLTON, 2010, p. 163-164).

A política externa de Uribe foi associada ao termo "*intervention by invitation*", em que o governo desenhou um plano que permitia a intervenção estadunidense e uma política externa alinhada à sua relação com a potência mundial (TICKNER, 2007). Restringiu-se, então, a autonomia nacional do país, comprometendo as relações com a região (RANDALL, 2011). Com a abdicação do país por uma política para a América do Sul, houve a ascensão de desconfianças entre os vizinhos, que culminaram em uma ruptura com Equador e Venezuela, devido à crise de 2008. A instabilidade ocorreu devido à operação Fenix, que estava centrada em executar um ataque ao acampamento das FARC em território equatoriano, objetivando a eliminação do segundo comandante das Forças, Raúl Reyes. Ainda assim, foram promovidas relações bilaterais com o governo brasileiro de Lula da Silva, realizando acordos de fins econômicos e no campo da indústria de armamentos; ademais de participações em fóruns latino e sul-americanos, incitando o auxilio dos vizinhos para o combate ao narcotráfico, por ser uma ameaça que afetava a todos os países da região (RANDALL, 2011, p.148-151). Observada na declaração de Uribe (2008a, p.08), durante a Assembleia Geral da OEA, em que "*queremos un apoyo efectivo de todos ustedes para que derrotemos el narcotráfico*", alegando ainda que o Plano Colômbia não deve ser considerado como um elemento de hostilidade com os "*pueblos hermanos*".

Nesse cenário, a UNASUL pode ser compreendida a partir da visão colombiana como uma organização que não possuía prioridade em suas políticas nacionais. Ademais, a criação da União gerou uma percepção de desconfiança por parte de Uribe e de seu Ministro da Defesa, Manuel Santos, em que:

> *La primera vez que alguien vino a hablarnos de Unasur fue el Ministro Jobim. Fue al Ministerio de Defensa. Yo era escéptico sobre nuestro ingreso y sobre la iniciativa. Inclusive tuvimos una discusión prolongada. Yo dije: 'Pues esa decisión la toma el Presidente de la Republica'. El Presidente estaba también un poco escéptico en ese momento. Pero fue a raíz de esa discusión que se estableció con el Presidente Lula un diálogo que finalmente resultó en el ingreso de Colombia o en la aquiescencia de Colombia a la Unasur.* (SANTOS, 2012a, p.01).

O Ministro Santos (2012b), na época, se questionou sobre a finalidade de uma nova instância. Porém, após rodadas de negociações entre os presidentes e ministros de defesa

colombianos e brasileiros, houve um consentimento quanto à participação do país no âmbito da União. Não obstante, apesar da assinatura do acordo em 2008, o governo de Uribe negou apoio à criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, visto as distintas visões da região frente à sua agenda nacional e posicionamento em segurança (ORJUELA; CHENOU, 2018,p.18-19). Ademais, segundo documento do Wikileaks (2008b, p.01-02), o Ministro Santos afirmou que suspeitava que a iniciativa fosse uma ideia da Venezuela, resistindo à criação de uma possível Força Armada conjunta na América do Sul. O país desejava a manutenção da OEA para a resolução de conflitos.

> *La OEA es el gran principio de integración por la seguridad, de la lucha contra el terrorismo. La OEA, es un factor fundamental en la lucha contra la corrupción. Yo no participo de la idea de dividir al continente entre gobiernos de izquierda y de derecha. […] Mucho más importante que divisiones polarizantes es el compromiso alrededor de los valores democráticos. Exalto hoy, que la agenda temática de la OEA se ajusta plenamente a cinco valores fundamentales de la democracia. La OEA es lucha por la seguridad. La seguridad no es una postura de derecha, es también un imperativo de izquierda. La seguridad es un valor democrático y una fuente de recursos. La OEA es garantía de libertades. Las libertades no son un sofisma de superestructura para reproducir condiciones de explotación, las libertades son un presupuesto de convivencia dentro de la diversidad. La OEA es compromiso de cohesión social, lo que a su vez es fundamento de sostenibilidad democrática. La OEA es garantía de que no hay abusos al interior de los pueblos, ni entre las naciones, garantía de estados con instituciones independientes, que colaboren armónicamente por los fines superiores de la sociedad. La OEA es garantía de transparencia. […] Creemos que debe haber un gran compromiso, que los procesos de integración subregionales no afecten a la OEA, al contrario, que contribuyan a fortalecer sus principios. Si los procesos de integración subregionales llegaren a afectar a la OEA, serían procesos que restan, que feudalizan, en vez de integrar. Si los procesos subregionales de integración son consecuentes con los principios de la OEA, suman y ayudan al cumplimiento, en todo rincón, de los principios de la OEA. […] Colombia ha participado en la creación de la Unión Suramericana, ha expresado una negativa, por las presentes situaciones, al Consejo de Seguridad de Suramérica. […] Vemos en la OEA el gran ejemplo de dialogo político, de cooperación. Fortalezcamos la OEA, no permitamos que se marchite*. (URIBE, 2008a, p.10-11).

O discurso do presidente é muito claro ao enfatizar a priorização do órgão hemisférico, além do temor de enfraquecimento do mesmo frente à criação de outras iniciativas. Situação que pode estar atrelada com o narcotráfico e a utilização, por parte dos Estados Unidos, da OEA como meio de discussões e instauração de propostas. Local que ainda permite uma liderança colombiana para o diálogo quanto a tal temática, o que poderia não ocorrer no âmbito da UNASUL, composta por representantes de governos progressistas que destoavam de sua política nacional (WIKILEAKS, 2011).

Paradoxalmente, havia um temor, por parte da Colômbia, de ser isolada na região, caso não aceitasse participar do Conselho. Segundo o Comandante do Exército, Mario

Montoya, era um momento particular para o país, visto o atrasona aprovação do Acordo de Livre Comércio entre EUA-Colômbia. Apesar da discordância, em 2008, o governo de Uribe decidiu associar-se à proposta após a negociação brasileira que buscava uma "coadunação das percepções de securitização dos Estados da região dos dois subcomplexos regionais da América do Sul" (FUCCILLE; REZENDE, 2014, p.16-19), criando as condições para que o Conselho compartilhasse a recriminação de grupos violentos. Mesmo com sua inserção na UNASUL e no CDS, houve, em paralelo, a proposta de acordo entre Colômbia e EUA quanto às sete bases militares que contariam com a presença de tropas dos Estados Unidos em território colombiano, voltadas à luta contra o narcotráfico e o terrorismo. As reações dos países sul-americanos foram de grande preocupação, como apresentado no capítulo 5.

Assim, nota-se uma política nacional e exterior do país subordinada à política de segurança, marcada por uma orientação aos EUA e com uma visão de segurança tradicional, dividindo os países do sistema internacional entre "amigos e inimigos" (ARDILA; BATALLA, 2019, p.40-3). Podemos observar, ademais, a diferença de tom utilizado nos discursos presidenciais tanto de Uribe, como de Santos, no cargo de Ministro de Defesa e, posteriormente, de presidente (como vemos a seguir). Primeiramente, ambos não se dirigem à América do Sul, mas apenas às Américas, atrelando-se a perspectiva hemisférica, ou à América Latina. As menções à UNASUL são breves e generalizadas, ao mesmo tempo em que não se aludem ao CDS ou seus feitos. Complementarmente, a fim de comparação, os discursos de amistosidade efetuados por Argentina e Brasil ao cone sul e à America do Sul correspondem ao discurso colombiano aos EUA, destoando significativamente da abordagem regional.

Em junho de 2010 Juan Manuel Santos foi eleito presidente da Colômbia, gerando questionamentos, por parte de analistas, sobre seu governo, devido ao seu papel anterior como Ministro da Defesa de Uribe. Nota-se o processo de "redimensionamento do conflito interno" por parte do novo governo, retomando as negociações com os países da região e desenvolvendo políticas socioeconômicas aos cidadãos colombianos. O plano político esteve pautado na prosperidade democrática, propondo uma evolução na segurança democrática de Uribe (CEPIK; BRANCHER; GRANDA, 2012, p.18-22).

O país se encontrava em uma situação de crescimento econômico, enquadrando-se como uma das economias mais significativas da América Latina. Com isso, a proposta do novo governo pautava-se em uma projeção do país como um Estado próspero economicamente e transformado. Sua política externa estaria centrada na "diversificação geográfica e temática, caracterizando-se pelo pragmatismo e multilateralismo", com uma

participação assertiva nos processos cooperativos regionais (CEPIK; BRANCHER; GRANDA, 2012, p.19). Como ressaltado por Santos em seu discurso de posse:

> *Colombia está llamada a jugar un papel muy relevante en los nuevos espacios globales, y aspiramos asumir –después de 40 años de estar a la defensiva– el liderazgo que nos corresponde en los escenarios internacionales. Hay que saberse globalizar y no sólo dejarse globalizar. Para ello pondremos en marcha una política exterior moderna que mire hacia el futuro, con contingentes de diplomáticos que multipliquen la presencia de Colombia en los organismos multilaterales y profundicen las relaciones bilaterales. El respeto, la cooperación y la diplomacia serán los ejes de nuestras relaciones internacionales. Queremos vivir en paz con todos nuestros vecinos.* (SANTOS, 2010).

Contudo, sua política externa ainda contou com expressiva ênfase nas questões de segurança, apesar da tentativa de resolução das infrações relacionadas aos direitos humanos, especialmente devido à pressão internacional (BORDA, 2014, p.328-9). A proposta de construção da paz nacional foi marca do governo, associando o diálogo e a cooperação internacional como instrumentos relevantes para a execução de seus propósitos nacionais (COLÔMBIA, 2015c, p.43-45). Nesse contexto, nota-se um processo de internacionalização da paz colombiana, consequência da internacionalização do conflito realizada por Uribe, passando a optar por uma relação menos conflitiva com os países, especialmente com seus vizinhos, na busca por sócios para a construção da paz doméstica. Tal situação permitiria, assim, uma inserção do Estado no cenário internacional não mais como um "país problema" ou falido (ARDILA; BATALLA, 2019, p.39).

O governo de Santos buscou uma ampliação de sua influência em órgãos multilaterais extrarregionais. Para tanto, propôs, com apoio dos países europeus, uma carta de ingresso à OCDE; além de ter ocupado um assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas, entre 2011 e 2012 (CEPIK; BRANCHER; GRANDA, 2012, p.26). De maneira mais expressiva, em 2013, o Ministro de Defesa colombiano, Juan Pinzón, e o secretário-general da OTAN, Anders Rasmussen, firmaram um acordo de cooperação e defesa, tangendo, especialmente, a luta contra o terrorismo. O acordo era de caráter mutuamente benéfico, em que a Organização ganharia conhecimento sobre as formas de combate ao narcotráfico, terrorismo e crimes transnacionais; e a Colômbia obteria experiências internacionais de alguns países membros da OTAN para serem aplicadas em suas Forças Armadas (COLOMBIA, 2013).[109]

Quanto aos EUA, a Colômbia teve que redirecionar suas relações, que apesar de ainda serem prioritárias, a agenda estaria mais pautada pela cooperação econômica para a

[109] Em 2018, o acordo avançou com a formalização da Colômbia como sócio global da OTAN, caso único na América Latina.

ratificação do Tratado de Livre-Comércio (CEPIK; BRANCHER; GRANDA, 2012, p.18-19). A relação entre Barack Obama e Santos marcou-se por uma transformação, reduzindo 50% no auxílio militar direto dos EUA entre 2007-2012. Além disso, em 2010, abandonou-se o acordo sobre o uso de bases militares pelos EUA em território colombiano (CEPIK; BRANCHER; GRANDA; 2012, p.26). Ainda assim, os discursos de Santos se pautavam em uma união hemisférica, integrando as Américas de maneira cooperativa e benéfica aos Estados.

> *Hoy quiero proponerles que aprovechemos esta Cumbre para hacer que este sea "el momento de las Américas". Un momento en el que nuestro hemisferio surja como una región-bloque con consensos fundamentales para la prosperidad y bienestar de nuestras gentes. Ahora sí es posible. En primer lugar, porque América Latina y el Caribe han dejado atrás muchas de las debilidades estructurales e institucionales que nos ataban al pasado. En segundo lugar, porque las tradicionales potencias — entre ellas nuestro amigo y vecino Estados Unidos— han conocido ya los límites del ejercicio aislado del poder; han aprendido que solos no pueden cargar todo el peso de mantener un mundo en equilibrio y en paz. En cuanto a América Latina, hemos transitado de ser una región-problema —atormentada por las crisis económicas y las dictaduras— a convertirnos en una fuente de respuestas y soluciones a los desafíos presentes. […] América Latina tiene una situación privilegiada en cuanto a la disponibilidad mundial de recursos naturales: tenemos grandes excedentes de energía, cerca de una cuarta parte de la tierra cultivable y una tercera parte del agua dulce del mundo. En nuestro suelo reside la mayor diversidad biológica del planeta. Esta bendecida geografía nos da el músculo y la autoridad para desplegar una influencia constructiva en la discusión de los asuntos internacionales. […] Es evidente, es claro, que no ha existido un mejor momento en la historia para tender puentes en el hemisferio y aprovechar todas estas posibilidades y muchas más que he mencionado. […] Solo hay uno: es el camino de unirnos, de conectar nuestras prioridades, y de tener una agenda concreta y común que potencie la acción colectiva.* (SANTOS, 2012c, p.01-02).

Paralelamente, o governo desenvolveu um discurso sobre a priorização das relações com os países vizinhos a fim de fortalecer os laços políticos, econômicos, sociais e culturais, construindo um diálogo franco e respeitoso com a América Latina e o Caribe (COLÔMBIA, 2010a, p.684-685). Faz-se interessante notar que tal posicionamento pode ser encontrado na própria constituição nacional, alegando que o "*Estado promoverá la integración económica, social y política con las demás naciones y especialmente, con los países de América Latina y del Caribe*", promovendo tratados, baseados nas perspectivas de "*equidad, igualdad y reciprocidade*", para a criação de "*organismos supranacionales, inclusive para conformar una comunidad latinoamericana de naciones*" (COLÔMBIA, 2015a, p.62). No que tangem às relações com os países fronteiriços, Santos foi capaz de resolver as principais divergências. Houve a reaproximação com a Venezuela, reestabelecendo canais diplomáticos, efetuando o pagamento da dívida venezuelana aos empresários colombianos, e retomando mecanismos de

complemento econômico na infraestrutura, em energia e na fronteira. Quanto ao Equador, o presidente colombiano efetuou esclarecimentos sobre a Operação Fênix e reestabeleceu as relações bilaterais entre os dois países, cetrando-se em medidas referentes aos refugiados colombianos e projetos conjuntos nas áreas de saúde, educação e desenvolvimento da fronteira. A aproximação com o Brasil também ocorreu principalmente devido à questão das FARC, em operações conjuntas e na luta contra o crime transnacional, utilizando-se da UNASUL como intermediária (CEPIK; BRANCHER; GRANDA, 2012, p.24).

> *Dentro de la colaboración de las dos naciones, Brasil y Colombia en materia de seguridad, Nelson Jobim siempre ha sido claro, ha sido contundente. Recuerdo perfectamente, ante una pregunta de unos periodistas que estaban indagando sobre posibles complicidades de algunas personas en Brasil con las Farc, le preguntaron que cómo recibirían a las Farc en Brasil, y el Ministro Jobim dijo: 'A bala'. Y no titubeó. Cosa que, por supuesto, le agradecimos mucho. Y además que tuvo una gran importancia. Con el Ministro Jobim también establecimos varios acuerdos de cooperación entre nuestras Fuerzas Militares: la protección de 30 kilómetros, creo que eran, en cada lado de la frontera. Y ahí se inició una cooperación que espero que fructifique, y en forma positiva, entre la industria militar brasilera y la industria militar colombiana. Inclusive el proyecto de la construcción de este avión de carga por parte de Embraer, donde Colombia aspira a ser parte de ese proceso*. (SANTOS, 2012a, p.01).

Nota-se uma intenção colombiana de exercer liderança regional e protagonismo, que, ao mesmo tempo, sofre limitação devido às instabilidades internas derivadas do conflito com os grupos armados (BORDA, 2014, p.328-9). A opção de aceitar a Secretaria Geral da UNASUL demonstrou esse novo posicionamento do país, mesmo com as incertezas iniciais. Como declarado por Santos (2012a, p.01), "*mire cómo es la vida: hoy somos secretarios generales de Unasur. Eso también permitió todo un proceso que para nosotros ha sido muy positivo, en acercamientos con nuestros vecinos, a través de Unasur*". Ademais, o governo reconheceu o papel da União para a restauração das relações com o Equador após a crise político-diplomática de 2008. "*Luego fue, tal vez gracias a Unasur, a su primer Secretario General, el ex presidente (Néstor) Kirchner, gracias a él y a Unasur, que Colombia pudo en cierta forma restablecer sus buenas relaciones con la región*" (SANTOS, 2012b, p.01). O ano de 2012 marcou-se por um trabalho conjunto entre os países do Conselho de Defesa Sul-Americano na tentativa de acordar sobre as questões de segurança pública e a ameaça do narcotráfico e de grupos armados. Nesse sentido, e de forma consensual, houve a aprovação de criação do Conselho Sul-Americano em Matéria de Segurança Cidadã, Justiça e Coordenação de Ações Contra a Delinquência Organizada Transnacional, aclamado pela Colômbia como avanço significativo para a região.

> *Este paso que se ha dado de firmar una declaración donde se les pide a los presidentes que tomen la decisión de crear un nuevo consejo dentro de Unasur, es un paso en la dirección correcta y un paso muy oportuno porque solamente, solamente colaborando, podemos ser efectivos en una lucha contra un enemigo que es transnacional. El crimen organizado transnacional, como su nombre lo indica, lo que hace es aprovechar las fronteras para su propio beneficio, para escapar de la acción del Estado, para poder facilitar sus crímenes y sus delitos. Y en la medida en que podamos colaborar nosotros en esos frentes que aquí se han discutido, el frente de la Policía, el frente de la justicia, en el frente de la propia seguridad de los Estados, y como Estado poder tomar decisiones conjuntas, poderse comunicar en tiempo real, la efectividad de cada una de nuestras fuerzas, de nuestras justicias se multiplica. […] El futuro de América Latina, de Suramérica, es un futuro lleno de oportunidades. Pero para eso se requiere seguridad, seguridad ciudadana, ser efectivos frente a esa nueva amenaza que no solamente está presente aquí en Suramérica sino en todas partes del mundo. […] Le está poniendo algo que muchos de los críticos decían: 'Es que Unasur no tiene dientes, es que Unasur son los discursos de buena voluntad pero dónde están los dientes'. Esto que ustedes están haciendo con esta declaración y con esta recomendación es precisamente darle dientes para que Suramérica pueda ser mucho más efectiva como región, y cada uno de nuestros países cómo países, en la lucha contra un enemigo que infortunadamente se transforma, es audaz, es creativo, es imaginativo*. (SANTOS, 2012b, p.02-03).

Observa-se, com isso, pela primeira vez, um direcionamento discursivo do presidente Santos para a América do Sul, associado à exaltação da criação do novo Conselho no âmbito da UNASUL. A iniciativa passaria a vincular seus objetivos nacionais de segurança e de combate às ameaças do tráfico de drogas e de grupos vinculados ao mesmo. Entretanto, ressaltamos que mesmo com a retomada das relações com os países vizinhos e sua maior interação com a UNASUL e o CDS, o governo colombiano ainda persistiu na articulação de projetos cooperativos de caráter latino-americano e caribenho, expandindo sua atuação em iniciativas multilaterais, como perspectivas de livre comércio por meio da Aliança do Pacífico.

> *Unidos somos una potencia mundial. América Latina está cada vez más integrada. Mecanismos de concertación política, como las Cumbres Iberoamericanas, el Grupo de Río y la Unión Suramericana de Naciones —Unasur—, operan con regularidad y eficacia, y le han permitido a la región obrar con una sola voz en otros organismos internacionales. Hay que destacar la madurez política de nuestras naciones que han logrado resolver sus diferencias —a veces complejas— a través de estos escenarios de concertación. Colombia y Venezuela, por ejemplo, tenían unas relaciones muy tensas, meses atrás, por discrepancias en asuntos de seguridad regional. Las hemos resuelto por la vía del diálogo, y hace unas semanas se decidió que representantes de ambos países alternaran en la Secretaría General de la Unasur.* […]*Hemos aprendido a cooperar. Por muchas décadas, por más de un siglo, buscamos la respuesta a nuestras necesidades en el norte, y ahora la estamos encontrando mirando al sur y descubriendo allí nuestro propio norte*. (SANTOS, 2011, p.04-05).

Santos empregou um estilo pragmático e diplomático, promovendo liderança em situações de crise e cooperação frente às mudanças do cenário nacional e internacional, desenvolvendo a imagem de uma nova Colômbia, capaz de atrair investimento externos, ativa em iniciativas hemisféricas e extrarregionais, e capaz de promover um processo de paz com auxílio internacional (ARDILA; BATALLA, 2019, p.53). Nesse sentido, podemos observar a presença de uma tentativa de construção do poder institucional por parte do país, utilizando-se de instituições regionais, hemisféricas e internacionais para seu fortalecimento e desenvolvimento nacional, como também para uma mudança de perspectiva e reconhecimento da Colômbia no nível global.

4.2 Soberania e autonomia nacional

O princípio de soberania do Estado moderno nasceu como expressão de legalidade e legitimidade do Estado, convergindo com a afirmativa de Weber sobre o monopólio legítimo da violência (JACKSON, 1990, p.38-39). Contudo, contestações sobre o conceito emergiram ao longo do tempo, pautadas em questões externas à soberania nacional e "concepções hierárquicas de autoridade" (WALKER, 1993, p.164-166). A compreensão sobre o conceito de soberania foi analisada por uma gama de autores. Para esta tese, consideramos as definições de Krasner (1999, p.03-15), que verifica que o termo pode ser compreendido a partir de algumas vertentes: 1) a soberania westfaliana, que está pautada na concepção de organização política, em que há a exclusão de atores externos no campo da estruturas de autoridade internas ao Estado (dentro da delimitação territorial), vinculando-se ainda ao conceito de legitimidade; 2) a soberania jurídica internacional, atrelada ao reconhecimento mútuo por parte de Estados com território e autonomia jurídica, cerceando o campo da autoridade e legitimidade[110]; 3) a soberania doméstica, referente à "organização formal da autoridade política" interna ao Estado e à "capacidade das autoridades públicas de exercer controle efetivo dentro de suas fronteiras"; e 4) a soberania de interdependência, que compreende a "capacidade das autoridades públicas de regular o fluxo de informações, idéias, bens, pessoas e capital" em suas fronteiras estatais, convergindo com a competência do Estado em regular os movimentos fronteiriços.

[110] O termo "legitimidade pode ser concebido a partir de ideia de permissão para que a autoridade possa "*act with sustained support and public acquiescence. […] Government is legitimate when people accept the institutions and procedures of authority and the decisions that emerge, even if they do not like them*" (COX, 2007, p.524-525).

Considerando o caso dos Estados sul-americanos, damos destaque às duas primeiras definições de Krasner, já que remetem às estruturas constitucionais e de políticas de defesa dos países em questão nesta tese. Desta forma, nos referimos primeiramente ao conceito de soberania instaurado com o Sistema Westfaliano, constituindo um ponto central para a política externa dos Estados, sendo "base das relações recíprocas que se estabelecem no Sistema e está no centro de um dos principais debates dos processos de integração", no campo da institucionalidade supranacional (COSTA, 2010, p.34). Seu significado está pautado no princípio de "autonomia e independência" de um país frente a uma autoridade externa (BIRLE, 2018, p.260-261), excluindo-a de suas estruturas de autoridade nacional; bem como no princípio de territorialidade. Nesse sentido, notam-se casos de violação de tal soberania quando atores externos, utilizando-se de suas capacidades materiais com a finalidade de "ditar ou coagir" alterações nas estruturas de autoridade de um Estado, podendo ocorrer à violação do princípio de não-intervenção em assuntos internos; ademais, os governantes podem estabelecer a supranacionalidade, "restringindo sua própria autonomia doméstica". Observa-se, assim, que o sistema internacional anárquico possibilita a ocorrência de influências externas na soberania nacional dos Estados, como também em sua autonomia (KRASNER, 1999, p. 19-23).

Para Cox (2007, p.519-520) a soberania pode ser compreendida em um aspecto referente à autonomia de cada Estado no sistema internacional, bem como no campo da autoridade estatal interna, cerceando seu território e sua população, sendo ambos resguardados pelo princípio da não intervenção em assuntos internos de outros Estados. A ideia de não-intervenção pauta-se na proibição de "interferência ou tentativa de ameaça à personalidade do Estado ou contra seus elementos políticos, econômicos e culturais", como também de utilização de força armada (KRASNER, 1999, p.21). Desde o século XIX, os países da América Latina buscam promulgar tal regra em reuniões internacionais e em publicações, como no caso de Carlos Calvo, jurista argentino que alegava que potências não poderiam "impor obrigações contratuais de partes privadas", e de Luis Drago, ex-Ministro argentino de Relações Exteriores, que, em 1902, declarou a ilegalidade na intervenção estadunidense em "impor a cobrança de dívidas públicas". Apenas em 1933, na VII Conferência Internacional dos Estados Americanos, os Estados Unidos passaram a aceitar o princípio, o qual, posteriormente, foi incluído na Carta da Organização dos Estados Americanos (KRASNER, 1999, p.21-22).

Historicamente, os Estados latino-americanos construíram um "sistema sofisticado" de direito internacional e de instituições com normas vertendo a regulação das atividades estatais

e a manutenção da integridade territorial, ressaltando-se à resolução de conflitos de forma pacífica, o controle de armas e o princípio de não intervenção (SERBIN, 2010, p.06-09). Tal contexto liga-se diretamente com a perspectiva jurídica do conceito de soberania, em que, através do direito internacional, pode ser vista na vertente interna, relativa aos poderes do Estado e de seu direito a autodeterminação, e na externa, com o direito a independência, "que se manifesta no: a) direito de convenção; b) direito à igualdade jurídica; c) direito de legação; d) direito ao respeito mútuo" (COSTA, 2010, p.35-6).

Jackson (1990, p.40) verifica uma situação particular dos Estados do "Terceiro Mundo", já que, apesar de gozarem dos mesmos direitos dos outros Estados, seus fundamentos de proclamação de independência baseiam-se em "invocar o direito de autodeterminação de territórios que anteriormente eram jurisdições coloniais". Observa-se um "novo jogo da soberania" que passa a apresentar as normatividades de "autodeterminação de ex-colônias e direitos de desenvolvimento de países empobrecidos", que reforçam a soberania desses países. No cenário pós-II Guerra Mundial, pode-se notar um dualismo nas relações internacionais em um mundo pautado no equilibro de poder entre potências e em um "mundo de quase-Estados". Reverberando na construção de dois tipos de soberania, uma positiva, "referente à liberdade de agir ou dissuadir na arena internacional", e uma negativa, quanto à "liberdade das ações de outros nessa mesma arena", refletida na normativa de não-intervenção (BIERSTEKER; WEBER, 1996, p.08-10).

Com o desenvolvimento do regionalismo pós-liberal, observa-se uma modificação na concepção de soberania por parte dos Estados latino-americanos, especialmente no caso da América do Sul. De acordo com Legler (2013, p.326-327), apesar de discordâncias entre os acadêmicos, em geral existe uma unanimidade na afirmativa de que houve um reforço tanto da soberania nacional dos Estados, como da soberania regional, ocorrendo a elevação da autoridade presidencial e de seu papel nas dinâmicas regionais. Nesse sentido, a autoridade doméstica é protegia e fortalecida pelo "escudo regional" contra forças extrarregionais. Essa tendência demonstra a ocorrência de uma "autonomia espacial dual ou soberania", referindo-se à construção simultânea de "espaços políticos autônomos interconectados" nos níveis domésticos e regional frente aos Estados Unidos e às "forças sociais da globalização" (LEGLER, 2013, p.333-341).

Nesse contexto, o conceito de autonomia também merece destaque, visto estar intimamente relacionado com a ideia de soberania, compondo ainda uma de nossas variáveis nessa tese. De acordo com Russell e Tokatlian (2002, p.161-164), autonomia é um termo político e delimitado pela política externa nacional de um Estado, podendo ser analisado, no

âmbito do pensamento latino-americano, a partir da concepção de: a) autonomia como princípio, ligado ao modelo westfaliano, pautado nos assuntos internos do país; b) autonomia como interesse nacional, sendo um "guia normativo" de atuação estatal, em que o país passa a agir de uma maneira específica; e c) autonomia como condição, sendo "*una propiedad que el Estado puede o no tener"*, identificada em "situações ideais" de completa dependência ou autonomia.

A América Latina apresentou, ao longo do século XX, uma busca por autonomia nacional, com destaque especial a região sul-americana. Nota-se que o norte e o centro latino-americanos priorizavam a soberania nacional, devido às interferências e intervenções estadunidenses, enquanto a América do Sul dispunha de uma "margem relativamente maior para manobras diplomáticas, comerciais e culturais em relação a Washington" (GRANATO, 2014, p.84). Nesse contexto, os autores sobre autonomia destacam-se por serem do cone sul e desenvolverem seus trabalhos durante as décadas de 1970 e 1980, sendo distinguidos entre "realismo da periferia", como Juan Carlos Puig, na Argentina, e Helio Jaguaribe, no Brasil, e "utilitarismo da periferia", com o argentino Carlos Escudé (RUSSELL; TOKATLIAN, 2003, p.07-08).

Enfatizamos primeiramente o papel de Juan Carlos Puig (1987) na construção da teoria autonomista. Para o autor, o termo marca o "espaço de ação" que um Estado possui para realizar seus objetivos de forma independente em relação a atores externos, ou seja, há uma busca por "liberdade de ação".

> *El logro de una mayor autonomía supone un juego estratégico previo de suma cero, en el cual alguien gana lo que otro pierde […], la maniobra estratégica que éste (el antiguo cliente) debe poner en movimiento solo será exitosa en la medida en que el diagnostico político referido al adversario (la potencia dominante) sea correcto y, como consecuencia, movilice recursos de poder que sean suficientes para dominar la voluntad del oponente.* (PUIG, 1984, p.44).

Puig (1984) desenvolveu uma tipologia, apresentando os distintos níveis de dependência e autonomia de um Estado: 1) dependência para-colonial, situação em que o Estado possui um governo soberano, porém os grupos que detêm o poder efetivo são parte de outro Estado; 2) dependência nacional, em que os grupos de poder "racionalizam a dependência", criando um projeto nacional e conferindo limites à influência da potência imperial; 3) autonomia heterodoxa, momento de aproveitamento das fraquezas do poder central, permitindo com que os grupos internos desenvolvam uma "posição mais autônoma" (PEREIRA, 2016, p.103); e 4) autonomia secessionista, etapa em que o país "corta o cordão

umbilical que o unia com a metrópole", podendo ter consequências não desejadas, como esgotamento de recursos (SIMONOFF, 2016, p.02-04).

Paralelamente, Helio Jaguaribe (1973, p.04) criou um modelo de autonomia para o desenvolvimento da América Latina, em que o conceito de autonomia se inseriu na livre tomada de decisões pelos Estados latino-americanos, embasada em seus interesses nacionais. Jaguaribe (1979, p.96-100) argumenta que existem dois requisitos para que tal autonomia ocorra: a) condições estáticas e estruturais (ou habilitatórias), cerceando a viabilidade nacional (relação entre recursos humanos e naturais e nível tecnológico de um Estado) e a permissividade internacional (condições de um país de "neutralizar riscos" originários de outros Estados); e b) as condições dinâmicas e funcionais (ou executórias), como alternativas favoráveis dos Estados em suas relações com as potências, bem como na conquista de uma autonomia técnico-empresarial nacional. Nesse sentido, a integração regional se insere nas estratégias autônomas estatais para uma elevação de suas capacidades, sendo ativos no sistema internacional, e para uma diminuição das "vulnerabilidades frente à potência hegemônica", construindo uma região embasada nas condições de autonomia (GRANATO, 2014, p.82-84).

Nota-se que tanto para Puig como Jaguaribe a ideia de que autonomia exige uma "viabilidade nacional", "com mobilização de recursos e compromisso explícito das elites com um projeto nacional", sendo as iniciativas regionais cooperativas ferramentas para a conquista de tal objetivo (VIGEVANI; ARAGUSUKU, 2014, p.166-168). Podemos inserir, assim, a UNASUL nos modelos de autonomia apresentados, ocorrendo a assimilação de uma instituição capaz de realizar uma concertação política em diferentes temáticas e abarcando outras instituições existentes, como o MERCOSUL e a CAN, além de se voltar para o desenvolvimento nacional dos Estados-membros, a "maximização nacional e regional da autonomia", a ampliação de mercados e recursos, e a interdependência em defesa (GRANATO; ODDONE; BATTAGLIA, 2016, p.166).

Em um contexto de descrença em projetos cooperativos latino-americanos e na autonomia dos Estados da região, Carlos Escudé desenvolveu sua obra alegando que:

> *La autonomía no es libertad de acción. La libertad de acción de casi todo Estado mediano es enorme y llega al límite de la autodestrucción, y no sirve por lo tanto como definición de la autonomía. [Esta] se mide en términos de los costos relativos de hacer uso de esa libertad de acción [...] [Asimismo] es preciso saber distinguir entre la autonomía en sí misma y el uso que a ésta se le da. Asu vez, ese uso puede conceptualizarse como inversicín de autonomía cuando apunta [con o sin acierto] a alimentar la base de poder y/o bienestar del país, o como simple consumo de*

> *autonomía, cuando apunta a la demostración exhibicionista de que uno no está bajo el tutelaje de nadie.* (ESCUDÉ, 1991 apud RUSSELL; TOKATLIAN, 2002, p.171).

Nesse sentido, Escudé argumenta que todos os países possuem uma "autonomia básica" que pode ser mantida e/ou elevada por meio de políticas voltadas ao "bem-estar material" da população e ao crescimento dos "atributos de poder" do país (SOARES, 2005, p.03-08). Devemos ressaltar que o autor está centrado em uma "concepção utilitária da política e contrária aos confrontos", desenvolvendo seus escritos com base na política externa argentina em relação aos Estados Unidos (ZAPATA, 2017, p.80-87). Sua crítica à Puig e Jaguaribe se pauta em negar a autonomia como liberdade de decisão e ação (negociação), configurando-a pela busca de eliminação de confrontos desvinculados diretamente do interesse material, ou seja, sua perspectiva cerceia o campo dos custos relativos quanto à capacidade de confrontação (RUIZ; SIMONOFF, 2015, p.10).

A partir da década de 2000, novos debates foram realizados quanto o conceito de autonomia, buscando-se uma redefinição do termo, que passou a estar intimamente relacionado com o multilateralismo (SOARES, 2005, p.07-08). Russell e Tokatlian (2003, p.16-19) cunharam a nominação de "autonomia relacional", determinando-a como: a) condição relacionada à "capacidade e disposição" de um Estado em atuar de maneira independente e cooperativa; b) interesse nacional objetivo quanto à "preservação e expansão dos graus de liberdade", embasado em uma estrutura relacional de construção de "práticas, instituições, idéias e identidades"; c) prática voltada ao desenvolvimento de normas internacionais, definida pelo poder do Estado em "participar e influenciar" temas em fóruns mundiais; e d) agente autônomo, com um novo posicionamento dos Estados no campo da "competência, comprometimento e responsabilidade" de ação. Contextualizando-se o conceito, deve-se compreender que a autonomia dos países sul-americanos não está baseada em seu posicionamento confrontativo frente aos Estados Unidos, pois a autonomia pode ser vinculada ao estabelecimento de políticas pautadas no interesse nacional. Nesse sentido, existe a possibilidade de um Estado deter um alto grau de autonomia e, ao mesmo tempo, ter interesses comuns com a superpotência.

> *A diferencia de las visiones hoy en boga que sustentan que el actual "contexto para la acción" reduce la autonomía del Estado mientras preserva la soberanía, la autonomía relacional involucra una entrega voluntaria y creciente de soberanía que se traduce principalmente en la creación de instituciones y regímenes internacionales diversos.* (RUSSELL; TOKATLIAN, 2002, p.183).

A ideia argumentada pelos autores de cessão de soberania para a criação de regras e regimes internacionais se sustenta no pressuposto de que os Estados do sistema internacional estão "jogando o mesmo jogo", ou seja, eles irão definir os termos de relacionamento e respeitarão as regras determinadas. Não obstante, se houver uma tendência de "práticas unilaterais e coercitivas", é necessária a retomada da defesa da soberania nacional, repercutindo diretamente na restrição da autonomia relacional proposta (RUSSELL; TOKATLIAN, 2003, p.18-20).

Segundo os entrevistados Cástor Miguel Díaz Barrado (2018), Erika Rodriguez Pinzón (2018) e Sergio Caballero (2018), observa-se que a variável soberania e autonomia nacional corresponde ao imaginário latino-americano, sendo essencial para manutenção de seus Estados e sua independência. Tal situação é intensificada ainda mais com as intervenções estadunidenses e com o histórico de alinhamento político-econômico desses países à potência. Tanto o movimento de regionalismo pós-liberal como as eleições dos governos progressistas possibilitaram um reforço de tais princípios, os quais passaram a seguir em paralelo com a busca pela autonomia regional, especialmente no caso sul-americano. Não obstante, por mais que houvesse uma tentativa de assimilar as duas autonomias (nacional e regional), visto que uma intensificaria a outra, nota-se uma situação de priorização da manutenção da soberania nacional, desenvolvendo iniciativas cooperativas de caráter intergovernamental e com baixa institucionalidade.

> No caso da UNASUL, permanece uma baixa importância conferida à necessidade de desenvolver um corpo técnico próprio na instituição. Sem estrutura de funcionamento e orçamento adequados, o bloco inspira dúvidas sobre sua capacidade para lidar com objetivos que são tão amplos e ambiciosos. Prevalece a lógica de concentrar a coordenação dos esforços a partir de estruturas nacionais existentes para a realização dos objetivos regionais, o que garante forte protagonismo brasileiro e preserva a histórica vulnerabilidade das experiências de regionalismo sul e latino-americano diante das instabilidades políticas e econômicas dos Estados participantes. (FUCCILLE et al., 2017, p.51).

Paralelamente, há um maior enfoque na autonomia estatal, sobrepondo os interesses e a independência nacional frente à região e à sua maior interdependência e cooperação entre os países, tornando as iniciativas ainda mais vulneráveis à política dos Estados membros, como aos seus governos e diplomacias presidenciais. Tais condições podem ser notadas tanto no caso do Conselho de Defesa Sul-Americano, como nas políticas e posicionamentos nacionais, destacados ao longo desse capítulo. A seguir, ressaltamos esses elementos nos três países de análise desta tese.

4.2.1 Argentina: de soberania nacional à autonomia relacional

A ideia de soberania nacional se faz presente na Constituição nacional argentina de 1994, em que ressalta sua relação de soberania com a população e seu território, destacando o caso das Ilhas Malvinas, em que "*la Nación Argentina ratifica su legítima e imprescriptible soberanía sobre las Islas Malvinas, Georgias del Sur y Sandwich del Sur y los espacios marítimos e insulares correspondientes, por ser parte integrante del territorio nacional*" (ARGENTINA, 1994, p.26). Ao mesmo tempo, suas políticas de defesa exercem um papel efetivo na promulgação da soberania e independência do país, visto que os interesses vitais do Estado se centram em: a) soberania e independência do país; b) "integridade territorial"; c) "capacidade de autodeterminação"; e d) "proteção da vida e liberdade de seus habitantes" (ARGENTINA, 1999, p.52). Ademais, a Defesa Nacional é caracterizada pela "*finalidad* [de] *garantizar de modo permanente la soberanía e independencia de la Nación Argentina, su integridad territorial y capacidad de autodeterminación; proteger la vida y la libertad de sus habitantes*" (ARGENTINA, 1988, p.01). Tais políticas proporcionam a construção de uma "defesa conjunta no nível regional", observada no Livro Branco e nos discursos presidenciais. Nesse contexto, a ideia de soberania passa a estar mais vinculada a fazer frente a potências extrarregionais, sendo "mais amena" quando aplicada na América do Sul (MILANI, 2016, p.68-71).

Durante os governos dos Kirchners, observa-se um movimento de priorização da vertente nacional quanto à resposta aos constrangimentos internacionais, enfatizando-se a soberania e o interesse nacional. Há uma situação de confrontação em relação aos órgãos econômicos e financeiros, ao mesmo tempo em que existe um posicionamento cooperativo na região, fortalecendo o regionalismo e mantendo boas relações com os Estados Unidos. Nota-se a inserção do regionalismo como "uma segunda camada do nacionalismo e como meio para ampliar o poder de negociação nos fóruns internacionais" (MILANI, 2016, p.67). Nesse sentido, segundo Fernández de Kirchner (2010a, p.04): "*El futuro de la Argentina del Bicentenario está irremediablemente asociado al futuro de la región a la que pertenece: podremos ocupar el lugar que nos corresponde en el mundo, con la región y desde la región, y no de espaldas a ella*".

Desde o período pós-redemocratização, a ideia de uma defesa regional, cooperativa com a América do Sul, já estava inserida nas Políticas de Defesa da Argentina. No Livro Branco é ressaltada a ideia de construção de um "sistema sub-regional de Defesa", integrando a defesa nacional do país com a região sul-americana (ARGENTINA, 2010, p.217). Segundo

Milani (2016, p.68-71), a busca por autonomia nacional e inserção internacional da Argentina está intimamente relacionada com a dimensão nacional e regional, inserindo a América do Sul em suas políticas e posicionamentos. Como verificamos no discurso de Néstor Kirchner (2010, p.02): "*nosotros necesitamos integrar a la región para poder conversar con los bloques emergentes, con la Comunidad Económica Europea, con los países árabes. Es decir, poder conversar con el conjunto del mundo desde una visión, desde uma posición*". Entretanto, isso não impacta no posicionamento argentino de defesa da soberania e do interesse nacional, ocorrendo à busca de um equilíbrio entre o âmbito nacional e regional. De acordo com Pereira (2016, p.105-115), a concepção de autonomia pelo país está centrada em uma visão de política externa pragmática. Para os governos kirchneristas, deter uma política autônoma tornou-se elemento chave para a conquista do "modelo de desenvolvimento econômico baseado em maior ativismo estatal, industrialização e consumo interno" (PEREIRA, 2016, p.139). Paralelamente, a vertente regionalista foi utilizada de "forma instrumental, como um solvente destinado a minimizar os efeitos de uma correlação de forças desfavorável à Argentina" (PEREIRA, 2016, p.139). Na região, o país priorizou uma agenda cooperativa com o Brasil, de forma a construir uma interdependência política e econômica e consensos entre os dois países, ao mesmo tempo em que efetuava a "busca por equilíbrio na relação bilateral" (PEREIRA, 2016, p.140), sem imposições brasileiras. Podemos associar essa visão, a uma autonomia relacional que proporciona uma dualidade entre o nacional e o cooperativo regional.

A situação descrita pelos acadêmicos se faz notável no caso da construção da UNASUL e de seu Conselho de Defesa Sul-Americano, visto que, inicialmente, a Argentina esteve reticente em se juntar a um órgão que trata de uma temática diretamente relacionada com a defesa e o interesse nacional, e que estava liderado pelo Brasil. Contudo, após uma resistência inicial, a Argentina passou a se incluir na iniciativa como um líder, fazendo frente ao Brasil e inserindo temas nacionais, fortalecendo seu posicionamento em relacionar a região com sua vertente doméstica, logrando, por exemplo, a construção do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa e de estudos e conceitualizações comuns à região. Assim, observa-se uma equilibrada associação entre o âmbito nacional argentino e a região, sendo uma "via de mão dupla", com o fortalecimento de ambas, porém sem deixar de priorizar e inserir os interesses nacionais na agenda regional.

4.2.2 Brasil: de soberania nacional à autonomia desenvolvimentista

O Brasil realiza o emprego do termo “soberania” a partir da visão westfaliana e do direito internacional, sendo notável em sua constituição federal de 1988, que alude ao conceito como primeiro fundamento da República. Paralelamente, no âmbito das relações internacionais e fortalecendo o campo da soberania, a constituição destaca que o país deve se centrar nos princípios de “I – independência nacional; […] III - autodeterminação dos povos; IV - não-intervenção; V - igualdade entre os Estados; VI - defesa da paz; VII – solução pacífica dos conflitos; […] IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade” (BRASIL, 1988, p.01-02). Quando inserimos a compreensão no campo da Política Nacional de Defesa, observa-se a concepção de que “segurança é a condição que permite ao País preservar sua soberania e integridade territorial, promover seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças” (BRASIL, 2012a, p.15). Paralelamente, no Livro Branco de Defesa Nacional (2012a, p.53) ressalta-se que “só existe soberania de fato com Defesa forte, isto é, com Forças Armadas adequadamente equipadas e adestradas, em condições de atuar de forma conjunta em quaisquer cenários, especialmente ante os cenários de ameaças cada vez mais difusas”.

A constituição ainda faz referência à região latino-americana, em que “a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.” (BRASIL, 1988, p.02). A política externa brasileira, desde a redemocratização, está marcada por um olhar para a cooperação regional, sendo inserida como elemento fundamental para a concretização dos interesses nacionais, possibilitando uma projeção internacional do país. Apesar disso, a soberania e a autonomia nacional são preocupações constantes do país, consagrando suas manutenções por meio de iniciativas cooperativas de caráter intergovernamental, como no caso do MERCOSUL e da UNASUL. A institucionalidade das organizações possibilita um “fortalecimento estatal”, ao mesmo tempo em que a região se desenvolve como um pólo de poder em potencial (FUCCILLE; MARIANO; RAMANZINI JR., 2015, p.03-07).

A concepção de autonomia nacional é tanto para o Brasil como para os países latino-americanos um elemento que deve ser constantemente reafirmado (VIGEVANI; ARAGUSUKU, 2014, p.165), como em sua política externa, em que diferentes denominações foram empregadas pelos estudiosos brasileiros, a exemplo de autonomia na dependência, autonomia pela distância e autonomia pela participação (PINHEIRO, 2000, p.312). Durante o governo de Lula da Silva, o Secretário Geral das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães, exerceu uma influência expressiva no posicionamento autônomo do país, sendo

suas ideias associadas ao teórico Jaguaribe, ressaltando a possibilidade de tornar mais equilibradas as relações de poder entre o centro e a periferia, prevalecendo, assim, uma ordem multipolar no sistema internacional (NASCIMENTO, 2013, p.33-41). Com isso, ao mesmo tempo em que a cooperação regional é considerada chave para autonomia do país, também há uma busca brasileira de um protagonismo internacional e do desenvolvimento de iniciativas com países emergentes. Desta maneira, de forma mais acentuada que no caso argentino, o Brasil se utiliza do regionalismo como estratégia para a conquista de autonomia, enfatizando o interesse nacional e a soberania como "valor máximo" (PINHEIRO, 2000). A visão pragmática de política externa e a utilização da região para ganhos materiais fazem com que o Brasil não veja efetiva "complementação entre o nacional e o regional" (MILANI, 2016, p.78-82).[111]

A criação do Conselho de Defesa Sul-Americano e seu desenvolvimento por parte do Brasil podem ser compreendidos por meio da "instrumentalidade do projeto de integração regional brasileiro", inserindo a cooperação regional como plataforma (ou meio) para a projeção internacional do país. A cooperação em defesa e a institucionalidade do CDS são ferramentas capazes de proporcionar uma maior confiança entre os países membros, tornando a região estável e sem conflitos expressivos. Ademais, é fomentada a resistência da América do Sul frente à superpotência, fortalecendo a autonomia e o desenvolvimento regional e, consequentemente, seus país constituintes (NASCIMENTO, 2013, p.44-8). Como ressaltado por Lula da Silva (2010a, p.12), "depois de 200 anos, nós estamos aprendendo a andar com as nossas pernas, a enxergar com os nossos olhos, a falar pela nossa boca e a pensar pela nossa cabeça. E quando isso acontece, aí, sim, nós estamos conquistando definitivamente a nossa independência". O posicionamento dos membros do CDS em garantir um desenvolvimento industrial sul-americano no campo da defesa possibilitou ainda a consagração do incremento industrial almejado pelo Brasil, efetuando a criação de um mercado regional de produtos de defesa e com participação ativa do empresariado brasileiro, que passaram a deter preponderância na região (NASCIMENTO, 2013, p.51-66). Situação ambicionada e exemplificada na Política Nacional de Defesa (PND) brasileira, em que

> Os Objetivos Nacionais de Defesa: I. garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial; II. defender os interesses nacionais e as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior; […] IX. desenvolver a indústria nacional de defesa,

[111] Distintamente, o assessor de Lula da Silva, Marco Aurélio Garcia, reconhecia a possibilidade de uma "cessão de soberania para a criação do interesse regional", alegando a negociação de soberania para a conquista da soberania regional e, consequentemente, dos interesses brasileiros. Contudo, esse posicionamento não foi empregado pelos governos e pelo Itamaraty (MILANI, 2016, p.80-82).

> orientada para a obtenção da autonomia em tecnologias indispensáveis. (BRASIL, 2012a, p.29-30).

Nota-se assim que, segundo Guimarães (2012, p.07), "o principal objetivo estratégico da política exterior brasileira: a construção de um polo econômico e político na América do Sul". A cooperação sul-americana possibilitaria então uma maior "margem de manobra" do país frente potências extrarregionais, garantindo a autonomia e o interesse nacional. Com isso, a agenda regional no campo da defesa e segurança passa a ser considerada um instrumento que reflete os interesses nacionais brasileiros (NASCIMENTO, 2013, p.66-88). Ademais, como forma de afiançar essa situação, levando em conta as assimetrias entre os Estados-membros do CDS, o Brasil assegurou a delimitação, na carta constituinte do CDS, do respeito à soberania nacional e da não intervenção em assuntos internos (UNIÓN DE NACIONES SURAMERICANAS, 2008a), como também a instauração da cláusula consensual de tomada de decisões. Como consequência, há uma baixa institucionalidade e um alto grau de autonomia dos membros, proporcionando ao Brasil a manutenção de sua autonomia e soberania para a conquista de seu objetivo sistêmico.

4.2.3 Colômbia: de soberania contestada à autonomia em construção

A constituição nacional colombiana abarca três elementos centrais quanto à soberania do país. O primeiro está relacionado com o exercício do poder soberano, representado pelos membros da Assembléia Nacional Constituinte, buscando-se o fortalecimento da nação e a garantia a sua população da "*vida, la convivencia, el trabajo, la justicia, la igualdad, el conocimiento, la libertad y la paz, dentro de un marco jurídico, democrático y participativo*" (COLÔMBIA, 2015a, p.13). O segundo tange a perspectiva de que a soberania está vinculada ao povo, detentor do poder público, e que a "*ejerce en forma directa o por medio de sus representantes*" (COLÔMBIA, 2015a, p.13). Por fim, o documento nos permite associar a soberania com a concepção latino-americana vinculada ao direito internacional, em que suas relações exteriores estão estabelecidas na soberania nacional, no "*respeto a la autodeterminación de los pueblos y en el reconocimiento de los principios del derecho internacional aceptados por Colombia. De igual manera, la política exterior de Colombia se orientará hacia la integración latinoamericana y del Caribe*" (COLÔMBIA, 2015a, p.14).

Não obstante, a situação da Colômbia possui uma característica particular que nos faz questionar a sua real soberania sob seu território, visto a situação de conflito interno do país, que reflete uma "*debilidad endêmica de la soberanía puesta en vilo*" (HINCAPIÉ, 2015,

p.300). A presença de grupos armados contestadores da autoridade pública demonstra uma fraqueza da estrutura estatal que carece de força para realizar decisões soberanas capazes de restabelecer a ordem nacional (HINCAPIÉ, 2015, p.301-303). Os grupos insurgentes, até 2002, buscaram derrubar o Estado colombiano e conseguiram obter o controle de 40% do território nacional (HYLTON, 2010, p. 35). Durante a década de 1980, as FARC haviam se transformado em um "pequeno Estado tributário", incluindo em suas ações sequestros, extorsões, assassinatos e deslocamentos pela força. No mesmo período, o ELN contou com a "expansão da cobrança de impostos de proteção", exercendo soberanias locais e regionais (HYLTON, 2010, p. 115-116). Distintamente, os grupos contra-insurgentes atuavam em conjunto com o exercito colombiano, infiltrando-se em instituições oficiais. Tais foram desmobilizados, mas manteram, por meio da Lei de Justiça e Paz, sua impunidade, convertendo-se em um para-Estado, existente "ao mesmo tempo fora e dentro do Estado oficial". Ressalta-se que a elevação dos auxílios estadunidenses à luta contra a insurgência, destinados às Forças Armadas e à polícia, resultaram em um aumento da força do "para-Estado de direita" (HYLTON, 2010, p. 35). A associação entre governo, contra-insurgentes e crime organizado "debilitou a autoridade e soberania estatais", consolidando a influência dos narcotraficantes na política nacional (HYLTON, 2010, p. 124). Como ressaltado em seu documento nacional de 1999:

> *La guerrilla y los grupos de autodefensa al margen de la ley amenazan al Estado con intentos de controlar el territorio soberano mediante la interrupción del orden público en asaltos, secuestros, retenes viales y ataques terroristas. Los traficantes dependen de cultivos de coca y amapola en áreas remotas fuera del control del gobierno, tanto el tráfico como el procesamiento se realizan en el sur del país donde existe una presencia fuerte de la guerrilla. Mientras esta fuente independiente de drogas y de ingresos permanece fuera del control de las Fuerzas Armadas y la Policía, la guerrilla, los grupos de autodefensa al margen de la ley y los narcotraficantes se fortalecerán y representarán una amenaza mayor al Estado.* (COLÔMBIA, 1999, p.145).

O país se utilizou, historicamente, de recursos excepcionais para resolver a presença de guerrilhas em seu território, tolerando, assim, a atividade de grupos paramilitares e empresas privadas, os quais auxiliaram ainda mais no enfraquecimento do poder e da soberania do Estado, e no acirramento dos confrontos (HINCAPIÉ, 2015, p.303-304). Com isso, nota-se, a partir de 1999, um movimento estatal de retomada de seu território e combate aos grupos internos, buscando recuperar as prerrogativas estatais de "*promoción de la democracia, el monopolio de la aplicación de la justicia, la integridad territorial, la generación de condiciones para empleo, el respeto por los derechos humanos y dignidad*

humana, y la conservación del orden público" (COLÔMBIA, 1999, p.129). Em sua Política de Consolidação da Segurança Democrática, o governo declarou o progresso no controle territorial, que estava exigindo a presença da Força Pública e estatal de forma institucionalizada, por meio de suas entidades e agências nas zonas do país (COLÔMBIA, 2007b, p.10-11). Segundo o Plano Nacional de Desenvolvimento 2010-2014, "*la defensa de la soberanía, la seguridad de la franja fronteriza y la de los ciudadanos que allí habitan, al igual que la promoción de los derechos humanos son dimensiones necesarias para garantizar que el esfuerzo nacional en seguridad*", sendo tal esforço garantido com a presença estatal em todo o territorio nacional (COLÔMBIA, 2010a, p.704). Assim, de acordo com a Política de Defesa e Segurança "Todos por um Novo País", "*la Defensa Nacional es la capacidad del Estado para contrarrestar amenazas externas o internas que atenten contra la soberanía e integridad del territorio nacional*" (COLÔMBIA, 2015b, p.23-25). Observa-se um processo de delimitação da segurança nacional enfocada no "inimigo interno", abrangendo desde guerrilheiros, até mesmo residentes nas áreas de conflito, dissidentes e protestantes (HINCAPIÉ, 2015, p.304).

Em geral, há uma concordância entre os estudiosos sobre a fragilidade do Estado colombiano, em que sua soberania "sempre esteve circunscrita e fragmentada regionalmente". O país enquadra-se na definição de Buzan e Waever (2003) de Estado fraco, e de Job e Ayoob sobre países que contém, em seu interior, um dilema de segurança. Durante os séculos XIX e XX, nota-se um governo incapaz de monopolizar legitimamente a força ou administrar o território nacional sob sua jurisdição (HYLTON, 2010, p. 43). Para Hincapié (2015, p.315), a soberania da Colômbia

> *está opacándose, diluyéndose y es puesta en cuestión desde una triple perspectiva: como dominio territorial, que hoy se disputan guerrilleros y paramilitares, como referente institucional, ya que ha perdido hasta su eficacia simbólica para mantener, así fuera virtualmente, alguna forma de orden público o colectivo, y como representación de la autonomía de la nación frente al exterior que garantice la no intervención de otras naciones en los asuntos internos.*

Nesse sentido, podemos observar uma soberania colombiana contestada internamente, confrontando-se com as perspectivas de soberania westfaliana, doméstica ou de interdependência. Contudo, no âmbito da soberania jurídica internacional, há um paradoxo, pois ao mesmo tempo em que existe um reconhecimento mútuo por parte de Estados do sistema internacional sobre a jurisdição colombiana, ainda ocorre a compreensão da permanente contestação nacional, por parte de grupos armados, das estruturas e território do

país, promovendo uma internacionalização do conflito e do processo de paz, com ingerência extrarregional em temas de segurança nacional.

No campo da autonomia nacional, realizando o levantamento dos documentos normativos constitucionais e de defesa do país, observa-se a menção do termo em apenas dois casos. O primeiro encontra-se na constituição nacional, em que a "*Colombia es un Estado social de derecho, organizado en forma de República unitaria, descentralizada, con autonomía de sus entidades territoriales, democrática, participativa y pluralista*" (COLÔMBIA, 2015a, p. 13), voltando-se, assim, à priorização da autonomia territorial, mantendo ações para tal, como a prevenção e controle da "*violencia y delincuencia en su território*" (COLÔMBIA, 2010). A segunda abordagem está vinculada às Forças Armadas e à perspectiva de: a) elevar a autonomia da aeronáutica, em casos de "*misiones de interceptación*" (COLÔMBIA, 1999); b) desenvolver a industria de defesa nacional, por meio de "*alianzas estratégicas con otros países y de esta forma podrá obtener la autonomía de producir en el país el armamento, municiones y otros elementos que las Fuerzas requieran*" (COLÔMBIA, 2005, p.38); c) manter a "*capacidad de proyección de fuerza necesaria para actuar en defensa de los intereses del país en el escenario internacional, bien en el marco de coaliciones con aliados o bien de forma autónoma de ser necesario*" (COLÔMBIA, 2010b, p.61), e; d) construir um aparato autônomo e resiliente (COLÔMBIA, 2014a). Devemos notar a contradição entre a perspectiva colombiana com a Argentina e o Brasil, visto que, apesar de prezar por uma autonomia em seu território, nas suas Forças Armadas e na construção de sua indústria de defesa, o país não reflete uma perspectiva de autonomia frente à presença e influência de outros países, como os Estados Unidos; ou uma maior independência em suas ações e atividades nacionais. Tal situação decorre da própria proposta governamental de internacionalizar as questões de segurança colombianas, tanto quanto a resolução do narcotráfico e o combate aos grupos armados, como na construção da paz nacional. Contudo, observamos a promoção, por parte do governo de Santos, de projetar o país no âmbito internacional, tornando-o ativo no campo cooperativo e multilateral. Nesse contexto, e apesar do presidente utilizar um tom comedido, podemos enquadrar o país na perspectiva de construção de uma autonomia relacional.

5 NÍVEL NACIONAL: POLÍTICAS DE DEFESA NACIONAIS

O presente capítulo é uma continuação do capítulo anterior, por ainda estar centrado no nível nacional, porém seu enfoque destina-se às políticas de defesa nacionais e suas resultantes: relações civis militares e processos de securitização, como variáveis causais e influentes na cooperação em defesa na região sul-americana. Para tanto, dividimos o capítulo em três partes. A primeira é concernente às políticas de defesa nacionais de Argentina, Brasil e Colômbia; a segunda volta-se às relações civis-militares dos três países analisados; e a terceira centra-se nas percepções de ameaças de tais países, associadas à construção de processos de securitização.

A construção de políticas de defesa na América do Sul ainda é um processo em andamento, especialmente devido à recente instituição de agências civis na gestão da política nacional dos Estados da região (DIAMINT, 2016, p.52). Deve-se considerar que as políticas de defesa são políticas públicas determinadas a partir de negociações entre os entes internos. Como consequência, as mesmas estão sujeitas a possíveis oscilações devido a mudanças político-governamentais (SAINT-PIERRE, 2006, p.06-07). Desta forma,

> uma política de defesa deve ser encarada como uma política pública responsável por regular não somente a estruturação das forças armadas como instrumentos do poder político nacional, mas, sobretudo, garantir que o poder militar gerado por estas estruturas (Marinha, Exército e Aeronáutica) seja capaz de equilibrar as relações de forças existentes entre os Estados no plano internacional. (ALSINA JR., 2003, p.55).

A política de defesa nacional apresenta-se como um documento capaz de formular uma resposta a possíveis ameaças externas, pautada no viés militar (ALMEIDA, 2010, p.226). Os Livros Brancos de Defesa Nacional apresentam-se como planos e objetivos governamentais no campo da defesa e segurança, desenvolvendo uma abordagem estratégica das capacidades militares e planejamentos futuros; ao mesmo tempo em que proporcionam um maior grau de confiança e transparência entre os países da região também em relação à sua própria população, que passa a participar das discussões e da elaboração do documento, situação que tem impacto direto nas relações civis-militares do país. O impulso para a elaboração de tais livros se iniciou com a Comissão de Segurança Hemisférica da OEA, fomentada através da liderança estadunidense, para prover uma maior confiança hemisférica e readaptar a segurança das Américas ao novo cenário pós-Guerra Fria, resultando no desenvolvimento das iniciativas discutidas no capítulo 3 desta tese, como no Compromisso Democrático e nas Conferências de Ministros de Defesa. Porém, ainda assim, a grande

motivação se deu a partir dos próprios objetivos das políticas nacionais dos Estados. Apesar da reconhecida iniciativa, os Livros Brancos acabaram evidenciando a fragilidade dos Ministérios da Defesa sul-americanos, concomitante à sua elaboração descolada da construção de mecanismos efetivos de consulta e participação dos cidadãos (GUYER, 2017, p.17-22).

O desenvolvimento de políticas públicas de defesa exige um aparato democrático, que controle as Forças Armadas e que insira o país nos processos regionais e internacionais de diálogo e cooperação. Contudo, com o fim das ditaduras militares, o controle civil não efetuou, com grande urgência, o estabelecimento de tais políticas, visto a diminuição de conflitos regionais e a ausência de um desejo de condução de um sistema de defesa por parte de líderes políticos. Nesse contexto, notam-se, como grandes problemas que marcam essa defasagem de políticas de defesa, a dificuldade de: interação civil-militar, em paralelo com a subordinação das Forças Armadas ao Estado; estabelecimento de princípios de interação nacional em defesa, como exercícios de transparência, fortalecidos por meio dos Ministérios de Defesa e suas medidas legais, institucionais e orçamentárias, e; participação do Congresso na formulação de pontos relevantes ao campo de defesa nacional, regional e internacional (DIAMINT, 2012, p.31-2).

A Argentina consagrou sua institucionalidade em defesa com sua constituição reformada de 1994, apesar de manter algumas leis quanto à defesa nacional, a segurança interior e a estruturação de seus Ministérios. O país inaugurou sua normatividade em defesa e segurança com o Livro Branco de Defesa Nacional, de 1998, que foi revisado e atualizado em 2010 e 2015, além de suas Diretivas de Política de Defesa Nacional, datadas de 2009 e 2014. Já a institucionalidade brasileira no campo da defesa nacional, a partir da democratização do Estado, nasceu com a constituição de 1988, com a promulgação de leis abrangendo suas Forças Armadas, relações civis-militares, agência de inteligência e preparo frente ameaças. Em 1996 houve o lançamento da primeira Política Nacional de Defesa (PND), sendo seguida por seu aprimoramento em 2005 e 2012. Em paralelo, foram divulgadas a Estratégia Nacional de Defesa (END), em 2008 e 2012, e o Livro Branco de Defesa Nacional, em 2012; com a criação de uma minuta dos mesmos em 2017 para apreciação popular. A PND, a END e o Livro Branco devem ser enviados pelo Executivo ao Congresso Nacional para apreciação de quatro em quatro anos, contados a partir de 2012 (BRASIL, 1999, p.02-03). Já a Colômbia tem sua normatividade em defesa promulgada com a constituição nacional de 1991, que teve sua última atualização em 2015. Ademais, em 1999, o país desenvolveu o “Plano Colômbia: Plano para a Paz, a Prosperidade e o Fortalecimento do Estado”, formulando um plano estratégico envolvendo questões de segurança e desenvolvimento econômico. Em seguida,

foram publicadas a Política de Defesa e Segurança Democrática, de 2003; a Política de Consolidação da Segurança Democrática, de 2007; os Guias de Planejamento Estratégicos 2007-2010, 2011-2014 e 2016-2018; a Política Integral de Segurança e Defesa para a Prosperidade, de 2011; a Política Nacional de Defesa da Liberdade Pessoal (2011-2014); o Livro Branco das Estatísticas do Setor Segurança e Defesa, de 2014; e a Política de Defesa e Segurança "Todos por um novo país", de 2015.

No que se refere à política de defesa brasileira, nota-se o papel desempenhado pelo governo de ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Houve a inserção da temática de defesa para além do centro militar, tornando-a parte de toda a sociedade, concomitante à proposta de associação entre Forças Armadas e diplomacia para a construção de um "quadro estratégico internacional". Em 1996 publicou-se a primeira Política Nacional de Defesa, que configurou um documento pautado nas visões tradicionais de militares e diplomatas, com um "consenso superficial", visto o conflito de posições quanto à "interface" entre as políticas externa e de defesa, já que, entre os primeiros não havia um consenso em relação às diretrizes, apenas a importância de inserção do poder militar nas relações exteriores; e no caso dos segundos, necessitava-se reafirmar as posições e adequar o Brasil ao novo cenário internacional do pós-Guerra Fria (ALSINA JR., 2003, p.15-9).

Na Argentina, o primeiro Livro Branco de Defesa Nacional foi publicado em 1998 durante o governo de Carlos Menem, sendo redigido apenas por militares das Forças Armadas e membros do Ministério da Defesa (RAVAIOLI, 2011, p.02). Observa-se, como na PND brasileira, a contextualização do sistema internacional da época, ressaltando-se as incertezas e os novos problemas decorrentes deste cenário. Como forma de enfrentar tal situação, o documento propõe a intensificação do diálogo interamericano, a resolução de conflitos de forma pacífica, bem como a transparência quanto ao desenvolvimento de tecnologias, especialmente no campo nuclear. Paralelamente, realizou uma crítica à região e à debilidade das iniciativas regionais, especialmente para a delimitação de ameaças compartilhadas, propondo uma intensificação das medidas de confiança no cone sul, pautadas no consenso (ARGENTINA, 1998, p.24-27). Ademais, o Livro volta-se para a necessidade de uma autonomia logística nacional, que proporcionaria uma maior dissuasão e capacidade de defesa territorial e de emprego das Forças tanto em terra como no mar (ARGENTINA, 1998, p.135).

Em 1999 foi publicado, na Colômbia, o "Plano Colômbia: Plano para a Paz, a Prosperidade e o Fortalecimento do Estado", determinando a configuração da conjuntura internacional, marcada por forças narcotraficantes desestabilizadoras; e da nacional, com a presença de "três protagonistas": as FARC, o ELN e os grupos de autodefesa (COLÔMBIA,

1999, p.134-5). O Plano centrou-se em demonstrar a necessidade do Estado de recuperar suas responsabilidades e reconstruir a sociedade colombiana. "*El gobierno ha establecido la lucha contra la producción y tráfico de drogas como una de sus mayores prioridades. El narcotráfico constituye una amenaza para la seguridad interna no sólo de Colombia sino de otras naciones consumidoras y productoras*" (COLÔMBIA, 1999, p.144). Para tanto, o governo, associado com outros países, deveria se voltar a negociações com a guerrilha; ao desenvolvimento econômico, com alternativas de produção para reduzir o cultivo de ilícitos; à melhoria das condições sociais de sua população, instaurando estratégias para uma reafirmação dos direitos humanos, participação social e aperfeiçoamento público nos campos da saúde e educação; e à reestruturação das Forças Públicas (COLÔMBIA, 1999, p.129-133).

Sob o governo de Álvaro Uribe, criou-se a Política de Defesa e Segurança Democrática, em 2003, que transpôs a segurança colombiana para além das mãos da Força Pública e do Ministério da Defesa, incluindo toda a sociedade. Com o auxílio de membros do Ministério de Defesa, do Comando Geral das Forças Militares, da Escola Superior de Guerra e da Polícia Nacional foi desenvolvida uma estratégia política de longo prazo (RAMÍREZ, 2003, p.08). Tal Política centra-se na proteção dos direitos dos cidadãos, fortalecendo a "autoridade democrática" estatal (COLÔMBIA, 2003, p.12). A Segurança Democrática está fundada na proteção das instituições e valores democráticos e na solidariedade e cooperação dos cidadãos. Desta forma, "*la seguridad no es principalmente coerción: es la presencia permanente y efectiva de la autoridad democrática en el territorio, producto de un esfuerzo colectivo de toda la sociedad*" (COLÔMBIA, 2003, p.14).O documento ainda afirma que o terrorismo é a maior ameaça à segurança do país e sua democracia nacional e internacional. A execução de sequestros, assassinatos, utilização de explosivos contra a população e destruição da infraestruturas nacional são considerados atos terroristas e que devem ser tratados por meios de esforços multilaterais, como com o cumprimento da Convenção Interamericana contra o Terrorismo e o Compromisso de Lima, ambos de 2002. Nota-se uma interligação entre o narcotráfico e o terrorismo, como reconhecido pelo Conselho de Segurança da ONU, exigindo-se uma coordenação conjunta no âmbito internacional. Nesse cenário, são perseguidos cinco objetivos estratégicos para cumprir a Política proposta e lutar contra as ameaças que atingem a segurança do país, sendo: 1) controle estatal efetivo do território; 2) proteção da população; 3) eliminação do tráfico de drogas ilícitas no país; 4) capacidade dissuasiva das fronteiras terrestres, marítimas e fluviais do país; e 5) transparência e eficiência no emprego dos recursos estatais. Para tanto, o cumprimento dos objetivos e o sucesso da Política estarão centrados no emprego da Força Pública voltada à consolidação do controle

estatal sob o território nacional, combate ao narcotráfico e às guerrilhas; ao mesmo tempo em que manterá sua capacidade dissuasiva no âmbito da defesa nacional (COLÔMBIA, 2003).

A Política foi marcada por vitórias significativas logo após sua implantação, destacando-se a recuperação de territórios antes controlados pelas FARC e a desmobilização das AUC. Contudo, outros resultados são questionáveis, já que houve uma expansão na área de plantio de coca, mesmo com as fumigações e erradicações, com também a elevação do número de deslocados internos, constituindo uma crise humanitária no país (VILLA; VIANA, 2010, p.64-70). Devemos ressaltar a caracterização da segurança em tal Política, que passou a ser entendida como "um objetivo em si mesmo", em que todos os recursos do Estado e da esfera pública estão centrados nela. Nesse sentido, ao chamar a população para participar ativamente da segurança do Estado, Uribe reforça os valores nacionais identitários e de defesa coletiva, separando o "nós" dos "outros", que seriam os guerrilheiros (PINZÓN, 2014, p.203-5).

O processo de formulação da nova PND brasileira iniciou em 2003, porém sua publicação ocorreu em 2005, e envolveu "representantes do governo, parlamentares, militares, acadêmicos, diplomatas e jornalistas", concomitante a uma parceria do Ministério da Defesa com o Ministério da Ciência e Tecnologia e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para o aprimoramento do pensamento brasileiro sobre defesa e segurança, por meio de ciclos de debates (OKADO, 2012, p.86-87). Em comparação com a PND de 1996, poucas modificações ocorreram, porém sinalizaram a tentativa de maior especificação em relação à defesa do país, enfatizando a necessidade de "reestruturação da Defesa e superação das debilidades" (FUCCILLE; BARRETO; THOMAZELLA, 2015, p.12), bem como a construção de um pensamento de defesa na sociedade, o que auxiliaria no desenvolvimento de uma maior interligação entre a defesa e a diplomacia, obtendo uma definição mais precisa das políticas no âmbito externo (CASTRO, 2015, p.05-06).

> Outros pontos da PDN de 2005 que merecem destaque são: a) a valorização da lógica da confiança mútua e dos fóruns multilaterais; b) a reorientação estratégica, transferindo as preocupações de defesa do sul para o norte do país; c) a perspectiva de conscientizar a sociedade sobre o tema; d) a necessidade de intensificar o intercâmbio das Forças entre si e com as universidades, instituições de pesquisa e indústrias. (OKADO, 2012, p.86-7).

No entorno regional, nota-se a busca pela estabilidade da América do Sul, instaurado consensos e ações conjuntas para a redução de conflitos e melhoria quanto ao desenvolvimento econômico e social, sendo as iniciativas destacadas: a Comunidade Sul-

Americana de Nações, a Comunidade Andina de Nações, o MERCOSUL e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (BRASIL, 2005, p.03-04). A PND se revelou como a base para a construção da futura UNASUL e de seu Conselho de Defesa Sul-Americano, apesar de ser "pouco efetiva no sentido de gerar ações concretas", visto a presença de proposições vagas, ausentando-se de indicações procedimentais (OKADO, 2012, p.90-1). Nota-se uma proximidade entre o Livro Branco argentino e a nova PND brasileira, em que são valorizadas iniciativas regionais como ferramentas importantes para a segurança nacional. Contudo, a proposta do Brasil ainda é muito mais abrangente, objetivando uma tentativa de cooperação que abarque todos os países da América do Sul.

Em 2007, na Colômbia, foi divulgada a "Política de Consolidação da Segurança Democrática" (PCSD), elaborado pelo Ministério da Defesa, com participação dos comandantes das Forças Militares e oficiais da política nacional, estabelecendo os objetivos que as instituições de defesa devem se centrar, frente ao novo cenário estratégico (COLÔMBIA, 2007b, p.05). A Política "*representa un paso adelante en el propósito nacional de recuperar a Colombia de la nefasta influencia de los violentos y corruptos, y llevarla por caminos de progreso y justicia social*" (SANTOS, 2007, p.13). Assim, devido à Política de Segurança Democrática, houve uma mudança no comportamento dos grupos criminais para garantirem a sua sobrevivência, apesar de ainda configurarem-se como uma ameaça ao Estado colombiano, sendo a principal fonte derivada das FARC e do ELN. Nesse cenário, são delimitados cinco objetivos estratégicos: 1) controle territorial e fortalecimento do Estado de Direito; 2) proteção da população, com a execução de operações ofensiva pela Força Nacional, empregando ainda inteligência militar e policial; 3) elevar os cursos do desenvolvimento da atividade do narcotráfico; 4) "*mantener una Fuerza Pública legítima, moderna y eficaz, que cuente con la confianza y el apoyo de la población*" (COLÔMBIA, 2007b, p.41); e 5) manter em decréscimo os indicadores de criminalidade nos centros urbanos. (COLÔMBIA, 2007b).

Visando a manutenção da execução e articulação do "Plano Nacional de Desenvolvimento 2006-2010 - Estado Comunitário: desenvolvimento para todos"[112] e da PCSD criou-se o Guia de Planejamento Estratégico 2007-2010, sendo um insumo para a elaboração de planos estratégicos e ações por parte do Ministério da Defesa, das Forças Militares e da polícia. Com isso, houve um planejamento dos investimentos de recursos,

[112]Em 2006, almejando-se construir um maior bem-estar para a população colombiana, foi instaurado o Plano Nacional de Desenvolvimento. Tal está centrado na participação dos cidadãos, fundamentando-se na segurança democrática, no "respeito às liberdades públicas" e a "independência das instituições" estatais; na "construção da coesão social"; e na transparência (COLÔMBIA, 2007a, p.19).

orientando-os aos campos de fortalecimento das capacidades terrestres, aéreas, navais e fluviais; do sistema de comando e controle; da inteligência; além da capacitação do desenvolvimento humano e melhoramento da infraestrutura física e dos recursos militares, como munições e explosivo (COLÔMBIA 2007c, p.27).

Em 2007, Nelson Jobim ascendeu ao cargo de Ministro da Defesa do Brasil participando das discussões de criação de uma Estratégia Nacional de Defesa. Ainda naquele ano, o presidente Lula da Silva criou um Comitê Ministerial voltado ao desenvolvimento da Estratégia, estando composto pelo Ministro da Defesa, o Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, bem como pelos "Ministros do Planejamento, do Orçamento e Gestão, da Fazenda e da Ciência, Tecnologia e Inovação, assistidos pelos Comandantes das três Forças" (LIMA, 2015, p.74-5)[113]. Segundo Saint-Pierre (2010, p.07), o desenvolvimento da END pode ser explicado a partir de algumas perspectivas. Observou-se a necessidade de criação de um documento nacional que suprisse a inexistência de um Livro Branco brasileiro, algo que era destoante da realidade dos outros países sul-americanos, ao mesmo tempo em que o país desejava manter coerência com sua proposta regional de criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, pautado em uma maior transparência entre os países no âmbito da defesa. Ademais, houve a necessidade de aclarar os objetivos de Jobim durante suas viagens voltadas ao reequipamento das forças brasileiras, bem como avançar no controle civil em temas de defesa e segurança nacional. A END foi publicada em 2008 contando com três eixos estruturantes: organização e orientação das Forças Armadas, reorganização da indústria de defesa e composição dos coletivos militares (associado ao futuro do Serviço Militar Obrigatório) (BRASIL, 2008, p.10). A Estratégia, em comparação com as duas PNDs anteriores, preencheu lacunas que antes existiam, como quanto às Forças Armadas e à ciência e tecnologia (SAINT-PIERRE, 2010, p.08-12). O documento aprofundou a ideia de fortalecimento da autonomia nacional priorizando o desenvolvimento, em que "[...] defendido, o Brasil terá como dizer não, quando tiver que dizer não. Terá capacidade para construir seu próprio modelo de desenvolvimento" (BRASIL, 2008, p.08), voltando-se para a capacitação da indústria nacional de defesa, por meio de parcerias estratégicas. Contudo, nota-se uma Estratégia centrada majoritariamente em questões de segurança, incluindo elementos como educação, tecnologia e desenvolvimento, favorecendo a temática social em relação a possíveis ameaças tradicionais (SAINT-PIERRE,

[113] Diferentemente do que era esperado, o Ministério das Relações Exteriores não participou ativamente das discussões, apesar de ter sido consultado, como também foram alguns partidos políticos e representações das indústrias nacionais. Ao mesmo tempo, a sociedade civil não foi inserida nas discussões, apesar da proposta de engajamento da mesma (OKADO, 2012, p.86).

2010). Nesse sentido, a cooperação na região sul-americana deveria abarcar tanto questões de defesa como demandas no âmbito social. Paralelamente, voltou-se a empregar o termo "segurança nacional", promovendo o emprego estratégico das Forças Armadas em intervenções de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) (OKADO, 2012, p.88-107).

Nota-se assim, a partir da criação da Estratégia, a centralização da região sul-americana para o desenvolvimento nacional, visto que o "destino regional e brasileiro" está interligado, já que a instabilidade regional afetaria diretamente o desenvolvimento do país, situação destacada desde 2005, com a PND (MILANI, 2016, p.78-82). Para tanto, o Brasil foi o grande promotor do Conselho de Defesa Sul-Americano, estabelecendo, antes mesmo de sua criação, a necessidade de uma cooperação militar na América do Sul, integrando as bases industriais de defesa regional, prevenindo conflitos e inserindo o debate entre civis e militares no campo a defesa (BRASIL, 2008). Durante o lançamento da Estratégia, o presidente Lula da Silva ressaltou a importância de criação do CDS, visto condizer com as propostas estratégicas da END.

> Fiquei especialmente feliz porque em Sauípe pudemos aprovar a criação do Conselho Sul-Americano de Defesa, um dos mais importantes espaços para a integração pacífica e soberana dos países da América do Sul, coroando um processo que envolveu mais de um ano de debates entre os países da Unasul. Fiz questão de citar este Conselho porque entre seus objetivos estão temas coincidentes com a Estratégia Nacional de Defesa que hoje estamos lançando. Destaco o fomento, a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de material de defesa. Além disso, o Conselho Sul-Americano e a Estratégia Nacional dão mais força a um objetivo que vimos perseguindo desde o ano passado: inserir os temas da defesa no debate nacional, reunir civis e militares num debate aberto, sobre todos os temas que envolvem a defesa nacional. É importante lembrar que quando nós propusemos, no ano passado, a criação do Conselho de Defesa da América do Sul, numa primeira reunião, em que nós fizemos a apresentação, com justificativa aceitável, alguns países entenderam que não poderiam aceitar e precisariam discutir. Qual não foi minha surpresa quando, no dia seguinte, eu leio a manchete dos jornais que "fracassou o Conselho de Defesa Sul-Americano". No mesmo dia em que saía essa matéria no jornal, mostrando o fracasso, me telefonava o Presidente do Peru dizendo que tinha chegado ao Peru e discutido com os seus pares e que ia participar do Conselho de Defesa, e que ia conversar com o Presidente Uribe, da Colômbia, para também aceitar a aprovação do Ministério (Conselho) da Defesa. Passados alguns meses, Jobim, eu e o Celso Amorim fomos a uma reunião de trabalho na Colômbia e, em meia hora de conversa com o Presidente Uribe e com o seu Ministro da Defesa, os dois também se colocaram de acordo, que queriam participar do Conselho de Defesa. E isso virou unanimidade entre todos os países da América do Sul. E hoje eu posso dizer para vocês que todos os presidentes vêem o Conselho da Defesa como uma necessidade de garantir a soberania da nossa América do Sul. (SILVA, 2008c, p.02-03).

Observa-se que houve uma disposição por parte do Brasil de inserir suas empresas no mercado sul-americano, financiando e articulando as bases da indústria de defesa e de

infraestrutura regional, apoiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por corporações nacionais e por seus planos nacionais, como o PAC 2 e o Brasil Maior (FUCCILLE et al., 2017, p.54-57). A END proporcionou a "operacionalização das políticas nacionais e regionais do Brasil na área de defesa" (FUCCILLE; MARIANO; RAMANZINI JR., 2015, p.10), consagrada com a UNASUL e seu Conselho de Defesa, ao mesmo tempo em que manteve a priorização de sua soberania e autonomia nacional.

> O Tratado Constitutivo não é um fim em si mesmo, é o fundamento normativo para que nossa União possa alcançar seus objetivos. Queremos avançar rapidamente com projetos inovadores e de grande alcance em áreas prioritárias, como integração financeira e energética, melhoria da infra-estrutura regional e das conexões rodoviárias e ferroviárias, estabelecimento de uma vigorosa agenda de cooperação em políticas sociais, e fortalecimento da cooperação educacional. [...] Vamos desenvolver parcerias em setores estratégicos, como indústria aeronáutica, construção naval, medicamentos e equipamentos militares. São mecanismos abrangentes e estruturais para superar as assimetrias entre nossos países. (SILVA, 2008b, p.01-03).

Em 2007, a Argentina iniciou um processo de reestruturação do Instrumento Militar, estabelecendo o Ciclo de Planejamento da Defesa Nacional, voltado à construção do Sistema de Defensa Nacional. A proposta está vinculada à reafirmação da condução civil no campo da defesa e segurança nacional. Tal situação foi efetivada com a inauguração da primeira Diretiva de Política de Defesa Nacional (DPDN), em 2009, durante o mandato de Nilda Garré como Ministra da Defesa.

> *La Directiva de Política de Defensa Nacional (DPDN) será un documento de carácter sectorial que explicitará los lineamientos centrales de la política de defensa nacional y de la política militar, determinando los criterios y parámetros que orientarán la organización, el funcionamiento, la planificación, el empleo y la administración de los recursos humanos y materiales de las Fuerzas Armadas de manera sistemática y coherente en el marco de la política del Estado Nacional*. (ARGENTINA, 2007, p.02).

A Diretiva está estruturada a partir de três capítulos: 1) diagnóstico, no âmbito da defesa e segurança, do cenário internacional e regional, identificando tendências, riscos e ameaças; 2) formulação da estratégia nacional em defesa, articulando a política de defesa nacional; e 3) "diretrizes para a instrumentalização da política de defesa" e de sua política militar, enfocando em instruções para o Ministério de Defesa, o Estado Maior Conjunto e as Forças Armadas (ARGENTINA, 2007, p.02-03; GASTALDI, 2017, p.183-6). Em 2009, ressaltou-se o contexto de propagação do conceito de "segurança multidimensional" e as disparidades militares entre os Estados, especialmente no caso dos Estados Unidos,

concomitante ao caso sul-americano de baixos conflitos e fomento de medidas de confiança mútuas. O documento realizou uma diferenciação entre a sub-região andina, marcada por desafio securativo, como o narcotráfico, questões territoriais pendentes e a existência de grupos paramilitares armados, resultando em crescente desconfiança entre os países; e o cone sul, caracterizado por uma estabilidade nas dinâmicas de defesa e segurança, com práticas cooperativas. Nesse sentido, a Argentina lançou sua defesa com uma dupla dimensão, dividida entre autônoma e cooperativa, com forças treinadas para o emprego defensivo e disposição ativa para o desenvolvimento do CDS-UNASUL (ARGENTINA, 2009, p.02-05).

Logo em seguida, no ano do bicentenário da Revolução de Maio, em 2010, foi publicado o Livro Branco de Defesa argentino, que apresenta com maior profundidade as questões trabalhadas no livro anterior e em sua DPDN, atualizando-as. A produção do livro ocorreu através de uma "comunidade de defesa" constituída por especialistas acadêmicos, tanto nacionais como internacionais, políticos, organizações de Direitos Humanos e não-governamentais, além de membros do Ministério da Defesa e das Forças Armadas (RAVAIOLI, 2011, p.01), evidenciando um processo cooperativo entre civis e militares.[114]Seu Sistema de Defesa Nacional orienta-se para a defesa frente agressões externas, abstendo-se de questões de segurança doméstica. Sua política cooperativa regional destaca alguns temas estratégicos como compartilhamento de experiências e transferência de tecnologia e conhecimento. Para o país, a parceria com a América do Sul é estratégica, interligando suas questões de defesa e segurança com a região por meio de diálogo e cooperação. Contudo, sua política cooperativa não exclui a prática autônoma de capacidades defensivas, a qual é complementada por meio da cooperação estatal e multilateral (como já ressaltado na Diretiva de 2009) (ARGENTINA, 2010).

Apesar de diferenças sub-regionais (como descritas na DPDN), a UNASUL é considera um exemplo expressivo de mediação para a resolução de problemas. Dedicando uma seção ao CDS, o livro ainda ressaltou o papel do Centro de Estudos Estratégicos, visto que sua criação e elaboração de seu estatuto estavam sob a liderança argentina[115]. Nota-se o entusiasmo do país no desenho de tal Centro, fomentado pela Ministra Garré em apoio ao desenvolvimento do CDS por parte do Brasil, especialmente pelo fato da proposta se alinhar à estratégia argentina de estudos para o desenvolvimento de um pensamento e possível

[114]A confecção dos Livros Brancos argentinos está pautada nasDiretrizes para a Elaboração de Documentos sobre Políticas e Doutrinas Nacionais de Defesa da OEA, de 2002.

[115] Em maior de 2008, foi criado o Centro de Estudos Estratégicos para a Defesa "Manuel Belgrano" (CeePADe), voltado ao desenvolvimento de **"***estudios e investigaciones en matéria de defensa y seguridad internacionales con la finalidad de producir conocimiento específico que contribuya a la toma de decisiones y al planeamiento estratégico de la defensa*" (ARGENTINA, 2010, p.247).

identidade estratégica em matéria de defesa regional[116]. Com a oficialização do CEED-CDS, sua sede foi instaurada em Buenos Aires e seu primeiro diretor foi o argentino Alfredo Forti. Uma grande vitória do país foi a diferenciação entre os conceitos de defesa e segurança, os quais condizem com os marcos normativos nacionais, resultando na classificação de crime organizado transnacional como ameaça à segurança pública. Consequentemente, houve, em 2012, a criação do "Conselho Sul-Americano em Matéria de Segurança Cidadã, Justiça e Coordenação de Ações contra a Delinquência Organizada Transnacional" para tratar dessas questões de segurança interna. Nota-se a constituição do CDS como uma "plataforma de projeção da doutrina de defesa" argentina, liderando o pensamento no campo da defesa regional e fomentando a subordinação castrense aos civis (GASTALDI, 2017, p.187-192; PEREIRA, 2016).

Através do trabalho conjunto entre o Ministério da Defesa e as Forças Públicas foi publicado o "Guia de Planejamento Estratégico2011-2014" do Estado colombiano. O documento apresenta as bases para um novo planejamento estratégico no campo da segurança e defesa em longo prazo, para além dos quatro anos de governos de Manuel Santos. Desta forma, o guia possibilitaria "*tener la capacidad de pensar a largo plazo, de proyectar la estructura de fuerza hacia 20 o 30 años y tomar decisiones hoy que puedan tener transcendencia y sostenibilidad hacia el futuro es un reto que tenemos*" (GIHA, 2011, p.07). O Guia é um instrumento metodológico que dá fortalecimento às metas da Política Integral de Seguridade e Defesa para a Prosperidade, publicada no mesmo período. Para tanto, houve um processo de revisão de ameaças ao Estado, compreendo as transformações do cenário nacional, agora marcado por uma "guerra de desgaste", bem como a necessidade de modernização institucional, doutrinária e operacional para uma atuação mais adequada das Forças Públicas. Nota-se, segundo a política, uma intensificação das atividades de "guerra de guerrilha" das FARC, associada aos narcotraficantes e à utilização da "*población civil como camuflaje de su accionar terrorista*"; enquanto o ELN se baseia no narcotráfico e terrorismo para garantir a sua sobrevivência. Paralelamente, surgiram as bandas criminais buscando o controle do narcotráfico. Ainda assim, o documento menciona uma melhoria na situação de segurança do país (COLÔMBIA, 2011a, p.14-6).

Também em 2011, o Estado colombiano desenvolveu a "Política Integral de Seguridade e Defesa para a Prosperidade" (PISDP), sendo uma continuação das Políticas de Segurança Democrática e de Consolidação da Segurança Democrática, ao mesmo tempo em

[116] Situação esse que foi inicialmente, como já discutido em seções anteriores, um empecilho para a participação argentina, visto as grandes diferenças de conceitualizações e empregos das Forças Armadas na região.

que efetuou mudanças com "*metas más ambiciosas*", incorporando outros objetivos estratégicos e instrumentos para sua execução (RIVERA, 2011b, p.05). Baseando-se nas prerrogativas do Guia de Planejamento Estratégico anterior, a política centra-se no papel do Estado para consolidar a segurança em território nacional com maior "*intensidad, velocidad y presupuesto*" (COLÔMBIA, 2011b, p.25). Para tanto, o Ministério de Defesa elaborou um conjunto de estratégias capazes de balancear a segurança interna e a dissuasão externa, empregando uma diplomacia para a segurança, capaz de manter os avanços anteriores, maximizar os resultados para a luta contra o narcotráfico e diminuir a possibilidade de uma crise regional em segurança. Ademais, a política engloba a vertente de segurança e convivência cidadã[117], utilizando-se da Polícia como meio de manutenção de tais, com o emprego de tecnologia e sistemas de investigação e inteligência (COLÔMBIA, 2011b, p.25-26).

No mesmo ano, foi publicada a "Política Nacional de Defesa da Liberdade Pessoal 2011-2014", baseada em dados de agências governamentais e não governamentais, bem como das subsecretarias do Ministério da Defesa. Seu propósito cerceia alcançar uma "segurança ótima" capaz de garantir a "prosperidade democrática e o progresso nacional". Mantendo sua vinculação com a PISDP, suas propostas estratégicas estão baseadas no confronto de grupos terroristas, BACRIM, e delinquentes comuns e transnacionais, bem como de suas atividades realizadas em conjunto (COLÔMBIA, 2011c).

A nova Política Nacional de Defesa brasileira, de 2012, marca-se pela continuidade, sem grandes modificações em comparação com a antiga. Os objetivos Nacionais de Defesa ainda cerceiam o campo da manutenção da estabilidade regional e da paz e da segurança, desenvolvimento da indústria de defesa nacional e a projeção internacional do Brasil. O documento continuou priorizando a América do Sul em suas discussões, ressaltando a necessidade de fortalecimento da integração regional frente a possíveis conflitos no entorno estratégico brasileiro, inserindo ainda o desenvolvimento regional na agenda securativa. Ademais, há o fomento da perspectiva de cooperação dissuasória com os membros do CDS (BRASIL, 2012a, p.21-30).

Ainda em 2012, a Estratégia Nacional de Defesa do Brasil também foi atualizada, mantendo sua centralidade no campo do projeto de desenvolvimento nacional para uma maior

[117] "*Se entiende por seguridad ciudadana la protección universal a los ciudadanos frente a aquellos delitos y contravenciones que afecten su dignidad, su seguridad personal y la de sus bienes, y frente al temor a la inseguridad. La convivencia, por su parte, comprende la promoción del apego y la adhesión de los ciudadanos a una cultura ciudadana basada en el respeto a la ley, a los demás y a unas normas básicas de comportamiento y de convivencia social*" (COLÔMBIA, 2011f, p.01-02).

independência em infra-estrutura, tecnologia e educação. Os objetivos continuam centrados na manutenção da soberania e do território, estruturação das Forças Armadas e desenvolvimento econômico e social (BRASIL, 2012b, p.41-44). No caso da região sul-americana, manteve-se o discurso de que a integração fomenta bases para uma cooperação militar, prevenção de ameaças e desenvolvimento industrial em defesa na região, ressaltando-se o papel do CDS nesses aspectos (BRASIL, 2012b, p.138).

De maneira inédita no Brasil, o Livro Branco de Defesa Nacional, também de 2012, inaugurou uma nova etapa de transparência nacional entre os cidadãos e em relação aos países membros da região. Segundo o documento, o Brasil busca a manutenção de sua soberania, bem como o fortalecimento de medidas de confiança entre os Estados, contribuindo para a prevenção de ameaças. Ressaltando, ademais, o contexto internacional de multipolaridade e de novos temas que influem na defesa e segurança nacional, como o tráfico, a biopirataria, ameaças cibernéticas, grupos terroristas e escassez de recursos naturais (BRASIL, 2012c, p.22-28). A integração sul-americana ainda compõe parte da estratégia brasileira, cerceando o campo do desenvolvimento e da paz regional, sendo o país mediador para a manutenção da estabilidade na região, essencial para a segurança brasileira. Assim, como já discutido nas PND e END, "pela dissuasão e pela cooperação, o Brasil fortalecerá, assim, a estreita vinculação entre sua política de defesa e sua política externa, historicamente voltada para a causa da paz, da integração e do Desenvolvimento" (BRASIL, 2012c, p.51). De acordo com o documento, nota-se a construção de uma comunidade de segurança na América do Sul facilitada pelo reforço das ações cooperativas no âmbito da UNASUL e do CDS, com o intercâmbio de informações e experiências, e o desenvolvimento histórico semelhante (BRASIL, 2012c, p.29). Nesse sentido, segundo o ex-Ministro de Defesa brasileiro,

> Falo de identidade porque as nossas riquezas e os nossos desafios devem ser vistos por uma ótica sul-americana. Não podemos permitir que políticas alheias à nossa realidade prevaleçam. Ao identificarmos interesses comuns, mediante um processo que respeite a pluralidade e a diversidade de nossos países, seremos capazes de criar políticas sul-americanas baseadas em uma cooperação autêntica. [...] O objetivo é criar uma doutrina sul-americana de defesa, que trate do conflito e da cooperação de forma inovadora, que não se baseie em teorias que nasceram alheias à nossa realidade. (AMORIM, 2013b, p.02).

Desta forma, os três documentos de defesa brasileiros proporcionam uma transparência e fortalecimento do poder político nesse campo, reafirmando o papel da região sul-americana para a construção da paz e superação de conflitos, promovendo medidas de confiança mútua e processos cooperativos institucionalizados. A cooperação regional torna-se

base para a manutenção da estabilidade e a promoção do Brasil no meio internacional, respeitando a soberania e autonomia nacional (AMORIM, 2017, p.54-60).

No ano de 2014, a presidente argentina Cristina Kirchner promulgou a nova Diretiva de Política de Defesa Nacional, a qual, seguindo a mesma linha da Diretiva anterior, considerou o contexto sul-americano como de relativo progresso para a eliminação da possibilidade de conflitos e construção de uma zona de paz. Para tanto, o país ainda ressalta seu posicionamento defensivo marcado por uma visão autônoma e cooperativa (GASTALDI, 2017, p.183-186). A DPDN desenvolveu a ideia de cooperação baseada em círculos concêntricos, sendo os espaços geoestratégicos de interesse do país: a) América do Sul e Atlântico Sul; b) América Latina e Caribe; e c) "*marco global, con aquellos países de relevancia estratégica*", como no campo de cooperação sul-sul com os membros do BRICS e G20 (ARGENTINA, 2014, p.14). Com isso, deverá ocorrer a aumento da "*presencia institucional de elementos del Sistema de Defensa Nacional en las regiones y países de interés prioritario, particularmente en la forma de agregadurías de Defensa, misiones y acuerdos de cooperación, e intercambios de formación y adiestramiento militar*" (ARGENTINA, 2014, p.14).

Já o Livro Blanco de Defesa argentino de 2015 se difere muito pouco do Livro de 2010, dando um enfoque maior ao âmbito econômico e industrial do país, e mantendo a consulta e elaboração por meio de debates entre lideranças civis e militares. O país almeja a construção de um sistema regional que aprofunde as medidas de confiança estabelecidas e os vínculos cooperativos da região, como em capacidades, tangendo operações de paz, atividades logísticas e controle limítrofe, garantindo a região como zona de paz (ARGENTINA, 2015, p.36-37). Ademais, a América do Sul e o Atlântico Sul são regiões prioritárias (como descrito na diretiva de 2014). Com uma subseção de destaque ao CDS, o livro relata que tal órgão é o mais ativo no interior da UNASUL, sendo um marco para a conquista dos objetivos de defesa do país (ARGENTINA, 2015, p.221). A Argentina tem trabalhado para avançar: no diálogo e na confiança regional; na indústria de defesa, com o desenho do UNASUL I; e no campo da formação, com a ESUDE e cursos, como a Conferência sobre Defesa e Recursos Naturais, Seminário Regional de Ciberdefesa da UNASUL, e Curso Sul-Americano de Formação em Defesa (ARGENTINA, 2015, p. 2224-57). Observa-se, assim, a continuidade dos governos kirchneristas para a manutenção de um posicionamento defensivo, pautado em uma vertente cooperativa e autônoma, incorporada em todos os documentos de defesa do país criados após 2009. Ademais, desde 2007, houve um reposicionamento das prioridades estratégicas nacional

do cone sul para a América do Sul, destacando o papel do CDS, apesar de ainda sublinhar as diferenças sub-regionais (VITELLI, 2016d, p.282-285).

Em 2013, o Ministério de Defesa colombiano publicou a Diretiva Permanente 004 pautada no gerenciamento de estatísticas no âmbito da defesa e segurança, construindo uma metodologia capaz de unificar as linguagens das Forças Públicas. Como consequência, em 2014, o Ministério, em conjunto com o comando das Forças Militares, o Exército, a Marinha, a Força Aérea e a Polícia, desenvolveu o primeiro Livro Branco do país, centrado nas estatísticas do setor de defesa e segurança. O documento busca compreender, de forma transparente, a contabilização dos indicadores de segurança e defesa, contando com: um glossário de variáveis relacionadas aos delitos e resultados das operações; a descrição dos processos para geração, consolidação e revisão das cifras e informações; e uma apresentação desagregada das variáveis (COLÔMBIA, 2014b, p.06-07). Devemos ressaltar, contudo, a diferença de tal livro branco com os divulgados por outros países sul-americanos, como Argentina e Brasil, estando ainda muito aquém dos procedimentos e conteúdos substanciais existentes nos "tradicionais livros brancos". Apesar de ser uma forma de medida de confiança mútua, o Livro ainda necessita de desenvolvimento e interligação com as políticas de defesa e segurança do país.

Já em 2015, o Estado da Colômbia divulgou a Política de Defesa e Segurança "Todos por um novo país", alegando a necessidade de aperfeiçoamento de suas políticas frente ao novo cenário nacional de paz e pós-conflito, integrando, pela primeira vez, as dinâmicas internacional, regional e nacional. O cenário global está marcado por instabilidade e vulnerabilidade, como terrorismo, delinquência transnacional e regime políticos ilegítimos, bem como por tensões nacionais que acabam transbordando e gerando crises globais e regionais. No nível regional, a Colômbia está buscando constituir uma posição de liderança, por meio de relações bilaterais, triangulares e multilaterais voltadas à América Latina e organizações como a OEA, destinadas à cooperação frente a ameaças compartilhadas e intercâmbio de conhecimento. Ademais, o cenário regional, apesar de avançar em processos cooperativos e em melhoria das condições econômicas, ainda apresenta disputas territoriais, desequilíbrio militar, delinquência transnacional e uma deterioração da segurança da população. No campo nacional, há uma convergência entre defesa nacional e segurança cidadã e pública, sendo a luta contra o crime organizado prioritária (COLÔMBIA, 2015b, p.05-08).

A Política tem como objetivo central contribuir para o fim do "*conflicto armado, la consolidación de la paz, el desarrollo socioeconómico, la defensa de los intereses nacionales*

y el mejoramiento de la seguridad pública y ciudadana, mediante el mantenimiento de una Fuerza Pública moderna, fortalecida, motivada y operativa" (COLÔMBIA, 2015b, p.15). Seus objetivos estratégicos perpassam: 1) contribuir para a finalização do conflito e a construção da paz, por meio das capacidades da Forças Públicas; 2) garantir melhores índices de segurança cidadã, fortalecendo os laços ente os cidadãos e a polícia; 3) modernizar a sociedade rural vinculando seu desenvolvimento com o campo da defesa; 4) combater o crime organizado que ameaça a segurança e o funcionamento do Estado, empregando todas as capacidades das Forças nacionais; 5) garantir a soberania e integridade territorial, com a proteção dos interesses nacionais; 6) transformar e modernizar o setor de defesa e suas Forças Públicas; 7) Fortalecer a projeção internacional em defesa através de uma maior cooperação com países aliados e estratégicos, e organizações internacionais, como ONU, OEA e OTAN; e, para tanto, se buscará inserir a Colômbia como líder em questões de defesa e segurança, promovendo intercâmbios de experiências e capacidades, participação em missões internacionais; aprofundar o diálogo com países vizinhos e estratégicos, trabalhando de forma coordenada frente a ameaças comuns; além de fortalecer a cooperação regional com a América Central e o Caribe; 8) empregar as Forças Públicas para atenuar as mudanças climáticas, proteger os ecossistemas e atuar em desastres naturais; e 9) incluir no setor da defesa o desenvolvimento nacional, comercial, industrial e agrícola (COLÔMBIA, 2015b).

Em 2016, os membros do Ministério da Defesa, os comandantes das Forças Militares e o diretor da Polícia Nacional colombianos elaboraram, de forma conjunta, o "Plano Estratégico do Setor Defesa e Segurança - Guia de Planejamento Estratégico 2016 – 2018", estando baseado nos documentos anteriormente publicados durante o governo de Manuel Santos. O Plano está voltado à modernização, fortalecimento e uma maior transparência das Forças Públicas, para que se possa responder, com apoio dos cidadãos, aos riscos presentes e futuros do país, como de segurança pública, ataques cibernéticos, exploração ilegal de recursos naturais e tráfico (MARTÍNEZ, 2016, p.09-10).

Desta forma, devemos notar que, no caso dos três países analisados e como já anteriormente pontuado no estudo de realizado por Soares (2008, p.174-180), os "documentos refletem um caráter mais retórico, pela ausência de uma definição unívoca sobre as bases das políticas de defesa e as possibilidades de cooperação". Observamos no caso da Argentina e do Brasil uma situação particular de estratégias cooperativas. O primeiro país volta-se inicialmente ao cone sul e, posteriormente, à criação da UNASUL e do CDS, ocorrendo um deslocamento de suas políticas de defesa para a região sul-americana. Nota-se uma valorização por parte da Argentina dos processos cooperativos, com inclusões específicas

sobre sua atuação e o desenvolvimento da instituição. No âmbito brasileiro, a cooperação possui um valor estratégico, fomentando a perspectiva de ator global capaz de desenvolver uma cooperação sul-sul. A priorização da UNASUL e do CDS são claras na época de suas criações, em 2008, porém, posteriormente, há um momento de névoa sobre as iniciativas, que passam a concorrer com iniciativas sul-sul e questões nacional, especialmente quanto ao desenvolvimento nacional atrelado à segurança do país. Distintamente desses dois países, a Colômbia possui uma normatividade em defesa e segurança focada em seu nível nacional, com menções apenas da presença internacional.

Após 2015, os documentos passam a incluir o nível regional em suas políticas e planejamentos. O país mantém sua compreensão de que a cooperação é um instrumento capaz de fortalecer seu processo de paz e de impedir que ameaças e riscos se ampliem regionalmente e/ou voltem a assombrar o país. Em nenhum momento há uma simples menção à UNASUL ou ao Conselho de Defesa, deixando clara sua apatia e relutância quanto à criação e desenvolvimento das iniciativas. De forma complementar a essa análise, notamos as expressivas distinções nas definições conceituais de Defesa e de Segurança dos países, como observado no quadro abaixo:

Quadro 3 - Defesa *vesus* Segurança

	Defesa	**Segurança**
Argentina	"*La Defensa Nacional es la integración y la acción coordinada de todas las fuerzas de la Nación para la solución de aquellos conflictos que requieran el empleo de las Fuerzas Armadas, en forma disuasiva o efectiva, para enfrentar las agresiones de origen externo. Tiene por finalidad garantizar de modo permanente la soberanía e independencia de la Nación Argentina, su integridad territorial y capacidad de autodeterminación; proteger la vida y la libertad de sushabitantes.*" (ARGENTINA, 1988)	*"Seguridad interior [es] la situación de hecho basada en el derecho en la cual se encuentran resguardadas la libertad, la vida y el patrimonio de los habitantes, sus derechos y garantías y la plena vigencia de las instituciones del sistema representativo, republicano y federal que establece la Constitución Nacional."* (ARGENTINA, 1992)
Brasil	"Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas." (BRASIL, 2012a, p.15).	"A segurança é a condição que permite ao País preservar sua soberania e integridade territorial, promover seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças, e garantir aos cidadãos o exercício de seus direitos e deveres constitucionais." (BRASIL, 2012a, p.13).

Colômbia	"*La nación tendrá para su defensa unas fuerzas militares permanentes constituidas por el Ejército, la Armada y la Fuerza Aérea. Las fuerzas militares tendrán como finalidad primordial la defensa de la soberanía, la independencia, la integridad del territorio nacional y del orden constitucional*" (COLÔMBIA, 2015a, p.60). "*En el escenario nacional convergen los temas inherentes a la seguridad ciudadana, la seguridad pública y la defensa nacional, áreas misionales del Sector donde se concentran los principales desafíos, donde se han obtenido los más importantes resultados y se dan las más valiosas oportunidades. En ese sentido la situación general de seguridad ha evolucionado de forma muy favorable para el Estado colombiano como resultado del trabajo sostenido de las Fuerzas Militares, la Policía Nacional y otras instancias estatales. Los Grupos Armados al Margen de la Ley y el Crimen Organizado con alcance trasnacional, nacional, regional y local, vienen siendo debilitados estructuralmente y desarticulados de manera decisiva*" (COLÔMBIA, 2015b, p.07-8) "*Para el Sector es claro que se continuará enfrentando amenazas y retos provenientes de los desafíos que se puedan generar en la seguridad ciudadana y la lucha contra el crimen organizado, así como de la defensa de la soberanía y los intereses nacionales*" (COLÔMBIA, 2015b, p.09).

Fonte: Elaboração própria, com base em Argentina (1988, 1992); Brasil (2012a); e Colômbia (2015a,2015b).

Historicamente, nota-se que as perspectivas de defesa e segurança na América Latina estão envolvidas em tradições militares espanholas e portuguesas, carregadas de uma amplitude nas definições das funções militares, à exceção da Argentina (UGARTE, 2001, p.58-61). Para Saint-Pierre e Silva (2014, p.284-290), as distinções existentes entre os países em suas definições de defesa e segurança ocorrem devido às "diferenças históricas, geopolíticas, culturais, idiossincráticas, institucionais, de percepções de ameaças e suas capacidades defensivas" entre os países da região. Os autores destacam três fatores principais influentes: 1) "territorialidade", por ser um ponto de conflitos, originando corridas armamentistas e ações para garantia da soberania e dos interesses nacionais; 2) "percepção de ameaças", que reflete sobre compra de armamentos, e; 3) papel das Forças Armadas, já que podem ser empregadas em diferentes casos, tanto para a proteção da soberania, como na manutenção da estabilidade interna, variando de acordo com a política de defesa de cada país.

Observa-se a definição restrita da Argentina em relação aos termos segurança e defesa, já que, para o Estado, a defesa está centrada na ação frente a ameaças externas, utilizando o instrumento militar para tal; enquanto o nível da segurança pública cerceia o campo interno, em que devem ser empregadas as forças policiais e de segurança. No outro extremo observa-se a Colômbia que, apesar de marcar em sua Constituição o emprego das Forças Armadas para a defesa nacional, construiu a sua Força Pública, que engloba as Forças Armadas e a Polícia Nacional. Nesse sentido, observa-se a inexistência de uma definição precisa de defesa e segurança, bem como de emprego das Forças nacionais, situação essa presente em todos os seus documentos normativos, expressando apenas a convergência da segurança cidadã e pública com a defesa nacional. Contudo, devemos considerar a particularidade do caso

colombiano, visto ser um país historicamente marcado por guerras internas, grupos armados e contestações constantes da soberania e institucionalidade do Estado.

Em um nível intermediário encontra-se o Brasil, com uma definição de defesa sujeita a questionamentos, devido à sua amplitude, especialmente com a ideia de "ameaças preponderantemente externas", e sua subjetividade, com o termo "defesa do interesse nacional" (BRASIL, 2012a, p.13-15). Comparando os dois conceitos em questão, não existe uma nítida diferenciação entre tais, sendo, contudo, a segurança um marco em expansão, abrangendo campos políticos, econômicos e sociais. Ademais, a constituição brasileira permite o emprego das Forças Armadas para além das ameaças externas, legitimada pela a Lei Complementar nº 97, voltada à ação militar para a GLO e outras funções subsidiárias, como crimes transfronteiriços e crises ambientais.

Observa-se uma reformulação dos documentos de defesa após o ano de 2008, com a ampliação da transparência entre os Estados sul-americanos e a inclusão de informações referentes à cooperação em defesa na região, no que tange o CDS-UNASUL, sendo o segundo apenas no caso de Argentina e Brasil. Apesar de não haver uma sintonia normativa entre os países analisados, existiu, ao menos, uma tentativa, por parte de Argentina e Brasil, de incorporar, em nível nacional, as medidas de confiança mútuas desenvolvidas no CDS, representando, em alguma medida, o comprometimento desses países com o órgão. Apesar de não incluir a UNASUL ou o CDS em seus documentos normativos, a Colômbia, em 2015, realizou um avanço, ao menos de expressão mais clara, em seus anseios cooperativos, determinando os países fronteiriços como peças chave para o fortalecimento de sua defesa e segurança nacional, possibilitando o aprimorando de suas Forças Públicas e o compartilhamento de seus conhecimentos com outros países latino-americanos. Paralelamente, o Conselho de Defesa complementou as informações ausentes nos Livros Brancos e nas políticas de defesa nacionais, centrando-se na construção de dois instrumentos institucionalizados, os Registros Gastos de Defesa e os Inventários Militares Sul-Americanos, representando uma diminuição da desconfiança entre seus membros, que agora passaram a deter dados mais específicos sobre a estrutura de defesa e militar nacional/regional. Ao mesmo tempo, o Centro de Estudos Estratégicos de Defesa e a Escola Sul-Americana promoveram um avanço tanto na conceituação de defesa e segurança, que se alinhou à política argentina, quanto ao estudo e ensino militar e civil, gerando intercâmbio de informações e conhecimentos por parte dos membros. Nesse cenário, as relações civis-militares se inserem

como uma variável chave[118] para a compreensão dos avanços e retrocessos da cooperação em defesa na região.

5.1 Relações civil-militares

O cenário de redemocratização dos países sul-americanos proporcionou um aprimoramento das relações civis-militares a partir de reformas e do desenvolvimento de estratégias nesse campo, observando-se a criação de Ministérios de Defesa, políticas e estratégias nacionais de defesa, e livros brancos. Tais mudanças originaram-se já ao final da década de 1980, em um contexto de austeridade fiscal[119] e instauração de regimes democráticos, pautadas em um processo de construção de novas políticas, motivadas pela substituição das doutrinas de segurança nacional da época da Guerra Fria, bem como em uma diminuição da autonomia militar, a qual estava sendo questionada (HENS; SANAHUJA, 1995; SANAHUJA, 2012, p.17-20). Tal período foi denominado "terceira onda democrática", permanecendo, até hoje, o debate a respeito do controle civil das Forças Armadas. A prerrogativa que pauta essa relação cerceia o campo de desenvolvimento de instituições democráticas de poder capazes de formular políticas de defesa nacional e "assegurar a subordinação real das Forças Armadas às autoridades responsáveis da política do Estado" (DÍAZ, 2016, p.87-89). Desta forma, o controle civil das forças pode ser considerado

> *como el proceso continuo de producción de políticas de defensa desde el poder legítimamente instituido, con una cadena de mando claramente definida, que garantiza que el principio y el fin de cualquier intervención bélica responde a una decisión de las autoridades civiles. Consiguientemente, la política de defensa es el planeamiento y el accionar del Estado para asegurar que el ejercicio de ese control civil sea eficiente y eficaz. Para ello, la administración estatal fija normativas, doctrinas, recursos, educación, movilizaciones, adquisiciones que se debaten en el ámbito parlamentario, se comunican a las organizaciones académicas y de la sociedad, se reevalúan y pasan a conformar una política de estado*. (DIAMINT, 2011, p.04).

No caso da América Latina observa-se que, mesmo com a presença de governos civis democráticos, ainda persiste a interferência de militares, apesar de notadamente possuírem menor influência política. Ademais, notam-se tentativas de golpes militares, como na

[118] Há um consenso entre todos os entrevistados civis sobre a importância dessa variável para a compreensão da cooperação em defesa regional.

[119] "*En los años 80 la mayor parte de los países del área, atenazados por la deuda externa, han aplicado programas de ajuste estructural que comportan una drástica reducción del gasto público y la disminución del tamaño y funciones del Estado. El gasto de defensa no ha escapado a estos recortes*" (HENS; SANAHUJA, 1995, p.53-55).

Venezuela (2002), Honduras (2009), Bolívia (2009), Equador (2010) e Paraguai (2012) (SKAAR; MALCA, 2014, p.01). Todavia, legalmente, a maioria dos militares encontra-se subordinada à autoridade civil, mesmo na Colômbia, que passou por guerras civis e movimentos guerrilheiros e que ainda mantém certa autonomia de suas Forças Armadas (HENS; SANAHUJA, 1995, p.53; PION-BERLIN, 2005, p.26). Na região, os presidentes são os comandantes-chefes das Forças, constatando-se conquistas no que tange: a) criação de Ministérios de Defesa; b) diminuição dos orçamentos de defesa e tamanho das Forças Armadas; c) perda de prerrogativas militares; d) diminuição do apoio de civis; e) relativo grau de autonomia civil na elaboração de políticas de defesa nacionais; f) baixa interferência militar nas eleições; e g) autorizações presidenciais e autoridade civil no relativo à comando e missões. Entretanto, observa-se que as Forças Armadas ainda são as decisoras das estratégias e táticas militares nacionais, enquanto os civis ficam responsáveis pela política fora do campo da defesa. Isso se dá, especialmente, pela ausência de conhecimento nessa esfera por parte dos civis, mantendo a "sensação de monopólio da sabedoria em defesa" por parte das Forças Armadas (PION-BERLIN, 2005, p.26-29).

As Forças Armadas são um instrumento específico para a defesa de uma nação (SAINT-PIERRE, 2016, p.159), consideradas como uma instituição política, sujeitas ao sistema político (FORJAZ, 1976, p.87). Historicamente, tais Forças constituíram parte do Estado, em que foram criadas com o nascimento do "Estado Moderno, mais precisamente com as guerras napoleônicas, ao incorporar padrões organizacionais e valores às suas técnicas, distinguindo-se de outras profissões" (LUCHETTI, 2006, p.31-32). Na América Latina, as Forças Armadas tiveram sua origem principalmente com o início do século XX, passando a configurar um papel central na política dos Estados, zelando valores e o desenvolvimento nacional, estando encarregadas da projeção internacional das nações (SAINT-PIERRE, 2008a, p.15). Até hoje, observa-se um sentimento de responsabilidade de "manutenção da identidade nacional" por parte dos militares (SKAAR; MALCA, 2014, p.06). Ademais, o emprego de tais Forças está diretamente relacionado com as definições de defesa e segurança dos países e a influência estadunidense, implicando diretamente nos consensos cooperativos no nível regional. As políticas dos EUA quanto ao combate ao narcotráfico reforçaram a autonomia militar, a destinação de funções de polícia e a violação de direitos humanos fundamentais. Desde 1987, os Estados latino-americanos têm resistido à ideia de envolver as Forças Armadas no campo de combate às drogas, já que "*el eventual fracaso de las fuerzas armadas haría evidente la fragilidad de la defensa nacional. Y si éstas tuvieran éxito (algo improbable), los militares podrían recuperar las posiciones perdidas en el*

período post-autoritario (HENS; SANAHUJA, 1995, p.61). Paralelamente, casos de corrupção nas Forças se tornaram um problema, como subornos por parte de narcotraficantes e colaboração com milícias e esquadrões da morte (HENS; SANAHUJA, 1995, p.62); além disso, as questões envolvendo a soberania nacional também se fazem presentes, como a instalação de bases militares com presença estrangeira (FUCCILLE, 1999, p.39).

Durante a Conferência de Williamsburg, os EUA debateram sobre o emprego direto das Forças Armadas latino-americanas em combate a ameaças referentes ao narcotráfico e terrorismo.Contudo, o posicionamento brasileiro sempre foi contrário a tal engajamento, alegando a utilização da Forças, priotariamente, em enfrentamentos de ameaças externas. A VI Conferência de Ministros da Defesa, de 2004, representou um momento de rejeição, por grande parte dos países latino-americanos, em empregar suas Forças Armadas em atividades policiais, fazendo frente à proposta estadunidense e à situação colombiana (NASCIMENTO, 2013). Nesse contexto, a utilização da definição de multidimensionalidade da segurança e de ameaças insere-se diretamente na perspectiva estadunidense, promovendo uma homogeneidade estratégica e consensos em relação a ameaças comuns por meio de Conferências de Ministros de Defesa das Américas. A partir dos anos 1990, as Forças Armadas são inseridas em atividades voltadas ao desenvolvimento nacional, meio ambiente, desastres naturais e assistências humanitárias (SKAAR; MALCA, 2014, p.18). Com os atentados de 11 de setembro de 2001 observa-se, como já apresentado, a securitização do terrorismo e do crime organizado transnacional, desenvolvendo a perspectiva de narcoterrorismo e uma maior militarização, a qual possibilitou o aumento da presença estadunidense na região, marcada por financiamentos e auxílios logísticos e de ensino militar. Verifica-se uma dificuldade em separar ações de caráter interno e externo, visto que “são os problemas internos, os perigos domésticos, sociais ou políticos que solicitam propriamente a ação militar das forças armadas latino-americanas” (ROUQUIÉ, 1982, p.123). Paradoxalmente, houve uma ruptura por parte do CDS em desvincular assuntos de defesa com temas de segurança e promover uma “dessecuritização do narcotráfico” (SUCCI JR., 2017, p.424-425).

A criação de Ministérios da Defesa possibilitou a conquista de avanços consideráveis no âmbito das relações civis-militares. Como primeiro ponto, houve a constituição de uma “política civil de Defesa”, em que a defesa passa a não ser mais exclusividade dos militares. Ademais, a presença de um Ministério para essa área permite um “nivelamento no diálogo internacional sobre Defesa”, pois o atual cenário de cooperação e interdependência exige uma “uniformização dos canais de interlocução, como uma garantia de que o tema seja tratado com

base em valores e interesses comuns" (WINAND; SAINT-PIERRE 2010, p.04-05). Com isso, um elemento importante para o sucesso dos processos cooperativos nessa vertente de defesa é a presença de Ministérios de Defesa "fortes e integrados aos processos decisórios nacionais" (OLIVEIRA, BRITES, MUNHOZ, 2012, p.194-195). Contudo, deve-se ressaltar que o "Ministério da Defesa não deve ser visto como uma panacéia. Ele não foi e não será garantia contra golpes de Estado ou a interferência indevida dos militares na vida política nacional" (FUCCILLE, 2003, p.05).

O caso da Argentina está marcado por um forte processo de questionamento do papel dos militares, redefinindo suas missões e identidade. A Guerra das Malvinas pode ser considerada um momento de inflexão por parte da sociedade civil em relação ao governo militar da época. Ademais, a transição democrática do país é particular, pois ao mesmo tempo em que não constituiu um pacto entre as partes, como no Brasil, também houve uma resistência dos meios castrenses frente ao controle civil (SUCCI JR., 2016, p.578-582). A Lei de Defesa Nacional (N° 23.554), de 1988, determina que as "*Fuerzas Armadas son el instrumento militar de la Defensa Nacional e empregadas para desenvolver tarefas dissuasivas*", subordinadas ao Presidente, chefe e comandante (ARGENTINA, 1988, p.02-03). De forma complementar, a Constituição Argentina (ARGENTINA, 1994, p.14-20) atribui ao Congresso a responsabilidade de "*fijar las fuerzas armadas en tiempo de paz y guerra, y dictar las normas para su organización y gobierno*". Observa-se, segundo Vitelli (2016d, p.276) que o Congresso desempenhou uma atividade essencial na formulação da normatividade em defesa, concomitante ao fato de ter integrado o nível acadêmico nas discussões, inserindo a sociedade civil nos temas militares. Houve uma participação tanto de "*think tanks* partidários" como de instituições acadêmicas e civis, proporcionando o desenvolvimento de políticas de defesa nacionais e da cooperação regional nessa matéria.

O Ministério de Defesa argentino foi instaurado em 1958, sendo originário do antigo Ministério de Guerra, pautado em reestruturar as relações civis-militares e ser o intermediário entre o chefe de Estado e os comandantes das Forças Armadas (ARGENTINA, 2010, p.64). O Ministro de Defensa exerce a "*dirección, ordenamiento y coordinación de las actividades propias de la Defensa*" (ARGENTINA, 1988, p.03), com atividades no âmbito da:

> *elaboración y conducción de la política de defensa y de la política militar, particularmente lo relativo a la organización, funcionamiento, despliegue, recursos humanos, infraestructura, logística, material, información, adiestramiento y doctrina del instrumento militar. Asimismo, el Ministerio establece las condiciones requeridas para desempeñar la Jefatura del Estado Mayor Conjunto de las Fuerzas*

> *Armadas*[120] *y las jefaturas de los Estados Mayores Generales de cada una de las FF.AA. También son competencias del Ministerio de Defensa la elaboración de los principios, las normas o pautas fundamentales a las que deberá ajustarse el ejercicio de las funciones conferidas al Estado Mayor Conjunto de las Fuerzas Armadas, la aprobación del Planeamiento Estratégico Militar, así como la readecuación de las estructuras orgánico funcionales de las FF.AA. y la creación de nuevas unidades operacionales*. (ARGENTINA, 2010, p.97).

Na Argentina, há uma ligação entre a diminuição da autonomia das Forças Armadas com a promoção da cooperação regional, visto que proporcionaria a "dissolução das hipóteses de conflitos com os vizinhos e a adoção de um posicionamento estratégico defensivo" (VITELLI, 2016d, p.285-287). Situação fortalecida ainda mais pela diferenciação entre defesa e segurança, em que a Lei nº 23.554 de Defesa Nacional, de 1988, determina que a função das Forças Armadas se destina a agressões externas (ARGENTINA, 2010, p.89), enquanto a Lei nº 24.059 de *Seguridad Interior*, de 1992, estabelece que a segurança pública contará com o emprego de policiais e forças de segurança (ARGENTINA, 2010, p.91-92), sendo as Forças Armadas utilizadas em casos excepcionais, de acordo com a ordem civil, como em missões de paz.

A proposta de subordinação das Forças à autoridade civil é considerada agenda primordial dos governos desde a redemocratização. A Ministra de Defesa Nilda Garré propôs um maior fortalecimento da autoridade política, iniciando reformas como da Justiça Militar e planejamentos militares. A partir de 2003 observa-se um papel mais ativo do Ministério de Defesa, cristalizando, em conjunto com o Congresso, a política defensiva e cooperativa do país, com participação civil e de acadêmicos[121], e a normatividade da defesa, como as Diretivas de Defesa e o Livro Branco (VITELLI, 2016d, p.276-287). Desde 2007, o Ministério de Defesa centrou-se no fortalecimento do nível internacional da defesa, promovendo cooperação através de negociações de acordos bi e multilaterais, com planejamentos de exercícios combinados e missões voltadas a operações de paz. Com o Decreto n° 788/07, houve a criação da Secretaria de Assuntos Internacionais de Defesa (SAID), voltada à planificação e execução de políticas de caráter cooperativo entre Ministérios de Defesa e Forças Armadas (GASTALDI, 2017, p.179-180). Objetivando ainda desenvolver um "sistema de defesa sub-regional", centrado na consolidação da paz e cooperação, por meio de confiança mútua e transparência,concretizado por um "modelo de defesa nacional autônomo-cooperativo". Projeto este claramente vinculado com a proposta da

[120]O Estado Maior Conjunto das Forças Armadas da Argentina é responsável pelo "*diseño y la definición del Instrumento Militar de la Nación y de sus respectivas capacidades*" (ARGENTINA, 2009, p.14).

[121] Ressalta-se que o Ex-Ministro José Pampurro já havia iniciado o processo de inclusão de acadêmicos no âmbito do Ministério da Defesa (PEREIRA, 2016, p.78-85).

cooperação regional da UNASUL, desenvolvida no âmbito do CDS (FORTI, 2015, p.41). Ademais, houve a proposta de reforma da educação militar; a promoção de políticas de gênero e direitos humanos; além de esforços para modernizar o sistema de defesa e ampliar a cooperação internacional (PEREIRA, 2016, p.78-88).

Nesse cenário, faz-se importante associar as iniciativas propostas na Argentina com as temáticas desenvolvidas no âmbito do CDS e de seus órgãos permanentes. Observa-se uma nítida transposição das visões argentinas desenvolvidas no âmbito nacional, anteriores à criação da UNASUL e do Conselho, para o nível regional, como o Centro de Estudos Estratégico de Defesa, que apresenta pautas e resoluções centradas na política argentina, como as diferenciações de defesa e segurança e as questões de gênero nas Forças Armadas. Ademais, o fomento argentino para a criação de um Colégio Sul-Americano de Defensa foi consagrado com a Escola Sul-Americana de Defesa, para a promoção de uma educação civil-militar (FORTI, 2015, p.43). Demonstrando, assim, a efetiva presença e liderança da Argentina, e a ligação entre seu âmbito nacional e o nível cooperativo regional.

A partir de 2010, Arturo Puricelli, novo Ministro da Defesa, promoveu a cooperação internacional tanto em nível de indústria de defesa como de intercâmbio militar, com a continuidade de projetos, como a *Cruz del Sur* e a MINUSTAH. Todavia, seu matado não manteve o "engajamento, traquejo e dinamismo demonstrado por sua antecessora, inclusive no que diz respeito ao exercício total da autoridade política sobre o Ministério" (PEREIRA, 2016, p.90). Agustín Rossi, nomeado em 2013, promoveu algumas mudanças, como a conversão da SAID em uma subsecretaria, vinculada à Secretaria de Estratégia e Assuntos Militares (SEAM). Logo em seguida, esta foi modificada novamente dividindo-se em Direção Geral de Política Internacional de Defensa e Direção de Anexos e Comissões no Exterior. A justificativa se pauta em contar com equipes permanentes e suficientemente capazes de atender às iniciativas no campo da defesa, destacando o CDS e seu CEED, e as Conferências de Ministros de Defesa das Américas (GASTALDI, 2017, p.179-180).

A partir de 2016, contudo, nota-se um momento de inflexão nas relações civis-militares da Argentina com o governo de Mauricio Macri. Houve o retorno de agências estadunidenses desempenhando funções quanto ao treinamento das Forças militares e de segurança argentinas (FRENKEL; AZZI, 2018, p.194), promovendo, em 2018, mudanças constitucionais quanto ao emprego das Forças Armadas no âmbito interno. Ademais, Macri e Obama, em 2016, fortaleceram suas relações com a permissão argentina de instalação de duas bases científicas com presença estadunidense em Ushuaia e na Tríplice Fronteira.

O Brasil se apresenta como um país que realizou uma transição democracia pactuada, feita por e para militares, garantindo a manutenção da identidade militar e do emprego das Forças Armadas, além de um efetivo grau de autonomia institucional (FITCH, 2001, p.61; OLIVEIRA; SOARES, 2000, p.121). As Forças Armadas são instituições "permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem" (BRASIL, 1988). O Congresso atua no campo dos coletivos das Forças Armadas, na autorização da solicitação do Presidente para declaração de guerra e assinatura de acordos de paz, e na permissão de forças estrangeiras no território nacional. No âmbito do Legislativo, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional é responsável por debates quanto ao pensamento estratégico do país e políticas públicas de defesa. Porém, observa-se uma baixa participação desta nas atividades, com pouco interesse político sobre o tema, ausência de pessoal especializado e preponderância do poder executivo (ROCHA; FIGUEIREDO, 2012, p.28-29).

A PND de 1996 foi peça relevante para a criação do Ministério da Defesa em 1999. O cenário anterior estava marcado pela existência de quatro Ministérios: da Marinha, do Exército, da Aeronáutica e do Estado-Maior das Forças Armadas (com papel integrador), e por tentativas mal-sucedidas de criação do Ministério da Defesa, que remontam desde a constituição 1946. Assim, em uma conjuntura propícia, especialmente tendo em vista a PND, instaurou-se o Ministério para a concretização de uma política de defesa e a integração das Forças Armadas. Tal está associado ao Ministério de Relações Exteriores no que se refere à construção do espaço de defesa na política externa brasileira, inserindo o país em questões de defesa na América do Sul e no continente africano, especialmente com os Estados de região costeira com Atlântico Sul e com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CALDERARO, 2013, p.55-69). O Ministro da Defesa é o diretor superior "das Forças Armadas, assessorado pelo Conselho Militar de Defesa, órgão permanente de assessoramento, pelo Estado Maior Conjunto das Forças Armadas[122] e pelos demais órgãos, conforme definido em lei" (BRASIL, 1999).[123]Ademais, o Ministro é responsável pela formulação da normatividade em defesa nacional, como as políticas e estratégias de defesas e os Livros Brancos.

[122]O Estado Maior Conjunto das Forças Armadas do Brasil está composto por um chefe (general do último posto) e um comitê com chefes de Estados Maiores das Forças Armadas, executando o "planejamento do emprego conjunto das Forças Armadas" e assessorando "o Ministro de Estado da Defesa na condução dos exercícios conjuntos e operações de paz" (BRASIL, 1999).

[123] Em 2014 houve a regulamentação, por parte do Ministério da Defesa, do emprego das Forças Armadas quanto calamidades públicas, desastres naturais e ajuda humanitária (interna e no nível de missões da ONU).

O governo de Lula da Silva buscou uma maior institucionalização do Ministério da Defesa, porém dificuldades foram expressivas no que tange ao controle dos militares pelo poder político, somado ao descompasso entre a política de defesa e os programas de governo (OKADO, 2012, p.60). Seguindo a análise de Nelson Jobim (2010), ex-Ministro da Defesa, a condução da política de defesa durante tal governo está divida em cinco momentos. O primeiro, denominado "reformismo moderado", com o cargo de Ministro ocupado por José Viegas, apresentou a busca de um maior controle civil sob a defesa, a consolidação do Ministério e a participação da sociedade. O outro período, correspondente à administração de José Alencar, foi chamado de "acomodação estratégica", voltado à resolução das crises nacionais, entre militares e o Ministério, ocorridas na administração anterior. Apesar de sua atuação meramente conciliatória, foram publicadas a Política Nacional da Indústria de Defesa e uma nova versão da Política de Defesa Nacional (OKADO, 2012, p.61-65). O terceiro momento destacado por Jobim (2010) refere-se ao mandato do político Waldir Pires, denominado de "interregno turbulento", marcado por acidentes aeronáuticos e greve de controladores militares de vôo. Mesmo assim, efetuou-se a retomada da perspectiva modernizadora com o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) com a França. Contudo, segundo Okado (2012, p.67), nota-se que tal gestão revelou o desconhecimento dos líderes políticos no que tange à defesa, visto a expressiva autonomia das Forças Armadas. Em 2007, Jobim ascendeu ao cargo objetivando, nesta fase de "freio de arrumação", a superação da crise aérea, a criação de diretrizes para a defesa e a efetuação do controle civil sob a política de defesa do país; ocorrendo, com isso, a aprovação do projeto de Lei Complementar nº 136[124], em 2010, e o advento das discussões para a criação da Estratégia Nacional de Defesa (JOBIM, 2010). O quinto momento, ainda sobre a administração de Jobim, foi cunhado de "integração transformadora", tendo como motivador a END, objetivando adaptações e modernizações por meio da integração e orientação das Forças; além de modificações legais, como com o Decreto nº 7.276[125], a Lei complementar nº136, a criação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, a reorganização de secretarias, e a centralização de compras de materiais militares, intensificando-se assim o papel do Ministro na cadeia de comando e no controle das Forças Armadas (LIMA, 2015, p.81).

[124] A Lei Complementar nº136 altera a Lei Complementar nº 97, de 1999, no que tangem normas de organização, preparo e o emprego das Forças Armadas. Por meio de tal Lei ocorreu à criação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, modificações nas atribuições do Ministro da Defesa e a previsão de publicação do Livro Branco de Defesa Nacional (CALDERARO, 2013, p.43).

[125] O decreto refere-se às mudanças na estrutura militar de defesa. Maiores informações disponíveis em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7276.htm> Acesso em: 20/05/2019.

Contudo, nota-se que as Forças Armadas mantiveram prerrogativas e certo grau de autonomia ocasionados por "fissuras no quadro político nacional" decorrentes de: a) imprecisões quanto o emprego das Forças Armadas; b) uma PDN vaga e ambígua no referente à defesa e segurança; c) um Ministério da Defesa com uma "estrutura débil" e marcado por uma baixa participação civil; d) baixo interesse civis no campo da defesa; e) ausência de preparo e interesse por parte dos políticos em tratar questões de defesa (SAINT-PIERRE; WINAND, 2007, p.34-35).

No campo de emprego das Forças Armadas, observa-se que tais podem ser utilizadas para a defesa nacional, garantia de poderes constitucionais, missões de GLO e desenvolvimento nacional (BRASIL, 2012c, p.53-54). A participação das Forças Armadas na GLO está garantida na Constituição Federal por meio da Lei Complementar nº 117, de 2004, alegando que:

> Consideram-se esgotados os instrumentos relacionados no art. 144 da Constituição Federal[126] quando, em determinado momento, forem eles formalmente reconhecidos pelo respectivo Chefe do Poder Executivo Federal ou Estadual como indisponíveis, inexistentes ou insuficientes ao desempenho regular de sua missão constitucional [...] Na hipótese de emprego nas condições previstas no § 3º deste artigo, após mensagem do Presidente da República, serão ativados os órgãos operacionais das Forças Armadas, que desenvolverão, de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, as ações de caráter preventivo e repressivo necessárias para assegurar o resultado das operações na garantia da lei e da ordem. (BRASIL, 2004).

Existe uma peculiaridade no caso brasileiro, já que, apesar da missão das Forças Armadas ser predominantemente voltada ao âmbito externo, houve um aumento significativo, especialmente durante a gestão de Lula da Silva e Rousseff, em seu emprego em temas de segurança pública (LIMA, 2015). Posteriormente, o Ministro Amorim (2012a, p.30) ressaltou a necessidade de incluir as Forças em "locais estratégicos", como a "Amazônia Verde, a Amazônia Azul, as reservas do Pré-sal, os centros de energia, a imensa capacidade de produção de alimentos, as reservas de água doce, entre outros". Consequentemente observou-se a necessidade de modernizar as Forças para a manutenção da perspectiva dissuasiva do país, sendo uma agenda de grande destaque durante seu mandato como Ministro, propondo, por exemplo, a aquisição de aeronaves, a ampliação do Sistema de Proteção da Amazônia e a manutenção do PROSUB (CEPIK, 2014, p.07). Paralelamente, em 2011, o governo de Dilma

[126]"Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares. [...] § 7º A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades" (BRASIL, 1988).

Rousseff retomou uma cooperação em defesa mais direta com os Estados Unidos, assinando o Acordo Quadro em política espacial, substituindo o anterior, de 1996. Em 2016, sob a liderança de Michel Temer, houve a efetiva promoção da agenda do programa espacial brasileiro, com discussões sobre a utilização da base de Alcântara pelos EUA (ALMEIDA, 2019).

Nota-se um processo simultâneo de cooperação regional, por meio de relações bilaterais e do CDS-UNASUL, aclamando a constituição de uma possível comunidade de segurança regional, segundo os discursos do Ministro Amorim; bem como um suposto balanceamento de poder com o reaparelhamento das Forças Armadas. Como forma de justificar o incremento de seus investimentos, o país propaga a mensagem de um movimento securitizador dos recursos naturais, como energia, floresta amazônica e fontes hídricas, sendo esses investimentos essenciais para a proteção das reservas nacionais (VILLA, 2017, p.05-09), como analisado da próxima seção.

Diferentemente de Argentina e Brasil, no Estado colombiano não houve a instauração de um período de ditadura militar, contudo, a violência histórica no país, especialmente na zona rural, influenciou diretamente o papel dos militares e sua forma de emprego. Nota-se um modelo politizado de exército que interfere na opinião pública e atua entre ameaças externas e internas (GAVIRIA, 2007, p.116). As Forças Militares do país, de acordo com a constituição, são organizações permanentes formadas por exército, marinha, aeronáutica e um comandante das Forças, destinadas a "*defensa de la soberanía, la independencia, la integridad del territorio nacional y el orden constitucional*" (COLÔMBIA, 2000, p.16). O presidente da República é responsável pela direção das Forças, bem como:

> *Proveer a la seguridad exterior de la República, defendiendo la independencia y la honra de la nación y la inviolabilidad del territorio; declarar la guerra con permiso del Senado, o hacerla sin tal autorización para repeler una agresión extranjera; y convenir y ratificar los tratados de paz, de todo lo cual dará cuenta inmediata al Congreso.* (COLÔMBIA, 2015a, p.54).

Ainda assim, o mando das Forças pode ser exercido pelo presidente por meio do "*Ministro de Defensa Nacional, a través del Comandante General de las Fuerzas Militares, quien a su vez, lo ejerce sobre las Fuerzas*" (COLÔMBIA, 2000, p.16). O Congresso atua quanto à aprovação das decisões da presidência, além de estabelecer normas referentes ao salário das forças públicas. Devemos considerar que na Colômbia houve uma aglutinação das Forças Militares e da Polícia Nacional, que passaram a ser denominadas Forças Públicas. A Polícia é um "corpo armado", permanente e civil, destinado a "*contribuir a las necesidades de seguridad y tranquilidad públicas, mediante un efectivo servicio, fundamentado en la*

prevención, investigación y control de los delitos y contravenciones", estando subordinada ao Presidente e Ministro da Defesa, o qual, através do Diretor Geral da Polícia, realiza a "*dirección, organización, administración, inspección y vigilancia de la Policía Nacional*" (COLÔMBIA, 2000, p.17).[127]

O Ministério de Defesa Nacional, nomeado em 1965 em lugar do Ministério da Guerra, instaurou-se como, inicialmente, estratégia de diálogo para a paz com as guerrilhas, estando a cargo de um civil. De1991 até 2015, a constituição colombiana sofreu alterações, implicando na estrutura e função de tal Ministério (CHACON, 2016, p.22-23). Atualmente, o Ministério executa a "*formulación y adopción de las políticas, planes generales, programas y proyectos del Sector Administrativo Defensa Nacional*", destinado a "*defensa de la soberanía, la independencia y la integridad territorial*", além da manutenção da constituição e garantias democráticas (COLÔMBIA, 2000, p.01). Ademais, atua no desenvolvimento de políticas nacionais de defesa e segurança e no auxílio da garantia da paz do país no campo da segurança, permitindo o "*desarrollo económico, la protección y conservación de los recursos naturales y la promoción y protección de los Derechos Humanos*" (COLÔMBIA, 2000, p.01). O Ministro da Defesa trabalha em conjunto com os Vice-ministros, os comandantes das Forças Militares e de cada uma delas, e com o diretor geral da polícia nacional. Suas funções estão centradas, primordialmente, em:

> *1. Diseñar y recomendar al Presidente de la República la estrategia de seguridad y defensa nacional así como las políticas para su ejecución.* […] *4. Establecer políticas y aprobar planes, programas y proyectos en materia de adquisiciones para alcanzar los fines de la estrategia militar. 5. Ejercer la dirección, evaluación y control de gestión sobre el personal y los recursos asignados al Ministerio de Defensa Nacional. 6. Definir, en coordinación con el Ministerio de Relaciones Exteriores, la negociación de tratados o convenios internacionales del Sector Defensa Nacional. 7. Preparar y presentar al Congreso de la República los proyectos de ley relacionados con el Sector y dar su concepto sobre aquellos que comprometan la seguridad y defensa nacionales o el orden público. 8. Revisar y aprobar los anteproyectos de presupuestos de inversión y de funcionamiento y el prospecto de utilización de los recursos del crédito público del Sector a su cargo. 9. Vigilar el curso de la ejecución del presupuesto correspondiente al Ministerio.* […] *13. Señalar las políticas generales del Ministerio de Defensa Nacional, velar por el adecuado cumplimiento de sus funciones y coordinar las actividades de sus dependencias.* (COLÔMBIA, 2000, p.04).

O Ministério da Defesa, ademais, possui em sua estrutura um Vice-Ministro de políticas e assuntos internacionais, auxiliando na formulação das políticas e objetivos estratégicos de defesa e segurança pública e assessorando no campo das relações

[127] A constituição ainda ressalta que todos os cidadãos colombianos são obrigados a "*tomar las armas cuando las necesidades públicas lo exijan para defender la independencia nacional y las instituciones públicas*" (COLÔMBIA, 2015a, p.61-62).

internacionais no viés da defesa, com ações coordenadas com o Ministério das Relações Exteriores (COLÔMBIA, 2011e, p.03-04). No interior desse Vice-ministério há a diretoria de relações internacionais e cooperação, pautada em planejar as relações internacionais e a cooperação internacional em matéria de defesa; desenvolver análises quanto ao interesse nacional em defesa e segurança e o entorno internacional; além de coordenar a comunicação com organizações internacionais e entidades governamentais quanto à cooperação técnica e financeira na área da defesa (COLÔMBIA, 2011e, p.05-06). Destacamos essa diretoria pois seu diretor, usualmente, é o representante enviado ao CEED-CDS para representar a Colômbia no conselho diretivo.

Ademais, há o cargo de Vice-Ministro de estratégia e planejamento, com a função de "*dirigir el diseño de estructura de fuerza con fundamento en la identificación de conceptos operacionales y capacidades objetivo*"; planejando os orçamentos e processos logísticos do setor; e se responsabilizando pela formulação dos Planos estratégicos setoriais e de guias de planejamento estratégico de defesa (COLÔMBIA, 2011e, p.07). Em 2011, no interior do Ministério da Defesa, instaurou-se o Grupo Social e Empresarial do Setor Defesa (GSED), destinado a "*garantizar y facilitar la implementación y ejecución de la política del sector*" (COLÔMBIA, 2011d).[128] Para tanto, foi criado um cargo de Vice-Ministro do GSED e bem-estar voltado à elaboração de: políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação em defesa, atendendo às necessidades da Força Pública; estratégias de competitividade empresarial para os membros do GSED, considerando ainda as Forças e as oportunidade de negócios nacionais e exteriores; projetos de cooperação industrial e social; além de política de bem-estar das Forças (COLÔMBIA, 2011E, p.09-10).

A partir da década de 2000, o Ministério da Defesa passou a ganhar protagonismo e liderança na Colômbia, executando a securitização e militarização de ameaças, devido, especialmente, ao contexto nacional que o país se encontrava. O Ministro tornou-se responsável e peça fundamental para a elaboração da Política de Segurança Democrática, emblemática durante o governo de Uribe. O papel político de Manuel Santos foi destacado, exercendo expressiva influência na estruturação de segurança e defesa do país, caso também ocorrido durante o mandato de Juan Carlos Pinzón, como Ministro de Defensa do governo de Santos. O Ministério da Defesa executou uma transformação e modernização em defesa nos

[128] O GSED está composta pelas entidades: "*Indumil, la Agencia Logística de las Fuerzas Militares, la Corporación de la Industria Aeronáutica - CIAC, el Fondo Rotatorio de la Policía, el Hospital Militar, la Caja de Retiro de las Fuerzas Militares, la Caja de Sueldos de Retiro de la Policía, la Caja Promotora de Vivienda Militar y de Policía, el Instituto de Casas Fiscales del Ejército, el Club Militar, el Hotel Tequendama, la Defensa Civil, Satena, Cotecmar, la Universidad Militar Nueva Granada, la Corporación Gustavo Matamoros D'Costa y la Superintendencia de Vigilancia y Seguridad Privada*" (COLÔMBIA, 2011E, p.09-10).

campos: fortalecimento das capacidades das Forças Públicas frente a ameaças; elaboração de novas doutrinas; e educação conjunta e estruturada entre as Forças e instituições estrangeiras (CHACON, 2016, p.25-26).

> *Y eso lo digo haciendo referencia a una frase que repito con frecuencia, que decían los romanos cuando crearon La República: 'La primera ley de la República es, y debe ser siempre, la seguridad, la seguridad de los ciudadanos'. Porque sin esa seguridad las demás leyes se vuelven inocuas, no se pueden aplicar. Por eso es tan importante ese concepto de país seguro. Ahí los avances también han sido muy importantes. Ustedes lo conocen de primera mano, ustedes han sido protagonistas, ustedes han sido los responsables de esos avances. Quiero referirme a algunos de ellos, simplemente para poner en contexto lo que hemos avanzado en materia de seguridad, que nos ha permitido el resto, que nos ha permitido convertirnos en el país con más inversión extranjera, en términos relativos, de toda la región, de toda América Latina. Que nos ha permitido todos estos logros que les he mencionado y muchísimos más. Éramos considerados un país al borde del abismo, casi como un Estado fallido. Así nos calificaban. Ustedes lo conocen también muy bien. Y se inició todo un proceso de fortalecimiento de nuestras Fuerzas Armadas, que se inició, a Dios lo que es de Dios, en la época del Presidente Pastrana. […] Ahí dimos los primeros pincelazos a ese proceso de fortalecimiento de las Fuerzas. Cuando llegó el Presidente Uribe lo continuó, y las Fuerzas comenzaron a tener más herramientas, más capacidades, más personal y también comenzó un proceso de mejoramiento al interior de las Fuerzas. Yo cuento esta anécdota con mucho orgullo, porque fue uno de esos puntos de inflexión, que demuestran que cuando hay cooperación, cuando hay coordinación, los resultados se multiplican en cualquier circunstancia de la vida de las empresas, pero también de las Fuerzas Armadas*. (SANTOS, M., 2013, p.03).

As Forças Militares colombianas estão pautadas em uma relação direta com os Estados Unidos, com funções e tarefas alinhadas aos preceitos da superpotência. A partir de 1998, com o Plano Colômbia, houve uma reestruturação da Força com apoio direto dos EUA, voltando-se à perspectiva de atuação tanto em nível de proteção de fronteiras, como frente ao inimigo interno, caracterizado pelas guerrilhas e o narcotráfico. A constituição da perspectiva de narcoterrorismo foi essencialmente para a consolidação da estrutura da Força Pública, visto que, com tal prerrogativa, os auxílios estadunidenses se elevaram, contando com equipes militares do país em território colombiano (GAVIRIA, 2007, p.124-125).

> *Por ello las Fuerzas Armadas en cumplimiento de su deber continuarán desarrollando acciones que permitan una Colombia más segura y prospera para las generaciones futuras. Unas Fuerzas Armadas que no se quedarán inmersas en un pasado admirable, sino que desde el presente miran hacia adelante, para forjar una patria en paz, moderna y transparente, al servicio de todos sus habitantes*. (VILLEGAS, 2015, p.02).

As Forças Públicas do país contam com um histórico de expressiva violência e associação a grupos paramilitares. Desde o governo de Uribe, com a Política Democrática, há

um movimento de profissionalização das Forças Militares, como destacado pela ex-Ministra Marta Ramírez (2003, p.09-10), que tem sido um processo que possibilitaria a conscientização das questões relacionadas aos direitos humanos, ressaltando a necessidade de não uso da violência sobre a população civil, permitindo um estreitamento dos laços de confiança com a sociedade. Ademais, houve um incremento na sua capacidade de mobilidade e resposta, pautada ainda na garantia da segurança do país, concomitante a um trabalho conjunto entre a Força e instituições judiciais, coordenando com recursos de inteligência. Por fim, há uma retomada do papel e liderança do Estado nas questões de defesa e segurança, não deixando a cargo apenas das Forças, bem como de valorização dos direitos e deveres dos cidadãos colombianos para o fortalecimento da democracia, apoio das Forças e solidariedade com a população que sofre com as ações dos grupos armados internos (COLÔMBIA, 2003, p.09-10). Contudo, durante o mandato do Ministro Juan Pinzón (2011-2015) houve a ocorrência de divisões e conflitos entre as agências do governo, especialmente com a Lei Estatutária da Justiça Penal Militar, de 2013, que proveu imunidade aos membros das Forças Armadas de acordo com decisões de uma justiça militar mais independente, provocando contestações por parte de líderes de direitos humanos, visto o histórico da Força de delitos contra a população. Ademais, o acordo de paz com as FARC sofreu com a resistência do Ministro, necessitando da liderança do Presidente Santos para que o mesmo avançasse (DIAMINT, 2016, p.55-61).

O Ministro Pinzón (2010, p.12-13), ademais, promoveu a formulação de um modelo de planejamento de médio e longo prazo, pautado em uma metodologia para definir "*una estructura de fuerza que evolucione de manera concordante con los retos operacionales futuros*", garantindo uma sintonia entre o orçamento, os princípios políticos e as missões e capacidade da Força Pública, denominando-se "Transformação e Futuro da Força Pública 2030". Para tanto, foram determinados setores de missão da Força, fornecendo as bases para uma visão compartilhada sobre o futuro e suas ameaças, sendo elas: 1) segurança cidadã, voltada à garantia de direitos, liberdades, proteção e desenvolvimento social; 2) segurança pública, com o emprego das Forças Públicas para "neutralizar e desarticular os atores ilegais"; 3) defensa nacional, para a proteção da soberania e do território; 4) gestão de riscos[129]; 5) cooperação internacional, fortalecendo alianças estratégicas frente a ameaças comuns e intercâmbio de informações e tecnologias; 6) proteção dos recursos naturais e meio ambiente; 7) desenvolvimento do país, inserindo as Forças Públicas no desenvolvimento econômico e

[129] As Forças colombianas foram empregadas na gestão de riscos, quanto à assistência em desastres naturais, tendência observada em toda a região. Em 2012, o governo criou um Sistema Nacional de Gerenciamento de Risco de Desastres, desenvolvendo um plano de ação com respostas emergenciais, redução de riscos e coordenação entre os órgãos nacionais (DONADIO et al., 2018).

social; e 8) “gestão, apoio e desenvolvimento projetivo” (COLÔMBIA. 2010b p.41-43). O Modelo ainda ressalta que o emprego da Força Pública deve considerar a segurança interna, utilizando-se do “mínimo de força necessária” para cumprir a missão determinada, e defesa externa, com um papel estratégico defensivo, mas desenvolvendo capacidades defensivas, ofensivas e de projeção de força no campo operacional (COLÔMBIA. 2010b p.57). O papel do Ministério da Defesa também é essencial nesse contexto, visto o estabelecimento de parcerias estratégicas, pautando-se em uma diplomacia de segurança e defesa para a África, Américas e Europa, marcada por processos cooperativos com a Organização Internacional de Polícia Criminal, a Europol, a OTAN (COLÔMBIA. 2010b, p.21) e entre os países sul-americanos. A relação com seus vizinhos está marcada pelo diálogo e cooperação em mecanismos militares e policiais. Com Argentina, Brasil e Chile houve o intercâmbio mais denso de capacidades, indústria de defesa, missões internacionais, direitos humanos e proteção do meio ambiente. A relação entre os Ministérios de Defesa colombiano e brasileiro se destaca pela luta contra a delinquência transnacional e desminagem (COLÔMBIA, 2018, p.156-158).

Considerando o novo cenário colombiano de transição pós-conflito, em 2014, durante o Fórum Internacional de “Transformação e Futuro da Força Pública: O Modelo colombiano e a experiência Internacional” foi atualizada a nova missão das Forças Públicas, centrando-se na proteção de fronteiras e do meio ambiente; na cooperação internacional, como com a OTAN, países vizinhos e organizações regionais; e no desenvolvimento tecnológico, ressaltando a expansão das ameaças cibernéticas (COLÔMBIA, 2014a, p.100). Segundo a Política de Defesa e Segurança “Todos por um novo país”, “*una Fuerza Pública sólida será la principal y más importante garantía para la superación del conflicto y la construcción de una paz duradera*” (COLÔMBIA, 2015b, p.13). Nesse contexto, os avanços nas alterações das missões da Força possibilitaram a obtenção de êxitos no campo nacional, como apresentado pelo Ministro Carlos Villegas, em que o trabalho entre as Forças Militares e a Polícia tem resultado no enfraquecimento dos grupos armados no país, sendo que as Forças Militares “*seguirán teniendo un rol primordial en el proceso de contribuir a la paz, ser garantes de la misma, luchar contra el crimen organizado, garantizar la seguridad ciudadana, la seguridad pública y la defensa de la soberanía; apoyando así mismo el desarrollo del país*”(VILLEGAS, 2015, p.03).

Considerando a estrutura das relações civis-militares de Argentina, Brasil e Colômbia, notam-se as suas repercussões sobre a cooperação em defesa na região sul-americana. Para tanto, analisamos abaixo a presença de civis e militares no Ministério da Defesa desses países,

bem como o envio de militares e civis ao Centro de Estudos Estratégicos de Defesa do CDS, à Escola Sul-Americana de Defesa e ao Curso Avançado de Defesa Sul-Americano. Tal amostra nos permite demonstrar a importância desta variável para a pesquisa proposta, visto que os avanços e retrocessos da cooperação em defesa no CDS estão ligados à presença de representantes e as atividades desenvolvidas por eles.

Podemos observar, por meio dos quadros construídos pela autora, presentes nos apêndices E e F, as estruturas de relações civis-militares discutidas durantes essa seção. Na Argentina, nota-se a nítida propagação da subordinação dos militares ao poder civil, integrando apenas civis nos cargos de Ministro da Defesa e de Secretário de Estratégia e Assuntos Militares, ao mesmo tempo em que enviou, praticamente, apenas civis para as funções do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa do CDS, destoando somente entre 2011-2013 com a presença de um Coronel no cargo de delegado. No âmbito do CEED, como discutimos no próximo capítulo, a Argentina consagrou sua criação e liderança no campo da normatividade, conquistando seu objetivo de revisar as atribuições das Forças Armadas e mantendo sua resistência quanto ao emprego das mesmas em nível policial.

Distintamente da situação argentina, o caso de Brasil e Colômbia se assemelham. No interior do Ministério da Defesa, nota-se a presença de civis para os cargos de Ministros, com exceção de 2009 na Colômbia com a inclusão de um general para tal, e do Brasil quanto ao cargo de Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, que é de caráter militar. Em relação ao CEED-CDS, pode-se notar, no âmbito brasileiro, a presença majoritariamente de militares, à exceção de um delegado durante o período de 2015-2016. Em relação à Colômbia, pelo fato de o cargo de membro do conselho diretivo ser representado pelo Diretor de Relações Internacionais e Cooperação, há a presença sempre de um civil; situação distinta dos delegados nacionais, marcados pelo comparecimento de militares em todos os períodos.

Em 2012/2013, o Brasil assumiu a corresponsabilidade de desenvolver a ESUDE, ressaltando o papel da mesma, pelo Ministro Celso Amorim, de fomentar a criação de uma identidade regional. Em 2015, as atividades da Escola se iniciaram e o posicionamento de Jaques Wagner, então Ministro da Defesa, seguia a perspectiva assumida por Amorim de comprometimento do país quanto à iniciativa, indicando ainda o Dr. Antonio Jorge Ramalho da Rocha como secretário executivo da instância, concorrendo com a indicação do Dr. Jorge Battaglino, realizada pelo governo de Cristina Kirchner. Baseando-nos no apêndice G, observamos que, mesmo com a eleição de Ramalho para o cargo, há uma continuidade por parte do Brasil de envio de apenas militares para os conselhos superior e acadêmico, e de delgados nacionais, situação paradoxal com a própria proposta do órgão de integrar e atuar em

cursos e discussões civis e militares. Distintamente, Argentina e Colômbia executaram o envio de 100% de civis para todos os cargos da Escola.

Paralelamente, criado em 2012 sob a liderança da Escola Superior de Guerra brasileira, o Curso Avançado de Defesa Sul-Americano (CAD-SUL) volta-se a atividades do CDS de formação e capacitação, reunindo civis e militares da área de defensa. Como vereficamos no apêndice H, há uma mescla de envio de militares e civis, já que a própria proposta do curso é de integrar esses funcionários e prover uma capacitação. Contudo, ainda assim, nota-se uma discrepância em relação aos envios brasileiros, em que, de 2012 a 2016, 18,52% eram civis e 81,48% eram militares; enquanto, no caso argentino, de 2012-2015, houve o envio de 55,56% civis e 44,44% militares; e em relação à Colômbia, de 2013-2016, ocorreu a designação de 54,55% civis e 45,45% militares. Compreende-se a situação particular brasileira visto o Ministério de Defesa do país ser composto predominantemente por militares, repercutindo diretamente na gama de possibilidades de pessoal a ser enviado.

Desta forma, as relações civis-militares dos países em questão são importantes peças para a compreensão da cooperação em defesa. Em um primeiro momento, nota-se uma similitude no caso Argentina e Brasil, pois os dois países fomentaram a cooperação sul-americana e priorizaram o CDS e suas instâncias, enviando representantes em praticamente todos os anos. A exceção ocorre quanto à Argentina, em 2016, explicado pelo novo direcionamento das políticas nacionais e das Forças Armadas, ocorrendo uma maior aproximação com os Estados Unidos em detrimentos das relações com a América do Sul. A Colômbia, nesse cenário, é considerada um caso particular, pois há uma junção entre suas Forças Armadas e a Polícia nacional, ocorrendo uma cristalização do emprego da Força Pública tanto para o âmbito externo como para o nível interno, reconhecendo e empregando na normativa e na identidade militar a concepção de inimigo interno. Ademais, sua aproximação com os Estados Unidos é clara e propaga as concepções e estruturas da superpotência, promovendo um conflito de posicionamento e normatividade com Argentina e Brasil. Ao mesmo tempo em que valoriza a cooperação, treinamento e doutrinação de suas Forças com os EUA e países europeus, afastando-se da região sul-americana e das propostas do CDS. Em um segundo momento, vemos o Brasil como exceção entre os Estados analisados, visto a utilização de majoritariamente militares para a execução da cooperação em defesa com os países da América do Sul, no âmbito do CDS-UNASUL. Confirma-se o que já havíamos destacado ao longo desta seção, em que há uma concepção brasileira de que as questões de defesa devem ser mantidas nas mãos dos militares. Situação visualizada, ainda mais, com a configuração do Ministério da Defesa que, mesmo depois de quase uma década

de fundação, ainda presencia uma baixa inclusão de civis nos cargos e nas aberturas para discussões e reflexões sobre a defesa nacional. Nesse sentido, nota-se o confronto de agendas entre a diplomacia presidencial brasileira, voltada a cooperação sul-sul, a utilização da região como plataforma de inserção do país no cenário internacional e de construção de confiança na América do Sul, com a visão das Forças Armadas, que ainda empregam a perspectiva realista de balanceamento de poder na região e de reaparelhamento de sua estrutura militar frente a possíveis ameaças, repercutindo diretamente nas discussões e avanços no âmbito de CDS.

5.2 Percepções de ameaças e securitização

Seguindo a perspectiva de securitização da Escola de Copenhague e a crítica utilizada pela Escola de Paris para uma melhor formulação e compreensão do processo, notamos que o caso da excepcionalidade está atrelado a uma prática diária executada por profissionais para a construção de uma ameaça emergencial, constituindo a denominada "*logic of unease*". Nesse sentido, há uma complexidade de agentes envolvidos na construção da securitização, que varia desde membros governamentais até organizações com fins lucrativos (BIGO, 2002). Paralelamente, como já discutido no segundo capítulo, a audiência possui um papel essencial na perspectiva da Balzacq, sendo o discurso adaptado ao contexto social para a aceitação efetiva do objeto securitizado. A mídia e a sociedade passam a ter um papel influenciador nas ações do agente securitizante, visto responderem à forma como a questão securitizada tem sido tratada. Assim, o estado de exceção não se concretiza de forma literal, já que as ações e iniciativas securitizantes também passam a estar vinculadas e sancionadas por uma estrutura normativa e institucional, ocorrendo a normalização da excepcionalidade (ALVES, 2019).

Utilizando-se de tal embasamento, notamos a ocorrência de processos de securitização nos três países analisados (Argentina, Brasil e Colômbia). Para tanto, destacamos apenas as ações securitizadoras que influem na compreensão de suas relações cooperativas em nível regional, refletidas no CDS. O caso da Argentina configura um movimento de securitização que associa a reivindicação das Ilhas Malvinas com a proteção dos recursos naturais do país, constituindo o objeto referente da teoria. Os agentes securitizadores estão centrados no nível do executivo, cerceando o papel dos presidentes, como observado nos discursos de Cristina Kirchner; do Ministério da Defesa, na figura do Ministro da Defesa, especialmente durante os mandatos de Nilda Garré e Arturo Puricelli, e do Secretario de Estratégia e Assuntos Militares, quando estava sob o comando de Alfredo Forte; além dos documentos normativos de defesa publicados, a destacar as Diretrizes Nacionais e os Livros Brancos de 2010 e 2015.

Como atores funcionais, influentes nas dinâmicas securitizadoras, identificamos as Forças Armadas, atuantes na questão das Malvinas desde a ditadura militar do país, criando e incorporando discursos, ademais de proverem insumos e perspectivas aos documentos de defesa do país; e a mídia, que passou a divulgar os discursos presidenciais e posicionamentos do governos, influindo na opinião pública argentina. Contudo, devemos considerar que não existem evidências de excepcionalidade ou de um processo de "normalização da excepcionalidade" que demonstrem que a securitização proposta foi efetivada. Ainda assim, observamos que a temática ganhou destaque e reconhecimento nacional, a ponto de se fazer presente no âmbito do CDS-UNASUL e constituir uma proposta de securitização por parte dos países membros.

O resultado da Guerra das Malvinas de 1982 foi decisivo para que as Forças Armadas fossem efetivamente subordinadas ao poder civil e iniciassem a reconstrução de seu papel. A Argentina ainda persiste na reivindicação territorial das ilhas, obtendo expressivo destaque durante os governos de Néstor e Cristina Kirchner. Reconhecendo a impossibilidade de uso armado para a solução da questão, os governos argentinos optaram por um perfil diplomático em organizações regionais e internacionais para tratar do tema (ABDUL-HAK, 2013, p.90-93). Como apontado pela ex-presidente Fernández de Kirchner (2009, p.02): "*quiero* […] *reafirmar una vez más nuestros derechos soberanos sobre nuestras Islas Malvinas, reclamo inclaudicable que no se reconoce en un ejercicio de patriotismo, sino en un ejercicio de derechos y títulos que le pertenecen a la República Argentina"*. As Malvinas constituem-se como um símbolo nacional da cultura argentina e uma fonte de recursos energéticos e naturais no Atlântico Sul.

> *Por eso, en este Día de Reafirmación de la Soberanía, tenemos no solamente que reafirmar la soberanía de la integridad territorial, sino también la de la dignidad política de un país y de una sociedad que finalmente, haciéndose cargo de sus errores, de su pasado y de sus aciertos, está dispuesta, con los que ocupan ilegalmente nuestra islas y explotan ilegalmente nuestros recursos naturales, con grave peligro también para el medio ambiente, convocarlos una vez más al diálogo en el marco del paraguas que marcan las resoluciones de Naciones Unidas*. (FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, 2015, p.07).

A proposta do país sempre se centrou em alternativas diplomáticas que possibilitassem a retirada do Reino Unido do território, o qual muitas vezes é denominado como o colonizador que ainda permanece na América do Sul, militarizando e explorando as Ilhas e seus recursos. O apoio dos países sul-americanos também é ressaltado nos discursos

presidenciais, sendo uma expressão de união e resistência para uma maior autonomia regional.

> *La verdad sobre Malvinas, es que constituye la base militar nuclear de la OTAN en el Atlántico Sur. […] Las Islas Malvinas se encuentran entre los territorios más militarizados del mundo. Teniendo presente la proporción de efectivos militares y civiles, es mucho mayor la cantidad de militares que de civiles. […] un inmenso despliegue militar violatorio de todo lo que es la política de desnuclearización que nosotros sostenemos como firmantes, junto a todos los países de América, salvo los países del Norte, firmantes del Acuerdo de Tlatelolco. Por eso, yo quiero en este día tan especial, dirigirme a los argentinos, a todos los argentinos y argentinas, a todos agradecer a todos los pueblos de la América del Sur, de Centro América, de la CELAC, esa maravillosa construcción impensable hace unos años atrás, a mí me resultaba impensable porque –y esto lo saben muchos hombres de otros gobiernos- que no teníamos apoyos en Centro América, por ejemplo, para nuestra causa de Malvinas. Y nosotros hemos logrado en la última Cumbre de la CELAC, en la Segunda Cumbre de la CELAC, una vez más, que por unanimidad de México para abajo, todos los pueblos de nuestra Patria grande apoyen nuestro reclamo. Y en esto, quiero rendirle un tributo también porque mucho tuvo que ver en el cambio de actitud y de voto de muchos países, la gestión del comandante Hugo Chávez Frías, presidente eterno de la República Bolivariana de Venezuela que a fuerza de solidaridad, que a fuerza de generosidad logró también que la causa Malvinas, fuera una causa de todos los americanos*. (FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, 2014, p.02-05).

Em 2013, os habitantes das Malvinas, em um referendo, se manifestaram com a decisão de que desejavam continuar sob a soberania britânica. Contudo, a situação se intensificou ainda mais quando as Nações Unidas declararam, em 2016, que as Ilhas estão inseridas na plataforma continental argentina, de acordo com a Convenção sobre os Direitos do Mar (ONU, 2016).

> *Finalmente, y también referido a la cuestión de la seguridad, debemos una vez más en esta Asamblea [ONU] reclamar por nuestros derechos soberanos en las islas Malvinas, pero fundamentalmente no un reclamo que es solamente de carácter histórico, un reclamo que es de carácter absolutamente presente, el Reino Unido se niega sistemáticamente a cumplir las resoluciones de este Cuerpo, que nos une a todos, para entablar negociaciones con la República Argentina en materia de soberanía. Pero no solamente eso, sino que ahora ha tomado decisiones unilaterales de explotación de hidrocarburos, con lo que esto significa en dos aspectos: el primero la depredación de recursos naturales que no son propios, es impensable que pueda sostenerse un planteo de soberanía territorial histórica o jurídica en un territorio que está a 14.000 kilómetros de distancia y con población transplantada a una plataforma continental, que sin lugar a dudas geográfica, geológica e históricamente pertenece a la República Argentina. Y el segundo riesgo es también el de la catástrofe ecológica. British Petroleum ha protagonizado frente a las costas de aquí del golfo y de Estados Unidos, una catástrofe ecológica sin precedentes. La falta de control por parte de nuestro país y de cualquier otro país sobre lo que está haciendo el Reino Unido en las islas Malvinas, no solamente nos moviliza desde la defensa de los recursos propios de mi país, sino también de la preservación ante una catástrofe ecológica por la total falta de control.* (FERNANDEZ DE KIRCHNER, 2010b, p.04-5).

As diretrizes nacionais executam a conexão entre as Ilhas e os recursos naturais argentinos alegando a existência de espaços terrestre com abundância de recursos que ainda são objetos de reclamo de soberania. Ao mesmo tempo, de acordo com o Livro Branco (ARGENTINA, 2010, p.32-40), a concorrência por recursos naturais tem aumentado nos últimos anos, buscando-se acesso a recursos estratégicos, como energéticos e alimentares. A América do Sul possui reservas de petróleo e gás, 26% dos recursos hídricos do mundo e 25% das terras agrocultiváveis. Nesse sentido, a preservação destes tornou-se essencial, exigindo uma estratégia conjunta entre os Estados da região (ARGENTINA, 2015).

> *Nuestra Política Internacional de Defensa adopta como objetivos generales, en primer lugar, la promoción y consolidación de auténticas "zonas de paz" en los espacios geoestratégicos prioritarios para nuestro país, como el que constituye América Latina, especialmente en el ámbito de UNASUR, promoviendo inclusive la progresiva construcción de un sistema subregional de defensa. La Argentina también aboga ante la comunidad internacional por la preservación del Atlántico Sur como zona de paz, libre de armas de destrucción masiva, lo cual se torna una necesidad imperiosa dado que aún sufrimos la persistencia del colonialismo por parte de una potencia nuclear, que usurpa parte de nuestro territorio y pone en peligro la seguridad regional. En contraste, los elementos constitutivos de nuestro Sistema de Defensa contribuyen a los esfuerzos tendientes al mantenimiento de la paz y la seguridad internacional, fundados en el respeto del derecho internacional, el orden multilateral y el sistema de seguridad colectiva representado por las Naciones Unidas.* (PURICELLI, 2012).

Observa-se a inclusão dos recursos naturais como "objetos de segurança", conectando-se com a região sul-americana. Há uma tentativa de vincular tal processo de securitização com o emprego das Forças Armadas para a defesa dos "interesses vitais" do país (VITELLI, 2015). A ex-Ministra Nilda Garré (2010a, p.06) destacou o papel das Forças Armadas em nível nacional e regional, já que "*en el futuro, del mismo modo que en los procesos independentistas, la defensa de nuestros intereses vitales y recursos estratégicos será una tarea regional colectiva. En este sentido, la agresión externa contra un país de la región no nos será indiferente*". Nesse sentido, nota-se uma expressiva busca por interligar a soberania das Ilhas Malvinas como a concorrência por recursos naturais e de controle das vias de acesso no Atlântico Sul (VITELLI, 2015).

> *se ha convertido en causa global regional porque hemos desplegado históricamente todos un fuerte reclamo y una fuerte política hacia todos los países de Latinoamérica y porque además creo que cada país se ve reflejado también una potencialidad de lo que puede pasar. Es global y regional porque es un anacronismo en el siglo XXI seguir manteniendo colonias. Hay solo 16 casos en todo el mundo y 10 de esos casos son de Inglaterra y en estos 10, también estamos conociendo nuevamente como recrudece el reclamo de España frente al Peñón de Gibraltar. Es regional y es global porque también se están depredando nuestros recursos naturales, pesca y petróleo, sin ningún tipo de control ambiental que puede provocar, tal cual lo ha dicho nuestro Canciller ante el Parlamento, un verdadero*

> *caos ecológico en cualquier momento. Es también regional y global porque las grandes batallas del siglo XXI van a ser sobre los recursos naturales de nuestros pueblos. Y América latina, la América del Sur es una de las regiones más ricas del planeta, no solamente en recursos humanos, sino en recursos naturales, en agua y en todas las potencialidades que a diario se están descubriendo. Finalmente, y tal vez aquí lo más importante, es también una causa regional y global porque están militarizando el Atlántico Sur una vez más. No podemos interpretar de ninguna otra manera, a pesar del mayor esfuerzo y voluntad que pongamos, el envío de un destructor -esa sola palabra-, un inmenso y modernísimo destructor acompañando al heredero real, a quien nos hubiera gustado verlo con ropas civiles y no con uniforme militar. Creeríamos, entonces sí, que otras son las actitudes. Vamos a plantear fuertemente esta militarización del Atlántico Sur porque, si algo vamos a preservar además de nuestros recursos naturales, es, precisamente, una región donde la paz impera, donde hemos tenido conflictos y no hemos necesitado de la mediación de ningún organismo internacional, los hemos resuelto entre los propios sur americanos.* (FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, 2012, p.03).

Não obstante, em 2016 há uma mudança nessa perspectiva, em que observamos o governo de Macri enfocar o caso do crime organizado, que já anteriormente era considerado um problema estratégico, porém não havia sido securitizado. "*Otro gran objetivo que nos propusimos como gobierno es derrotar el narcotráfico, la principal amenaza a la seguridad. Tal como hablamos con el Santo Padre, tenemos que trabajar todos juntos en esta lucha contra este flagelo que enferma y mata a nuestros hijos*" (MACRI, 2016a, p.13). Tal alteração nos fornece insumos para verificar a perspectiva de que não houve uma securitização de fato dos recursos naturais atrelados com a soberania das Ilhas Malvinas, e sim uma tentativa, que, com a mudança de governo, perdeu parte de seu destaque.[130]

No caso do Brasil observamos uma situação particular de oposição à definição da defesa nacional em torno de ameaças. Em geral, a defesa do país se verte no campo das capacidades e estratégias de cunho cooperativo e pacifista (CERVO, 2008, p. 145). A dissuasão é um elemento estratégico do país, por meio do qual ocorre a modernização das Forças Armadas e a cooperação, possibilitando uma autonomia em defesa nacional (UGARTE, 2012, p.14). Ainda assim, identificamos o processo de securitização de dois objetos referentes. O primeiro deles se refere aos recursos naturais do país. Nesse contexto, definimos os agentes securitizadores a partir da vertente estatal, destacando o papel dos presidentes, em sua diplomacia presidencial e discursos, sendo Lula da Silva e Dilma Rousseff centrais nesse processo; bem como do Ministério da Defesa, na figura dos Ministros da Defesa Celso Amorim e Jaques Wagner; e sua expressão também em documentos de defesa, como PNDs, ENDs e Livro Branco. As Forças Armadas se inserem como atores

[130] Devemos destacar que, segundo Succi Jr. (2018), a Argentina realizou o emprego das Forças Armadas em atividades policiais em três momentos, entre 2005-2015: segurança eleitoral, contenção social e operações em fronteiras.

funcionais, os quais interferem e pressionam as decisões e dinâmicas, visíveis em seus posicionamentos no interior do MD e nos documentos normativos do país.

> Hoje, temos interesses muito claros no mundo. Temos também um patrimônio que nos transforma em um dos territórios mais ricos do planeta: a Amazônia Verde, a Amazônia Azul, as reservas do pré-sal, os centros nevrálgicos de energia, a imensa capacidade de produção de alimentos, as reservas de água doce, entre outros. O Brasil deve construir capacidade dissuasória crível, que torne extremamente custosa a perspectiva de agressão ao nosso país – esta é a pedra de toque da Estratégia Nacional de Defesa, que continua válida. A prudência exige capacidade defensiva e dissuasória; ser pacífico não equivale a ser indefeso; e a defesa do Brasil não pode ser delegada. Esses são três postulados básicos do pensamento de Estado em relação à defesa no Brasil. (AMORIM, 2012a, p.06).

A Amazônia é, historicamente, uma prioridade no interesse nacional em defesa do país, observável com criação do Tratado de Cooperação Amazônica, datado de 1978, dos projetos Calha Norte e o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM). Tal percepção estratégica pauta-se na perspectiva de que há uma pressão internacional quanto a uma possível restrição ou compartilhamento da soberania do país em relação aos recursos naturais do local (ABDUL-HAK, 2013, p.85).

> A defesa da Amazônia exige mais de nossos governos e de nossas sociedades. Os países amazônicos devem buscar o estabelecimento de políticas de defesa que possibilitem soluções regionais para os problemas que ali existem, garantindo a proteção da Amazônia e afastando possíveis ingerências externas. A inexistência de ameaças imediatas não deve levar à acomodação. Seria imprudente ignorar as incertezas e adversidades a que estamos sujeitos. (AMORIM, 2013d, p.03).

Nota-se que no Brasil houve uma alteração de sua visão de segurança, incluindo o Oceano Atlântico como foco de suas políticas externa e de defesa devido à descoberta de jazidas de petróleo e gás (pré-sal), localizados na Zona Econômica Exclusiva e na Plataforma Continental, relativizando, com isso, a política de defesa que antes estava voltada inteiramente à Amazônia. Visando a soberania e a proteção territorial contra ameaças extrarregionais e a pirataria, a Marinha do Brasil criou o termo "Amazônia Azul", como o local de "imensas riquezas da área oceânica sob jurisdição brasileira" (SOUZA; SCHWETHER, 2014, p.443-444).

> O que torna o pré-sal um verdadeiro marco em nosso desenvolvimento, porém, não é somente o fantástico volume de petróleo que ele já adicionou, e o muito que agregará ao patrimônio nacional. O verdadeiro salto transformador remete, na verdade, aos incontáveis desdobramentos econômicos e sociais que essa exploração enseja. Para que eles se materializassem, porém, seria preciso, antes de mais nada, decidir quem exerceria o comando estratégico desse processo. A partir de hoje, o comando estratégico está nas mãos de 190 milhões de brasileiros. (SILVA, 2010b, p.02-03).

Os documentos normativos de defesa apontam as mudanças do sistema internacional no pós-Guerra Fria, marcado por medidas e intervenções unilaterais, e diferenças tecnológicas expressivas entre os países do mundo, apresentando a possibilidade de perda de soberania frente a "disputas por áreas marítimas, pelo domínio aeroespacial e por fontes de água doce, de alimentos e de energia, cada vez mais escassas. Tais questões poderão levar a ingerências em assuntos internos ou a disputas por espaços não sujeitos à soberania dos Estados" (BRASIL, 2012a, p.17). Nesse sentido, são retratadas ameaças convencionais provenientes de países mais poderosos, que resultariam em um conflito assimétrico, concomitante à inserção dos recursos naturais como objetos de segurança, com destaque ao Atlântico Sul (vide a presença da OTAN); e à Amazônia, vulnerável às Forças Armadas extrarregionais (VITELLI, 2015, p.59).

> Senhores oficiais-generais, as riquezas do pré-sal, descobertas nas profundezas do Atlântico, impõem um novo estágio para as forças de defesa. A garantia efetiva da soberania nacional, pela proteção das nossas fronteiras, tanto no oceano como também na Amazônia, se transformaram na prioridade da nossa estratégia de defesa, a fim de assegurar às gerações futuras de brasileiras e de brasileiros a garantia de um verdadeiro passaporte para o futuro, que se constitui necessariamente quando se trata da exploração das riquezas do pré-sal. (ROUSSEFF, 2011b).

Corroborando esse movimento securitizante, observa-se o documento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), denominado "O Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) - Defesa Nacional (Parte I)", de dezembro de 2011, que realizou uma serie de perguntas à população brasileira, dentre elas: 1) "A Amazônia brasileira possui muitos recursos naturais, como os minérios, a água e as próprias florestas. O(a) Sr(a). acredita que o Brasil, nos próximos vinte anos, possa sofrer uma invasão militar estrangeira com o objetivo de controlar os recursos naturais da Amazônia?"; 2) "Há alguns anos atrás, foi anunciada a descoberta de grandes reservas de petróleo e gás natural a alguns quilômetros do litoral do Brasil, chamadas de reservas do Pré-Sal", nesse contexto, "o(a) Sr(a). acredita que o Brasil, nos próximos vinte anos, possa sofrer uma invasão militar estrangeira com o objetivo de controlar estas reservas?" (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2011).

Figura 2 - Percepção de ameaça de agressão militar estrangeira em função de interesses na Amazônia brasileira (nos próximos 20 anos, por região)

	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	BRASIL
Acredita totalmente/muito	50,0%	48,3%	66,1%	50,3%	44,9%	**50,2%**
Acredita razoavelmente	17,4%	13,6%	11,4%	18,3%	23,5%	**17,1%**
Acredita pouco/não acredita	31,5%	34,5%	22,1%	29,5%	28,8%	**30,4%**
Não sabe/não respondeu	1,1%	3,6%	0,4%	1,9%	2,8%	**2,3%**

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2011, p. 05).

Figura 3- Percepção de ameaça de agressão militar estrangeira em função de interesses na bacia do pré-sal (nos próximos 20 anos, por região)

	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	BRASIL
Acredita totalmente/muito	37,4%	43,5%	62,4%	45,1%	45,1%	**45,5%**
Acredita razoavelmente	16,7%	15,1%	12,4%	18,3%	23,9%	**17,6%**
Acredita pouco/não acredita	45,2%	37,2%	24,8%	34,2%	28,7%	**34,3%**
Não sabe/não respondeu	0,7%	4,2%	0,3%	2,5%	2,4%	**2,7%**

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2011, p. 06).

A pesquisa nos permite identificar que a audiência brasileira apresenta uma percepção semelhante quanto a uma possível invasão/agressão estrangeira de caráter militar no pré-sal e na Amazônia, sendo que no caso da segunda, há uma opinião ligeiramente mais elevada, configurando uma diferença de apenas 4,7%. Essa diferença se justifica pelo histórico de movimento securatizante da região amazônica que ocorre há mais de quarenta anos, enquanto o caso do Atlântico do Sul e do pré-sal ser algo recente, com apenas dez anos. Desta forma, observa-se que praticamente metade dos entrevistados acredita que o Brasil sofrerá alguma agressão em seus dois locais estratégicos, fontes de recursos naturais do país. Ademais, foi perguntado: "Como já foi mencionado, o Brasil, atualmente, vive em paz com os outros países do mundo. Mas e quanto ao futuro? O(a) Sr(a). acha que alguns dos países listados a seguir poderão, nos próximos vinte anos, ser uma ameaça militar para o Brasil?"(INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2011).

Figura 4- Percepção de ameaça militar estrangeira (nos próximos 20 anos, por região)

	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	BRASIL
Argentina	13,3%	14,4%	22,2%	14,6%	18,6%	**15,6%**
Bolívia	11,9%	7,7%	24,8%	10,6%	18,6%	**12,2%**
China	9,3%	8,1%	14,4%	10,5%	7,9%	**9,7%**
Colômbia	8,5%	9,2%	20,5%	10,0%	9,9%	**10,5%**
Estados Unidos	43,7%	36,9%	40,9%	41,1%	20,6%	**37,1%**
Índia	1,1%	3,3%	3,7%	1,9%	0,7%	**2,2%**
Países da Europa	8,9%	7,6%	12,8%	9,4%	5,7%	**8,6%**
Paraguai	7,8%	6,2%	8,1%	5,0%	3,7%	**5,6%**
Rússia	10,4%	9,2%	18,1%	8,5%	4,4%	**9,0%**
Venezuela	7,4%	7,0%	9,4%	5,4%	2,9%	**5,9%**
Outros	0,4%	1,0%	2,0%	1,5%	0,4%	**1,2%**
Nenhum	28,5%	19,2%	14,1%	25,3%	23,2%	**22,6%**
Não sabe/não respondeu	1,8%	9,6%	2,0%	3,9%	7,5%	**5,7%**

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2011, p. 08).

Observa-se uma efetiva percepção de desconfiança quando a uma possível invasão militar estadunidense no Brasil nos próximos 20 anos, compondo 37% das indicações dos entrevistados. Em segundo lugar, encontra-se a Argentina, com 15,6%, sendo uma concepção brasileira histórica de desconfiança do país vizinho, apesar da existência de intensos acordos cooperativos entre os dois países. Podemos incluir ainda o mérito dos processos cooperativos entre os países sul-americanos e da diplomacia presidencial brasileira como peças fundamentais para a relativa diminuta consideração, por parte dos brasileiros, dos Estados da região como fontes de ameaças.

A END de 2012 reconhece que as "preocupações" mais expressivas do país em termos de defesa estão centradas na região Norte, Oeste e no Atlântico Sul, destacando a importância estratégica da América do Sul devido a suas áreas cultiváveis e reservas energéticas e hídricas, que se tornam propícias a ocorrência de conflitos com presença extrarregional, devido à escassez de alimentos e água no mundo (BRASIL, 2012b, p.41; ABDUL-HAK, 2013, p.82-84). Ademais, observa-se que o Brasil reconhece os locais vitais para a sua consolidação estratégica, buscando "aprofundar seus laços de cooperação" com a América do Sul, ao mesmo tempo em que "o país visualiza um entorno estratégico que extrapola a região sul-americana e incluiu o Atlântico Sul e os países lindeiros da África, assim como a Antártica" (BRASIL, 2012a, p.21-22).

> Nosso patrimônio nacional em termos de recursos naturais coloca o Brasil em posição bastante privilegiada no cenário mundial. Possuímos vastas reservas de água, de petróleo e de gás natural, além de importantes riquezas minerais. [...] A matriz energética brasileira é significativamente diversificada, e possui o potencial de se diversificar ainda mais, para além da exploração da Pré-Sal, em direção a novos nichos de oportunidade alinhados aos imperativos ambientais do novo século. É missão do Ministério da Defesa e das Forças Armadas Brasileiras, respectivamente, articular e operacionalizar a proteção desse patrimônio. É fundamental consolidar nossa capacidade de dissuadir possíveis ameaças e de gerir a exploração de nossos próprios recursos com autonomia. A abundância de recursos não é privilégio exclusivo do Brasil em nosso entorno estratégico. Por exemplo, a Argentina dispõe de terras muito férteis e de uma riquíssima extensão de águas jurisdicionais. O Chile possui as maiores reservas conhecidas de minério de cobre – que responde por 40% de suas exportações. A Colômbia possui carvão de grande qualidade, do qual, aliás, carecemos. A Venezuela possui a sexta maior reserva de petróleo e a nona maior reserva de gás do planeta. A Bolívia possui jazidas de gás duas vezes superiores às brasileiras. O Paraguai conta com um dos maiores potenciais hidrelétricos do mundo. Não quero me estender citando as riquezas de cada um de nossos vizinhos, mas não é ocioso lembrar que estão na América do Sul a maior floresta tropical, o maior estoque de biodiversidade e as maiores reservas de água doce do planeta. Temos todos, coletivamente, a responsabilidade de proteger esse patrimônio. A América do Sul é uma região extremamente rica em recursos minerais, em energia, em potencial agrícola e em biodiversidade, marcada por profundas assimetrias entre os Estados que a compõem. Isso a expõe a riscos estratégicos que não podem ser negligenciados na formulação de uma política de Defesa nacional e regional. Ao mesmo tempo, salta aos olhos o baixo índice de conflitos interestatais na América do Sul em comparação a outras regiões do mundo

> – uma das características mais positivas das relações de segurança de nosso subcontinente. (WAGNER, 2015, p.07-8).

Nesse sentido, a cooperação regional possibilitaria tanto a defesa nacional como o fomento de acordos militares, vinculações entre bases industriais de defesa, e diminuição de conflitos, sendo o CDS instrumento capaz de fomentar tal proposta (END, 2008b, p. 14). Com efeito, uma zona de paz sul-americana estaria estabelecida em torno de uma visão comum de proteção dos recursos naturais e estratégicos (DREGER, 2009).

> Congratulo-me com o Secretário Geral da UNASUL, Dr. Alí Rodriguez, por haver proposto um oportuno seminário sobre o inventário sul-americano de recursos naturais. O CDS deve aprofundar seu debate sobre o tema da proteção aos recursos naturais, já que a disputa por esses recursos pode vir a afetar os países sul-americanos tanto sob a forma de incursões diretas, quanto como efeitos colaterais de luta entre terceiros. [...] Gostaria de me deter brevemente sobre o panorama global da competição por recursos naturais. Um relatório apresentado no final do ano passado pelo Conselho de Inteligência Nacional dos Estados Unidos, intitulado *Tendências Globais 2030*, afirma que uma das principais tendências das próximas duas décadas será um enorme aumento da demanda por alimentos, água e energia. Afirmações semelhantes têm sido feitas por altas autoridades das grandes potências, inclusive por uma alta autoridade russa, há cerca de seis meses. Com o aumento da população global para 8,3 bilhões e a incidência da mudança climática reduzindo a disponibilidade de recursos, a demanda por alimentos, água e energia crescerá respectivamente, segundo esse documento, 35%, 40% e 50%. [...] Seria possível sintetizar essas considerações sobre os recursos naturais citando pelo menos três tipos de crises muito presentes nos noticiários: uma crise alimentar, uma crise ambiental e uma crise energética. Se pensarem nas discussões das últimas décadas, essas crises estiveram muito presentes. Ora, a América do Sul é uma potência nessas três áreas. É uma potência alimentar, é uma potência ambiental e é uma potência energética. (E, talvez, se formos levar um pouquinho mais longe, é uma potência também em água doce, recurso que tenderá também a se tornar cada vez mais escasso). [...] O Conselho de Defesa Sul-americano tem o dever de avaliar as ameaças à soberania dos países da região em decorrência da valorização desses ativos no plano global. Para preservarem suas instituições, seu patrimônio, seus interesses e mesmo seus modelos de desenvolvimento, os países da América do Sul devem se precaver contra qualquer tipo de ameaça extrarregional. E devem lembrar que há uma relação entre fatos aparentemente totalmente distantes, como essa crescente busca do monitoramento de dados e a disputa por recursos. Devemos tratar de trabalhar de forma crescentemente cooperativa. A coordenação entre nossos países é importante para aumentar a eficácia das eventuais medidas dissuasórias e também para aprofundar a confiança que já existe entre nós. Em outras palavras, o que quero dizer é que, para que nós nos defendamos, temos que estar bem equipados. E é preciso, de uma vez por todas, desfazer a ideia de que estarmos bem equipados, com bons armamentos com vistas a ameaças externas à nossa região, é parte de uma corrida armamentista na própria região. (AMORIM, 2013e, p.07-10).

O CDS torna-se um órgão aglutinador dos interesses e estratégias dos países sul-americanos, especialmente em um contexto de presença estadunidense na região com a Quarta Frota e bases militares, com uma política pautada em estratégias frente à estimativa de déficit energético do país (DREGER, 2009). Paralelamente, para uma "dissuasão para fora", há a necessidade de forças preparadas com arsenal bélico, o qual pode ser desenvolvido por meio

de uma indústria de defesa regional (DELFINO, 2014, p.35-36). Nesse sentido, verifica-se a pressão por parte das Forças Armadas para a execução de projetos de reaparelhamento das Forças, como a manutenção do PROSUB, o Programa Estratégico Guarani, o Projeto KC-390, o Programa de Modernização dos Caças FX-2, e a aquisição de *Gripen aircraft* e compartilhamento de tecnologia com a Suécia; além do fomento de iniciativas de vertente aeroespacial, como Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), o Programa Estratégico ASTROS 2020, o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SISGAAz), e o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC-1) (DHENIN; CORREA, 2017, p.207; VAZ; FUCCILLE; REZENDE, 2017, p.10-14).

> Com o lançamento desta Estratégia Nacional de Defesa, estamos cumprindo as metas estabelecidas em 2007 e tratando as Forças Armadas com a seriedade e o respeito que merecem de todos nós, cidadãos brasileiros. Finalmente vamos poder atender aos anseios das Forças Armadas, quando pleiteiam a modernização dos seus equipamentos, armamentos, aviões, navios e viaturas blindadas. (SILVA, 2008c, p.03-04).

Nota-se o interesse do governo em fomentar a cooperação na América do Sul, inserindo suas grandes corporações e expandindo o espaço de suas empresas de indústria de defesa na região (VAZ; FUCCILLE; REZENDE, 2017, p.10-14). O CDS prevê em seus planos de ação os temas de intercâmbio e cooperação em indústria de defesa, promovendo uma região com autonomia estratégica e tecnológica. Contudo, nota-se uma situação de utilização, por parte do Brasil, de tal cooperação no Conselho para o fomento de suas exportações (DREGER, 2009, p.57-60).

Não obstante, verificamos o movimento de securitização proposto pelo Brasil, mas não a securitização de fato, como ocorrido também na Argentina. Em nenhum momento foram tomadas medidas excepcionais que corroborem a compreensão de que efetivamente os recursos naturais foram securitizados. Ainda assim, esse processo se une ao argentino, repercutindo no âmbito regional, no interior no CDS.

Distintamente, o crime organizado se insere como segundo objeto referente que sofreu um processo de securitização. Os agentes securitizadores são marcados pelos presidentes, em sua diplomacia presidencial e discursos, sendo Lula da Silva e Dilma Rousseff centrais nesse processo; o Ministério da Defesa, na figura dos Ministros da Defesa, em especial Nelson Jobim e Raul Jungmann; além dos documentos normativos de defesa, como PNDs, ENDs e Livro Branco. As Forças Armadas são atores funcionais, que pressionam as decisões e dinâmicas nacionais, visíveis em seus posicionamentos no interior do MD; como também a mídia, intensificando o processo e influindo diretamente na opinião pública; e os Estados

Unidos, com seu histórico de incentivo de emprego de medidas excepcionais para o contate ao narcotráfico.

Desde a década de 1990, nota-se o destaque das discussões sobre atividades ilícitas no âmbito das políticas brasileiras, especialmente quanto ao tráfico de narcóticos e o crime organizado na sub-região andina, sendo a zona amazônica diretamente afetada. O reconhecimento de tais fontes de insegurança fez com que passassem a ser atreladas à segurança pública urbana do país (JEONG, 2011, p.51-62). A PND de 1996 iniciou esse processo indicando que "no âmbito regional, persistem zonas de instabilidade que podem contrariar interesses brasileiros. A ação de bandos armados que atuam em países vizinhos, nos lindes da Amazônia brasileira, e o crime organizado internacional são alguns dos pontos a provocar preocupação" (BRASIL, 1996, p.06). Segundo Alsina Jr. (2003, p.74-75), a Amazônia "tornou-se o principal objeto de tentativas de securitização por parte das Forças Armadas brasileiras", identificando ameaças à soberania nacional, como a presença de "guerrilheiros, narcotraficantes, garimpeiros, ONGs inescrupulosas, grupos econômicos transnacionais, interesse de terceiros Estados sobre as riquezas amazônicas etc.". A PDN de 2005 complementa essa visão demonstrando a preocupação brasileira com as repercussões de conflitos em países vizinhos, como na Colômbia, além de ameaças de caráter transnacional, como crime e tráfico (JEONG, 2011, p.51-62).

O debate quanto à missão das Forças Armadas é histórico e demonstra a discordância brasileira, em nível internacional, de empregar as Forças no combate ao narcotráfico e terrorismo, confrontando a perspectiva estadunidense. Celso Amorim (2012b) ressaltou o posicionamento do Brasil durante a X Conferência dos Ministros de Defesa das Américas, alegando que o país não deve se associar "a propostas de fazer com que a destinação primária das Forças Armadas seja voltada para o combate ao narcotráfico. Não concordamos com isso, embora respeitemos as circunstâncias daqueles países, ou grupos de países, que realizam escolhas distintas". Promovendo ainda, na América do Sul, o sucesso do Conselho de Defesa Sul-Americano em efetuar a diferenciação entre defesa e segurança, consagrada com a criação de um novo Conselho para tratar do tema de segurança pública e cidadã. Paralelamente, em nível nacional, a ex-presidente Rousseff demonstrou uma situação distinta em seu discurso, falando diretamente com a audiência brasileira e propondo uma solução à criminalidade urbana com o emprego excepcional de Forças Armadas.

> A ação integrada de todos os níveis do governo e a participação da sociedade é o caminho para a redução da violência que constrange a sociedade e as famílias brasileiras. Meu governo fará um trabalho permanente para garantir a presença do

> Estado em todas as regiões mais sensíveis à ação da criminalidade e das drogas, em forte parceria com estados e municípios. O estado do Rio de Janeiro mostrou o quanto é importante, na solução dos conflitos, a ação coordenada das forças de segurança dos três níveis de governo, incluindo – quando necessário – a participação decisiva das Forças Armadas. O êxito dessa experiência deve nos estimular a unir as forças de segurança no combate, sem tréguas, ao crime organizado, que sofistica a cada dia seu poder de fogo e suas técnicas de aliciamento dos jovens. Buscaremos também uma maior capacitação federal na área de inteligência e no controle das fronteiras, com o uso de modernas tecnologias e treinamento profissional permanente. Reitero meu compromisso de agir no combate às drogas, em especial ao avanço do *crack*, que desintegra nossa juventude e infelicita as nossas famílias. (ROUSSEFF, 2011a, p.07).

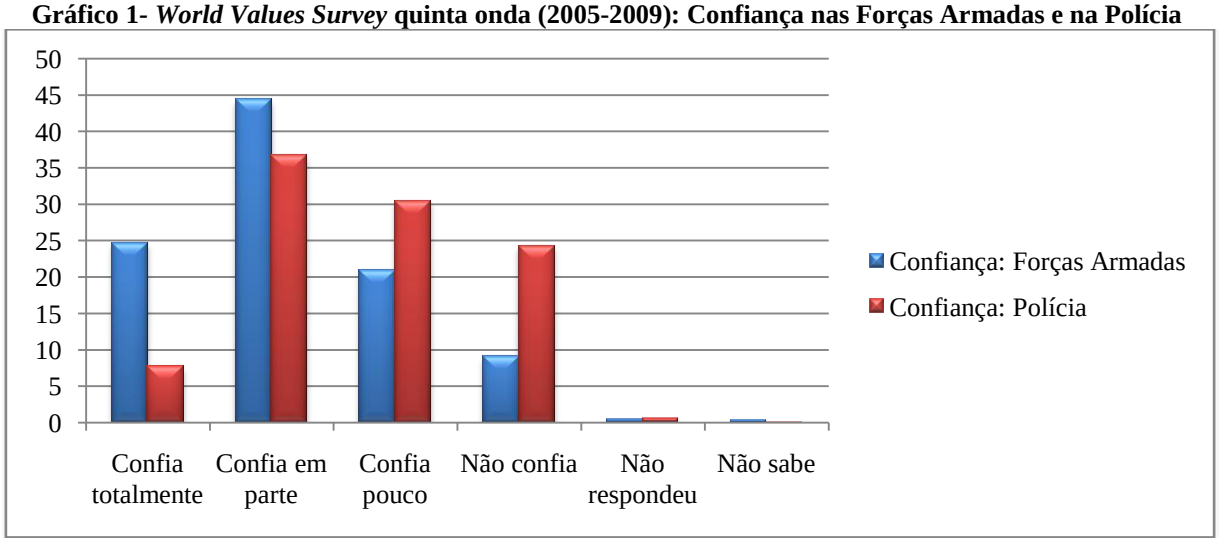
A ação das Forças Armadas com caráter policial está atrelada tanto a uma perspectiva política como legal, normatizando e normalizando o emprego do aparelho militar em situações que deveriam ser raras e com atuação apenas complementar (VELLOZO JR., 2006, p.97-102). Nota-se um processo de "militarização policial", como também de "policialização militar", gerando uma "disfuncionalidade para ambas as instituições" (MATHIAS; ZAGUE; SANTOS, 2019, p.158). Não obstante, devemos considerar que apesar da regulamentação legal, houve uma resistência castrense em executar tais tarefas, visto sua compreensão de que "seu treinamento não é específico e que atuações como as exigidas pela segurança pública ameaçam o *ethos* militar" (MATHIAS; GUZZI, 2010, p.50-54). Há, assim, um questionamento por parte dos militares quanto ao discurso estadunidense e a mudança de suas prerrogativas (SUCCI JR., 2016, p.578-582). Tal situação é identificada e problematizada pelo Ministro Jungmann, em que:

> As nossas Forças Armadas exercem hoje, no Brasil, funções que as demais Forças, sobretudo nos países centrais, não exercem. As Forças Armadas nos países centrais estão realmente voltadas para fora, para a defesa da soberania. Nos Estados Unidos, por exemplo, não encontraremos militares participando do dia nacional do combate ao mosquito *Aedes Aegypti*, de transporte de órgãos, de programas de incentivo ao esporte, de missões de defesa civil e catástrofe ambiental, de operações de varredura em presídio. Aqui, nós fazemos tudo isso, além das operações de GLO, previstas pelo art. 142 da Constituição Federal, quando há insuficiência ou incapacidade de uma determinada unidade federativa de manter a lei e a ordem. As Forças Armadas são então chamadas para exercer esse papel, episodicamente e por tempo limitado. Só que, desde 2010, tivemos 36 operações de GLO. Vivemos um processo de banalização dessas operações, que pode, inclusive, comprometer a autoestima e o objetivo de toda a formação dos militares, que são treinados para cuidar da soberania e da defesa do Brasil. Isso não compromete, no entanto, sua disciplina, seu compromisso ou o seu caráter profundamente nacionalista e idealista – aliás, tal qual o dos diplomatas, e essas são algumas das afinidades e idiossincrasias que se aproximam, em vários aspectos, entre as duas carreiras. Para os militares, missão dada é missão cumprida. (JUNGMANN, 2017, p.03-4).

Contudo, a aceitação final por parte dos militares em participar de missões de segurança pública demonstra uma situação anterior à democracia do país, em que se identifica

um inimigo interno, o qual ameaça a segurança nacional. Ademais, há uma busca pela manutenção de seu espaço de poder político e autônomo, com a justificação de seu orçamento em um contexto de ausência de ameaças convencionais. Paralelamente, observa-se um "clamor" por parte da população quanto à intensificação de medidas punitivas, visto o cenário de intensificação da violência urbana e da percepção de insegurança, sendo o emprego dos militares o instrumento desejado para a utilização de uma força mais extrema. Nota-se que, apesar de o emprego das Forças não impactar na redução do crime organizado, sua utilização proporciona uma "sensação de segurança na população" somada a uma "imagem de empenho governamental em resolver a questão" (SUCCI JR., 2018). Verificamos, por meio do *World Values Survey*, a percepção de confiança da população em relação à polícia e às Forças Armadas brasileiras, se utilizando da pergunta: "Vou citar o nome de algumas organizações. Para cada uma, o(a) Sr(a) poderia me dizer em que medida confia: confia totalmente, em parte, pouco ou não confia nessas organizações?", de acordo com a quinta onda da pesquisa, abrangendo 2005-2009:

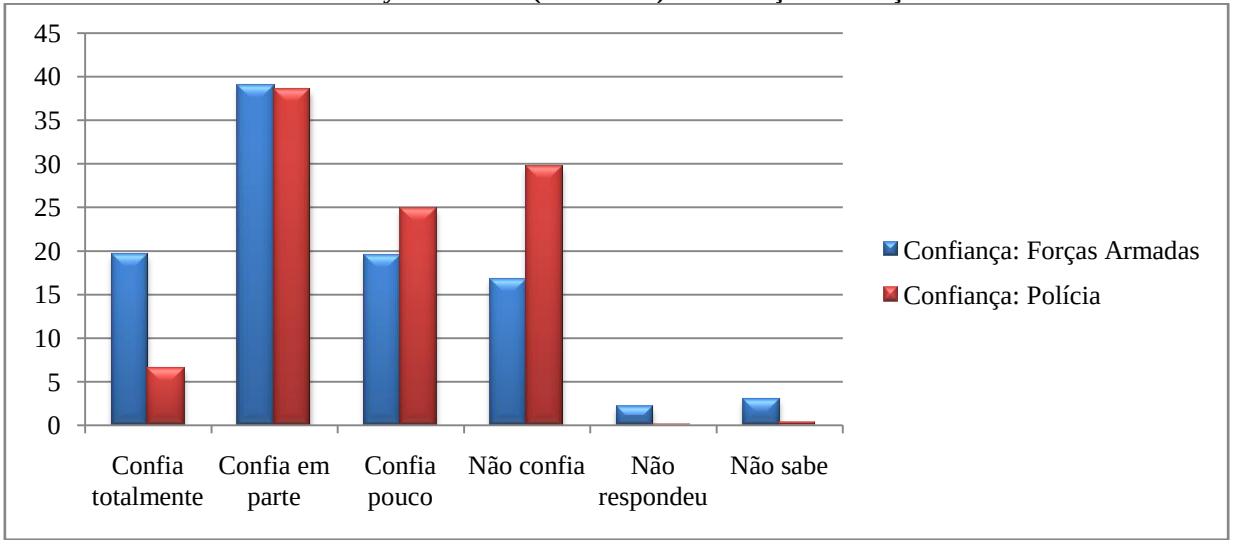
Gráfico 1- *World Values Survey* quinta onda (2005-2009): Confiança nas Forças Armadas e na Polícia



Fonte: Elaboração própria, com base na World Values Survey (2006).

As respostas à pesquisa mostram a realidade descrita pelos acadêmicos, em que há um grau de confiança acentuado em relação às Forças Armadas, com um sentimento de 24.7% de total confiança, 44.4%, de confiança em partes, sendo apenas 9.1% de nenhuma confiança. Contrastando com o caso da polícia, com somente 7.7% de confiança total e 24.3% de não confiança. A sexta onda, de 2010-2014, apresenta uma ligeira redução nas estimativas de confiança nas Forças, ao mesmo tempo em que há também um aumento na desconfiança em relação à polícia. Em todos os casos, a confiança nas Forças Armadas é sempre mais expressiva, bem como a desconfiança na polícia.

Gráfico 2 - *World Values Survey* sexta onda (2010-2014): Confiança nas Forças Armadas e na Polícia



Fonte: Elaboração própria, com base na World Values Survey (2014).

Segundo um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2011), por meio do questionamento: "Cada pessoa tem uma percepção própria daquilo que possa ser uma ameaça para ela, para sua família, para sua cidade e para seu país, ou seja, cada pessoa possui certos medos. Assim sendo, de quais das seguintes ameaças o(a) Sr(a). tem medo?", observa-se a configuração de uma lista com possíveis ameaças, sendo o crime organizado o que atinge 54,2% na percepção de medo por parte da população; enquanto desastres ambientais/climáticos totalizam 38,6%, e uma possível guerra com potências extrarregionais compõe 34,7%.

Figura 5- Percepção de ameaças (por região)

	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	BRASIL
Crime organizado	53,7%	50,1%	63,1%	58,0%	46,3%	**54,2%**
Desastre ambiental ou climático	46,3%	36,2%	54,0%	39,2%	29,4%	**38,6%**
Guerra com potência estrangeira	28,9%	39,5%	29,2%	33,5%	34,6%	**34,7%**
Guerra com país vizinho	27,8%	35,0%	29,5%	33,6%	31,5%	**33,0%**
Epidemias	34,8%	33,3%	47,6%	29,2%	17,3%	**30,5%**
Terrorismo	38,5%	39,5%	32,2%	25,5%	15,5%	**29,5%**
Outros	0,4%	1,1%	1,3%	0,9%	0,2%	**0,8%**
Nenhuma das anteriores	2,2%	3,4%	1,3%	2,1%	4,2%	**2,7%**
Não sabe/não respondeu	0,4%	0,4%	0,0%	0,2%	0,2%	**0,3%**

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2011, p.05).

O Brasil, em relação ao crime organizado, encontra-se como país de trânsito do narcotráfico, como também presencia em seu território atuações referentes ao tráfico de

armas, contrabandos, roubos, extorsões e sequestros. Ademais, há uma crescente violência urbana no país, com a presença de grupos criminosos, como Primeiro Comando da Capital e o Comando Vermelho (NASCIMENTO, 2011, p.29-32). Nesse cenário, ocorreu o amplo emprego das Forças Armadas em operações policiais, como no Rio de Janeiro, datadas desde 1994 (MATHIAS; GUZZI, 2010, p.50-54).

> Sinto-me a toda hora absorvido pelos problemas de segurança do Brasil. Pedem GLO e presença das Forças Armadas a todo o momento, mas as Forças Armadas não são treinadas para exercer função de polícia. E o exemplo internacional é exatamente negativo com relação a isso. Mas como há a percepção de nossas elites de que não temos ameaças, e se sabemos que temos esses excelentes quadros formados pelas Forças Armadas, capacitados, compromissados, e vivemos um grande problema na área de segurança, por que não fazer essa passagem? Eu respondo de maneira um tanto quanto rude: "soldados armados nas ruas dão conforto, mas também significam férias para bandidos." Porque eles sabem que nós não podemos permanecer, e sabem também que a formação do militar é para tarefas de defesa nacional, dos interesses desse País. Então não adianta resolver pela defesa um problema que é da segurança. O problema da segurança tem que ser resolvido na segurança. (JUNGMANN, 2016b, p.02-03).

Segundo Succi Jr. (2018, p.31-36), no Brasil houve, entre 2005 e 2015, uma proeminência de missões das Forças Armadas relacionadas à segurança pública, diferenciando-se em combate ao crime organizado, segurança de eventos e autoridades, e atuação em situações eleitorais. No que tange ao crime, as Forças Armadas estiveram concentradas em operações no Rio de Janeiro, quanto à recuperação de armamentos roubados; operações policiais e ocupação de favelas; execução de obras sociais; atuação na cúpula da América do Sul e dos Países Árabes, nos Jogos Pan-Americanos, nos Jogos Mundiais Militares, na Conferência Rio+20, na Jornada Mundial da Juventude, na Copa do Mundo de Futebol e nos Jogos Olímpicos. Como discursado pelo Ministro Jungmann, a atuação das Forças nas Olimpíadas não significou apenas um êxito na manutenção da segurança da população e da execução do evento, mas também um reconhecimento e aprovação da audiência quanto ao emprego de ações excepcionais pelo governo.

> Neste momento, em que damos por encerrada a participação do Ministério da Defesa nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, é justo comemorarmos, de modo exultante, o sucesso de nossos militares e atletas nesse evento extraordinário. As mais de 3 mil inspeções realizadas pela Marinha do Brasil; as aproximadamente 660 missões de escolta de dignitários, além dos mais de 12 mil patrulhamentos coordenados pelo Exército Brasileiro; e as mais de 30 missões de defesa do espaço aéreo, a cargo da Aeronáutica, ilustram, estatisticamente, que os militares atuaram de maneira positiva, impactante e eficiente. Nossos combatentes da Marinha, do Exército e da Força Aérea Brasileira brilharam na água, na terra e no ar, no cumprimento da missão de prover um ambiente seguro e pacífico para a realização dos Jogos. Segundo pesquisa de opinião realizada pelo jornal O Globo, o índice de aprovação da segurança chegou a significativos 90%. Esse excelente resultado é o

> desfecho de um intenso trabalho de coordenação interagências ao longo dos últimos anos, em que o Brasil aprimorou, progressivamente, sua capacidade de sediar grandes eventos. (JUNGMANN, 2016c).

O governo de Rousseff se destacou pela criação da Força de Pacificação, formada pela infantaria do exército para atuação em questões relacionadas ao tráfico e ações ilegais. Ademais, o emprego das Forças ocorreu em zona fronteiriça, voltada ao combate ao narcotráfico, contrabando, desmatamento e conflitos em zonas indígenas. Nesse âmbito, destacam-se as operações Ágata, datadas de 2011, com a execução de "patrulhas, revistas a veículos e pessoas, além do desmantelamento de estruturas utilizadas pelo crime organizado, como pistas de pouso" (SUCCI JR., 2018, p.31-36).

Desta forma, apesar da resistência inicial por parte dos militares em aceitar a missão de segurança pública, o processo de securitização foi executado, ocorrendo sua consolidação com a inserção de medidas excepcionais, sofrendo uma normalização da excepcionalidade no país, culminando, em 2018, com uma intervenção federal no Rio de Janeiro (primeira na história). Assim, seguindo a abordagem da Escola de Paris, nota-se que o emprego das Forças Armadas em funções subsidiárias passou a ser algo corriqueiro, e não excepcional, como deveria ser segundo a própria Constituição nacional brasileira. Nota-se, ao longo do tempo, uma relação direta entre a audiência e os agentes de securitização, em que houve a aceitação e, algumas vezes, a aclamação por parte da primeira para a efetuação do processo securativo com o emprego de "medidas de excepcionalidade". Desta forma, observa-se a militarização da segurança pública no período analisado dos governos de Lula da Silva e Rousseff, ocorrendo a normalização do emprego das Forças Armadas para tal questão de forma "disfuncional, com perda da referência sobre a sua função constitucional" (MATHIAS; ZAGUE; SANTOS, 2019, p.163-164)[131].

Devemos ainda ressaltar uma situação paradoxal por parte do Brasil, visto que, como apresentado, o emprego das Forças Armadas no âmbito interno supera sua atividade voltada a

[131] Segundo Mathias, Zague e Santos (2019, p.163-164), "duas são as hipóteses para tal uso das Forças Armadas pelo governo liderado pelo PT. Por um lado, acompanhando proposta de Hunter (1996), o governo forneceu 'brinquedinhos' para as Forças Armadas de tal modo que elas deixaram o centro mais visível da política, permitindo ao governo, dessa forma, tomar as medidas que lhe garantissem governabilidade – na medida em que se tratava de um governo de esquerda convivendo com uma burocracia autônoma e comprometida com o regime anterior. Por outro lado, as Forças Armadas não necessitavam ser reformadas para atender às novas demandas sociais que o governo desejava implementar e nem podiam ser 'aparelhadas', como é possível, em alguma medida, com a burocracia civil. A isso se somaram a crença na competência técnica e a adesão social ao emprego das Forças Armadas na implementação de políticas eminentemente civis, tendo, em primeiro plano, a segurança pública. Com isso se inaugurou uma nova fase, vencida a resistência da caserna, sem retorno, na qual as Forças Armadas continuam exercendo sua autonomia ao mesmo tempo em que voltam a ser 'capitães do mato'. O pior de tudo isso é que tanto elas quanto os governos que as empregam veem isso com orgulho, esquecendo-se de que, ao transformá-las em forças de segurança, abre-se mão das forças de defesa".

ameaças externas, sendo uma de suas tarefas o combate ao tráfico e crime organizado. Ao mesmo tempo, no âmbito exterior, o país apresenta outra realidade, segundo Mathias, Zague e Santos (2019, p.163), "o Itamaraty e o Ministério da Defesa expõem a posição brasileira pela atuação das Forças Armadas como atores subsidiários em ações de segurança interna". O país mantém uma resistência frente às políticas estadunidense e colombiana de policialização das Forças, defendendo os princípios de Williamsburg e apoiando, no âmbito do CDS, a decisão de criação de outro Conselho para essas questões. Contudo, como vemos abaixo com a securitização colombiana, a expressão do emprego das Forças não se distingue tanto entre os dois países, apesar de variar na intensidade de utilização de medidas excepcionais.

A Colômbia se insere em um processo de securitização em que o objeto referente é o narcotráfico e o terrorismo, consolidando-se em narcoterrorismo, somado aos grupos armados envolvidos, sendo, especificamente, FARC, ELN, AUC/BRACRIM e narcotraficantes. Em comparação com os outros dois países analisados, a concretização do movimento securitizante colombiano engloba uma gama de atores envolvidos como também expressivas medidas excepcionais que, ao longo do tempo, tornaram-se "normais" por parte do Estado. Os agentes securitizadores são marcados pelos presidentes, em sua diplomacia presidencial, sendo que, de acordo com nosso marco temporal, incluímos o papel de Andrés Pastrana, Álvaro Uribe e Manuel Santos; o Ministério da Defesa, na figura dos Ministros da Defesa, em especial Manuel Santos e Juan Pinzón; além dos documentos normativos de defesa publicados durantes os governos dos presidentes acima citados. Como atores funcionais, observamos a atuação das Forças Públicas, influindo nas ações e dinâmicas securitizantes; a mídia, propagando o processo e moldando a opinião pública; os grupos guerrilheiros, paramilitares e narcotraficantes, atuantes nos direcionamentos e intensidades do movimento de construção da securitização; e os Estados Unidos, com a propagação e incentivos de securitização do tema e do emprego de medidas de caráter excepcional.

A Colômbia encontra-se em uma situação particular na América do Sul. Como já apresentado, seu Estado é débil e fragmentado, repercutindo diretamente na estruturação de sua sociedade e nas brechas para o fortalecimento de atividades ilícitas (PINZÓN, 2014, p.317), surgindo em seu interior grupos organizados que cerceiam o caráter de guerrilhas (FARC e ELN), narcotraficantes (cartel de Medellín e Cali)[132] e paramilitares (AUC/ BRACRIM).Tal situação data desde o século XIX, com forte desigualdade social e

[132] "*A finales de los 1980 los carteles de la droga, especialmente el cartel de Medellín, con Pablo Escobar a la cabeza, desató una campaña terrorista que puso en jaque la seguridad de las principales ciudades del país. Los carteles les robaron el protagonismo en la agenda pública a las guerrillas. Los carteles y los narcotraficantes fueron el enemigo por excelencia*" (PINZÓN, 2014, p. 237).

rivalidades, e confrontos armados entre elites e partidos políticos. A década de 1980 constitui um marco importante para a compreensão do processo de securitização colombiano. Houve a ascensão de cartéis de narcotraficantes poderosos que passaram a atuar no meio político do país. Ao mesmo tempo em que as guerrilhas se envolveram no controle dos lucros provenientes do cultivo de coca, criando uma linha tênue entre os movimentos armados e o crime organizado. O caso das FARC é representativo, visto a intensificação de suas atividades ilícitas, tanto em relação a sequestros e assassinatos, como em casos de extorsões e narcotráfico. Tal situação fomentou o fortalecimento do paramilitarismo, criado com o fim de combater os insurgentes, estando associado às Forças Públicas nacionais e às elites do país. A conjuntura internacional também apresenta papel efetivo no posicionamento do governo colombiano. Os Estados Unidos estavam iniciando, sob a liderança de Reagan, a chamada guerra às drogas e a associação entre narcotráfico e terrorismo, promovendo o emblemático termo "narcoterrorismo". Nesse sentido, há a adoção da militarização como resposta aos desafios de segurança nacional colombiano, identificando amigos, inimigos e ameaças ao país, sendo os EUA seu parceiro e fornecedor de auxílios materiais e normativos para a execução de tal processo (ABDUL-HAK, 2013, p.104-110).

Com a adoção da luta antiterrorista pela Colômbia, os EUA se tornaram um ator central no fomento do movimento de securitização, associando as atividades desenvolvidas pelas guerrilhas às ações executadas por terroristas. Ademais, com os atentados de 11/09/2001, o país passou a incluir as FARC, o ELN e a AUC na lista de organizações terroristas. Observa-se que o emprego de tal estratégia possibilitou a "desqualificação moral" dos grupos armados, deslegitimando sua contestação política (VILLA; VIANA, 2010, p.66-68). A inclusão dos grupos paramilitares na lista estadunidense representa um ponto de inflexão para a Colômbia, visto a problemática de criminalização das ações executadas por tais. Historicamente, houve um envolvimento entre a AUC com as Forças Públicas e lideranças políticas do país, notável mais recentemente com a candidatura da Álvaro Uribe, permitindo situações de impunidade e de violações de direitos humanos.

> *Es que, es más fácil decir, en la comunidad internacional: 'déle estatus de beligerancia a las Farc', que decir, apoyamos el proyecto de seguridad de Colombia. Estatus de beligerancia que Colombia pide que no se le vaya a dar. ¿Qué exige el estatus de beligerancia? El estatus de beligerancia exige que controlen un territorio, y ellos no lo controlan. Ellos tienen capacidad de hacer daño. […] Y el punto más grave: para reconocer un estatus de beligerancia tienen que administrar justicia. Eso es imposible que se de en una democracia. ¿Qué democracia del mundo permite que la justicia legítima, institucional de la democracia, sea derrotada, sea superada por la justicia de grupos violentos? Si algún país ha sufrido la justicia privada, es Colombia. Si algún país ha hecho un gran esfuerzo para superar la justicia privada criminal es Colombia. Para que nos vengan a decir*

> *que las Farc ejercen justicia y que entonces hay que reconocerle estatus de beligerancia. Eso es una bofetada a un Estado democrático. Fundamental en el Estado democrático es el ejercicio de la justicia, el monopolio estatal de la justicia. Nosotros le pedimos al mundo que por respeto a esta democracia, al heroísmo de nuestro pueblo, que ha puesto tantas víctimas, a un país que está haciendo un gran esfuerzo para que impere solamente la justicia del Estado, no se vaya aceptar que los grupos violentos pueden ejercer justicia. ¿Qué tal la justicia usurpadora de los violentos, como factor para legitimarlos con un estatus de beligerancia? Ahora que los llamamos terroristas y que negamos el estatus de beligerancia, que nos oponemos a la paz. No. La quisiéramos negociar. Alguien me dice: 'pero si son terroristas, ¿cómo se negocia con ellos?'. Por eso se exige que suspendan sus actividades terroristas. ¿Y qué les ofrecemos? Plenas garantías democráticas. Les ofrecemos la democracia que este país está practicando y que es para todos. En esa tarea estamos.* (URIBE, 2008b, p.15).

Nota-se um processo de transformação do Plano Colômbia de antidrogas para antiterrorista, combatendo, na realidade, insurgentes. Nesse sentido, há uma justificação para a intervenção armada no país, aclamada como necessária pelos EUA. A potência consolidou-se como indispensável, tornando a Colômbia dependente de seus recursos financeiros e militares, e limitando sua margem de manobra em sua política interna, a qual passou a estar sob supervisão estadunidense (PINZÓN, 2014, p. 155-158)[133].

Propostas de solução do conflito interno e de luta militar foram os pontos centrais das campanhas presidenciais desde a década de 1990, com a eleição de César Gaviria. Contudo, os governos de Pastrana e Uribe se diferenciam em relação aos anteriores ao incluir a segurança nacional como agenda pública e ligá-la, diretamente, com a política externa do país. A partir desse momento, há a inclusão da política de segurança na construção da identidade do país, consagrando a securitização do narcotráfico e dos grupos envolvidos, como também a normalização das medidas excepcionais que já estavam em curso. A política externa de Pastrana estava voltada à internacionalização do conflito, buscando apoio e financiamentos internacionais para a conquista da paz no país (PINZÓN, 2014, p.176-179).

O ano de 1997 foi considerado emblemático quanto à participação da audiência (o povo colombiano) na solicitação de diálogo para o fim da violência no país. Protestos convocados por trabalhadores e o plebiscito "Mandato Cidadão pela Paz" resultaram em uma pressão crescente ao governo, que decidiu instaurar uma zona desmilitarizada para avançar no diálogo com as FARC. Contudo, o aumento dos confrontos armados, os avanços dos grupos ilegais e a elevação da percepção de insegurança exaltada por conjuntos da sociedade e pela mídia levaram, em 2002, ao cancelamento da zona. Paralelamente, ocorria uma mudança de mentalidade da população colombiana, em que a elite dirigente e a opinião pública do país se

[133] As relações entre EUA-Colômbia são discutidas com maior profundidade no seguinte capítulo,sobre o nível regional.

voltaram à consolidação de estratégias de guerra. Com isso, a população e os meios de comunicação acolheram a ideia de segurança como elemento fundamental para o Estado, com a política de Segurança Democrática liderada por Uribe (CAÑAS, 2012, p.17-19). O discurso do presidente eleito se pautou no lema "mão dura, coração grande", referindo-se ao descontentamento da população, o aumento da violência e o fracasso do processo de paz (PINZÓN, 2014. p.189-193), como destacado em seu pronunciamento:

> *Permítanme […] mostrar algunos eventos en los cuales esta guerrilla terrorista ha defraudado al Estado colombiano. Primero dijo que si el país ampliaba la democracia, incorporaba la elección de alcaldes y gobernadores, elección popular directa, ellos dejarían las armas.* […] *Empezó a practicarse, si la memoria no me falla, en el 88. Y la reforma constitucional, la Constitución del 91 liderada por el Presidente Cesar Gaviria, incorporó la elección popular de gobernadores y una gran cantidad de mecanismos de participación democrática. ¿Cuál fue la respuesta? La respuesta fue asesinar alcaldes, asesinar actores de la democracia, penetrar corruptamente los presupuestos públicos. Lo que en este Gobierno se ha descubierto del paramilitarismo, lo practicó la guerrilla, lo originó la guerrilla y se lo enseñó a los paramilitares. Ahí tenemos una estafa ideológica de una propuesta de paz. Después, dice la guerrilla: "hacemos la paz si en Colombia se le dan plenas garantías a la oposición política." Las que hoy tienen. Este país tuvo una experiencia. Aquí surgió un partido político que se llamó Unión Patriótica, y a sus líderes los asesinaron. Nosotros reclamamos que se reconozca, y ustedes lo han hecho con creces, con exceso de bondad, lo que ha avanzado el país, pero reconocemos los problemas que hemos tenido y los que seguimos teniendo. Asesinaron a los líderes de la Unión Patriótica. Yo creo que aquí se cometió un error, dos errores. Primero, la guerrilla quiso mantener su principio de combinación de formas luchas. Muchos de los individuos de ese partido estaban en la acción política y al mismo tiempo estaban en la guerrilla. Por eso ahora no podemos permitir la nueva trampa que nos quieren tender. Promueven clandestinamente lo que ellos llaman un partido clandestino bolivariano, para pretender lo mismo: otra fase histórica de combinación de formas de lucha. Eso no lo podemos permitir. El noble servicio de la política no se puede mezclar con el ejercicio de la violencia. Faltó también, en aquel proceso de la Unión Patriótica, más decisión al Estado para dar protección.* (URIBE, 2008b, p.10-11).

Assim, segundo Uribe (2008b, p.15), "*la seguridad es un camino hacia la paz, y en eso está trabajando este país*". O presidente realizou uma crítica direta aos seus antecessores políticos, conduzindo a perspectiva de que a Colômbia se inseria como um suposto "Estado falido" e vítima do terrorismo, alinhando-se à narrativa estadunidense e à necessidade de apoio internacional para o combate de tal ameaça. Ao mesmo tempo, construiu a ideia de um governo forte e com vontade de mudar a situação colombiana, possibilitando que o país se transformasse de "estado frágil" para uma "estrela emergente" (PINZÓN, 2014, p.216).

> *El terrorismo no se puede desconocer en nombre de las buenas relaciones internacionales. Al contrario, el multilateralismo y la diplomacia deben conducir a acciones de colaboración entre los estados para superar este drama y sus cómplices como el tráfico de armas, drogas ilícitas, lavado de dinero y activos, refugios de*

> *terroristas, entre otros. Reiteramos nuestro compromiso con el multilateralismo, en todas sus expresiones legítimas, desde la organización de países vecinos hasta la más global, pero creemos que el multilateralismo tiene que mostrar eficacia en la derrota del crimen internacional. Colombia ha reconocido el problema interno de narcoterrorismo, ha librado una heroica lucha que finalmente triunfará, coopera con la comunidad internacional y solicita más efectiva cooperación. […] Reconocemos el esfuerzo de los Estados Unidos para adelantar con nosotros la tarea de desmantelamiento del narcoterrorismo. Pedimos más cooperación de más países y de la comunidad internacional.* (URIBE, 2009a, p.03).

O marco do governo de Álvaro Uribe é a criação da Política de Segurança Democrática, em que a segurança constituiu um meio para o retorno da autoridade estatal e a garantia da democracia (PINZÓN, 2014, p.230-240). A Política classificou como ameaças à nação: a) terrorismo, apresentado como método utilizado por grupos ilegais para desestabilizar o Estado e sua institucionalidade democrática, fortalecendo-se com a construção de redes associadas a grupos terroristas internacionais; b) negócio das drogas ilícitas, que desestabiliza o Estado tanto institucionalmente, como social e economicamente, ademais de estar associado com o financiamento de atos terroristas, destacando-se nesse meio as FARC e os grupos de autodefesa; c) finanças ilícitas, como lavagem de dinheiro, contribuindo para a manutenção do terrorismo e desestabilização da economia nacional; d) tráfico de armas, munições e explosivos, ligado ao narcotráfico e terrorismo; e) sequestros e extorsões, como mecanismos básicos de financiamento das organizações ilegais; f) e homicídios, pois seu elevado número repercute diretamente na segurança cidadã e no funcionamento das estruturas democráticas do país (COLÔMBIA, 2003, p.24-31). Nesse sentido, segundo o governo uma "*situación extraordinaria, requiere medidas extraordinárias*", mas com a manutenção das liberdades e da segurança de seus cidadãos (COLÔMBIA, 2007a, p.19-20).

> *Esta amenaza terrorista ha sido enfrentada sin legislación marcial, con plenitud de garantías civiles y de garantías políticas y absoluto respeto a las libertades que promovemos con la seguridad. Trabajamos tanto por la eficacia de la Fuerza Pública como por el respeto a los derechos humanos. No dudamos en sancionar a quien los viola, pero tampoco renunciamos a defender a nuestros soldados y policías, en ocasiones víctimas de una sucia guerra jurídica.* (URIBE, 2009a, p.03).

O governo ressaltou a possibilidade de associação entre democracia e segurança, visto que, segundo Uribe (2003, p.05) "*la seguridad garantiza el espacio de discrepancia, que es el oxígeno de toda democracia*". Para a propagação dessa ideia, o presidente se utilizou da mídia, divulgando propagandas de seus feitos, a exemplo dos Conselhos Comunitários, constituindo um "show midiático" e capaz de consolidar a imagem de Uribe como líder

salvador (CAÑAS, 2012, p.31-32). Nota-se a capacidade discursiva e a prática da segurança democrática como peças chaves para a construção da "obediência" dos cidadãos para a sua proteção frente aos inimigos nacionais. Houve a efetivação de uma rede de informantes anônimos, paralelo a um consentimento populacional quanto à utilização de câmeras teledirigidas e bases de dados com informações pessoais (CAÑAS, 2012, p.42). Segundo Uribe (2009b, p.04-07) "*las libertades públicas se han sentido más en su eficacia, gracias a esta política. […] El Gobierno de Colombia ha expresado que la Seguridad Democrática no es un fin en sí mismo, sino un medio para que los colombianos, las nuevas generaciones, puedan vivir en paz*". A percepção de segurança durante o governo foi elevada, em que a população se sentia confortável em transitar pela maior parte do território nacional sem estar constantemente ameaçada por ataques, sequestros, bombas ou patrulhas de guerrilhas (VILLA; VIANA, 2010, p.62-64). Com a aprovação da audiência e para a execução da política de segurança democrática proposta, incluiu-se as Forças Públicas como protagonistas na defesa da segurança cidadã (PINZÓN, 2014, p.230-240).

> *Un país afectado tantos años por el terrorismo, por la narcoguerrilla y el narcoparamilitarismo, un país que todavía tiene problemas serios con el terrorismo, tiene que rodear a su Fuerza Pública. Rodeemos a nuestros soldados y policías, hagámosles sentir afecto; se lo merecen por su heroísmo y por su responsabilidad. En esta hora final del Gobierno podemos decir ante el mundo que la Fuerza Pública de la Patria no ha dejado pasar impunemente una sola violación de derechos humanos en estos años. Es una fuerza comprometida con la credibilidad de la seguridad, que radica en la eficacia, en la atención solícita para acudir a proteger al ciudadano, credibilidad que también radica en la transparencia que empieza con la observancia de los Derechos Humanos.* (URIBE, 2010, p.07).

As Forças Militares adotaram uma postura ofensiva, voltada à recuperação das regiões que estavam sob o controle das guerrilhas e dos grupos de autodefesa (COLÔMBIA, 2007a, p.41). Paralelamente, o Ministério da Defesa revisou a política democrática especialmente quanto: a) ações executadas pela Força Pública, no que tange à sua presença permanente no território nacional, capacidade de antecipação de táticas e estratégias dos grupos ilegais, e coordenação de ações conjuntas com entidades estatais; b) manter o apoio populacional, sua confiança e seus direitos, legitimando a Força Pública; e c) prover rentabilidade social com os investimentos em segurança (COLÔMBIA, 2007a, p.45).

> *Son múltiples los aspectos que podemos destacar en el liderazgo del Ministro. Su liderazgo para orientar a la ciudadanía, su liderazgo para unir a las Fuerzas, su liderazgo para unir a la ciudadanía con las Fuerzas y su liderazgo para unir a los integrantes de todas las Fuerzas. […] Se ha avanzado mucho en el debilitamiento del terrorismo. Ha correspondido el periodo del Ministro Juan Manuel Santos a lo*

> *que llamaríamos la fase de consolidación del desmonte del paramilitarismo y el punto de inflexión de los otros grupos terroristas.* (URIBE, 2009c, p.04).

Assim, a utilização dessa perspectiva discursiva e da securitização efetiva do narcoterrorismo e dos grupos envolvidos, sejam narcotraficantes, guerrilheiros ou paramilitares, possibilitaram o emprego de medidas excepcionais no nível interno, como o decreto de Estado de comoção interior logo após a posse de Uribe, fornecendo ao governo poderes para a realização de medidas emergenciais no campo político, militar e tributário (VILLA; VIANA, 2010, p.68-70). Segundo o relatório anual colombiano de terrorismo (WIKILEAKS, 2003c), Uribe, ao final de 2003, buscava instalar a presença estatal no campo da segurança em todos os municípios colombianos. Para tanto, a tentativa de aprovação do Estatuto Antiterrorista, em 2003, pode ser considerada uma de suas ferramentas, em que o Congresso aprovou uma reforma constitucional concedendo faculdades de polícia judicial às Forças Militares (ESTATUTO..., 2004), elevando a autoridade governamental quanto à condução de buscas residenciais, detenções e escutas telefônicas (WIKILEAKS, 2003c).

Contudo, em 2004, a Corte Constitucional declarou o estatuto e sua aprovação como ilegais, justificado por meio da alegação de irregularidades no processo de tramitação e aprovação da lei (CORTE...,2004). Complementarmente, foi promulgada a Lei de Liberdade Condicional, associada com o processo de paz no país, provendo a flexibilização de penas aos combatentes que apoiassem o processo de desmobilização (WIKILEAKS, 2003c).

Paralelamente, o Plano Patriota foi símbolo do governo, visto que, foi iniciado em 2003 com o objetivo de retirar as FARC de zonas que abrangem Caquetá, Meta, Guaviare e Vaupés, e extraditar seus líderes para os EUA. O Plano contou com financiamento colombiano e supervisão e participação de estadunidenses e mercenários para apoio logístico e de inteligência (HYLTON, 2010, p. 165). Para tanto, foram construídas unidades táticas moveis, "batalhões de montanha e 'unidades especiais antiterrorismo'". Ao mesmo tempo, foram fornecidas recompensas aos cidadãos colombianos que realizassem denúncias de membros e simpatizantes do movimento guerrilheiro, conquistando, por um lado, a "desligitimação política progressiva da insurgência" e, por outro, a exacerbação da ideia de inimigo, incluindo membros da sociedade, como sindicalistas, jornalistas e estudantes, que seriam considerados colaboradores dos grupos ilegais (CEPIK; BORBA, 2010, p.80-83). Como resultado, houve a redução das FARC a um espaço territorial menor, aproximando-se da região de fronteira com Equador, Peru e Venezuela, o enfraquecimento do poder político e militar guerrilheiro tanto das Forças Revolucionárias como do ELN, além de uma recuperação

por parte do Estado, até 2009, de 55% do território nacional (VILLA; VIANA, 2010, p.62-64). Mesmo assim, a insegurança se fazia presente no país, em que 600 municípios ainda apresentavam atividades de grupos armados (CAÑAS, 2012, p.26-27).

Em 2004, com o processo de desmobilização da AUC, foi aprovada a Lei de Justiça e Paz, já comentada anteriormente, que objetivada "regular a participação paramilitar dentro da política oficial e da sociedade civil", pautando-se na ideia de "memória e justiça *versus* esquecimento e paz" (HYLTON, 2010, p. 157). Como resultado, ocorreria a anistia parcial dos combatentes (CEPIK; BORBA, 2010, p.80-83). Porém, não houve a eliminação completa dos grupos paramilitares, em que seus lideres, posteriormente, fundariam as BRACRIM e se deslocariam a países vizinhos (VILLA, VIANA, 2010, p.68-70).

> *Hemos eliminado el paramilitarismo, la guerrilla lo exigía como condición para negociar, y hoy guarda silencio. La retamos a que negocie, ya que se ha cumplido la exigencia que proponían de la superación del paramilitarismo. Nada sirvió. […] Hemos enfrentado, gracias a la Ley de Verdad, Justicia y Reparación, y a nuestra política de Seguridad Democrática, un proceso que ha puesto al descubierto relaciones de la política con el paramilitarismo, y que pondrá al descubierto lo que se escondió en el pasado: las relaciones de la guerrilla con la política*. (URIBE, 2008a, p.06).

Ao final do mandato de Uribe, nota-se uma conjuntura colombiana marcada pelo fortalecimento do Estado e de suas Forças Públicas, apesar da presença de grupos militares ilegais, como as FARC, que retomaram a guerra de guerrilha e mantiveram sua ligação financeira com o narcotráfico; o ELN, apesar de sofrerem com uma "crise de coesão e incapacidade operativa"; e as BACRIM, com "caráter multidelitivo" e transnacional (COLÔMBIA. 2010a, p.501-502). Ademais, observa-se a presença direta dos EUA no combate a insurgentes e, na América do Sul, uma crise diplomática, agravada especialmente com Equador e Venezuela (CEPIK; BORBA, 2010, p.85).

Para o governo de Santos e sua Política Integral de Segurança e Defesa para a Prosperidade, foi determinado que as principais ameaças ao Estado são: FARC, ELN, BACRIM, milícias e redes criminais, e delinquência e crime organizado (COLÔMBIA, 2011b, p.19). Dando continuidade a política de Uribe, Santos propôs fortalecer ainda mais as Forças Públicas e o sistema judiciário, e construir uma cooperação dinâmica com países estratégicos, tendo como objetivo final libertar a Colômbia do narcotráfico (WIKILEAKS, 2012a).

> *Al final, hemos logrado la desarticulación de los grandes carteles, así como una importante reducción de las hectáreas de coca sembradas en nuestro país y de las*

> *toneladas de droga exportadas. Desafortunadamente, el negocio continúa. Así que seguimos combatiendo este flagelo, atacando todos los eslabones de esta diabólica cadena porque, para nosotros, éste es REALMENTE un asunto de seguridad nacional. Nosotros continuamos cooperando con nuestros socios porque somos totalmente conscientes de que hay una corresponsabilidad y de que todos tenesmos la obligación de ayudar contra una amenaza que no respeta fronteras. Nuestros logros han sido posibles, en parte, gracias al Plan Colombia, posiblemente el plan bipartidista de política exterior de los Estados Unidos más exitoso de los últimos tiempos. Cuando se lanzó el Plan Colombia, nuestro país era considerado por muchos como una nación al borde de convertirse en un Estado fallido. Hoy —como la secretaria Clinton dijo recientemente, y lo reiteran muchos otros analistas— Colombia ha pasado de ser una fuente de peligro a convertirse en una fuente de inspiración y en un socio decisivo para afrontar los grandes asuntos que afectan el futuro de la humanidad. Pero no nos sentimos triunfadores ni el problema ha desaparecido. El crimen organizado está siempre buscando el camino de menor resistencia. Mientras Colombia fortalece sus instituciones legales y judiciales —y aumenta el costo de operar desde nuestro país— los capos miran hacia otros ambientes menos severos.* (SANTOS, 2011, p.02).

Como medidas empregadas para dar continuidade à securitização, agora já normalizadas na sociedade, observa-se a construção de um plano de guerra como estratégia de luta contra o narcotráfico, pautado na associação entre o plano "*Espada de Honor*" e "Comunidades Seguras e em Paz". O primeiro buscava atacar as finanças dos grupos ilegais e o sistema terroristas, voltando-se a ofensivas contra as FARC e o ELN, estando sob a liderança das Forças Armadas. Já o segundo, comandado pela Polícia Nacional, está centrado no combate à criminalidade (COLÔMBIA, 2015d, p.12). De forma complementar, foram desenvolvidos os planos "Vitória", destinados a neutralizar grupos armados que afetassem a segurança nacional e cidadã, como ELN e FARC (COLÔMBIA, 2018, p.214-215). Além do "Plano Integral Policial para a Segurança do Cidadão - Coração Verde" para responder a delitos que interferem na segurança cidadã (COLÔMBIA, 2018, p.216), como destacado por Santos (2012e, p.01-02) "*el Plan 'Corazón Verde' es el que nos va a cuidar en los barrios, en nuestros parques, en las calles, es el plan que va a proteger a nuestros hijos mientras caminan hacia los colegios, hacia las universidades*".

Paralelamente, o governo buscou iniciar uma transformação de suas Forças Públicas, aumentando sua capacidade de projeção de segurança no âmbito nacional, voltando-se à luta contra o crime transnacional; ao auxilio ao desenvolvimento da população; à manutenção da paz e estabilidade regional; como também à conservação do meio ambiente (COLÔMBIA, 2014a, p.112-113). Segundo Santos (2016a, p.03), "*nuestras Fuerzas Armadas han sido, son y seguirán siendo la columna vertebral de nuestras instituciones democráticas. Son las que garantizan que los derechos de los colombianos se respeten, que se respete nuestra constitución que se respeten nuestras leyes*". Observa-se a manutenção da perspectiva de

associação entre democracia e segurança cidadã como dois elementos possíveis de existir conjuntamente, sendo as Forças Públicas peças chaves para tal política. Nesse cerne, o presidente Santos, distintamente de Uribe, aprovou a Lei de Vítimas e Restituição de Terras, a qual reconheceu formalmente a existência de um conflito interno na Colômbia. A Lei se pauta no estabelecimento de "medidas judiciais, administrativas, sociais e econômicas", como auxílios humanitários, de assistência e reparação às vítimas de violações, à exceção de pessoas que sofreram danos de "delinquência comum" (COLÔMBIA, 2011g). Ademais, o governo aprovou a Política Nacional de Defesa da Liberdade Pessoal 2011-2014, pautada na: a) prevenção e judicialização de atentados e delitos contra a liberdade pessoal; b) dissuasão como estratégia preventiva; c) desarticulação de grupos armados ilegais e terroristas, e; c) assistência a vítimas (COLÔMBIA, 2011c, p.50-53). Como também foi publicada a Política Nacional de Segurança e Convivência Cidadã voltada à proteção da população colombiana quanto à sua "vida, integridade, liberdade e patrimônio econômico", tendo como meta melhorar a segurança cidadã e inserir o país nos "índices de segurança cidadã de excelência" de nível internacional (COLÔMBIA, 2011f, p.06-07). Observa-se uma valorização da política de direitos humanos e transparência como parte da estratégia de segurança do governo.

Segundo o Ministério da Defesa, no período de 2011-2015 foram neutralizados no âmbito das FARC 13.478 combatentes, com 3.908 desmobilizados e 1.086 mortos em operações; no caso do ELN foram desmobilizados 699 indivíduos, com 1.489 capturados, 2.352 neutralizados e 164 mortos durante operações; já quanto ao BACRIM, ocorreu a captura de 13.085 membros, a neutralização de 13.198 e a morte em operações de 113 pessoas. Como resultado de golpes às finanças terroristas houve a apreensão de 658,7 toneladas de cocaína e a erradicação de 327.177 hectares de coca. Ademais, em relação à proteção da população, houve uma diminuição de 13,5%, de 2013-2014, no número de homicídios; sendo a variação, no mesmo período, quanto a sequestros e extorsões, de 2,5% (COLÔMBIA, 2015e).

Em 2014, o presidente Santos e o Ministro da Defesa Pinzón entraram em discordância quanto ao acordo de paz das FARC, já que o primeiro havia solicitado a iniciação do cessar-fogo e do processo de desmobilização das Forças o mais breve possível. Porém, o Ministro desautorizou tal pedido, mantendo a ofensiva das Forças Militares, que só seria cancelada quando o acordo de paz fosse assinado (DIAMINT, 2016, p.55-61). Esse cenário nos mostra um comportamento paradoxal do presidente Santos, que ao mesmo tempo foi uma peça importante para a negociação e processo de paz com as FARC, mas também foi o executor de políticas militares contra os grupos armados (SILVA, 2017, p.91-93).

Em 2016, com a internacionalização do processo com os Diálogos de Havana, as negociações entre o governo e as FARC foram finalizadas e levadas ao referendo popular, que negou a aprovação em um primeiro momento. Ainda assim, foram retomadas as reuniões para a execução de alterações no acordo, visto a demanda popular, ocorrendo, posteriormente, a sua aprovação pelo congresso colombiano (SILVA, 2017, p.104-105) Observa-se que, para a consolidação de tal acordo, houve a necessidade de uma reformulação da concepção e narrativa de segurança do governo, sendo, segundo Pinzón (2017, p.200), o reconhecimento: a) do conflito armado no país e do posicionamento das FARC, substituindo a ideia de que o país apenas continha em seu interior ameaças terroristas; b) das vítimas do Estado, identificando o mesmo como ator na guerra e executor de violência; e c) da ausência de presença estatal e desigualdade de capacidades como causa do conflito e persistência do narcotráfico.

Apesar da desmobilização das FARC, ainda persiste a ideia de combate ao crime organizado como prioridade por parte do governo para a consagração de uma paz interna, empregando as Forças Públicas nesse novo cenário nacional. Segundo Santos (2016b, p.02), "*Nosotros queremos una paz con seguridad, estamos haciendo todo para que errores de otros países, de otras experiencias, cuando se iniciaron procesos de paz aumentó la inseguridad. […] La paz será la mejor aliada de la seguridad de los colombianos*". Assim, nota-se que o governo de Santos incrementou a política de combate ao narcotráfico e aos grupos envolvidos, propagando a securitização anteriormente criada. Contudo, ao final de seu mandato, especialmente a partir de 2015, observa-se uma tentativa de desecuritização de um dos grupos anteriormente securitizados, as FARC, negociando e concluindo o processo de paz com as Forças e apresentando uma Colômbia pós-conflito, mas que ainda mantém problemas de segurança que devem ser combatidos e solucionados.

Considerando os processos de securitização apresentados e analisados nesta seção, compreendemos a importância de tal variável para a cooperação em defesa sul-americana, como veremos no capítulo seguinte, a tentativa de securitização dos recursos naturais por parte da Argentina e do Brasil terá um reflexo no posicionamento do CDS e em sua identificação de ameaças e construção de um movimento securativo. Nota-se, como destacado por Vitelli (2015, p.28-34), o interesse argentino tanto na resolução da disputa em relação às Ilhas Malvinas como na preocupação com os recursos naturais da região, vinculando-se como potencial para uma maior cooperação em defesa frente à presença de potências extrarregionais. Ao mesmo tempo, o Brasil proclama a possibilidade de ingerência de países poderosos na América do Sul, ameaçando a segurança nacional e seus recursos naturais e

estratégicos, construindo a possibilidade de desenvolvimento de uma cooperação em defesa apenas com países sul-americanos para o fortalecimento tanto nacional como da região frente a interesses externos. Paralelamente, a securitização do crime organizado tanto no Brasil como na Colômbia também será propagada no nível regional e fomentada pelos Estados Unidos. Isso demonstra o paradoxo brasileiro de posicionamento interno combativo e securativo, empregando a polícia, as Forças Armadas e medidas excepcionais para a manutenção da segurança pública, enquanto em sua política externa exprime o confronto ao posicionamento estadunidense e colombiano, propagando a utilização das Forças Armadas em último caso e como ações subsidiárias. Já a Colômbia promove o alinhamento em defesa e segurança com os EUA, propagando essa perspectiva para toda a região e aos processos cooperativos que se encontram presentes, repercutindo em suas ações no âmbito do CDS e com os países da região.

6 NÍVEL REGIONAL

Como terceiro nível de análise, inserimos o âmbito regional, no qual se observa, na América do Sul, processos cooperativos interestatais, mesmo com o seu histórico de dinâmicas conflituosas, especialmente com o advento do regionalismo e do pós-Guerra Fria. Tal situação pode ser caracterizada como uma resposta a pressões externas e necessidades nacionais, já que, nos anos 1980, se produziu um cenário de perda de autonomias estatais. (HURRELL, 1996, p.124-125) O termo "regionalismo", segundo Wunderlich (2007, p.03), refere-se a um fenômeno geral, pautado em um processo político, de segurança ou de cooperação/coordenação econômica, abrangendo, de acordo com Katzenstein (1996, p.05-06), fatores socioculturais internos e políticos externos para a região. Fawcett (2004, p.433-434) complementa alegando que tal propicia a construção de uma política entre Estados e/ou atores não estatais dentro de uma determinada região, buscando objetivos comuns e consolidando grupos (sub)regionais, formalizados por meio de organizações. Paralelamente, a concepção de regionalização (processo "informal") pode ser considerada como um complemento empírico ao regionalismo (processo "mais formal"). A regionalização é um movimento intrarregional de modificações dos níveis de interação social, político e econômico, sendo "*a drive for more formal regulatory mechanisms and regional governance*" (WUNDERLICH, 2007, p.03). Borja, González e Stevenson (1996, p.61-62) argumentam que a regionalização é uma resposta positiva à complexidade mundial, que por meio da fragmentação regional, possibilita uma nova forma de organizar as questões econômicas internacionais. Ao mesmo tempo, tal processo também pode ser visto como uma forma dos governos nacionais, que sozinhos são incapazes de enfrentar os problemas globais, intervirem no sistema internacional, como em relação ao meio ambiente, narcotráfico e migrações, e coordenarem objetivos comuns, inserindo atores não-estatais nessa dinâmica (BIRLE, 2018, p.248-249; BORJA, GONZÁLEZ E STEVENSON, 1996, p.62).

> *La regionalización es un proceso subyacente de formación de regiones mediante relaciones fácticas, materiales e ideacionales entre las fuerzas sociales y las capacidades productivas de las sociedades en cuestión; los flujos de individuos y grupos, sus vínculos e interrelaciones, la infraestructura que construyen, el intercambio de bienes, servicios, inversiones e ideas. [...] Este marco analítico parte de la premisa de que las iniciativas de regionalización contemporáneas constituyen proyectos políticos configurados en dos procesos que se influencian mutuamente por circunstancias endógenas (nación-región) y por circunstancias exógenas (región-orden mundial).* (ZAPATA, 2017, p.74-5).

Nesse sentido, o processo de regionalização e, consequentemente, o aumento da regionalidade, fazem com que a região passe a ser considerada não somente uma arena, mas também um ator, representada pelas organizações internacionais e por "ações intencionais" promovidas pelos atores que a compõe. Contudo, no caso do regionalismo securativo, adentrando no campo dos complexos regionais, a concepção de Buzan e Waever é de que as regiões são apenas níveis de análise compostos por atores capazes de transformar os dilemas conflitivos em relações cooperativas, na direção de construção de uma comunidade de segurança (HETTNE, 2005, p.553-536).

Na América Latina, nota-se o papel do regionalismo ao longo das épocas. Desde o século XIX, iniciativas hemisféricas lideradas pelos Estados nacionais contemplaram a região, como com o Pan-Americanismo de Simón Bolívar e o Sistema Militar Interamericano, destoando entre a busca de autonomia da região frente aos Estados Unidos e a instrumentalização da influência estadunidense na região (LEHMANN, 2017, p.150-152). Apesar da criação de inúmeras iniciativas excepcionais na região, como o Tratado de Tlatelolco, nota-se a sobreposição de algumas organizações com seus mandatos e países membros, inserindo-se em ciclos de "*stop-go*", sobrevivendo através de "versões enfraquecidas" (KLAVEREN, 2017, p.09-12).

O regionalismo latino-americano pode ser compreendido em três grandes fases, sendo sua última a de destaque nesta tese. A primeira onda regionalista, ou "velho regionalismo", marca-se na década de 1960 com a valorização do "capitalismo nacional", com o âmbito comercial caracterizando como motor cooperativo. No escopo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), foi criada a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC)[134]. Paralelamente, os Estados centro-americanos desenvolveram o Mercado Comum Centro-Americano e, no nível da sub-região andina, a Comunidade Andina (RIGGIROZZI; TUSSIE, 2018). Tais iniciativas propagaram uma maior autonomia regional e um movimento "anti-hegemônico" frente à dominação estadunidense (LIMA, 2013, p.176-185). Contudo, com o advento de ditaduras militares, crises econômicas e endividamentos, houve o enfraquecimento de tal regionalismo, em que a aproximação aos Estados Unidos tornou-se inevitável, especialmente devido à possibilidade de acesso a fundos internacionais (RIGGIROZZI; TUSSIE, 2018).

[134] Por meio do Tratado de Montevidéu, de 1960, a ALALC foi criada com o objetivo de consolidar o comércio regional, sem a presença dos EUA, contemplando a eliminação gradual de tarifas alfandegárias e demais restrições comerciais (FAJARDO, 2007, p.72).

Com término da Guerra Fria, advém a segunda onda com o "novo regionalismo", ou regionalismo aberto, associado à adoção de uma agenda neoliberal, marcada pelo Consenso de Washington, e um contexto de globalização inevitável (RIGGIROZZI; TUSSIE, 2018). Com as crises financeiras e as instabilidades regionais e nacionais, verifica-se uma agenda voltada também às questões de desenvolvimento e segurança internacional, como referentes à pobreza, meio ambiente, saúde, dívida externa, bem como à luta contra o terrorismo e à proliferação das armas nucleares, com destaque à revitalização da OEA (LIMA, 2013; LIMA; COUTINHO, 2005, p.03-06). Segundo Hurrell (1995, p.24), esse novo regionalismo caracteriza-se por quatro elementos: o "regionalismo norte-sul"; a variação institucional; o caráter multidimensional, abrangendo o econômico, político e o securativo; e o aumento da consciência regional, relativo à identidade.

A partir da década de 2000, nota-se um cenário marcado pelo esgotamento do regionalismo aberto, resultando em uma região menos integrada e marcada por retrocessos em suas organizações regionais.

> *Varias causas explicarían este hecho paradójico: el aumento de las exportaciones de materias primas a Asia, que alentó un patrón exportador especializado en productos primarios; la escasa complementariedad de las economías latinoamericanas; el reducido peso del comercio intrafirma e intraindustrial, derivado de la escasez de cadenas productivas transnacionales; la persistencia de barreras no arancelarias; los elevados costes de transporte derivados de la falta de infraestructura física; y la inestabilidad macroeconómica y el recurso a las medidas unilaterales en caso de crisis. Pero estos factores también han de verse, como explicación más amplia, a la luz de una estrategia regionalista "parcial" y "selectiva", y sometida en no pocos aspectos a la ortodoxia neoliberal. En particular, se puso más énfasis en lo que Jan Tinbergen llamó la "integración negativa" —la supresión de barreras a los intercambios intragrupo—, que en la "integración positiva", orientada a la construcción de instituciones y políticas comunes. Además, la agenda de la "integración negativa" presenta resultados desiguales: mayores en cuanto a supresión de aranceles y otras medidas "visibles" a la libre circulación, pero más escasos en cuanto a barreras no arancelarias y de otra índole. A menudo, se ha visto la liberalización comercial, sea intragrupo o respecto al exterior, como un sustituto de la política de desarrollo*. (SANAHUJA, 2014, p.79-80).

Ademais da situação comercial, em que não houve a melhoria da competitividade internacional, destacamos a questão da institucionalidade, constituindo um "*regionalismo ligero* caracterizado pelo intergovernamentalismo". Promovendo a soberania nacional e a rejeição da criação de burocracias, a região negou a atribuição de competências soberanas a instituições capazes de gerar cláusulas imperativas de cooperação. As causas podem ser associadas à cultura nacionalista da região, a "subordinação da política exterior" à "arena política doméstica", e o alargamento de alternativas cooperativas extrarregionais bi e multilaterais, como com mercados asiáticos (SANAHUJA, 2014, p.79-82).

A terceira onda regionalista marca-se pelo regionalismo pós-liberal ou pós-hegemônico[135], com a priorização da agenda política, associada, nas políticas externas dos países, à busca de autonomia regional frente aos Estados Unidos e atores externos, e à adoção de políticas de desenvolvimento, além de uma inserção da região no cenário internacional. Observando-se a concretização de consensos regionais e o desenvolvimento de instituições marcadas por abordagens multifacetadas (RIGGIROZZI; TUSSIE, 2012, p.06; SANAHUJA, 2011, p.120-123). Os Estados abandonaram a política neoliberal e o Consenso de Washington, sendo que, com a emergência de governos progressistas na região, especialmente na América do Sul, passou-se a associar essa nova abordagem de regionalismo às características de autonomia e soberania do velho regionalismo. Ademais, há uma "repolitização" do regionalismo (DABÈNE, 2012) abrangendo distintas iniciativas regionais com caráter econômico, político e/ou de governança regional, refletindo escolhas político-ideológicas para a configuração estratégica da região (SANAHUJA, 2014, p.82-83). Desta forma, nota-se uma conjuntura marcada por três "retornos": 1) do papel estatal; 2) da politização; e 3) da agenda desenvolvimentista, com políticas de cunho social e econômico (SERBIN; MARTÍNEZ, RAMANZINI JR., 2012, p.10-11).

Observa-se um momento de regionalização deslocado dos modelos tradicionais de integração. Nesse sentido, a UNASUL caracteriza-se como a principal organização dessa nova configuração da região (LIMA, 2013, p.176-185). Sua instituição precursora, a Comunidade Sul-Americana de Nações consagrou, com a Declaração de Cochabamba de 2006, as bases fundamentais dessa nova proposta para a região:

> *Nos planteamos un nuevo modelo de integración con identidad propia pluralista en medio de la diversidad y las diferencias, reconociendo las distintas concepciones políticas e ideológicas, que corresponden a la pluralidad democrática de nuestros países. Este nuevo modelo de integración comprende el ámbito comercial y una articulación económica y productiva más amplia, así como nuevas formas de cooperación política, social y cultural, tanto públicas y privadas, como de otras formas de organización de la sociedad civil. Se trata de una integración innovadora que incluya todos los logros y ¡o avanzado por los procesos del MERCOSUR y la CAN, así como la experiencia de Chile, Guyana y Suriname, yendo más allá de la convergencia de los mismos. El objetivo último de este proceso de integración es y será favorecer un desarrollo más equitativo, armónico e integral de América del Sur.* (COMUNIDAD SUDAMERICANA DE NACIONES, 2006, p.02).

[135] "*By post-hegemonic we mean regional structures characterized by hybrid practices as a result of a partial displacement of dominant forms of US-led neoliberal governance in the acknowledgement of other political forms of organization and economic management of regional (common) goods*" (RIGGIROZZI; TUSSIE, 2012, p.12). Contudo, para os fins dessa tese, optados por denominar esse novo regionalismo como pós-liberal, visto que, como analisado no capítulo anterior, a presença dos EUA na América do Sul e seu papel no hemisfério caracterizam-se ainda com poder hegemônico, e como discutiremos nos próximos capítulos, apesar da tentativa sul-americana de se desvencilhar dos EUA e concretizar sua autonomia, seu resultado não será satisfatório e estará ainda baseado em relações com a superpotência.

Nesse contexto, projetos como da UNASUL e da ALBA concretizam um espaço regional pautado pela busca de consensos em questões de cooperação nos âmbitos político, institucional, econômico, social e cultural (RIGGIROZZI; TUSSIE p.02-12). Entretanto, o desenvolvimento do consenso intergovernamental como instrumento para ações regionais torna-se um obstáculo para a fortificação das normas e das iniciativas (SERBIN, 2012, p.02-06).

O presente capítulo nos permite validar as variáveis causais e influentes analisadas nos capítulos anteriores e observar suas formas de interação no nível regional. Repercutindo nas dinâmicas do Complexo Regional de Segurança sul-americano, tangendo, por um lado, a cooperação em defesa intra e extrarregional, e, por outro, os processos de securitização de ameaças. Para tanto, dividimos o capítulo em três seções: uma subseção cerceando a cooperação em defesa entre Colômbia e Estados Unidos; e outra dos doze países da região no âmbito do CDS-UNASUL; ademais de uma parte quanto os processos de securitização regionais; e uma última divisão referente à situação e avaliação do complexo regional da América do Sul.

6.1 Cooperação intra e extrarregional: de bilateral a multilateral

A região sul-americana caracteriza-se pela existência de iniciativas cooperativas que obtiveram, ao longo do tempo, sucessos consensuais em assuntos como controle de armamentos e resoluções de conflitos de forma pacífica. Consolidaram-se, de forma institucionalizada, o Tratado de Tlatelolco, de 1967, proibindo armas nucleares na América Latina e no Caribe; no interior da OEA, iniciativas como segurança democrática, multidimensional e humana, ademais de questões referentes ao narcotráfico e terrorismo; na região andina, concretizou-se a Declaração de Cartagena, de 1984, e o Compromisso Andino de Paz, Segurança e Cooperação, de 1989; no cone sul, acordo bilaterais foram formalizados, como entre Argentina e Brasil, quanto aos: Acordo Bilateral, Acordo Quadripartite, ABACC e Agência Internacional de Energia Atômica, como também no âmbito do MERCOSUL, com o Compromisso de Mendoza e a declaração da região como zona de paz (SANAHUJA; VERDES-MONTENEGRO, 2014, p.02-03).

Paralelamente, os países da região mantêm acordos de defesa extrarregionais, especialmente com Estados Unidos, Rússia, China e países europeus[136], abrangendo o campo

[136] Os acordos e convênios realizados foram entre: "*España (Argentina, Bolivia, Chile, Colombia, Cuba, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicaragua, Perú, República Dominicana, Uruguay y*

de treinamentos, capacitações técnicas e indústria e tecnologias. Ademais de exercícios combinados e conjuntos, tanto de forma bilateral como multilateral. Em 2002, os países da área da tríplice fronteira e os Estados Unidos criaram o "Grupo 3 + 1 Segurança de Área Tríplice Fronteira", construindo, em 2007, um Centro de Inteligência Conjunta para o combate a redes criminosas (MEYER, 2016).

Desde a redemocratização, Argentina e Estados Unidos apresentam fortes relações, com elogios de oficiais estadunidenses quanto à atuação argentina em missões de paz, resultando, na designação em 1997, por parte dos EUA, da Argentina como um importante aliado não-membro da OTAN, dando acesso ao país sul-americano a "concessões de hardware militar excedente" (SULLIVAN, 2005). A Argentina formalizou, durante a década de 2000, acordos com os Estados Unidos quanto a intercâmbios de informações e de pessoal militar, e assistência médica e de serviços a membros das Forças Armadas (CENTRO DE ESTUDIOS ESTRATÉGICOS DE DEFENSA, 2015a). Em 2009, o país se destacou em ações policiais na Tríplice Fronteira do cone sul, frente a ameaças de crime e tráfico de drogas e pessoas, com apoio e treinamento dos Estados Unidos (WIKILEAKS, 2009b, p.03); bem como com a troca de informações contra ações terroristas com os EUA, recebendo treinamentos e equipamentos por parte da potência, contando ainda com a presença de representantes do DEA e FBI em seu território (WIKILEAKS, 2009b, 2009c). Mais recentemente, com o governo de Macri, houve uma maior reaproximação entre os dois países por meio dos Ministérios de Segurança e Defesa, voltando-se a temas de segurança fronteiriça, terrorismo e narcotráfico (BARRETO, 2018).

O Brasil marca-se por cooperações com os Estados Unidos frente ao crime, tráfico de drogas e pessoas, e terrorismo. A potência promoveu treinamentos e apoio logístico no país sul-americano (WIKILEAKS, 2009c). Quanto à ameaça terrorista, os dois países cooperam no âmbito de treinamento e suporte logístico no porto de Santos, como também em ações de prevenção de ataques terroristas (MEYER, 2016). Em 2010, uma parceria relativa à "pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico, tecnologia de segurança e a aquisição de produtos de defesa e serviços" foi firmada entre os dois países, proporcionando ainda intercâmbios de informações de experiências em operações de paz, além de treinamentos e exercícios militares

---

Venezuela). Rusia (Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Nicaragua, Perú, Uruguay y Venezuela). Canadá (Argentina, Bolivia, El Salvador, Guatemala, Honduras, México y Perú). China (Argentina, Bolivia, Brasil, Colombia, Ecuador, Perú, Uruguay y Venezuela). Francia (Argentina, Brasil, Chile, Colombia, Nicaragua Perú y Venezuela). Alemania (Argentina, Brasil, Chile, Ecuador y Perú). Italia (Argentina, Brasil, Chile, Colombia y Perú), Reino Unido (Argentina, Brasil, Colombia y Chile). India (Brasil, Chile y Colombia). Corea del Sur (Brasil, Colombia y Ecuador). Polonia (Chile, Colombia y Perú). Sudáfrica (Brasil, Chile y Uruguay). Holanda (Chile y Colombia). Israel (Colombia y Perú). Turquía (Brasil y Chile). Ucrania (Argentina y Brasil)" (DONADIO; TIBILETTI, 2010, p.80).

(SECRETÁRIO...,2010). Ademais, em 2015, foram assinados dois acordos bilaterais, um em matéria de defesa, visando às áreas de "tecnologia, sistemas e equipamentos, aquisição de material, troca de informações e experiências, exercícios e treinamentos conjuntos"; e o segundo, referente ao Acordo sobre Proteção de Informações Militares Sigilosas (ENTRAM..., 2015).

Nesse meio, ainda destacamos a interligação entre Estados Unidos e países andinos. Com a década de 2000, houve a ascensão de governos progressistas e políticas nacionalistas que impactaram na manutenção dos programas estratégicos com a potência mundial. A luta contra o narcotráfico e o terrorismo perdeu centralidade na Venezuela de Chávez, confrontando as perspectivas ideológicas dos dois países. No Peru, sua instabilidade política, mobilizações populares e reativação das ações do Sendero Luminoso frearam as iniciativas de erradicação dos cultivos destinados à produção de cocaína, contudo, não impediram o país de receber auxílios estadunidenses ao combate a grupos terroristas. Na Bolívia, o governo esteve divido entre as demandas dos EUA e os movimentos *cocaleros* nacionais, sendo a eleição de Morales fulcral para o rechaço à influência da potência e de seus programas. No Equador, houve um processo de nacionalização que culminou na negação do uso da base de Manta, porém suas relações cooperativas com os EUA se mantiveram. Distintamente, a Colômbia não apresentou expressivas fricções com o país do norte e se beneficiou da situação do novo rumo da sub-região, já que grande parte dos auxílios passou a se destinar, majoritariamente, à Bogotá (LIZANO, 2008, p.101-107).

6.1.1 Colômbia – EUA: entre relações especiais e aliança estratégica

A compreensão das relações entre Colômbia e Estados Unidos deve considerar alguns pontos históricos que nos apresentam a ascensão da parceria entre os dois países consagrando-se em uma aliança estratégica. O início do século XX marca-se pela separação do Panamá da Colômbia, com apoio dos Estados Unidos. Tal perda territorial resultou, distintamente do esperado, em uma elite colombiana interessa em obter uma reparação econômica e estabelecer uma estreita relação com a potência americana emergente (TORRES, 2010). Nesse contexto, observamos a oficialização, durante o governo de Marco Suárez, da denominada Doutrina Suárez, que constituiu uma tradição da política exterior do país. Baseada na Doutrina Monroe, concebeu-se a perspectiva de *réspice pollum* (olhar para o norte), em que a política exterior colombiana deveria se voltar a uma relação especial com a "estrela do norte" (PINZÓN, 2014). Nota-se a construção de "*convicción generalizada de las élites políticas y económicas*

de que la proximidad [com os Estados Unidos] *era deseable como estrategia para defender los intereses nacionales*" (TORRES, 2010, p.148). Com a Segunda Guerra Mundial e o decorrer da Guerra Fria, podemos observar um progressivo estreitamento das relações entre os dois países, em que a Colômbia recebia auxílios econômicos e, em troca, fortalecia os laços militares com os Estados Unidos. Ademais, na visão colombiana, a aceitação de um alinhamento com os EUA proporcionaria ao país uma inserção global, ganhando destaque na agenda da potência como um parceiro especial. Contudo, na perspectiva estadunidense, o Estado colombiano era a porta de entrada para a América do Sul e a consagração de sua influência na região (TORRES, 2010). Até a década de 1980, prevaleceu a chamada "*subordinación consentida de Bogotá a Washington*" (TOKATLIAN, 2000, p.36). Posteriormente, ocorreu uma maior aproximação entre a Colômbia e seus vizinhos, apesar do país "*jamás pretendió ni practicó un desalineamiento completo en cuanto a Estados Unidos, ni un desdibujamiento de su papel en la identidad del Estado*" (PINZÓN, 2014, p.288). A partir desse período, as associações entre os dois países começam a se converter na luta contra o narcotráfico e terrorismo (PINZÓN, 2014, p.289)[137].

O governo de Pastrana, como já analisado, adotou a ideia da Colômbia como um Estado falido, que passava por profundos problemas de segurança e que necessitava de auxílio estadunidense para finalizar o conflito interno e instaurar a segurança e o desenvolvimento no país. A escolha da perspectiva de Estado frágil proporcionou a consolidação da ideia de existência de um "perigo iminente" no continente, como também do fortalecimento do compromisso concreto de apoio estadunidense, que transitaria entre os governos de Clinton e Bush. Nota-se, assim, a conversão do narcotráfico como "variável explicativa", sendo o "fortalecimento militar" a resposta mais apropriada (PINZÓN, 2014, p.149-150). Para tanto, foi instalado, de um lado, o Plano Colômbia, e de outro, abrangendo toda a região andina, a chamada Iniciativa Andina. O objetivo colombiano com o plano era fortalecer o Estado, cessar o conflito interno e retomar sua soberania territorial, enquanto os Estados Unidos buscavam a estabilidade regional e/ou a redução do tráfico de drogas (LONG, 2015, p.214-5). Porém, o Plano Colômbia não foi o único acordo que estreitava os laços entre o país sul-americano e a potência mundial. A Convenção da ONU de 1988 foi assinada por ambos, sendo empregado, em 1998, um plano nacional colombiano para atender às demandas do tratado. No âmbito da OEA, os dois países são signatários da Convenção de Assistência

[137] Devemos ressaltar que o governo de Samper constitui um momento de inflexão nas relações com os Estados Unidos. Com a descoberta de suas relações com grupos paramilitares, que financiaram sua campanha, os EUA decidiram destinar seus auxílios à polícia nacional, isolando as Forças Armadas colombianas, que estavam atreladas às violações de direitos humanos.

Jurídica Mútua. No nível bilateral, em 1997, foi assinado um acordo marítimo destinado a aperfeiçoar a cooperação entre a Marinha colombiana e a guarda costeira estadunidense para o combate ao narcotráfico. Ademais, em 2000, foi estabelecido um Programa Bilateral de Controle de Narcóticos, promovendo projetos de luta contra as drogas com diversas agências colombianas (WIKILEAKS, 2006d).

O Plano Colômbia, com um orçamento de 7,5 bilhões de dólares, tinha como auxílio internacional 3,5 bilhões, sendo 1,3 bilhão proveniente dos Estados Unidos[138]. Seus objetivos estavam centrados em: a) treinar e reequipar as Forças Armadas e a polícia nacional para a luta contra o tráfico de drogas e grupos envolvidos; b) reformar o sistema judicial e promover o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro; c) criar planos de desenvolvimento alternativo que substituísse as atividades ilícitas; e d) associar os programas nacionais com iniciativas regionais e internacionais (SANTOS, 2015; SANTOS, 2006). Ademais, poderiam estar presentes no território colombiano até 800 militares e 600 civis estadunidenses (WIKILEAKS, 2007a). Assim, o auxílio militar estadunidense estava destino ao combate ao narcotráfico, possibilitando a modernização das Forças Públicas do país, bem como elevando a presença militar da potência. Durante a administração Clinton, ainda havia uma separação entre guerrilhas e narcotráfico, em que os recursos deveriam estar destinados à luta contra o segundo. Contudo, o governo Bush cruzou essa linha tênue e prometeu auxiliar o governo colombiano na proteção de sua população frente ao tráfico de drogas e as ações guerrilheiras, consagrando, com os atentados de 11/09, a luta contra o narcoterrorismo (SANTOS, 2015; VILLA; VIANA, 2010, p.66-68).

Os relatórios estadunidenses destacam os compromissos de suas políticas com o desenvolvimento, reforma judicial e combate ao narcotráfico e grupos terroristas na Colômbia. Destacando ainda que o Plano Colômbia seria cessado caso as Forças Públicas colombianas não buscassem o retorno da autoridade estatal ou não respeitassem os direitos humanos. Contudo, 75% do auxílio deveria ser liberado mesmo sem a verificação de cumprimento da segunda cláusula. Paralelamente, até 20% dos fundos deveriam ser destinados à aquisição de produtos para fumigação das aéreas com plantio de coca ilícita (WIKILEAKS, 2007a). Ademais, o Plano contou com um programa de helicópteros para prover auxílio às brigadas e às Forças Públicas do país; como também treinamentos de agências de controle de fronteiras colombianas para o combate ao contrabando, lavagem de dinheiro e fraudes (WIKILEAKS, 2006d). A partir de 2007, há uma destinação de parte do

[138] Desse montante estadunidense, 47 milhões de dólares estavam destinados ao Equador.

fundo para a desmobilização e desarmamento de membros das organizações ilegais colombianas, promovendo, paralelamente, a extradição de líderes indiciados nos EUA por assassinatos, sequestros e tráfico de narcóticos (WIKILEAKES, 2007a).

Paralelamente, há uma ascensão da presença de corporações americanas na Colômbia, especialmente no que tange a empresas petrolíferas, como OXY, Texaco, Chevron, BP, Reliant, Eron, e Halliburton, que se utilizaram do Plano para atuar nas reservas de petróleo do país. Durante a década de 1990, nota-se a destinação de atividades guerrilheiras, especialmente do ELN, a tais empresas, que passaram a ser alvos de extorsões, sequestros e explosões. Ademais, contou-se com a presença de empresas militares privadas na região andina. Os Estados Unidos se utilizaram de tais firmas para serviços "de informações, investigação, inteligência, logística, vigilância, treinamento de militares colombianos e fumigação dos plantios ilícitos" (SANTOS, 2006, p.66-71).

Nesse sentido, observamos o reflexo do Plano Colômbia e das políticas dos EUA nas mudanças doutrinárias e estratégicas da Colômbia, em que suas Força Armadas passaram a ser treinadas para a luta contra insurgentes terroristas, associando-se ainda mais às atividades policiais. Desde 1976, os Estados Unidos instauraram na região o programa de treinamento e educação militar internacional. A partir da década de 1990, há uma destinação de tais treinamentos à luta contra as drogas e a operações especiais, cerceando simulações contra terroristas e insurgentes. O programa de Intercâmbio de Treinamento Combinado Conjunto (JCET) promoveu a interação entre as forças especiais estadunidenses e as Forças Armadas dos países da região andina, destinando algumas de suas atividades para a "captura de narcotraficantes, interdição de carregamentos de drogas" e erradicação de cultivos ilícitos (LIZANO, 2008, p.92-93).

Com base nos informes da *Red de Seguridad y Defensa de América Latina* (RESDAL), no período de 2008 a 2016, Colômbia e Estados Unidos executaram 35 exercícios combinados e conjuntos, os quais também contaram com a presença de países de todo mundo, especialmente latino-americanos e europeus. Dentre estes, destacamos o "UNITAS", exercício naval que se encontra na 58ª edição; o "PANAMAX", criado em 2003 e realizado pelo Comando Sul, visando à segurança do canal do Panamá, sendo que, em 2011, contou, pela primeira vez, com a liderança no componente terrestre de um país parceiro, a Colômbia; o "*Cooperación*", criado em 2007 para a integração das Forças Armadas frente a possíveis desastres naturais; e o "CRUZEX", iniciado em 2002, associando as Forças Aéreas dos países participantes (DONADIO; TIBILETTI, 2010, 2012, 2014, 2016).

Observamos, assim, uma intervenção indireta por parte dos Estados Unidos, pautada na promoção da concepção da Colômbia como "país problema" no âmbito internacional, do discurso de narcoterrorismo, da diplomacia regional para a mobilização dos demais países da região frente à situação colombiana, como também de auxílios financeiros e militares (TOKATLIAN, 2001, p.209-210). O governo de Álvaro Uribe é emblemático nesse contexto, já que esteve marcado por um maior estreitamento de laços com os EUA, declarando apoio à guerra do Iraque e alinhando posicionamentos em organismos internacionais e na luta ao terrorismo. Tal situação dá-se especialmente pelo perfil de Uribe e Bush, bem como devido à crença colombiana de que o país não possuía condições nacionais de enfrentar sozinho o narcotráfico e os grupos guerrilheiros, apesar de acreditar que a vitória fosse possível. Nesse sentido, há uma inserção da problemática colombiana no âmbito global, internacionalizando o conflito (VILLA; VIANA, 2010, p.66-68). Nesse período, o Plano Colômbia foi reforçado por meio da política de segurança democrática do governo e da incorporação normativa do combate ao terrorismo. A elevação dos auxílios estadunidenses proporcionou a criação do Plano Patriota, que contou com o apoio e monitoramente por parte do Comando Sul (SANTOS, 2006, p.74). Entretanto, com a eleição de Barack Obama e a ascensão do Partido Democrata no Congresso estadunidense, observa-se um momento de conflitividade com as políticas uribenhas, especialmente com relação às violações de direito humanos (RANDALL, 2011, p.152-153). Tal situação teve repercussão direta na diminuição dos auxílios financeiros ao país, com também na paralisação de acordos de livre-comércio já negociados e que compunham uma bandeira do governo colombiano, que relacionava o aumento de investimento externo no país com o seu fortalecimento no âmbito internacional (PINZÓN, 2014, p.206-214).

Mesmo assim, em 2009, os dois países anunciaram uma cooperação militar pautada em sete bases militares com presença estadunidense em território colombiano. Observa-se uma articulação estratégica entre ambos os Estados. Quanto aos EUA, o controle das bases possibilitaria a superação da perda da base de Manta no Equador. No caso da Colômbia, o acordo se insere na ótica de priorização de sua segurança, como proclamado por Uribe: "*Colombia es un país históricamente agredido por el terrorismo y por el narcotráfico*", mantendo sua política de internacionalização da situação nacional ao convidar "*todos los países a que nos ayuden, a que nos ayuden en esta lucha (contra el narcotráfico). Por eso agradecemos vinculaciones [...] como la de los Estados Unidos en el Plan Colombia, y ahora con el nuevo acuerdo de seguridad*" (ACUERDO…,2009). Ao mesmo tempo, a proposta possibilitaria uma retomada no estreitamento das relações com os EUA, agora com o governo

de Obama (PINZÓN, 2014, p.206-214). A base de Palanquero, ao norte de Bogotá, era a mais significativa no acordo, pois receberia um investimento de 46 milhões de dólares para aprimorar sua estrutura, possibilitando aos EUA o uso conjunto de capacidades aéreas, marítimas e terrestres (RANDALL, 2013). Como forma de prestar esclarecimentos aos países da região sul-americana, o subsecretário adjunto McMullen ressaltou que os EUA não estavam planejando estabelecer bases militares estadunidenses na Colômbia, sendo o acordo uma forma de institucionalizar algo que já estava ocorrendo de maneira informal. As bases ainda estariam sob o controle dos comandantes colombianos, porém seriam modernizadas e contariam com um número limitado de pessoal estadunidense (WIKILEAKS, 2009d). Em 2010, o acordo foi abandonado devido à "declaração de inconstitucionalidade do projeto pela Corte Constitucional colombiana", como também pelas reações negativas dos membros da UNASUL e do CDS, como discutido nas próximas seções (CEPIK; BRANCHER; GRANDA, 2012, p.26).

O governo de Santos apresentou, apesar de uma continuidade da política democrática de Uribe, o reconhecimento do conflito nacional e a busca pela inserção internacional da Colômbia, agora como um novo país, cooperativo e em processo de pacificação. Em 2010, Santos relançou o Plano Nacional de Consolidação associado à Iniciativa de Desenvolvimento Estratégico da Colômbia, criada pelos Estados Unidos, voltando-se ao desenvolvimento econômico de zonas colombianas. O Plano Colômbia e a Iniciativa somaram um total de sete bilhões de dólares em auxílios. A perspectiva estadunidense estava pautada em transferir gradualmente aos colombianos as responsabilidades dos programas militares (WIKILEAKS, 2012b, p.12-14). Nota-se uma retomada do estreitamento dos laços entre os dois países, que estavam em questionamento ao final do governo de Uribe. Como declarado pelo presidente Obama,

> *Estados Unidos se enorgullece de estar hombro con hombro con el pueblo y el Gobierno colombiano para atacar la inseguridad que afectó tanto a los ciudadanos colombianos. Y le reafirmé al Presidente Santos que Estados Unidos seguirá parado hombro con hombro con Colombia a medida que ustedes trabajen para terminar con este conflicto y construir una paz duradera. Y esto incluye un apoyo a la agenda ambiciosa del Presidente Santos, incluyendo las reparaciones (a las víctimas).* […] *Colombia también está desempeñando un papel de liderazgo en toda la región, además de lo que está haciendo a nivel nacional. En este papel nuevo estamos de la mano con Colombia.* (OBAMA, 2012, p.01).

Em 2012, foi promovida uma mudança nos acordos bilaterais entre os dois países, culminado na criação do Grupo de Coordenação para a Cooperação em Segurança (SCCG),

destinado à América Central, Caribe e África ocidental, em apoio à construção de capacidades militares. Para tanto, a Colômbia se tornou exportadora de *know-how*, provendo insumos técnicos, enquanto os EUA forneceriam "financiamento, apoio logístico e acompanhamento técnico" (TICKNER; MORALES, 2015, p.173). Segundo Arnson e Tickner (2016, p.171), há um processo de institucionalização da parceria estratégica entre os dois países durante os governos de Obama e Santos, verificando-se a existência de interesses, valor e entendimentos comuns, como também reciprocidade e interações multidimensionais de longo prazo.

Com as negociações de paz entre o governo colombiano e as FARC há uma ascensão na diplomacia de segurança de Santos com o fomento à cooperação internacional, abrangendo acordos com a OTAN e participação em operações de paz da ONU (TICKNER; MORALES, 2015, p.193-195). Os Estados Unidos mantêm sua presença no país, como destacado por Obama (2016), em que a potência irá continuar a "*trabajar con ustedes mano a mano. Propongo que más de 450 millones de dólares se dediquen a ayudar a reforzar las ganancias de la seguridad, a reintegrar los antiguos combatientes en la sociedad y ampliar oportunidades en la aplicación de la ley*". A manutenção das relações com os Estados Unidos ainda continua sendo essencial para a Colômbia, que o considera como sócio estratégico e fonte de recursos financeiros, comerciais e militares para que o país possa avançar em seu desenvolvimento nacional e legitimação internacional, exportando segurança e conhecimento técnico.

Aplicando as variáveis utilizadas nessa tese, observamos a direta e assimétrica influência estadunidense no relacionamento com a Colômbia, provendo recursos militar, financeiros, doutrinários e estratégicos, e recebendo, em recíproco, um alinhamento nacional do país, pautado em uma cooperação em que os "*Estados Unidos 'dirige desde atras' y Colombia 'sigue desde adelante'*" (TICKNER; MORALES, 2015, p.195-196). Notamos um expressivo objetivo político dos governantes colombianos em fomentar a aliança estratégica com a potência, verificável em seus discursos e posicionamentos diplomáticos. Como destacado por Santos,

> *Muchos dicen que el Plan Colombia es la iniciativa bipartidista de cooperación internacional más exitosa de los últimos tiempos. Existe la percepción de que fue una estrategia exclusivamente militar o de seguridad. Pero fue mucho más que eso. Es cierto que el Plan nos ayudó a tener las Fuerzas Armadas más poderosas y efectivas de nuestra historia, que hoy asesoran y entrenan a otras fuerzas armadas de países de la región. Pero la razón de su éxito es que fue una estrategia integral, una estrategia que apostó también por los programas sociales, por la justicia, por el desarrollo rural y el fortalecimiento de nuestras instituciones democráticas. [...]Si en Colombia estamos cerca de lograr un acuerdo de paz, podemos decir, sin lugar a dudas, que el Plan Colombia ha sido un aporte fundamental para llegar a este*

> *punto. […] Vamos a construir ese nuevo país cooperando, hombro a hombro, con un QUERIDO Y VERDADERO AMIGO: los Estados Unidos de América*. (SANTOS, 2016c).

A bandeira colombiana para o fortalecimento das relações com os Estados Unidos esteve sempre pautada na concepção de que tal proveria uma maior soberania e controle territorial por parte do Estado frente ao conflito interno. Situação essa que pode ser comprovada com a diminuição do controle territorial por parte do ELN e os processos de paz realizados com as AUC e as FARC. Contudo, quando observamos o caso da autonomia nacional, verificamos que não houve sua priorização, preferindo o relacionamento e alinhamento com a potência mundial, marcado pelo interesse nacional do país (TICKNER; MORALES, 2015). A partir do governo Santos, podemos notar um processo de inflexão na valorização da autonomia nacional, a qual ganhou destaque e se associou à proposta de conceber a Colômbia como um novo país, capaz de atuar no cenário internacional. No campo das políticas de defesa nacionais, há uma adoção da concepção estadunidense de narcoterrorismo, bem como das formas de combate ao mesmo. Promovendo um aperfeiçoamento das Forças Públicas colombianas para a luta contra os supostos grupos terroristas e narcotraficantes, com o recebimento de treinamentos e exercícios por parte dos Estados Unidos. Paralelamente, a securitização está interligada às variáveis apresentadas, em que, como já analisamos em nível nacional, medidas excepcionais foram empregadas, aceitas e normalizadas ao longo do tempo.

As variáveis nacionais associadas à influência dos Estados Unidos convergem no nível regional com a consolidação das relações entre os dois países. A compreensão sobre tal aliança estratégica nos possibilita verificar, com maior claridade, a cooperação multilateral em defesa no âmbito do CDS-UNASUL. A priorização de suas relações especiais com a potência mundial contribui para a visualização da configuração das ações realizadas no âmbito do Conselho, refletindo sua apatia com a região sul-americana e, até mesmo, seu caráter conflitivo com a proposta. A seção a seguir trata do Conselho de Defesa e da intersecção das variáveis analisadas nesta tese.

6.1.2 O Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL

Em março de 2008, o Ministro da Defesa brasileiro, Nelson Jobim, iniciou suas visitas aos países sul-americanos para obtenção de apoio à criação do Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL. Sua primeira reunião foi na Junta Interamericana de Defesa, nos

Estados Unidos (GALERANI, 2011, p.57). Segundo o Ministro, a visita tinha como intuito apresentar à potência o CDS e ressaltar que tal não constituiria uma aliança militar, como a OTAN, distinguindo-se enfaticamente da proposta venezuelana de uma aliança militar do sul. Ao mesmo tempo, mostrou aos EUA que a proposta era um "assunto sul-americano". Contudo, podemos indagar o discurso de Jobim e refletir sobre uma possível busca de aval para a construção do Conselho (PEREIRA, 2016), como também uma tentativa de clarificar sobre o que o CDS seria, limitando a reação dos Estados Unidos, já que a iniciativa apenas comporia um órgão de diálogo. Notamos, ademais, que o Conselho não se propôs a substituir as iniciativas hemisféricas ou fazer com que os países sul-americanos abandonassem e/ou limitassem suas relações com os Estados Unidos. A perspectiva brasileira era de criar um arranjo exclusivo da América do Sul, tangendo apenas questões de defesa. Descartando, com isso, ações de caráter securativo, como segurança pública e crime transnacional, resultando em um rompimento com a agenda estadunidense (UGARTE, 2010), como também uma ausência de concorrência com as propostas da potência, que manteria suas iniciativas já em percurso sem questionamentos conjuntos da região por meio do novo órgão.

O entrevistado 9 nos contou sobre a escolha brasileira de um Conselho Sul-Americano, e não Latino-Americano, alegando que a presença de Cuba seria "complicada" para a manutenção da proposta. Ademais, durante a visita de Jobim ao Equador, o mesmo entrevistado nos informou que o Ministro de Defesa equatoriano, Javier Ponce, sempre ressaltou a necessidade de incluir a Colômbia na formulação do projeto, apesar da resistência de Uribe. Como forma de convencê-lo a se associar à iniciativa, Jobim, Lula da Silva e Marco Aurélio Garcia se reuniram com Uribe e Santos para esclarecer dúvidas sobre o CDS, sendo que os brasileiros demonstraram que o Conselho seria criado mesmo sem a presença colombiana. Ainda segundo o entrevistado, a Colômbia percebeu, nesse momento, que seria conveniente participar do processo, beneficiando tanto o país, que não se isolaria na região, quanto os Estados Unidos, os quais seriam informados, por meio de Bogotá, dos avanços e empecilhos.

Segundo o entrevistado 12, houve um alinhamento da perspectiva de Jobim com os Ministros de Defesa do Chile, Goñi, e Equador, Ponce, sendo que, posteriormente, após uma resistência, aderiu-se à proposta a Ministra argentina, Garré. De acordo com o entrevisto 10, os quatro Ministros desenvolveram boas relações, pautadas na transparência, executando reuniões para a construção de acordos e consensos anteriores às reuniões da UNASUL e do CDS. Ainda para o entrevistado, o Secretário de Estratégia e Assuntos Militares, Alfredo Forti, foi peça chave para a manutenção dessas relações.

O Conselho pauta-se no respeito à soberania, à autodeterminação dos povos, à integridade territorial estatal e à não intervenção em assuntos internos, princípios analisados no terceiro capítulo desta tese que são marcas da perspectiva latino-americana de manutenção de sua soberania em processos cooperativos. A estrutura do CDS, como instância executiva, está formada por Ministros e Vice-Ministros de Defesa dos países membros, com a participação de representantes dos Ministérios de Relações Exteriores, em delegações nacionais. A presidência do Conselho fica a cargo do Ministro de Defesa do Estado, que ocupa, de forma temporária, o mesmo cargo na UNASUL (MOREIRA, 2009, p.13). Segundo o entrevistado 12, o cargo da presidência do Conselho tem um papel central sob os temas abordados nas reuniões do CDS, implicando em avanços e retrocessos. As presidências argentina e equatoriana merecem destaque, já que foram os momentos de maior institucionalidade e construção de medidas cooperativas entre os países-membros. Ademais, em geral são realizadas duas reuniões anuais, o que, de acordo com o entrevistado 6, "para o cenário dinâmico, como o que temos hoje, precisamos de um instrumento mais ágil para responder aos anseios da região no trato com os assuntos de Defesa". Tendo isso em vista, o Brasil criou a proposta de instauração de uma Comissão de assessoramento, apresentada durante a V Reunião Ordinária de Ministros do CDS, em 2014, sendo aprovada para considerações futuras por parte dos membros. Segundo o entrevistado 6, esta "seria um complemento para as instâncias já existentes, como o CEED e a Escola Sul-Americana de Defesa, voltadas mais para a área acadêmica e de formação em Defesa", especialmente devido "[à] falta de uma instância que proporcione o debate político mais frequente". Para o Ministro brasileiro da época, Amorim,

> *Es necesario fortalecer al CDS no solo con instituciones (...) sino también por medio de mecanismos que permitan un contacto más constante de nuestras Fuerzas Armadas y entre nuestros establecimientos de defensa, sobre todo entre nuestros oficiales de Estado Mayor. En ese sentido, creo que es hora de pensar en una creación de Comisión de Asesoría Militar que funcione permanentemente junto a la Secretaría General de UNASUR. Dicha comisión, evidentemente subordinada a los Ministros y a las autoridades civiles, serviría como foro de análisis, de intercambio de ideas, y de formación de una visión conjunta*. (AMORIM, 2013c, p.162).

Segundo ata da reunião (CONSEJO DE DEFENSA SURAMERICANO, 2014a), a Comissão estaria voltada à construção da confiança regional; ao assessoramento do Conselho de Ministros; à efetuação de intercâmbios de informações para capacitação das Forças Armadas, operações militares, atividades multilaterais e desenvolvimento do setor produtivo de defesa; e no auxilio nas atividades dos planos de ação. Contudo, até o momento, a proposta

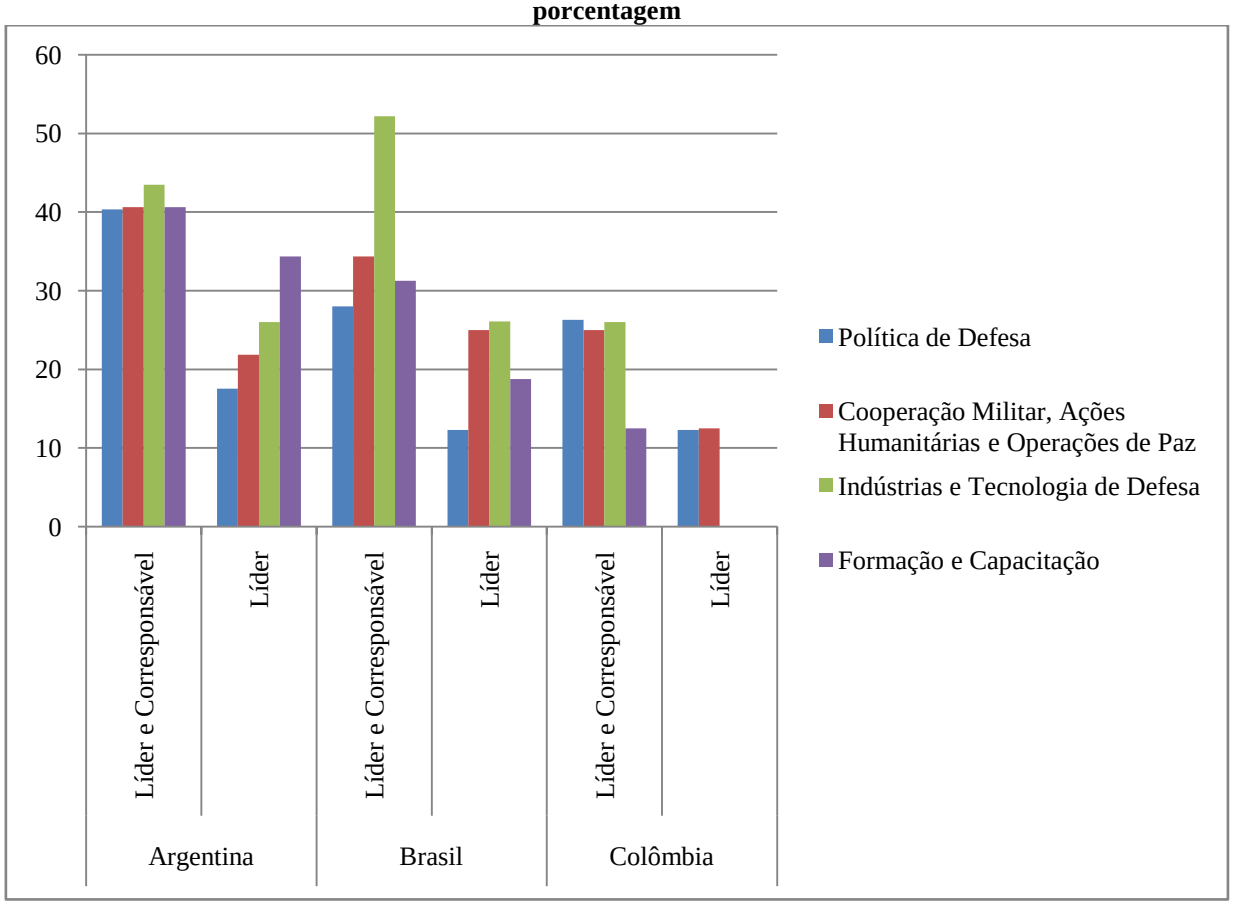
brasileira não foi sancionada pelos países membros, visto a resistência, de acordo com o entrevistado 9, de Argentina, Chile e Paraguai, porque acarretaria em um aumento de gastos para os países. Ainda assim, como forma de manter a frequência das reuniões e a presença dos representantes dos países membros, o CDS instaurou um sistema próprio de teleconferência, reconhecendo a dificuldade de execução de encontros periódicos (VITELLI, 2016b, p.35-38).

Os objetivos gerais do CDS centram-se na consolidação da América do Sul como zona de paz; em construir uma identidade de defesa sul-americana, respeitando as características sub-regionais e nacionais; e na busca por consensos para o fortalecimento da cooperação regional em defesa. Paralelamente, seus objetivos específicos tangem: a) analisar os elementos comuns para uma visão conjunta sobre a defesa; b) promover o intercâmbio de informação e análises regionais e internacionais, com o objetivo de identificar fatores de risco que interfiram em um ambiente de paz; c) organizar posições conjuntas dos países da região em foros multilaterais sobre defesa; d) proporcionar a construção de visões compartilhadas sobre defesa, que auxiliem em diálogo e cooperação com outros países de América Latina e Caribe; e) fortalecer a adoção de medidas de confiança entre os países; f) promover o intercâmbio e a cooperação quanto à indústria de defesa; g) fomentar o intercâmbio de formação e capacitação militar, e promover a cooperação acadêmica entre os centros de estudo de defesa; h) estimular e apoiar ações humanitárias; i) compartilhar experiências sobre operações de manutenção da paz das Nações Unidas; j) intercambiar experiências sobre os processos de modernização dos Ministérios de Defesa e das Forças Armadas; e k) promover a incorporação da vertente de gênero no campo da defesa (UNIÓN DE NACIONES SURAMERICANAS, 2008b).

Em 2009, na primeira reunião do Conselho, em Santiago de Chile, os países aprovaram o Plano de Ação 2009-2010, implantando os desígnios formadores do Conselho em quatro eixos: 1) Política de Defesa; 2) Cooperação Militar, Ações Humanitárias e Operações de Paz; 3) Indústrias e Tecnologia de Defesa; e 4) Formação e Capacitação. Posteriormente, em 2012, foi acordado o reconhecimento dos Planos de Ação como um marco institucional da UNASUL. Os Planos são considerados como eficientes ferramentas de planificação e mecanismos de transcendência histórica, que permitem a unidade de critérios e a perspectiva estratégica no Conselho (CONSEJO DE DEFENSA SURAMERICANO, 2012b). As atividades dos Planos de Ação são delimitadas pela presença de um país líder e de outros que assumem sua corresponsabilidade, demonstrando, segundo o entrevistado 13, a "identidade dos países" de acordo com suas preferências nas escolhas das atividades a serem executadas.

De forma mais geral, podemos ressaltar alguns pontos tangíveis de análise sobre os Planos de Ação de 2009-2016 desenvolvidos pelo Conselho. Nota-se um maior pragmatismo no estabelecimento dos Planos, em especial os de 2012-2016, marcados ainda por uma maior objetividade. Isto pois os Planos anteriores estavam formulados por grandes metas e desafios, o que resultou em ações incompletas para o tempo determinado. A exemplo, temos o de 2010-2011, que contou com 21 atividades, porém com apenas quatro finalizadas no prazo pré-estabelecido. Já o plano de 2013 apresentou um índice de conclusão, segundo o entrevistado 6, de praticamente "93%, tendo somente ocorrido a postergação de duas atividades para o ano de 2014". Já em 2014, os países cumpriram um total de 84% de atividades, com a pendência de apenas quatro ações, que foram encaminhadas para o primeiro semestre de 2015 (CONSEJO DE DEFENSA SURAMERICANO, 2014b). Em 2015, houve um sucesso de 86,4%, contando com três iniciativas que foram encaminhadas para o plano de 2016 (CONSEJO DE DEFENSA SURAMERICANO, 2015a). De forma mais particular, tendo em conta os três países analisados nesta tese, verificamos seus níveis de participação, no período de 2009-2016, através do gráfico abaixo:

Gráfico 3 - Participação de Argentina, Brasil e Colômbia nos Planos de Ação do CDS (2009-2016), em porcentagem



Fonte: Elaboração própria.

Destacamos o caso da Argentina, que mantém uma participação elevada em todos os eixos dos Planos de Ação do Conselho, sendo seu nível de liderança mais alto no campo da formação e capacitação. Já o Brasil se destaca por uma presença assídua no âmbito da indústria e tecnologia de defesa, como também no setor de cooperação militar. Distintamente, a Colômbia possui uma baixa participação nos Planos, porém, ainda assim, podemos ressaltar um maior comparecimento nos setores de política de defesa e cooperação militar. Ademais, o país aparece brevemente como líder de ações, se limitando, na maioria dos momentos, em ser corresponsável, especialmente em iniciativas brasileiras, visto sua maior proximidade com o país, e venezuelanas, provavelmente devido à sua baixa percepção de confiança em relação ao vizinho, destacada já no início da criação do Conselho, em que o governo de Uribe temia que o CDS se concretizasse como uma aliança militar desejada pela Venezuela.

Partindo para uma análise qualitativa, observamos a atuação argentina, especialmente, quanto às ações vinculadas à confiança mútua, construção de metodologias e doutrina sul-americanas, desenvolvimento de tecnologias e indústria de defesa regional, além de oficinas, cursos e seminários. Os principais temas abordados pelo país tangem: cibernética, gênero e Forças Armadas, direitos humanos, recursos naturais, catástrofes e desastres, e operações de paz. O Brasil apresenta em suas principais ações a construção de regulamentos, seminários e cursos, exercícios combinados, e tecnologia e indústria de defesa; abarcando temas de ações humanitárias e operações de paz, desastres naturais e de capacidades defensivas. Já a Colômbia cerceia atividades no campo de riscos e desastres, direitos humanos, gênero e Forças Armadas, desminagem e ações humanitárias. Executando ainda seminários, construção de metodologias e tecnologia de defesa. Nota-se uma expressiva ligação entre as políticas nacionais de defesa e as opções de ações no âmbito do CDS, marcando a manutenção dos interesses nacionais, e a transposição dos mesmos no nível regional.

Nota-se uma convergência entre os três países em alguns pontos. Argentina e Brasil participaram de várias iniciativas conjuntas, tangendo os quatros eixos de ação do CDS, como cursos, grupos de trabalho, seminários e exercícios conjuntos. Paralelamente, os dois países associados à Colômbia também desenvolveram ações especialmente em casos de oficinas, seminários e grupos de trabalho. Nesse contexto, destacamos a proposta de construção de um mecanismo de resposta conjunta frente a desastres naturais, integrando os Ministérios de Defesa dos países membros. Para tanto, foi desenvolvido um documento de cooperação entre os MDs em casos de desastres, ressaltando o respeito à soberania e à normatividade nacional, e delimitando o emprego coordenado das Forças Armadas (CONSEJO DE DEFENSA SURAMERICANO, 2012a, 2016a, 2016b). Ademais, foi estabelecido um sistema *online*, que

pode ser acessado pelo país afetado, verificando as "capacidades oferecidas pelas Forças Armadas" dos Estados-membros e permitindo a solicitação de auxílio, caso desejado (SISTEMA..., 2014). Como também houve a construção e divulgação de um Atlas de Mapas de Riscos de Desastres Naturais na América do Sul (CONSEJO DE DEFENSA SURAMERICANO, 2014c).

A seguir, enfatizamos algumas das principais ações executadas pelos países membros no âmbito do CDS. O ano de 2009 marcou-se por um contexto regional de tensões, ao mesmo tempo em que existiam projetos ambiciosos no plano de ação do Conselho, acordando um conjunto de medidas de fomento à confiança e segurança (MILANI, 2016, p.104-111). Em 2010, os países instauraram os "procedimentos de aplicação" para tais medidas, cerceando: 1) intercâmbios de informação, com conformação e organização dos sistemas nacionais de defesa; 2) medição de gastos de defesa; 3) notificações de atividades militares intra e extrarregionais a serem realizadas pelas Forças Armadas dos países membros; 4) mecanismos de verificação de compromissos assumidos anteriormente, como: visitas a instalações militares, programas de cooperação militar, e situações em zonas de fronteira, tangendo: a) desenvolvimento de sistemas nacionais de rastreio de armas e colaboração entre os membros em caso de contrabandos; b) adoção de medidas frente grupos armados a margem da lei, com ausência de apoio a organizações que realizem atos terroristas ou participem do financiamento dos mesmos[139] (CONSEJO DE DEFENSA SURAMERICANO, 2009); 5) garantias relativas a políticas e cursos de ação, a destacar a proscrição do uso da força, conservação da região como zona livre de armas nucleares e não estabelecer acordos cooperativos que interfiram na "soberania, segurança, estabilidade ou integridade territorial" dos países membros (GARRÉ, 2010b, p.13-14; CONSEJO DE DEFENSA SURAMERICANO, 2010, 2013a).

Paralelamente, foram desenvolvidos os Cadernos de Defesa de 2009 e 2010, que ressaltaram a necessidade de uma maior institucionalização em defesa e comprometimento por parte dos países-membros quanto à adoção das medidas propostas (CDS-UNASUR, 2010, p.07-08). Em outubro de 2011, a Secretaria Pró-Tempore destacou a urgência de um aprimoramento na desagregação de informações requeridas e de tratados de defesa regionais e extrarregionais, além de uma interação mais ativa, em longo prazo, das medidas de confiança, especialmente no que se refere ao cumprimento do "Mecanismo Voluntário de Visitas a Instalações Militares" e do intercâmbio de informações (CONSEJO DE DEFENSA SURAMERICANO, 2011a). Segundo o entrevistado 3, "os países não consultam o Conselho

[139] Tais medidas de prevenção de ações de grupos armadas e de luta contra o terrorismo compõem as exigências colombianas para a sua entrada no CDS.

antes de assinarem acordos extrarregionais, [...] é muito comum receber notificações de diferentes países que assinam acordos de cooperação com terceiros extrarregionais"; complementando essa afirmativa, o entrevistado 14 nos informou que existem casos de que o Conselho nem ao menos foi notificado. Nesse sentido, a cooperação extrarregional, especialmente com os Estados Unidos, na visão do entrevistado 3, é algo frequente e, geralmente, de caráter bilateral, porém, tal não possui poder de dispersão das iniciativas do CDS, já que "a cooperação sul-americana e extrarregional são como duas linhas paralelas porque tudo o que é cooperação intrarregião, sob o marco do Conselho, é algo que estamos todos ao menos nível". Paralelamente, o entrevistado 2 alega que existem posicionamentos de contraposição aos Estados Unidos por parte de alguns membros, sendo um fator que "emperra certas decisões e atividades que o CDS poderia avançar e a UNASUL como um todo". Ainda sim, e seguindo sua carta-base, o Conselho garantiu, durante a elaboração de suas medidas de confiança, que os instrumentos de medidas de confiança seriam complementares aos mecanismos já existentes no marco da OEA.

No referente às Forças Armadas, foi desenvolvido pelo CDS o primeiro exercício combinado regional, o UNASUL I, voltado à construção de modelos de "interoperabilidade militar combinada em matéria de planejamento e condução", em que participaram em seu "desenho, planejamento e implementação" praticamente todos os países membros, com exceção de Guiana e Suriname (CELI, 2012, p.296-297). Em 2013, foi realizado o terceiro exercício combinado, o UNASUL III, coordenado pela Argentina e sob a carta de Operações de Manutenção da Paz e ajuda humanitária, incluindo questões de gênero e proteção de civis. Ademais, quanto às operações de paz, nota-se que posteriormente ao terremoto no Haiti, em 2010, a UNASUL passou a participar de forma mais direta neste âmbito, investindo US$ 100 milhões para a reconstrução do local, sendo 70 milhões voltados à implementação de 144 projetos (montante originado por meio de organismos multilaterais e pela secretaria da UNASUL). Em maio de 2010, foi enviada uma missão ao local, e logo após, em agosto, estabeleceu-se uma Secretaria Técnica UNASUL-Haiti, para o cumprimento dos compromissos e tarefas que tangem alimentação, infraestrutura e assistência legal. Além disso, foram enviados 6000 coletivos, como amostra de trabalho conjunto entre os países da UNASUL (BORDA, 2012, p.21-22).

A formação educacional no âmbito do CDS apresenta-se com a execução, entre 2009 e 2016, de quarenta e nove oficinas, seminários, simpósios, conferências e cursos, além de vinte e oito reuniões de grupos de trabalho. Suas temáticas relacionam-se, majoritariamente, com direitos humanos, políticas de defesa, gênero, recursos naturais, ciberdefesa, desastres naturais

e operações de paz (VITELLI, 2016a, p.240). Nesse meio, destacamos o Curso Sul-Americano de Formação em Defesa executado pela Argentina, com uma primeira edição em 2012. A instituição responsável pela construção do curso foi a Escola de Defesa Nacional (EDENA) associada à Universidade Nacional da Patagônia Austral (UNPA). A proposta destina-se à formação de civis e militares que desempenham atividades nos Ministérios de Defesa. Em seu primeiro ano, a iniciativa contou com a participação de dez países e quarenta alunos (CONSEJO DE DEFENSA SURAMERICANO, 2013b). Os módulos do curso vertem: "sociedade, estado governo e defesa; enfoques sobre as relações civis militares; a defesa como política pública; segurança internacional e defesa; e Forças Armadas" (ESCUELA DE DEFENSA NACIONAL, 2012). No ano de 2013, foi elabora sua segunda versão, contando com a participação de nove países e vinte e seis alunos. Houve uma revisão dos conteúdos oferecidos, cerceando: 1) tecnologias da informação e comunicação; 2) sociedade, Estado, governo e defesa; 3) relações civis-militares; 4) defesa como política pública; 5) segurança internacional e defesa; 5) e Forças Armadas (ESCUELA DE DEFENSA NACIONAL, 2013). Em 2014, apenas o primeiro e o quarto módulo de 2013 foram mantidos, tendo os outros substituídos por: reconfiguração do Estado na América do Sul e defesa nacional; planejamento estratégico e Forças Armadas; defesa e recursos naturais; direitos humanos e gênero; e segurança regional e defesa (ESCUELA DE DEFENSA NACIONAL, 2014. Em 2015, o curso contou com a presença de representantes de nove países e a manutenção do conteúdo discutido na edição anterior (ESCUELA DE DEFENSA NACIONAL, 2015). De acordo com o entrevistado, Aureliano da Ponte (2016), o curso conta com participantes com uma formação heterogênea, com baixa especialização em defesa regional, e majoritariamente militares, impactando diretamente nas discussões e avanços das aulas.

Paralelamente, o Brasil implementou, também em 2012, o primeiro CAD-SUL, chegando, até o momento, em sua sexta edição. O curso está dividido em seis disciplinas designadas em: 1) caracterização dos membros da UNASUL; 2) organismos internacionais, com enfoque em ONU, OEA, UNASUL, CAN, OTCA, MERCOSUL e IIRSA; 3) geopolítica e geoestratégia; 4) segurança e defesa; 5) base industrial de defesa; 6) e Conselho de Defesa Sul-Americano (ESCOLA DE GUERRA NAVAL, 2016). Segundo o entrevistado 8, as discussões sobre conceitos de defesa e segurança só foram permitidas na terceira edição do curso, em que, de acordo com o entrevistado 7, observou-se um amplo debate marcado pela heterogeneidade das missões das Forças Armadas na região.

Ao longo das edições, o entrevistado 7 pôde verificar uma desconfiança entre representantes civis e militares dos próprios países, apesar de ser atenuada com o decorrer do

curso. Ademais, o entrevistado 8 notou que há uma tensão entre os enviados dos países do cone sul e da região andina, com críticas especialmente direcionadas à proposta do diretor do CEED-CDS, Alfredo Forte, sobre a proteção dos recursos naturais da região (analisada na próxima seção). De forma complementar, em ambos os cursos, argentino e brasileiro, se faz notável a presença da agenda nacional dos países executores dos cursos, bem como a expressiva diferenciação entre o curso argentino, que inclui temas de caráter civil, como relações civis-militares e gênero; e o curso brasileiro, com uma característica mais militar, dado ao fato de estar no interior da Escola de Guerra Naval sob a liderança de professores com formação militar.

O eixo de tecnologia e indústria militar também merece destaque, em que observamos o Conselho com um papel delimitador de "parâmetros de uma indústria de defesa regional", tornando-se uma alternativa aos baixos orçamentos militares da região para o desenvolvimento de tecnologia e indústria militar (GUIMARÃES, 2012, p.75-80). Notamos a iniciativa expressiva de Argentina e Brasil em projetos do CDS vinculados a essa temática. No caso argentino, há uma busca do governo de Fernández de Kirchner em reequipar suas Forças Armadas, porém, como seus recursos financeiros são limitados e sua dependência à tecnologia extrarregional é alta (FRENKEL, COMINI, 2017, p.13-14), o Conselho nasce como uma possibilidade de reestruturação militar nacional com menores custos. No caso do Brasil, verificamos o intuito do governo de Lula da Silva em utilizar a região como mercado de seus produtos e de suas empresas de defesa, possibilitando uma inserção do país, ao mesmo tempo em que proporcionaria uma maior autonomia da região nesse setor. Como ressaltado pelo ex-Ministro Amorim,

> O fortalecimento da indústria brasileira de material de defesa é um dos eixos de nossa estratégia nacional e condiz com a diretriz, nela inscrita, de estímulo à integração da América do Sul: [cito] 'essa integração não somente contribuirá para a defesa do Brasil, como possibilitará fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa. Afastará a sombra de conflitos dentro da região. Com todos os países, avança-se rumo à construção da unidade sul-americana'. (AMORIM, 2012c, p.12).

Dentre os projetos iniciados pelo CDS, houve a produção de um avião de treinamento básico (UNASUR I) e de aviões não tripulados. O projeto UNASUL I ficou a cargo da Fábrica Argentina de Aviões (FAdeA), destinando-se à "instrução e treinamento de pilotos". Apesar do cumprimento de um programa inicial de desenho da aeronave, nota-se que a produção do mesmo ficou fragilizada com a crise brasileira e a existência de "discordâncias por parte da Argentina quanto ao projeto". Paralelamente, houve uma sobreposição da

iniciativa, visto a presença de aeronaves do mesmo segmento em países da região (SAINT-PIERRE; ZAGUE, 2017, p.309-310). Em relação ao VANT, o Brasil executou a liderança em seu desenvolvimento, destinando-o a missões de vigilância, contando com sensores e tecnologia que o permitiria operar na região amazônica e andina. Entretanto, desde 2015 houve uma "descontinuidade nas etapas previstas" (SAINT-PIERRE; ZAGUE, 2017, p.309-310). Nota-se que os avanços cooperativos em relação ao desenvolvimento industrial e tecnológico em defesa, em nível regional, ainda são baixos e incipientes, e exigem um maior incentivo dos Estados-membros para sua consolidação.

Outro ponto de grande relevância, e já introduzido anteriormente, é o referente à delimitação conceitual no âmbito do CDS. Com a realização do "I Foro Sul-Americano 'Políticas e Estratégias de Defesa da região' e IV Seminário Sul-Americano de 'Enfoque Conceptuais, riscos e ameaças a região", contando com a participação de Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Equador, Suriname, Uruguai e Venezuela, foi possível definir os conceitos de: defesa regional, como um conjunto de "*medidas, acciones, métodos o sistemas, que los Estados Naciones* […] *asumen y coordinan en una lógica cooperativa para alcanzar y mantener las condiciones de seguridad para la región*"; ameaça regional, considerada como "*posibles hechos de tal naturaleza que afecten negativamente los intereses y la seguridad regional*"; risco regional, estabelecido como "*todos los factores probables con capacidad y potencialidad manifiesta de afectar la seguridad regional*"; e segurança regional, como a "*condición que permite a los países suramericanos alcanzar los intereses regionales, libres de presiones y amenazas de cualquier naturaleza*" (CDS-ACTA, 2013b). Paralelamente, houve uma tentativa de definição conjunta de ameaças, que, como indicado abaixo, não repercutiu em consensos para toda a região.

Figura 6- Ameaças e Riscos Regionais definidos pelo CDS

AMENAZAS REGIONALES
(el país subrayado es el autor de cada amenaza sugerida)

Amenaza	Posición de cada país
Crimen organizado transnacional y delitos conexos (narcotráfico, tráfico ilícito de armas, trata de personas, sicariato, lavado de activos, contrabando de recursos naturales).	*Apoyan:* Argentina, Bolivia, Chile, Colombia, Ecuador, Paraguay, Perú, Suriname, Venezuela. *No apoya*: Brasil.
Preposicionamiento y proyección de poderes militares extraregionales en la región.	*Apoyan*: Argentina, Bolivia, Chile, Ecuador, Paraguay, Perú, Suriname, Venezuela . *No apoyan*: Brasil, Colombia.
Grupos Armados al margen de la Ley.	*Apoyan*: Argentina, Bolivia, Chile, Colombia, Ecuador, Paraguay, Perú, Suriname. *No apoyan*: Brasil, Venezuela.
Intención manifiesta de expansión, dominio o conquista por parte de cualquier tipo de actores.	*Apoyan*: Argentina, Bolivia, Chile, Colombia , Ecuador, Paraguay, Perú, Suriname, Venezuela. *No apoya*: Brasil.
Guerra cibernética o informática en el ámbito de la defensa regional.	*Apoyan*: Argentina, Bolivia, Chile, Colombia, Ecuador, Paraguay, Perú, Suriname, Venezuela. *No apoya*: Brasil.
Afectación de la estabilidad y el crecimiento económico de la región por impacto de la crisis en países extraregionales.	*Apoya:* Venezuela *No apoyan*: Argentina, Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, Paraguay, Perú, Suriname.
Limitada identidad regional y sentido de pertenencia.	*Apoya:* Venezuela *No apoyan*: Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, Paraguay, Perú, Suriname.
Tránsito ilegal de medios aéreos, marítimos y terrestres.	*Apoyan:* Argentina, Bolivia, Chile, Colombia, Paraguay, Perú, Suriname. *No apoyan*: Brasil, Ecuador, Venezuela.
Presión e intereses extraregionales para el control de los recursos naturales de la región.	*Apoyan:* Argentina, Bolivia, Ecuador, Paraguay, Perú, Suriname, Venezuela. *No apoyan*: Brasil, Chile, Colombia.

RIESGOS REGIONALES
(el país subrayado es el autor de cada riesgo sugerido)

Riesgo	Posición de cada país
Desastres naturales y antrópicos.	*Apoyan:* Argentina, Bolivia, Chile, Colombia, Ecuador, Paraguay, Perú, Suriname, Venezuela. *No apoya*: Brasil.
Limitada capacidad tecnológica militar de los países de la región.	*Apoyan:* Argentina, Bolivia, Paraguay, Suriname Venezuela. *No apoyan*: Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, Perú.

Fonte: Consejo de Defensa Suramericano (2011b).

A simples tentativa de delimitação de conceitos, ameaças e riscos à região já pode ser considerada um avanço, visto que, no âmbito nacional, tanto Argentina como Brasil deixaram de demarcar suas estruturas de defesa por ameaças, substituindo por determinações de capacidades; enquanto a Colômbia apresenta, em todos os seus documentos normativos, delimitações claras e específicas de ameaças nacionais. Entretanto, por outro lado, vemos a

persistência de uma ausência de sintonia normativa entre os países, os quais mantêm suas pré-determinações nacionais e as refletem no âmbito regional. A Argentina apenas não apoiou a visão venezuelana de crises extrarregionais com impacto regional e a limitada identidade da América do Sul como ameaças. A Colômbia manteve sua perspectiva nacional de combate ao crime organizado; aos grupos à margem da lei; à presença de atores com caráter expansionista, o que poderia ser vinculado aos grupos paramilitares e guerrilheiros; à ameaça cibernética; ao trânsito ilegal; e à possibilidade de riscos de desastres naturais. Enquanto o Brasil se ausentou de qualquer posicionamento, mantendo sua visão nacional de não definição de ameaças e riscos.

Contudo, segundo documento divulgado pelo WIKILEAKS (2009e, p.01-02), o Brasil, já em 2009, sob a figura de Nelson Jobim, pensava sobre a possibilidade de trabalhar em conjunto com os Estados Unidos frente ao combate ao narcotráfico, via CDS. Para o Ministro, o CDS seria "a maneira perfeita de fazer com que outros países envolvam seus militares na luta contra o narcotráfico". Tais questões foram enviadas ao Centro de Estudos Estratégicos de Defesa do Conselho, que passou a se responsabilizar por propostas desse caráter.

Durante o Plano de Ação 2009-2010 foi aprovada a criação do CEED-CDS, com sede fixa em Buenos Aires (Argentina), destinado a trabalhar de forma compartilhada com os Centros de Estudos Estratégicos Nacionais (SAINT-PIERRE, PALACIOS, 2014, p.30-31). Seu funcionamento, segundo o entrevistado 6, seria de uma "instância de produção de estudos estratégicos para o assessoramento do CDS. Sua missão é gerar conhecimento e difusão do pensamento estratégico sul-americano em matéria de defesa e segurança regional e internacional, sempre por iniciativa e requerimento do Conselho". Entre os anos de 2012-2013, o Centro contou com avanços nos campos de: políticas de defesa e delimitação de riscos e ameaças regionais; institucionalidade dos sistemas nacionais; construção de cenários prospectivos; inclusão da temática de gênero na área de defesa; e desenvolvimento do Registro Sul-Americano de Gastos de Defesa e do Formulário Sul-Americano de Inventários Militares (FOSIM)[140] (CENTRO DE ESTUDIOS ESTRATÉGICOS DE DEFENSA, 2013c).

Contudo, o entrevistado 3 nos relatou a dificuldade dos países em "brindar informações sobre seu sistema de defesa, seu orçamento, sua composições, número, etc.", configurando casos de "menores níveis de compromisso", mas também pelo fato de os "Ministérios de Defesa de cada país não estarem no mesmo nível de desenvolvimento

[140] Em 2014, foi apresentando pela delegação chilena um informe com metodologia de transparência dos inventários militares, com a aprovação, assim, do FOSIM, estando o CEED-CDS responsável pela organização técnica do registro. (DONADIO; TIBILETTI, 2014, p.52)

institucional em matéria de cooperação internacional, por tanto os custa mais, devido suas estruturas, responder aos requerimentos e as solicitudes do Conselho". Os orçamentos do Centro também são importantes de serem considerados, já que, em 2013, houve uma realocação de recursos para o aprimoramento da estrutura física do local. Contudo, desde 2015, houve uma redução de seu orçamento em 20%, além da utilização frequente do Sistema de videoconferência para a execução de reuniões (CENTRO DE ESTUDIOS ESTRATÉGICOS DE DEFENSA, 2014a).

O Centro efetivou a construção de um conjunto de medidas de transparência sobre gastos e indicadores econômicos de defesa, desenvolvendo uma metodologia comum. Em 2012, instituiu o primeiro Registro Sul-Americano de Gastos de Defesa, dividindo-o em aspectos técnicos e metodológicos. Quanto ao primeiro, ocorreu um avanço sobre outras iniciativas e metodologias, principalmente no que concerne à apresentação de informação, que é oficial e elaborada pelos doze Ministros de Defesa da UNASUL. No que tangem seus aspectos metodológicos, o Registro se baseia em três elementos. O primeiro refere-se à definição comum de gasto de defesa, sendo compreendido como recursos designados por um Estado para o financiamento da "segurança exterior" e "assistência externa recebida para este fim". Inclui-se gastos dos Ministérios de Defesa, seus organismos dependentes, as Forças Armadas e todas as outras agências do setor público cuja função prioritária seja a Defesa do país frente a desafios externos. O segundo elemento refere-se à metodologia estandardizada para a apresentação da informação, de acordo com os eixos: a) classificação por objeto de gasto e por instituição executora; b) pautas de formato para apresentação: periodicidade anual (ano fiscal) do gasto executado/recebidos, fontes de financiamento orçamentos e extra-orçamentos, moeda local e dólares correntes (média anual tipo de câmbio), e indicadores de referência, sendo gastos em defesa como porcentagem do PIB (nominal) e como porcentagem do gasto fiscal. E, como último elemento, observa-se o mecanismo anual para sua remissão, em que se estabeleceu que os Ministérios de Defesa devem remitir, anualmente, a informação correspondente ao gasto de defesa executado no ano fiscal imediato ao anterior (CENTRO DE ESTUDIOS ESTRATÉGICOS DE DEFENSA, 2012a).

Posteriormente, foi desenvolvido o Registro 2014-2016, contemplando o período de 2006-2016. Contudo, nota-se que não ocorreram "inovações metodológicas", seguindo "os delineamentos da ONU, OEA e CEPAL [Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe]" (SAINT-PIERRE, PALACIOS, 2014, p.34). Ao mesmo tempo em que, de acordo com o entrevistado 11, a metodologia interna de cada país interferiu nos dados fornecidos, refletindo no documento publicado. Ademais, segundo o entrevistado 1, alguns consensos

quanto às informações disponíveis no registro, tiveram que ser alterados devido a "rusgas políticas" de alguns países referentes a problemas fronteiriços. Como observado pelos entrevistados 12 e 14, a Colômbia se opôs à divulgação dos gastos desagregados por países, solicitando a disponibilização apenas dos dados agregados. Nesse sentido, para o entrevistado 13, existem dois processos de consensos no interior do CEED-CDS, a votação para a execução de determinadas atividades e a aprovação para a publicação dos resultados obtidos.

Com o reconhecimento das diferenças normativas entre os países, o informe preliminar do CEED-CDS aos "termos de referência para os conceitos de segurança e defesa na região sul-americana", definiu o termo defesa como "*función esencial del Estado vinculada con la protección y mantenimiento de su soberanía y la integridad de su población, territorio e instituciones*", voltando-se à segurança externa. Paralelamente, asegurança pública foi delimitada como "*paz social, la estabilidad institucional del Estado, el control del orden público y las garantías de derechos civiles, políticos, económicos, sociales y culturales*" (CENTRO DE ESTUDIOS ESTRATÉGICOS DE DEFENSA, 2012b). Nesse sentido, observamos que não corresponde ao CDS o tratamento de assuntos de segurança, e, por tanto, o CEED-CDS recomendou a criação de outra instância para a matéria de segurança nacional, crime organizado e delitos transnacionais. Contando, em 2012, com a instauração do "Conselho Sul-Americano em Matéria de Segurança Cidadã, Justiça e Coordenação de Ações contra a Delinquência Organizada Transacional". De acordo com o entrevistado 11, houve um processo de "desnarcotização" da região, por meio desse posicionamento do CDS. Nota-se, contudo, que apesar de um avanço quanto à separação entre defesa e segurança, estimulada pela doutrina argentina, o CDS não instaurou um documento definitivo com tais conceituações, limitando-se à criação de outros conselhos no interior da UNASUL, ao mesmo tempo em que, no âmbito nacional dos países, ocorria um incremento das missões domésticas das Forças Armadas, a destacar Argentina e Brasil (VITELLI, 2016a, p.250-252).

Em 2014, nota-se um aperfeiçoamento das atividades do CEED-CDS, com a inclusão de ações quanto à criação de um documento de "institucionalidade de defesa sul-americana", sistematizando elementos normativos e funcionais dos países membros; avanços em projetos sobre defesa cibernética e de estudos prospectivos da América do Sul, de 2025; e estabelecimento de redes com centros nacionais de Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela (CENTRO DE ESTUDIOS ESTRATÉGICOS DE DEFENSA, 2014b). Ademais, os recursos naturais foram reconhecidos como "ativos estratégicos de interesse comum", sendo necessária a garantia da soberania e da proteção dos mesmos, através do aprofundamento cooperativo, utilizando-se medidas de proteção, marcos jurídicos,

doutrinas e conceitos comuns, bem como uma formação e educação no âmbito do CEED-CDS e da ESUDE (CONSEJO DE DEFENSA SURAMERICANO, 2014d).

A Escola Sul-Americana de Defesa é a segunda instituição permanente criada no interior do CDS. Como apresentado na "IV Reunião de Trabalho para Consolidar a Proposta de Criação da Escola Sul-Americana de Defesa", em 2013, a Escola está destinada a articular as iniciativas nacionais dos membros quanto à formação e capacitação, contribuindo para o avanço gradual de uma visão compartilhada em defesa e segurança regional. Ademais, objetiva promover o fortalecimento e a compreensão da UNASUL e do CDS; o intercâmbio entre especialista; a reflexão de temas estratégicos para uma visão sul-americana; e a difusão de debates entre a Escola, o CEED-CDS e os Centros de Defesa Nacional (CONSEJO DE DEFENSA SURAMERICANO, 2013d). Segundo o entrevistado Antonio Jorge Ramalho da Rocha (2015), a Escola possibilitará construir uma visão de futuro, já que os representantes dos países que participam dos cursos serão, em breve, tomadores de decisão que terão em sua formação uma perspectiva sul-americana e uma consciência da importância dos processos de cooperação.

A proposta surgiu em 2012 com a liderança do Equador, em conjunto com a Argentina, Brasil e Venezuela. O interesse e a intensificação dos avanços para a construção da Escola podem ser relacionados com a descoberta, em 2013, de programas de espionagem estadunidenses que afetaram diversos chefes de Estado, inclusive a presidente Dilma Rousseff. Nota-se que durante os governos de Fernandéz de Kirchner e Rousseff houve um destaque a questões de defesa cibernética.[141] A Escola pode ser considerada um meio de institucionalização do CDS, especialização de civis e militares empregados em cargos relacionados à defesa nacional e fomento à confiança mútua regional. Tanto Argentina como Brasil indicaram um nome para secretário executivo da ESUDE, chegando a um consenso com a nomeação do brasileiro Ramalho da Rocha (VILLA, 2017, p.09-13). Apesar disso, o Brasil se opôs à construção de uma Escola institucionalizada, segundo o entrevistado 12, pois, para tanto, seria necessária uma aprovação nacional por parte do congresso brasileiro.

Durante a primeira reunião da Escola, em 2015, a Argentina argumentou a necessidade de elaboração de uma doutrina comum sul-americana pautada na paz, integração e identidade regionais. Ademais, segundo o país, a iniciativa deveria conciliar a educação civil com a militar no campo da defesa, e incluir, em seus cursos, as temáticas de ciberdefesa e de

[141] Desde 2012, estava estabelecido no plano de ação do CDS um grupo de trabalho destinado à assistência mútua frente a ameaças cibernéticas, estando composto por Argentina, Brasil, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela (CONSEJO DE DEFENSA SURAMERICANO, 2012c).

recursos naturais (ESCUELA SURAMERICANA DE DEFENSA, 2015). No mesmo ano, em nível nacional, o general do Exército brasileiro e ex-chefe do Estado-Maior, Rômulo Bini Pereira, avaliou que os objetivos da Escola não seriam concretizados devido às diferenças entre os membros e o temor do "imperialismo brasileiro". Ademais, o general criticou a redução do envio de militares do país a cursos nos Estados Unidos, e a proposta de construção de uma estratégia comum sul-americana, já que "repercutirá nas doutrinas das Forças Armadas sul-americanas e em sua soberania", bem como na manutenção das necessidades das Forças brasileiras, especialmente em relação ao seu orçamento, que afeta "a sua missão constitucional de defesa territorial e salvaguarda da soberania nacional" (OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS, 2015). Corroborando essa percepção, o entrevistado 1 nos relatou que havia uma solicitação, por parte de militares brasileiros na JID, de que os delegados do CEED-CDS visitassem a Junta e explicassem a forma como os avanços no âmbito do Centro ocorreram. Contudo, devido a uma perspectiva "antiamericana" por parte dos governos progressistas, de Chávez, Fernandéz de Kirchner e Lula da Silva, o pedido foi negado. Para o mesmo entrevistado, "era uma oportunidade para o Centro, de mostrar que o Centro tem caráter internacional". Novamente, é notável a implicação das relações civis-militares no âmbito da cooperação em defesa, sendo expressiva quando comparados os casos da Argentina e do Brasil. No primeiro, há uma subordinação castrense aos civis, refletindo o emprenho e posicionamento do país quanto a ESUDE e o CEED-CDS. Porém, no âmbito brasileiro, observa-se um posicionamento destoante entre diplomacia presidencial e Ministério da Defesa e as Forças Armadas. Mesmo assim, o país continua a enviar majoritariamente militares às iniciativas do CDS, o que, obviamente, passa a implicar nos avanços das ações e no nível de comprometimento.

Dentre as atividades desenvolvidas na Escola estão: II Curso sobre Perspectiva de Gênero na Defesa; I Diplomado em Geopolítica dos Recursos Naturais; VI CAD-Sul; IV Curso Sul-Americano de Direito Internacional Humanitário e Direitos Humanos; I Curso Sul-Americano de Defesa e Pensamento Estratégico; Seminário de Cooperação na Indústria de Defesa; e Conferência sobre Relações Exteriores. Ademais, foram estabelecidos convênios acadêmicos com: *Instituto de Altos Estudios Nacionales* e o Ministério de Defesa equatoriano; Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais da Argentina; e Universidade Estadual Paulista (Brasil) (ESCUELA SURAMERICANA DE DEFENSA, 2017). Devemos ressaltar, contudo, que a presença de tantos cursos distintos, com perspectivas conceituais e agendas nacionais divergentes, pode agregar uma fragilidade ao projeto do CDS de constituição de uma identidade sul-americana, já que não contribuiria para uma univocidade conceitual

(FONSECA; MILANI, 2014, p.133-136). Observa-se uma somatória de atividades acadêmicas, ao invés de uma construção de um desenho conjunto entre os membros, transformando a Escola em uma "rede de instituições, cursos e matérias" de caráter nacional (FRENKEL, 2015). Contudo, o entrevistado Antonio Jorge Ramalho da Rocha (2015), secretário executivo da Escola, justificou que, ao longo do tempo, seria construída "uma linguagem comum", disponibilizando os cursos e materiais para acesso dos países-membros.

Nesse cenário, devemos tratar de um ponto central para a execução das atividades do CDS e de suas instâncias permanentes: a questão do orçamento. Segundo o entrevistado 6, "o Brasil participa com cerca de 40% do valor total das contribuições dos Estados-Membros". Para Rezende (2013, p.207), a falta de recursos é um grande "entrave" para a cooperação sul-americana. Devemos observar que, muitas vezes, o desprendimento monetário para a cooperação em defesa não é uma prioridade nacional, ademais de, segundo o ex-presidente uruguaio, José Mujica, existir "um sentimento de exigir do Brasil que assuma a responsabilidade que significa conduzir a integração latino-americana" (CHALA, 2014, p.05). Entretanto, os países colocam suas necessidades e interesses nacionais como importâncias primordiais, deixando a cooperação em segundo plano, especialmente no caso de um processo cooperativo em defesa, que, desde o início, apresentou crescentes dificuldades e resistências.

À modo de integrar as variáveis discutidas nos capítulo anteriores da tese, observamos que a influência dos EUA na cooperação em defesa na América do Sul se faz presente logo de início com a primeira visita de Jobim para introduzir a ideia de formação do Conselho de Defesa; concomitante com a proposta de um órgão que possibilitasse uma maior autonomia regional frente à potência. A Colômbia se destaca com a manutenção de seu posicionamento com baixa participação e tentativa de inserção de sua agenda conjunta com os EUA no âmbito regional, por meio do CDS. O país não renunciou sua aliança com a potência mundial, como também ampliou sua visão estratégica associando-se à OTAN. Contudo, não podemos desqualificar a tentativa do CDS de se dissociar da agenda estadunidense e de inserir em suas discussões os vínculos extrarregionais em defesa dos Estados-membros, demonstrando a existência de um processo de regionalização pautado no regionalismo pós-liberal (SANAHUJA; VERDES-MONTENEGRO, 2014).

Em relação à variável diplomacia presidencial e governos, notamos o papel central dos presidentes tanto na criação do órgão como na manutenção das atividades e Planos de Ação, a destaque de Lula da Silva, que foi o "grande regente" da proposta, de acordo com o entrevistado 10; Jobim, que realizou toda a negociação regional; e Néstor Kirchner, que promoveu um grande impulso para a UNASUL e o CDS durante seu mandato de secretário-

geral, apesar do apoio retórico argentino inicial, segundo o entrevistado 9. “A atividade do CDS pautou-se com base no voluntarismo presidencial e se caracterizou pela baixa institucionalidade, que o deixa à mercê do humor dos governos da região” (SAINT-PIERRE; SILVA, p.221). Paralelamente, a atuação de Jobim à margem do Ministério de Relações Exteriores brasileiro demonstra uma característica verificada nos capítulos de nível nacional, em que a presidência é a “principal gestora da política sul-americana” (WIKILEAKS, 2009e, p.02)

A frágil institucionalidade e a cláusula consensual do órgão atrelam-se diretamente com a nossa terceira variável, soberania e autonomia nacional (tratada a seguir). Apesar de verificarmos a construção de duas instâncias permanentes no interior do CDS, o Centro de Estudos e a Escola, ainda permanece a margem de manobra dos países membros e a subordinação das iniciativas às suas vontades políticas. Nota-se um posicionamento argentino de pró-atividade e vinculação com todos os empreendimentos do CDS, enquanto o Brasil não apresenta a mesma postura enfática que buscou durante a criação do Conselho. Jobim (2015) tentou justificar essa situação alegando que a posição mais discreta do Brasil se dá devido à resistência dos países quanto ao protagonismo brasileiro na região, mas que o país continuou com expressiva atuação, porém sem exposição. Paradoxalmente, o CDS e o CEED-CDS adquiriram uma característica mais argentina, que passou a inserir suas agendas e prerrogativas nacionais (MILANI, 2016, p.104-111).

Ademais, verificamos uma desaceleração do processo cooperativo dentro do CDS devido a algumas mudanças no cenário sul-americano, especialmente com as trocas presidenciais, observável no caso argentino e brasileiro, já que a figura personalista foi um elemento essencial para a concretização do projeto. Para o entrevistado Sergio Caballero (2018), a UNASUL e o CDS não são mais a prioridade dos atuais governos argentino e brasileiro.A Argentina governada por Macri reflete um comportamento distinto do país no âmbito do CDS em comparação com os anos anteriores, marcando-se por abstenções em iniciativas e um baixo perfil na manutenção e na busca por avanços cooperativos. No Brasil, de acordo com o entrevistado 2, era “Lula quem fazia política na região, que liderava os países. A presidente Dilma tem outra maneira de trabalhar que não dá tanta importância/ênfase às relações internacionais, ao meu ver, com isso a UNASUL realmente perdeu um pouco”. Nota-se uma mudança política do Brasil governado pelo ex-presidente Lula da Silva, associado ao Ministro de Defesa Nelson Jobim, em comparação com a presidente Dilma Rousseff, com o Ministro de Defesa Celso Amorim. O entrevistado 1 declarou que o Conselho “perdeu um pouco essa liderança brasileira”, sendo que o

entrevistado 2 rebateu dizendo que o CDS "não tem liderança nenhuma na verdade, hoje em dia a coisa está meio solta. Mas como já tem toda uma regulamentação que foi feita naquela época a coisa continua, mas sem tanta ênfase". Nota-se, efetivamente, uma ausência de liderança brasileira tanto em nível político quanto na manutenção financeira do órgão. A Colômbia se insere como um caso distinto, já que durante o governo de Uribe se absteve em participar da maior parte das iniciativas, porém, com a eleição de Santos, houve um momento de maior inserção, a destacar os anos de 2012 e 2013, resultado, segundo o entrevistado 10, de uma inclusão do país nas ações e decisões do CDS, demonstrando que o objetivo do CDS não era de "encurralar" Bogotá, e provendo uma maior confiança em sua participação. Mesmo assim, em comparação com os outros países, o Estado mantém um baixo nível de atividade âmbito do CDS, apesar de o mesmo não ser válido para suas relações com os Estados Unidos.

De maneira complementar a esse cenário, observa-se que a UNASUL se comprometeu com uma visão tradicional de manutenção da soberania e integridade territorial, apesar da tentativa de desenvolvimento de uma autonomia regional. Como já apresentamos, os teóricos de autonomia nos fornecem uma perspectiva de que não há uma incompatibilidade entre autonomia nacional e regional, em que ambas podem ser construídas de forma conjunta. Contudo, isso não ocorre na América do Sul, em que observamos um reforço do Estado-nação e dos preceitos westfalianos. Situação que se agrava ainda mais por ser uma cooperação em defesa, que vincula as Forças Armadas nacionais e sua doutrina.

Nesse sentido, a variável relações civis-militares se constitui como uma ferramenta essencial para a compreensão das dinâmicas cooperativas em defesa na região. A América do Sul marca-se por um recente processo de redemocratização e relações civis-militares ainda estão em processo de consolidação. A estrutura castrense mantém uma margem de autonomia que impacta nas políticas cooperativas regionais, como no campo de conceituações de defesa e segurança, missões das Forças Armadas e construção de uma visão estratégica comum (FRENKEL, 2015). Situação essa confirmada pelo entrevistado 14 nas reuniões e avanços tangendo o CDS. Ao mesmo tempo, os Ministérios de Defesa dos países sul-americanos ainda estão formação, em que, segundo o entrevistado 11, a presença de delegados civis e militares está vinculada com as decisões dos Ministros da Defesa dos países, refletindo sob o grau de construção civil de cada país. Verifica-se, a exemplo do caso brasileiro, uma "ilha de autonomia militar" quanto a decisões, transparência e envio de representantes ao CDS, com baixa participação civil e acadêmica (SAINT-PIERRE, PALACIOS, 2014, p.34).

Em paralelo, há uma baixa formação de civis aptos a atuarem na área de defesa, como ressaltado pelo entrevistado 11, corroborando para a manutenção dessa situação. Observa-se

ainda, como constatado pelo entrevistado 14, uma ausência de participação da sociedade civil no Conselho, a qual se torna ainda mais difícil com o sigilo de documentos e informações, disponíveis apenas aos membros dos Ministérios da Defesa, tornando, segundo o entrevistado 12, os avanços do CDS "opacos" para a academia.

Nesse meio, as políticas de defesa nacionais são uma relevante variável para a compreensão das escolhas dos países membros quanto suas ações no âmbito do Conselho. A END brasileira demonstrou o objetivo do país de construir o órgão e fomentar sua indústria de defesa. A Argentina readaptou suas políticas normativas passando de um enfoque no cone sul a uma consideração de iniciativas que englobassem toda a região. Já a Colômbia manteve sua resistência à região e passou a incorporar o nível regional apenas muito recentemente, em 2015. O caso desses três países reflete diretamente a execução dos planos de ação do CDS e as escolhas de iniciativas específicas do órgão, que estão vinculadas aos preceitos nacionais. Situação ainda notável com as definições de defesa, segurança e missões da Forças Armadas, como também suas delimitações de riscos e ameaças.

Por fim, a manutenção de percepções de desconfiança, somadas à construção de ameaças e processos de securitização são decisivas para o funcionamento do órgão. A Colômbia reflete sua posição de estranhamento com os vizinhos, de priorização de termas sobre narcotráfico e terrorismo e de uma recente tentativa de amenização de suas ações conflitivas com a região. Paralelamente, houve uma tentativa de construção da cooperação dissuasória regional frente a ameaças tradicionais, com a hipótese de conflito de que países extrarregionais ameaçariam a soberania e integridade do território sul-americano (VITELLI, 2016b, p.39). Para tanto, foi incorporada a securitização dos recursos naturais e da biodiversidade sul-americana, nascida da perspectiva nacional brasileira, incorporada pela Argentina e, posteriormente, aceita pelos países membros do CDS (SANAHUJA; VERDES-MONTENEGRO, 2014, p.19-22), inclusive a Colômbia, que já destacava em suas políticas nacionais a riqueza natural da região. Nesse sentido, nossa próxima seção está dedicada aos processos de securitização no nível regional.

6.2 Macrossecuritização *versus* Movimento de securitização regional

Os processos de securitização no nível regional são peças fundamentais para a compreensão dos Complexos Regionais de Segurança, bem como das dinâmicas originadas com a construção da cooperação em defesa. No contexto da América do Sul e dos países analisados nesta tese, devemos observar dois processos. O primeiro se insere em uma

perspectiva de macrossecuritização, por parte dos Estados Unidos, quanto ao terrorismo, com ligação direta com os países andinos. O segundo caracteriza-se por um movimento sul-americano consagrado pelo Conselho de Defesa da região, que tange a preservação e defesa dos recursos naturais estratégicos.

Segundo Buzan e Waever (2009, p.257), a macrossecuritização corresponde à securitização em nível sistêmico, podendo impor uma hierarquia nos processos de securitização de níveis mais baixos, ou até mesmo incorporá-los. Nesse sentido, os autores observam que a securitização do terrorismo exerceu tal papel, incluindo em sua forma a securitização das drogas, crimes e armas de destruição em massa. Como já relatamos ao longo da tese, a perspectiva de luta contra as drogas sofreu uma modificação, especialmente com o governo de Bush, desenvolvendo a perspectiva de narcoterrorismo, em que a ameaça passou a ser combatida com medidas contra terroristas.

A sub-região andina na América do Sul configura-se como um local de destaque na securitização do narcoterror. A produção de cocaína mundial está localizada na sub-região, particularmente na Colômbia. Entre 2000-2013, houve um declínio de 45% no cultivo global, contudo, de 2013 a 2016, ocorreu um aumento em 76%, sendo que, em 2016, Bolívia, Colômbia e Peru tiveram uma ampliação em 36% na área de cultivo (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2018a, p.28). No caso colombiano, sua área de plantio foi reduzida em 70% entre 2000-2013, porém, de 2013 a 2016, o espaço foi triplicado, chegando a 146.000 hectares, correspondendo a 68,5% da área de cultivo global. O Peru possui o equivalente a 21% da área global, abrangendo 43.900 hectares; enquanto, na Bolívia, sua porcentagem global é de 10%, alcançando 23.100 hectares (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2018b, p.28). Observa-se que o período de diminuição dos cultivos de coca colombianos está relacionado com as intensas ações do Plano Colômbia, que empurraram os plantios para a Bolívia e o Peru (LYONS, 2012). Entretanto,

> *The increase in coca bush cultivation in Colombia in 2016 came about for a number of reasons related to market dynamics and the strategies of trafficking organizations. Among other factors, it was also linked to a perceived decrease in the risk of illicit activities following the suspension of aerial spraying, the expectations in some communities of receiving compensation for replacing coca bush cultivation, and a reduction in alternative development interventions, which has undergone a period of transition from an approach based on crop elimination to an approach based on promoting the rule of Law*. (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2018b, p.29).

Os casos peruano e boliviano se diferenciam da situação colombiana, pois, parte da produção de coca desses países é legal, voltada ao consumo tradicional, à indústria e à

exportação. Além disso, suas comunidades indígenas são as principais cultivadoras e consumidoras da folha. O papel dos Estados Unidos é outro diferenciador, em que, nas décadas de 1970 e 1980, principalmente, foram promovidas políticas para a erradicação da coca no Peru e na Bolívia, bem como legislações para controle dos cultivos ilícitos. Já na Colômbia, esses processos ocorreram depois, acentuados com o Plano Colômbia, ao final da década de 1990 (NAVARRETE-FRÍAS; THOUMI, 2005, p.15-16).

O caso da Colômbia reflete as inseguranças internas e internacionais na região, visto a fragilidade deste Estado e a constituição de grupos organizados que se utilizam da violência como meio (TAKUSHI, 2012, p.18). A situação interna do país tem como característica seu "transbordamento", expandindo-se para além das fronteiras e repercutindo nos processos de cooperação econômica, política e de segurança, abarcando questões de refugiados, narcotráfico, problemas ambientais e violação da soberania (FERNÁNDEZ, 2008, p.117-118). A partir de 2001, os países andinos foram envolvidos pela Iniciativa Regional Andina como forma de barrar a expansão do narcoterrorismo para o restante da sub-região. Há uma tendência, a partir daí, em militarizar as soluções propostas, confundindo as missões executadas pelas Forças Armadas com as da polícia, e vice-versa. Segundo Buitrago (2007, p.115-118), as instabilidades internas dos países de tal local e a ausência de um compartilhamento de iniciativas cooperativas entre os Estados da região para frear o avanço do narcotráfico proporcionaram a intervenção estadunidense e a aceitação, por parte dos governos, para cooperar com suas políticas. Contudo, essa tendência passa a se alterar com a eleição de governos progressistas questionadores da interferência da potência. Ademais, não houve uma anuência, por parte dos países sul-americanos, em tratar do narcoterror como uma ameaça emergencial. O CDS, como analisamos na seção anterior, demonstra essa tentativa de separar questões de defesa e segurança, criando um Conselho destinado a tratar da temática do crime, ao mesmo tempo em que realizou um confronto com a securitização promovida pela potência mundial e pela Colômbia.

O ano 2008 representou um momento de escalonamento das instabilidades da sub-região andina, com o ataque das Forças Armadas colombianas ao acampamento das FARC, estabelecido em território equatoriano, próximo à fronteira, resultando na morte de Reyes, segundo comandante da organização, e outras vinte pessoas. Segundo o entrevistado 12, a operação foi pré-planejada e apoiada pelos Estados Unidos, que estavam presente em uma base militar colombiana. O entrevistado 10 nos informou que o Presidente equatoriano e suas Forças Armadas se sentiram "traídos" por Uribe, já que não foram previamente avisadas. Situação decorrente, ainda de acordo com o mesmo entrevistado, devido a uma desinformação

do presidente colombiano que acreditava que o Equador poderia estar associado à Reyes. Como consequência, o Equador efetuou uma declaração, apoiada pelo governo venezuelano, de que a Colômbia havia violado sua soberania, rompendo relações com o país colombiano. Concomitante, houve o deslocamento de dez batalhões venezuelanos para a fronteira com o país e o interrompimento de suas relações diplomáticas, temendo uma intrusão em sua zona nacional, associada aos Estados Unidos (ABDUL-HAK, 2013; SAINT-PIERRE; PALACIOS, 2014).

Contudo, devemos considerar que a incursão colombiana no Equador não ocorreu apenas nesse momento, contando com episódios em 2005, na região de Esmeraldas, e no período de 2006 a 2008, na zona de Sucumbíos. Havia um "jogo de interesses políticos" em que a Colômbia realizava intervenções para a execução de sua política contra o narcoterrorismo, e o Equador executava pressões políticas e atração de investimentos internacionais por meio de ameaças de deportações de imigrantes ilegais e refugiados. No entanto, a dinâmica se tornou insustentável com a intensificação da política de segurança democrática uribenha e a fuga de insurgentes através do território equatoriano (SANTOS, T., 2013, p.05-06). Ademais, no caso da Venezuela, uma operação colombiana sob a liderança de paramilitares ocorreu no país vizinho em 2004 e resultou na captura de Rodrigo Gandra, liderança das FARC.

Nota-se a consolidação das políticas colombianas de combate ao terrorismo, fomentadas pelos Estados Unidos, com a execução de ataques preventivos justificados pela "legítima defesa na neutralização de uma ameaça a sua segurança nacional" (ABDUL-HAK, 2013, p.142-143). O incidente de 2008 não resultou em nenhuma sanção internacional à Colômbia por parte da ONU, OEA ou UNASUL. O apoio estadunidense declarado à ação colombiana é peça fundamental para compreender a ausência de reações internacionais (RANDALL, 2011, p.148-151).

A quebra da cláusula de respeito à soberania territorial por parte do país resultou na captura dos documentos e computadores da guerrilha, ao mesmo tempo em que não houve uma efetiva transparência regional sobre as informações obtidas. O Brasil foi o grande mediador do conflito e impediu seu escalonamento para uma guerra na região (CEPIK, BORBA, 2010, p.79-89). O acontecimento foi levado à primeira instância da OEA, efetuando apoio à posição do Equador. Posteriormente, a crise foi discutida no âmbito do Grupo do Rio, com efeito de reconciliação momentânea. Porém, a intervenção da UNASUL teve uma efetiva ação, promovendo a retomada das relações entre os três países envolvidos. Ainda assim, houve manutenção da divisão político-ideológia na sub-região, corroborada pelas

desconfianças entre os países e a influência estadunidenses na Colômbia (JEONG, 2011, p.55-58).

Paralelamente, outro local na América do Sul abordado pela política estadunidense de combate ao terrorismo é a Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai. Segundo a potência, a zona está marcada pela presença e aliança entre grupos terroristas islâmicos, como Hamas e Hezbollah, organizações criminosas e corrupção por parte de oficiais e policiais. Desde 1992, com o atentado à embaixada israelense em Buenos Aires, e o pós-11 de setembro de 2001, essa hipótese se fortaleceu, atrelada ao fato de o local apresentar algumas peculiaridades, como sua relevância econômica e demográfica, devido à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, e grande quantidade de imigrantes de origem árabe, da região de atuação do Hezbollah, o Vale do Bekaa, que envia grandes remessas de dinheiro ao seu local de origem (CEPIK; ARTURI, 2011, p.658-659) Assim, desde 1995, Argentina, Brasil e Paraguai iniciaram a cooperação em controle das fronteiras e combate ao terrorismo (PION-BERLIN, 2005, p.216-222), combinando relações com a potência mundial, como o emprego de legislações criminalizando a lavagem de dinheiro e atos terroristas, além de acordos de extradição e operações policiais conjuntas (HIRST, 2013).

O ano de 2009 pode ser considerado um marco na instabilidade em nível sul-americano, ocasionado pela macrossecuritização estadunidense e sua intrusão na região, via Colômbia. A negociação da presença dos EUA em bases colombianas foi decisiva para o acirramento das relações entre os países andinos. A Venezuela temia a presença de tropas estadunidense visto sua possibilidade de desestabilizar o governo de Chávez. Como reação inicial, o país rompeu relações com a Colômbia. A Bolívia de Morales criticou o acordo e indicou que rejeitaria a execução do mesmo por meio de uma resolução na UNASUL. No Equador, o Ministro Carvajal alegou que o acordo foi uma surpresa para o país, duvidando das intenções colombianas de combate ao narcotráfico e insurgentes, e ressaltando a ausência de uma garantia de não intervenção em seu território (WIKILEAKS, 2009d)[142]. Para a Argentina, o acordo perturbaria a região e não auxiliaria na minimização dos conflitos (ABDUL-HAK, 2013, p.163-169). Já o Brasil preocupou-se com as delimitações dos acordos, pois as ações deveriam apenas abranger o território colombiano, especialmente pelo receio

[142] O Ministro citou algumas razões para a desconfiança das intenções colombianas: a) o bombardeamento do acampamento das FARC em 2008; b) investimentos estadunidenses via Plano Colômbia e Patriota; c) desequilíbrio de tamanho militar entre a Colômbia e os outros países da região; d) baixa redução na produção de cocaína no território colombiano; e) fumigações aéreas na fronteira com o Equador, prejudicando cultivos lícitos do país; f) presença mínima de forças colombianas na fronteira; g) campanhas midiáticas colombianas de descrédito do Equador; e h) baixa assistência colombiana a seus refugiados que vivem no Equador (WIKELEAKS, 2009d).

brasileiro de uma presença estadunidense na Amazônia (WIKILEAKS, 2009f). Paralelamente, Chile, Paraguai e Peru alegaram respeitar a decisão soberana da Colômbia.

O tema foi abordado durante a III Reunião Ordinária do Conselho de Chefes de Estado e de Governo da UNASUL, em 10 de agosto de 2009. O Presidente Chávez discursou que "os ventos da guerra estavam começando a soprar" na América Latina, culpando o acordo Colômbia-EUA (WIKILEAKS, 2009g), e ressaltando que qualquer violação ao seu território resultaria em um conflito armado. A Colômbia, representada pela Vice-ministra de Relações Exteriores, Clemencia Forero, defendeu o acordo, destacando a permissão limitada de pessoal estadunidense (ABDUL-HAK, 2013, p.163-169). Ademais, declarou que o mesmo referia-se apenas ao Estado colombiano, sugerindo que outros acordos militares dos países membros também fossem discutidos em reuniões futuras da União (WIKILEAKS, 2009a).

Como forma de intermediar a situação e receber esclarecimento, Lula da Silva e Uribe realizaram uma reunião privada. Segundo o embaixador colombiano em Brasília, Tony Jozame, o governo brasileiro tranquilizou-se com o acordo após as explicações de Uribe, apesar do país também desejar fortalecer suas fronteiras frente à ameaça do narcotráfico. Segundo Lula da Silva e oficiais colombianos, a reação inicial brasileira foi uma consequência das reações dos outros países da região, especialmente da Venezuela, como também uma estratégia para ser mediador entre os dois lados (WIKILEAKS, 2009h)[143].

Como tentativa de manter o diálogo, o Brasil propôs uma Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo da UNASUL. A reunião, ocorrida em Bariloche, em 28 de agosto de 2009, foi transmitida ao vivo pela televisão, devido à insistência colombiana, expondo a situação no nível doméstico e internacional. A Venezuela se utilizou do "Livro Branco: Comando de Mobilidade Aérea" estadunidense para demonstrar a tentativa da potência de utilizar a base colombiana de Palanquero para a mobilidade de suas Forças Armadas na América do Sul e África. Chávez completou alegando que o acordo militar proporcionaria o controle estratégico regional estadunidense e seu domínio sob os recursos naturais sul-americanos, em especial as jazidas de petróleo. Uribe iniciou sua argumentação destacando que, apesar da solidariedade por parte dos países sul-americanos quanto à crise interna de seu país, apenas os Estados Unidos contribuíram efetivamente com recursos humanos e militares. Concordou, contudo, com a submissão do acordo no âmbito do

[143] "*Jozame shared his personal views as to why the Brazilians had such a negative initial reaction to the DCA, claiming that most of the problem came from the MRE which is "leftist" and "anti-Yankee" and "jealous" of any other country's leadership in the region. Jozame said that the leadership in the MRE is very leftist and because of that they did not support greater cooperation between Colombia and the United States. Also, he believes Brazil is jealous because it does not like to have any issues negotiated or discussed without Brazil serving in a leadership role*".

Conselho de Defesa Sul-Americano, desde que todos os outros países o fizessem também com seus acordos militares semelhantes. Apesar da exacerbação das diferenças entre Colômbia e Venezuela, o encontro possibilitou a abertura de um diálogo na região, como também a instauração de medidas de confiança mútua quanto à luta contra terrorismo e crime organizado, e a preservação da América do Sul como zona de paz (ABDUL-HAK, 2013, p.163-179).

Não obstante, em outubro, Colômbia e EUA assinaram o "*Supplemental Agreement for Cooperation and Technical Assistance*", tratando sobre o uso de bases colombianas e de medidas para a melhoria da cooperação existente entre os dois países, realizando apenas a notificação aos outros países da região (ABDUL-HAK, 2013, p.169-179). Ainda no mesmo mês, a instabilidade regional aumentou com dois incidentes que acarretaram na morte de venezuelanos e colombianos, concomitante ao fechamento temporário de três pontes fronteiriças entre os dois países e o envio, por parte da Venezuela, de 15.000 soldados para a fronteira. Tentando impedir o agravamento da situação, o Brasil sugeriu uma segunda reunião extraordinária da UNASUL. A Colômbia e os EUA confirmaram sua disposição em dialogar com a região. O Estado colombiano enviou ainda uma carta aos membros da União reafirmando que o acordo não teria efeitos extraterritoriais (ABDUL-HAK, 2013, p.169-179). Ademais, no nível do Conselho de Defesa Sul-Americano, medidas de confiança foram instauradas como forma a apaziguar a situação.

Considerando a conjuntura sul-americana apresentada, somada à existência do Conselho de Defesa, aos movimentos de securitização em âmbito nacional de Argentina e Brasil, e às políticas colombianas de defesa e segurança que ressaltam a necessidade de preservação dos recursos do país e da região, observamos a tentativa de securitização dos recursos naturais estratégicos da América do Sul, via CDS. A escolha de tal objeto referente está associado à possibilidade de uma intervenção na região por parte de potências, temendo-se a assimetria existente de capacidades militares e a violação da soberania dos países. Nesse sentido, vemos uma direta vinculação dessa proposta com as crises de 2008 e 2009 na região. A possibilidade da presença dos Estados Unidos através da Colômbia é considerada uma fonte instabilidade e insegurança. Contudo, como apresentamos, a Colômbia não partilha dessa visão, apesar de desejar a preservação dos recursos, considerando os EUA como "amigos" e aliados para a manutenção de suas políticas e interesses. O agente securitizador centra-se nos Estados argentino e brasileiro, na figura de seus enviados ao CEED-CDS e dos Ministros de Defesa e presidentes no âmbito do CDS. Devemos ressaltar que os mesmos se utilizam do CDS como plataforma para o fomento do movimento. A figura dos atores funcionais abrange

os demais países membros do CDS, quanto seus presidentes e Ministros de Defesa, e seus representantes no CEED-CDS. Nesse processo, a audiência está vinculada aos doze Estados-membros, perpassando não apenas suas populações, mas também suas autoridades governamentais que não compõem os agentes securitizadores e atores funcionais. A complexidade e diversidade da audiência nos demonstram as dificuldades de consolidação da securitização, a qual sofrerá resistência já no âmbito dos atores funcionais, nas figuras dos representantes colombianos, que não consideram o objeto referente como uma ameaça emergencial, especialmente pela vinculação entre preservação e defesa dos recursos com a perspectiva de ingerência extrarregional (visível na figura 7).

Na América do Sul, os recursos naturais centram-se, especialmente, na região amazônica, que possui as maiores reservas de florestas, biodiversidade e água doce (SIMÕES, 2012, p.37). A Tríplice Fronteira Amazônica, formada por Brasil, Colômbia e Peru, constitui um local de importante destaque, visto a necessidade de desenvolvimento sustentável, pautado no crescimento populacional, na infraestrutura e no combate às ameaças transnacionais, como tráfico de ilícitos e biopirataria, posse de terras, e atividades extrativistas. A fragilidade estatal nesta região colabora para a intensificação da situação (GARCÍA, 2014, p.15-6), somada à presença de potências extrarregionais no Oceano Pacífico e na América Central, contribuindo para uma maior insegurança em relação aos recursos desse local. Ademais, a região possui reservas de petróleo e gás natural, a destacar a Colômbia, Venezuela e a recente descoberta de reservas de gás na Bolívia e de petróleo e gás no Brasil. Nesse sentido, faz-se indispensável o alerta, tanto do governo, quanto do público e, em especial, das Forças Armadas, sobre importância desses patrimônios e a necessidade de preparo para possíveis desafios e ameaças que possam daí advir.

Desde 2011, observamos um movimento no interior do CDS para a inclusão de pautas relacionadas aos recursos naturais e à defesa regional. Durante a inauguração do CEED-CDS, a presidente argentina, Fernández de Kirchner afirmou que:

> *Este momento de constitución del Centro de Estudios Estratégicos del Consejo de Defensa de la UNASUR debe ser el puntapié inicial para crear un sistema de defensa que tenga como objetivos estratégicos la caracterización de lo que va a ser exigible, durante el siglo XXI. Y está muy claro (...) que la cuestión de los recursos naturales se va a convertir en una cuestión –ya lo es– estratégica en toda nuestra región. Esto lo hemos hablado en infinidad de veces con mis colegas y la necesidad, también de articular ese sistema de defensa con un gran desarrollo*. (FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, apud FORTI, 2014).

Em paralelo, a Venezuela, enquanto estava em seu mandado na secretaria da UNASUL, lançou a perspectiva de uma integração regional com um viés comum pautado nos recursos naturais (VITELI, 2016a). Em 2011, durante a reunião para o desenvolvimento do plano de ação 2011-2012, a Colômbia propôs incluir no primeiro eixo do plano a "defesa da biodiversidade e dos recursos naturais", sugerindo a execução de uma reunião e um seminário sobre o tema, além da formação de um grupo de trabalho (CONSEJO DE DEFENSA SURAMERICANO, 2011c, 2012d). Sob a liderança colombiana e com o consenso de todos os países membros, a exceção do Paraguai que não assinou o documento, houve a resolução de que os recursos naturais, como petróleo, minerais, gás, biodiversidade e água, devem ser conservados pelos Estados, constituindo uma fortaleza da América do Sul e possíveis "fatores de risco" (CONSEJO DE DEFENSA SURAMERICANO, 2012e). Para tanto, sugere-se que os países realizem a inclusão da proteção dos mesmos no âmbito da legislação nacional (notando que essa incorporação já estava ocorrendo) (CONSEJO DE DEFENSA SURAMERICANO, 2012f); como também desenvolvam agendas cooperativas para a "defesa dos recursos, da integridade territorial e da soberania dos Estados sul-americanos", por meio de: 1) intercâmbio de informações e experiências para: a) desenvolver sistemas de alerta, com uma rede de segurança com dados em tempo real, b) aperfeiçoar apoio conjunto quanto à interoperabilidade e tomada de decisões, c) usar satélites e sistemas de informações sobre vigilância e evolução dos fenômenos naturais, d) fortalecer as aduanas nacionais para um maior controle de atividades lícitas; 2) treinar militares; 3) promover cursos educativos, com posterior inclusão da ESUDE como ferramenta (CONSEJO DE DEFENSA SURAMERICANO, 2014f); e 4) executar posições conjuntas em foros multilaterais (CONSEJO DE DEFENSA SURAMERICANO, 2012e, 2012g).

De forma complementar, em 2014, foi realizada uma oficina sobre "disponibilidade e potencialidades dos recursos naturais estratégicos da região", elencando denominadores comuns entre os Ministérios da Defesa dos países-membros, observando-se que os recursos estratégicos para os países tangem: minerais combustíveis, como petróleo e gás, e não combustíveis, a exemplo de lítio, cobre, bauxita e ouro; recursos hídricos; biodiversidade e recursos presentes nas plataformas continentais, destacando a Amazônia e a Antártida; e agricultura e pecuária. Para a proteção e preservação de tais, indicou-se o papel das normatividades em defesa nacional e o emprego das Forças Armadas (CONSEJO DE DEFENSA SURAMERICANO, 2014g). Corroborando essa perspectiva, o presidente colombiano, Manuel Santos, em 2014, alegou que

> *Tenemos todas las condiciones para ser el primer lugar, la primera región para atraer inversión, tenemos los recursos, agua, en un mundo donde todos los expertos dicen que las próximas guerras se van a librar en torno a la falta de agua, y la tenemos en abundancia; una región que tiene una gran capacidad para aumentar la producción de alimentos en un mundo cada vez más necesitado de alimentos, una región llena de energía de todo tipo, en un mundo también cada vez demandando más energía.* (SANTOS, apud FORTI, 2014).

No mesmo ano, os países se reuniram na Conferência "Defesa e Recursos Naturais", propondo um segundo protocolo adicional integrante do tratado constitutivo da UNASUL, referente ao "exercício dos direitos permanentes e soberanos dos Estados e dos povos sobre seus recursos naturais" (CENTRO DE ESTUDIOS ESTRATÉGICOS DE DEFENSA, 2014b). Segundo o diretor executivo do CEED-CDS, Alfredo Forti (2014, p.14), nota-se a construção do "interesse regional"[144] por meio do Conselho de Defesa, em que os países membros buscam consolidar a América do Sul como zona de paz, além de defender a soberania, integridade territorial e democracia dos Estados. Ademais, Forti (2014, p.15) ressaltou que o maior exemplo de tal conceito são os "*recursos naturales estratégicos que abundan en Suramérica y que por su diseminación que no respeta fronteras, constituyen de hecho activos comunes a nuestros doce países de UNASUR*", que podem sofrer com as crescentes necessidades internacionais. A proteção e defesa não poderão ser feitas de maneira individual, exigindo uma cooperação estratégica regional por meio do CDS, baseando-se em um modelo de "interoperabilidade e complementaridade de capacidades", consolidado a partir da cooperação dissuasória. De forma complementar para a execução da proposta, o diretor sugeriu uma Força Militar Sul-Americana subordinada às autoridades políticas dos países-membros. Sua hipótese de emprego estaria voltada a combate de ameaças estatais extrarregionais e vigilância e controle territorial, complementando as tarefas das Forças nacionais (FORTI, 2014).

A liderança argentina na figura de Forti foi questionada pelo entrevistado 1, já que o estudo elaborado pelo diretor não contou com uma prévia consulta aos delegados do CEED-CDS. Durante sua apresentação, os delegados foram "surpreendidos com esse trabalho, como se fosse nosso, apesar dele ter dito que era um trabalho pessoal dele; quando se trata do Centro nos engloba também". Ademais, o entrevistado 4 nos destaca a divergência de posicionamento sobre as ações que devem ser empregadas para a proteção dos recursos naturais, em que "para alguns, devemos nos armar, ter uma força para esse tema, mas a imensa maioria crê que temos que manejar com prudência". Podemos observar, assim, uma

[144] Definido como "*el conjunto de los factores comunes, compatibles y/o complementarios del interés nacional de cada uno de los países miembros de UNASUR".* (FORTI, 2014, p.14).

ausência de sintonia entre os representantes dos países-membros no âmbito do CDS, ademais de um confronto de lideranças, especialmente entre Argentina e Brasil.

Propondo "*un estudio integral de activos estratégicos regionales y capacidades colectivas y su incidencia para la sostenibilidad, seguridad y defensa estratégicas de la región y su posicionamiento en el Sistema Internacional de Seguridad*", o CEED-CDS desenvolveu o "Estudo Prospectivo América do Sul 2025", publicado em 2015 (CENTRO DE ESTUDIOS ESTRATEGICOS DE DEFENSA, 2012c, p.03). Os membros realizaram um estudo detalhado dos recursos naturais estratégicos disponíveis na região, bem com um levantamento sobre a disponibilidade dos mesmos no âmbito internacional, conjugado a uma prospecção sobre a situação. O diagnóstico se centrou na concepção de que a escassez de recursos naturais promoverá disputas entre potências internacionais para o acesso a tais, sendo as zonas, com maiores disponibilidades de recursos, afetadas diretamente.

Com a abordagem dos recursos naturais como estratégicos, nota-se a construção de uma visão geopolítica, prevendo escassez e conflitos, o que reflete o pensamento militar brasileiro, acompanhado pelo argentino (SANAHUJA; VERDES-MONTENEGRO, 2014, p.09-11). O fato de os representantes brasileiros no CEED-CDS e no CDS serem majoritariamente militares nos auxilia a compreender o viés dado ao movimento securativo dos recursos, corroborada a sua expressiva ligação com os documentos normativos brasileiros, que detalham a mesma preocupação (como verificado na seção 5.2). Ademais, há uma promoção da autonomia regional para a defesa dos recursos, com o fomento de cooperação dissuasória, que se associa à proposta de medidas característica de uma segurança cooperativa. Situação que pode ser vinculada ao binômio argentino de ações defensivas e cooperativas, visível em suas políticas de defesa nacionais. Contudo, apesar da incitação do movimento securitizante, o mesmo não se consolida como uma securitização de fato. Não há evidência de que os recursos naturais estratégicos foram aceitos como ameaças emergências, bem como de execução de recursos excepcionais, visto que as ações apenas se conteram a reuniões, oficinas, grupos de trabalhos e publicações do Centro de Estudos. Segundo o entrevistado 14, houve uma busca "artificial" pela proteção de tais recursos, com o intuíto de unir os países-membros do CDS frente uma ameaça de caráter regional que possibilitaria uma cooperação em defesa mais estrita.

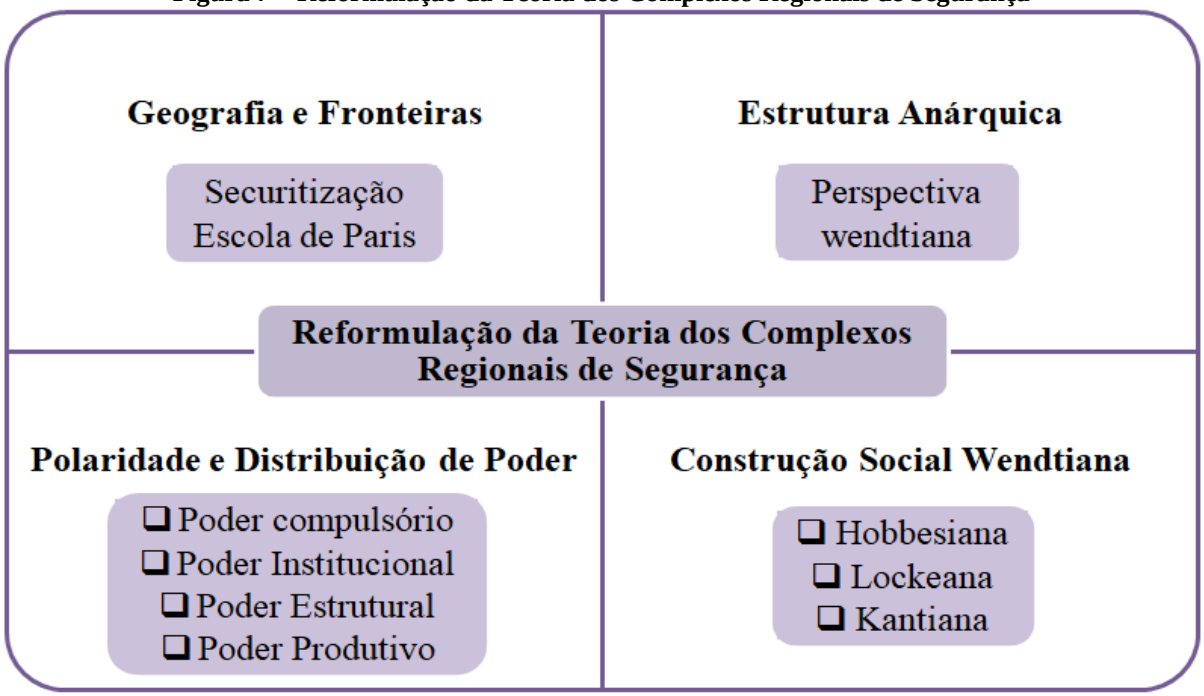
Desta forma, observamos um processo de macrossecuritização do terrorismo que abarcou questões de crime organizado e narcotráfico, influindo diretamente no relacionamento da região com os Estados Unidos, especialmente a sub-região andina, com o alinhamento estratégico entre Colômbia e a potência. Ademais, notam-se consequências para

a dinâmica regional e configuração do complexo regional de segurança da América do Sul, visto o fomento a rivalidades, que culminaram nas crises de 2008 e 2009, ambas originadas pela Colômbia e incitadas pelos Estados Unidos. Paralelamente, houve uma tentativa de securitização dos recursos naturais estratégicos de toda a região, por meio do CDS, frente à possibilidade de ingerência e intervenção de potências extrarregionais, consagrando uma iniciativa de caráter sul-americano e sob a liderança de Argentina e Brasil. Assim, considerando os processos cooperativos intra e extrarregionais na América do Sul, analisados por meio do estudo da relação Colômbia-EUA e do CDS-UNASUL, e a securitização do narcoterror e do movimento securitizante dos recursos naturais, compreendemos, em nossa última seção, o complexo regional de segurança sul-americano, conjugando nossas modificações da teoria de Buzan e Waever com o estudo empírico.

6.3 O Complexo Regional de Segurança sul-americano: um novo olhar

Com base nas discussões desenvolvidas ao longo do segundo capítulo desta tese, objetivamos, nessa seção, estabelecer nossa perspectiva em relação à teoria dos Complexos Regionais de Segurança de Buzan e Waever e observá-la na dinâmica sul-americana. Para tanto, a figura abaixo mostra a nova proposta de compreensão dos complexos regionais.

Figura 7 – Reformulação da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança



Fonte: Elaboração própria.

Utilizando-nos das formulações propostas, apresentamos, na figura abaixo, o esquema analítico do Complexo Regional de Segurança sul-americano, o qual será complementado com a análise desenvolvida nesta seção. O primeiro quadro refere-se ao âmbito geográfico da América do Sul, a qual está envolvida por dois processos de securitização, compreendidos na seção anterior, referentes: a) à macrossecuritização estadunidense do narcoterrorismo, que possui um impacto expressivo na sub-região andina, a destacar o caso colombiano, porém que tem reflexos sobre toda a região sul-americana; e b) ao movimento securitizador dos recursos naturais, via CDS, que, apesar de construído, não obteve a sua consolidação de fato. O segundo bloco tange a estrutura anárquica da região, a qual está pautada na perspectiva construtivista de Wendt, em que os Estados são os responsáveis por sua dinâmica, configurando duas situações concomitantes: a) o balanceamento de poder entre os países da região andina, visível nas crises de 2008 e 2009, como também entre Brasil e os Estados da região, observável através do posicionamento de suas Forças Armadas e fomento de sua indústria militar; e b) a comunidade de segurança, em sua primeira fase, pautada na segurança cooperativa, via CDS, a qual tem impactado tanto na sub-região andina como no cone sul, possibilitando uma atenuação de crises e reformulação da construção social das relações dos países envolvidos, a destacar a Colômbia.

O terceiro quadro abrange a perspectiva de polaridade e distribuição de poder, em que nos voltamos a observar o poder dos três países analisados nessa tese e seus reflexos na região. A Argentina constrói seu poder institucional, promulgado em suas políticas nacionais de defesa, com seu comportamento defensivo e cooperativo, sendo ainda fortalecido por seu papel no CDS, apesar de uma resistência inicial. O Brasil apresenta seu poder institucional que pode culminar em um poder produtivo, verificável em seus documentos nacionais, discursos presidenciais e na construção, sob sua liderança, da cooperação em defesa regional com o Conselho da UNASUL. A Colômbia, com o governo de Santos, passa a construir um poder institucional na região, inserindo-se na América do Sul e em suas dinâmicas cooperativa. Contudo, a valorização de suas relações especiais com os EUA é clara e nos demonstra também tal poder, apesar da assimetria existente em relação ao poderio da potência. Ademais, a superpotência estadunidense deve ser destacada por seu poder institucional, estrutural e produtivo na América do Sul, os quais variam de intensidade ao longo do tempo, como discutido no terceiro capítulo desta tese.

Por fim, o último quadrante se refere à perspectiva de construção social wendtiana, em que verificamos no caso argentino um comportamento lockeano/kantiano na região, pautado em relações de amizade, especialmente com os países do cone sul, porém com situações de

resistência aos projetos de autoria brasileira e/ou de caráter sul-americano, demonstrando ainda uma breve manutenção da ideia de rivalidade. No âmbito brasileiro, seu comportamento varia entre lockeano, demonstrando políticas de defesa pautadas em rivalidades, com manutenção do interesse nacional; e kantiano, visto seu discurso cooperativo e de amizade regional, com processos cooperativos pautados por sua liderança. A Colômbia configura até o governo de Uribe um comportamento hobbesiano com os países andinos e lockeano com o Brasil. Porém, posteriormente, com o advento do CDS e do governo de Santos, nota-se a consolidação de um comportamento lockeano para a região, pautado em uma análise racional, tangendo tanto a possibilidade de conflito como de cooperação. Enquanto seu comportamento com os Estados Unidos é de caráter kantiano, com interiorização das normas advindas de tal cooperação, visíveis em seu âmbito nacional.

Figura 8 - Complexo Regional de Segurança sul-americano

Fonte: Elaboração própria.

Nesse complexo regional sul-americano, destacamos o papel do Brasil como líder regional, em que, com a figura de Lula da Silva e Nelson Jobim, nota-se um movimento, em 2008, de articulação dos governos sul-americanos para a formulação do CDS e inserção da região e de Brasília no nível global (CASTIBLANCO; BULLÓN, 2017, p.55-56). Contudo, a percepção do Brasil como líder aceito na América do Sul não condiz com a realidade de resistência de seus vizinhos sul-americanos, que temem seu poder e, com isso, limitam sua

capacidade de liderança. O comportamento brasileiro também não auxilia na desconstrução das desconfianças, tangendo um viés realista de manutenção de seus interesses, autonomia e soberania (SANAHUJA, 2012, p.23-25), além de imposição de suas agendas sob os países da região, fazendo frente a propostas anteriormente criadas pelos seus vizinhos, como no caso venezuelano quanto a uma OTAN do Sul.[145] Como indicado pelo entrevistado 2:

> alguns países sul-americanos têm essa visão de que nós somos imperialistas, que nós invadimos seus países [...] mas, por outro lado, eles também nos vêem como irmão maior, em certas atitudes ou atividades eles olham para onde o Brasil está indo para se guiarem, porque eles não têm a capacidade de tomarem certas decisões isoladamente, eles preferem se aliar com alguém grande como o Brasil.

Segundo Battaglino (2008), a relação entre Argentina e Brasil pode ser descrita como uma situação em que o conflito não desapareceu completamente, porém também não é iminente. A Argentina provou sua resistência à proposta brasileira de criação do CDS; a ausência de alinhamento internacional entre tais países, a exemplo do Conselho de Segurança da ONU; e suas diferenças quanto ao emprego das Forças Armadas em questões de segurança pública. Contudo, mesmo assim, os países apresentam acordos cooperativos históricos e posicionamentos comuns durante a "onda rosa" (BOHÁČEK, 2015, p.59-63). Segundo o entrevistado 5, apesar do Brasil ser o maior país em tamanho e economia da América do Sul, Brasília "necessita do respaldo da Argentina", para equilibrar as assimetrias existentes na região.

Na sub-região andina, o desafio brasileiro encontra-se na Colômbia. Para David Gordon, diretor estadunidense de planejamento de política, Colômbia e Brasil "*are the best positioned countries in South America to enhance their influence in the region and world*" (WIKILEAKS, 2008c). Bogotá está marcada por uma aliança estratégica com os Estados Unidos e um posicionamento internacional, especialmente com o advento do governo de Santos, buscando uma diversificação de parcerias e sua inserção cooperativa no campo do combate ao narcotráfico e terrorismo. Segundo a entrevistada Erika Pinzón (2018), o país "*no mira a sus vecinos latinoamericanos por no tener intereses, abandonando la propuesta de regionalismo, a pesar de estar presente en la CELAC y UNASUR*". Nota-se um balanceamento de poder por parte do país que, por um lado, tenta compensar suas limitações frente ao Brasil, utilizando-se de suas relações com os EUA e órgãos hemisféricos, e, por

[145] Nesse contexto, alguns acadêmicos inserem o termo hegemonia consensual, criado por Burges, para a compreensão do papel do Brasil durante a criação do CDS e sua institucionalização. Vide: BURGES, Sean. Consensual Hegemony: Theorizing Brazilian Foreign Policy after the Cold war. **International Relations**, v. 22, n. 65, 2008.

outro, busca não se isolar na região, participando de iniciativas de cooperação (BUELVAS, 2016, p.189-190).

Observa-se que, no campo material, o Brasil se constitui como um grande país da região, capaz de agir de forma unilateral caso o "custo de oportunidade" seja baixo; como também liderança cooperativa, pautada na diplomacia presidencial e em suas políticas nacionais (LIMA, 2013, p.188-199). Nota-se um comportamento pendular do país de balanceamento de poder e mitigação de mesmo por meio de medidas de confiança mútuas regionais, com exercícios, cursos, transparência e institucionalização; documentos nacionais baseados em capacidades; e negação da modernização de suas Forças Armadas para fins bélicos com os países da região (VILLA, 2017, p.05-09). Ao mesmo tempo, Fuccille e Rezende (2013) alegam que a conformação brasileira do Conselho de Defesa Sul-Americano deu-se a partir da perspectiva de:

> (1) a possibilidade de transbordamento das novas ameaças a outros países, como o narcotráfico colombiano para o Brasil e a contenda envolvendo Colômbia, Equador e Venezuela pela morte do número dois das FARC Raúl Reyes; (2) os conflitos sub-regionais, como os contenciosos envolvendo Peru e Equador, Bolívia e Chile, entre outros; (3) os movimentos autóctones difundindo um sentimento separatista,como ilustram Bolívia e Paraguai; (4) frear os ímpetos bolivarianos na região, sobretudo via isolamento da Venezuela e/ou dos países integrantes da Aliança Bolivariana para as Américas (Alba); (5) evitar uma corrida armamentista na região, com a adoção cresceste de medidas de confiança mútua; (6) solidificar o Atlântico Sul como uma área de paz, livre de armas nucleares e vital de projeção de poder ao Brasil, não permitindo a presença de potências extrarregionais(como o caso do Reino Unido e a questão das Malvinas); (7) impedir a materialização de uma política estratégica de segurança hemisférica definida a partir dos Estados Unidos para o subcontinente; e (8) concretizar os objetivos estratégicos da política externa brasileira de consolidação de um processo de integração sul-americano. (FUCCILLE; REZENDE, 2013, p.88).

Constrói-se a ideia delimitada pelo entrevistado 6 de que a "América do Sul só será um pólo de poder se toda a região atingir o desenvolvimento econômico e social almejado por seus povos". Como ressaltado por Amorim (2012d), o interesse brasileiro na América do Sul é de cooperação, "até porque a cooperação é a melhor dissuasão. Países que cooperam entre si, países que trabalham juntos, países que fazem exercícios juntos, são países que muito dificilmente recorrerão a um conflito armado para resolver suas diferenças". Por meio da UNASUL e do CDS, o país atuou como mediador em situações de instabilidades regional, a exemplo do caso Colômbia e Equador e Venezuela, de 2008. Como também na situação de reivindicações de autonomia nas províncias bolivianas, com o ataque ao gasoduto de Tarija, sendo criada, por meio da UNASUL, a Declaração da Moeda, destinada à respaldar o governo de Evo Morales, cessar as ações violentas no país e iniciar o dialogo entre as partes

envolvidas. Em 2010, no Equador, houve a tentativa de golpe policial ao governo de Rafael Correa, em que a União efetuou apoio ao presidente e, meses depois, aprovou o "Protocolo Adicional ao Tratado Constitutivo da UNASUL de compromisso com a Democracia". No mesmo ano, a Colômbia denunciou à OEA a presença de membros das FARC em território venezuelano. A UNASUL, sob a diplomacia presidencial de Lula da Silva e Néstor Kirchner, realizou uma reunião com o intuito de atenuar a situação (SÁNCHEZ, 2017, p.198). Além do golpe de Estado do parlamento ao presidente do Paraguai, Fernando Lugo, em 2012, com o envio de observadores da União à capital e suspensão do país na organização, retornando após suas eleições presidenciais, em 2013. Outro momento de instabilidade é a crise política na Venezuela, com a crescente violência perpetuada mesmo com a eleição de Nicolás Maduro como presidente. A UNASUL designou uma comissão de chanceleres para facilitarem o diálogo no país (BATALLA, 2014, p.10-14).

Contudo, segundo o entrevistado Sérgio Caballero (2018), o próprio Brasil tem passado por um processo de renúncia de sua liderança regional, se abstendo de se tornar o *paymaster* dos processos cooperativos e demonstrando que seu interesse está mais centrando em seu posicionamento como *global player* que, realmente, como um líder regional. Ademais, no nível político, o país se voltou à concretização de seus anseios cooperativos, contudo, no nível militar, se "descuidou" em fazer com que suas Forças Armadas atuem de "forma mais decisiva e decidida pela concretização" da cooperação em defesa. "Na prática, vários altos oficiais e oficiais-generais vêem com muita reserva este empreendimento, não poucas vezes classificando-o como uma extravagância, fruto de devaneios de um governo esquerdista, que não encontra correspondência na realidade" (FUCCILLE; REZENDE, 2014, p.16-19).

Enfocando nas dinâmicas cooperativas, a destacar o caso do CDS, nota-se um processo regional de construção de uma comunidade de segurança sul-americana, encontrando-se em sua fase inicial. Para tanto, a vontade política dos governos progressistas sul-americanos foi fulcral, ademais de estar associada a um contexto econômico auspicioso. Houve a consolidação de uma dinâmica de interação regular entre Ministérios e Ministros de Defesa, membros das Forças Armadas dos países-membros e funcionários delegados a aturar na instância (VITELLI, 2017, p.05-06); a institucionalização de dois órgãos permanentes, o CEED-CDS e a ESUDE; e a construção de medidas de confiança mutua.

Observa-se que o desenvolvimento de tal comunidade, apesar de seu caráter incipiente, teve reflexo sobre a dinâmica de relação entre os países membros, especialmente no âmbito da sub-região andina, com dissipação da perspectiva de inimizade e de conflito armado. Nota-se a adoção da vertente lockeana de rivalidade, expressa no âmbito colombiano

com suas políticas nacionais, consagrada com a publicação do documento Política de Defesa e Segurança “Todos por um novo país”, em 2015. Ademais, Bogotá, apesar de não se interessar e/ou identificar com os processos cooperativos em defesa sul-americanos, não deixou de participar das ações e atividades no âmbito do CDS. Como identificado por Lula da Silva, pela primeira vez Colômbia e Venezuela passaram a desenvolver relações harmônicas, com a capacidade de se reunirem e discutirem o futuro da região sul-americana, mesmo discordando.

> Nós aprendemos a nos respeitar, nós aprendemos a conviver democraticamente na diversidade. E vou usar duas pessoas aqui para dar esse exemplo. Não há dentre nós, aqui nesta sala, que cinco meses atrás pudéssemos imaginar que a relação entre o presidente Santos, da Colômbia, e o presidente Chávez, da Venezuela, fosse ser tão harmônica. [...] Se a gente pegasse uma fotografia do que era a América do Sul nos anos 2000, tirasse uma fotografia e comparasse com a fotografia que nós temos hoje, nós iríamos perceber o avanço que aconteceu, de pessoas eleitas com o compromisso de fazer política social. (SILVA, 2010c, p.08).

Podemos observar uma cooperação em defesa pautada no regionalismo pós-liberal e na busca por uma autonomia regional frente à influência da superpotência estadunidense. Apesar de oscilar na intensidade de sua presença na região, a superpotência ainda mantém estreitos vínculos com os países, especialmente com a Colômbia, que se tornou uma ponte de inserção de suas políticas e perspectivas, notável com o caso da macrossecuritização do narcoterror e as crises de 2008 e 2009. Ademais, historicamente, as instituições sul-americanas apresentam uma debilidade institucional, ocasionada pelo fortalecimento do nível estatal e da priorização da soberania e autonomia nacional frente aos vizinhos. Jobim (2015) ressalta que quando as instituições sul-americanas são criadas existe uma dependência dos “personagens”, porém, após a institucionalização definitiva, essa dependência diminuiria. Entretanto, como tal institucionalização não é efetivada de fato, nota-se a essencialidade dos governos presidencialistas com sua política diplomática para a construção e manutenção dos acordos, tornando as atividades sujeitas ao posicionamento dos governos dos países-membros e alinhamentos político-ideológicos entre os mesmos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o desenvolvimento desta tese foram empregados três níveis de análise: internacional, regional e nacional, os quais foram base para a compreensão das variáveis causais e influentes na cooperação em defesa na região sul-americana. No nível internacional, nossa variável é a "influência dos Estados Unidos", que desempenha um papel direto nas políticas de defesa colombianas, notável com a construção de sua aliança estratégica militar e seu histórico de laços estreitos e dependentes em relação à potência. Paralelamente, no caso de Argentina e Brasil, os EUA apresentam uma influência mais indireta, que, muitas vezes, é negada pelos próprios países, visto sua bandeira de autonomia nacional e regional, apesar de, em seu âmbito nacional, empregarem diretrizes pré-determinadas pela superpotência. Ademais, constatamos que a presença estadunidense tem um caráter centrífugo à busca por uma cooperação em defesa sul-americana, pois conforma um cenário de fragilização de consensos e de concorrência de iniciativas militares regionais. Entretanto, devemos ressaltar que a iniciativa do Conselho de Defesa Sul-Americano foi pensada estrategicamente para não conflitar com o posicionamento da potência e/ou suas iniciativas hemisféricas, visto que, o CDS delegou a outro Conselho a tarefa de trabalhar com as questões de segurança, o que condiz com a sua própria denominação, ao mesmo tempo em que não efetuou uma expressiva definição quanto aos conceitos de defesa e segurança, como também quanto o emprego das Forças Armadas e reconhecimento das ameaças e dos riscos regionais.

No nível nacional, verificamos a variável "governos e diplomacia presidencial", a qual possui uma expressiva influência, apesar de inconstante, sobre a cooperação em defesa na América do Sul. A Argentina e o Brasil se destacam por uma "vontade política" alinhada com a perspectiva de cooperação em defesa regional, especialmente devido à "onda rosa", contudo, apresentam algumas particularidades. No caso da primeira, observa-se inicialmente uma priorização do cone sul e uma resistência à mudança para um viés mais ampliado, abrangendo a América do Sul, como também à liderança e poder brasileiro na iniciativa proposta. Apesar disso, a perspectiva acabou sendo incorporada, em que se nota uma liderança argentina para a consolidação de políticas e práticas em defesa no âmbito do CDS. O Brasil figurou-se como o encorajador da cooperação sul-americana, pautado em seu interesse nacional de projeção internacional, fomentando, para tanto, iniciativas sul-sul, como CDS. Porém, o país se absteve de uma liderança efetiva e da consolidação de avanços expressivos no desenvolvimento de medidas cooperativas, consagrando apenas seu papel de mediador influente nas dinâmicas regionais. Distintamente, a Colômbia apresenta uma

resistência constante à cooperação em defesa sul-americana, mantendo uma apatia governamental e diplomática em relação ao CDS, que apenas se modifica com o governo de Santos e no momento de criação de outro Conselho, vinculado ao tema de segurança e delinquência, despertado, brevemente, seu interesse, com a esperança de adoção, por parte dos países sul-americanos, da política colombo-estadunidense de combate ao crime organizado e narcotráfico.

Paralelamente, nota-se a variável "soberania e autonomia nacional", em que os três Estados sul-americanos priorizam sua soberania e autonomia frente à cooperação em defesa sul-americana, tornando-a secundária e possivelmente enfraquecedora de seu âmbito nacional. Refletindo, com isso, em uma baixa institucionalidade das iniciativas criadas e uma ampla margem de manobra por parte dos Estados-membros. O caso colombiano possui uma particularidade, visto que sua concepção de cooperação em defesa com os Estados Unidos é de que esta constitui-se como um instrumento fortalecedor de sua soberania frente às guerrilhas e grupos paramilitares nacionais, sendo ainda capaz de inserir o país andino no nível global.

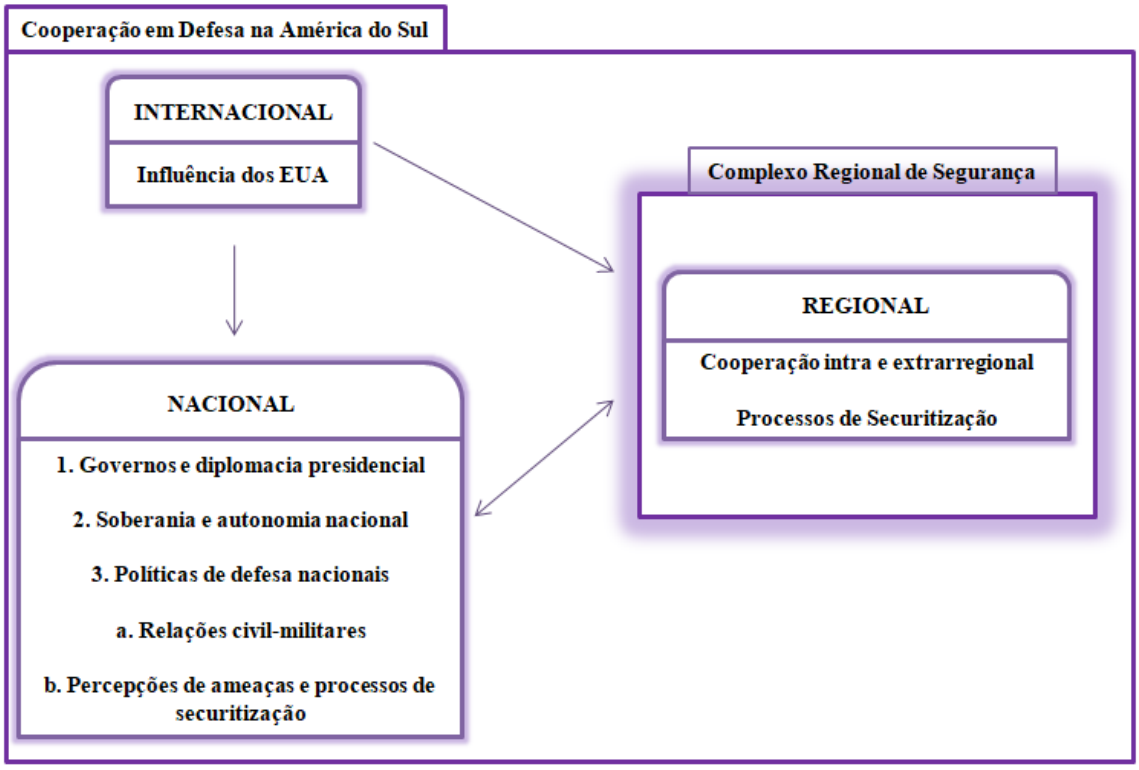
Já a variável "políticas de defesa nacionais" demonstra uma ausência de sintonia normativa em defesa nacional e regional, apresentando-se como um elemento paradoxal, visto as divergências existentes entre as políticas empregadas no âmbito nacional e às desenvolvidas regionalmente. Na esfera do CDS, há uma maior proximidade das ações executadas pelo órgão com as políticas nacionais argentinas, divergindo da concepção de defesa e segurança de Brasil e Colômbia. Ademais, a tentativa de construção de uma percepção comum de riscos e ameaças confronta diretamente o posicionamento argentino e brasileiro, repercutindo na ausência de consensos em definições substanciais no Conselho e em seu Centro de Estudos. Os impactos desta variável estão diretamente relacionados com a variável "relações civil-militares", em que observamos uma dissimilitude de posicionamentos, em que a Argentina realiza a subordinação dos meios castrenses ao poder civil, enviando majoritariamente civis para os cargos vinculados ao CDS. Enquanto Brasil e Colômbia indicam, sobretudo, militares, sendo a situação brasileira ainda mais preocupante, visto que os corpos diretivos são sempre liderados por representantes castrenses, devido à estrutura de seu Ministério de Defesa. Observa-se a repercussão de tal tipo de envio nas ações do CDS, onde a Argentina ganha expressiva voz e o Brasil e a Colômbia apenas "cumprem seu trabalho", já que a incorporação da ideia de cooperação em defesa como essencial para a região e para a defesa dos próprios países ainda não foi realizada de forma satisfatória no meio militar, mantendo ainda uma concepção de rivalidade e desconfiança com os Estados da região. Além

da variável “percepções de ameaças e processos de securitização”, em que há um alinhamento entre Argentina e Brasil quanto à proteção dos recursos naturais estratégicos, apesar de não haver uma consolidação do processo de securitização. Ao mesmo tempo em que Brasil e Colômbia efetuam a securitização do crime organizado e narcoterror, respectivamente, empregando medidas excepcionais, que se tornaram, ao longo do tempo, normalizadas, apesar de apresentarem diferentes níveis de combate e ações por parte dos dois países.

Observamos, por fim, o nível regional como centro de interação dos outros dois níveis e suas variáveis, marcando-se por: a) iniciativas cooperativas intra e extrarregionais, com destaque ao CDS-UNASUL e às relações EUA-Colômbia; e b) processos de securitização vinculados à macrossecuritização do narcoterror e ao movimento securitizante dos recursos estratégicos da América do Sul. Ademais, verificamos um complexo regional de segurança padrão, anárquico e dividido em duas sub-regiões, cone sul e andino, configurando uma concomitância entre balanceamento de poder e construção de uma comunidade de segurança. A Argentina configura-se por seu poder institucional e um padrão de comportamento lockeano/kantiano na região. O Brasil apresenta seu poder institucional que pode se desenvolver em um poder produtivo, com um comportamento também pautado em uma perspectiva lockeana e kantiana. Já a Colômbia passou a construir um poder institucional no nível intra e extrarregional, tendo seu comportamento modificado de hobbesiano para lockeano. Apesar de apresentar um viés kantiano em relação ao nível hemisférico/global, com os Estados Unidos.

Abaixo, apresentamos o esquema da composição das variáveis discutidas e suas interações:

Figura 9 – Composição de variáveis e suas interações



Fonte: Elaboração própria.

Desta forma, podemos verificar um peso maior das variáveis "influência dos EUA" e "governos e diplomacia presidencial" no processo de construção e manutenção da cooperação em defesa sul-americana. Na primeira, notamos o grau expressivo de presença e influência estadunidense tanto no nível nacional como regional. Paralelamente, no âmbito nacional, a segunda variável possui um caráter decisivo na construção e manutenção dos processos cooperativos, refletindo diretamente na estruturação das políticas de defesa nacionais e em suas variáveis derivantes. Ainda assim, devemos considerar, na tentativa de hierarquizar nossas variáveis, o terceiro lugar dado à "soberania e autonomia nacional", que concretiza uma vertente histórica da região sul-americana com repercussão direta na cooperação entre os países. Por fim, a conservação da cooperação em defesa sofre, significativamente, com a estruturação das relações civis-militares dos Estados envolvidos, sendo os processos de securitização um segundo elemento influente, apesar de seu peso relativamente menor.

A cooperação em defesa sul-americana pós-2016, apesar de não ser parte de nosso marco temporal, deve ser ressaltada, pois nos permite evidenciar, ainda mais, nossas variáveis causais e influentes. No nível internacional, observamos a presença mais evidente dos Estados Unidos atrelada a uma influência nas políticas nacionais dos países sul-americanos. Argentina e Brasil passam a intensificar seus laços com a superpotência, promovendo acordos na área de

defesa, alguns evidenciados nesta tese, e que demonstram uma maior adoção das perspectivas estadunidenses, especialmente quanto ao emprego das Forças Armadas em assuntos de segurança pública, o reconhecimento da ameaça do narcoterror nas fronteiras, bem como um maior alinhamento político-econômico. O nível nacional nos demonstra esse novo posicionamento dos governos e da diplomacia presidencial, corroborados, já em 2015, com o governo de Macri, na Argentina, e com os governos de Temer e Bolsonaro, no Brasil. Há uma transformação da abordagem de autonomia regional e liderança quanto à cooperação em defesa sul-americana, a qual entrou em um processo de estagnação com perda acentuada da vontade política. Ainda assim, a variável "autonomia e soberania nacional" perpetua com grande força, não ocorrendo mudanças quanto à sua manutenção. As políticas de defesa da Argentina passam a destacar um viés distinto do que anteriormente existia, promovendo uma maior cooperação com o norte e deixando a cooperação sul-sul em segundo plano. No Brasil, essa variável não pode ser observada, já que não houve a publicação oficial de nenhum documento normativo desde o governo de Rousseff. As relações civis-militares configuram um cenário de maior autonomia castrense, especialmente no Brasil, que agora tem, pela primeira vez, em seu cargo de Ministro de Defesa, um militar; e emprego ainda maior das Forças em nível doméstico, vinculando-se com o posicionamento estadunidense. Por fim, a securitização de ameaças volta-se à sua intensificação quanto ao crime organizado, como já discutido nesta tese. A Colômbia não revela grandes alterações em sua perspectiva em comparação com o período analisado nesta tese. Ainda assim, nota-se uma maior interligação entre o país andino com os Estados Unidos e a Europa, tornando-se oficialmente sócio-global da OTAN.

No campo regional, refletindo acerca das dinâmicas do complexo regional sul-americano, observamos quatro grandes acontecimentos marcantes nesse novo período. No cenário da sub-região andina, na Venezuela, marcada pela morte de Hugo Chávez em 2013, nota-se a deflagração da crise economia, política e social do país, resultando em uma massa de refugiados e inseguranças nacionais, que transbordaram para os países fronteiriços. Paralelamente, a Colômbia intensificou suas parcerias com os EUA, promovendo um alinhamento político e a participação institucionalizada na OTAN, refletindo o constante posicionamento colombiano atrelado à potência. Ao mesmo tempo em que fomentou o desmonte da cooperação em defesa sul-americana. No cone sul, notamos as trocas presidenciais e ideológico-partidárias, com expressivas fragilidades em legados de políticas externa e de defesa em longo prazo. O Brasil está caracterizado por uma constitucionalidade e democracia frágil, notável com o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e a posse de

Michel Temer para a presidência do país. Apesar disso, a participação brasileira no CDS não era exemplar desde o início do órgão, com posicionamentos dúbios, abstenções e baixa liderança. Diferentemente, a Argentina era ativa no Conselho e país-sede do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa; todavia, com a eleição de Mauricio Macri, o país se voltou aos Estados Unidos e seus posicionamentos em defesa.

De forma representativa da situação atual sul-americana, ocorreu, no dia 20 de abril de 2018, uma semana após a oitava edição da Cúpula das Américas, a solicitação de suspensão temporária de participação nas atividades da UNASUL por parte de Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru. A justificativa pautou-se na ausência de consenso para a eleição de um secretário-geral para a instituição, cargo vago já há um ano e meio. Além disso, os países pediram resultados concretos que fossem capazes de manter o funcionamento das atividades, como também solicitaram a revisão do princípio de unanimidade para a tomada de decisões na União (VITELLI; SOUZA, 2018). Posteriormente, no dia 10 de agosto de 2018, o novo presidente colombiano, Iván Duque, declarou que o país iria se retirar da UNASUL. Consequentemente, em 2019, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai e Peru anunciaram sua retirada da UNASUL.

Gostaríamos de evidenciar que, apesar dos dados nos demonstrarem a ligação entre América do Sul e Estados Unidos, e a influência expressiva da potência sob a cooperação em defesa regional; como também um processo de desmonte institucional da UNASUL e, consequentemente de seu Conselho de Defesa, não podemos desconsiderar o papel exercido por tais orgãos, mesmo com seus baixos avanços. A União e o CDS devem ser considerados marcos nos estudos de cooperação em defesa sul-americana, demonstrando, pela primeira vez, uma tentativa de cooperação que abarcou os doze países da região e que iniciou discussões essenciais para o avanço da compreensão da defesa regional de forma mais independente, reconhecendo as particularidades da região e tentando não se subordinar aos interesses e pressões extrarregionais. De forma inédita, os doze países participaram de um mesmo órgão e se permitiram efetuar tais discussões, especialmente quando nos referimos à sub-região andina, em que Colômbia, Equador e Venezuela passaram a aceitar e compor reuniões conjuntas para discutir a temática da defesa regional. Assim, o fato do CDS ter permitido tal situação por dez anos já demonstra algum avanço, mesmo com a existência de discordâncias e de sua atual crise institucional.

REFERÊNCIAS

ABDUL-HAK, Ana Patrícia Neves Tanaka. **O Conselho De Defesa Sul-Americano (CDS): Objetivos e interesses do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2013.

ACUERDO militar con E.U. no tiene por objeto agredir a terceros estados: Álvaro Uribe. **El Tiempo**, Bogotá, 23 jul. 2009. Disponível em: https://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-5683694. Acesso em: 10 mar. 2019.

ADLER, Emanuel. Constructivism and International Relations. *In:* CARLSNAES, W.; RISSE, T.; SIMMONS, B. (org.) **Handbook of International Relations**. London: Sage, 2002.

ADLER, Emanuel; BARNETT, Michael. **Security Communities**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

ADLER, Emanuel; BERNSTEIN, Steven. Knowledge in power: the epistemic construction of global governance. *In:* BARNETT, M.; DUVALL, R. (org.) **Power in Global Governance**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 294-318.

ADLER, Emanuel; GREVE, Patricia. When security community meets balance of power: overlapping regional mechanisms of security governance. **Review of International Studies**, Cambridge, v.35, p.59–84, 2009.

ALIANZA DEL PACÍFICO. **La Alianza del Pacifico y sus objetivos**. Disponível em: http://alianzapacifico.net/que_es_la_alianza/la-alianza-del-pacifico-y-sus-objetivos. Acesso em: 02 nov. 2014.

ALMEIDA, Adriane Gomes F. **A retomada das negociações entre Brasil e EUA para utilização da base de Alcântara: elementos da conjuntura recente para um possível desfecho.** 15 mar. 2019. Disponível em: http://www.eris-gedes.org/single-post/2019/03/15/A-retomada-das-negocia%C3%A7%C3%B5es-entre-Brasil-e-EUA-para-utiliza%C3%A7%C3%A3o-da-base-de-Alc%C3%A2ntara-elementos-da-conjuntura-recente-para-um-poss%C3%ADvel-desfecho. Acesso em: 20 mar. 2019.

ALMEIDA, Carlos Wellington de. Política de defesa no Brasil: considerações do ponto de vista das políticas públicas. **Opinião Pública**,Campinas, v. 16, n. 1, p. 220-250, jun. 2010.

ALMEIDA, Paulo R. A economia internacional no século XX: um ensaio de síntese. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, v.44, n.1, p. 112-136, jan./june 2001.

ALMEIDA, Paulo R. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, v.47, n.1, p.162-184, jan./jun 2004.

ALSINA JR., João Paulo Soares. A síntese imperfeita: a articulação entre política externa e política de defesa na era Cardoso. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, ano 46, v. 2, p.2-35, 2003.

ALVES, Laís Azeredo. **Crimigração como prática securitária no Aeroporto Internacional de Guarulhos (2010-2017)**. Orientador: Samuel Alves Soares. 2019. 162f. Tese (Doutorado

em Relações Internacionais) - Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, Universidade Estadual Paulista, Universidade Estadual de Campinas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

AMORIM, Adriano Portella. Política e Estratégia nacionais de Defesa: integração e consensos políticos. **Rev. Bras. Est. Def.**, Niterói, v. 4, n. 2, p. 49-76, jul./dez. 2017.

AMORIM, Celso. **A construção da identidade sul-americana em matéria de defesa**. Manaus, 15 agosto 2013b. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/2013/pronunciamentos/discurso_ministro/agosto/idt_sul_americana_defesa.pdf. Acesso em 10 mar. 2019.

AMORIM, Celso. **A Defesa Da Amazônia. Mensagem do Ministro da Defesa**. Belém, 05 ago. 2013d. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/2013/pronunciamentos/discurso_ministro/agosto/vii_enabed_agosto_2013.pdf. Acesso em 10 mar. 2019.

AMORIM, Celso. **Cabe Aos Sul-Americanos Cuidarem Da Defesa Da América Do Sul.** Rio de Janeiro, 05 set. 2013e. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/2013/pronunciamentos/discurso_ministro/setembro/curso_avancado_defesa_sul_americano.pdf. Acesso em 10 mar. 2019.

AMORIM, Celso. **Democracia, Política Externa E Política De Defesa: Rumo À Conformação De Uma "Grande Estratégia"**. São Paulo, 06 ago. 2012a.Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/Pronunciamentos/Ministro_defesa/agosto/discurso_6_encontro_nacional_abed_6_agosto_2012.pdf. Acesso em 10 mar. 2019.

AMORIM, Celso. **Estratégia De Defesa Do Brasil E Da América Do Sul.** 2012c. Disponível em: http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes03/aula_magna_escola_militar_chile_marco_2012.pdf. Acesso em: 20 dez. 2014.

AMORIM, Celso. **Intervenção do Ministro da Defesa naX Conferência dos Ministros de Defesa das Américas**. Punta del Leste, 08 out. 2012b. Disponível em: www.defesa.gov.br/index.php/pronunciamentos. Acesso em: 20 dez. 2016.

AMORIM, Celso. **Intervenção do Ministro Da Defesa na Reunião Plenária Do Conselho De Defesa Sul-Americano**. Lima, 28 nov. 2012d. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/Pronunciamentos/Ministro_defesa/novembro/intervencao_ministro_na_plenaria_cds.pdf. Acesso em: 20 dez. 2016.

AMORIM, Celso**. Los Desafios Del Escenario Estratégico Del Siglo XXI Para América Del Sur**. Buenos Aires. 13 sep. 2013a. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/2013/pronunciamentos/discurso_ministro/setembro/conferencia_argentina_set2013.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2018.

AMORIM, Celso. Los desafíos geopolíticos para la Suramérica del Siglo XXI. **Densidades**, Buenos Aires, n.14, p.153-162, dic. 2013c.

ARAVENA, Francisco Rojas. Las Medidas de Confianza Mutua y de Seguridad: perspectivas desde Chile. **FASOC**, Santiago de Chile, año 17, n. 1, enero.-jun. 2002.

ARDILA, M.; BATALLA, I. Santos: una diplomacia tradicional con cambios. **Oasis**,Bogotá,n.29, p. 29-56, enero.-jun. 2019.

ARGENTINA. **Constitucion De La Nación Argentina**. Buenos Aires, 22 de ago. 1994.

ARGENTINA. **Defensa Nacional- Ley N° 23.554**. Buenos Aires, 1988.

ARGENTINA. **Defensa Nacional– Ley Nº 24.059**. Buenos Aires, 1992.

ARGENTINA. **Defensa Nacional- Decreto 1729/2007.** Buenos Aires, 2007.

ARGENTINA. Ministerio de la Defensa. **Decreto 1714/2009**. Buenos Aires, 2009.

ARGENTINA. Ministerio de la Defensa. **Decreto 2645/2014.** Buenos Aires, 2014.

ARGENTINA. Ministerio de la Defensa. **Libro Blanco de la Defensa**. Buenos Aires, 1998.

ARGENTINA. Ministerio de la Defensa. **Libro Blanco de la Defensa**. Buenos Aires, 2010.

ARGENTINA. Ministerio de la Defensa. **Libro Blanco de la Defensa**. Buenos Aires, 2015.

ARMIÑO, Karlos Pérez. Capítulo X. Estudios de Seguridad: de la Visión Tradicional alos Enfoques Críticos. *In:* MOYÚA, Celestino Del Arenal; SANAHUJA, José Antonio. (org.) **Teorías de las Relaciones Internacionales**. Madrid: Tecnos (Grupo Anaya, S.A.), 2015.

ARNSON, Cynthia J. Introduction. *In:* ARNSON, Cynthia; PERALES, José. (org.) **The 'New Left' and Democratic Governance in Latin America**. Washington: Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2007.

ARNSON, Cynthia J.; TICKNER, Arlene B. Colombia and the United States - The Path to Strategic Partnership. *In:* DOMÍNGUEZ, Jorge; CASTRO, Rafael (org.) **Contemporary U.S.–Latin American Relations Cooperation or Conflict in the 21st Century?** New York: Routledge, 2016.

AXELROD, Robert. **The Evolution of Cooperation**. Disponível em: http://www-ee.stanford.edu/~hellman/Breakthrough/book/pdfs/axelrod.pdf. Acesso em: 20 jul. 2014.

AXELROD, Robert; HAMILTON, William D. The Evolution of Cooperation. **New Science Series**, Warsaw, v. 211, n. 4489, p.1390-1396, mar. 1981.

AYERBE, Luís Fernando. **Estados Unidos e América Latina** - a construção de hegemonia. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

AYERBE, Luís Fernando. Os Estados Unidos e as Relações Internacionais Contemporâneas. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v.27, n. 02, p.331-368, jul./dez. 2005.

AYOOB, Mohammed. Inequality and Theorizing in International Relations: The Case for Subaltern Realism. **International Studies Review**, Tucson, v.4, n.3, p.27-48, 2002.

BALDWIN, David A. The concept of security. **Review of International Studies**, Cambridge, v.23, p.05-26, 1997.

BALZACQ, Thierry. **Securitization Theory: How Security Problems Emerge andDissolve**. Abingdon-on-Thames: Routledge, 2011.

BALZACQ, Thierry. The Three Faces of Securitization: Political Agency, Audience and Context. **SAGE Publications and ECPR-European Consortium for Political Research**, [s.l.], v.11, n.2, p. 171–201, 2005.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A importância geopolítica da América do Sul na estratégia dos Estados Unidos.** 21 out. 2008. Disponível em: http://port.pravda.ru/mundo/21-10-2008/24926-impgeopolit-0/?mode=print. Acesso em: 11 set. 2018.

BARBÉ, Esther Izuel. Multilateralismo: Adaptación A Un Mundo Con Potencias Emergentes. **REDI**, [s.l.], v.LXII, n.2, 2010.

BARNETT, Michael; DUVALL, Raymond. Power in global governance. *In:* BARNETT, M.; DUVALL, R. (org.)**Power in Global Governance**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p.01-32.

BARNETT, Michael; FINNEMORE, Martha.The power of liberal international organizations. *In:* BARNETT, M.; DUVALL, R. (org.) **Power in Global Governance**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p.161-184.

BARRADO, Cástor Miguel Díaz. **Entrevista Semiestructurada Doctorado – Cooperación em Defensa**. Entrevistador: Tamires A. Ferreira Souza. Madrid, 2018.

BARRETO, Luis Maximiliano. Conceptualizando las relaciones argentino-estadounidenses recientes en materia de seguridad y defensa ¿Una relación de afinidades electivas?**Relaciones Internacionales**, Dossier: Desafíos a la Seguridad y la Defensa en el siglo XXI, Buenos Aires, v. 27, n. 55, p.165- 176, 2018.

BARSHEFSKY, Charlene; HILL, James T.; O'NEIL, Shannon K. **U.S.-Latin America Relations: A New Direction for a New Reality**. Task Force Report n. 60. Wasington: Council on Foreign Relations Inc., 2008.

BATALLA, Isabel C. **Entre la construcción de una alternativa regional y el diálogo global: el papel de Unasur.** 2014. Disponível em: http://web.isanet.org/Web/ Conferences/FLACSO-ISA%20BuenosAires%202014/Archive/678a12b1-0f7a-4f82-b224-0536c18fbafe.pdf. Acesso em: 20 out. 2014.

BATTAGLINO, Jorge. O Brasil e a Criação do Conselho de Defesa Sul-Americano. **Nueva Sociedad**, [s.l.], p.79-89, dez. 2009.

BATTAGLINO, Jorge. Transformaciones en la seguridad internacional en la post Guerra Fría: su impacto en América del Sur/Post Cold War changes in international security: their impact on South America. **Estudios Internacionales**, Santiago de Chile, v. 41, n. 160, p.07-33, 2008.

BETTS, Alexander; EAGLETON-PIERCE, Matthew. Editorial Introduction: The Future of International Cooperation. **Stair 1**, [s.l.], n.01, p.05-09, 2005.

BECK, Ulrich. **World at Risk.** Cambridge: Polity Press, 2009.

BIERSTEKER, Thomas J.; WEBER, Cynthia. The social construction of state sovereignty. *In:* BIERSTEKER, T.; WEBER, C. (org.) **State sovereignty as social construct**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

BIGO, Didier. Security and immigration: toward a critique of the governmentality of unease. **Alternatives:** Global, Local, Political, [s.l.], n. 27, p. 63-92, 2002.

BIRLE, Peter. **Cooperación e integración regional en América Latina: entre la globalización y la regionalización.** 2018. Disponível em: http://www.cries.org/wp-content/uploads/2018/06/020-Birle.pdf. Acesso em: 20 nov. 2018.

BIZZOZERO, Lincoln. América Latina a inicios de la segunda década del siglo XXI: entre el regionalismo estratégico y la regionalización fragmentada. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, v.54, n.1, p. 29-43, 2011.

BOHÁČEK, Petr. **Post-Liberal Regional Dynamics of South America** *Inductive vs. deductive approaches.* Orientador: Vít Střítecký. 2015. 128 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Faculty of Social Sciences, Institute of Political Studies, Department of International Relations, Charles University, Praga, 2015.

BONILLA, Heraclio. Sendero Luminoso En La Encrucijada Política Del Perú. **Nómadas**, Bogotá, n.19, p.58-65, 2003.

BOOTH, Ken. Global Security. KALDOR, Mary; RANGELOV, Iavor. **The handbook of global security policy**. Oxford: John Wiley & Sons Ltd, 2014.

BOOTH, Ken. **Theory of World Security**. Cambridge: University Press, 2007.

BORDA, Sandra G. **Desafíos y oportunidades de la Unión de Naciones Suramericanas—UNASUR.** Buenos Aires: CRIES, 2012.

BORDA, Sandra G. Estrategias y potencialidades en relación al Sistema Interamericano: La política exterior de Colombia. **Pensamiento Propio**, Buenos Aires, año 19, n.39, enero-jun. 2014.

BRASIL. **Constituição Da República Federativa Do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2012b.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, 2012c.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional De Defesa**. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional De Defesa**. Brasília, 2012a.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei Complementar Nº 97**. 09 jun. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp97.htm. Acesso em: 01 mar. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei Complementar Nº 117**. 02 set. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp117.htm. Acesso em: 01 mar. 2019.

BREMMER, I. **Every Nation for Itself: Winners and Losers in a G-Zero World**. Londres: Portfolio/Penguin, 2012.

BRICEÑO-RUIZ, José. O regionalismo latino-americano depois do regionalismo aberto: novos eixos, novas estratégias, modelos diversos. CARMO, C. *et al.* (org.) **Relações Internacionais - Olhares cruzados.** Brasília: FUNAG, 2013. p.193-238.

BUELVAS, Eduardo. Colombia's Contestation Strategies Facing the Emergence of Brazil as a Regional Power. *In:* Gardini G.L., de Almeida M.H.T. (org.) **Foreign Policy Responses to the Rise of Brazil**. Londres: Palgrave Macmillan, 2016.

BUEY, Francisco Fernández. **Leyendo a Gramsci**. Madrid: El viejo topo, 2001.

BUITRAGO, Francisco Leal. Impactos del conflicto colombiano en la Región Andina. *In:* INSTITUTO LATINOAMERICANO DE INVESTIGACIONES SOCIALES.**Integración, seguridad y conflictos en la subregión andina**. Quito: ILDIS, 2007.

BUONO, Richard A. Dello. **El Plan Colombia/ La Iniciativa Regional Andina: ¿ Hacia la Guerra o la Concertación?** 2001. Disponível em: http://www.ieeiunesp.com.br/portal/wp-content/uploads/2011/10/El-Plan-Colombia-la-iniciativa-regional-andina-hacia-la-guerra-o-la-concertacionRichard-Buono.pdf. Acesso em 10 jan. 2019

BURGES, Sean W.; BASTOS, Fabrício H. Chagas. The importance of presidential leadership for Brazilian foreign policy. **Policy Studies**, [s.l.], v.38, n.3, p.277-290, 2017.

BUSSO, Anabella. Los ejes de la acción externa de Cristina Fernández: ¿cambios hacia un nuevo horizonte o cambios para consolidar el rumbo? **Relaciones Internacionales**, Buenos Aires, v. 25, n.50, p.142-170, 2016.

BUZAN, Barry. The English School: a neglected approach to International Security Studies. **Security Dialogue**, [s.l.], v.46, n.2, p.126-143, 2015.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **The evolution of international security studies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. Macrosecuritisation and security constellations: reconsidering scale in securitisation theory. **Review of International Studies**, Cambridge, v.35, p.253–276, 2009.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and Powers**. New York: Cambridge University Press, 2003.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: A New Framework for Analysis**. London: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CABALLERO, Sergio. **Entrevista Semiestructurada Doctorado – Cooperación em Defensa**. Entrevistador: Tamires A. Ferreira Souza. Madrid, 2018.

CALDERARO, Reinaldo Sótão. **A Ação do Ministério da Defesa na Articulação da Política de Defesa com a Política Externa Brasileira a partir de 2007**. Orientador: Adriana Marques.2013. 125f. Dissertação (Mestrado emCiências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2013.

CAMPBELL, David. **Writing security: United States foreign policy and the politics of identity**. Minnesota: University of Minnesota Press, 1992.

CENTRO DE ESTUDIOS ESTRATÉGICOS DE DEFENSA. Consejo de Defensa Suramericano. **Acta de la reunión de viceministros y jefes en el marco de la conferencia la defensa y los recursos naturales**. 09-11 jun. 2014b.

CENTRO DE ESTUDIOS ESTRATÉGICOS DE DEFENSA**. Acta IV Reunión Del Consejo Directivo Del Centro De Estudios Estrategicos De Defensa Del Consejo De Defensa Suramericano De Unasur.** 11 dic. 2014a.

CENTRO DE ESTUDIOS ESTRATÉGICOS DE DEFENSA**. ANEXO 4 - Informe Preliminar Del Ceed Al Consejo De Defensa Suramericano Acerca De Los Terminos De Referencia Para Los Conceptos Seguridad Y Defensa En La Region Suramericana.** 2012b.

CENTRO DE ESTUDIOS ESTRATÉGICOS DE DEFENSA**. Informe Del Centro De Estudios Estrategicos De Defensa A La Vi Reunion Ordinaria De La Instancia Ejecutiva Del Cds.** Asunción, 4 jun. 2012c.

CENTRO DE ESTUDIOS ESTRATÉGICOS DE DEFENSA. **Institucionalidad De La Defensa En Suramérica**. Buenos Aires, 2015a.

CENTRO DE ESTUDIOS ESTRATÉGICOS DE DEFENSA**. PLANO DE TRABALHO.** 2014b.

CENTRO DE ESTUDIOS ESTRATÉGICOS DE DEFENSA**. Registro Suramericano de Gastos de Defensa – Avance preliminar – Resumen Ejecutivo.** 2012a. Disponível em: http://www.gedes.org.br/downloads/520ea114a42dd196326e02c61e275c1f.PDF. Acesso em: 15 maio 2012.

CENTRO DE ESTUDIOS ESTRATÉGICOS DE DEFENSA. **VII Informe Del Director Del Ceed A La I Reunión Extraordinaria Del Consejo Directivo.** Buenos Aires, 14 jul. 2015b.

CARMEN, Dania del. **The US Fourth Fleet: Focus on Latin America**. 13/07/18. Disponível em:https://www.unav.edu/web/global-affairs/detalle/-/blogs/the-us-fourth-fleet-focus-on-latin-america. Acesso em: 11 set. 2018.

CARR, Barry. Latin America: Changing political realities and trends 2000–2014. *In:* CARR, Barry; Minns, John. (org.) **Australia and Latin America: Challenges and Opportunities in the New Millennium**.Canberra: ANU Press, 2014.

CASTANEDA, Jorge G. Latin America's Left Turn. **Foreing Affairs,** may/jun. 2006 . Disponível em: https://www.foreignaffairs.com/articles/south-america/2006-05-01/latin-americas-left-turn. Acesso em: 05 jan. 2019.

CASTIBLANCO, Lizeth Ayala; BULLÓN, Javier Ramirez. Fuerzas Sistémicas en la construcción del orden regional sudamericano: El rol de la hegemonía estadounidense. **Politai**: Revista de Ciencia Política, Lima, n.14, p. 62-101, 2017.

CASTRO, Flávia Rodrigues de. **Diplomacia e Defesa: Revertendo Trajetórias Paralelas?** Rio de Janeiro: Laboratório de Estudos de Sociedade e Defesa (ESG), 2015.

CARO, Isaac. Medidas de Confianza Mutua en Sudamerica. **FASOC**, Santiago de Chile, v.IX, n.2, p.01-08, 1994.

CELI, Pablo. El Anclaje Suramericano De Integración Y Seguridad Regional. *In:* MINISTERIO DE DEFENSA. **Cuadernos De Estrategia (158) - Los Desafíos De La Seguridad En Iberoamérica**. Madrid: Ministerio de Defesa, 2012. p.274-303.

CEPIK, Marco. A política de defesa no Brasil: instituições, doutrina, capacidades e economia. **Fondation pour la recherche strategique**, [s.l], n. 07, 2014.

CEPIK, Marco. Segurança na América do Sul: Traços estruturais e dinâmica conjuntural. **Análise de Conjuntura OPSA**, Rio de Janeiro, n. 9, ago. 2005.

CEPIK, Marco. **Segurança Internacional: Da Ordem Internacional aos Desafios para a América do Sul e para a CELAC.** 2013. Disponível em: http://professor.ufrgs.br/sites/default/files/marcocepik/files/cepik_-_2013_-_seguranca_internacional_-_da_ordem_internacional_aos_desafios_para_a_america_do_sul_e_para_celac.pdf. Acesso em: 01 ago. 2018.

CEPIK, Marco. Seguranca nacional e cooperacao Sul-Sul: India, Africa do Sul e Brasil. *In:* LIMA, Maria Soares de; HIRST, Monica. (org.) **Brasil, India e Africa do Sul: Desafios e oportunidades para novas parcerias**. Sao Paulo: Paz e Terra, 2009. p.63-118.

CEPIK, Marco; BORBA, Pedro Brasil e Colômbia: desafios para a cooperação após Uribe. **CADERNOS ADENAUER**, [s.l.], v. XI, n.04, 2010.

CEPIK, M.; BRANCHER, P.; GRANDA, S. A Colômbia e os desafios para a integração sul-americana. **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v.3, n.14, out./nov. 2012.

CERVO, A. L. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CIUTĂ, Felix. Security and the problem of context: a hermeneutical critique of securitisation theory. **Review of International Studies**, Cambridge, v.35, n.02, p.301-326, apr. 2009.

CHALA, Ânia. Há que viver como vive a maioria. **Jornal da Universidade**, Porto Alegre, n.174, p.05, out. 2014.

CHOI, Young; CAPORASO, James. Comparative Regional Integration. *In:* CARLSNAES,Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth A. (org.) **Handbook of International Relations**. New York: SAGE Publications Ltd, 2011. p. 480-499.

CLEMENTE, Dario. El regionalismo post-hegemónico en perspectiva crítica: una mirada neogramsciana. Brasil, Venezuela y la opción contra-hegemónica. **Revista Observatorio Latinoamericano y Caribeño**, Buenos Aires, n.1, p.110-130, 2017.

COHEN, Richard. Cooperative Security: From Individual Security to International Stability. *In:* Cohen, R.; Mihalka, M. (org.) Cooperative Security: New Horizons for International Order. **The Marshall Center Papers**, [s.l.], n. 3, apr. 2001.

COLÔMBIA. Alta Consejería Presidencial para la Convivencia y la Seguridad Ciudadana. Departamento Nacional de Planeación Dirección de Justicia, Seguridad y Gobierno. **Política Nacional de Seguridad y Convivencia Ciudadana.** Bogotá, 2011f.

COLÔMBIA. **Colombia, 12 Anõs Tras La Paz, La Seguridad Y La Prosperidad - La Transformación De Las Fuerzas Armadas Cambió El Curso De La Nación**. Bogotá, 2018.

COLÔMBIA. Congreso De La República. **Ley 1448**. Bogotá, 2011g.

COLÔMBIA**. Constitución Política de Colombia Actualizada con los Actos Legislativos**. Bogotá, 2015a.

COLÔMBIA. Departamento Nacional de Planeación. **Plan Nacional de Desarrollo - 2014-2018 - Todos por un nuevo país**. Tomos 1 y 2. Bogotá, 2015c.

COLÔMBIA. Departamento Nacional de Planeación. **Plan Nacional de Desarrollo Estado Comunitario: desarrollo para todos**. Bogotá, 2007a.

COLÔMBIA. Gobierno de la República de Colombia. **Plan Colombia**. Bogotá, 1999.

COLÔMBIA. Ministerio de Defensa Nacional.**Acta De Informe De Gestión Despacho Ministro De Defensa Nacional.** Bogotá, 2015e.

COLÔMBIA. Ministerio De Defensa Nacional. **Decreto 1512**. Bogotá, 2000.

COLÔMBIA. Ministerio De Defensa Nacional. **Decreto 4177**. Bogotá, 2011d.

COLÔMBIA. Ministerio De Defensa Nacional. **Decreto 4890**. Bogotá, 2011e.

COLÔMBIA. Ministerio De Defensa Nacional.**Guia De Planeamiento Estrategico 2005 – 2006**. Bogotá, 2005.

COLÔMBIA. Ministerio De Defensa Nacional.**Guía de Planeamiento Estratégico 2007-2010**. Bogotá, 2007c.

COLÔMBIA. Ministerio De Defensa Nacional.**Guía de Planeamiento Estratégico 2011-2014 -** Fortalecemos la Seguridad para dar el salto definitivo hacia la Prosperidad. Bogotá, 2011a.

COLÔMBIA. Ministerio de Defensa Nacional.**Libro Blanco De Las Estadísticas Del Sector Seguridad y Defensa**. Bogotá, 2014b.

COLÔMBIA. Ministerio de Defensa Nacional.**Política De Consolidación De La Seguridad Democrática**. Bogotá, 2007b.

COLÔMBIA. Ministerio De Defensa Nacional.**Política de Defensa y Seguridad Democrática**. Bogotá, 2003.

COLÔMBIA. Ministerio De Defensa Nacional. **Política De Defensa Y Seguridad - Todos Por Un Nuevo País**. Bogotá, 2015b.

COLÔMBIA. Ministerio de Defensa Nacional.**Política Integral de Seguridad y Defensa para la Prosperidad**. Bogotá, 2011b.

COLÔMBIA. Ministerio de Hacienda y Crédito Público. **Plan Nacional de Desarrollo 2010 – 2014: Prosperidad para todos - Más empleo, menos pobreza y más seguridad.** Bogotá,2010a.

COLÔMBIA. **Plan Estratégico del Sector Defensa y Seguridad -** Guía de Planeamiento Estratégico 2016 – 2018. Bogotá, 2016.

COLÔMBIA. **Política Nacional de Defensa de la Libertad Personal 2011-2014**. Bogotá, 2011c.

COLÔMBIA. **Transformación y Futuro De La Fuerza Pública 2010 – 2030**. Bogotá, 2010b.

COLÔMBIA. **Transformación Y Futuro De La Fuerza Pública**: El Modelo Colombiano Y La Experiencia Internacional. Memorias Del Foro Internacional. Bogotá,2014a.

COLÔMBIA. Viceministerio Para Las Políticas Y Asuntos Internacionales. **Estrategia De Lucha Contra El Narcotráfico Sector Defensa**. Bogotá, 2015d.

COLOMBIA firmará en Bruselas un acuerdo de colaboración con la OTAN. **Defensa**, [S.l.], 24 jun. 2013. Disponível em: http://defensa.com/index.php?option=com_content&view=article&id=9401:colombia-firmara-en-bruselas-un-acuerdo-de-colaboracion-con-la-otan&catid=55:latinoamerica&Itemid=163. Acesso em: 10 jul. 2013.

COMINI, Nicolás; FRENKEL, Alejandro.Unasur. De proyecto refundacional al fantasma del Sudamexit. **Anuario de de la Integración Regional de América Latina y el Caribe**, Buenos Aires, n.13, 2016.

CONSEJO DE DEFESA SURAMERICANO. **ACTA DE LA I REUNION DE LA** INICIATIVA "Crear un Grupo de Trabajo para evaluar maneras de establecer una comisión de asesoramiento del Consejo de Defensa, deforma continua". 05-06 jun. 2014a.

CONSEJO DE DEFESA SURAMERICANO**. Act 1 Reunión Ordinaria Del Consejo Directivo Del Centro De Estudios Estrategicos** De **Defensa CEED – CDS.** Lima, 17 mai. 2013c.

CONSEJO DE DEFESA SURAMERICANO**. Acta Iv Reunion De La Instancia Ejecutiva Del Consejo De Defensa Suramericano.** Lima, 28- 29 abr. 2011c.

CONSEJO DE DEFESA SURAMERICANO**. Acta De La IV Reunión De Trabajo Paraconsolidar La Propuesta De Creaciön De La Escuela Suramericana De Defensa (Esude) En El Marco Del Cds/Unasur**. 2013d. Disponível em: http://docs.unasursg.org/alfresco/d/d/workspace/SpacesStore/9ecad7fb-37f6-4400-add6-55c4a009a7b3/UNASUR-CS-DFS-ACT-13-0004.pdf. Acesso em: 30 ago. 2014.

CONSEJO DE DEFESA SURAMERICANO**. ACTA - V Reunión Ordinaria De La Instancia Ejecutiva Del Consejo De Defensa Suramericano.** 2011a. Disponível em: http://docs.unasursg.org/alfresco/d/d/workspace/SpacesStore/e19c209a-d667-4765-9df5-b63dd703a4fe/UNASUR-CS-DFS-ACT-11-0003.pdf Acesso em 20 ago. 2014.

CONSEJO DE DEFESA SURAMERICANO. **ACTA VI Reunión De La Instancia Ejecutiva Del Consejo De Defensa Suramericano**. Asunción, 04 jun. 2012d.

CONSEJO DE DEFESA SURAMERICANO**. ACTA XI Reuniön De Instancia Ejecutiva Del Consejo De Defensa Suramericano.** Montevideo, 10-11 dic. 2014b.

CONSEJO DE DEFESA SURAMERICANO**. ACTA - Elaboracion Del Atlas De Mapas De Riesgo De Desastres Naturales En Suramerica**. 2014d. Disponível em: http://docs.unasursg.org/alfresco/d/d/workspace/SpacesStore/c1209ec9-7361-4508-be8f-13fa96f48b69/UNASUR-CS-DFS-ACT-14-0005.pdf. Acesso em: 01 dez. 2014.

CONSEJO DE DEFESA SURAMERICANO**. Acta De La Reuniön Virtual Eje Temätico "Volcanes' Grupo De Trabajo Extr.A Encargado De La Elaboracion Del Atlas $Uramericano De Mapas De Riesgo De Desastres Ocasionados Por Fenömenos Naturales.** Santiago de Chile, 26 de jul. 2016a.

CONSEJO DE DEFESA SURAMERICANO**. Acta Primera Reunión Para La Conformacion De Un Grupode Trabajo Para Evaluar La Factibilidad De Establecer Polticas Y Mecansmos Regionales Para Hacer Frente A Las Amenazas Cibernticas**. Lima, 15 mai. 2012c.

CONSEJO DE DEFESA SURAMERICANO**. Acta Reunión Del Grupo De Trabajo Para La Elaboraciön De Un Protocolo De Empleo Coordinado De Las Fuerzas Militares En Apovo An1 Desastres Y Catastrofes**. Santiago, 02-03 jun. 2016b.

CONSEJO DE DEFESA SURAMERICANO**. Acta Taller: "Propuesta De Mecanismos De Cooperaciön Entre Los Ministerios De Defensa Suramericanos, Ante Desastres Naturales Y Antröpicos De Magnitud'**. Lima, 24-25 mayo 2012a.

CONSEJO DE DEFESA SURAMERICANO**. ACTA XII Reunión De Instancia Ejecutiva Del Consejo De Defensa Suramericano**. Montevideo, 16 dic. 2015.

CONSEJO DE DEFESA SURAMERICANO**. ANEXO 1 II CURSO SURAMERICANO DE FORMACIÓN EN DEFENSA.** Mayo 2013b.

CONSEJO DE DEFESA SURAMERICANO**. ANEXO IV Conclusiones del "Taller para realizar un Estudio sobre la Disponibilidad y Potencialidades de los Recursos Naturales Estratégicos de la Región".** 2014f.

CONSEJO DE DEFESA SURAMERICANO**. Comunicado De Los Viceministro y Jefes De Delegacion de Los Ministérios de Defensa del Consejo de Defensa Suramericano-Unasur**. 2014c. Disponível em: http://docs.unasursg.org/alfresco/faces/jsp/browse/browse.jsp. Acesso em: 20 ago. 2014.

CONSEJO DE DEFESA SURAMERICANO**. Consejo de Defensa Suramericano**. 2013a.

CONSEJO DE DEFESA SURAMERICANO**. II Reunion Del Grupo De Trabajo Responsable De Formilar Um Diagnostico Para Proponer Mecnismos De Ooperacion En Materia De Proteccion T Defena De Los Recursos Naturaes Y La Biodiversidad, Con Base En Las Legislaciones De Los Países Miembros De La Unasur**. 2014e.

CONSEJO DE DEFESA SURAMERICANO**. Medidas En Ei Ambito De La Seguridad, Numerales IIII., Iiic. Y IiId.** 2009.

CONSEJO DE DEFESA SURAMERICANO**. MESA 2 - Riesgos Y Amenazas Que Enfrenta La Regiön Para La Defensa De Los Recursos Naturales Y La Biodiversidad.** 2012e.

CONSEJO DE DEFESA SURAMERICANO**. MESA 1 - Vision De Pais Para La Defensa De Los Recursos Naturales Y La Biodiversidad.** 2012f.

CONSEJO DE DEFESA SURAMERICANO**. MESA 3 - Acciones Regionales Presentes Y Futuras Para La Defensa De Los Recursos Naturales Y La Biodiversidad.** 2012g.

CONSEJO DE DEFESA SURAMERICANO**. Procedimientos De Aplicación Para Las Medidas De Fomento De La Confianza Y Seguridad Consejo De Defensa Suramericano Unasur.** 2010.

CONSEJO DE DEFESA SURAMERICANO**. Realización de la IV Reunión Ordinaria del Consejo de Defensa Suramericano con el objetivo de que Suramérica se proyecte como zona de Paz y Cooperación Mutua.** 2012b. Disponível em: http://www.unasurcds.org/index.php?option=com_content&view=article&id=566%3Arealizacion-de-la-iv-reunion-ordinaria-del-consejo-de-defensa-suramericano-con-el-objetivo-de-que-suramerica-se-proyecte-como-zona-de-paz-y-cooperacion-mutua&catid=65%3Anoticias-generales&Itemid=257&lang=es. Acesso em: 23 dez. 2012.

CONSEJO DE DEFESA SURAMERICANO**. RELATORIA DE LA MESA N° 2 – "Caracterización de la realidad en materia de seguridad y defensa regional: amenazas y**

riesgos". 2011b. Disponível em: http://docs.unasursg.org/alfresco/faces/jsp/browse/browse.jsp. Acesso em: 05 set. 2014.

CONTRERA, Flávio; LIMA, Lilian Ribeiro. Os interesses nacionais dos Estados Unidos na América Latina. Os Planos Estratégicos do Departamento de Estado de 2000, 2004 e 2007. *In:* AYERBE, Luis Fernando (org.) **De Clinton a Obama - Políticas dos Estados Unidos para a América Latina**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. p.51-68.

COPELAND, D. Diplomacy, Globalization and Heteropolarity: The Challenge of Adaptation. **Canadian Defence &Foreign Affairs Institute Policy Paper**, [s.l.], 2013.

CORRÊA, Amanda Rui ; BERNARDINO, Juliana Monteiro ; SVERZUT, Rodolfo Queiroz ; OLIVEIRA, Taís Caroline ; BATISTA, Taynara Martins. **Os Desafios da Defesa e da Segurança na América do Sul**. 2017. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xiv_cadn/os_desafios_da_defesa_e_da_seguranca_na_america_do_sul.pdf. Acesso em: 20 jul 2018.

CORTE declara ilegal estatuto antiterrorista. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 ago. 2004. Disponível em:https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft3108200414.htm. Acesso em: 11 mar. 2019.
COSTA, Darc. **Estratégia nacional**. Rio de Janeiro: L&PM, 2003.

COSTA, Rogério Santos. **A América do Sul do Brasil: a integração e suas instituições na estratégia brasileira no Governo Lula**. Orientador: Marco Cepik. 2010. 251 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

COSTA, Rogério Santos. Estratégias da Política Externa Brasileira para integração regional: comparações institucionais a partir do Governo Lula. **Densidades**, Buenos Aires, p. 27-40, mayo 2014.

COSTA, Wanderley Messias. O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração. **Confins**, São Paulo, n.7, p.01-23, 2009.

COX, Robert W. **Production, Power and world order**. Columbia: Columbia University Press, 1987.

COX, Robert W. 'The International' in Evolution. **Millennium - Journal of International Studies**, [s.l.], v.35, n.3, 2007.

CRUZ, Sebastião C. Velasco. **Os Estados Unidos no desconcerto do mundo - Ensaios de interpretação**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

DABÈNE, Oliver. Consistency and Resilience through cycles of repolitization. *In:* RIGGIROZZI, Pía; TUSSIE, Diana. (org.) **The Rise of Post-hegemonic Regionalism:** The Case of Latin America. New York: Springer, 2012.

DANESE, Sérgio. **Diplomacia presidencial: história e crítica**. Brasília: FUNAG, 2017.

DELFINO, PEDRO HENRIQUE. **A Modernização Do Aparato De Defesa Brasileiro *Versus* O Dilema De Segurança: Avanços E Desafios. Orientador:** Lucas Kerr de Oliveira. 2014.71f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal da Integração Latino Americana, Foz do Iguaçu, 2014.

DEUTSCH, Karl. **Análise das relações internacionais**. Brasília: Editora UnB, 1978.
DEWITT, David. Common, Comprehensive, and Cooperative Security. *In:* BUZAN, B.; HANSEN, L. (org.) **International Security, vol. II - The Transition to the Post-Cold War Security Agenda**. London: SAGE Publications Ltd, 2007. p.408-429.

DIAMINT, Rut. **Conducción Democrática de la Defensa**. 2011. Disponível em: http://www.cedoh.org/resources/Proyectos-y-programas/Control-Civil/Diamint.pdf. Acesso em: 10 mar. 2019

DIAMINT, Rut. Documento de análisis: La institucionalidad democrática de la defensa. *In:* Donadio, M; Tibiletti, M. (org.) **Atlas comparativo de la defensa en América Latina y Caribe: edición 2012**.Buenos Aires: RESDAL, 2012. p.31-2.

DIAMINT, Rut. Políticas exteriores y políticas de defensa.**Relaciones Internacionales**, Buenos Aires, n.30, oct. 2015 – ene. 2016.

DÍAZ, Emilio S. R. La función de las Fuerzas Armadas en América Latina: de la intervención en los asuntos internos a la internacionalización. **Cuadernos de Estratégia**, Madrid, n.181, p.73-114, 2016.

DÍAZ, Emilio S. R. Seguridad, geopolítica y geoestrategia ¿Ha cambiado la geopolítica de Estados Unidos en América Latina? *In:* MINISTERIO DE DEFENSA. **MONOGRAFÍAS del CESEDEN (121) - El futuro de las relaciones latinoamerica-Estados Unidos**. Madrid: Ministerio de Defesa, 2011. p.103-142.

DOMÍNGUEZ, Jorge I.The Changes in the International System since 2000. *In:* DOMÍNGUEZ, Jorge; CASTRO, Rafael (org.) **Contemporary U.S.–Latin American Relations Cooperation or Conflict in the 21st Century?**New York: Routledge, 2016.

DOMINGUEZ, Roberto. Security Governance in Latin America. *In:*SUAREZ**,** Marcial; VILLA, Rafael; WEIFFEN, Brigitte (org.)**Power Dynamics and Regional Security in Latin America**. London: Palgrave Macmillan. 2017. p.53-76.

DONADIO, Marcela *et al.* **Military missions and the post-conflict environment**: a regional perspective on Colombia. Buenos Aires: RESDAL, 2018.

DONADIO, Marcela; TIBILETTI, María de la Paz. **Atlas comparativo de la defensa en América Latina y Caribe**: edición 2010. Buenos Aires: RESDAL, 2010.

DONADIO, Marcela; TIBILETTI, María de la Paz. **Atlas comparativo de la defensa en América Latina y Caribe**: edición 2012. Buenos Aires: RESDAL, 2012.

DONADIO, Marcela; TIBILETTI, María de la Paz. **Atlas comparativo de la defensa en América Latina y Caribe**: edición 2014. Buenos Aires: RESDAL, 2014.

DONADIO, Marcela; TIBILETTI, María de la Paz. **Atlas comparativo de la defensa en América Latina y Caribe**: edición 2016. Buenos Aires: RESDAL, 2016.

DREGER, Fabrício Brugali. **Integração na América do Sul: A Unasul e o Conselho de Defesa Sul-Americano**. Orientador: Carlos Arturi. 2009. 102 f. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

DUFFIELD, John S. International Security Institutions: rules, tools, schools, or fools? *In:* RHODES, R.; BINDER, S.; ROCKMAN, B. (org.) **The oxford handbook of Political Institutions**. New York: Oxford University Press, 2006. p.633-653.

ENTRAM em vigor os acordos com os EUA nas áreas de defesa e de proteção de informações militares sigilosas. **Ministério da Defesa**,Brasília, 26 jun. 2015. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/noticias/16123-entram-em-vigor-os-acordos-com-os-eua-nas-areas-de-defesa-e-de-protecao-de-informacoes-militares-sigilosas. Acesso em: 01 jun. 2019.

ERIKSON, Daniel P. The Obama Administrationand Latin America:Towards a New Partnership? **The Centre for International Governance Innovation - Working Paper**, [s.l.], n.46, apr. 2010.

ESCUELA DE DEFENSA NACIONAL. **Informe "Curso Suramericano de Formación en Defensa".** Buenos Aires, 2012.

ESCUELA DE DEFENSA NACIONAL. **Informe del "II Curso Suramericano de Formación en Defensa**". Buenos Aires, 2013.

ESCUELA DE DEFENSA NACIONAL. **Informe del "III Curso Suramericano de Formación en Defensa".** Buenos Aires, 2014.

ESCUELA DE DEFENSA NACIONAL**. Programa Curso Suramericano de Formación en Defensa 2015**. Buenos Aires, 2015.

ESCOLA DE GUERRA NAVAL. **CURSO AVANÇADO DE DEFESA SUL – AMERICANO CAD – SUL. SINOPSE GERAL DO CURSO.** Rio de Janeiro, 2016.

ESCUELA SURAMERICANA DE DEFENSA. Consejo de Defensa Suramericano. **ACTA DE LA I REUNION EXTRAORDINARIA DEL CONSEJO SUPERIOR DE LA ESCUELA SURAMERICANA DE DEFENSA**. 16-17 abr. 2015.

ESCUELA SURAMERICANA DE DEFENSA. Consejo de Defensa Suramericano. NEWSLETTER. **ESUDE**, ano 1, n. 11, dic. 2017.

ESTATUTO antiterrorista. **Semana**, [s.l.], 17 out. 2004. Disponível em: https://www.semana.com/on-line/articulo/estatuto-antiterrorista/67905-3. Acesso em: 10 fev. 2019.

FAJARDO, María E. M. Un repaso a la regionalización y el regionalismo: Los primeros procesos de integración regional en América Latina. **CONfines**, Monterrey, n.3, p.65-80, ago.-dic. 2007.

FARIAS, Deborah BL. Brazil's South–South development cooperation: Principles and experiences of the domestic bureaucracy.**Public Admin Dev.**, Special Issue Article, [s.l.], p.01-08, 2018.

FAWCETT, Louise. Exploring regional domains: a comparative history of regionalism. **International Affairs**, Columbia, v.80, n.03, p.429-46, 2004.

FERNÁNDEZ, Enrique V. El conflicto colombiano y sus repercusiones en la integración regional. *In:* MINISTERIO DE DEFENSA.**MONOGRAFÍAS del CESEDEN (101) - La evolución de la seguridad y defensa en la comunidad iberoamericana.** Madrid: Ministerio de Defesa, 2008. p.151-190.

FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, Cristina. **Acto por el Día de la afirmación de los derechos argentinos sobre las Islas Malvinas**. 11 jun. 2015. Disponível em: https://www.cfkargentina.com/acto-por-el-dia-de-la-afirmacion-de-los-derechos-argentinos-sobre-las-islas-malvinas. Acesso em 10 mar. 2019.

FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, Cristina**. Discurso de Cristina Kirchner en la ONU.** 24 sep. 2010b. Disponível em: https://www.cfkargentina.com/cfk-en-la-onu-mensaje-en-la-asamblea-general-de-2010/. Acesso em: 10 mar. 2019.

FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, Cristina. **CFK Desclasificación del Informe Rattenbach y anuncio sobre Islas Malvinas.** 07 feb. 2012. Disponível em: https://www.cfkargentina.com/cfk-desclasificacion-del-informe-rattenbach-y-anuncio-sobre-islas-malvinas/. Acesso em: 10 mar. 2019.

FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, Cristina. **Homenaje a los caídos en Malvinas, desde Londres.** 02 abril 2009. Disponível em: https://www.cfkargentina.com/homenaje-de-cristina-a-caidos-en-malvinas-londres-2009. Acesso em: 02 mar. 2019.

FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, Cristina. **La verdad sobre Malvinas es que constituye la base militar nuclear de la OTAN en el Atlántico Sur.** 02 abr. 2014. Disponível em: https://www.cfkargentina.com/malvinas-otan-cristina-kirchner-dia-del-veterano. Acesso em 10 mar. 2019.

FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, Cristina. **Reunión del Consejo de Seguridad de la ONU**. 06 ago. 2013b. Disponível em:https://www.cfkargentina.com/cfk-en-la-apertura-del-debate-en-el-consejo-de-seguridad-de-la-onu. Acesso em: 01 jan. 2019.

FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, Cristina. Presentación. *In:* ARGENTINA. Ministerio de la Defensa. **Libro Blanco de la Defensa**. Buenos Aires, 2010a.

FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, Cristina. **Visita oficial de Cristina en Colombia**. 18 jul. 2013a. Disponível em: https://www.cfkargentina.com/cristina-de-visita-oficial-en-colombia. Acesso em: 01 jan. 2019.

FITCH, J. Samuel. Military Attitudes toward Democracy in Latin America - How Do We Know If Anything Has Changed? *In:* PION-BERLIN, D. (org.) **Civil-military relations in Latin America: new analytical perspectives**. North Carolina: The University of North Carolina Press, 2001.

FLEMES, Daniel. Creating a Regional Security Community in Southern Latin America: The Institutionalisation of the Regional Defence and Security Policies. **Working Papers - Global and Area Studies**, [s.l.], n.13, dec. 2005a.

FLEMES, Daniel. Notas teóricas sobre a formação de uma comunidade de segurança entre a Argentina, o Brasil e o Chile. **Rev. Sociologia Política**, Curitiba, n.24, p.217-231, 2005b.

FLEMES, Daniel. Rumo à comunidade de segurança no Sul da América Latina – uma corrida de obstáculos. **Rev. Iberoamericana**, [s.l.], n.14, p.182-186, 2004.

FONSECA, Maria Verônica Rodrigues; MILANI, Lívia Peres. O Processo De Criação Da Escola Sul-Americana De Defesa (ESUDE) no Âmbito Do Conselho De Defesa Da União De Nações Sul-Americanas (CDS/UNASUL): Algumas Reflexões.**Revista da Escola Superior de Guerra,** Rio de Janeiro, v. 29, n. 58, jan./jul. 2014.

FORJAZ, Maria Cecilia Spina. 1976. Os militares na política– as mudanças de padrões na vida Brasileira. **Rev.Adm. Empres.**, São Paulo, v.16, p.87-9.

FORTI, Alfredo. La Argentina y los Avances hacia una Visión Compartida de Defensa en UNASUR. **Revista Voces en el Fénix**, Buenos Aires, ano 6, n. 48, sep. 2015.

FORTI, Alfredo. **La Defensa y los Recursos Naturales en Suramérica - Aportes para una Estrategia Regional**. Buenos Aires: Centro de Estudios Estratégicos Defensa (CEED-CDS), 2014.

FRASSON-QUENOZ, Florent; PIÑEROS, Rafael Enrique Ayala. Complejo regional de seguridad (crs) y comunidad de seguridad (cs): algunas consideraciones teóricas. *In:* FRASSON-QUENOZ, F. (org.) **Seguridad Internacional y Ordenamientos Regionales: Del Complejo Regional a la Comunidad de Seguridad. Europa, África, América del Sur y América del Norte**. Bogotá: U. Externado de Colombia, 2014. p.13-51.

FRENKEL, Alejandro. **Entre conjuras y librepensadores. La Unasur y la creación de la Escuela Suramericana de Defensa.** XII Congreso Nacional de Ciencia Política. Organização Sociedad Argentina de Análisis Político y Universidad Nacional de Cuyo. Mendoza, 12-15 ago. 2015.

FRENKEL, Alejandro. "Muevan El Mundo Que Me Quiero Subir"; Política Exterior E Integración Regional En El Gobierno De Mauricio Macri. **Informe de coyuntura ORALC**, [s.l.], n 2, dic. 2016.

FRENKEL, Alejandro; AZZI, Diego. Cambio y ajuste: la política exterior de Argentina y Brasil em un mundo en transición (2015-2017). **Colombia Internacional**, Bogotá, v.96, p.177-207, 2018.

FRENKEL, A.; COMINI, N. UNASUR beyond Brazil: Argentina's position in support of the South American Defense Council.**Rev. Bras. Polít. Int.**, Rio de Janeiro, v.60, n.1, 2017.

FUCCILLE, Alexandre. A criação do Ministério da Defesa no Brasil: entre o esforço modernizador e a reforma pendente. **Security and Defense Studies Review**, [s.l.], v. 3, p.01-27, 2003.

FUCCILLE, Alexandre. **As Forças Armadas E A Temática Interna No Brasil Contemporâneo**. Orientador: João Roberto Martins Filho. 1999. 167f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1999.

FUCCILLE, Alexandre; BARRETO, Lis; THOMAZELLA, Ana Elisa. Diplomacia e Defesa no Governo Lula: O Diálogo Tardio. **5º ENCONTRO NACIONAL DA ABRI -** Redefinindo a Diplomacia num Mundo em Transformação.Organização Associação Brasileira de Relações Internacionais. Belo Horizonte: ABRI, 2015. p.01-18.

FUCCILLE *et al.* O governo Dilma Rousseff e a América do Sul: a atuação brasileira na UNASUL (2011-2014).**Colombia Internacional**, Bogotá, v.92, p.43-72, oct.-dic. 2017.

FUCCILLE, A.; MARIANO, M. RAMANZINI JR., H. O Brasil e a América do Sul: o governo Dilma (2011-2014) e a integração no subcontinente. **39º Encontro Anual da ANPOCS.** Organização Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambu: ANPOCS, 2015.

FUCCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas Pereira. Complexo Regionalde Segurança da América do Sul: Uma Nova Perspectiva. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 35, n.1, p. 77-104, jan./jun. 2013.

FUCCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas Pereira. **Relendo o Complexo Regional de Segurança da América do Sul**. 2014. Disponível em: http://www.semacip.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/12/Relendo-o-Complexo-Regional-de-Seguran%C3%A7a-da-Am%C3%A9rica-do-Sul.pdf. Acesso em: 20 abr. 2018.

GALERANI, Kleber Antonio. **Conselho Sul-Americano de Defesa: Gênese, Desenvolvimento Inicial e Desafios (2008-2010)**. Orientador: Carlos Arturi. 2011. 111 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

GARCIA, Marco Aurélio. **Como a política interna permitiu a política externa brasileira.** 2010. Disponível em: http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/como-a-politica-interna-permitiu-a-politica-externa-brasileira.html. Acesso em: 15 jan. 2016.

GARCIA, Marco Aurélio. Dez anos de Política Externa. **Carta Maior**, [s.l.], 29 maio 2013. Disponível em: https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Dez-anos-de-politica-externa/4/27640. Acesso em: 21 jul. 2018.

GARCIA, Ana Sagioro. Hegemonia e Imperialismo: Caracterizações da Ordem Mundial Capitalista após a Segunda Guerra Mundial. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v.32, n.1, p.155-177, jan./jun. 2010.

GARCÍA, Carlos A. C. La inserción internacional de Sudamérica: la apuesta por la Unasur.**Revista de Ciencias Sociales**, San José, n.38, p.29-40, set. 2010.

GARCÍA, Viviano. **En Los Confines Del Estado: Una Mirada Comparada A La Seguridad En Las Zonas Fronterizas De Suramérica.** 2014. Disponível em: http://web.isanet.org/Web/Conferences/FLACSO-

ISA%20BuenosAires%202014/Archive/beec4999-8940-4fca-91ab-91b787aeb3c2.pdf. Acesso em: 10 nov. 2014.

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. **El general en su laberinto.** Barcelona: Penguin Randon House Grupo Editorial, 1998.

GARDINI, Gian Luca. Proyectos de integración regional sudamericana: hacia una teoría de convergencia regional. **Relaciones Internacionales**, Madrid, n.15, p. 11-31, oct. 2010.

GARRIDO, Ricardo Soberón. **La Guerra Global Contra El Terror, Plan Colombia, El Ira y La Región Andino Amazónica: Wanted Or Certified?**2003. Disponível em: http://www.mamacoca.org/FSMT_sept_2003/es/doc/soberon_guerra_contra_el_terror_es.ht. Acesso em: 01 out. 2018.

GASTALDI, Sol. El CDS como plataforma de la diplomacia de defensa Argentina (2008-2015). **Rev. Bras. Est. Def.**, Niterói, v. 4, n. 2, p. 175-197, jul./dez. 2017.

GARRÉ, Nilda. La Cumbre de Bariloche y su impacto en la consolidación de la paz y seguridad en Sudamérica. *In:* CONSEJO DE DEFENSA SURAMERICANO.**Cuadernos de Defensa no.2: Confianza y seguridad en América del Sur.** Quito: Abya-Yala, 2010b.p.12-14.

GARRÉ, Nilda. Prólogo. *In:* ARGENTINA. Ministerio de la Defensa. **Libro Blanco de la Defensa**. Buenos Aires, 2010a.

GAVIRIA, Yara. Profesionalización, Política y Funciones de Fuerzas Militares en Suramérica. **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, Bogotá, v. 2, n. 1, p.113-129, ene.-jun. 2007.

GEHRING, Marcos Roberto. O Brasil no contexto dos acordos e políticas internacionais para o combate às drogas: das origens à atualidade. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência**, Marília, v.10, dez. 2012.

GIHA, Yaneth. Presentación. *In:* COLÔMBIA.**Guía de Planeamiento Estratégico 2011-2014 -** Fortalecemos la Seguridad para dar el salto definitivo hacia la Prosperidad. Bogotá, 2011.

GILL, Stephen. Gramsci and Global Politics: Towards Apost-Hegemonic Research Agenda. *In:* GILL, S. (org.) **Gramsci, Historical Materialism and International Relations.** Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

GILDERHUS, Mark T. **The second century**: U.S. – Latin American relations since 1889. Wilmington: Scholorly Resources Inc., 2000.

IANNI,O. **O imperialismo na America Latina**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1988.

GRANATO, Leonardo. A autonomia como vetor da ação externa e da integração na América do Sul: postulações teóricas. **OIKOS**, Rio de Janeiro, v.13, n.2, p.78-90, 2014.

GRANATO, Leonardo; ODDONE, Nahuel; BATTAGLIA, Matías. Teoría de la autonomía: ¿Aún vigente para analizar los procesos de cooperación e integración en América Latina?**Teoria & Pesquisa:** Revista de Ciência Política, São Carlos, v.25, n.1, p.153 – 175, 2016.

GREVI, G. The interpolar world: a new scenario.**EU-ISS occasional paper**,[s.l.], n.79, 2009.

GRUBER, Lloyd. Power politics and the institutionalization of international relations. *In:* BARNETT, M.; DUVALL, R. **Power in Global Governance**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p.102-129.

GUARNIZO, Catalina Niño. La seguridad de América Latina: respuestas fragmentadas a desafíos transnacionales. MATHIEU, H; GUARNIZO, C. (org.) **Anuario 2011 de la seguridad regional en América Latina y el Caribe**. Bogotá: Fescol, 2011. p.XVII-XXXI.
GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. O Desafio Sul-americano. **Carta Maior**, [s.l.], 30 ago. 2012. Disponível em: https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Pelo-Mundo/Samuel-Pinheiro-Guimaraes-O-desafio-sul-americano/6/25617. Acesso em: 01 mar. 2019.

GUZZINI, Stefano. Securitization as a causal mechanism. **Security Dialogue**, [s.l.], v.42, n. 04-05, p.329–341, 2011.

GUYER, Julián González. Libros Blancos de Defensa en Sudamerica: Politica exterior o politica domestica? **Rev. Bras. Est. Def.**, Niterói, v. 4, n. 2, p.17-48, jul./dez. 2017

HAACKE, Jürgen; MORADA, Noel M. **Cooperative security in the Asia-Pacific:** the ASEAN regional forum. New York: Routledge, 2010.

HAAS, R. The age of non-polarity: What will follow US dominance? **Foreign Affairs**, New York,v. 87, n.3, p. 44-56, 2008.

HAGMANN, Jonas. Securitisation and the production of international order(s). **Journal of International Relations and Development**, [s.l.], v.21, p.194-222, 2018.

HANSEN, Lene. Reconstructing desecuritisation: the normative-political in the Copenhagen School and directions for how to apply it. **Review of International Studies**, Cambridge, v.38, 525–546, 2012.

HATALA, Tomas. **The Pink Tide: A Survey of Research on the Rise of the Left in Latin America.** Orientação: J. Adam Holbrook.2018. 127f. Dissertação (Mestrado em Artes) - School of Communication Faculty of Communication, Art and Technology, Simon Fraser University, Burnaby, 2018.

HENS, Marián; SANAHUJA, José A.Seguridad, Conflictos y Reconversión Militar en América Latina. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n.138, p.48-69, jul-ago. 1995.

HERTZ, John. Idealist Internationalism and the Security Dilemma. **World Politics**, [s.l.], v.2, n.2, p.157-180, jan. 1950.

HETTNE, Björn. Beyond the ‘new’ regionalism. **New Political Economy**, Londres, v.10, n.4, p.543-571, 2005.

HINCAPIÉ, María Teresa Uribe de. Las sob era nías en vilo en un contexto de guerra y paz - Un excurso pertinente. *In:* MÁRQUEZ, G *et al.***Antología del pensamiento crítico colombiano contemporáneo**. Buenos Aires: CLACSO, 2015.

HIRST, Monica. **Understanding Brazil-United States relations: contemporary history, current complexities and prospects for the 21st century**. Brasília: FUNAG, 2013.

HIRST, Monica; LIMA, Maria Regina Soares de; PINHEIRO, Leticia. A política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, p.22-41, dez. 2010.

HOOGENSEN, Gunhild. Bottoms Up! A Toast to Regional Security? **International Studies Review**, Tucson, v. 07, p.269–274, 2005.

HURRELL, Andrew. Comparación entre Europa y América:¿qué clase de problemas?, ¿qué clase de teorías? *In:* BORJA, A.; GONZÁLEZ, G.; STEVENSON, B. **Regionalismo y poder en América: los límites del neorrealismo**. Ciudad de México: CIDE, 1996. p. 114-134.

HURRELL, Andrew. O ressurgimento do regionalismo na política mundial. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v.1, n.17, p.23-44, 1995.

HURRELL, Andrew. One world? Many worlds? The place of regions in the study of international society. **International Affairs**, Oxford, v.83, n.1, p.127–146, 2007.

HURRELL, Andrew. Power, institutions, and the production of inequality. *In:* BARNETT, M.; DUVALL, R. **Power in Global Governance**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p.33-58.

HYLTON, Forrest. **A Revolução Colombiana**. São Paulo: UNESP, 2010.

IKENBERRY, G. John. America's Imperial Ambition. **Foreing Affairs**, [s.l.], v.81, n.5, p. 44-60, sep-oct. 2002.

IKENBERRY, G. John; MASTANDUNO, Michael; WOHLFORTH, William C. INTRODUCTION - Unipolarity, State Behavior, and Systemic Consequences. **World Politics**, Cambidge, v.61, n.1, p.01-27, jan. 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **O Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) -** Defesa Nacional (Parte I). Brasília: IPEA, 2011.

ITAMARATY. Ministério das Relações Exteriores. **Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos.** Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/689-comunidade-de-estados-latino-americanos-e-caribenhos. Acesso em: 02 nov. 2018.

JACKSON, Robert H**. Quasi-States: Sovereignty, International Relations, And The Third World**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

JAGUARIBE, Hélio. Autonomia Periférica e Hegemonia Cêntrica. **Estudios Internacionales**, Santiago de Chile, v.46, p.91-130, 1979.

JAGUARIBE, Hélio. Dependencia y autonomía en América Latina.*In:* JAGUARIBE, H. *et al.* (org.) **La dependencia político-económica de América Latina.** Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 1973. p. 01-85.

JANUÁRIO, Luiza Elena. **A Construção da Cooperação entre Argentina e Brasil na área nuclear (1985/1991): Autonomia e Desenvolvimento como Elementos Identitários**. Orientação: Samuel Alves Soares. 2017. 114f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (UNESP, UNICAMP e PUC-SP), Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", São Paulo, 2017.

JENTLESON, Bruce W. **American foreign policy: the dynamics of choice in the 21st century**. New York: W. W. Norton & Company, Inc., 2010.

JEONG, Kang-Deok. **As políticas externa e de defesa do Brasil para a estabilidade regional na América do Sul desde o fim da Guerra Fria**. Orientação: Antonio Jorge da Rocha. 2011. 171f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

JERVIS, Robert. From Balance to Concert: A Study of International Security Cooperation. **World Politics**, Princeton, v.38, n. 01, p.58-79, oct. 1985.
JOBIM, Nelson. A Defesa na Agenda Nacional: O Plano Estratégico de Defesa. **Revista Interesse Nacional**, São Paulo, p.09-16, jul./set. 2008.

JERVIS, Robert. **Argentina e o Conselho de Defesa Sul-Americano**. Entrevistador: Lívia Milani. São Paulo, 2015.

JERVIS, Robert. **Palestra do Ministro da Defesa, Nelson Jobim, na Secretaria De Assuntos Estratégicos (SAE).**15 dez. 2010. Disponível em:http://www.defesa.gov.br/index.php/noticias/3604-16122010-defesa-palestra-do-ministro-nelson-jobim-na-sae-qpolitica-de-defesa-do-governo-lulaq. Acesso em: 20 jan. 2016.

JONES, Richard Wyn. 'Message in a bottle'? Theory and praxis in critical security studies. **Contemporary Security Policy**, [s.l.], v.16, n.3, p.299-319, 1995.

JORGE, Bernardo Wahl G. A. A presença militar dos Estados Unidos na América Latina: 1993-2009. *In:* AYERBE, Luis Fernando (org.) **De Clinton a Obama - Políticas dos Estados Unidos para a América Latina**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. p.69-92.

JUNGMANN, Raul. **A Ação Da Defesa Nos Jogos Olímpicos E Paralímpicos.** Brasília, 20 set. 2016c. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/2016/pronunciamento/ a_acao_da_defesa_nos_jogos.pdf. Acesso em 10 jun. 2019.

JUNGMANN, Raul. **Defesa, Desenvolvimento e Democracia na América do Sul**. Rio de Janeiro, 19 set. 2016a.Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/2016/pronunciamento/aula_inaugural __jungmann_v_cadsul.pdf. Acesso em 10 jun. 2019.

JUNGMANN, Raul. **Segurança, Defesa e Política Externa.** Brasília, 25 jan. 2017. Disponível em:

https://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/pronunciamento/janeiro/curso_de_defesa.pdf. Acesso em 10 jun. 2019.

JUNGMANN, Raul. **Soberania, Desenvolvimento E Inovação Tecnológica.** Brasília, 23 nov. 2016b. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/2016/pronunciamento/ Soberania_desenvolvimento_e_inovacao_tecnologica.pdf. Acesso em 10 jun. 2019.

KACOWICZ, Arie M. Latin America In The New World Security Architecture. *In:* KACOWICZ, A.; MARES, D. **Routledge handbook of Latin American Security**. New York: Routledge, 2016.

KANT, Immanuel. **A Paz Perpétua. Um Projecto Filosófico**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2008.

KATZENSTEIN, Peter J. **A world of regions: Asia and Europe in the American imperium**. Ithaca: Cornell University Press, 2005.

KATZENSTEIN, Peter J. Regionalism in Comparative Perspective. **ARENA Working Papers**, Oslo, n.96, p.01-34, 1996.

KELLY, John F. **Posture Statement of General John F. Kelly, United States Marine Corps Commander, United States Southern Command Before The 113th Congress - Senate Armed Services Committee.** 13 mar. 2014.Disponível em:https://www.armed-services.senate.gov/download/kelly_03-13-14. Acesso em: 11 set. 2018.

KELLY, R. Security Theory in the "New Regionalism". **International Studies Review**, Tucson, v.9, p.197-229, 2007.

KEOHANE, Robert. **Power & governance in a partially globalized world**. New York: Routledge, 2002.

KEOHANE, Robert. **After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy**. Princeton: Princeton University Press, 1984.

KIRCHNER, Néstor. **Discurso de Néstor Kirchner en la conferencia "America Latina Rising"**. 27 set. 2010. Disponível em:https://www.cfkargentina.com/nestor-kirchner-conferencia-unasur-en-la-new-school. Acesso em: 01 jan. 2019.

KIRCHNER, Néstor. **Discurso de Néstor Kirchner en la ONU.** 25 set. 2007. Disponível em:https://www.cfkargentina.com/nestor-kirchner-en-la-onu-en-2007. Acesso em: 01 jan. 2019.

KLAVEREN, Alberto Van. Regionalism in Latin America. Navigating in the Fog. **SECO/WTI Academic Cooperation Project**, Working Paper, [s.l.], n.25, dic. 2017.

KRASNER, Stephen D. **Sovereignty: organized hypocrisy**.Princeton: Princeton University Press, 1999.

KOHLI, Atul. Coping with globalization: Asian versus Latin American strategies of development, 1980-2010. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.32, n.04, p.531-556, 2012.

KOLODZIEJ, Edward A. À Segurança internacional depois da Guerra Fria: Da Globalização a Regionalização. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v.17, n.02, p.313-349, jul/dez 1995.

KUPCHAN, C. A. **No One's World. The West,the Rising rest, and the Coming Global Turn**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

LAKE, David; MORGAN, Patrick. **Regional Orders: Building Security in a New World**. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 1997.

LAMASHEVA, Yulia. **International Cooperation and Competitiveness on a Regional Level: Theoretical Overview**. 2004. Disponível em: http://dspace.lib.niigata-u.ac.jp:8080/dspace/bitstream/10191/975/1/18_0139.pdf. Acesso em: 20 jun. 2014.

LAYNE, Christopher. This Time It's Real: The End of Unipolarity and the Pax Americana. **International Studies Quarterly**, Oxford, v.56, p.203–213, 2012.

LEÃO, André P.; MORINI, Cristiano. O Conselho De Defesa Sul-Americano Da Unasul E A Política Externa Brasileira: Há Espaço Para "Hegemonia Consensual" Do Brasil?**Monções:** Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v. 2, n.3, jul./dez., 2013.

LEGLER, Thomas. Post-hegemonic Regionalism and Sovereignty in Latin America: Optimists, Skeptics, and an Emerging Research Agenda. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v.35, n.02, p.325-352, jul./dez. 2013.

LEHMANN, Kai Enno. Is Regionalism Still a Viable Option for the Creation and Maintenance of Peace and Security in Latin America? *In:*SUAREZ**,** Marcial; VILLA**,** Rafael; WEIFFEN, Brigitte (org.)**Power Dynamics and Regional Security in Latin America**. London: Palgrave Macmillan, 2017.

LEVITSKY, Steven; ROBERTS, Kenneth M. Introduction: Latin America's "Left Turn"A Framework for Analysis. *In:* LEVITSKY, Steven; ROBERTS, Kenneth. (ed.) **The Resurgence of the Latin American Left.**Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2011.

LIMA, Maria Regina Soares de. Relações Interamericanas: A Nova Agenda Sul-Americana e o Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, v.90, p.167-201, 2013.

LIMA, Maria Regina Soares de; COUTINHO, Marcelo Vasconcelos. Integração Moderna. **Análise de Conjuntura OPSA**, Rio de Janeiro, n.1, p.01-15, jan. 2006.

LIMA, Raphael Camargo. **A articulação entre política externa e política de defesa no Brasil: uma Grande Estratégia inconclusa.** Orientação: Samuel Alves Soares. 2015. 257f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) –Programa San Tiago Dantas de Pós-graduação em Relações Internacionais, UNESP/UNICAMP/PUC-SP, São Paulo, 2015.

LINZ, Juan J. The Perils of Presidentialism.**Journal of Democracy**, Baltimore, v.1, n.1, p. 51-69, Winter 1990.

LIZANO, Ana Cristina. (org.) **América Latina y la segunda administración Bush: un debate sobre seguridad**. San José, Costa Rica: FLACSO, 2008.

LOCKHART, Nicolás Falomir. La identidad de Unasur: ¿Regionalismo Post-Neoliberalo Post-Hegemónico? **Rev. Ciencias Sociales**, San José, v.140, p.97-109, 2013.

LONG, Tom. **Latin America Confronts the United States -** Asymmetry and Influence. New York: Cambridge University Press, 2015.

LORENZO, José Ángel Sotillo.Relaciones Interamericanas: Una Nueva Agenda De Seguridad Ante Escenarios y Amenazas Hemisféricas. *In:*MINISTERIO DE DEFENSA. Centro Superior De Estudios De La Defensa Nacional. **Monografías Del Ceseden 121. El Futuro De Las Relaciones Latinoamérica-Estados Unidos.** Madrid: Ministério de Defesa, 2011.

LUCHETTI, Maria Salute Rossi. **O ensinodo Exército Brasileiro: Histórico, quadro atual e reforma**. Orientação: Valdemar Sguissardi. 2006. 173 f.Dissertação de Mestrado. Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2006.

LYONS, John. **Combate à coca na Colômbia muda o mapa do tráfico.** 16 jan. 2012. Disponível em: http://online.wsj.com/article/ SB10001424052970204468004577165303089152744.html?dsk=y. Acesso em: 18 mar. 2014.

MACRI, Mauricio. **Discurso completo de Mauricio Macri ante la Asamblea Legislativa**. 01 mar. 2016a. Disponível em: https://www.lanacion.com.ar/1875715-discurso-completo-de-mauricio-macri-ante-la-asamblea-legislativa. Acesso em 01 jan. 2019.

MACRI, Mauricio. **Discurso completo del Presidente de Argentina ante la Asamblea General de las Naciones Unidas, en Nueva York**. 20 set. 2016b. Disponível em:https://www.clarin.com/politica/Discurso-completo-Mauricio-Macri-ONU_0_HJI-PW1a.html. Acesso em 01 jan. 2019.

MALAMUD, Andrés. Chapter 5 - Argentine Foreign Policy under the Kirchners: Ideological, Pragmatic, or Simply Peronist? *In:* GARDINI, G; LAMBERT, P. **Latin American Foreign Policies -** Between Ideology and Pragmatism. New York: Palgrave Macmillan, 2011

MALAMUD, Andrés. Presidential Diplomacy And The Institutional Underpinnings Of Mercosur: An Empirical Examination. **Latin American Research Review**, Pittsburgh, v.40, n.1, feb. 2005.

MARANGOS, John. What happened to the Washington Consensus? The evolution of international development policy. **Journal of Socio-Economics**, [s.l.], v.38, p.197-208, 2009.

MARCELLA, Gabriel. Military strategy in Latin America. *In:* KACOWICZ, A.; MARES, D. **Routledge handbook of Latin American security**. New York: Routledge, 2016.

MARES, David R. **Violent Peace: Militarized Interstate Bargaining in Latin America**. New York: Columbia University Press, 2001.

MARTINS, João Victor Nascimento. Políticas públicas de guerra às drogas: o estado de exceção e a transição do inimigo schmittiano ao *homo sacer* de agamben. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v.10, n.1, p.270-280, 2013.

MATHEWS, Jessica. Power Shift. **Foreign Affairs**, [s.l.], v.76, n.1, jan-feb.1997.

MATHIAS, Suzeley Kalil. Defesa e segurança no Brasil: velhas ameaças, novas perspectivas. **XXII Simpósio Nacional de História**. Organização Associação Nacional de História. João Pessoa: ANPUH, 2003.

MATHIAS, Suzeley Kalil; GUZZI, André. **Autonomia na lei As forças armadas nas constituições nacionais.** Revista Brasileira De Ciências Sociais, São Paulo, v. 25, n. 73, p.41-57, jun. 2010.

MATHIAS, Suzeley Kalil; MATIJASCIC, Vanessa Braga. Defesa no Mercosul: avanços para a integração. **Tensões Mundiais**, [s.l.], v.7, n.12, p.223-242, 2011.

MARTÍNEZ, Mariana Cuéllar. Presentación. *In:* COLÔMBIA. **Plano Estratégico do Setor Defesa e Segurança - Guía de Planejamiento Estratégico 2016 – 2018**. Bogotá, 2016.

MCDONALD, Matt. Securitization and the Construction of Security. **European Journal of International Relations**, New York,v.14, p.563-87, 2008.

MEARSHEIMER, John J. **The tragedy of Great Power politics**. New York: W. W. Norton & Company, 2001.

MEDEIROS FILHO, Oscar. **Entre a cooperação e a dissuasão: políticas de defesa e percepções militares na América do Sul**. Orientação: Rafael Villa. 2010. 240 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MENDES, Anderson de Araújo; SILVA, Larissa Nunes; MATOS, Rafael Brito; SILVA, Vinícius Santos Rodrigues; ARAÚJO, Vinícius da Silva**. Análise do processo de desenvolvimento do CDS/UNASUL em tempos de austeridade**. 2017. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xiv_cadn/analise_do_processo_de_desenvolvimento_do_cdsunasul_em_tempos_de_austeridade.pdf. Acesso em: 20 jul 2018.

MERKE, Federico. Política exterior argentina y elección institucional: La OEA en el espejo de la UNASUR y el Mercosur. **Pensamiento Propio**, Buenos Aires, año 19, n. 39, enero-jun. 2014.

MEYER, Peter J. **Brazil: Background and U.S. Relations**.Analyst in Latin American Affairs. Washington: Congressional Research Service,2016.

MIHALKA, Michael. Cooperative Security: From Theory to Practice. *In:* COHEN, R.; MIHALKA, M. (org.) Cooperative Security: New Horizons for International Order. **The Marshall Center Papers**, Pennsylvania, n.3, p.29-67, apr. 2001.

MILANI, Lívia Peres**. Identidade E Cooperação: Os Governos Kirchner E Lula E A Construção De Uma Identidade Coletiva em Defesa (2003-2010)**. Orientação: Samuel Alves Soares. 2016. 152f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa De Pós-Graduação Em Relações Internacionais San Tiago Dantas, UNESP, UNICAMP e PUC-SP, São Paulo, 2016.

MONTEIRO, Leonardo Valente. Revisionismos de relações com os Estados Unidos e suas variáveis nos governos progressistas da América do Sul. **Rev. Bras. Polít. Int.**, Rio de Janeiro, v.1, n.57, p.177-196, 2014.

MORAES, Rodrigo Fracalossi de. **A cooperação Brasil-Argentina na área militar: da autonomia das forças armadas às relações estratégicas (1978-2009)**. Orientação: Maria Suasana Soares. 2010. 237f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MOREIRA, Angela. Consejo Sudamericano de Defesa: hacia una integración regional en defensa. **Boletín RESDAL**, Buenos Aires, p.02-20, 2009.

MOREIRA, Constanza. El Largo Ciclo Del Progresismo Latinoamericano y Su Freno - Los cambios políticos en América Latina de la última década (2003-2015). **RBCS**, São Paulo, n.93, v.32, p.01-28, fev. 2017.

MOTTA, Bárbara Vasconcellos de Carvalho. **Securitização e política de exceção: o excepcionalismo internacionalista norte-americano na segunda guerra do Iraque**. Orientação: Samuel Alves Soares. 2014. 123 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa San Tiago Dantas de Pós-graduação em Relações Internacionais, UNESP/UNICAMP/PUC-SP, São Paulo, 2014.

NAÍM, M., **El fin del poder**. Barcelona: Debate, 2013.

NASCIMENTO, Aldo Batista Do. **A Defesa Nacional E A Segurança Pública No Brasil: Uma Simetria Necessária em Função dos Desafios do Século XXI**. Orientação: Márcio Borges. 2011. 78f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) - Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra, Escola Superior De Guerra, Rio de Janeiro, 2011.

NASCIMENTO, Paulo Roberto. **O Sentido Da Autonomia Na Iniciativa Brasileira De Criação Do Conselho De Defesa Sul-Americano**. Orientação: Alcides Vaz. 2013. 102f.Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2013

NAVARRETE-FRÍAS, Carolina; THOUMI, Francisco E.**Drogas ilegales y derechos humanos de campesinos y comunidades indígenas: el caso de Bolivia.**2005. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001402/140243s.pdf. Acesso em: 18 mar. 2013.

NERY, Tiago. UNASUL: a dimensão política do novo regionalismo sul-americano. **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n. 03, p. 59-75, 2016.

NYE JR., Joseph S. Neorealism and Neoliberalism. **World Politics**, Princeton, v.40, n.2, p.235-251, jan. 1988.

NYE JR., Joseph S. **The Paradox of American Power: Why the World' Only Superpower Can't Go It Alone.** New York: Oxford University Press, 2002.

NYE JR., Joseph S. The Twenty-First Century Will Not Be a ''Post-American''. **International Studies Quarterly**, Oxford, v.56, p.215–217, 2012.

OBAMA, Barack. **Declaración del Presidente Barack Obama luego de la reunión con el Presidente Juan Manuel Santos.** Cartagena, 15 abr. 2012.

OBAMA, Barack. **Palabras del Presidente de Estados Unidos, Barack Obama, en la conmemoración de los 15 años del Plan Colombia**. Washington D.C., 04 feb. 2016.

OBAMA FOR AMERICA. **A New Partnership For The Americas**. 2008. Disponível em: https://obama.3cdn.net/ef480f743f9286aea9_k0tmvyt7h.pdf. Acesso em: 15 set. 2018.
OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS.
Informe Brasil Nº 23/2015. GEDES – BRASIL, 04-10 jul. 2015.

OELSNER, Andrea. Pluralistic Security Communities In Latin America. *In:* KACOWICZ, A.; MARES, D. **Routledge handbook of Latin American security**. New York: Routledge, 2016.

OKADO, Giovanni Hideki Chinaglia. **Política externa e política de defesa: uma epifania pendente.** Orientação: Antonio Jorge da Rocha. 2012. 128 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

OLIVEIRA, Ana Paula. **Os Caminhos da Integração em Segurança e Defesa para o Continente: Um olhar sobre as Conferencias Ministeriais de Defesa das Américas**. Orientação: Héctor Saint-Pirre. 2009. 52 f. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2009.

OLIVEIRA, Carolina de. **Defesa e segurança em projetos de integração regional na América do Sul: uma análise a partir do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS)**. Orientação: Marco Canodá. 2017. 227f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul. 2017.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de; SOARES, Samuel Alves. Brasil, Forças Armadas, direção política e formato institucional. *In:* D´ARAÚJO, M.; CASTRO, C. **Democracia e Forças Armadas no Cone Sul**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

OLIVEIRA, G.; BRITES, P.; MUNHOZ,A. OPapel do Ministério da DefesanaPolíticaExterna BrasileiraparaaAméricado Sul. **Seminário Brasileiro deEstudos Estratégicos Internacionais**.Integração Regional e Cooperação Sul-Sul no Século XXI. Organização: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.Porto Alegre, SEBREEI, 2012. p.20-22.

OMAN, Charles. The Policy Challenges of Globalisation and Regionalisation. **OECD Development Centre – Policy Brief**, Paris, n.11, p.01-49, 1996.

ONU conclui que Malvinas estão em águas argentinas e reacende polêmica. **G1**, São Paulo, 29 mar. 2016. Mundo. Disponível em: http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/03/onu-conclui-que-malvinas-estao-em-aguas-argentinas-e-reacende-polemica.html. Acesso em: 10 mar. 2019.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Atualização do Inventário de Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança**. 2012. Disponível em: http://iadb-pt.jid.org/secretaria/medidas-de-seguranca-e-confianca. Acesso em: 23 jul. 2018.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Declaração de Santiago sobre Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança**. 1995. Disponível em: http://www.oas.org/csh/portuguese/declarsantiago.asp. Acesso em: 23 jul. 2018.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Quem somos**. Disponível em: http://www.oas.org/pt/sobre/quem_somos.asp. Acesso em: 02 nov. 2014.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Tratado Marco de Seguridad Democrática en Centroamérica**. 1995. Disponível em: http://www.oas.org/csh/spanish/c&ttratadocentroamerica.asp. Acesso em: 02 maio 2018.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Williamsburg Defense Ministerial Report, US Government**. 1996. Disponível em: www.summit-americas.org/Williamsburg-spanish.htm. Acesso em: 01 mar. 2019.

ORJUELA, Luis Javier. Ideologías, tecnocracia y sociedad: implicaciones para América Latina. *In:* HOYOS VÁSQUEZ, G. (ed.) **Filosofía y teorías políticas entre la crítica y la utopia**. Buenos Aires: CLACSO, 2007. p.219–234.

ORJUELA, David Baracaldo; CHENOU, Jean-Marie. Regionalism and presidential ideology in the current wave of Latin American integration. **International Area Studies Review**, Oslo, p.01–23, dec. 2018.

ORTIZ, Alejandra Ayala; GARCÍA, Miguel Sánchez**.** "Porque te quiero te apoyo". Estilo de gobierno y aprobación presidencial en América Latina. **Revista De Ciencia Política**, [s.l.], v.34, n.2, p.373-398, 2014.

PAGLIARI, Graciela de Conti. Conselho de Defesa Sul-Americano e a adoção de medidas de fortalecimento da confiança**. Carta Inter.**, Belo Horizonte, v.10, Ed. especial, p. 23-40, 2015.

PAGLIARI, Graciela de Conti. **Segurança Hemisférica e Política Externa Brasileira: Temas, prioridades e mecanismos institucionais**. Orientação: Carlos Arturi. 2004. 141 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

PAGLIARI, Graciela de Conti. **Segurança regional e política externa brasileira: as relações entre Brasil e América do Sul, 1990-2006**. Orientação: Antônio Lessa. 2009. 281 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

PALOMARES, Gustavo Lerma. Capítulo XI. CONCEPTO Y TEORÍAS DE LA INTEGRACIÓN. *In:* MOYÚA, Celestino Del Arenal; SANAHUJA, José Antonio. (org.) **Teorías de las Relaciones Internacionales**. Madrid: Tecnos (Grupo Anaya, S.A.), 2015.

PASQUARELLI, Bruno Vicente Lippe. Política exterior como política pública: um análisis de la actividad diplomática brasileña durante el gobierno Lula. **XIV ENCUENTRO DE LATINOAMERICANISTAS ESPAÑOLES**. Organização Centro Interdisciplinario de Estudos Americanistas, Departamento de Historia Contemporánea y de América, Universidade de Santiago de Compostela, e Consejo Español de Estudios Iberoamericanos (CEEIB). Santiago de Compostela:Universidad de Santiago de Compostela, 2010. p.2278-2297.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?**Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2011.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, v.51, n.2, p.136-153, 2008.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. Os Estados Unidos de H. Bush a Donald J. Trump (1989/2017): Dinâmicas Políticas de Consenso e Polarização. **Revista Esboços**, Florianópolis, v.24, n.38, p.339-359, dez. 2017.

PEDROSO, Carolina Silva. O Brasil de Lula Da Silva: Entre o regional e o global. O caso da UNASUL. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v.2, n.3, p.319-344, jan./jun., 2013.

PEÑA, Félix. Integración regional y estabilidad sistémica en Suramérica. *In:* CIENFUEGOS, M.; SANAHUJA, J. (org) **Una Región En Construcción - UNASUR y la integración en América del Sur**.Barcelona: Fundación CIDOB, 2010. p.23-43.

PEREIRA, Matheus De Oliveira. **Controle E Autonomia Nas Gestões Kirchner E Fernández De Kirchner (2003-2011): A Argentina Na Construção Do Conselho De Defesa Sul-Americano**. Orientação: Luís Ayerbe. 2016. 204f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa De Pós-Graduação Em Relações Internacionais San Tiago Dantas, UNESP, UNICAMP e PUC-SP, São Paulo, 2016.

PEREIRA, Paulo José R. Crime transnacional e segurança internacional. Aspectos recentes do relacionamento entre Estados Unidos e América Latina. *In:* AYERBE, Luis Fernando (Org.) **De Clinton a Obama - Políticas dos Estados Unidos para a América Latina.** São Paulo: Ed. Unesp, 2009. p.133-160.

PINHEIRO, Letícia. Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v.22, n.2, p.305-335, jul./dez. 2000.

PINZÓN, Érika Rodríguez. **El Discurso Político De La Seguridad En Colombia Entre 1998 Y 2010: La Convergencia Entre Politica Exterior E Interior.**Orientação: Heriberto Cairo Carou. 2014. 384f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Programa de

Doctorado en Estudios Internacionales y Africanos, Universidad Autónoma de Madrid, Madrid, 2014.

PINZÓN, Érika Rodríguez. **Entrevista Semiestructurada Doctorado – Cooperación em Defensa**. Entrevistador: Tamires A. Ferreira Souza. Madrid, 2018.

PINZÓN, Érika Rodríguez. Internacionalización del conflicto, del acuerdo y del postacuerdo. Evolución, continuidades y rupturas de una estrategia. **Análisis Político**, Bogotá, n.90, p.194-208, mayo-ago. 2017.

PINZÓN, Juan Carlos Bueno. Prólogo. *In:* COLÔMBIA. **Transformación Y Futuro De La Fuerza Pública 2010 – 2030**. Bogotá, 2010.

PION-BERLIN, David S.Political Management of the Military in Latin America.**Military Review**, [s.l.], p.19-31, jan.-feb. 2005.

PHILLIPS, Nicola. **The Southern Cone Model - The Political Economy of Regional Capitalist Development in Latin America**. London: Routledge, 2004.

POGGIO, Guilherme; SILVA, José da. **A Quarta Frota e a estrutura militar unificada dos EUA**. 2014. Disponível em: http://www.naval.com.br/blog/destaque/estrategia/a-quarta-frota-e-a-estrutura-militar-unificada-dos-eua/. Acesso em: 29 jul. 2014.

PONSARD, Lionel. **Russia, NATO and Cooperative Security - Bridging the gap**. New York: Routledge, 2007.

PONTE, Aureliano da. **Escuela De Defensa Nacional**. Entrevistador: Ana Penido; Marina Vitelli; Tamires Souza. Rio de Janeiro, 2016.

PRIMERO COLOMBIA. **Fundadores**. 2019. Disponível em: http://www.primerocolombia.com/content/fundadores. Acesso em: 10 mar. 2019.

PUCHALA, Donald J. The Integration Theorists and the Study of International Relations. *In:* KEGLEY JR., Chales; WITTKOPF, Eugene (ed.) **The Global Agenda: Issues and Perspectives.** New York: Random House, 1988. p.314-329.

PUIG, Juan Carlos. **América Latina: políticas exteriores comparadas**. Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano, 1984.

PUIG, Juan Carlos. **Integración latino-americana y régimen internacional**. Caracas: Universidad Simón Bolívar, 1987.

PURICELLI. Arturo. **Discurso del Ministro de Defensa Arturo Puricelli en la Universidad de Beijing.** 05 jul. 2012. Disponível em: http://dangdai.com.ar/joomla/index.php?option=com_content&view=article&id=1409:discurso-del-ministro-de-defensa-arturo-puricelli-en-la-universidad-de-beijing-primera-parte&catid=3:contribuciones&Itemid=11. Acesso em: 10 mar. 2019.

QUINN, Adam. The United States.*In:* KALDOR, Mary; RANGELOV, Iavor (ed.) **The handbook of global security policy**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2014. p.446-462.

QUIRÓS, Ludmila. Reconfiguración política y Gobernanza Regional en América Latina ¿Hacia dónde va el regionalismo post-liberal? **Revista Andina de Estudios Políticos**, Lima, v.7, n.2, p.111-131, 2017.

RAMÍREZ, Marta Lucía de Rincón. Presentación de la Ministra de Defensa Nacional. *In:* COLÔMBIA. **Política de Defensa y Seguridad Democrática**. Bogotá, 2003.

RANDALL, Stephen J. Change or Continuity in US-Latin American Policy: the Obama Record. **Oasis**, [s.l.], n. 18, 2013.

RANDALL, Stephen J. The Continuing Pull of the Polar Star: Colombian Foreign Policy in the Post–Cold War Era. *In:* GARDINI, G.; LAMBERT, P. (org.) **Latin American Foreign Policies -** Between Ideology and Pragmatism. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

RAVAIOLI, Esteban. O Livro Branco argentino: um processo metódico e um resultado alentador. **Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares**, Rio de Janeiro, n.24, 2011.

REZENDE, Lucas Pereira. **Sobe e Desce! Explicando a Cooperação em Defesa na América do Sul: uma teoria realista-ofensiva**. Orientação: Marco Cepik. 2013. 258 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

RIAL, Juan Alberto. Hacia un sistema de seguridad cooperativa en el Cono Sur. **Relaciones Internacionales**, Madrid, v.12, n. 25, mar. 2015.

RIBEIRO, Jean Cezar D. S. **Princípios Norteadores das Políticas de Defesa Comum do Conselho de Defesa da UNASUL.** 2014.Disponível em:http://web.isanet.org/Web/Conferences/FLACSO-ISA%20BuenosAires%202014/Archive/cebcf568-9835-49e9-be18-42b7bd67e854.pdf. Acesso em: 10 nov. 2014.

RIBEIRO, Pereira F. Cooperação Estratégica em Inteligência Formação da Defesa Regional: uma Contribuição dos Serviços de Inteligência. **Cadernos PROLAM/USP**, São Paulo, v.1, p.113-128, 2006.

RIGGIROZZI, Pia; TUSSIE, Diana. **Claves para leer al regionalismo sudamericano: fortaleciendo el estado, regulando el mercado, gestionando autonomía**. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323144777_Claves_para_leer_al_regionalismo_sudamericano_fortaleciendo_el_estado_regulando_el_mercado_gestionando_autonomia. Acesso em: 21 nov. 2018.

RIGGIROZZI, Pia; TUSSIE, Diana. The Rise of Post-Hegemonic Regionalism In Latin America. *In:*RIGGIROZZI, Pía; TUSSIE, Diana. **The Rise of Post-hegemonic Regionalism:** The Case of Latin America. New York: Springer, 2012.

ROCHA, Antonio Jorge Ramalho. **Escola Sul-Americana de Defesa**. Entrevistador: Tamires A. Ferreira Souza. São Paulo, 2015.

ROCHA, Marcio; FIGUEIREDO, Eurico. Políticas Públicas de interesse da Defesa Nacional: uma avaliação da participação do Poder Legislativo no período de 1985 a 2006. **36º Encontro**

Anual Da ANPOCS, GT14 - Forças Armadas, Estado e Sociedade. Organização Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Belo Horizonte: ANPOCS, 2012.

RODRIGUEZ, Júlio C. **Os Efeitos de Limitas Capacidades Materiais na Política Externa de Potências Intermediárias do Sistema Internacional - O caso do Brasil**. Orientação: Andrés Malamud. 2013. 195 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Direito, Faculdade de Letras, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.

ROMANO, Silvina M.**La presencia "natural" de las Fuerzas Armadas estadounidensesen América Latina.** 25 nov. 2015. Disponível em: https://www.alainet.org/es/articulo/173823. Acesso em: 08 set. 2018.

ROUSSEFF, Dilma. **Declaração à imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff, após reunião da Cúpula Extraordinária do Mercosul**. 31 jul. 2012b.Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/4680-declaracao-a-imprensa-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-apos-reuniao-da-cupula-extraordinaria-do-mercosul. Acesso em: 01 jan. 2019.

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de apresentação das insígnias das Ordens do Mérito da Defesa e das Forças Armadas**. 05 abr. 2011b. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-apresentacao-das-insignias-das-ordens-do-merito-da-defesa-e-das-forcas-armadas. Acesso em: 01 jan. 2019.

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional.** 01 jan. 2011a. Disponível em:http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-compromisso-constitucional-perante-o-congresso-nacional. Acesso em 01 jan. 2019.

ROUSSEFF, Dilma. **Palestra proferida pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, na Harvard Kennedy School of Government**. 10 abr. 2012a.Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/palestra-proferida-pela-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-harvard-kennedy-school-of-government-2. Acesso em: 01 jan. 2019.

ROUQUIÉ, Alain.La democracia hoy: el jardín de los senderos que se bifurcan. **Temas Y Debates 13-Conferencias**, ago.2007.

ROUQUIÉ, Alain. **O Estado militar na América Latina**. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

RUGGIE, J. *et al.* Transformation in World Politics the intellectual contributions of Ernest Haas. **Annu. Rev. Polit. Sci**, Palo Alto, n.8, p.271–96, 2005.

RUIZ, José Briceño; SIMONOFF, Alejandro. Intrucción. Revisando la autonomia em América Latina em um contexto de interción internacional y reginalismo. *In:* RUIZ, J.; SIMONOFF, A. (ed.) **Integración y cooperación regional em América Latina. Uma relectura a partir de la teoria de la autonomia**. Buenos Aires: Ed. Biblos, 2015. p. 09-28.

RUSSELL, Roberto. Foreign Policy. *In:*ARNSON, Cynthia; PERALES, José. (org.) **The 'New Left' and Democratic Governance in Latin America**. Washington: Woodrow Wilson International Center for Scholars, aug. 2007.

RUSSELL, Roberto; TOKATLIAN, Juan Gabriel. From Antagonistic Autonomy to Relational Autonomy: A Theoretical Reflection from the Southern Cone. **Latin American Politics and Society**, [s.l.], v.45, n.1, p.01-24, spring 2003.

RUSSELL, Roberto; TOKATLIAN, Juan Gabriel. De la autonomía antagónica a la autonomía relacional: una mirada teórica desde el Cono Sur. **Perfiles latinoamericanos**, Ciudad de Mexico, v.21, p.159-194, dic. 2002.

SACCO, Lisa N.Drug Enforcement in the United States: History, Policy, and Trends. Washington: Congressional Research Service.**Congressional Research Service**, Washington, oct. 2014.

SAINT-PIERRE, Hector Luis. A Defesa na Política Externa: dos fundamentos a uma análise do caso brasileiro. **Análise de Conjuntura**, São Paulo, n.8, p.02-19, ago. 2010.

SAINT-PIERRE, Hector Luis. **As "Novas Ameaças" às Democracias Latino americanas: Uma Abordagem Teórico Conceitual**. 2007. Disponível em: https://www.academia.edu/8476365/AS_NOVAS_AMEA%C3%87AS_%C3%80S_DEMOCRACIAS_LATINOAMERICANAS_UMA_ABORDAGEM_TEORICO_CONCEITUAL. Acesso em: 01 nov. 2014.

SAINT-PIERRE, Hector Luis. Breve perspectiva histórica de las fuerzas armadas en su relación con las agendas de seguridad y desarrollo. *In:* Centro De Estudios Legales Y Sociales. **Construyendo roles. Democracia y fuerzas armadas**. Buenos Aires: CELS, 2008a. p.15-19.

SAINT-PIERRE, Hector Luis. La Emergencia Del Brasil Como Actor Global y La Seguridad. *In:* MINISTERIO DE DEFENSA. **Cuadernos De Estrategia (158) - Los Desafíos De La Seguridad En Iberoamérica**. Madrid: Ministerio de Defesa, 2012. p.233-271.

SAINT-PIERRE, Hector Luis. **La Defensa en la Política Exterior del Brasil: el Consejo Suramericano y la Estrategia Nacional de Defensa**. Madrid: Real Instituto Elcano, 2009.

SAINT-PIERRE, Hector Luis. Las definiciones políticas: Defensa y seguridad. *In:* RESDAL. **Atlas Comparativo de la Defensa en América Latina**. Buenos Aires: RESDAL, 2008. p.59-62.

SAINT-PIERRE, Hector Luis. Politica De Defesa E Relações Internacionais No Brasil: O Destino Das Paralelas. **XXXVI Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos**. OrganizaçãoLatin American Studies Association. San Juan, Puerto Rico: LASA, 2006.

SAINT-PIERRE, Hector Luis. **Reflexiones sobre los Estudios de Defensa: perspectivas filosófica e histórica**. 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/6753482/REFLEXIONES_SOBRE_LOS_

ESTUDIOS_DE_DEFENSA_PERSPECTIVA_FILOSOFICA_E_HISTORICA. Acesso em: 18 jul. 2015.

SAINT-PIERRE, Hector Luis. The Armed Forces: An Analysis of the Role of the Forces and the Distinction Between "Defence" and "Security". **Calgary Papers in Military and Strategic Studies**, Calgary, n.9, p.133-146, 2013.

SAINT-PIERRE, H.; CASTRO, G. El Consejo Sudamericano de Defensa. **Boletín RESDAL**, Buenos Aires, n.29, 2008.

SAINT-PIERRE, Héctor; PALACIOS, Alberto Jr. As medidas de confiança do Conselho ode Defesa Sul-americano (CDS): análise dos gastos em Defesa (2009–2012). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, v.57, n.1, p.22-39, 2014.

SAINT-PIERRE, Héctor L.; SILVA, Diego L. **A torre de Babel sul-americana: a importância da convergência conceitual para a cooperação em defesa**. 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/7595033/A_Torre_de_Babel_Sul-Americana_A_ Importancia_da_ Convergencia_Conceitual_para_a_Cooperacao_em_Defesa. Acesso em: 27 jul. 2014.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis; ZAGUE, José Augusto. A Indústria De Defesa E A Autonomia Estratégica: A Posição Do Brasil E A Cooperação Em Defesa Na América Do Sul. **Rev. Esc. Guerra Nav.,** Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 297-327, maio/ago. 2017.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis; WINAND, Érica. O legado da transição na agenda democrática para a defesa: os casos brasileiro e argentino. *In:* SAINT-PIERRE, H. (org.). **Controle civil sobre os militares e política de defesa na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai**. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

SANAHUJA, José Antonio. **Conceptos y visiones de seguridad: la seguridad humana**. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2017. p.01-35.

SANAHUJA, José Antonio. Del "regionalismo abierto" al "regionalismo post-liberal". Crisis y cambio en la integración regional en América Latina. *In:* ALFONSO, L.; PEÑA, L; VAZQUEZ, M. (org) **Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe**.Buenos Aires: CRIES, 2009. p.11-54.

SANAHUJA, José Antonio. Enfoques diferenciados y marcos comunes en el regionalismo latinoamericano: Alcance y perspectivas de UNASUR y CELAC. **Pensamiento Propio**, Buenos Aires, año 19, n. 39, enero-jun. 2014.

SANAHUJA, José Antonio. Multilateralismo y regionalismo en clave suramericana: El caso de UNASUR. **Pensamiento Propio**, edición especial 33, p. 117-160, 2011.

SANAHUJA, José Antonio. Reflexividad, Emancipación Y Universalismo: Cartografías De La Teoría De Las Relaciones Internacionales. **REDI**, Madrid, v. 70, n. 2, 2018.

SANAHUJA, José Antonio. Regionalismo post-liberal y multilateralismo en Sudamérica: El caso de UNASUR.CRIES. **Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2012.** Buenos Aires: CRIES, 2012.

SANAHUJA, José Antonio. ¿Un mundo unipolar, multipolar o apolar? El poder estructural y las transformaciones de la sociedad internacional contemporánea. *In:* VVAA. **Cursos de Derecho Internacional de Vitoria-Gasteiz 2007**. Bilbao: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 2008. p. 297-384.

SANAHUJA, José Antonio. UNASUR: LOGROS Y DILEMAS. *In:* ORTIZ, María. (org) **La Diplomacia de las Cumbres:** retos y oportunidades de los nuevos regionalismos. San José: FLACSO, 2013. p.55-60.

SANAHUJA, José Antonio; VERDES-MONTENEGRO, Francisco J. Seguridad y defensa en Suramérica: regionalismo, cooperación y autonomía en el marco de UNASUR.**Anuario de Integración**, Buenos Aires, v.10, p.487-530, 2014.

SÁNCHEZ, Fabio. **UNASUR: poder y acción en Suramérica**. Bogotá: Universidad Sergio Arboleda, 2017.

SANTOS, Camila C. P. *et al.***A Questão do Narcotráfico no Brasil a partir da Experiência Estadunidense: uma Síntese**. 2015. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xii_cadn/a_questao_do_narcotrafico.pdf. Acesso em: 11 out. 2018.

SANTOS, Leandro F. Sampaio. **Política de Drogas, Segurança e Colonialidade: a Região Andina em Questão.** VIII Congresso Latino-Americano de Ciência Política. Organização Associação Latino-Americana de Ciência Política e Pontifícia Universidade Católica do Peru. Lima: ALACIP, 2015.

SANTOS, Manuel. **Conferencia del Presidente de Colombia, Juan Manuel Santos, en la Universidad de Brown. 'Por Qué América Latina Importa Más Que Un Bledo'.** Providence, Rhode Island, 05 abr. 2011.

SANTOS, Manuel. **Declaración del Presidente Juan Manuel Santos en la instalación del Comité de Seguimiento al Crimen Organizado**. Bogotá, 01 feb. 2016b.

SANTOS, Manuel. **Discurso del Presidente Juan Manuel Santos Calderón.** Bogotá, 07 ago. 2010.

SANTOS, Manuel. **Palabras del Presidente Juan Manuel Santos con ocasión de los 15 años del Plan Colombia.** Washington, 04 feb. 2016c.

SANTOS, Manuel. **Palabras del Presidente Juan Manuel Santos durante el acto de condecoración al exministro de Defensa del Brasil, Nelson Jobim**. Bogotá, 29 mar. 2012a.

SANTOS, Manuel. **Palabras del Presidente Juan Manuel Santos en el lanzamiento del Plan Integral Policial para la Seguridad Ciudadana 'Corazón Verde'.** Bogotá, 23 ago. 2012e.

SANTOS, Manuel. **Palabras del Presidente Juan Manuel Santos en la ceremonia de Ascensos de la Fuerza Aérea Colombiana**. Bogotá, 01 dic. 2016a.

SANTOS, Manuel. **Palabras del Presidente Santos en la clausura de la Cumbre de**

ministros de Unasur. Cartagena, 4 may. 2012b.

SANTOS, Manuel. **Palabras del Presidente Juan Manuel Santos en la instalación de la VI Cumbre de las Américas.** Cartagena, 14 abr. 2012c.

SANTOS, Manuel. **Palabras del Presidente Juan Manuel Santos en la presentación de los logros del sector defensa.** Medellín, 30 jul. 2012d.

SANTOS, Manuel. Presentación – Minstro Defensa - Juan Manuel Santos C. *In:* COLÔMBIA. **Política De Consolidación De La Seguridad Democrática**. Bogotá, 2007.

SANTOS, Marcelo. O Plano Colômbia e o primeiro mandato de Uribe (2002-2006). **Cena Internacional**, Brasília, v. 8, n.2, p. 63-83, 2006.

SANTOS, Tamiris Pereira. Institucionalizando o Conselho de Defesa Sul-Americano em paralelo à permanência do litígio colombiano – um balanço das ações realizadas e dos desafios remanescentes. **Seminário Brasileiro De Estudos Estratégicos Internacionais (SEBREEI)** - O Atlântico Sul como Eixo da Inserção Internacional do Brasil.Organização Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: SEBREEI, 2013.

SARAIVA, Miriam Gomes. Procesos de integración de América del Sur y el papel de Brasil: los casos del Mercosur y la Unasur. **Revista CIDOB d'afers internacionals**, Barcelona, n.97-98, p.87-100, abr. 2012a.

SARAIVA, Miriam Gomes. La política exterior de Dilma Rousseff hacia América del Sur: Continuidad en estrategias y ajustes em prioridades.**Anuario de Integración**, Buenos Aires, v.9, 2012b.

SCHOULTZ, Lars. **Estados Unidos: poder e submissão**. São Paulo: EDUSC. 2000

SECRETÁRIO Gates e Ministro da Defesa do Brasil assinam Pacto de Segurança. **Defesanet,** [s.l.], 12 abr. 2010. Disponível em: http://www.defesanet.com.br/br_usa/noticia/5365/ Secretario-Gates-e-Ministro-da-Defesa-do-Brasil-assinam-Pacto-de-Seguranca/. Acesso em: 01 jun. 2019.

SEELKE, Clare Ribando *et al.* **Latin America and the Caribbean: Illicit DrugTrafficking and U.S. Counterdrug Programs.** Washington: Congressional Research Service, 2011.

SEELKE, Clare Ribando *et al.* **Latin America and the Caribbean: Illicit DrugTrafficking and U.S. Counterdrug Programs.** Washington: Congressional Research Service,2012.

SEGURA, Caterina García. Capítulo IX. La Escuela Inglesa y la Teoría de la Sociedad Internacional: Propuestas, Críticas y Reformulación. *In:* MOYÚA, Celestino Del Arenal; SANAHUJA, José Antonio. (org.) **Teorías de las Relaciones Internacionales**. Madrid: Tecnos (Grupo Anaya, S.A.), 2015.

SELCHOW, Sabine. Security Policy and (Global) Risk(s). KALDOR, Mary; RANGELOV, Iavor. **The handbook of global security policy**. Oxford: John Wiley & Sons Ltd, 2014. p.68-84.

SERBIN, Andrés. New Regionalism and Civil Society: Bridging the Democratic Gap?*In:* RIGGIROZZI, Pía; TUSSIE, Diana. (org.)**The Rise of Post-hegemonic Regionalism:** The Case of Latin America. New York: Springer, 2012. p.147-166.

SERBIN, Andrés. Regionalismo y soberanía nacional en América Latina: los nuevos desafíos. **Nueva Sociedad,** Buenos Aires, Defensa 1111, p.01-27, ago. 2010.

SERBIN, Andrés; MARTÍNEZ, Laneydi; RAMANZINI JR., Haroldo. El regionalismo post-liberal en América Latina y el Caribe: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafios.CRIES. **Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2012.** Buenos Aires: CRIES, 2012.

SERBIN, Andrés; SERBIN PONT, Andrei. COOPERATIVE SECURITY ANDREGIONAL GOVERNANCE. *In:* KACOWICZ, A.; MARES, D. **Routledge handbook of Latin American security**. New York: Routledge, 2016.

SEQUEIRA, Jorge Manuel Dias. **Segurança Interna e Externa Face às Novas Realidades**. Disponível em: www.academiamilitar.pt/proelium-n.o-4/seguranca-interna-e-externa-face-as-novas-realidades.html+&cd=12&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 22 jul. 2015.

SERRANO, Lorena Oyarzún; GALARRETA, Federico Rojas. La Alianza del Pacífico en América Latina ¿Contrapeso regional? **Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo**, Mérida, v.8, n.16, p.09-30, jul.-dic. 2013.

SHIMABUKURO, Alessandro. Concepções estratégicas dos Estados Unidos sobre a segurança internacional dos governos de Bill Clinton, George W. Bush e Barack Obama. *In:* AYERBE, Luis Fernando (Org.) **De Clinton a Obama - Políticas dos Estados Unidos para a América Latina**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. p.35-50.

SKAAR, E.; MALCA, C. Latin American Civil-Military Relations in a Historical Perspective: A Literature Review. **WP 2014**,[s.l.], n. 6, jun. 2014.

SILVA, Barbara Ellynes Zucchi Nobre. **Processos De Paz Na Colômbia – Dos Intentos De Andrés Pastrana À Instalação Da Mesa De Havana**. Orientação: Héctor Saint-Pierre. 2017. 120 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa De Pós-Graduação Em Relações Internacionais – Unesp, Unicamp e Puc-Sp, São Paulo, 2017.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante aula inaugural da Unila e cerimônia de assinatura do decreto de criação da Comissão de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira Foz do Iguaçu – PR.** 02 set. 2010a. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/02-09-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-aula-inaugural-da-unila-e-cerimonia-de-assinatura-do-decreto. Acesso em: 04 jan. 2019.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a 4ª reunião ordinária de chefes de Estado e de Governo da Unasul**. Georgetown, 26 nov. 2010c. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/26-11-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-

inacio-lula-da-silva-durante-a-4a-reuniao-ordinaria-de-chefes-de-estado-e-de-governo-da-unasul. Acesso em: 04 jan. 2019.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de sanção da lei que cria o Regime de Partilha do pré-sal e Fundo Social do pré-sal**. Brasília, 22 dez. 2010b.Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/22-12-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-cerimonia-de-sancao-da-lei-que-cria-o-regime-de-partilha-do-pre-sal-e-fundo-social-do-pre-sal. Acesso em: 04 jan. 2019.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de lançamento da Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 18 dez. 2008c. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/12242-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasiao-de-lancamento-da-estrategia-nacional-de-defesa-brasilia-18-de-dezembro-de-2008. Acesso em: 04 jan. 2019.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia em comemoração ao Dia do Diplomata Palácio Itamaraty.** 29 abr. 2008a. Disponível em: www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2008/copy_of_29-04-2008-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-cerimonia-em-comemoracao-ao-dia-do-diplomata/%40%40download/file/29-04-2008-Discurso%2520do%2520Presidente%2520da%2520Republica-%2520Luiz%2520Inacio%2520Lula%2520da%2520Silva-%2520durante%2520cerimonia%2520em%2520comemoracao%2520ao%2520Dia%2520do%2520Diplomata.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 04 jan. 2019.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a reunião extraordinária de chefes de Estado e de Governo da União Sul-Americana de Nações – Unasul Brasília-DF.**Brasília, 23 maio 2008b.Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2008/23-05-2008-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-a-reuniao-extraordinario-de-chefes-de-estado-e-de-governo-da-uniao-sul-americana-de-nacoes-unasul. Acesso em: 04 jan. 2019.

SILVA, Marco Antonio de Meneses. Teoria Crítica em Relações Internacionais. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v.27, n.2, p.249-282, jul./dez. 2005.

SILVA, Saint-Clair Lima da. **Conselho de Defesa Sul-Americano: possibilidade de integração militar efetiva na América do Sul?**Orientação: Norma dos Santos. 2012. 28f. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SIMONOFF, Alejandro. La estructura decisoria en materia de política exterior de la primera administración de Cristina Fernández de Kirchner (2007-2011). **VII Jornadas de Sociología de La Universidad Nacional De La Plata**. Argentina En El Escenario Latinoamericano Actual: Debates Desde Las Ciencias Sociales. Organização Universidad Nacional de La Plata. La Plata: UNLP, 2012.

SIMONOFF, Alejandro. La Escuela Autonomista: Pasado Y Presente. **Perspectivas Revista de Ciencias Sociales**, [s.l.], n.1, p.09-19, ene.-jun. 2016.

SIMMONS, Beth; MARTIN, Lisa. International organization and institutions. *In:* SIMMONS, B; MARTIN, L. **Handbook of International Relations**. New York: SAGE Publications Ltd, 2011. p.192-211.

SIMÕES, Antonio José Ferreira. **Eu Sou Da América Do Sul**. Brasília: FUNAG, 2012.

SIRIGU, Giulia; OLIVARES, Eduardo. Latin American foreign policy beyond the United States. **Political Perspectives**, Cambridge, v.6, p.01-08, 2012.

SISTEMA on line vai permitir apoio mútuo entre países sul-americanos em casos de desastres naturais. **MINISTÉRIO DA DEFESA**, Brasília, 17 set. 2014. Disponível em: http://www.defesa.gov.br/noticias/13733-sistema-on-line-vai-permitir-apoio-mutuo-entre-paises-sul-americanos-em-casos-de-desastres-naturais. Acesso em: 10 out. 2014.

SMITH, Joseph. **The United States and Latin America** - A history of American diplomacy, 1776–2000. New York: Routledge, 2005.

SMITH, Peter. **Talons of the eagles: dynamics of U.S.-Latin American relations**. Oxford: Oxford University Press, 1996.

SOARES, Maria Susana Arrosa.**Autonomia e Interdependência nas Relações Internacionais na América Latina.** 2005. Disponível em:http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/Alas/Maria%20Susana%20A.pdf. Acesso em: 01 mar. 2019.

SOARES, Samuel Alves. Segurança e defesa no Cone Sul: transições com transformações? **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v.XXXIV, n.1, p.160-180, jun. 2008.

SOARES, Samuel Alves. Por uma Nova Ontologia da Defesa. **Rev. Bra. Est. Def.**, Niteróia, v.2, n.2, p.15-20, jul./dez. 2015.

SOUSA, Victor Teodoro De. **O internacional na visao do Partido dos Trabalhadores: trajetoria, influencias na politica externa brasileira e na cooperacao sul-americana em defesa**. Orientação: Suzeley Mathias. 2018. 129f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa De Pós-Graduação Em Relações Internacionais San Tiago Dantas, UNESP, UNICAMP e PUC-SP, São Paulo, 2018.

SOUTHCOM. **History**. 2018. Disponível em: http://www.southcom.mil/About/History/. Acesso em: 05 set. 2018.

SOUTHCOM. **RELEASE: Panamax 2016 to be led by Chile, Peru and Colombia.** 26 jul. 2016. Disponível: http://www.southcom.mil/News/PressReleases/Article/1033365/release-panamax-2016-to-be-led-by-chile-peru-and-colombia. Acesso em: 11 set. 2018.

SOUZA, Tamires A. Ferreira. Ameaças Regionais e Cooperação em Defesa: Estudo Sobre a América do Sul. **Rev. Conj. Aust.**, Porto Alegre, v.8, n.42, p.45-60, jun./jul. 2017.

SOUZA, Tamires A. Ferreira. As razões de existência do Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL. **Rev. Carta Inter.**, Belo Horizonte, v.11, n.3, p. 124-148, 2016.

SOUZA, Tamires A. Ferreira. **Cooperação em defesa e a região sul-americana: o papel do Conselho de Defesa Sul-Americano, da UNASUL**. Orientação: Marco Cepik. 2015. 171 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2015.

SOUZA, Tamires A. Ferreira. Integração regional e Comunidade de Segurança: Construção do Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL. **O Cosmopolítico**, Rio de Janeiro, ano 1, n.2, p.17-20, jul.-out. 2013.

SOUZA, Tamires A. Ferreira. Medidas de Confiança Mútua. *In:* SAINT-PIERRE, H.; VITELLI, M. **Dicionário de segurança e defesa**. São Paulo: Editora UNESP, 2018. p. 617-622.

SOUZA, Tamires A. Ferreira; SCHWETHER, Natália Diniz. Um Novo Despertar Para A África, A Fronteira Oriental Brasileira: O Caso Dos Fuzileiros Navais Na Namíbia. **Rev. Esc Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v.20, n.2, p.435–453, jul./dez. 2014.

STEIN, Arthur A.; LOBELL, Steven E. Geostructuralism and International Politics: The End of the Cold War and the Regionalization of International Security. *In:* LAKE, D.; MORGAN, P. **Regional Orders: Building Security in a New World**. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1997. p. 101–122.

STRITZEL, Holger. Security, the translation. **Security Dialogue**, [s.l.], v.42, n.4-5, p.343–355, 2011.

SUCCI JR., David. A agenda de segurança estadunidense no pós-Guerra Fria e o emprego das Forças Armadas na Argentina e no Brasil.**Conjuntura Global**, [s.l.], v. 5 n. 3, p.566-586, set./dez. 2016.

SUCCI JR., David. **Forças Armadas E Segurança Pública: A Construção Do Padrão De Emprego Militar Na Argentina E No Brasil Entre 2005 E 2015.** Orientação: Héctor Saint-Pierre. 2018. 115f. Dissertação (Mestrado Em Relações Internacionais) - Programa De Pós-Graduação Em Relações Internacionais San Tiago Dantas – UNESP, UNICAMP E PUC-SP, São Paulo, 2018.

SUCCI JR., David. Missões Militares, Técnica E Política: O Emprego Das Forças Armadas Em Segurança Pública.**BJIR**, Marília, v.6, n.2, p. 413-436, maio/ago. 2017.

SULLIVAN, Mark P. **Argentina: Political Conditions and U.S. Relations.** Washington: CRS Report for Congress, 2005.

SULLIVAN, Mark P.; BEITTEL, June S. **Latin America: Terrorism Issues**.2008. Disponível em: https://fas.org/sgp/crs/terror/RS21049.pdf. Acesso em: 10 set. 2018.

SVAMPA, Maristella. Las fronteras del gobierno de Kirchner: entre la consolidación de lo viejo y las aspiraciones de lo nuevo. **Cuadernos del CENDES**, [s.l.],año 24, n. 65, mayo-ago. 2007.

TAKAHASHI, Sugio. Redefinition of Cooperative Security and "Regional" Security in the Asia-Pacific. **NIDS Security Reports**, Tokyo, n.1, p.101-115, mar. 2000.

TAKUSHI, Robiériem. **Plano Colômbia: Implicações Imediatas da Ingerência Norte-Americana no Conflito Armado Colombiano**. Orientação: Marco Cepik. 2012. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

TANNO, Grace. A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v.25, n.1, p.47-80, jan./jun. 2003.

TEDESCO, Laura; DIAMINT, Rut.Latin American Democracy. What to Do with the Leaders? **Bulletin of Latin American Research**, [s.l.], v.33, n.1, p. 31–45, 2014.

TEIXEIRA, Vinicius Modolo. **A Cooperação em Defesa na América do Sul como base para a integração do continente**. Orientação: Rita de Souza. 2013. 245 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2013.

TEIXEIRA JR., Augusto W. M. **O Brasil e a Criação do Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL: Cooperação e Balanceamento como Estratégias de Autoajuda**. Orientação: Marcos Lima. 2013. 304f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

TEIXEIRA JR., Augusto W. M.; SILVA, Antonio Henrique Lucena. Explaining Defense Cooperation With Process-tracing: the Brazilian Proposal for the Creation of UNASUR South American Defense Council. **Rev. Bras. Polít. Int.**, Rio de Janeiro, v.60, n.2, 2017.

TEIXEIRA JR., Augusto W. M.; SOUSA, Valéria de M. O Desafio do Uso da Força e a evolução das Medidas de Confiança Mútua no Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL. **Boletim Meridiano 47**, Rio de Janeiro, v.14, n.140, p. 42-48, nov.-dez. 2013.

TICKNER, Arlene. Intervención por invitación. Claves de la política exterior colombiana y de sus debilidades principales. **Revista Colombia Internacional**, Bogotá, n. 65, 2007.

TICKNER, Arlene. Securitization and the limits of democratic security. *In:* KACOWICZ, A.; MARES, D. **Routledge handbook of Latin American security**. New York: Routledge, 2016.

TICKNER, Arlene B.; MORALES, Mateo. Cooperación dependiente asociada. Relaciones estratégicas asimétricas entre Colombia y Estados Unidos.**Colombia Internacional**, Bogotá, v.85, p.171-205, sep.-dic. 2015.

TIDD, Kurt W. **Adm. Tidd Prepared Remarks for CSIS Maritime Security Dialogue.** 18 oct. 2016a. Disponível em:

http://www.southcom.mil/Media/SpeechesTranscripts/Article/1035605/adm-tidd-prepared-remarks-for-csis-maritime-security-dialogue. Acesso em: 11 set. 2018.

TIDD, Kurt W. **Tidd Prepared Remarks at Commander Series event hosted by the Atlantic Council's Brent Scowcroft Center on International Security.** 14 jul 2016b. Disponível em: http://www.southcom.mil/Media/Speeches-Transcripts/Article/1035726/adm-tidd-prepared-remarks-at-commander-series-event-hosted-by-the-atla%E2%80%A6/. Acesso em: 11 set. 2018.

TOKATLIAN, Juan Gabriel. El plan Colombia: ¿un modelo de intervención? **Revista CIDOB d'Afers Internacionals**, Barcelona, n. 54-55, p. 203-219, 2001.

TOKATLIAN, Juan Gabriel.. La Mirada De La Política Exterior De Colombia Ante Un Nuevo Milenio: ¿Ceguera, Miopía O Estrabismo? **Colombia Internacional**, Bogotá, v.48, 2000.

TORRES, César Augusto Bermúdez. Inserción de Colombia en las relaciones internacionales, en el contexto de la segunda postguerra mundial. **Civilizar**, [s.l.], v. 10, n.19, p. 135-152, ene.-jun. 2010.

TUBINO, Carlos. Las Medidas de confianza mutua en el campo militar como herramientas para la paz. *In:* TAMAYO, Ana María. **Conocer la guerra, construir la seguridad: aproximaciones desde la sociedad civil**. Lima: Ed. Democracia y Fuerza Armada, 2008. p.175-182.

TULCHIN, Joseph S. Regional Security in Latin America after US Hegemony. *In:*SUAREZ**,** Marcial; VILLA, Rafael; WEIFFEN, Brigitte (org.)**Power Dynamics and Regional Security in Latin America**. London: Palgrave Macmillan, 2017. p.27-52

UGARTE, José Manuel. El Consejo de Defensa Sudamericano: Naturaleza, Balance Provisorio, Perspectivas y Desafios. *In:* GUARNIZO, Catalina; MATHIEU, Hans. (org.) **Seguridad Regional en América Latina y el Caribe: Anuario 2010**. Bogotá: IEEPP, 2010.

UGARTE, José Manuel. La política de defensa argentina actual: del fortalecimiento normativo e institucional a la construcción de una capacidad de defensa eficaz en el marco de la cooperación regional. **VII Jornadas de Sociología de la Universidad Nacional de La Plata** Argentina en el escenario latinoamericano actual: debates desde las ciencias sociales. Organização Universidade Nacional de La Plata. La Plata: UNLP, 2012.

UGARTE, José Manuel. Los conceptos de defensa y seguridad en América Latina: sus peculiaridades respecto de los vigentes en otras regiones, y las consecuencias políticas de tales peculiaridades. XXIII International Congress of the Latin American Studies Association. Organização Latin American Studies Association.Washigton D.C: LASA, 2001.

ULLRICH, Danielle Regina; MARTINS, Bibiana Volkmer; CARRION, Rosinha Machado. A Cooperação Sul-Sul como Estratégia de Política Externa Brasileira: análise dos governos Lula e Dilma. **XXXVII ENCONTRO DA ENANPAD**. Organização Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. Rio de Janeiro: ANPAD, 2013. p.01-16.

ULZURRUN, Javier María Donézar Díez de.Una Mirada Global A Las Relaciones De Latinoamérica y Estados Unidos Entre Los Años 1945 Y 1990.*In:*MINISTERIO DE DEFENSA. Centro Superior De Estudios De La Defensa Nacional. **Monografías Del Ceseden 121. El Futuro De Las Relaciones Latinoamérica-Estados Unidos.** Madrid: Ministério de Defesa, 2011.

UNIÃO sul-americana mexe com 'tabuleiro do poder', diz Lula. **Estadão**, São Paulo, 23 maio 2008. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,uniao-sul-americana-mexe-com-tabuleiro-do-poder-diz-lula,177031,0.htm?p=1>. Acesso em: 06 jul. 2012.

UNIÓN DE NACIONES SURAMERICANAS. **Criação do Conselho de Defesa Sul-Americano**. 2008a. Disponível em: http://www.cdsunasur.org/index.php?option=com_content&view=article&id=77&Itemid=187&lang=pt. Acesso em: 02 jul. 2011.

UNIÓN DE NACIONES SURAMERICANAS. **Estatuto del Consejo de Defensa Suramericano de la UNASUR**. 2008b. Disponível em: http://www.cdsunasur.org/index.php?option=com_content&view=article&id =78&Itemid=188&lang=pt. Acesso em: 30 jun. 2011.

UNIÓN EUROPEA. **Estrategia Europea De Seguridad. Una Europa Segura En Un Mundo Mejor.** 2003. Disponível em: http://www.iri.edu.ar/publicaciones_iri/anuario/CD%20Anuario%202005/Seguridad/40-ue-estrategia%20defensa.pdf. Acesso em 12 ago. 2018.

UNIÓN DE NACIONES SURAMERICANAS. **Estrategia Global Para La Política Exterior y de seguridad de la Unión Europea. Una visión común, una actuación conjunta: una Europa más fuerte**. 2016. Disponível em: https://europa.eu/globalstrategy/sites/globalstrategy/files/eugs_es_version.pdf. Acesso em 12 ago. 2018.

UNIÃO sul-americana mexe com 'tabuleiro do poder', diz Lula. **Estadão**, São Paulo, 23 maio 2008.Disponível em:http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,uniao-sul-americana-mexe-com-tabuleiro-do-poder-diz-lula,177031,0.htm?p=1. Acesso em 06 jul. 2012.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME**. ANALYSIS OF DRUG MARKETS Opiates, cocaine, cannabis, synthetic drugs**. World Drug Report 2018. 2018b. Disponível em: https://www.unodc.org/wdr2018/prelaunch/WDR18_Booklet_3_DRUG_MARKETS.pdf. Acesso em: 10 maio 2019.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME**.** GLOBAL OVERVIEW OF DRUG DEMAND AND SUPPLY Latest trends, cross-cutting issues. World Drug Report 2018. 2018a. Disponível em: https://www.unodc.org/wdr2018/prelaunch/WDR18_Booklet_2_GLOBAL.pdf. Acesso em: 10 mai. 2019.

UNITED STATES OF AMERICA. The White House. **A National Security Strategy For A New Century**. Washington: The White House, 1999.

UNITED STATES OF AMERICA. The White House. **A National Security Strategy For A Global Age**. Washington: The White House, 2000a.

UNITED STATES OF AMERICA. The White House. **National Security Strategy of the united states of America**. Washington: The White House, 2006.

UNITED STATES OF AMERICA. The White House. **National Security Strategy**. Washington: The White House, 2010a.

UNITED STATES OF AMERICA. The White House. **National Drug Control Strategy**. Washington: The White House, 2012a.

UNITED STATES OF AMERICA. The White House. **Strategy To Combat Transnational Organized Crime - Addressing Converging Threats to National Security**. Washington: The White House, 2011a.

UNITED STATES OF AMERICA. The White House. **The National Security Strategy of the United States of America.** Washington: The White House, 2002.

UNITED STATES OF AMERICA. The White House. **The National Security Strategy**. Washington: The White House, 2015.

UNITED STATES OF AMERICA. U.S. Department of Justice. **Overview Of The Law Enforcement Strategy To Combat International Organized Crime.** Washington: U.S. Department of Justice, 2008a.

UNITED STATES OF AMERICA. U.S. Goverment. **International Crime Threat Assessment**. Washington: U.S. Goverment,2000b.

UNITED STATES OF AMERICA. United States Department of State - Bureau for International Narcotics and Law Enforcement Affairs. **International Narcotics Control Strategy Report -** Volume I Drug and Chemical Control. Washington: U.S. Department of State, 2008b.

UNITED STATES OF AMERICA. United States Department of State - Bureau for International Narcotics and Law Enforcement Affairs. **International Narcotics Control Strategy Report -** Volume II Money Laundering and Financial Crimes. Washington: U.S. Department of State, 2008c.

UNITED STATES OF AMERICA. United States Department of State - Bureau for International Narcotics and Law Enforcement Affairs. **International Narcotics Control Strategy Report -** Volume I Drug and Chemical Control. Washington: U.S. Department of State,2009a.

UNITED STATES OF AMERICA. United States Department of State - Bureau for International Narcotics and Law Enforcement Affairs. **International Narcotics Control Strategy Report -** Volume II Money Laundering and Financial Crimes. Washington: U.S. Department of State, 2009b.

UNITED STATES OF AMERICA. United States Department of State - Bureau for International Narcotics and Law Enforcement Affairs. **International Narcotics Control Strategy Report -** Volume I Drug and Chemical Control. Washington: U.S. Department of State, 2010b.

UNITED STATES OF AMERICA. United States Department of State - Bureau for International Narcotics and Law Enforcement Affairs. **International Narcotics Control Strategy Report** - Volume II Money Laundering and Financial Crimes.Washington: U.S. Department of State, 2010c.

UNITED STATES OF AMERICA. United States Department of State - Bureau for International Narcotics and Law Enforcement Affairs . **International Narcotics Control Strategy Report** - Volume I Drug and Chemical Control. Washington: U.S. Department of State,2011b.

UNITED STATES OF AMERICA. United States Department of State - Bureau for International Narcotics and Law Enforcement Affairs. **International Narcotics Control Strategy Report** - Volume II Money Laundering and Financial Crimes.Washington: U.S. Department of State,2011c.

UNITED STATES OF AMERICA. United States Department of State - Bureau for International Narcotics and Law Enforcement Affairs . **International Narcotics Control Strategy Report** - Volume I Drug and Chemical Control . Washington: U.S. Department of State,2012b.

UNITED STATES OF AMERICA. United States Department of State - Bureau for International Narcotics and Law Enforcement Affairs. **International Narcotics Control Strategy Report** - Volume II Money Laundering and Financial Crimes.Washington: U.S. Department of State,2012c.

UNITED STATES OF AMERICA. United States Department of State - Bureau for International Narcotics and Law Enforcement Affairs. **International Narcotics Control Strategy Report** - Volume I Drug and Chemical Control.Washington: U.S. Department of State,2013a.

UNITED STATES OF AMERICA. United States Department of State - Bureau for International Narcotics and Law Enforcement Affairs . **International Narcotics Control Strategy Report** - Volume II Money Laundering and Financial Crimes.Washington: U.S. Department of State,2013b.

UNITED STATES OF AMERICA. United States Department of State - Bureau for International Narcotics and Law Enforcement Affairs. **International Narcotics Control Strategy Report** - Volume I Drug and Chemical Control . Washington: U.S. Department of State,2014a.

UNITED STATES OF AMERICA. United States Department of State - Bureau for International Narcotics and Law Enforcement Affairs. **International Narcotics Control Strategy Report** - Volume II Money Laundering and Financial Crimes.Washington: U.S. Department of State,2014b.

UNITED STATES OF AMERICA. United States Department of State - Bureau for International Narcotics and Law Enforcement Affairs. **International Narcotics Control Strategy Report** - Volume I Drug and Chemical Control.Washington: U.S. Department of State,2015b.

UNITED STATES OF AMERICA. United States Department of State - Bureau for International Narcotics and Law Enforcement Affairs. **International Narcotics Control Strategy Report** - Volume II Money Laundering and Financial Crimes.Washington: U.S. Department of State,2015c.

UNITED STATES OF AMERICA. United States Department of State - Bureau for International Narcotics and Law Enforcement Affairs. **International Narcotics Control Strategy Report** - Volume I Drug and Chemical Control.Washington: U.S. Department of State,2016a.

UNITED STATES OF AMERICA. United States Department of State - Bureau for International Narcotics and Law Enforcement Affairs. **International Narcotics Control Strategy Report** - Volume II Money Laundering and Financial Crimes.Washington: U.S. Department of State,2016b.

UNITED STATES OF AMERICA. United States Department of State - Bureau for International Narcotics and Law Enforcement Affairs. **International Narcotics Control Strategy Report** - Volume I Drug and Chemical Control.Washington: U.S. Department of State,2017a.

UNITED STATES OF AMERICA. United States Department of State - Bureau for International Narcotics and Law Enforcement Affairs. **International Narcotics Control Strategy Report** - Volume II Money Laundering and Financial Crimes.Washington: U.S. Department of State,2017b.

URIBE. Álvaro. Carta del Presidente de la República, Álvaro Uribe Vélez. *In:* COLÔMBIA. **Política de Defensa y Seguridad Democrática**. Bogotá, 2003.

URIBE. Álvaro. **'Conferencia Antiterrorismo Contemporáneo: La Experiencia Colombiana'**. Bogotá, 31 mar. 2009b. Disponível em: http://www.alvarouribevelez.com.co/es/content/conferencia-antiterrorismo-contemporaneo-la-experiencia-colombiana. Acesso em: 10 abr. 2019.

URIBE. Álvaro. **Desfile militar del Bicentenario de la Independencia en Socorro, Santander**. Socorro, 09 jul. 2010. Disponível em: http://www.alvarouribevelez.com.co/es/content/desfile-militar-del-bicentenario-de-la-independencia-en-socorro-santander. Acesso em: 10 abr. 2019.

URIBE. Álvaro. **Escuela Militar de Cadetes General José María Córdova**. Bogotá, 22 mayo 2009c. Disponível em: http://www.alvarouribevelez.com.co/es/content/escuela-militar-de-cadetes-general-jose-maria-cordova. Acesso em: 10 abr. 2019.

URIBE. Álvaro. **Intervención del Presidente de la República, Álvaro Uribe Vélez**. 64ª Asamblea General de la Organización de las Naciones Unidas. Nueva York, 23 sep. 2009a. Disponível em: http://historico.presidencia.gov.co/discursos/discursos2009/septiembre/onu_23092009.html. Acesso em: 10 abr. 2019.

URIBE. Álvaro. **Palabras del Presidente Uribe en el Foro 'Seguridad, dolor evitable'**. Santa Marta, Junio 13 de 2008b. Disponível em:

http://www.alvarouribevelez.com.co/es/content/palabras-del-presidente-uribe-en-el-foro-seguridad-dolor-evitable. Acesso em: 10 abr. 2019.

URIBE. Álvaro. **Palabras del Presidente Uribe en la sesión inaugural de la 38Asamblea General de la OEA**. Medellín, 01 jun. 2008a. Disponível em: http://www.alvarouribevelez.com.co/es/ content/palabras-del-presidente-uribe-en-la-sesion-inaugural-de-la-38-asamblea-general-de-la-oea. Acesso em: 10 abr. 2019.

VAZ, Alcides Costa; FUCCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas Pereira. UNASUR, Brazil, and the South American defence cooperation: A decade later.**Rev. Bras. Polít. Int.**, Ro de Janeiro, v.60, n.2, 2017.

VAZ, Alcides; JÁCOME, Francine. El Consejo de Defensa Suramericano. Retos para la Cooperación en Seguridad y Defensa en Suramérica. **Policy Paper**,[s.l.], v.26, 2009.

VELLOZO JR., Joelson. **Dinâmicas De (In)Segurança Regional Nos Países Em Desenvolvimento: Uma perspectiva brasileira para a América do Sul**. Orientação: Antonio Lessa. 2006. 112f.Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

VERDES-MONTENEGRO, Francisco J. Escánez. Securitización: agendas de investigación abiertas para el estudio de la seguridad. **Relaciones Internacionales**, Madrid, n.29, jun-sep. 2015.

VEYRET, Yvette; RICHMOND, Nancy. O risco, os riscos. *In:* VEYRET, Yvette (org.). **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2007. p.23-46.

VETSCHERA, Heinz. Cooperative Security – the Concept and its Application in South Eastern Europe. *In:* FELBERBAUER, E.; JUREKOVIC, P.; LABARRE, F. (org.) **Approaching or Avoiding Cooperative Security? The Western Balkans in the Aftermath of the Kosovo Settlement Proposal and the Riga Summit - 14th Workshop of the Study Group "Regional Stability in South East Europe"**. Vienna: Study Group Information, 2007. p.33-56.

VIDELA, David A. H.**La Seguridad Cooperativa - Un modelo de seguridad estratégica en evolución**. 2003. Disponível em: http://revistamarina.cl/revistas/2003/6/hardy.pdf. Acesso em 02 fev. 2014.

VIGEVANI, Tullo; ARAGUSUKU, e Juliano A. S. Atitudes brasileiras para as organizações hemisféricas: Círculos concêntricos. **Pensamiento Propio**, Buenos Aires, año 19, n. 39, enero-jun. 2014.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. **Contexto internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 273-335, jul./dez. 2007.

VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI, Haroldo Jr.; FAVARON, Gustavo de Mauro. Dificuldades e Potencialidades da Integração Regional na Perspectiva da Política Exterior do Brasil *In:*

ALFONSO, L.; PEÑA, L; VAZQUEZ, M. (org.) **Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe**. Buenos Aires: CRIES, 2009. p.163-178.

VILLA, Rafael Duarte. Brazilian Hybrid Security in South America. **Rev. Bras. Polít. Int.**, Rio de Janeiro, v.60, n.2, p.01-22, 2017.

VILLA, Rafael Duarte; OSTOS, Maria Del Pilar.As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança. **Rev. Bras. Polít. Int.**, Rio de Janeiro, v.48, n.2, p.86-110, 2005.
VILLA, Rafael; VIANA, Manuela. Os anos Uribe na Colômbia: Segurança interna e aliança estratégica com EUA na construção do Estado-nação.**Carta Internacional**, Belo Horizonte, v.05, n.02, dez. 2010.

VILLEGAS, Luis Carlos Echeverri. Presentación. *In:* COLÔMBIA. **Política De Defensa Y Seguridad - Todos Por Un Nuevo País**. Bogotá, 2015.

VITELLI, Marina Gisela. América del Sur: De la Seguridad Cooperativa a la Cooperación Disuasoria. **Foro Internacional 225**, [s.l.], LVI, n.3, p.724-755, 2016c

VITELLI, Marina Gisela. Argentina, Brasil y la defensa en América del Sur. Las identidades estratégicas y la seguridad regional. **Cuadernos política exterior argentina**, Buenos Aires, n.121, p.01-44, 2015.

VITELLI, Marina Gisela. Consideraciones Teoricas sobre el Consejo de Defensa Sudamericano: la Seguridad Regional desde el Realismo, el Liberalismo y el Constructivismo.**Revista de Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, 2016b.

VITELLI, Marina Gisela. Comunidad E Identidad En La Cooperación Regional En Defensa: Entendimientos En Conflicto Sobre Pensamiento Estratégico En El Consejo De Defensa Sudamericano. **Rev. Esc Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 22 n. 2, p. 233-260, mai./ago. 2016a.

VITELLI, Marina Gisela. La identidad estratégica argentina y el ascenso de Brasil. Las bases ideacionales de una política de defensa cooperativa. **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, [s.l.], v.11, n.2, p. 271-289, jul.-dic. 2016d.

VITELLI, Marina Gisela. The South American Defense Council: the Building of a Community of Practice for Regional Defense. **Rev. Bras. Polít. Int.**, Rio de Janeiro, v.60, n.2, 2017.

VITELLI, Marina; SOUZA, Tamires. **Suspensão da participação na UNASUL: reflexos sobre a Segurança e a Defesa regional.**21 maio 2018. Disponível em: http://www.eris-gedes.org/single-post/suspensao-da-pariticiacao-na-UNASUL. Acesso em: 21 jul. 2018.

VOMMARO, Gabriel; GENÉ, Mariana. Argentina: el año de *Cambiemos*. **Revista De Ciencia Política**, [s.l.], v.37, n.2, p.231-253, 2017.

WAEVER, Ole. Politics, security, theory. **Security Dialogue**, [s.l.], v.42, n.4-5, p. 465–480, 2011.

WAGNER, Jaques. **Inovações Em Prol Da Defesa E Do Desenvolvimento Do Brasil**. Rio de Janeiro, 02 mar. 2015.

WALKER, R. B. J. **Inside/outside: international relations as political theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

WALTZ, Kenneth N.Structural Realism after the Cold War. **International Security**, Camridge, v. 25, n.1, p.05-41, summer 2000.

WEIFFEN, Brigitte; VILLA, Rafael Duarte. Re-Thinking Latin American Regional Security: The Impact of Power and Politics. *In:* SUAREZ, Marcial A.G.; VILLA, Rafael Duarte; WEIFFEN, Brigitte (org.) **Power Dynamics and Regional Security in Latin America**. London. This Palgrave Macmillan. 2017.

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

WEYLAND, Kurt. The Performance of Leftist Governments in Latin America: Conceptual and Theoretical Issues. *In:*WEYLAND, K; MADRID, R; HUNTER, W. (org.) **Leftist Governments in Latin America:** Successes and Shortcomings. Austin*:*Cambridge University Press, 2010.

WEYLAND, Kurt. The Rise of Latin America's Two Lefts: Insights from Rentier State Theory. **Comparative Politics**, [s.l.], v. 41, n.2, p.145-164, jan. 2009.

WIKILEAKS. **Argentina: 2009-2010 International Narcotics Control Strategy Report Part 1 Draft.** 2009b. Disponível em: http://wikileaks.org/plusd/cables/ 09BUENOSAIRES1272_a.html. Acesso em: 10 dez. 2018.

WIKILEAKS. **Brazil Pushes South American Security Council Initiative**. 2008b. Disponível em: http://wikileaks.org/plusd/cables/08BOGOTA1715_a.html. Acesso em: 10 fev. 2019.

WIKILEAKS. **Colombia: 2003 Annual Terrorism Report**. 2003c. Disponível em: http://wikileaks.org/plusd/cables/03BOGOTA11615_a.html. Acesso em: 10 dez. 2018.

WIKILEAKS. **Colombian President-Elect: Drug Fight Priority on Bilateral Agenda With Mexico**. 2012. Disponível em: https://wikileaks.org/gifiles/docs/83/837997_col-colombia-americas-.html. Acesso em: 10 dez. 2018.

WIKILEAKS. **Congressional Research Service Report RL31726 Latin America and the Caribbean: Issues for the 108th Congress Mark P. Sullivan, J.F. Hornbeck, Clare Ribando, K. Larry Storrs, Maureen Taft-Morales, and Connie Veillette, Foreign Affairs, Defense, and Trade Division.**2004a. Disponível em: http://wikileaks.org/wiki/CRS-RL31726. Acesso em: 10 ago. 2018.

WIKILEAKS. **Andean Counterdrug Initiative (ACI) and Related Funding Programs: FY2005 Assistance Connie Veillette Analyst in Latin American Affairs Foreign Affairs, Defense, and Trade Division**. 2004c.

WIKILEAKS. **BRAZIL'S DEFENSE MINISTER PURSUING REGIONAL COUNTERDRUG COOPERATION**. 2009e. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/09BRASILIA402_a.html. Acesso em: 10 maio 2019.

WIKILEAKS. **BRAZIL'S THINKING ON COLOMBIA-US DEFENSE COOPERATION AGREEMENT**. 2009f.Disponível em: http://wikileaks.org/plusd/cables/09BRASILIA1041_a.html. Acesso em: 10 maio 2019.

WIKILEAKS. **BRAZIL: URIBE ALLAYS LULA'S CONCERNS OVER U.S.-COLOMBIA DCA**. 2009h.Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/09BRASILIA1264_a.html. Acesso em: 10 maio 2019.

WIKILEAKS. **Congressional Research Service Report RL31016 Andean Regional Initiative (ARI): FY2002 Assistance for Colombia and Neighbors K. Larry Storrs and Nina M. Serafino, Foreign Affairs, Defense, and Trade Division**. 2002a. Disponível em: http://wikileaks.org/wiki/CRS-RL31016. Acesso em: 10 ago. 2018.

WIKILEAKS. **Congressional Research Service Report RL31311 Appropriations for FY2003: Foreign Operations, Export Financing, and Related Programs Larry Nowels, Foreign Affairs, Defense, and Trade Division.**2003b. Disponível em: http://wikileaks.org/wiki/CRS-RL31311. Acesso em: 10 ago. 2018.

WIKILEAKS. **Congressional Research Service Report RL31383 Andean Regional Initiative (ARI): FY2002 Supplemental and FY2003 Assistance for Columbia and Neighbors K. Larry Storrs and Nina M. Serafino, Foreign Affairs, Defense, and Trade Division.**2003a. Disponível em: http://wikileaks.org/wiki/CRS-RL31383. Acesso em: 10 ago. 2018.

WIKILEAKS. **Congressional Research Service Report RL32021. Andean Regional Initiative (ARI): FY2003 Supplemental and FY2004 Assistance for Columbia and Neighbors K. Larry Storrs and Connie Veillette, Foreign Affairs, Defense, and Trade Division.**2004b. Disponível em: http://wikileaks.org/wiki/CRS-RL32021. Acesso em: 10 ago. 2018.

WIKILEAKS. **Congressional Research Service Report RL32337 Andean Counterdrug Initiative (ACI) and Related Funding Programs: FY2005 Assistance Connie Veillette, Foreign Affairs, Defense, and Trade Division.**2005b. Disponível em: http://wikileaks.org/wiki/CRS-RL32337. Acesso em: 10 ago. 2018.

WIKILEAKS. **Congressional Research Service Report RL32733 Latin America and the Caribbean: Issues for the 109th Congress Mark P. Sullivan, Colleen W. Cook, J.F. Hornbeck, Clare Ribando, Maureen Taft-Morales, Connie Viellette, and M. Angeles Villarreal, Foreign Affairs, Defense, and Trade Division.**2006b. Disponível em: http://wikileaks.org/wiki/CRS-RL32733. Acesso em: 10 ago. 2018.

WIKILEAKS. **Congressional Research Service Report RL33253 Andean Counterdrug Initiative (ACI) and Related Funding Programs: FY2006 Assistance Connie Veillette, Foreign Affairs, Defense, and Trade Division.**2006a. Disponível em: http://wikileaks.org/wiki/CRS-RL33253. Acesso em: 10 ago. 2018.

WIKILEAKS. **Congressional Research Service Report RL33335 Transnational Organized Crime: Principal Threats and U.S. Responses John R. Wagley, Foreign Affairs, Defense, and Trade Division.**2006c. Disponível em: http://wikileaks.org/wiki/CRS-RL33335. Acesso em 10 ago. 2018.

WIKILEAKS. **Congressional Research Service Report RL33370 Andean Counterdrug Initiative (ACI) and Related Funding Programs: FY2007 Assistance Connie Veillette, Foreign Affairs, Defense, and Trade Division.**2007a. Disponível em: http://wikileaks.org/wiki/CRS-RL33370. Acesso em: 10 ago. 2018.

WIKILEAKS. **Congressional Research Service Report RL34299 U.S. Foreign Assistance to Latin America and the Caribbean: FY2006-FY2008 Connie Veillette, Mark P. Sullivan, Calre Ribando Seelke, and Colleen W. Cook, Foreign Affairs, Defense, and Trade Division**. 2007b. Disponível em: http://wikileaks.org/wiki/CRS-RL34299. Acesso em: 10 ago. 2018.

WIKILEAKS. **Congressional Research Service Report RS21049 Latin America: Terrorism Issues Mark P. Sullivan, Foreign Affairs, Defense, and Trade Division.** 2008a. Disponível em: http://wikileaks.org/wiki/CRS-RS21049. Acesso em: 10 ago. 2018.

WIKILEAKS. **Congressional Research Service Report RS22095 - Orgaization of American States: A Primer Clare Ribando, Foreign Affairs, Defense, and Trade Division.**2005a. Disponível em: http://wikileaks.org/wiki/CRS-RS22095. Acesso em: 10 ago. 2018.

WIKILEAKS. **Country Reports on Terrorism 2009 - W. Hemishpere**. 2009c. Disponível em: https://wikileaks.org/gifiles/docs/89/898488_-latam-country-reports-on-terrorism-2009-w-hemishpere-.html. Acesso em: 10 maio 2019.

WIKILEAKS. **ECUADOR SECURITY MINISTER EXPLAINS "PERCEPTIONS" OF U.S.-COLOMBIA MILITARY COOPERATION.**2009d.Disponível em: http://wikileaks.org/plusd/cables/09QUITO736_a.html. Acesso em: 10 maio 2019.

WIKILEAKS. **INTERNATIONAL NARCOTICS CONTROL STRATEGY REPORT FOR COLOMBIA**. 2006d. Disponível em: http://wikileaks.org/plusd/cables/06BOGOTA309_a.html. Acesso em: 10 mai.2019.

WIKILEAKS. **Latin America and the Caribbean: Illicit Drug Trafficking and U.S. Counterdrug Programs. Congressional Research Service.** 2012b.. Disponível em: https://www.hsdl.org/?view&did=705052. Acesso em: 10 mai.2019.

WIKILEAKS. **Unasur Summit: No Consensus On U.S.-Colombian DCA**. 2009a. Disponível em: http://wikileaks.org/plusd/cables/09QUITO715_a.html. Acesso em: 11 maio 2019.

WIKILEAKS. **UNITED STATES/AMERICAS-Commentator Forero Says OAS Strategically Important for Colombia**. 2011.Disponível em: https://wikileaks.org/gifiles/docs/29/2978274_united-states-americas-commentator-forero-says-oas.html. Acesso em: 11 maio 2019.

WIKILEAKS. **U.S.-COLOMBIA LAUNCHES STRATEGIC POLICY DIALOGUE ON REGIONAL, GLOBAL ISSUES**. 2008c.Disponível em: http://wikileaks.org/plusd/cables/08BOGOTA2855_a.html. Acesso em: 11 maio 2019.

WIKILEAKS. **US/LATAM/MIL - Obama Fails to Reverse Militarisation of Latin America Policy**. 2010a.Disponível em: https://wikileaks.org/gifiles/docs/20/2059141_us-latam-mil-obama-fails-to-reverse-militarisation-of-latin.html. Acesso em: 11 maio 2019.

WIKILEAKS. **VENEZUELA: CHAVEZ STEPS UP CRITICISM OF U.S. AND COLOMBIA**.2009g.Disponível em: http://wikileaks.org/plusd/cables/09CARACAS1043_a.html. Acesso em: 11 maio 2019.

WINAND, Érica; SAINT-PIERRE, HéctorLuis.A fragilidadeda condução políticadadefesano Brasil. **História**, [s.l.], v.29, p.03-29, 2010.
WOLFERS, Arnold. "National Security" as an Ambiguous Symbol. **Political Science Quarterly**, Oxford, v. 67, n. 4, p.481-502, dez. 1952.

WORLD VALUES SURVEY. **World Values Survey quinta onda (2005-2009)**. 2006. Disponível em: http://www.worldvaluessurvey.org/WVSOnline.jsp. Acesso em: 20 mar. 2019.

WORLD VALUES SURVEY. **World Values Survey sexta onda (2010-2014)**. 2014. Disponível em: http://www.worldvaluessurvey.org/WVSOnline.jsp. Acesso em: 20 mar. 2019.

WORTHINGTON, Daryl. **The Usa and Latin America: A History of Meddling?** New Historian, 2015. Disponível em: https://www.newhistorian.com/the-usa-and-latin-america-a-history-of-meddling/3476/. Acesso em: 11 set. 2018.

ZAPATA, Sandra. El regionalismo latinoamericano en la primera década del siglo XXI: repensando la idea de autonomía. **Revista Andina de Estudios Políticos**, Lima, v.7, n.2, p.67-91, 2017.

APÊNDICE A – GUIÓN DE ENTREVISTA SEMIESTRUCTURADA MÁSTER

Objetivo:
Realizar investigación sobre la cooperación en defensa y el Consejo de Defensa Sur-Americano de la UNASUR.

Disertación de Master en Estudios Estratégicos Internacionales, en la Universidad Federal del Rio Grande del Sur (UFRGS).

1. ¿Como Ud. comprende el concepto de cooperación en defensa y lo aplicaría en la región suramericana?
2. ¿Como Ud. analiza el Consejo de Defensa Suramericano, de la UNASUR, teniendo en cuenta los factores institucionales (estructura organizacional y el comprometimiento de los Estados miembros), operacionales (planos de acción y el Centro de Estudios Estratégicos de Defensa), y de presupuestos?
3. ¿Como Ud. evalúa el poder de acción del Consejo de Defensa Suramericano en la región y en los Estados miembros, especialmente en los casos de la República Argentina e da la República Federativa del Brasil?
4. ¿En su opinión, lo que debería ser perfeccionado en el Consejo de Defensa Suramericano?
5. ¿En qué manera Ud. cree que el Consejo de Defensa Suramericano tiene intervenido en el proceso de cooperación en defensa en la América del Sur?

APÊNDICE B – GUIÓN DE ENTREVISTA SEMIESTRUCTURADA DOCTORADO

Regionalismo post-liberal y autonomía regional

1. ¿Ud. cree que hubo algún cambio con el desarrollo del "regionalismo post-liberal"en la América del Sur?
2. ¿De qué manera Ud. comprende la propuesta de autonomía regional?
3. ¿Cómo se puede insertar la idea de autonomía regional en el campo de la defensa y seguridad? ¿Sería algo palpable y posible, en su opinión?

Influencia Estados Unidos

1. Históricamente, los Estados Unidos siempre tuvieron expresiva influencia sobre la América Latina. ¿Cómo Ud. comprende el cambio de mirada estadunidense para la región con el post-Guerra Fría y los gobiernos de George W. Bush y Barack Obama?
2. ¿Hasta cual punto la región suramericana estaría con menor influencia de los Estados Unidos?
3. ¿En el campo de la defensa y seguridad, Ud. cree que la región suramericana está sufriendo menor interferencia de los Estados Unidos? ¿Por qué?

Influencia Unión Europea

1. ¿Ud. cree que la Unión Europea y su visón de cooperación/integración regional influencian el comportamiento y las acciones de los países suramericanos?
2. ¿En el campo de la defensa, la Unión Europea tiene alguna influencia o grado de interferencia sobre la región? ¿Cómo?
3. ¿Hasta qué punto Ud. cree que existe una necesidad de la región suramericana se inspirar en el proceso de cooperación europeo?

Contexto regional

1. ¿De qué manera Ud. cree que la economía nacional influí sobre la construcción (o no) de procesos cooperativos?
2. ¿Conflictos y "procesos de securitización" alteran relaciones cooperativas existentes, el inverso sería válido?
3. ¿Cómo sería posible integrar una América del Sur que aún, según algunas visiones, está dividida entre región andina y cono sur? ¿Esa visión todavía puede ser considerada válida?

Autonomía y soberanía de países suramericanos

1. ¿Ud. cree que existe algún interese de los países suramericanos en disminuir su autonomía y soberanía para la construcción de una cooperación regional?
2. ¿En su opinión, la cooperación está íntimamente relacionada conla atribución de competencias de soberanía y autonomía?
3. ¿La temática de defensa y seguridad torna, de alguna forma, la atribución de competencias de autonomía y soberanía más difícil?
4. ¿Hasta qué punto cooperación institucional sin la consolidación de una supranacionalidad influí en la profundidad de ese proceso?

Diplomacia presidencial, Política Externa y Política de Defensa

1. ¿Cómo Ud. comprende el clivaje ideológico en la América del Sur? ¿Hay alguna influencia sobre los procesos cooperativos?
2. ¿Con la elección de los gobiernos progresista suramericanos, Ud. ve alguna alteración en las relaciones y propuestas direccionadas a la América del Sur?
3. ¿Cómo Ud. considera el papel de los presidentes y de la diplomacia presidencial para la construcción de procesos cooperativos regionales?
4. ¿Ud. cree que la relación entre política externa y política de defensa nacionales es necesaria para la consolidación de la cooperación en el ámbito de la defensa? ¿Cómo Ud. cree que esa relación ocurre y es posible?
5. ¿La transparencia en defensa y seguridad nacional con la constitución de políticas y estrategias de defensa y los Libros Blancos facilitan la edificación de procesos cooperativos en defensa y de la confianza entre los países?

Relación civil-militar y percepción de amenazas

1. ¿Ud. cree que las relaciones civiles-militares son elementos influentes sobre la política de defensa nacional y los procesos cooperativos en ese campo?
2. ¿Cómo Ud. analizaría las relaciones entre Ministerios y Ministros de Defensa y las Fuerzas Armadas en el caso de Argentina, Brasil y Colombia?
3. ¿Cómo Ud. considera el poder y papel de las Fuerzas Armadas para la construcción de una cooperación en defensa regional y una visión compartida de esa temática entre los países?
4. ¿Cómo las Fuerzas Armadas influyen sobre la construcción de la percepción de amenazas y, paralelamente, de la confianza y transparencia nacional y regional?

Países suramericanos

1. ¿Hasta qué punto Ud. considera el Brasil como posible líder y/o mediador regional? ¿Esas ideas aún son consideras válidas, con el actual escenario del país?
2. ¿Cómo Ud. analizaría la propuesta geopolítica estratégica brasileña en el gobierno de Lula da Silva? ¿Las vertientes nacional y regional se complementarían o serian contradictorias?
3. ¿Ud. considera el Brasil como país clave y esencial para la creación y desarrollo de la cooperación regional?
4. ¿Cómo Ud. analiza el papel de Argentina y de Colombia para la construcción de procesos cooperativos suramericanos?

Cooperación en defensa y Consejo de Defensa Suramericano de la UNASUR

1. ¿Cómo Ud. ve la creación del CDS-UNASUR? ¿Cuál sería el papel de Brasil en ese escenario?
2. ¿Ud. considera el CEED-CDS y la ESUDE importantes avances para la cooperación en defesa? ¿Por qué?
3. ¿Actualmente, como Ud. analizaría el CDS-UNASUR, considerando sus avances y dificultades?
4. ¿Cuáles elementos Ud. considera claves para comprenderla cooperación en defensa en el ámbito del CDS-UNASUR, especialmente cuando verificados sus avances, retrocesos y estagnaciones?
5. ¿Los acuerdos entre Colombia y Estados Unidos pueden ser considerados una contradicción para la cooperación en el CDS? ¿Por qué? ¿Cómo influyen sobre la consolidación de una cooperaciónen el CDS-UNASUL?

APÊNDICE C – ENTREVISTAS

RODADAS DE ENTREVISTAS		
Período	**Instituição**	**Entrevistados**
Mestrado*[1]	Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED-CDS)	Entrevistado 1: Terceiro escalão
		Entrevistado 2: Terceiro escalão
		Entrevistado 3: Segundo escalão
	Ministério de Defensa (Argentina)	Entrevistado 4: Primeiro escalão
		Entrevistado 5: Terceiro escalão
	Ministério da Defesa (Brasil)	Entrevistado 6: Segundo escalão
Doutorado	Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED-CDS)	Subdiretor: Mladen Yopo Herrera
		Delegado brasileiro: Luiz Rabelo
		Delegado chileno:José Luis Díaz
	Escola Sul-America de Defesa	Antonio Jorge Ramalho da Rocha
	Escola Superior de Guerra (Brasil) – CAD-SUL	Entrevistado 7: Primeiro escalão
		Entrevistado 8: Segundo escalão
	Escuela Superior de Guerra (Argentina)	Aureliano da Ponte
	Universidade de Lisboa	Andrés Malamud
	Universidad Rey Juan Carlos	Cástor Miguel Díaz Barrado
	Universidad Autónoma de Madrid	Erika Rodriguez Pizón
	Instituto Español de Estudios Estratégicos	Cor. Emílio Sánchez de Rojas Díaz
	Universidad Autónoma de Madrid	Susanne Gratius
	Universidad de Deusto	Sergio Caballero Santos
	Real Instituto Elcano	Sonia Alda Mejías
	Universidad de Barcelona	Rafael Martinez
	Ministério da Defesa (Brasil)*[2]	Entrevista 9: Primeiro escalão
	Ministério da Defesa (Equador)*[2]	Entrevistado 10: Primeiro escalão
		Entrevistado 11: Primeiro escalão
		Entrevistado 12: Terceiro escalão
		Entrevistado 13: Terceiro escalão
	Ministério da Defesa (Chile)*[2]	Entrevistado 14: Terceiro escalão

*[1]A manutenção do anonimato dos entrevistados é pré-requisito para a reprodução de suas declarações.

*[2] Entrevistas executadas pelo Prof. Dr. Héctor Saint-Pierre e cedidas para fins desta tese. Manteve-se, para tanto, o anonimato dos entrevistados.

APÊNDICE D – RELATÓRIO DE ESTRATÉGIA DE CONTROLE INTERNACIONAL DE NARCÓTICOS DOS EUA

	Major Illicit Drug Producing and Major Drug-Transit Countries	**Major Precursor Chemical Source Countries**	**Major Money Laundering Countries**
2008	Afghanistan, The Bahamas, Bolivia, Brazil, Burma, Colombia, Dominican Republic, Ecuador, Guatemala, Haiti, India, Jamaica, Laos, Mexico, Nigeria, Pakistan, Panama, Paraguay, Peru, and Venezuela.	Argentina, Brazil, Canada, Chile, China, Germany, India, Mexico, the Netherlands, Singapore, South Korea, Taiwan, Thailand, the United Kingdom, and the United States.	Afghanistan, Antigua and Barbuda, Australia, Austria, Bahamas, Belize, Brazil, Burma, Cambodia, Canada, Cayman Islands, China, Colombia, Costa Rica, Cyprus, Dominican Republic, France, Germany, Greece, Guatemala, Guernsey, Haiti, Hong Kong, India, Indonesia, Iran, Isle of Man, Israel, Italy, Japan, Jersey, Kenya, Latvia, Lebanon, Liechtenstein, Luxembourg, Macau, Mexico, Netherlands, Nigeria, Pakistan, Panama, Paraguay, Philippines, Russia, Singapore, Spain, Switzerland, Taiwan, Thailand, Turkey, Ukraine, United Arab Emirates, United Kingdom, United States, Uruguay, and Venezuela.
2009	Afghanistan, The Bahamas, Bolivia, Brazil, Burma, Colombia, Dominican Republic, Ecuador, Guatemala, Haiti, India, Jamaica, Laos, Mexico, Nigeria, Pakistan, Panama, Paraguay, Peru, and Venezuela.	Argentina, Brazil, Canada, Chile, China, Germany, India, Mexico, the Netherlands, Singapore, South Korea, Taiwan, Thailand, the United Kingdom, and the United States.	Afghanistan, Antigua and Barbuda, Australia, Austria, Bahamas, Belize, Bolivia, Brazil, Burma, Cambodia, Canada, Cayman Islands, China, Colombia, Costa Rica, Cyprus, Dominican Republic, France, Germany, Greece, Guatemala, Guernsey, Guinea-Bissau, Haiti, Hong Kong, India, Indonesia, Iran, Isle of Man, Israel, Italy, Japan, Jersey, Kenya, Latvia, Lebanon, Liechtenstein, Luxembourg, Macau, Mexico, Netherlands, Nigeria, Pakistan, Panama, Paraguay, Philippines, Russia, Singapore, Spain, Switzerland, Taiwan, Thailand, Turkey, Ukraine, United Arab Emirates, United Kingdom, United States, Uruguay, Venezuela, and Zimbabwe.

2010	Afghanistan, The Bahamas, Bolivia, Brazil, Burma, Colombia, Dominican Republic, Ecuador, Guatemala, Haiti, India, Jamaica, Laos, Mexico, Nigeria, Pakistan, Panama, Paraguay, Peru, and Venezuela.	Argentina, Brazil, Canada, Chile, China, Germany, India, Mexico, the Netherlands, Singapore, South Korea, Taiwan, Thailand, the United Kingdom, and the United States.	Afghanistan, Antigua and Barbuda, Australia, Austria, Bahamas, Belize, Bolivia, Brazil, Burma, Cambodia, Canada, Cayman Islands, China, Colombia, Costa Rica, Cyprus, Dominican Republic, France, Germany, Greece, Guatemala, Guernsey, Guinea-Bissau, Haiti, Hong Kong, India, Indonesia, Iran, Isle of Man, Israel, Italy, Japan, Jersey, Kenya, Latvia, Lebanon, Liechtenstein, Luxembourg, Macau, Mexico, Netherlands, Nigeria, Pakistan, Panama, Paraguay, Philippines, Russia, Singapore, Spain, Switzerland, Taiwan, Thailand, Turkey, Ukraine, United Arab Emirates, United Kingdom, United States, Uruguay, Venezuela, and Zimbabwe.
2011	Afghanistan, The Bahamas, Bolivia, Burma, Colombia, Costa Rica, Dominican Republic, Ecuador, Guatemala, Haiti, Honduras, India, Jamaica, Laos, Mexico, Nicaragua, Pakistan, Panama, Peru, and Venezuela.	Argentina, Brazil, Canada, Chile, China, Germany, India, Mexico, the Netherlands, Singapore, South Korea, Taiwan, Thailand, the United Kingdom, and the United States.	Afghanistan, Antigua and Barbuda, Australia, Austria, Bahamas, Belize, Bolivia, Brazil, British, Virgin Islands, Burma, Cambodia, Canada, Cayman Islands, China, Colombia, Costa Rica, Cyprus, Dominican Republic, France, Germany, Greece, Guatemala, Guernsey, Guinea-Bissau, Haiti, Hong Kong, India, Indonesia, Iran, Iraq, Isle of Man, Israel, Italy, Japan, Jersey, Kenya, Latvia, Lebanon, Liechtenstein, Luxembourg, Macau, Mexico, Netherlands, Nigeria, Pakistan, Panama, Paraguay, Philippines, Russia, Singapore, Somalia, Spain, Switzerland, Taiwan, Thailand, Turkey, Ukraine, United Arab Emirates, United Kingdom, United States, Uruguay, Venezuela, and Zimbabwe.
2012	Afghanistan, The Bahamas, Belize, Bolivia, Burma, Colombia, Costa Rica, Dominican Republic, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, India, Jamaica, Laos, Mexico, Nicaragua, Pakistan, Panama, Peru, and Venezuela.	Argentina, Brazil, Canada, Chile, China, Germany, India, Mexico, the Netherlands, Singapore, South Korea, Taiwan, Thailand, the United Kingdom, and the United States.	Afghanistan, Argentina, Antigua and Barbuda, Australia, Austria, Bahamas, Belize, Bolivia, Brazil, British, Virgin Islands, Burma, Cambodia, Canada, Cayman Islands, China, Colombia, Costa Rica, Curacao, Cyprus, Dominican Republic, France, Germany, Greece, Guatemala, Guernsey, Guinea-Bissau, Haiti, Hong Kong, India, Indonesia, Iran, Iraq, Isle of Man, Israel, Italy, Japan, Jersey, Kenya, Latvia, Lebanon, Liechtenstein, Luxembourg, Macau, Mexico, Netherlands, Nigeria, Pakistan, Panama, Paraguay, Philippines, Russia, Singapore, Somalia, Spain, St. Maarten, Switzerland, Taiwan, Thailand, Turkey, Ukraine, United Arab Emirates, United Kingdom, United States, Uruguay, Venezuela, and Zimbabwe.

2013	Afghanistan, The Bahamas, Belize, Bolivia, Burma, Colombia, Costa Rica, Dominican Republic, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, India, Jamaica, Laos, Mexico, Nicaragua, Pakistan, Panama, Peru, and Venezuela.	Afghanistan, Argentina, Bangladesh, Belgium, Bolivia, Brazil, Burma, Canada, Chile, China, Colombia, Egypt, Germany, India, Indonesia, Iraq, Mexico, the Netherlands, Singapore, South Africa, South Korea, Switzerland, Taiwan, Thailand, and the United Kingdom.	Afghanistan, Antigua and Barbuda, Australia, Austria, Bahamas, Belize, Bolivia, Brazil, British, Virgin Islands, Burma, Cambodia, Canada, Cayman Islands, China, Colombia, Costa Rica, Cyprus, Dominican Republic, France, Germany, Greece, Guatemala, Guernsey, Guinea-Bissau, Haiti, Hong Kong, India, Indonesia, Iran, Iraq, Isle of Man, Israel, Italy, Japan, Jersey, Kenya, Latvia, Lebanon, Liechtenstein, Luxembourg, Macau, Mexico, Netherlands, Nigeria, Pakistan, Panama, Paraguay, Philippines, Russia, Singapore, Somalia, Spain, Switzerland, Taiwan, Thailand, Turkey, Ukraine, United Arab Emirates, United Kingdom, United States, Uruguay, Venezuela, and Zimbabwe.
2014	Afghanistan, The Bahamas, Belize, Bolivia, Burma, Colombia, Costa Rica, Dominican Republic, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, India, Jamaica, Laos, Mexico, Nicaragua, Pakistan, Panama, Peru, and Venezuela.	Afghanistan, Argentina, Bangladesh, Belgium, Bolivia, Brazil, Burma, Canada, Chile, China, Colombia, Costa Rica, Dominican Republic, Egypt, El Salvador, Germany, Guatemala, Hong Kong Administrative Region, Honduras, India, Indonesia, Iraq, Mexico, the Netherlands, Pakistan, Republic of Korea, Singapore, South Africa, South Korea, Switzerland, Taiwan, Thailand, and the United Kingdom.	Afghanistan, Antigua and Barbuda, Australia, Austria, Bahamas, Belize, Bolivia, Brazil, British Virgin Islands, Burma, Cambodia, Canada, Cayman Islands, China, Colombia, Costa Rica, Cyprus, Dominican Republic, France, Germany, Greece, Guatemala, Guernsey, Guinea-Bissau, Haiti, Hong Kong, India, Indonesia, Iran, Iraq, Isle of Man, Israel, Italy, Japan, Jersey, Kenya, Latvia, Lebanon, Liechtenstein, Luxembourg, Macau, Mexico, Netherlands, Nigeria, Pakistan, Panama, Paraguay, Philippines, Russia, Singapore, Somalia, Spain, Switzerland, Taiwan, Thailand, Turkey, Ukraine, United Arab Emirates, United Kingdom, United States, Uruguay, Venezuela, and Zimbabwe.

2015	Afghanistan, The Bahamas, Belize, Bolivia, Burma, Colombia, Costa Rica, Dominican Republic, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, India, Jamaica, Laos, Mexico, Nicaragua, Pakistan, Panama, Peru, and Venezuela.	Afghanistan, Argentina, Bangladesh, Belgium, Bolivia, Brazil, Burma, Canada, Chile, China, Colombia, Costa Rica, Dominican Republic, Egypt, El Salvador, Germany, Guatemala, Hong Kong Administrative Region, Honduras, India, Indonesia, Iraq, Mexico, the Netherlands, Nigeria, Pakistan, Peru, Republic of Korea, Singapore, South Africa, Switzerland, Taiwan, Thailand, and the United Kingdom.	Afghanistan, Antigua and Barbuda, Australia, Austria, Bahamas, Belize, Bolivia, Brazil, British Virgin Islands, Burma, Cambodia, Canada, Cayman Islands, China, Colombia, Costa Rica, Cyprus, Dominican Republic, France, Gaza, Germany, Greece, Guatemala, Guernsey, Guinea-Bissau, Haiti, Hong Kong, India, Indonesia, Iran, Iraq, Isle of Man, Israel, Italy, Japan, Jersey, Kenya, Latvia, Lebanon, Liechtenstein, Luxembourg, Macau, Mexico, Netherlands, Nigeria, Pakistan, Panama, Paraguay, Philippines, Russia, Singapore, Somalia, Spain, Switzerland, Taiwan, Thailand, Turkey, Ukraine, United Arab Emirates, United Kingdom, United States, Uruguay, Venezuela, West Bank, and Zimbabwe.
2016	Afghanistan, The Bahamas, Belize, Bolivia, Burma, Colombia, Costa Rica, Dominican Republic, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, India, Jamaica, Laos, Mexico, Nicaragua, Pakistan, Panama, Peru, and Venezuela.	Afghanistan, Argentina, Bangladesh, Belgium, Bolivia, Brazil, Burma, Canada, Chile, China, Colombia, Costa Rica, Dominican Republic, Ecuador, Egypt, El Salvador, Germany, Guatemala, Honduras, India, Indonesia, Iraq, Mexico, the Netherlands, Nigeria, Pakistan, Peru, Republic of Korea, Singapore, South Africa, Switzerland, Taiwan, Thailand, the United Kingdom, and Venezuela.	Afghanistan, Antigua and Barbuda, Argentina, Australia, Austria, Bahamas, Belize, Bolivia, Brazil, British Virgin Islands, Burma, Cambodia, Canada, Cayman Islands, China, Colombia, Costa Rica, Curacao, Cyprus, Dominican Republic, France, Germany, Greece, Guatemala, Guernsey, Guinea-Bissau, Haiti, Hong Kong, India, Indonesia, Iran, Iraq, Isle of Man, Israel, Italy, Japan, Jersey, Kenya, Latvia, Lebanon, Liechtenstein, Luxembourg, Macau, Mexico, Netherlands, Nigeria, Pakistan, Panama, Paraguay, Philippines, Russia, Singapore, Sint Maarten, Somalia, Spain, Switzerland, Taiwan, Thailand, Turkey, Ukraine, United Arab Emirates, United Kingdom, United States, Uruguay, Venezuela, West Bank and Gaza, and Zimbabwe.

2017	Afghanistan, The Bahamas, Belize, Bolivia, Burma, Colombia, Costa Rica, Dominican Republic, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, India, Jamaica, Laos, Mexico, Nicaragua, Pakistan, Panama, Peru, and Venezuela.	Afghanistan, Argentina, Bangladesh, Belgium, Belize, Bolivia, Brazil, Burma, Canada, Chile, China, Colombia, Costa Rica, Dominican Republic, Ecuador, Egypt, El Salvador, Germany, Guatemala, Honduras, India, Indonesia, Mexico, the Netherlands, Nigeria, Pakistan, Peru, Republic of Korea, Singapore, South Africa, Switzerland, Taiwan, Thailand, the United Kingdom, and Venezuela.	Afghanistan, Albania, Algeria, Argentina, Azerbaijan, Bahamas, Barbados, Belize, Benin, Bolivia, Bosnia and Herzegovina, Brazil, British Virgin Islands, Burma, Cabo Verde, Cambodia, Canada, Cayman Islands, China, Colombia, Costa Rica, Cuba, Dominican Republic, Dutch Caribbean, Eastern Caribbean, Ecuador, Egypt, El Salvador, Georgia, Ghana, Guatemala, Guinea-Bissau, Guyana, Haiti, Honduras, Hong Kong, India, Indonesia, Iran, Iraq, Italy, Jamaica, Kazakhstan, Kenya, Kyrgyzstan, Laos, Lebanon, Liberia, Malaysia, Mexico, Morocco, Netherlands, Nicaragua, Nigeria, North Korea, Pakistan, Panama, Paraguay, Peru, Philippines, Portugal, Russia, Senegal, Serbia, South Africa, Spain, Suriname, Tajikistan, Tanzania, Thailand, Timor-Leste, Trinidad and Tobago, Turkey, Turkmenistan, Ukraine, United Arab Emirates, United Kingdom, Uruguay, Uzbekistan, Venezuela, and Vietnam.

Fonte: Adaptação de United States of America (2008a, 2009a, 2010a, 2011a, 2012a, 2013a, 2014a, 2015a, 2016a, 2017a).

APÊNDICE E – MEMBROS DO MINISTÉRIO DA DEFESA: ARGENTINA, BRASIL E COLÔMBIA

<table>
<tr><th></th><th></th><th>2008</th><th>2009</th><th>2010</th><th>2011</th><th>2012</th><th>2013</th><th>2014</th><th>2015</th><th>2016</th></tr>
<tr><td rowspan="3">Argentina</td><td rowspan="2">Ministro da Defesa</td><td rowspan="2">Nilda Garré</td><td rowspan="2">Nilda Garré</td><td>Nilda Garré</td><td rowspan="2">Arturo Puricelli</td><td rowspan="2">Arturo Puricelli</td><td>Arturo Puricelli</td><td rowspan="2">Agustín Rossi</td><td rowspan="2">Agustín Rossi</td><td rowspan="2">Julio César Martínez</td></tr>
<tr><td>Arturo Puricelli</td><td>Agustín Rossi</td></tr>
<tr><td>Secretario de Estratégia e Assuntos Militares*</td><td>Alfredo Forti</td><td>Alfredo Forti</td><td>Alfredo Forti</td><td>Oscar Cuattromo</td><td>Oscar Cuattromo</td><td>Oscar Cuattromo</td><td>Jorge Fernandez</td><td>Jorge Fernandez</td><td>Ángel Pablo Tello</td></tr>
<tr><td rowspan="3">Brasil</td><td rowspan="2">Ministro da Defesa</td><td rowspan="2">Nelson Jobim</td><td rowspan="2">Nelson Jobim</td><td rowspan="2">Nelson Jobim</td><td>Nelson Jobim</td><td rowspan="2">Celso Amorim</td><td rowspan="2">Celso Amorim</td><td rowspan="2">Celso Amorim</td><td>Jaques Wagner</td><td>Aldo Rebelo</td></tr>
<tr><td>Celso Amorim</td><td>Aldo Rebelo</td><td>Raul Jungmann</td></tr>
<tr><td>Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (lei complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010)*</td><td></td><td></td><td>Gral. de Exército Carlos De Nardi</td><td>Gral. de Exército Carlos De Nardi</td><td>Gral. de Exército Carlos De Nardi</td><td>Gral. de Exército Carlos De Nardi</td><td>Gral. de Exército Carlos De Nardi</td><td>Gral. de Exército Carlos De Nardi</td><td>Almirante Ademir Sobrinho</td></tr>
<tr><td rowspan="4">Colômbia</td><td rowspan="2">Ministro da Defesa</td><td rowspan="2">Juan Manuel Santos</td><td>Juan Manuel Santos</td><td rowspan="2">Gabriel Silva Luján</td><td rowspan="2">Rodrigo Rivera Salazar</td><td rowspan="2">Juan Carlos Pinzón Bueno</td><td rowspan="2">Juan Carlos Pinzón Bueno</td><td rowspan="2">Juan Carlos Pinzón Bueno</td><td>Juan Carlos Pinzón Bueno</td><td rowspan="2">Luis Carlos Villegas</td></tr>
<tr><td>General Fredy Padilla de León</td><td>Luis Carlos Villegas</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Vice-Ministro de política e assuntos internacionais*</td><td rowspan="2">Sergio Jaramillo Caro</td><td>Sergio Jaramillo Caro</td><td>Jorge Eastman</td><td>Rafael Guarín Cotrino</td><td rowspan="2">Jorge Bedoya</td><td rowspan="2">Jorge Bedoya</td><td rowspan="2">Jorge Bedoya</td><td>Jorge Bedoya</td><td rowspan="2">Anibal Fernández</td></tr>
<tr><td>Jorge Eastman</td><td>Rafael Guarín Cotrino</td><td>Jorge Bedoya</td><td>Anibal Fernández</td></tr>
</table>

	Vice-Ministro de estratégia e planejamento	Juan Carlos Pinzón Bueno	Juan Carlos Pinzón Bueno	Yaneth Giha Tovar	Yaneth Giha Tovar Diana Quintero	Diana Quintero	Diana Quintero	Diana Quintero	Diana Quintero Mariana Martinez	Mariana Martinez
	Vice-Ministro do GSED e bem-estar (Decreto nº 4177 de 2011)	-	-	-	Luis Guillermo Mejía Yaneth Giha Tovar	Yaneth Giha Tovar	Yaneth Giha Tovar José Mejía	José Mejía	José Mejía	José Mejía

* Podem ser considerados supostos Vice-Ministros de Defesa.

APÊNDICE F – REPRESENTANTES DE ARGENTINA, BRASIL E COLÔMBIA NO CEED-CDS

		2011	2012	2013	2014	2015	2016
CEED	**Direção Executiva**	Alfredo Forti	Alfredo Forti	Alfredo Forti	Alfredo Forti	Dr. Mladen Yopo Herrera (Sub-director)	Lic. Iván Vega Loncharic
Argentina	**Conselho Diretivo (Secretário de Estratégia e Assuntos Militares MD)**	Lic. Oscar Cuattromo	Lic. Oscar Cuattromo	Lic. Oscar Cuattromo Dr. Jorge Fernandez	Dr. Jorge Fernandez	Dr. Jorge Fernandez	Dr. Ángel Pablo Tello
	Delegados Nacionais	Cnel. Gustavo Humberto Dedieu Lic. Daniel Darío Rodríguez	Cnel. Gustavo Humberto Dedieu Lic. Daniel Darío Rodríguez	Cnel. Gustavo Humberto Dedieu Lic. Daniel Darío Rodríguez	Lic. Carlos Girotti Lic. Pablo Galli	Lic. Carlos Girotti Lic. Pablo Galli	*[1]
Brasil	**Conselho Diretivo (Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas)**	Gral. de Exército Carlos De Nardi	Gral. de Exército Carlos De Nardi	Gral. de Exército Carlos De Nardi	Gral. de Exército Carlos De Nardi	Gral. de Exército Carlos De Nardi Almirante Ademir Sobrinho	Almirante Ademir Sobrinho
	Delegados Nacionais	Cnel. Américo Taguchi	Cnel. Américo Taguchi	Cnel. Américo Taguchi	Cnel. de Infantería Miguel Luiz Jannuzzi	Cnel. de Infantería Miguel Luiz Jannuzzi	Cnel. de Infantería Miguel Luiz Jannuzzi

		Cap. de Mar e Guerra Joao Ricardo Lessa	Cap. de Mar e Guerra Joao Ricardo Lessa	Cap. de Mar y Guerra Ricardo Padilha	Cap. de Mar e Guerra Ricardo Padilha	Cap. de Mar e Guerra Ricardo Pinheiro Padilha	
			Cnel. Av. Alipio Lopes	Cnel. Av. Alipio Lopes	Cnel. Av. Alipio Lopes	Lic. Luiz Gustavo Rabelo	Lic. Luiz Gustavo Rabelo
Colômbia	**Conselho Diretivo (Direção de Relações Internacionais e Cooperação do MD)**	Claudia Ximena Lopez Pareja (Dirección Operativa para la Defensa de la Libertad Personal - Asuntos Nacionales e Internacionales)*[2]	Dra. Panagiota Voidonikolas Muñoz	Dra. Panagiota Voidonikolas Muñoz	Dr. Jaime Andrés Gnecco Daza	Me. Juan Guillermo Castro Benetti	Me. Diana Maria Torres
				Dr. Jaime Andrés Gnecco Daza	Me. Juan Guillermo Castro Benetti	Me. Diana Maria Torres	Ing. Manuel Becerra
	Delegados Nacionais	Cnel. Iván Botero Flores	Cnel. Oscar Cardona Prada	Cnel. Carlos Hernando Gordillo Jimenez	Cnel. Carlos Hernando Gordillo Jimenez	*[1]	*[1]
			Cnel. Iván Botero Flores	Cnel. Oscar Cardona Prada			

*[1] Segundo entrevistados, em geral, se não há um delegado designado, são enviados Adidos Militares para as reuniões.

*[2] Direção modificada com o Decreto 4890 de 2011 e suprimida por meio do Decreto 2758 de 2012.

APÊNDICE G – REPRESENTANTES DE ARGENTINA, BRASIL E COLÔMBIA NA ESUDE

		2015	2016
ESUDE	**Secretário Executivo**	Prof. Dr. Antonio Ramalho	Prof. Dr. Antonio Ramalho
Argentina	**Conselho Superior**	Econ. Horacio Aldo Chighizola	Econ. Horacio Aldo Chighizola
	Conselho Acadêmico	Javier Araujo (Subsecretário de Formação do Ministério de Defesa)	Prof. Alejandro Gomez (Diretor dos Institutos Universitarios das Forças Armadas)
	Delegados Nacionais	-	Julio Cesar Spota (Diretor da Escola de Defesa Nacional)
Brasil	**Conselho Superior**	Almirante Ademir Sobrinho	Almirante Ademir Cabral Sobrinho
	Conselho Acadêmico	Cel. R1 Heleno Moreira	Cel. R1 Heleno Moreira
		Cap.Frag. Ma. Rodriguezda Fonseca (Suplente)	CF. Maria Verónica Rodrigues da Fonseca
	Delegados Nacionais	-	General de Divisão Paulo Sergio Nogueira de Oliveira
			Capitão de Mar e Guerra Rubem Ribeiro Veloso
Colômbia	**Conselho Superior**	Anibal Fernández	Anibal Fernández
	Conselho Acadêmico	Juliana Salazar Restrepo (Coordenadora do Grupo de Implementação e Seguimento da Direção de Desenvolvimento de Capital Humano do Ministério de Defesa)	Juliana Salazar Restrepo
	Delegados Nacionais	-	José Enrique Sarmiento (Ministério da Defesa)

APÊNDICE H – INDICADOS DE ARGENTINA, BRASIL E COLÔMBIA NO CAD-SUL

CAD-SUL	2012 (Turma "integração sul-americana")	2013 (Turma "irmãos sul-americanos)	2014 (Turma "América do Sul unida")	2015 (Turma "identidade sul-americana")	2016
Argentina	Eduardo Julio Codianni (Cientista Político)	Gabriela Coutinho (Coordenadora)	Ana de las Mercedes (Analista)	Comodoro Carlos Yedro	Apesar de terem enviado uma lista de alunos que atenderiam ao curso, "representantes da Argentina [...] não estão presentes por motivos de força maior" (JUNGMANN, 2016a).
	Coronel Ricardo Alejandro Echeverria	Javier Tejerizo (Acessor)	C Alte Jose Villán	Lic. Sabrina Cassia	
		Coronel Miguel Lugand			
Brasil	Carlos Eduardo de Azevedo (Gestor)	Coronel Jorge Barbosa	Ten Coronel Adriano Guedes	CF (T) Gladys Lima	Coronel Guilherme de Carvalho (Asessor de avaliação estratégica)
	CMG (RM1) Francisco Jose de Matos				
	CMG (RM1) Guilherme Sandoval Goes	Coronel Omar Tumas	Cel Alexandre Reis		
	Capitão de Fragata Gilberto Pereira Junior				
	CMG (FN) Julio Cesar dos Santos Marques	CMG (RM1) Sebastião Spolidoro	CF(T) Fortunato Lameiras		Carolina Simone (Coordenadora Instituto Pandiá Calógeras/MD)
	Coronel Julio Nascimento Netto		Cel Marcos Reis		
	Coronel Marcelo Pagotti	CMG Sergio Pires	Cel Neyton Pinto	Cel Cav Valdir de	

	João			Sousa	
	Coronel Miguel Luiz Januzzi		Níria Chagas (Asessora)		Sebastião Marcos Spolidoro (Chefe da Divisão de Assuntos Econômicos Escola Superior de Guerra)
	CMG (RM1) Nelson Augusto Gonçalves	Vanessa Duarte (Asessora)	CF Robson Fernandes		
	Coronel R/1 Heleno Moreira				
Colômbia	-	Ten Cel Gustavo Ramírez	Major Wendell Fernandez	Ana Maria González (Asessora)	Juan Sebastián Jiménez Bolaños (Asessor de Relações Internacionais do Ministério da Defesa)
		Gustavo Castellanos (Asessor)			
		Ten Cel Héctor Restrepo		Major Caf Carmen Poveda	María Alejandra Ojeda (Coordenadora do Grupo de Consolidação de Segurança do Ministério da Defesa)
		Maria Fernananda Jiménez (Asessora)			
		Coronel Oscar Reinaldo Rey			Maria Ximena Arrieta (Asessora na Direção de estudos estratégicos do Ministério de Defesa)